

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CARLOS EDUARDO NICOLETTE

**À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a
montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818)**

versão corrigida

São Paulo

2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CARLOS EDUARDO NICOLETTE

**À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a
montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818)**

versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Capa:

Hercule Florence.

Vista do Sítio de Antonio Manoel Teixeira, a 5 léguas de São Carlos, Província de São Paulo, sobre o Rio Jaguari [detalhe], s.d.

Aquarela sobre papel: 26,9 x 36,9 cm.

Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N643? Nicolette, Carlos Eduardo
À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818) / Carlos Eduardo Nicolette; orientador Carlos Bacellar - São Paulo, 2022.
331 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Lavoura Canavieira. 2. Campinas. 3. Século XIX. 4. Lista Nominativa de Habitantes. 5. Escravidão. I. Bacellar, Carlos, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do orientador

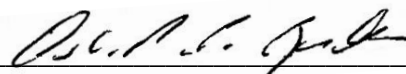
Nome do aluno: Carlos Eduardo Nicolette

Data da defesa: 21/10/2022

Nome do Prof. orientador: Carlos de Almeida Prado Bacellar

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da Comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/12/2022



Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco**: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818). 331f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2022.

Aprovado em: 21 de outubro de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Renato de Mattos

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Julgamento: Aprovado

À minha mãe, a quem devo todas as conquistas
Ao meu pai, que me ensinou a enxergar o mundo com alegria

AGRADECIMENTOS

O esperado momento de escrita dos agradecimentos chegou. Olhando o passado, a primeira sensação é de privilégio em poder contar com o apoio de tantas pessoas maravilhosas. Começo, assim, agradecendo a todos que lutaram e ainda lutam pela existência de instituições públicas e democráticas de ensino, sem as quais este trabalho não existiria. Agradeço a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras das escolas públicas em que estudei, dos arquivos que utilizei, do CRUSP, da FFLCH, enfim, foram fundamentais para o desenrolar da minha formação e da minha pesquisa.

Agradeço à CAPES pelo financiamento inicial de pesquisa (processo nº 134088/2018-2). Também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da bolsa de mestrado (processo nº 2018/05314-7). Tais incentivos foram fundamentais para que eu pudesse realizar o presente trabalho.

Um agradecimento especial ao professor e orientador Carlos Bacellar que, desde 2016 – eu, à época, ainda na iniciação científica, investigando a vila de Itu –, tem sido um exemplo enquanto historiador. Desde então, tem sido um grande incentivador da minha pesquisa, me apoiando nas escolhas e me apontando os melhores caminhos. Ainda que a pandemia tenha impossibilitado as reuniões presenciais, tivemos inúmeras conversas on-line, nas quais esteve sempre disposto a tirar minhas dúvidas e a conversar sobre o conhecimento histórico; transformou-se, pois, em um amigo.

Aos professores que tive a oportunidade de conhecer e de ter incríveis aulas durante meus anos de estudo, Eduardo Natalino, Rafael Marquese, Maria Aparecida Borrego, Maria Helena Machado, agradeço por todo o diálogo e pelos ensinamentos desses anos de convivência na graduação. Um agradecimento especial à professora Andrea Trus e ao professor Gerson Pacheco, os quais despertaram em mim a paixão pelo saber histórico: sem vocês eu não teria me encontrado nesse caminho. Busco inspiração para as minhas aulas em cada um de vocês.

Aos professores Horácio Gutiérrez e Ana Silvia Scott, agradeço por terem participado da minha banca de qualificação. Os comentários críticos e as sugestões valorosas que realizaram sobre a primeira versão da presente pesquisa foram essenciais para o desenvolvimento dos objetivos e dos argumentos apresentados neste trabalho. Agradeço também aos professores que integraram a minha banca de defesa: Renato de Mattos, Roberto Guedes e Rafael Marquese. Seus comentários e sugestões foram muito valiosos para a versão final do trabalho.

Em 2016, foi formado um grupo CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina), coordenado por Carlos Bacellar e com o envolvimento de graduandos e pós-graduandos. Ao longo dos anos, fizemos uma série de reuniões para discutir temas relacionados às nossas pesquisas, bem como para apresentar as versões iniciais de nossos trabalhos. Agradeço a Breno Moreno, Milton Stanczyk, Vinícius de Assis, Maiara, Mariana, João Luís, Victor Mauric, Larissa Costa, Lida Bejarano, Daniele Weigert, Jeferson Alves e Cecília Alencar. Os seus comentários e apontamentos não só permitiram o aperfeiçoamento do meu trabalho, como também mostraram a importância do debate e da discussão para a realização de uma pesquisa histórica. Também agradeço aos membros do grupo de pesquisa História das Populações, liderado pela professora Ana Silvia Volpi Scott: os esforços em compreender a história das populações e das famílias no passado brasileiro inspiram a presente pesquisa.

Aos membros da minha família, agradeço por sempre estarem ao meu lado nas escolhas que realizei e nos caminhos que percorri. Agradeço a tia Célia, tia Lourdes, Jack Nicolette, Juninho e Ademir. O companheirismo e o carinho de todos vocês foram peças fundamentais na caminhada que me trouxe até aqui.

Aos amigos e às amigas, agradeço por estarem ao meu lado durante todo esse período. Agradeço a Evillyn Camargo, Midori Shimada, Barbara Pina, Anna Greco, Ana Warigoda, Vitoria Ferreira, Thiago Moncinhatto, Guilherme Diniz, Keila Vieira, Suelen Ramos, Camila Zampaulo, Gabriela Costa, Nathalia Vieira, Gilberto dos Santos, Karen Kalil, Camila Luiza, Valeria Fanchini, Pietra Santos e Caroline Souza. Ainda que a pandemia e os percalços nesses anos tenham diminuído os longos abraços e as cervejadas de outrora, todos estiveram comigo em passos importantes dessa trajetória.

Agradeço às amigas Camila Cavaggioni, Marillia Bogon e Natalie Nascimento, que se tornaram parte inerente da minha vida nos últimos anos. Mesmo com o distanciamento social, se fizeram presentes em todo o caminho desta dissertação. As longas conversas, os desabaços, as risadas e as conversas através de imensos áudios no *Whatsapp* possibilitaram que tempos tão difíceis se tornassem mais aconchegantes.

Ao grupo de amigos que desde a escola me acompanha em desventuras, Anderson, Senai (Edgar) e Carlão (Leonardo), agradeço pela linda amizade de longa data, bem como por todas as histórias escritas até o momento e agradeço, especialmente, pela certeza de que teremos anos de amizade pela frente. Ainda que cada um tenha seguido um caminho diferente ao longo dos anos, as risadas compartilhadas, os incentivos mútuos e a constante parceria de apreço foram indispensáveis em toda essa trajetória. Vocês são os caras!

Ao amigo Felipe Alfonso Rodrigues, sou profundamente grato pelas longas conversas e ideias trocadas desde o início dessa dissertação. Compartilhamos muitos projetos e objetivos nesses anos, nos quais elaboramos artigos e apresentações em conjunto, sempre à procura de empreender novos caminhos historiográficos. A partilha de dados e informações – que sempre objetivamos como parte de nosso trabalho – encontrou resultado aqui, na presente dissertação. O compartilhamento de fontes históricas, dados e ideias tiveram parte fundamental nos resultados aqui alcançados.

Agradeço a Breno Moreno, um amigo que tive a sorte de conhecer através da orientação de Carlos Bacellar. Amigo de carreira brilhante, que inspira essa pesquisa e traz à luz resultados fantásticos em todos os seus trabalhos. E, juntos, elaboramos dois artigos sobre a estrutura agrária em Campinas e Bananal. Agradeço, principalmente, pela amizade de qualidade inenarrável. A pandemia até distanciou fisicamente, mas não nos deixamos levar e mantivemos o contato cada vez mais próximo.

Ao Lucas, agradeço pela imprescindível amizade desde 2013. Amizade essa que me trouxe até aqui e que tem papel fundamental no caminho que trilhei desde então. A sua companhia iluminou os dias mais difíceis da graduação. Minha formação enquanto sujeito também se deu por meio das conversas contigo nas longas filas do bandeirão, das séries que assistíamos no CRUSP, das pizzas da Kadalora e até mesmo das inúmeras cenas que passamos na USP – os momentos mais engraçados de toda minha vida. Sua leitura afiada, seus comentários valiosos e sua postura criteriosa ampararam grande parte da presente pesquisa. Amizade nascida lá no CRUSP – em tempos difíceis – e que agora é para a vida toda.

À Tayná Rodrigues, agradeço de todo o coração. Nos últimos 3 anos, traçamos uma história linda, recheada de risadas, afeto e carinho. Em minha memória estão centenas de momentos a serem lembrados contigo, mas foi na construção cotidiana que o melhor da vida tem sido feito em conjunto. Em meio a tantos obstáculos, como a distância causada pela pandemia, não hesitamos e nos aproximamos cada dia mais. Mesmo que em vários momentos eu tenha me ausentado para terminar a presente pesquisa, você esteve ao meu lado, me acalmando e apoiando. Os grandes momentos de tranquilidade e de paz dos últimos anos foram passados ao seu lado, pelos quais sou eternamente grato.

Agradeço aos meus pais, Jomar (*in memoriam*) e Diná. As melhores partes dessa pesquisa são, sem dúvida, continuação de suas trajetórias. Ao investigar a vida de famílias no passado, percebi que os pais, por vezes, traçaram sonhos e trajetórias para os filhos, sendo estes últimos os frutos de caminhos anteriores. Percebo, cada dia mais, que o incentivo, o amor e o cuidado de vocês estão colorindo as páginas que se seguem.

“A história é isto. Todos somos os fios do tecido que mão de tecelão vai compondo, para servir aos olhos vindouros, com os seus vários aspectos morais e políticos. Como os há sólidos e brilhantes, assim também os há frouxos e desmaiados, não contando a multidão deles que se perde nas cores de que é feito o fundo do quadro”.

Machado de Assis, **A semana**, 7 de julho de 1895.

RESUMO

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **À luz do ouro branco:** lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818). 331f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2022.

O espaço localizado na serra acima de São Paulo, conhecido como Oeste Paulista, passou por intensas mudanças na passagem do século XVIII para o XIX. Várias foram as vilas que tiveram sua demografia e economia alteradas à medida que eram instalados novos engenhos, à luz do rápido crescimento no preço do açúcar em razão da Revolução de escravizados em Saint-Domingue. A presente dissertação ancora-se na necessidade de compreender as particularidades das transformações econômicas e demográficas na vila de São Carlos, atual Campinas, na conjuntura da colônia; sendo assim, o objetivo central deste trabalho é investigar a montagem do complexo açucareiro em Campinas. O empreendimento analítico se assentou, majoritariamente, na análise serial das listas nominativas de habitantes, das quais foram retiradas todas as informações relacionadas às unidades açucareiras da vila, bem como nos mapas finais de produção do local. Também foram utilizados inventários de senhores de engenho, bem como o cruzamento com outras fontes relacionadas às trajetórias desses indivíduos. A partir da análise serial da documentação, foi possível depreender quais foram os sujeitos que montaram seus engenhos e partidos de cana em Campinas, bem como quais foram seus procedimentos quanto à produção durante a instalação das propriedades. Nesse sentido, tornou-se evidente que houve grandes transformações na paisagem agrária e social de Campinas na passagem do século XVIII para o XIX, passando por uma forte migração de sujeitos livres que desejavam participar da crescente economia açucareira, bem como da intensa compra de escravizados, especialmente africanos.

Palavras-chave: Lavoura Canavieira. Campinas. Século XIX. Escravidão. Lista Nominativa de Habitantes.

ABSTRACT

NICOLETTE, Carlos Eduardo. **In the light of white gold**: sugarcane plantations in São Paulo and the construction of the sugar park in Campinas (c. 1790-1818). 331f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2022.

The space located in the mountains above São Paulo, known as Oeste Paulista, underwent intense changes in the passage from the 18th to the 19th century. Several villages had their demography and economy changed as new mills were installed, in light of the rapid rise in the price of sugar due to the Revolution of enslaved people in Saint-Domingue. The present thesis is anchored in the need to understand the particularities of the economic and demographic transformations in the village of São Carlos, currently Campinas, in the conjuncture of the colony; therefore, the main objective of this work is to investigate the assembly of the sugar complex in Campinas. The analytical enterprise was based mostly on the serial analysis of the nominative lists of inhabitants, from which all the information related to the village's sugar units were taken, as well as on the final maps of local production. Inventories of *senhores de engenho* were also used, as well as cross-referencing with other sources related to the trajectories of these individuals. From the serial analysis of the documentation, it was possible to infer who were the actors who set up their sugarcane mills and sugarcane parties in Campinas, as well as what were their procedures with regard to production during the installation of their properties. In this sense, it became evident that there were major transformations in the agrarian and social landscape of Campinas in the transition from the 18th to the 19th century, through a strong migration of free individuals who wanted to participate in the growing sugar economy, as well as the intense purchase of enslaved people, especially Africans.

Keywords: Sugarcane plantation. Campinas. 19th Century. Slavery. Nominative List of Inhabitants.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura I.1 – Recorte do Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão, XVIII | 32 |
| Figura I.2 – Mapa da Ilha de Hispaniola, 1767 | 59 |
| Figura I.3 – Planta arquitetônica a ser utilizada na construção de pousos entre Itu e Santos (1797) | 69 |
| | |
| Figura II.1 – Declividade do terreno em Campinas | 130 |
| Figura II.2 – Engenho Chapadão (Campinas, 1840) | 134 |
| Figura II.3 – Moenda de cana-de-açúcar movida a água, 1816 | 145 |
| Figura II.4 – Moenda de cana-de-açúcar, engenho Cachoeira, Campinas, 1830 | 146 |
| Figura II.5 – Mapa dos caminhos alterados pelo Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós, Campinas, 1810 | 170 |
| Figura II.6 – Mapa do município de Campinas, 1929 | 197 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro II.1 – Sociedades açucareiras iniciadas em Campinas até 1810..... | 161 |
| Quadro II.2 – Relação dos engenhos, seus proprietários e administradores, | 167 |
| Quadro II.3 – Perfil dos partidistas de cana que se transformaram em senhores de engenho de Campinas (1798-1810) | 183 |
| Quadro II.4 – Maiores proprietários de terra em Campinas (1818)..... | 204 |
| Quadro II.5 – Menores proprietários rurais de Campinas, 1818..... | 207 |
| Quadro II.6 – Mapa comparativo da produção, consumo e venda para fora da vila (Campinas, 1798 e 1810) | 233 |
| Quadro II.7 – Ocupações dos habitantes de Campinas em 1798..... | 236 |
| Quadro II.8 – Propriedades açucareiras que produziram aguardente, arroz, feijão e milho (Campinas, 1798-1810) | 267 |
| Quadro II.9 – Distribuição de propriedades açucareiras e escravizados por FTP (Campinas, 1794-1809) | 285 |
| Quadro II.10 – Produção de açúcar e cativos em idade produtiva em propriedades canavieiras (Campinas, 1794-1809) | 289 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela I.1 – Tempo de residência em Campinas até o estabelecimento de engenho (1793-1798) | 43 |
| Tabela I.2 – Tempo de residência em Campinas até o estabelecimento de engenho (1800-1810) | 44 |
| Tabela I.3 – Média e mediana das idades dos produtores de açúcar em Campinas (1800, 1805 e 1810) | 53 |
| Tabela I.4 – Faixas de idade dos produtores de açúcar em número absoluto (Campinas, 1800, 1805 e 1810) | 54 |
| Tabela I.5 – Estado conjugal absoluto e relativo dos senhores de engenho e partidistas de cana (Campinas, 1800, 1805 e 1810)..... | 55 |
| Tabela I.6 – Quantidade total e relativa da venda de açúcar de Campinas (1798, 1799, 1801 e 1804) | 74 |
| Tabela I.7 – Número de engenhos e partidos de cana de açúcar de Campinas que venderam açúcar para Santos em 1798 e 1799..... | 74 |
| Tabela I.8 – Receita total da capitania de São Paulo, 1788-1796 | 98 |
| Tabela I.9 – Maiores dívidas ativas pertencentes Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós (1819) | 116 |
| | |
| Tabela II.1 – Indicadores estatísticos da propriedade fundiária, | 202 |
| Tabela II.2 – Classificação das propriedades por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS), Campinas (1818) | 211 |
| Tabela II.3 – Classificação das propriedades de açúcar por FTS, Campinas, 1818..... | 220 |
| Tabela II.4 – Distribuição das propriedades açucareiras por Faixa de Capacidade Produtiva (FCP) (Campinas, 1794-1809) | 254 |
| Tabela II.5 – Maiores engenhos de Campinas, 1793-1810 (em toneladas)..... | 260 |
| Tabela II.6 – Evolução do número de cativos em Campinas, 1794-1809..... | 276 |
| Tabela II.7 – Distribuição de cativos homens e mulheres entre crioulos e africanos de propriedades canavieiras (Campinas, 1801)..... | 280 |
| Tabela II.8 – Idade Média e Mediana entre cativos de propriedades açucareiras (Campinas, 1794-1809) | 281 |

| | |
|---|-----|
| Tabela II.9 – Distribuição de cativos de propriedades açucareiras segundo faixas de idade (Campinas, 1794-1809) | 282 |
| Tabela II.10 –Volume de açúcar produzido por cativo em idade produtiva por FTP (Campinas, 1794-1809) | 290 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico I.1 – Origem dos produtores de açúcar de Campinas em 1793 e 1796 | 42 |
| Gráfico I.2 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1800) | 46 |
| Gráfico I.3 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1805) | 47 |
| Gráfico I.4 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1810) | 48 |
| Gráfico I.5 – Variação do preço médio do açúcar branco entre 1796 e 1811 | 63 |
| Gráfico I.6 – Valor do açúcar branco, redondo e mascavo em Campinas e Itu (1798-1810)..... | 66 |
| Gráfico I.7 – Preço do açúcar branco nos portos de Santos e Rio de Janeiro (1796-1801) | 71 |
| | |
| Gráfico II.1 – Propriedades açucareiras de Campinas, 1790-1810 | 150 |
| Gráfico II.2 – Número absoluto e área das propriedades por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS), Campinas (1818)..... | 212 |
| Gráfico II.3 – Distribuição dos proprietários por idade e área da propriedade, Campinas (1818)..... | 216 |
| Gráfico II.4 – Área das propriedades canavieiras por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS) (Campinas, 1818) | 222 |
| Gráfico II.5 – Produção e consumo de mantimentos (Campinas, 1798-1810) | 239 |
| Gráfico II.6 – Receita total de Campinas (1798-1810) | 243 |
| Gráfico II.7 – Relação entre as propriedades açucareiras e o total de fogos (Campinas, 1793-1810) | 245 |
| Gráfico II.8 – Safra total de açúcar em relação ao valor do açúcar branco (Campinas, 1793-1810)..... | 249 |
| Gráfico II.9 – Safra total de açúcar e relação de propriedades açucareiras (Campinas, 1793-1810)..... | 252 |
| Gráfico II.10 – Produção de açúcar por tipo de propriedade..... | 261 |
| Gráfico II.11 – Média de produção de açúcar por tipo de propriedade..... | 262 |
| Gráfico II.12 – Participação dos engenhos e partidos de cana em relação às produções de arroz, feijão, milho e aguardente (Campinas, 1798-1810) | 268 |
| Gráfico II.13 – Evolução da razão de sexo entre cativos (Campinas, 1794-1809) | 278 |

UNIDADES DE MEDIDAS ANTIGAS E SUAS EQUIVALÊNCIAS NO SISTEMA MÉTRICO

Levando em consideração que a presente dissertação optou por utilizar o sistema métrico ao longo da pesquisa, foi elaborada a lista abaixo, que apresenta os pesos e as medidas antigas e seus respectivos equivalentes métricos mais próximos, utilizados para a conversão dos dados apresentados ao longo do trabalho.

- i. 1 alqueire = 36,240 litros
- ii. 1 alqueire de feijão/milho = 30,225 kg
- iii. 1 alqueire de arroz = 24,180 kg
- iv. 1 arroba = 14,745 kg
- v. 1 braça = 2,2 metros
- vi. 1 canada = 2,660 litros
- vii. 1 carro de boi equivale = 1.200 quilos de milho
- viii. 1 pipa = 400 litros
- ix. 1 quintal = 4 arrobas ou 58,980 kg

ABREVIATURAS

| | |
|--------------|--|
| AHU | Arquivo Histórico Ultramarino |
| APESP | Arquivo Público do Estado de São Paulo |
| CMU | Centro de Memória da Unicamp |
| DI | Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo |
| FTP | Faixa de Tamanho de Posse |
| FTS | Faixa de Tamanho de Superfície |
| IBR | Inventário dos Bens Rústicos |
| IPM | Inventário <i>post-mortem</i> |
| LNH | Lista Nominativa de Habitantes |
| MP | Museu Paulista |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 21 |
|-------------------------|-----------|

PARTE I – PAISAGEM LOCAL SOB A REFRAÇÃO DO GLOBAL: MONTAGEM DA LAVOURA CANAVIEIRA CAMPINEIRA NA PASSAGEM PARA O OITOCENTOS

| | |
|--|-----------|
| 1 A formação de Campinas no decurso do Setecentos e alvorecer do Oitocentos | 29 |
| 1.1 Migração e a busca por terras: naturalidade dos proprietários de engenhos e partidos de cana na eclosão açucareira de Campinas | 38 |
| 2 No crepúsculo do Setecentos: Revolução de Saint-Domingue e o preço do açúcar em terras coloniais | 57 |
| 2.1 Os preços do açúcar no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX | 57 |
| 2.2 O destino do açúcar de Campinas: o porto carioca e o produto paulista | 72 |
| 3 O caminho entre o global e o local: senhores de engenho, negociantes e o rearranjo político-econômico paulista | 84 |
| 3.1 Quadro político paulista sob a janela de oportunidades global | 84 |
| 3.2 Próxima parada: Brigadeiro Luís Antônio e o papel de comerciantes na montagem da lavoura canavieira de Campinas..... | 109 |

PARTE II – À LUZ DO OURO BRANCO: O PROCESSO DE MONTAGEM DO COMPLEXO AÇUCAREIRO CAMPINEIRO, c. 1790-1818

| | |
|--|------------|
| 4 A arquitetura do doce: a trajetória da cana-de-açúcar da plantação à manufatura | 122 |
| 5 O mundo entre lavouras canavieiras: diferentes tipos de propriedades e de produtores na instalação do parque açucareiro de Campinas | 148 |
| 5.1 A posse do engenho sob perspectiva: a formação de sociedades em terras canavieiras.. | 153 |
| 5.2 O fenômeno do absenteísmo em Campinas..... | 165 |
| 5.3 Nas sombras da autoridade: partidistas de cana foram uma classe à espera?..... | 175 |
| 6 Terras campineiras: a estrutura fundiária do açúcar no alvorecer do século XIX | 190 |
| 6.1 O cadastro de terras e o quadro agrário geral de Campinas..... | 191 |
| 6.2 As terras da cana-de-açúcar | 213 |

| | |
|---|------------|
| 7 De sol a sol: mantimentos, açúcar e escravidão em uma economia em transformação.... | 229 |
| 7.1 Economia de subsistência durante a montagem de um complexo açucareiro..... | 230 |
| 7.2 Engenhos e partidos entre o Setecentos e o Oitocentos: desenvolvimento produção açucareira campineira e sua economia de subsistência | 247 |
| 7.3 Do alvorecer ao crepúsculo: escravidão e expansão dos canaviais..... | 272 |
| CONCLUSÃO | 293 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 299 |
| APÊNDICE | 326 |
| ANEXOS | 328 |

INTRODUÇÃO

O Brasil tem sido marcado pela extensa devastação das matas, pela destruição do solo em prol de latifundiários, pela perseguição às populações nativas e pela constante e exaustiva exploração da mão de obra trabalhadora. O que, em um primeiro momento, pode parecer uma mera descrição do país em 2022, quando completa 200 anos de sua independência política, tem sido, na verdade, apontado pelos historiadores como uma marca que constituiu também todo o passado desse território, seja aquele colonial, imperial ou mesmo republicano. A presente pesquisa, não à toa, visa a investigar as transformações ocorridas na montagem do parque açucareiro em um dos locais de maior exploração escravista do Brasil do Oitocentos: o espaço onde hoje é Campinas, interior de São Paulo. Tal cidade possuía, já no ano de 1829, mais escravizados em seu território do que a população livre e liberta somadas: cerca de 56,2% era formado por cativos. Além disso, logo após o fim do tráfico, em 1854, tal proporção chegou a crescer para 57,3% de escravizados, estando às portas do fim da escravidão, em 1886, com cerca de 24,2% de cativos conformando sua população¹.

Na vasta bibliografia de teses, livros e artigos que foram produzidos nas últimas décadas sobre a história de São Paulo, destacam-se as revisões acerca de máximas sobre a história de São Paulo, que foram examinadas sob uma nova perspectiva. Muitas tradições históricas foram vistas à contrapelo, como a ideia de que a capitania de São Paulo teria passado por uma decadência econômica após a descoberta dos metais preciosos em Minas. No entanto, pesquisas indicam que o século XVIII foi, na verdade, de crescimento populacional em terras paulistas, além de a economia de abastecimento ter cimentado o mercado interno – em especial em direção às Minas². Outros pesquisadores contribuem ao defender que, em 1700, residiam na capitania paulista cerca de 15 mil pessoas, ao passo que, em 1765, a população passou a cerca de 79 mil indivíduos, evidenciando, dessa forma, as transformações ocorridas em São Paulo durante o ciclo do ouro mineiro³.

A São Paulo setecentista não deixou, contudo, de passar por transtornos políticos. Em 1748, o governo da capitania paulista ficou totalmente subordinado ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro por ordens da Coroa portuguesa. Ainda que fossem enviados pedidos para a restauração política de São Paulo, a subordinação ao Rio de Janeiro continuou até 1765,

¹ RIBEIRO, Maria A. R.; CUNHA, Máisa F. “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. **História (São Paulo)**, Franca, v. 37, p. 1-19, 2018.

² MARCÍLIO, Maria L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. Editora Hucitec/Edusp, 2000, p. 152.

³ MARCÍLIO, 2000, p. 171-172.

quando o rei Dom José I reestabeleceu o Governo Metropolitano de São Paulo e nomeou D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, como governador. O governador Morgado de Mateus havia recebido ordens de pôr em prática em São Paulo as novas orientações para o Império Português. Tais orientações visavam a, sobretudo, estimular a produção agrícola da capitania e a organizar as tropas, a fim de amplificar defesas portuguesas no sul da colônia em relação às tropas espanholas⁴.

No decurso da segunda metade do século XVIII, a economia da capitania de São Paulo, de fato, foi expandida por meio das lavouras de mantimentos, bem como de alguns engenhos na região do Oeste Paulista – especialmente em Itu, grande centro comercial dos gêneros agrícolas da região. Contudo, como já apontado pelos historiadores que investigaram a economia açucareira paulista, as relações econômicas e produtivas se transformaram, sobretudo, após a Revolução de Saint-Domingue (1791) e o conseqüente vácuo na produção de açúcar para alimentar o mercado transatlântico. Foi nesse quadro histórico que se destacaram as principais localidades da região do Oeste Paulista que viriam a ser chamadas pelos historiadores de “Quadrilátero do Açúcar”. Tal Quadrilátero corresponderia aos espaços de Campinas, Jundiaí, Itu, Porto Feliz, Mogi Mirim, Piracicaba e Sorocaba.

As pesquisas inaugurais⁵ sobre o açúcar paulista inspiraram uma série de outros historiadores a pensarem as transformações ocorridas em São Paulo após 1790. O quadrilátero do açúcar teria sido o grande eixo transformador da economia paulista e teria possibilitado a implantação da infraestrutura depois utilizada pelas fazendas de café – observação bastante inovadora, especialmente em um contexto em que as investigações históricas se concentravam na economia cafeeira. Maria Thereza Schorer Petrone ressalta que o processo de montagem dos engenhos no quadrilátero teria sido crucial para a organização da malha fundiária de São Paulo e o aprimoramento das estradas para o transporte do artigo até o porto de Santos. Além disso, o período de formação da economia açucareira é fundamental para compreender a história paulista, tendo em conta a exportação de açúcar e a mudança de fatores que possibilitaram a o enriquecimento de São Paulo⁶.

Ainda que seja ampla a historiografia sobre a formação dos parques açucareiros de São Paulo no alvorecer do século XIX, os fenômenos que levaram a tais transformações no Oeste

⁴ MARCÍLIO, 2000, p. 33-38. SILVA, André M. D. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina: A América Latina Colonial**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, vol. 1, 1998, p. 477-518.

⁵ PETRONE, Maria T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. QUEIROZ, Suely R. R. Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial. In: **Anais do Museu Paulista**. Tomo 21. São Paulo: Museu Paulista, p. 241-262, 1967.

⁶ PETRONE, 1968, p. 136.

Paulista, especialmente em Campinas, são ainda vistos enquanto reflexos diretos dos fenômenos globais. Sendo assim, a presente pesquisa busca investigar as transformações econômicas relativas à Campinas, especialmente entre os anos de 1790 e 1818. O recorte temporal foi estabelecido frente ao interesse de investigar o período de montagem do parque açucareiro campineiro. Os estudos sobre Campinas enfatizam a larga transformação demográfica que a vila sofreu, especialmente na década de 1790 e 1800, através da grande movimentação de homens e mulheres em território paulista. Contudo, a naturalidade desses indivíduos que montaram suas propriedades açucareiras e suas motivações para a migração ainda são espaços a serem analisados. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como primeiro objetivo:

(i) investigar a lacuna historiográfica caracterizada pela necessidade de sistematização quanto à origem dos atores que se mudaram de maneira constante para a região de Campinas.

A fim de empreender tal proposta, julga-se pertinente responder às seguintes perguntas:

- Quem eram esses agentes?
- Quais eram as suas naturalidades?
- Quais são as possíveis razões para sua migração a Campinas?
- Como essa janela de oportunidades se reproduz no índice de naturalidade dos senhores de engenho de Campinas?

Nessa esteira, torna-se pertinente lançar luz sobre a conjuntura político-econômica global da época, da qual a colônia não só faz parte como, também, sobre a qual interfere. Em outras palavras, é importante analisar o quadro histórico da capitania paulista na década de 1790 e 1800, tendo em conta que foi sob esse espectro que ocorreu a montagem do parque açucareiro de Campinas. Nesse sentido, a presente pesquisa hipotetiza, secundariamente, que:

(ii) houve uma refração do quadro global causada pela conjuntura política local, de modo a evidenciar o agenciamento de comerciantes de grosso trato em São Paulo na composição da economia global, de forma a não ser uma mera extensão do cenário que se instaurava em outros pontos da América à época.

Julga-se pertinente, pois, empenhar-se sobre o questionamento acerca de quais foram os efeitos dessa refração em terras campineiras. Para isso, a parte 2 da presente pesquisa se dedica, em terceiro lugar, a um empreendimento analítico que se volta à investigação de:

(iii) como a célere montagem de engenhos e partidos de cana destacou Campinas no cenário do Oeste Paulista e transformou sua paisagem agrária e social.

A fim de cumprir tal proposta, se torna pertinente balizar a discussão a partir de tais questionamentos:

- Qual o efeito da instalação de engenhos na concentração de terras em Campinas?
- Quais tipos de propriedades canavieiras foram predominantes em Campinas? O que as caracterizavam?
- Quais as relações que podem ser depreendidas entre o estabelecimento, em Campinas, de uma economia centrada nas *plantations* canavieiras e a economia de subsistência até então existente?
- Qual foi o ritmo de montagem do parque açucareiro campineiro no que concerne à sua produção? Existiram padrões no desenvolvimento dessas propriedades?
- Qual o perfil demográfico dos cativos que exerceram influência sobre o processo de montagem dos engenhos? Como a concentração da posse desses cativos pode ser vista em face da guinada produtiva no período sob análise?

Para empreender uma análise sobre as questões levantadas, a presente dissertação estabelece um cruzamento de fontes que versam sobre aspectos produtivos e demográficos dos engenhos e partidos de cana em Campinas durante o processo de montagem de sua lavoura canavieira, notadamente entre 1790 e 1818. A principal documentação utilizada na investigação são as listas nominativas de habitantes, que possuem como característica primordial o recenseamento populacional. Entre os anos selecionados, foram levantados e sistematizados todos os dados referentes às unidades canavieiras em dezesseis listas nominativas sobre Campinas, entre os anos de 1793 e 1810, além de análises circunscritas em outras 18 listas.

Solicitadas pela Coroa portuguesa, as listas nominativas deveriam ser realizadas anualmente em sua colônia americana, usualmente pela Companhia de Ordenanças das vilas. O Império Português, assim, via a necessidade de conhecer melhor a população do Brasil, a fim de arregimentar soldados, promover a economia de gêneros alimentícios e controlar os impostos⁷. Nesse sentido, o governador de São Paulo, Morgado de Mateus, solicitou ainda início de seu governo na capitania (1765), o início do levantamento populacional em terras paulistas, o que historiadores chamam de “primeira fase das listas nominativas”, que duraria até 1797, quando tais recenseamentos seriam feitos, grosso modo, a fim de atender objetivos militares na Bacia Prata. É reconhecido, pois, o início da segunda fase das listas nominativas que teria durado até 1836, caracterizada pela transformação no objetivo desses censos: a partir

⁷ BACELLAR, Carlos de A. P. As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836). *Anais de História de Além Mar*, Lisboa, v. XVI, p. 313-338, 2015b.

desse ano, o interesse militar deixou de ser preponderante para dar lugar ao projeto de controle administrativo e econômico de um território em expansão econômica⁸.

Ainda que tal documentação, nas últimas décadas, tenha servido de base para as teses originais, para o aumento das possibilidades no conhecimento da população paulista do passado e para o avanço da Demografia Histórica no Brasil, deve-se reiterar a existência de limitações em tais fontes, limitações estas que a presente pesquisa buscou diminuir ao analisar serialmente todas as listas nominativas disponíveis para a vila. Exemplo é a necessidade de se atentar ao recenseamento da ocupação dos indivíduos, pois existe um perigo de simplificação ao acreditar fielmente que o sujeito era apenas um lavrador de mantimentos ou senhor de engenho, uma vez que as ocupações não se excluem, não aparecendo, entretanto, de maneira associada nas listas nominativas. Também é importante se atentar ao possível sub-registro de pessoas e da própria sub-representação na produção de gêneros de cada unidade agrícola. Vale dizer que o potencial da metodologia nominativa não reside no simples delineamento da trajetória do indivíduo, mas no momento em que se extraem de sua experiência ensinamentos sobre a sociedade do qual ele faz parte⁹. Dito isso, deixa-se mais claro o papel central da reincidência dos produtores de Campinas nas diferentes listas nominativas, sendo possível, através disso, a criação de um quadro amplo da trajetória produtiva do parque açucareiro de Campinas ao longo dos anos¹⁰.

Em vista do exposto, a presente pesquisa foi organizada em duas partes. A primeira parte, constituída de três capítulos, empreende uma investigação através de diferentes escalas de análise, as quais foram dispostas em capítulos distintos a fim de permitir o exame dos diferentes agentes de transformação que levaram Campinas de uma economia marcadamente de subsistência para um dos mais importantes centros econômicos de São Paulo.

O primeiro capítulo, observando a realidade local de Campinas e sob o aporte da bibliografia sobre São Paulo, apresenta a constituição da vila enquanto espaço agrário, desde sua formação enquanto parada para os viajantes até sua fragmentação política em relação a Jundiá durante a montagem de suas unidades canavieiras. Em sequência, partindo de resultados apresentados pelos historiadores que trouxeram à luz as transformações demográficas de Campinas após 1790, é discutido o perfil daqueles sujeitos que montaram engenhos e estabeleceram partidos de cana, especialmente em relação às suas naturalidades e idades.

⁸ MARCÍLIO, 2000, p. 33-43.

⁹ BACELLAR, Carlos de A. P. Para conhecer os súditos d'EI Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. **Revista Estudos Amazônicos**, v. IX, n. 1, p. 32-57, 2013.

¹⁰ Os limites e as potencialidades das fontes serão mais detidamente discutidos ao longo da pesquisa.

O segundo capítulo leva a observação para a escala global, apresentando os efeitos causados no mercado transatlântico de açúcar pela Revolução de escravizados ocorrida em Saint-Domingue no ano de 1791. Nesse momento, é realizada a discussão acerca das transformações nos preços do açúcar, em especial nas praças coloniais, observando as suas variações entre 1792 e 1810 na colônia e também em Campinas. Em seguida, observando as condições locais, e sendo a produção açucareira paulista destinada, sobretudo, à Europa, discute-se o transporte do açúcar de Campinas até Santos, considerando a necessidade de as personagens interessadas na produção e na venda desse gênero em reformular o comércio até o porto mais próximo.

O terceiro capítulo discute as circunstâncias da conjuntura paulista e campineira que serviram de refração para os fenômenos globais, de forma a se debruçar sobre a análise da conjuntura local que funcionou sob as mudanças que ocorriam no mercado internacional dos gêneros agrícolas na década de 1790. Nesse sentido, o capítulo apresenta as medidas político-econômicas realizadas pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena, especialmente no que diz respeito à política do porto único e à busca pela adequação da infraestrutura paulista. Buscou-se compreender a reorganização da lógica comercial durante seu governo e como tal conjuntura foi aproveitada pelos agentes locais – sobretudo negociantes – para o estabelecimento de novos contatos comerciais. O capítulo ainda identifica algumas dessas figuras fundamentais na transformação do Quadrilátero do Açúcar, em especial o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós, bem como busca depreender o papel desse sujeito na formação do complexo açucareiro de Campinas.

A segunda parte, constituída de quatro capítulos, visa a compreender as diferentes formas com que os processos de refração analisados transformaram a paisagem agrária e social em Campinas entre 1790 e 1818.

O quarto capítulo traz à baila os processos fundamentais de produção, colheita e manufatura do açúcar, à luz da paisagem agrária de Campinas e das possibilidades de transformação que estimularam a migração e o investimentos dos agentes coevos naquela vila. Foram identificados, assim, os conhecimentos e os métodos que estavam disponíveis, em termos técnicos e materiais, no período de formação do complexo açucareiro paulista.

O quinto capítulo apresenta os diversos tipos de propriedades voltadas à economia açucareiras que foram montadas entre 1790 e 1810 em Campinas. Destacam-se quatro tipos: o engenho próprio, o engenho em sociedade, o engenho de absenteísta e o partido de cana. Enquanto os três primeiros são propriedades em que se realizava todo o processo de fabricação do açúcar, desde sua colheita até o fim de sua manufatura, o partido de cana era

aquela unidade em que o sujeito não dispunha dos mecanismos para manufaturar o doce, de modo que os historiadores entendem tal propriedade como aquela na qual o sujeito que planta e colhe a cana-de-açúcar acaba por cedê-la para manufaturar em engenho alheio. Discute-se, então, como as diferentes formas de organização dessas propriedades canavieiras também geraram diferentes apropriações do espaço, bem como diferentes caminhos na montagem de suas unidades produtivas.

O sexto capítulo volta o foco de análise para a apropriação das terras campineiras no processo de montagem de seu complexo açucareiro. Por meio dos Inventários dos Bens Rústicos, datado de 1818, é discutido o quadro agrário geral de Campinas, evidenciando os desiguais acessos à terra no alvorecer do Oitocentos. Em seguida, a análise é centrada nos quatro tipos de propriedades canavieiras que foram encontradas na vila, mostrando que nestas não só se concentrou a maior parte das terras de Campinas, como alguns grandes engenhos eram os responsáveis pelo massivo controle do território campineiro.

O sétimo capítulo volta-se à análise das produções da vila e da apropriação do trabalho cativo. Em um primeiro momento, investigou-se a economia campineira através dos mapas de produção localizados ao fim de determinadas listas nominativas, a fim de depreender o desenvolvimento da economia de mantimentos em consonância com a economia açucareira. Em seguida, o capítulo apresenta uma investigação sobre as escravarias de Campinas, em que se discute a apropriação dessa mão de obra para a montagem do parque açucareiro da vila. Sendo assim, estabelece-se uma relação direta entre a produção de açúcar das unidades canavieiras, o perfil demográfico da população cativa e a exploração dessa mão de obra.

Na conclusão, foi realizado um balanço crítico dos resultados obtidos frente às hipóteses e aos objetivos estabelecidos. Sendo assim, procurou-se debater as limitações encontradas ao longo da pesquisa, bem como foram discutidas as possibilidades de expansão para pesquisas futuras.

**PARTE I – PAISAGEM LOCAL SOB A REFRAÇÃO DO GLOBAL: MONTAGEM
DA LAVOURA CANAVIEIRA CAMPINEIRA NA PASSAGEM PARA O
OITOCENTOS**

O crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas (...) assim também se há de acreditar com os mercadores e correspondentes na praça, que lhe deram dinheiro, para comprar peças, cobre, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas. Porque, se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelhem para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lhe não há de pagar, ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar

Antonil, Capítulo XII de Cultura e Opulência do Brasil.

1 A formação de Campinas no decurso do Setecentos e no alvorecer do Oitocentos

Conhecida como “Princesa do Oeste” devido à imensa produção cafeeira da segunda metade do século XIX, Campinas possui uma historiografia bastante volumosa sobre o período de expansão e de auge cafeeiro; apesar de existirem pesquisas dos mais variados âmbitos, a escravidão é o processo mais estudado e analisado detalhadamente¹¹. Não é para menos: além de ter sido, nas décadas de 1830 e 1840, a região que mais fabricou açúcar na província de São Paulo¹², se tornou 30 anos depois uma das maiores produtoras de café do Império do Brasil e âmago da concentração de cativos no Oeste Paulista. Em contrapartida, a historiografia tem estudado o movimento de crescimento da lavoura canavieira campineira, ainda no período colonial, com menos entusiasmo¹³.

Isso posto, o objetivo geral da primeira parte desta pesquisa é investigar os processos que possibilitaram Campinas ter se tornado um grande centro econômico ainda na década de 1790. Para cumprir tal objetivo, o primeiro passo é apresentar o nascimento político e o rápido desenvolvimento econômico de Campinas colonial, resultado daquilo que a historiografia tem produzido a seu respeito. O segundo passo é apresentar o perfil dos sujeitos que alavancaram a lavoura canavieira. Por fim, o terceiro passo é discutir as particularidades dos fenômenos político-econômicos do século XVIII e início do XIX que provocaram a janela de oportunidades para a expansão canavieira em terras campineiras, trazendo à baila o papel fundamental dos negociantes de grosso trato radicados na cidade de São Paulo.

As origens da ocupação territorial de Campinas encontram-se intimamente ligadas às “descobertas de novas jazidas auríferas em Goiás e Mato Grosso, nas rotas terrestres e fluviais que atravessavam São Paulo”¹⁴. Esses avanços territoriais foram realizados pelos paulistas muito em consequência da perda do controle sobre auríferas de Minas Gerais e se tornaram fenômenos fundantes de várias localidades da capitania de São Paulo. Isso porque as expedições de descoberta, assim como as jornadas para o transporte de mercadorias até

¹¹ A fim de padronizar a nomenclatura, a presente pesquisa utilizará apenas o nome Campinas para se referir ao local deste estudo. Entretanto, conforme será apresentado no capítulo 1, é relevante salientar que, entre os anos de 1797 e 1842, o espaço aqui trabalhado era oficialmente nomeado enquanto vila de São Carlos.

¹² PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

¹³ MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil** 3. ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941. Renato Leite Marcondes também aponta que a safra campineira de café no ano de 1886 foi a maior da província paulista. In: A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 403-424, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19219/21282/22750>>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

¹⁴ LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 44.

Goiás ou Mato Grosso¹⁵, exigiam no período colonial uma série de paradas aos viajantes – áreas que até o ano de 1748 pertenciam à Capitania de São Paulo, as quais também eram chamadas de ranchos ou pousos, distribuídas de maneira estratégica ao longo das trilhas abertas.

Foi na expansão dessa estrada para a exploração das regiões auríferas, no início do século XVIII, em que “pipocaram pousos, sesmarias, bairros rurais”¹⁶ e que se originou Campinas, até então um pouso chamado de “Campinas do Mato Grosso” e também “Pouso das Campinas” – o qual deveria servir para os sujeitos que trafegavam entre as vilas de Jundiá e Mogi-Mirim¹⁷. O viajante Auguste de Saint-Hilaire escreveu que a estrada, conhecida como “Caminho dos Goiaes”, se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”¹⁸. Seria esse o único caminho que ligava a cidade de São Paulo às recentes zonas auríferas:

Em São Paulo o conhecimento do sertão adiante de Jundiá era limitado à única linha da estrada de Goiás passando por Campinas, Casa Branca, Cajuru etc., para passar o Rio Grande no porto conhecido hoje pelo nome de Porto da Espinha ou nas suas imediações. Nestas condições é certo que a serra denominada de Mogi-Guaçu só era conhecida de longe, provavelmente por visadas da estrada de Goiás¹⁹.

A geografia local foi a razão que definira o pouso onde nasceu Campinas, que se tornou posteriormente bairro rural de Jundiá. Como é percebido na figura I.1, a parte do “Caminho dos Goiaes”²⁰ que se refere à trilha realizada entre a cidade de São Paulo e a vila

¹⁵ Cópia da Ordem Real, 1748. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 73, 1952, p. 122-123.

¹⁶ SILVA, Aúrea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27314104>. Acesso em: 05 de nov. de 2020.

¹⁷ ROSSETO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da ‘estrada dos Goiaes’ no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 141-191, 2006, p. 141.

¹⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1976, p. 83.

¹⁹ Roteiro do Caminho de S. Paulo para as Minas Geraes, e para o Rio das Velhas. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 11, 1896, p. XLVI.

²⁰ Para mais estudos acerca do Caminho dos Goiaes, ver: BACELLAR, Carlos de A. P. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 34(3) v. 2 n. 3, 2015a, p. 549-565. Disponível em: <<https://rebepe.emnuvens.com.br/revista/article/view/983>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020; OLIVEIRA, Paulo Roberto de. O Caminho de Goiás e as ligações comerciais entre o Nordeste Paulista, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. **Revista Monções**, v. 2, n. 3 Dossiê História Urbana, p. 136-151. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/moncx/article/view/992>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020; VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 243-288, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100010>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020; BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: passado e presente nos velhos mapas, conhecimento e poder**. Paraty, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

de Jundiaí, Campinas estava em espaço privilegiado na bacia do rio Tietê, pois estava localizada entre dois de seus grandes afluentes: os rios Capivari e Piracicaba. No entanto, na altura da vila de Jundiaí era encontrada uma cerrada floresta que se estendia até Mogi-Mirim²¹, trecho de mata nomeada à época de “mato grosso de Jundiaí”, devido à sua densidade florestal – em Mogi voltavam, então, os campos abertos e os já existentes pousos²².

Eram necessários, dessa forma, pousos em locais com menor densidade florestal, para permitir aos viajantes alimentarem suas tropas e também passarem ao largo de indígenas inimigos ou dos quilombos existentes em São Paulo. Os ranchos ofereciam, em geral, espaços para os viajantes e seus animais pernoitarem e eram fundamentais para longas viagens. Também poderiam ofertar refeições e outros produtos de cultivo local, ou seja, “a localização de Campinas na beira da estrada e a presença de um rancho para os viajantes foi salutar para o crescimento da povoação à freguesia”²³. Ainda observando a lista nominativa de habitantes de 1767, quando Campinas havia sido erigida a freguesia de Jundiaí há apenas três anos, Laura Fraccaro afirma que “a função de alguns chefes de domicílio estava atrelada à estrada, sendo listada como ‘vive no caminho de Minas com tropa’ ou ‘vive no caminho de Minas e de ser soldado’”²⁴. Além disso, como destaca Fraccaro, já em uma das primeiras descrições sobre Campinas, ainda enquanto freguesia, foram evidenciados “a centralidade da estrada, a fertilidade das terras, o isolamento em relação a outras vilas e a pobreza dos habitantes; quadro que viria mudar apenas nas duas próximas décadas”²⁵.

²¹ Mogi-Mirim estava ligada à jurisdição da vila de Jundiaí até 1769, tendo se desmembrado nesse ano e se tornando vila sob o nome de “São Jose de Moji-Mirim”. Ver: SEADE – Fundação Sistema de Análise de Dados, **Desmembramento dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentos/>>. Acesso em: 08 de jun. de 2020.

²² PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, v. 20, 1969, p. 11-12.

²³ FRACCARO, Laura Candian. **Estratégias de pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas em Campinas: 1779-1836**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2018, p. 45. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333661>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

²⁴ FRACCARO, 2018, p. 45.

²⁵ FRACCARO, 2018, p. 45.

estando os ditos campinhos “em distância de quatro legoas, com pouca diferença”, do ponto de transcurso do rio Atibaia; e, finalmente, que “os ditos campinhos eram três, sendo o maior o do meio”. Tal sesmaria seria de uma légua de terras em quadra, “fazendo pião no campinho maior”. No ponto em que se encontravam os tais campinhos, em meio ao mato grosso, formou-se pouso que teria sido o primeiro da nova estrada, conhecido como pouso dos campinhos, ou das campinas.²⁷

Segundo o pesquisador local de Campinas, Celso Maria de Mello Pupo, a sesmaria discutida no trecho de Rosseto não foi estabelecida ou explorada pelo seu proprietário²⁸. Inclusive, entre os anos de 1728 e 1774, foram cedidas seis sesmarias na região de Campinas, sendo apenas uma explorada em consequência do estabelecimento de sítios: a sesmaria do chamado “fundador de Campinas”, Francisco Barreto Leme²⁹. O próprio Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, quando erigiu Campinas em freguesia, nomeava Barreto Leme enquanto “fundador, administrador e diretor da povoação”, sendo de sua vontade que convocasse “todos os forros, carijós e administrados de que tiver notícia [que] andam vadios e não tem casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República e os obrigue a ir povoar as ditas terras das Campinas do Mato de Jundiaí, estabelecendo nelas a referida povoação”.³⁰

Sobre a ocupação, de fato, territorial da Campinas recém elevada à condição de freguesia, vale destacar que apenas Barreto Leme (dono de sesmaria) e José de Sousa e Siqueira (comprador de terras) foram descritos enquanto proprietários de terras nos levantamentos populacionais de 1767 e 1775³¹. Sendo assim, todos os outros chefes de fogo³² estavam em terras devolutas ou alheias, indicando que esse primeiro movimento de estabelecimento de sítios foi por posse sem a carta de sesmaria³³. Para Carlos Bacellar e Paulo Teixeira, pode-se

²⁷ ROSSETO, 2006, p. 144.

²⁸ PUPO, 1969, p. 16.

²⁹ Celso Pupo relata um caso curioso. Apesar de Silvestre Martins Nogueira aparecer como proprietário de uma sesmaria na região de Campinas, ele surge na lista nominativa de habitantes de 1773 como morador em terras devolutas, cf. PUPO, 1969, p. 17.

³⁰ Carta para Francisco Barreto Leme ser Fundador e Diretor da Nova Povoação das campinas do Mato Grosso, Distrito da Villa de Jundiaí. São Paulo, 27 de maio de 1774. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 33, 1901, p. 160.

³¹ PUPO, 1969, p. 30.

³² O fogo, primeira base de ocupação da terra, pode ser considerado como uma unidade econômica e de trabalho, pois todos ali recenseados poderia estar em torno de atividades organizadas que visavam à manutenção do grupo doméstico. Ou seja, não é necessariamente uma residência, podendo ser um local com várias casas. Em cada fogo poderiam estar presentes, além do núcleo familiar básico, agregados e escravizados, isto é, todos de uma unidade agrária.

³³ Entende-se que ocupar “terras alheias” foi a designação dada a sujeitos estabelecidos em sesmarias de formas autorizada pelos seus proprietários, enquanto as terras devolutas foram terras de sesmarias cedidas em que os donos não seguiram as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a outorgou: a Coroa portuguesa. Para mais sobre terras devolutas, ver: GUIMARÃES, Gilberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil: sesmaria e terras devolutas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1991; MOTTA, Márcia M. Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

afirmar que “houve uma divisão das terras ao redor do bairro central, isto é, aquele que daria origem ao centro da vila e posterior cidade de Campinas. Isto deveu-se à procura por terras férteis e próximas à Freguesia”³⁴. O reconhecimento de Campinas enquanto freguesia da vila de Jundiáí ocorreu apenas no ano de 1774, após uma série de requerimentos, quando “a população de Campinas recebeu autorização para construir sua própria igreja e formar uma paróquia em separado”³⁵. Tendo, assim, alcançado uma autonomia religiosa, se estabeleceu enquanto freguesia sob o nome de “Nossa Senhora da Conceição das Campinas” e, a partir de então, passou a não existir mais a necessidade de os moradores se deslocarem cerca de 66km até Jundiáí para os ofícios religiosos: a “nova paróquia e a igreja poupariam essa longa viagem aos agricultores”³⁶.

Se a ocupação territorial do espaço que formou Campinas, de um primeiro momento até parte significativa da segunda metade do século XVIII, indica que suas terras foram alvos de sesmeiros que não exploraram suas partes concedidas pela Coroa portuguesa, esse fenômeno passaria por considerável transformação na década de 1790. Segundo Nelson Hideiki Nozoe, foram expedidas vinte e duas cartas concedendo sesmarias para a região de Campinas apenas entre os anos de 1790 e 1799³⁷, ou seja, foi no período em que se deu a expansão das concessões de sesmarias e a conseqüente alteração profunda da estrutura fundiária e econômica da região.

O início do processo de ocupação em terras campineiras esteve, de maneira notória, diretamente ligado à expansão territorial praticada em São Paulo pelos interessados nas jazidas de ouro de Cuiabá e Mato Grosso. Sua terra roxa, excelente para a plantação de grãos – como são os casos dos pés de café, além de ser também propícia à plantação de para a cana-de-açúcar³⁸ –, não fora explorada nesse momento para extensas plantações agrícolas ou estabelecimento domiciliar de uma elite agrária³⁹. Pelo contrário, tudo indica que Campinas foi

³⁴ BACELLAR, Carlos de A. P.; TEIXEIRA, Paulo. E. O mundo dos escravos: trabalho e sociabilidade no Entre Rios. In: RIBEIRO, Suzana Barreto. (Org.). **Sesmarias, Engenhos e Fazendas: Arraial dos Souzas**, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Campinas: Direção Cultura, 2016, p. 8.

³⁵ EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 46.

³⁶ EISENBERG, 1989, p. 346.

³⁷ NOZOE, Nelson Hideiki. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 172. Ainda segundo o autor, de 1780 a 1789, foi concedida apenas 1 sesmaria para Campinas; de 1800 até 1822, foram concedidas mais 5.

³⁸ Sobre a qualidade das terras de Campinas, ver: SANTIN, Dionete A. Flora: do Matto Grosso ao Café. In: RIBEIRO, Suzana Barreto (org.). **Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas**, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Vol. 3. Campinas: Direção Cultura, 2016, p. 22.

³⁹ Para mais sobre a categoria de elite, ver: BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana**. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998; FRANÇOIA, Juarez. **Senhores de escravos: trajetórias, disputas e solidariedade no Oeste Paulista, 1845-1880**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279292>>. Acesso em: 10

por muito tempo espaço de pequenos sítios, plantação de mantimentos para o estabelecimento de pequenas transações e local de passagem para os negócios estabelecidos com as zonas auríferas.

Desde o período que se estabeleceu enquanto freguesia de Jundiá até o início da década de 1790, Campinas recebera uma migração constante, porém paulatina, de moradores livres. Mesmo que incipiente para uma ampla expansão das fronteiras agrícolas, foi processo fundamental para principiar uma ocupação territorial e para ali se vislumbrar o estabelecimento de novas relações familiares e econômicas. Paulo Eduardo Teixeira e Peter Eisenberg trouxeram à baila que, no ano de 1774, a freguesia possuía 388 indivíduos livres e apenas 59 fogos; já cinco anos depois, em 1779, a freguesia apresentou um pequeno crescimento, somando o total de 445 habitantes e alcançando 66 fogos; em 1790, por seu turno, apresentara um crescimento para, respectivamente, 1.138 indivíduos e 177 fogos⁴⁰.

Por outro lado, se em 1774 havia na freguesia o total de 87 cativos listados, 16 anos depois eram 219 escravizados⁴¹, demonstrando um crescimento abaixo do encontrado para livres. A idade média dos cativos, inclusive, era bastante alta para o período e, apesar de ter diminuído continuamente após 1774, estava em torno de 27 anos em 1790⁴². Considerando os escravizados enquanto um padrão de acumulação de cabedal por parte de seus proprietários – visto serem os cativos a principal mão de obra das propriedades agrícolas –, e observando em conjunto o baixo crescimento do número de cativos e suas altas idades, somados ao próprio número de mulheres e homens cativos ter permanecido semelhante durante todo o período⁴³, pode-se aferir que o período não apresentou, de fato, uma expansão econômica considerável para a vila.

Esse ponto corrobora as afirmações de Celso Pupo, quando argumenta que foi a montagem da lavoura canavieira de Campinas por antigos e, principalmente, novos moradores ao longo da década de 1790 que possibilitou uma pujança econômica não antes vista para os

de jun. de 2020; BACELLAR, Carlos de A. P. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.

⁴⁰ TEIXEIRA, Paulo E. **A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 40; EISENBERG, 1989, p. 358.

⁴¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista Nominativa de Habitantes, Campinas, 1774 e 1790. Em conjunto do pesquisador Felipe Rodrigues Alfonso, foi realizada a transcrição dos fogos que possuíam escravos de todas as listas nominativas de habitantes encontradas no Arquivo Público do Estado de São Paulo para a freguesia de Campinas, os quais correspondem aos anos de 1778, 1779, 1782, 1783, 1785, 1786, 1787, 1789 e 1790. NICOLETTE, Carlos E.; ALFONSO, Felipe R. A composição do perfil das escravarias como elemento das estratégias adotadas pelos proprietários de escravos. Campinas, 1778-1829. In: **Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial**, 2018a, Natal/RN. Espaços coloniais: domínios, poderes e representações. Natal: EDUERN, 2018, v. 1., p. 2099-2111.

⁴² APESP, LNH, Campinas, 1790.

⁴³ NICOLETTE; ALFONSO, 2018a, p. 2104-2105.

campineiros. Segundo o autor, até a década de 1790, a “vida dos sitiantes do bairro do Mato Grosso, sem surto de melhoria e sem recuos restritivos plantavam o milho, faziam fubá, alimentavam o porco produtor de toicinho e carne, pouco vendendo para a estrada de Goiás, utilizando-se número de escravos”⁴⁴.

Historiadores com os mais diversos enfoques metodológicos já estabeleceram como ponto de virada para a economia campineira a explosão do número de engenhos na década de 1790, assim como ocorreu no que foi chamado de Quadrilátero do Açúcar. Suas terras férteis seriam nesse tempo exploradas com o intuito de estabelecer *plantations* escravistas, com sua extensa ocupação de terra, derrubada de árvores e usurpação do trabalho cativo. Pouco lembraria aquele pouso inicial para caminho das jazidas de minérios, que fora descrita por um pároco de Campinas como sendo feita de “sertões trilhados por muito tempo com a estrada das minas de Goiás, esteve alguns anos este caminho inculto e depois vieram aos poucos (...) fazer aqui suas habitações, por se acharem fertilíssimas as terras e suposto vivessem com muita fartura de mantimentos”⁴⁵.

Durante a década de 1790, a freguesia sofreu uma onda migratória que resultou no salto demográfico para 3.699 pessoas em 1800, em 453 domicílios⁴⁶. Se em 1790 eram 219 escravizados em Campinas, com uma razão de sexo de 99⁴⁷, no final dessa década, 1799, contabilizavam 821 cativos (crescimento de 375%), com a razão de sexo saltando para 182. Em outras palavras, além do vertiginoso crescimento da população cativa, esse se concentrou na mão de obra masculina. O número de livres ou libertos também cresceu, porém numa taxa, agora, mais lenta: em 1790 eram 1.138 pessoas e nove anos depois saltou para 2.078, um crescimento de 82%. O crescimento relativo da população livre foi quase cinco vezes menor na década de 1790, se comparado ao dos cativos, o que indica uma transformação na demografia local bastante diferente daquela que vinha ocorrendo desde sua fundação – assumidamente de famílias livres⁴⁸. Além disso, é possível verificar que a concentração da mão de obra cativa foi profundamente alterada durante a década de 1790, haja vista a centralização de cativos nas mãos de proprietários com mais de 19 escravizados⁴⁹. Petrone conclui que o progresso econômico de

⁴⁴ PUPO, 1969, p. 34.

⁴⁵ Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, apud FRACCARO, 2018, p. 45.

⁴⁶ ALFONSO, Felipe R. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café**: Campinas, 1790-1850. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018a, p. 85-86.

⁴⁷ Razão de sexo é o cálculo do número de homens para cada 100 mulheres, ou seja, nesse ano havia mais mulheres do que homens cativos em Campinas, numa taxa de 99 homens para cada 100 mulheres.

⁴⁸ TEIXEIRA, Paulo E.; SANTOS, Antônio. Viver e envelhecer: trajetórias de vida numa vila paulista (Campinas, 1774-1842). **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas, v. 26, n. 1 [35], 2018, p. 7-30.

⁴⁹ NICOLETTE; ALFONSO, 2018a, p. 2106-2107; APESP, LNH, Campinas, 1790 e 1799.

Campinas foi colossal após o florescimento do complexo açucareiro⁵⁰, “progresso esse que, de maneira alguma, pode ser comparado ao de qualquer outra localidade, nem mesmo ao da tradicional da terra açucareira de Itu”⁵¹.

Foram esses indivíduos que transformaram o quadro econômico e social de Campinas, expandindo o número de engenhos de maneira extraordinária; como afirma Petrone, “a lavoura canavieira se expandiu muito, dando importância econômica ao lugar”⁵². A autora acerta sobre o papel crucial do açúcar na transformação da história de São Paulo e, em especial, de Campinas, haja vista que em 1793 eram encontradas apenas três propriedades canavieiras e, em menos de 20 anos, no ano de 1810, 66 propriedades canavieiras compunham o cenário agrícola campineiro⁵³. As propriedades açucareiras, inclusive, foram as principais responsáveis pelo aumento da população, tendo em conta que, já em 1799, os residentes de propriedades canavieiras, entre livres e cativos, formavam 1/3 da população total – taxa que se mantém similar durante a década de 1800.

Isso posto, é notório que as transformações econômica e demográfica da vila foram ocasionadas, sobretudo, pela montagem da lavoura canavieira, mas isso não significou apenas a profusão de engenhos e cativos em Campinas, gerando também a transformação da paisagem agrária por mãos de trabalhadores livres e sem escravizados. Em 1809, segundo Eisenberg:

[...] quase vinte anos depois do início da explosão do açúcar, 3/4 dos chefes de fogos ainda trabalhavam em lavouras de alimentos. Os donos de engenho e os plantadores de cana representavam apenas 12% das unidades domésticas. Havia um minúsculo setor terciário de comércio e serviços, mas o setor primário, composto principalmente de agricultores com lavouras de alimentos, superava de longe todas as outras categorias profissionais.⁵⁴

Assim, após a montagem e expansão da lavoura canavieira, Campinas pouco lembrava aquele pouso parcamente povoado da maior parte do século XVIII, tendo recebido uma grande migração de trabalhadores, além da concentração de capitais, o que possibilitou à vila exportar vários gêneros alimentícios e, em especial, açúcar⁵⁵; “a certeza de encontrar terras férteis sem

⁵⁰ Nesta pesquisa, os termos “complexo açucareiro” e “parque açucareiro” serão utilizados em relação de sinonímia.

⁵¹ PETRONE, 1968, p. 46.

⁵² PETRONE, 1968, p. 45.

⁵³ APESP, LNH, Campinas, 1810. Arquivo Histórico Ultramarino. Administração Central. Conselho Ultramarino. Brasil-São Paulo. Mappa dos Engenhos de assucar que existem na villa de Sam Carlos desde o anno de 1793 até o anno de 1798 com o número de escravos ocupados e seus rendimentos anuais. **Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo**. Post. 1798, cx. 14, d. 698. Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023_SP_AV&Pesq=MAPAS%20COM%20RESUMO%20GERAL%20DOS%20ENGENHOS&pagfis=8210>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

⁵⁴ EISENBERG, 1989, p. 356.

⁵⁵ Não raro serem encontradas menções, nas listas nominativas de habitantes, às vendas de milho e toucinho para a cidade de São Paulo, para a vila de Itu, dentre outros espaços da região.

ocupação devem [sic] ter sido razões suficientes para fazer famílias inteiras mudarem-se para a vila”⁵⁶. O próximo passo, então, é investigar o perfil daqueles migrantes que assentaram as transformações na paisagem agrárias de Campinas em lavouras canavieiras.

1.1 Migração e a busca por terras: naturalidade dos proprietários de engenhos e partidos de cana na eclosão açucareira de Campinas

As transformações econômicas e demográficas que Campinas sofreu – sobretudo, a partir da década de 1790 – se relacionam diretamente às noções de fronteira. Em outras palavras, são as fronteiras demográfica e econômica que avançam sobre o território, fato ocorrido explicitamente em Campinas. No entanto, é importante acentuar que as diferenças entre as fronteiras representam “etapas sucessivas de penetração civilizadora e, conseqüentemente, correspondem a graus diversos de intensidade de interação”⁵⁷. Segundo José de Souza Martins, para se discutir sobre as zonas de expansão para o interior da colônia, é fundamental compreender que elas progridem em movimentos socioeconômicos, ou seja, avançam a linha de povoamento e a frente pioneira também. Enquanto a primeira se refere à fronteira demográfica, a segunda se refere à econômica, o que promove a necessidade de:

uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da “civilização”, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.

É possível, assim, fazer uma primeira *datação histórica*: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica⁵⁸.

Segundo esse movimento descrito por Martins, os primeiros moradores de Campinas seriam a fronteira demográfica que avançou sobre as populações indígenas. Um segundo movimento seria estabelecido em Campinas ao longo da segunda metade do século XVIII, como foi visto em relação à expansão da população livre e ao estabelecimento de sítios e de relações sociais entre esses indivíduos. O terceiro movimento se deu ao largo da década de 1790, quando houve, de fato, a expansão econômica da vila, o acúmulo de capitais e a

⁵⁶ FRACCARO, 2018, p. 57.

⁵⁷ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977, p. 244 apud MARTINS, José de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 8, n 1, p. 25-70, 1996, p. 58.

⁵⁸ MARTINS, 1996, p. 31.

concentração de terras⁵⁹ e de mão de obra escravizada. Esse último movimento foi produzido efetivamente por agentes históricos e, para investigar qualquer pedaço de terra campineira, é relevante entender o perfil dos sujeitos que se mudaram para Campinas, de modo a perceber quem eram aqueles que administraram suas posses, adquiriram escravizados e os exploraram a fim de fundarem suas propriedades açucareiras e aumentarem seus patrimônios. São esses sujeitos que passam agora ao foco da análise.

Se a historiografia tem mostrado que a expansão econômica e demográfica de Campinas se confundiu com a ampliação da lavoura canavieira, faz-se necessário acompanhar os proprietários que investiram na plantação de cana-de-açúcar. A fim de compreender quem eram os indivíduos que produziram o açúcar de Campinas, o objetivo do presente capítulo é evidenciar a naturalidade e a idade dos homens que montaram suas propriedades canavieiras em Campinas, entre 1793 e 1810. Para cumprir tal objetivo, é importante destacar que eles se dividem em dois grupos distintos: os senhores de engenho e os partidistas de cana. Enquanto o primeiro grupo é prestigiado pela historiografia, o segundo é mais desconhecido. A principal e imprescindível diferença entre eles está em dispor ou não de utensílios e equipamentos para transformar a cana, na prática, em açúcar – posse exclusiva do dono de engenho.⁶⁰

Como será visto à frente, o partidista de cana era um indivíduo que plantava e colhia cana em suas posses, porém, desprovido dos utensílios para manufaturar a cana, realizava esse processo em engenho parceiro, cedendo ali parte de seu lucro. A análise aqui empreendida visa a entender o padrão demográfico desses indivíduos, com foco em suas origens, idades e o espaço de tempo entre a migração para Campinas e a primeira confecção de açúcar.

É necessário salientar duas observações metodológicas antes de iniciar a discussão sobre o perfil dos produtores de cana⁶¹. A primeira é que o local de nascimento presente nas listas nominativas não era padronizado a partir de vilas ou capitâneas, sinalizando que o caráter declaratório do documento deixou à escolha do depoente seu local de nascimento. É comum encontrar, portanto, o indivíduo declarando ter nascido em São José del-Rei em um determinado ano e, em outro, aparecer apenas Minas Gerais. O critério utilizado na presente investigação foi transcrever o termo tal qual apareceu nas listas, porém para a análise que se segue agrupou-se

⁵⁹ Para o resultado das disputas de terra decorrentes da expansão canavieira em Campinas, ver: FRACCARO, Laura Candian. **Vidas em liberdade**: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas, 1800-1850. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012. Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279296/1/Fraccaro_LauraCandian_M.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020; FRACCARO, 2018.

⁶⁰ Será explorado, na segunda parte da presente investigação, o fazer açucareiro e as diferenças e similitudes entre senhores de engenho e partidistas, bem como a relação entre eles para a expansão da lavoura canavieira campineira.

⁶¹ Adotou-se o termo “produtor de açúcar”, “produtor de cana” ou “lavrador de cana” para se referir a todos que produziram açúcar naquele ano.

em termos mais amplos; no caso aludido, foi escolhido Minas Gerais. Um segundo impasse derivado do caráter declaratório é que, por vezes, os sujeitos declaravam a freguesia ou distrito em que nasceram em vez da vila. Isto é, um indivíduo pode aparecer como tendo nascido em Cotia, no século XVIII, porém essa era uma freguesia da cidade de São Paulo. Para fins analíticos, o padrão adotado também foi agrupar as vilas ou cidades; isto é, todos os nascimentos em freguesias ou distritos que se desmembraram após 1790⁶². A segunda observação é que Campinas foi uma freguesia até 1797, ou seja, é comum que os nascidos anteriormente sejam recenseados como nascidos em outros locais – especialmente Jundiaí. Além disso, por ser um espaço recém-formado, é comum que possa receber migração e, conseqüentemente, seus moradores terão naturalidades múltiplas⁶³. Isso posto, deve-se reiterar que a análise proposta não se refere apenas às naturalidades dos moradores, mas sobre a hipótese de que houve uma rápida e volumosa migração para Campinas entre fins do século XVIII e início do século XIX.

Enquanto era um espaço de pouso para viagens pelo caminho de Goias e freguesia de Jundiaí, Campinas recebeu uma povoação constante, como foi visto anteriormente. Conforme evidencia Teixeira ao analisar os registros paroquiais de Campinas, as origens dos noivos que se casaram em Campinas, desde a fundação da paróquia em 1774 até 1799, se concentraram nas localidades de Atibaia, Itu, Jundiaí, Mogi-Mirim e São Paulo, mas especialmente a primeira, que chegou a representar 25,7% dos homens casados no período⁶⁴. Ora, Jundiaí era a vila na qual se assentava a então freguesia de Campinas; Itu concentrava a elite agrária do Oeste Paulista e abrigava Porto Feliz – de onde costumavam partir as monções⁶⁵ –; São Paulo era a cidade mais populosa da capitania; Mogi Mirim e Atibaia eram pousos obrigatórios para os caminhos que levavam às zonas auríferas de Minas Gerais e Goiás⁶⁶. Em comum, todos esses locais estavam a uma viagem relativamente curta até Campinas; sendo a cidade de São Paulo a mais distante, a uma distância por volta de 100km

⁶² A exceção é Porto Feliz, pois se tornou independente de Itu apenas em 1797 e nesta vila foram agrupados os sujeitos. Decerto, não há nenhum senhor de engenho ou partidista de cana que nasceu após esse período na presente análise.

⁶³ Ainda assim, não faltam exemplos de plantadores de cana que foram recenseados como naturais de Campinas, mesmo que tenham nascido antes de 1797. Em 1805, foram observados cinco exemplos: Domingos da Costa Machado (31 anos), Bernardo Guedes de Godói (27 anos), Joaquim Guedes Barreto (29 anos), José Pinto de Godói (31 anos) e José de Sousa Siqueira (29 anos), cf.: APESP, LNH, Campinas, 1805.

⁶⁴ Foram somados os dados de Atibaia e Nazaré a partir da tabela 45 de Teixeira, uma vez que Nazaré se desmembrou da primeira apenas em 1850, cf. TEIXEIRA, 2011, p. 147

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cap. 1 – Os caminhos do sertão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; BORREGO, Maria A. de M.; SANTOS, João C. C. S. L. As cargas das canoas: alimentos e artefatos na rota das monções. In: ALGRANTI, Leila; MACÊDO, Sidiana. (Org.). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2020, v. 1, p. 132-157.

⁶⁶ Todas as localidades podem ser encontradas no mapa anexo 1.

– podendo ser percorrida em poucos dias no período. Portanto, Teixeira conclui, a partir do cruzamento com as listas nominativas, que deve aferir a vital “importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento”⁶⁷.

As origens de nascimento dos primeiros lavradores de cana de Campinas também não fugiram dessas opções migratórias aludidas por Teixeira. No ano de 1793, quando foi encontrado o primeiro relato de produtores de açúcar em Campinas, 3 eram naturais de Itu, 1 de Jundiá e 1 de Minas Gerais, conforme representado no gráfico I.1. É importante ressaltar que Pedro José Batista é o único partidista de cana que aparece em 1793, assim como o único nascido em Jundiá nesse primeiro levantamento. Já em 1796, além dele, aparece outro partidista de cana, originado de Portugal⁶⁸. Mas o universo dos partidistas ainda é pequeno no período, provavelmente porque os mapas que contêm o resumo dos engenhos de açúcar de São Paulo⁶⁹ ignoraram grande parte deles, ao passo que a lista nominativa trouxe à luz suas produções agrícolas de maneira mais ampla.

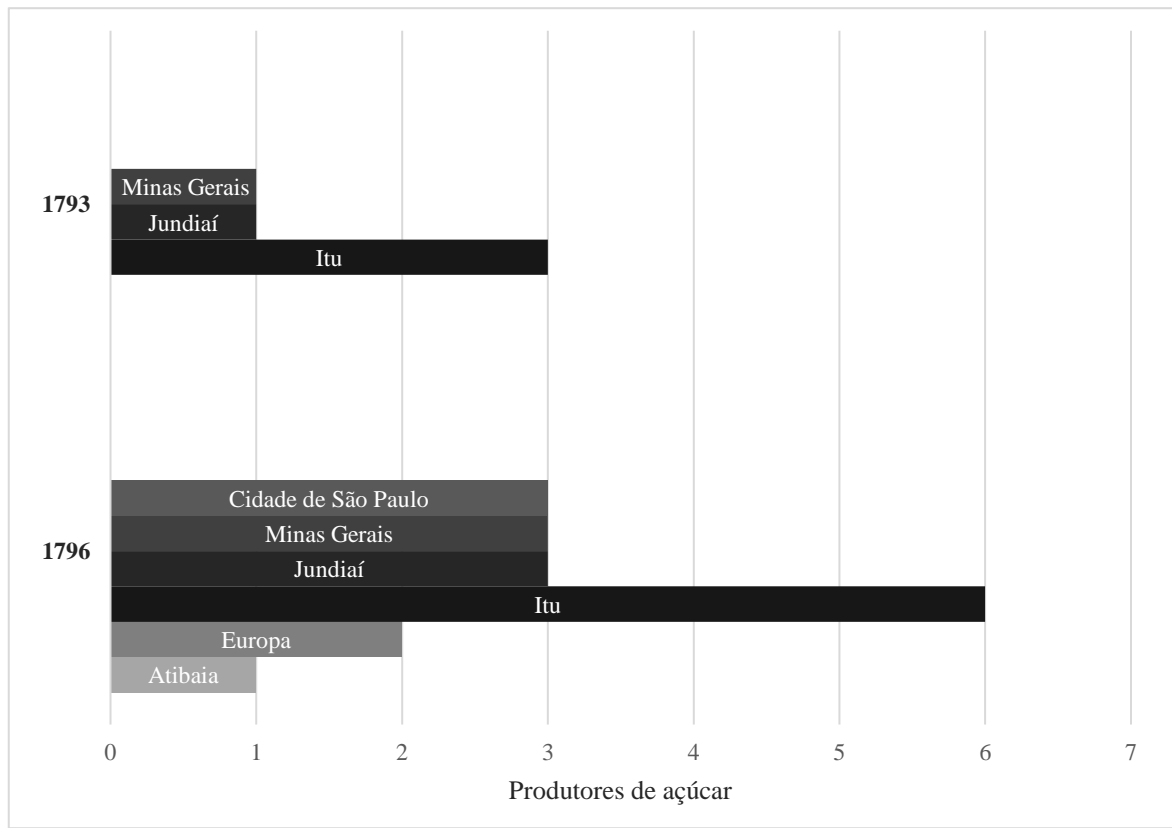
Fato que impressiona, além da rápida expansão para 16 engenhos e 2 partidos de cana em 1796, é a concentração de abertura de engenhos por ituanos, os quais apresentam mais de 1/3 dos senhores de engenho (conforme gráfico I.1). É possível visualizar que a origem daqueles sujeitos que erigiram engenhos durante a década de 1790 era, em sua maioria, relativamente pequena em relação à vila de Campinas. Contudo, diferentemente do que foi encontrado por Teixeira para população livre em geral, o local de nascimento para a maioria dos sujeitos que estabeleceram engenhos em Campinas não foi Atibaia, esse centro foi a vila de Itu. Isso se deve não apenas à proximidade entre as vilas, mas fundamentalmente ao fato de a vila de Itu possuir uma economia mais desenvolvida e uma elite agrária já estabelecida devido aos seus inúmeros engenhos e imensa produção açucareira.

⁶⁷ TEIXEIRA, 2011, p. 144.

⁶⁸ Nesses dois casos não há referência acerca do tipo de propriedade dos indivíduos; contudo, como aparecem enquanto partidistas de cana a partir das listas nominativas de 1798, assumiu-se que também eram nos anos anteriores em que apareceram na documentação enquanto “produtores de açúcar”. Para tal afirmação corrobora o fato de que não se conhece nenhum caso em que um indivíduo com engenho instalado tenha se tornado posteriormente apenas um partidista de cana. Ver: AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798

⁶⁹ AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798

Gráfico I.1 – Origem dos produtores de açúcar de Campinas em 1793 e 1796



Notas:

a. Em 1793, 1 produtor de açúcar nascido em Porto Feliz foi considerado para Itu, bem como 2 produtores em 1796, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1797.

b. Em 1796, 2 produtores de açúcar nascidos em Cotia foram considerados para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1856.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798, 1799 e 1800. AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798.

Antes de avançar para a análise da naturalidade e do processo migratório daqueles que se tornaram senhores de engenho e partidistas de cana da década de 1800, voltemos ao conceito de fronteira demográfica e econômica de Martins. Segundo o autor, a fronteira demográfica ocorre antes da econômica, pois a “dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça”⁷⁰. Questão esta que se percebe, de fato, com a expansão populacional de Campinas ocorrida na segunda metade do século XVIII, apesar de seu desenvolvimento econômico ter sido mais tardio. A análise dos indivíduos que instituíram engenhos entre 1793 e 1810 evidencia que esse movimento de avanço das fronteiras ocorreu de maneira distinta entre as décadas.

⁷⁰ MARTINS, 1996, p. 40.

Conforme a tabela I.1 apresenta, 56,5% dos senhores de engenho estabeleceram engenho em até 5 anos após se tornarem chefes de fogos em Campinas; já o tempo médio entre todos eles foi de 7 anos⁷¹. Essa comparação revela que a maior parte deles erigiu seu engenho em tempo bastante curto, mas que ainda assim não ocorrera a fundação da propriedade imediatamente após sua migração.

Tabela I.1 – Tempo de residência em Campinas até o estabelecimento de engenho (1793-1798)

| Anos | Faixa de anos | | | | | | | | | | | Total |
|------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10+ | |
| 1793 | - | 1 | - | 1 | 1 | - | 2 | - | - | - | | 4 |
| 1794 | - | - | 2 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 3 |
| 1795 | - | - | - | 2 | - | - | - | - | - | - | 1 | 3 |
| 1796 | - | - | - | 2 | 1 | - | 3 | - | - | - | | 6 |
| 1797 | - | 1 | 2 | - | - | - | - | 1 | - | - | 3 | 7 |
| 1798 | 1 | 1 | 3 | - | - | 3 | 1 | 1 | 1 | - | 1 | 12 |
| 1799 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 |

Notas

a. A coluna 0 indica os casos nos quais o chefe do fogo é senhor de engenho já no primeiro ano em que apareceu nas listas nominativas.

b. Não foram considerados os engenhos administrados e nem proprietários que antes eram partidistas de cana.

c. Em 1799 não surgiu nenhum novo senhor de engenho em Campinas.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1793-1799; AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798; BACELLAR, 1997, p. 189-194; PUPO, 1969, p. 30.

Houve uma considerável quantidade de sujeitos que há mais de 10 anos viviam em Campinas e estabeleceram engenho próprio. É o caso, por exemplo, dos cunhados Domingos da Costa Machado e Sebastião da Sousa Paes, nascidos em Portugal e Itu, respectivamente⁷². Casados com filhas do fundador e que estava entre os homens mais ricos de Campinas, Francisco Barreto Leme, eles residiam em Campinas desde 1767 e foram estabelecer engenho apenas, respectivamente, em 1794 e 1797. Esses são casos bastante evidentes de que a fronteira demográfica chegou, realmente, primeiro do que a econômica. Nessa primeira

⁷¹ A mediana foi de 5 anos. A média é obtida através da soma de todos os valores de um determinado conjunto e o resultado é, então, dividido pela quantidade de dados. Por sua vez, a mediana refere-se ao valor central de um determinado grupo de dados, a partir do momento que se ordena tal grupo em ordem crescente. Caso a quantidade de dados seja par, deve ser realizada a média dos dois valores centrais.

⁷² Para facilitar a leitura do texto, foi realizada a atualização da grafia no processo de transcrição. Em relação aos nomes, também foi feita uma padronização a fim de evitar confusões, uma vez que são recorrentes as mudanças de nomes entre os sujeitos. Isto é, no primeiro caso, ao se encontrar os nomes “José” ou “Jozé”, optou-se por utilizar apenas o primeiro; no segundo, caso um sujeito mude parte do nome ou sobrenome ao longo da documentação, utilizar-se-á apenas o primeiro transcrito.

década de expansão da lavoura canavieira, apenas João Ferraz [Castanho]⁷³ constituiu engenho no mesmo ano em que aparece como chefe de fogo, 1798. Esse fato não significa que esses indivíduos não estavam em Campinas anteriormente: tendo em conta que se fossem indicados como filhos ou agregados dos fogos, eles apareceriam apenas com o primeiro nome, dificultando o acompanhamento nominal.

Tabela I.2 – Tempo de residência em Campinas até o estabelecimento de engenho (1800-1810)

| Anos | Faixa de anos | | | | | | | | | | | Total |
|------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | +10 | |
| 1800 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| 1801 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 |
| 1803 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| 1804 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 |
| 1805 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| 1806 | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 3 |
| 1807 | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 3 |
| 1808 | 2 | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 3 |
| 1809 | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 2 |
| 1810 | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 2 |

Notas

a. A coluna 0 indica os casos nos quais o chefe do fogo é senhor de engenho já no primeiro ano em que apareceu nas listas nominativas.

b. Não foram considerados os engenhos administrados e nem proprietários que antes eram partidistas de cana.

c. Em 1801 e 1804, não surgiu nenhum novo senhor de engenho em Campinas.

d. Foram contabilizados cinco senhores de engenho novos que não produziram açúcar no primeiro ano e que também não continuaram nas listas seguintes e, por isso, não estão presentes na tabela.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1800-1810; BACELLAR, 1997, p. 189-194.

O movimento observado entre 1800 e 1810 parece ser completamente diferente deste primeiro. Conforme observado na tabela I.2, os proprietários que surgiram ao longo do período estabeleceram engenho, predominantemente, já no primeiro ano em que residiam em Campinas. A produção açucareira campineira, bem como o número de engenhos, não cessaram seu crescimento ao longo da década de 1800, mas o processo de migração foi diferente do anterior. Nesse momento, os novos senhores de engenho não estavam, sobretudo, estabelecidos há anos na vila, mas foram sujeitos que já migraram com o objetivo

⁷³ No processo de transcrição são encontradas páginas rasgadas ou manchadas que dificultam e, por vezes, impossibilitam a transcrição de determinada informação. Para evidenciar as informações sobre as quais restam dúvidas e/ou não puderam ser transcritas, foram informadas com a junção de dois colchetes, sendo com espaço vazio entre eles caso não tenha sido possível transcrever.

bem estabelecido de construir engenhos e, de certo, possuíam capitais para investir em escravos e equipamentos. Em outras palavras, o tempo da expansão da fronteira demográfica se fundiu com o da fronteira econômica, haja vista que 77% dos novos senhores de engenho estabeleceram sua propriedade no mesmo ano de sua migração⁷⁴.

Como afirma Sheila de Castro Faria, havia um fluxo constante de pessoas na colônia brasileira e não só existiam movimentos entre espaços, mas também entre ocupações e objetivos, cujo vislumbre era o enriquecimento e a fortuna, e que, de modo geral:

a tentativa de enriquecimento era o motivo que levava à migração. Ao analisar a capitania da Paraíba do Sul, pude encontrar os que lá chegavam. Dos que saíram, tenho poucas notícias. O homem colonial era essencialmente migrante. O fluxo intenso de gente, a transitoriedade de residência, de ocupação e de fortuna, a aventura, as possibilidades de enriquecimento, a abertura de novas áreas de exploração, as lutas cotidianas e a rapidez das transformações eram as fortes características da sociedade colonial brasileira⁷⁵.

Desse modo, é perceptível que o negócio do açúcar se tornara tão interessante para aqueles que vislumbravam riqueza e poder social na virada para o século XIX que motivou a intensa migração para Campinas de indivíduos com capitais e/ou acesso a empréstimos. Tais sujeitos converteram seu cabedal em terras, a fim de viabilizar a edificação de engenhos e a compra de cativos.

Como foi analisado, ao longo da década de 1800, a expansão canavieira não cessou em Campinas e nem a migração foi diminuta. Percebe-se que no início do século XVIII houve uma diversificação dos produtores de açúcar quanto às suas origens, tornando notória a quantidade de indivíduos provenientes da cidade de São Paulo que fundaram engenhos e partidos de cana em Campinas, conforme o gráfico I.2. Por outro lado, também cresceu de maneira singular o número de lavradores mineiros e, principalmente, ituanos ao longo da década – conforme gráficos I.3 e I.4⁷⁶. Evidência que não impressiona para a sociedade analisada é que, apesar de existir uma quantidade considerável de pardos e negros⁷⁷ livres morando em Campinas, todos os senhores de engenho e partidistas de cana, em todo o período estudado, eram brancos – assim como seus respectivos cônjuges.

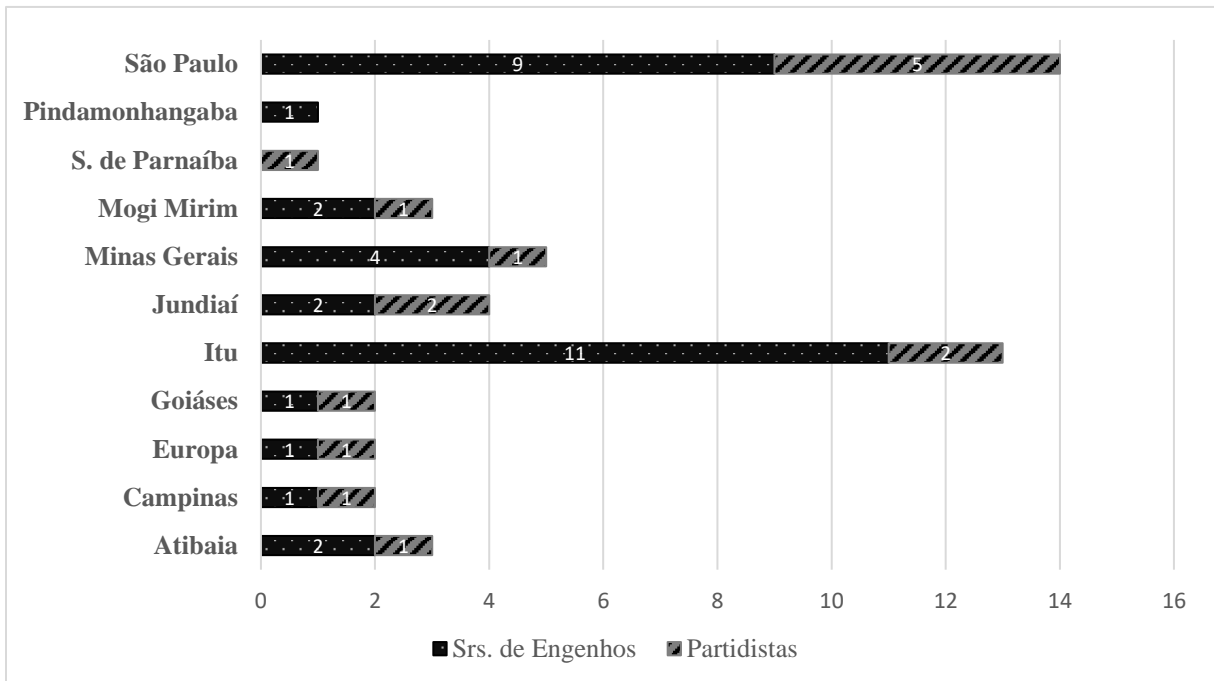
⁷⁴ Desses novos senhores de engenho entre 1800 e 1810, apenas Bernardino do Espírito Santo e José Vicente de Sousa eram, respectivamente, nascidos em Campinas e Jundiá.

⁷⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 194.

⁷⁶ Sobre os mineiros em terras do Quadrilátero Paulista, ver: CUNHA, Maísa F. da. Mineiros em terras paulistas: população e economia. In: **Anais do XIV Seminário sobre economia mineira**, Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, 2010. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A127.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

⁷⁷ Terminologias encontradas nas Listas Nominativas de Habitantes para diferenciar as cores dos indivíduos.

Gráfico I.2 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1800)

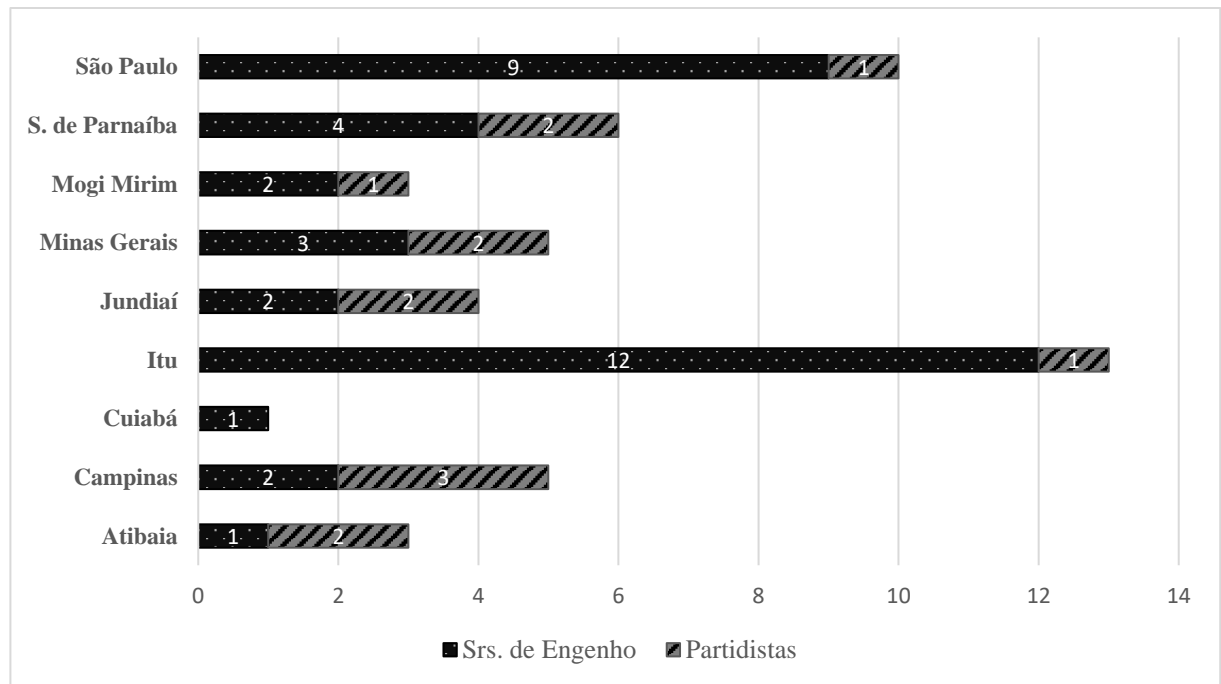


Notas

- 6 senhores de engenho e 2 partidistas de cana nascidos em Cotia foram considerados para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1856.
- 1 senhor de engenho nascido em Mogi-Guaçu foi considerado para Mogi-Mirim, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1877.
- 1 partidista de cana nascido em Santo Amaro foi considerado para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1832.
- 2 senhores de engenho nascidos em Porto Feliz foram considerados para Itu, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1797.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1800.

Gráfico I.3 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1805)

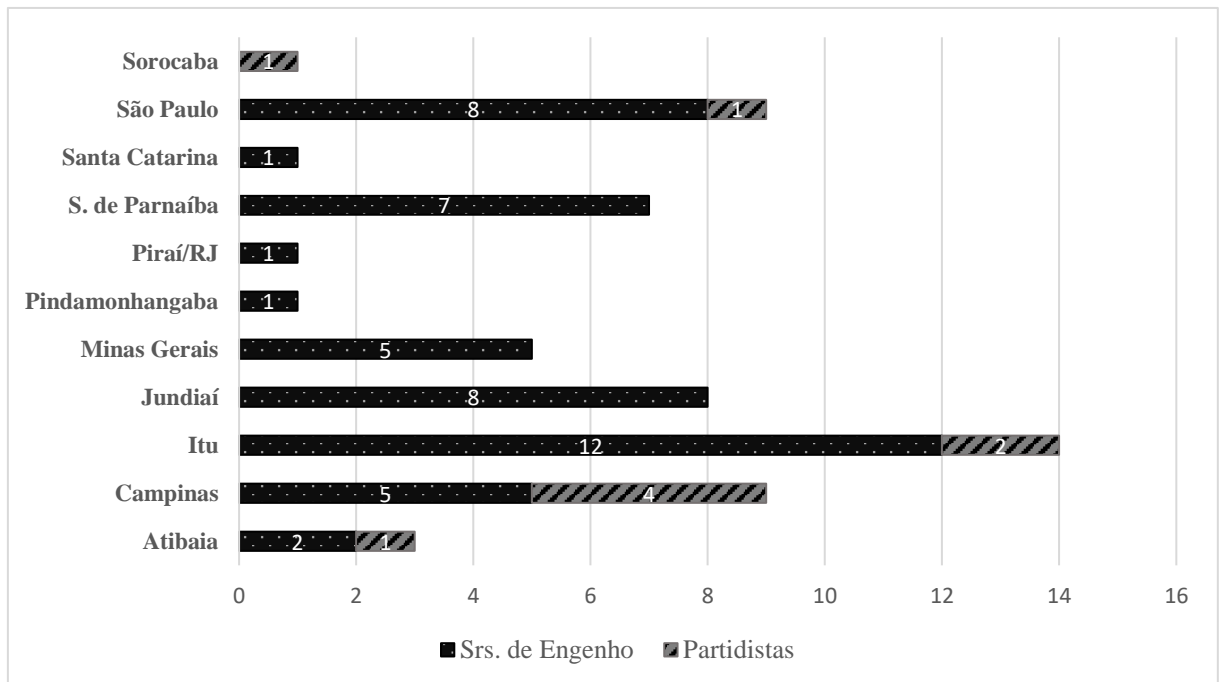


Notas

- 1 partidista de cana nascido em Araçariguama foi considerado para Santana de Parnaíba, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1991.
- 5 senhores de engenho nascidos em Cotia foram considerados para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1856.
- 1 senhor de engenho nascido em Mogi-Guaçu foi considerado para Mogi-Mirim, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1877.
- 1 senhor de engenho e 1 partidista de cana nascidos em Santo Amaro foram considerados para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1832.
- 1 senhor de engenho em São Roque foi considerado para Santana de Parnaíba, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1850.
- 2 senhores de engenho nascidos em Porto Feliz foram considerados para Itu, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1797.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1805.

Gráfico I.4 – Origem dos senhores de engenho e partidistas de cana-de-açúcar de Campinas (1810)



Notas

- 1 partidista de cana nascido em Nazaré foi considerado para Atibaia, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1850.
- 1 senhor de engenho nascido em Araçariguama foi considerado para Santana de Parnaíba, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1991.
- 4 senhores de engenho nascidos em Cotia foram considerados para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1856.
- 1 partidista de cana nascido em Santo Amaro foi considerado para São Paulo, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1832.
- 1 senhor de engenho em São Roque foi considerado para Santana de Parnaíba, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1850.
- 2 senhores de engenho nascidos em Porto Feliz foram considerados para Itu, haja vista o desmembramento ter ocorrido apenas em 1797.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1810.

É importante ressaltar que nem todos os chefes de fogos levantados nesses anos eram homens; foram encontradas três mulheres como senhoras de engenho, porém nenhuma como chefe de partido de cana. Todas elas eram viúvas de senhores de engenho que tinham acabado de falecer, sendo uma para cada ano comparado: 1800, 1805 e 1810. Elas também não apresentaram a tendência a permanecer como chefes de fogo, uma vez que devem ter casado novamente ou mesmo concedido a propriedade para algum filho ou administrador e, por isso, optou-se por não realizar a distinção na análise que se segue.

Tanto a vila de Itu quanto a região de Minas Gerais dispunham de economias mais pujantes e de uma elite bem estabelecida no final do século XVIII, ou seja, a migração de sujeitos dessas áreas para Campinas nesse período pode exprimir o que a historiadora Alida

Metcalf chamou de “padrões de reprodução da elite agrária paulista”. Ela argumenta que existiam comportamentos semelhantes nos sujeitos da elite paulista quando o assunto era a exploração de novas terras – sendo esse seu principal método de sobrevivência e reprodução:

Parece-nos que a mobilidade social em São Paulo, nessa época, foi resultado da exploração dos recursos do sertão e não do estabelecimento de fazendas a longo prazo em Parnaíba. Por esse motivo, não podemos falar de uma elite rural feudal ou patrimonial. Ao contrário, a existência do sertão criou uma elite bem mais fluida, e essa elite buscava suas fortunas nas florestas e terras virgens do sertão⁷⁸.

A migração de indivíduos que ao longo de suas trajetórias tornaram-se partidistas de cana e cuja naturalidade era a mesma de outros senhores de engenhos já assentados em Campinas, pode ter ocorrido pelo mesmo fenômeno que Sheila Faria apontou ao estudar as migrações para a capitania da Paraíba do Sul no século XVIII. Ela afirma que apesar “de algumas áreas terem um atrativo especial, a decisão de abandonar o lugar de origem e de escolher determinada região, no século XVIII se dava, pelo que se pode perceber, por já estarem ali pessoas conhecidas”⁷⁹. Para Faria:

A migração não era um movimento aleatório. Respondia a escolhas individuais e a motivos individuais, embora conjunturas específicas tendessem a unificar o movimento. Áreas em expansão tornavam-se chamariz poderoso, mas a opção por mover-se era participar e um dos estímulos mais fortes consistia em residir, na região escolhida, alguma pessoa de relacionamento anterior.⁸⁰

O argumento de Sheila Faria também possibilita levantar a hipótese de por que os partidistas de cana eram, em sua imensa maioria, da mesma origem dos senhores de engenho ao longo de todo o período, conforme gráficos I.2, I.3 e I.4. Conjectura-se a possibilidade de ter sido a relação entre os partidistas e senhores de engenho de mesma localidade que possibilitou, em boa parte, a própria existência dos partidistas.

Evidencia-se, assim, que foi o fenômeno de conhecer previamente as pessoas que se deslocaram ou, inclusive, de realizar a migração com parte de sua família que constituiu a comunidade campineira de produtores de cana-de-açúcar. Foi o processo destacado por Alida Metcalf em relação aos irmãos Camargo Andrade⁸¹, que migraram de Santana de Parnaíba para Campinas na década de 1790, segundo ela, atrás de terras. Isso de fato ocorreu, mas nesse caso a autora erra ao sugerir que foi para os irmãos uma opção inferior se comparada a continuar em Santana de Parnaíba e que teriam se deslocado após um insucesso no processo de partilha de

⁷⁸ METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, 1990, p. 295.

⁷⁹ FARIA, 1998, p. 170.

⁸⁰ FARIA, 1998, p. 112.

⁸¹ METCALF, Alida C. **Family and colonial Brazil**: Santana do Parnaíba, 1580-1822. Oxford: University of Texas Press, 2005.

bens, tendo em conta que ambos enriqueceram e compuseram uma geração de grandes senhores de engenho⁸².

Isso posto, a análise dos locais de nascimento dos produtores de açúcar pode indicar que o movimento de montagem da lavoura canavieira em Campinas esteve intimamente ligado a processos sucessórios e de heranças ocorridos na colônia, tendo em conta que a “busca de enriquecimento e/ou autonomia e de melhores condições de sobrevivência gerava a migração”⁸³. As clássicas investigações de Alida Metcalf, Carlos Bacellar, Dora Costa e Sheila Faria⁸⁴ evidenciaram que a igualdade de direitos entre os herdeiros nas partilhas, prevista pela legislação portuguesa e depois brasileira, não era rigorosamente seguida no Brasil, pois esse método de partilhar os bens poderia desmontar e fragmentar unidades produtivas inteiras.

As famílias da elite, então, buscaram criar estratégias e mecanismos “que não somente aperfeiçoassem o movimento de concentração de capitais, mas que o reproduzisse ao longo das gerações sucessoras”⁸⁵. Em outras palavras, os autores apontaram para as múltiplas práticas de partilha de bens para os sucessores no Brasil entre os séculos XVIII e XIX; os pais, assim, direcionavam outros filhos para distintas zonas de expansão, haja vista que cada família “no transcorrer de seu ciclo de vida, atua permanentemente no sentido de preservar e reproduzir seu status social. Cada ato ou decisão tomados são, conscientemente ou não, um passo no contínuo movimento de luta pela sobrevivência e pela perpetuação de sua descendência”⁸⁶.

É possível perceber em suas obras que os autores encontraram três caminhos diferentes para a partilha. Alida Metcalf e Sheila Faria perceberam em Santana de Parnaíba e em Campos dos Goytacases, respectivamente, a preferência para transmissão de propriedades, em especial engenhos, para as mãos dos genros do falecido (seguindo a linha matrilinear). Sheila Faria afirmou que ainda que se considere “a época em que o açúcar enriqueceu muitos donos de engenho, no final do século XVIII, dificilmente os filhos dos titulares conseguiram refazer a fortuna paterna. O mais comum foi o genro tornar-se herdeiro, principalmente no século XVIII.”⁸⁷ Carlos Bacellar, por outro lado, encontrou uma estratégia oposta para os

⁸² BACELLAR, 1997, p. 18; ALFONSO, 2018a, p. 154-200.

⁸³ FARIA, 1998, p. 134.

⁸⁴ METCALF, 1990; BACELLAR, 1997; FARIA, 1998; COSTA, Dora I. P. da. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850.** Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1997.

⁸⁵ BACELLAR, 1997, p. 187

⁸⁶ BACELLAR, 1997, p. 127.

⁸⁷ FARIA, 1998, p. 193.

descendentes de senhores de engenho do Oeste Paulista, pois constatou “uma total preferência pelos filhos homens, não importando se eram ou não o primogênito”⁸⁸. Por fim, Dora Costa argumentou que, em Campinas, os processos sucessórios e a prática de partilha, sobretudo em meados do XIX, foram preferencialmente concedidas para os filhos homens, porém não foi raro encontrar casos de filhas beneficiadas na partilha – por extensão os genros –, ou seja, ela se deparou com uma realidade bastante heterogênea⁸⁹.

Dito isso, percebe-se uma gama de diferentes estratégias a fim de evitar a pulverização de grandes *plantations*, latifúndios e, particularmente, complexos canavieiros. Essas dinâmicas alcançaram êxito em privilegiar a manutenção da propriedade nas mãos de apenas um descendente, evitando sua pulverização; como consequência, porém, se avolumava o processo de êxodo para locais menos explorados, como era o caso de Campinas entre os séculos XVIII e XIX.

Por outro lado, o alerta expresso por Bacellar é fundamental: “(...) permanecer no engenho paterno não necessariamente era um privilégio”⁹⁰. Segue o historiador:

Os filhos mais velhos, já instalados de modo autônomo, podiam simplesmente não ter interesse pela unidade paterna, preferindo vender seus quinhões de terra a um irmão. Portanto, não estariam sendo desprivilegiados, mas, sim, estariam abrindo mão daquela propriedade. Por outro lado, o irmão concentrador, como apontamos, podia ficar na posse de um engenho limitado, com terras desgastadas, falta de terras virgens e férteis para desbravar e mesmo falta comprometedor de lenha. O ficar na posse e domínio isolado do engenho poderia, portanto, não significar grande coisa.

[...]

Porém, acima de tudo, os desdobramentos finais podem ser diversos daqueles sugeridos pelos documentos, pois uma propriedade descrita como um engenho poderia estar em um patamar de exploração bastante variável, desde a extrema lucratividade até o déficit crônico. Logo, herdá-lo poderia ser uma grande vantagem ou uma desvantagem⁹¹.

Em muitos casos, os filhos recebiam o adiantamento de suas heranças enquanto dotes⁹², geralmente em escravos e algum cabedal, para fundarem novas propriedades açucareiras. Consequentemente, seja pela predileção de outros sucessores ou pela falta de interesse naquelas terras, os sujeitos procuravam migrar à procura de melhor fortuna. Parece ter sido esse o caso dos ituanos que migraram para Campinas, uma vila vizinha, com terras virgens, abundância de lenha e terra de boa qualidade para a cana-de-açúcar, o artigo que podia lhes conferir ascensão social e riqueza.

Tornam-se mais claros, assim, os processos que levaram a formação do complexo açucareiro campineiro a ocorrer, majoritariamente, por naturais de Itu. Esta vila não só

⁸⁸ BACELLAR, 1997, p. 16.

⁸⁹ COSTA, 1997.

⁹⁰ BACELLAR, 1997, p. 18.

⁹¹ BACELLAR, 1997, p. 18.

⁹² NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composições e transformações (1600-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 87-100, set. 1988/fev. 1989.

aglutinava a elite paulista ligada à terra, mas também havia ali uma ocupação já centenária do espaço – que deve ter levado à escassez de solos férteis ao fim do século XVIII –; a vila já não era mais “primordialmente, um polo de atração migratória, mas sim de repulsão”⁹³. Havia também, entre os ituanos, o indispensável saber agrônômico ligado à laboriosa produção do açúcar e à administração da mão de obra cativa, tendo em conta que Itu era a maior vila escravista de serra acima na segunda metade do XVIII e o espaço onde já experienciavam os primeiros engenhos do Oeste Paulista⁹⁴. Seja por malograr no processo de partilha, seja pela busca por novas terras, a lavoura canavieira campineira foi primeiramente impulsionada pelos proprietários que haviam chegado recentemente à vila, principalmente advindos da vila próxima, Itu.

Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, capitão-mor de Itu, mostrou, ainda no início do século XIX, o movimento de êxodo da população ituana. Em ofício ao governador de São Paulo, em 1809, ele argumentou que já não existira mais tantos homens na vila para arregimentar ao exército. Isso ocorrera, segundo ele, devido à elevação de Porto Feliz à vila, bem como à migração de famílias em busca de novas terras:

Tem se diminuído muito a população deste distrito por dois princípios: o primeiro, pela separação da nova vila de Porto feliz, e Freguesia de Piracicaba, que exauriu grande parte do povo; o segundo, por que muitos casais moços têm se mudado deste distrito para Porto feliz, Piracicaba, São Carlos, e Jundiáí, a procurarem e fundarem naqueles vastos sertões os seus estabelecimentos que neste termo não podem edificar, por estar já tudo tomado e possuído⁹⁵.

Ainda que a mobilidade espacial que constituiu a montagem da lavoura canavieira de Campinas tenha sido, particularmente, centrada na região do Oeste Paulista, tal como Teixeira encontrou para o mercado nupcial da população livre em geral campineira⁹⁶, os senhores de engenho e partidistas nascidos na própria vila passaram a se estabelecer de maneira mais notória com o passar do tempo – seja pelo processo sucessório da propriedade ou pela montagem de novos engenhos. Se, em 1800, havia apenas 1 campineiro (2,9%) no universo de 34 engenhos (I.2), em 1810 (I.4), passaram a existir 5 senhores de engenho (10%) no universo de 50; ou seja, os próprios descendentes dos primeiros habitantes de Campinas permaneceram na terra natal e galgaram o posto de senhores de engenho.

⁹³ BACELLAR, 1997, p. 107

⁹⁴ Segundo Bacellar, o pioneirismo e a ocupação secular da vila de Itu a transformaram no maior produtor de açúcar de São Paulo até meados do XIX, mas já sofria anteriormente pela limitação em novas terras. Já no início do Oitocentos, “Itu passou a expulsar seus habitantes em número elevado e os filhos de seus grandes proprietários estavam entre aqueles que buscavam nova vida a Oeste”. Cf.: BACELLAR, 1997, p. 107.

⁹⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Listas de homens com idade acima de 14 anos que fazem parte do distrito de Itu. Itu, 4 de janeiro de 1809.** Ofícios Diversos, Caixa 55-A, pasta 1, documento 069. Agradeço a Carlos Bacellar pela sugestão de documentação.

⁹⁶ TEIXEIRA, 2011, p. 146.

Teixeira encontrou, para a população de chefes de fogos de Campinas, um número de indivíduos muito parecido entre as faixas de idade de 20-29, 30-39 e 40-49; ou seja, existiu um equilíbrio entre os migrantes de cada faixa⁹⁷. Fenômeno bastante diferente foi encontrado ao investigar apenas os senhores de engenho e partidistas de cana, conforme a tabela I.3. Ao longo do recorte analisado na presente pesquisa, a média da idade dos senhores de engenho tende a aumentar, o que pode ter ocorrido devido ao próprio envelhecimento dos sujeitos que ali permaneceram e/ou que os senhores principiantes na década de 1800 eram mais velhos que os anteriores.

Tabela I.3 – Média e mediana das idades dos produtores de açúcar em Campinas (1800, 1805 e 1810)

| Tipo de proprietário | Média | Mediana | N.º absoluto de proprietários |
|-----------------------------|--------------|----------------|--------------------------------------|
| 1800 | | | |
| Senhores de engenho | 41,4 | 40 | 32 |
| Partidistas de cana | 38,4 | 35 | 16 |
| 1805 | | | |
| Senhores de engenho | 42,8 | 41 | 36 |
| Partidistas de cana | 33,7 | 31 | 14 |
| 1810 | | | |
| Senhores de engenho | 45,8 | 44 | 50 |
| Partidistas de cana | 35,4 | 32 | 5 |

Nota:

a. Existe uma exceção: ao longo dos vinte anos analisados, apenas 1 partidista de cana apareceu enquanto sociedade. Foi o caso de Reducindo, em 1800, que tinha partido com sua irmã Gertrudes. Para mais, ver: ALFONSO, 2018a, p. 162-164.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1800, 1805 e 1810.

Chama a atenção, entretanto, a razoável diferença de idades entre partidistas de cana e senhores de engenho, fato evidenciado ao observar de forma conjunta as tabelas I.3 e I.4. Quanto às idades, as diferenças entre senhores de engenho e partidistas de cana se ampliam com o passar do tempo: enquanto os donos de engenho envelhecem, os partidistas apresentam a tendência de serem sujeitos mais novos. Isso ocorre em razão da inconsistência dos

⁹⁷ TEIXEIRA, 2011, p. 145. O autor seleciona os anos de 1814 e 1829, encontrando taxas bem parecidas entre as faixas, indicando uma média da idade mais baixa.

partidistas como chefes de domicílio ao longo do tempo, considerando que muitas vezes aparecem sem plantarem cana ou mesmo como agregados dos engenhos.

Tabela I.4 – Faixas de idade dos produtores de açúcar em número absoluto (Campinas, 1800, 1805 e 1810)

| Tipo de proprietário | Até 29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | +60 | Total |
|--|---------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|
| 1800 | | | | | | |
| Senhores de engenho^a | 2 | 13 | 10 | 6 | 1 | 32 |
| Partidistas | 3 | 7 | 2 | 2 | 2 | 16 |
| 1805 | | | | | | |
| Senhores de engenho | 3 | 9 | 15 | 7 | 2 | 36 |
| Partidistas | 4 | 7 | 2 | 1 | 0 | 14 |
| 1810 | | | | | | |
| Senhores de engenho | 3 | 13 | 16 | 14 | 4 | 50 |
| Partidistas de cana | 2 | 4 | 1 | 2 | 0 | 5 |

Nota:

a. A idade de um senhor de engenho não foi informada em 1800.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1800, 1805 e 1810.

Em relação ao estado conjugal, os produtores de açúcar são majoritariamente casados (tabela I.5), fenômeno parecido com o que Teixeira encontrou para o resto da vila. O autor reitera que “grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira, com forte presença do elemento masculino”⁹⁸, ainda que o índice de casados entre senhores de engenho e partidistas seja relativamente mais alto que o total da vila. Carlos Bacellar já evidenciara que o casamento permitia agregar recursos de duas famílias, bem como o prestígio político-social familiar.⁹⁹

Quanto às idades, as diferenças entre senhores de engenho e partidistas de cana se ampliaram com o passar do tempo: enquanto o grupo dos donos dos engenhos apresenta apenas a tendência de envelhecer, os partidistas apresentam a tendência de serem sujeitos mais novos. Isso pode ter ocorrido em razão da inconsistência dos partidistas como chefes de domicílio ao longo do tempo, haja vista que muitas vezes foram recenseados apenas como agricultores (sem plantação ou colheita de cana). O fato de os senhores de engenho de

⁹⁸ TEIXEIRA, 2011, p. 148.

⁹⁹ BACELLAR, 1997.

Campinas possuírem uma alta média de idade e estarem alocados em sua extensa maioria nas faixas mais altas de idade, além de serem quase todos casados¹⁰⁰, sugere um momento bem específico do ciclo de vida dos sujeitos; isto é, indica que na própria gênese da fundação de um engenho está o acesso a um capital volumoso, o que deveria ser incomum para indivíduos mais jovens.

Tabela I.5 – Estado conjugal absoluto e relativo dos senhores de engenho e partidistas de cana (Campinas, 1800, 1805 e 1810)

| Tipo de proprietário | Solteiros | | Casados | | Viúvos | | Total | |
|----------------------------|-----------|-----|---------|------|--------|------|-------|-----|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| 1800 | | | | | | | | |
| Senhores de engenho | 2 | 5,8 | 31 | 91,1 | 1 | 2,9 | 34 | 100 |
| Partidistas de cana | 0 | 0 | 14 | 87,5 | 2 | 12,5 | 16 | 100 |
| 1805 | | | | | | | | |
| Senhores de engenho | 2 | 5,5 | 31 | 86,1 | 3 | 8,3 | 36 | 100 |
| Partidistas de cana | 0 | 0 | 14 | 100 | 0 | 0 | 14 | 100 |
| 1810 | | | | | | | | |
| Senhores de engenho | 4 | 8 | 43 | 86 | 3 | 6 | 50 | 100 |
| Partidistas de cana | 0 | 0 | 9 | 100 | 0 | 0 | 9 | 100 |

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1800, 1805 e 1810.

Como foi visto, a montagem do complexo açucareiro de Campinas foi, de fato, realizada por “forasteiros”: pessoas nascidas em outras vilas e até capitânicas da colônia, que migraram, especialmente durante a década 1790, a fim de participarem da economia açucareira. Em seus próprios processos de povoamento e expansão econômica, as vilas vizinhas, em especial Itu, Santana de Parnaíba e a cidade de São Paulo foram fundamentais, tendo em vista que saíram desses espaços um grande contingente de migrantes em busca de ascensão social e riqueza. Esse movimento de transformação econômica foi produzido efetivamente por agentes históricos que foram para Campinas investir aquilo que dispunham de recursos, contrair empréstimos e estabelecer laços sociais para cumprirem seus objetivos socioeconômicos. Foram esses personagens históricos, os sujeitos sociais, que buscaram se aproveitar da janela de oportunidades que surgiu para a economia canavieira na colônia na década 1790; esses indivíduos tornaram-se, assim, parte fundamental do entroncamento entre

¹⁰⁰ Para

os fenômenos globais e locais, abrindo as portas para que sujeitos de variadas regiões e condições sociais migrassem para Campinas num espaço tão curto de tempo.

As propriedades canavieiras, como foi visto, tiveram um rápido processo de montagem, bem como uma primeira safra dentro de pouco tempo, quase prematura. Se, por um lado, percebeu-se uma rápida migração de sujeitos que pareciam buscar ascensão social, por outro, cabem perguntas quanto às motivações que levaram tamanha transformação na paisagem agrária e demográfica do local. Quais aspectos globais influenciaram nesse processo acelerado? Essa janela de oportunidades que se abriu em Campinas e até mesmo seu desenvolvimento na conjuntura paulista merecem um olhar mais detido.

2 No crepúsculo do Setecentos: Revolução de Saint-Domingue e o preço do açúcar em terras coloniais

2.1 Os preços do açúcar no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX

Se as transformações e incentivos promovidos pela Coroa portuguesa ao seu Império ultramarino não foram suficientes para fazer alavancar a economia de *plantations* ao longo da capitania paulista, o olhar para a economia global possibilita uma análise mais ampla. O objetivo do presente capítulo é analisar a conjuntura econômica global referente ao mercado açucareiro, tendo em vista compreender as variações do preço do artigo e como o mercado global pode ter propiciado transformações na realidade do Oeste Paulista. Desde finais do século XVII e principalmente ao longo do século XVIII, o açúcar foi se tornando paulatinamente um produto de consumo diário da população europeia, especialmente para adoçar bebidas amargas, como o chá e café. Segundo Sidney Mintz, em livro voltado para o estudo de cadeia mercantil do açúcar, na:

Grã-Bretanha, um produto tal como o açúcar, que havia sido uma raridade custosa no século XIII e um luxo caro no século XVII, tornou-se uma coisa banal, de consumo diário no século XVIII. Junto com o chá e o fumo, o açúcar foi a primeira substância prometida, em troca de sua produtividade crescente, aos pobres que trabalhavam; de modo que se poderia afirmar que a sociedade tinha cumprido sua promessa. demonstrando uma ausência de tendências no século¹⁰¹.

Esse aumento da demanda por parte da Europa gerou um conseqüente aumento no preço do produto, abrindo a possibilidade para outras regiões expandirem suas produções e aumentarem os lucros dos lavradores. Richard Dunn argumenta que:

com a combinação correta de habilidade, condução e sorte, um produtor poderia fazer fortuna rapidamente, mas com administração gestão negligente, uma tempestade tropical, uma doença epidêmica, uma revolta de escravos ou uma invasão francesa poderiam, de um dia para o outro, arruinar a mais próspera das plantações¹⁰².

Essa transformação nos padrões europeus de consumo modificou profundamente a organização socioeconômica das regiões caribenhas produtoras de açúcar, principalmente na segunda metade do século XVIII; em especial, as colônias francesas e britânicas da América que, somadas, representaram 78,02% do comércio de açúcar da economia-mundo

¹⁰¹ MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e tradução Christine Rufinu Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, p. 40.

¹⁰² DUNN, Richard S. **Sugar & slaves: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1713**. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 189 apud ALFONSO, 2018a, p. 58.

européia no ano de 1791¹⁰³. Essa produção era já, segundo Manuel Moreno Friginals¹⁰⁴, insuficiente para abastecer a demanda europeia pelo produto e empurrava os preços para cima há décadas.

Houve uma colônia, entretanto, que se destacou pela quantidade de sua produção açucareira: a colônia francesa de Saint-Domingue (também chamada de São Domingos, onde hoje é o Haiti). Esta colônia se localiza a oeste de uma ilha chamada Hispaniola¹⁰⁵, conforme a figura I.2 indica. Tal ilha teve sua parte leste colonizada e explorada pela Espanha, colônia chamada à época de Capitania Geral de Santo Domingo, onde hoje é a República Dominicana. A colônia francesa, que se constituía por apenas 1/3 do território da ilha de Hispaniola¹⁰⁶, sozinha representou 27,58% do açúcar exportado pelas colônias americanas no ano de 1791. Segundo Mintz¹⁰⁷, os senhores de engenho de Saint-Domingue elaboraram um sistema de irrigação complexo, para que se aumentassem a produtividade da própria cana, rendendo bem mais melado para a produção de açúcar. Essa revolução tecnológica associada à máxima exploração da mão de obra escravizada transformou a pequena colônia no sustentáculo financeiro francês.

O marco criado por Saint-Domingue se deve à sua impressionante lavoura canavieira, que ocupou o primeiro lugar do mundo em relação à produção de açúcar desde, pelo menos, 1760¹⁰⁸. Logo antes da revolução, residiam na ilha cerca de 35 mil livres e 400 mil cativos, ou seja, estes compunham mais de 90% da população da ilha¹⁰⁹. Entretanto, o fenômeno revolucionário iniciado pelos escravizados em Saint-Domingue, no dia 22 de agosto de 1791, viria para transformar as relações econômicas na América, retirando do mercado o principal produtor de açúcar do mercado mundial¹¹⁰. A revolução aconteceu a partir de uma insurgência

¹⁰³ MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Trad. Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. São Paulo: HUCITEC/Ed. UNESP, 1987, p. 37-38.

¹⁰⁴ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 41.

¹⁰⁵ Também chamada de ilha de São Domingos.

¹⁰⁶ A colônia de Saint-Domingue sob colonização francesa nasceu após a Espanha ceder esta parte da ilha aos franceses em 1697. Ver: MOREL, Genaro R. The Sugar Economy of Española in the Sixteenth Century. In: SCHWARTZ, Stuart B. (Org.) **Tropical Babylons**: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. University of North Carolina Press, 2004, p. 85-114.

¹⁰⁷ MINTZ, 2003, p. 177.

¹⁰⁸ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 37-38

¹⁰⁹ FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2004.

¹¹⁰ MOYA PONS, Frank. **History of Caribbean**: plantations, trade, and war in the Atlantic world. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007, p. 152.

de escravizados da ilha, em um contexto no qual as revoltas escravas eram cotidianas, tornando-se um movimento de independência.¹¹¹

Figura I.2 – Mapa da Ilha de Hispaniola, 1767



Notas:

- A ilha central em destaque é Hispaniola. O mapa segue a direção norte.
- À esquerda, destacada em azul, está Saint-Domingue, sob colonização francesa. À direita, destacada em azul, está a Capitania Geral de Santo Domingo, sob colonização espanhola.

Fonte: LE ROUGE, Georges-Louis. **Isle de St. Domingue**. Colorido à mão. Relevô mostrado pictoricamente, 21x28cm. Paris: Chez Crepy, 1767. Versão on-line disponível em Library of Congress Geography and Map Division Washington. Disponível em: <www.loc.gov/item/74691674>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

Como evidenciou Peter Eisenberg, ao realizar médias quinquenais do preço do açúcar em duas praças europeias, Londres e Amsterdã, o ápice dos preços aconteceu justamente nos quinquênios de 1790-94 e 1795-99¹¹², período em que o açúcar de Saint-Domingue sumiu do mercado de maneira repentina. Segundo o autor, esse “nível de preços foi o bastante para

¹¹¹ GEGGUS, David P. **Slavery, war and revolution: the British occupation of Saint-Domingue, 1793-1798**. Oxford: Clarendon Press, 1982; JAMES, C. L. R. **Os jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010; MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

¹¹² EISENBERG, 1989, p. 326.

incentivar a expansão da indústria de açúcar em São Paulo”¹¹³. Como foi apontado por grande parte da historiografia, seria esse fenômeno histórico o primeiro vestígio das razões que foram necessárias para articular uma contínua cadeia mercantil do açúcar até Campinas¹¹⁴, uma região pouco ocupada e que possuía cerca de 200 cativos no início da década de 1790, localizada no interior da capitania de São Paulo, e que se situava por volta de 198 km do porto mais próximo (o qual não era privilegiado sequer na própria colônia)¹¹⁵.

Pablo Oller Mont Serrath traz indícios que, de fato, a reação econômica após a revolução de escravos foi imediata nas praças mercantis e centros produtivos açucareiros coloniais. A partir de dados relativos ao preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos entre os anos de 1790 e 1801¹¹⁶, é possível verificar um brusco crescimento no valor pago pelo açúcar no porto de Santos. Se o açúcar branco custara 1.650 réis no ano de 1791 (provavelmente já influenciado pela revolução de Saint-Domingue), no ano seguinte já valia 2.150 (crescimento de 30,3%) e em 1794 pagava-se o montante de 2.350 réis por arroba do produto – com valor médio de 2.215 réis entre 1791 e 1801.

Por mais que seja ponto de partida para inúmeras pesquisas sobre a expansão canavieira entre séculos XVIII e XIX, a relação entre preços do artigo, demanda e oferta foi bastante explorada de maneira mecânica. Quanto à manutenção ou não do alto valor do açúcar após 1792 nas praças mercantis da colônia, é extremamente notável que os historiadores João Luís Frago e Manolo Florentino examinaram as particularidades do tema para discutir a economia colonial e a centralização mercantil no Rio de Janeiro¹¹⁷. Eles concluíram que o preço do açúcar influenciou, de forma expressiva, o aumento de engenhos na década de 1790. Porém, diferentemente de boa parte da historiografia, os autores argumentam que o processo de expansão da lavoura canavieira, ocorrido após esse impulso inicial, não esteve associado

¹¹³ EISENBERG, 1989, p. 327.

¹¹⁴ Para o conceito de cadeia mercantil, ver: VIEIRA, Pedro Antônio de. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, 2010.

¹¹⁵ A fim de calcular a distância entre Campinas e o porto de Santos, foi utilizado o mapa de Daniel Pedro Müller, que contém os principais caminhos de São Paulo no ano de 1837. Nesse documento, Müller exibe Campinas a 30 léguas de Santos. Levando em consideração cada légua enquanto 6.600 metros, chegou-se à distância de 198km. Ver: MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de S. Paulo**. 3ª ed. (fac-simile). São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 [1838], p. 244.

¹¹⁶ MONT-SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 131. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26022008-131516/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

¹¹⁷ FRAGOSO, João L.; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. 4ª ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João L. **Homens de grossa-aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

diretamente exclusivamente ao preço do açúcar no mercado internacional. Isso porque o preço teria declinado progressivamente e de maneira acentuada, o que inviabilizaria, assim, a continuidade da ampliação canavieira no Brasil – indicando que essa tenha sido produzida, de fato, à luz do fortalecimento da economia interna colonial.

As observações de Fragoso e Florentino acerca da instabilidade dos preços do açúcar na colônia brasileira e, mais especificamente, no Rio de Janeiro estão de acordo com seus argumentos de que a economia colonial, de fins do XVIII a começo do XIX, se sustentou a partir da expansão do mercado interno. Em outras palavras, mesmo em períodos em que ocorressem quedas nos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, desenvolveram-se processos endógenos de acumulação na própria colônia que sustentaram esse crescimento¹¹⁸.

Esse processo de acumulação foi devido, segundo Fragoso e Florentino, ao desenvolvimento de formas de produção não capitalistas na colônia (trabalho livre não assalariado ou mesmo a produção de alimentos por parte dos escravos) sob a hegemonia do capital mercantil carioca¹¹⁹. Seria esse último que teria possibilitado, então, a expansão econômica mesmo durante o declínio dos valores dos artigos agrícolas em praças internacionais. Stuart Schwartz pontua que o recorte realizado por Fragoso é excepcional na história agrícola das Américas e que este autor não problematiza de maneira sólida o quadro político local, ou mesmo a economia global em sua tese sobre os processos endógenos na economia local. Schwartz afirma que:

Fragoso, ao invés de destacar os padrões inerentes àquele período, em particular como aspectos cronologicamente limitados a uma certa conjuntura histórica, deixa um tanto implícita sua percepção de que seriam características estruturais do Brasil colonial. Em consequência disso, ele afirma a predominância do capital mercantil e do mercado interno como realidades válidas para toda a história colonial, lendo o passado a partir dos dados referentes a 1790, como se fossem representativos também de um período anterior¹²⁰.

Tendo em conta a extensa análise realizada por Mariutti, Noguero e Neto acerca dos argumentos propostos por Fragoso e Florentino¹²¹, há indícios suficientes para considerar que

¹¹⁸ FRAGOSO, 1998.

¹¹⁹ Para os autores, os sujeitos que compunham a praça mercantil carioca teriam se beneficiado de ser aquele porto um centro de transações para vários espaços da colônia, bem como para a Metrópole: “Embora transações triangulares deste tipo não estejam contempladas pelas balanças de comércio, o fato é que eram frequentes e altamente lucrativas para o capital mercantil carioca, com os ganhos se realizando no mercado interno brasileiro”. Cf.: FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 115.

¹²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. Trad. Monica D. Dantas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, 1999, p. 131. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/497/06-Schwartz.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

¹²¹ MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo; DANIELI NETO, Mário. Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de Joao Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

esses últimos analisaram os dados de maneira que melhor se adequassem aos seus pressupostos teóricos. A crítica vai em duas direções: a primeira é porque Fragoso e Florentino reuniram os preços investigados em médias de longos período (1799 a 1811, por exemplo); a segunda, por sua vez, foca nas afirmações dos autores sobre não existir uma correlação entre os preços do açúcar praticados no Brasil e nas praças internacionais.

Para argumentar que o preço do açúcar na praça carioca caiu numa taxa de 5,7% ao ano entre os séculos XVIII e XIX, Fragoso recorreu a duas estratégias não justificadas em seu texto: primeiro, ele inicia sua análise em 1799, sendo que desde 1796 existiam dados sobre os preços; segundo, o autor dividiu, em faixas únicas e extensas, os dados que são originalmente anuais, vide os cálculos que fez entre os anos de 1799 a 1811 e de 1821 a 1831. Mariutti, Noguéról e Neto acreditam que foram essas duas estratégias não justificadas por Fragoso que deram origem à tese de que a produção açucareira do período havia se desvencilhado das demandas internacionais. Os três autores demonstraram que atribuir uma taxa única para analisar uma variação nos preços ao longo do período é equivocado por duas razões:

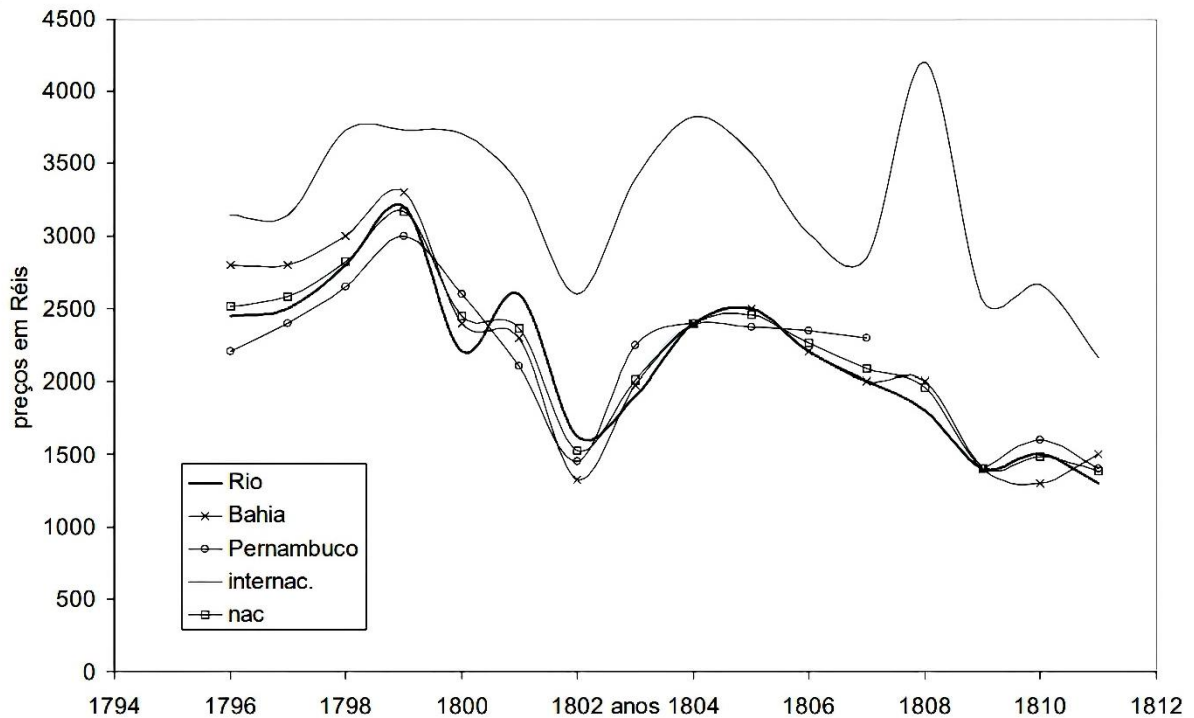
em primeiro lugar, porque, para o produtor, supondo que as variações chegassem a ele e, portanto, não fossem amortecidas pela atuação do capital mercantil, não havia motivos para supor que a queda se manteria indefinidamente. Em segundo lugar, porque a taxa constante se supõe representativa dos movimentos de preços quando de fato não o é. Para que fosse, seria necessário que houvesse, a nosso juízo, uma distância vertical menor entre os valores reais e aqueles derivados da taxa mencionada.¹²²

Ao analisar o gráfico I.5, em particular os preços praticados no Rio de Janeiro e no mercado internacional, em consonância com os dados absolutos do preço do açúcar em São Paulo trazidos à baila por Luna e Klein a partir das listas nominativas de habitantes¹²³, de fato, é perceptível que existem movimentos de crescimento e queda no preço do açúcar não necessariamente anuais – por exemplo, uma queda brusca no triênio de 1800 a 1802, seguida de um crescimento entre 1803 e 1805. Isto é, ao que tudo indica, o movimento de queda dos preços não se prolongou por mais de 3 anos consecutivos e foi sempre seguido de retomadas nos preços pelo mesmo período em que decaiu – mesmo que as cifras não voltem ao mesmo patamar de 1796, sendo esse fenômeno de instabilidade, inclusive, um atributo elementar do mercado açucareiro.

¹²² MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 376

¹²³ LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Observações sobre preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). *Boletim de História Demográfica*, n. 21, 2001, p. 5-6.

Gráfico I.5 – Variação do preço médio do açúcar branco entre 1796 e 1811



Fonte: Elaborado por MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 381.

Dessa forma, se mostra distorcido o resultado de Fragoso sobre a queda do preço do açúcar, haja vista que se tivesse adotado os valores praticados no Rio de Janeiro entre 1796 e 1798, “a mencionada queda seria menos pronunciada e os argumentos que empregou produziriam menos impacto”¹²⁴. A instabilidade nos preços dos artigos agrícolas e, em especial, do açúcar, não deve ter sido inesperado para os indivíduos do período, tendo em conta que toda produção agrícola em larga escala é suscetível a medidas político-econômicas, além de fenômenos climáticos imprevisíveis e extemporâneos¹²⁵. As pesquisas que estudaram a economia canieira através de décadas e séculos evidenciaram as grandes flutuações nos preços, bem como nas produções locais¹²⁶. Dito isso, os resultados encontrados corroboram a afirmação de que “os produtores de açúcar não tinham motivos para reduzir a produção, dado que os preços internacionais não foram desfavoráveis a eles (...)

¹²⁴ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 375.

¹²⁵ Para estudo sobre os furacões no Caribe e suas implicações históricas, ver: SCHWARTZ, Stuart B. **Sea of storms**. A history of hurricanes in the greater Caribbean from Columbus to Katrina. Princeton: Princeton University Press, 2015.

¹²⁶ BARICKMAN, Bert J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1988].

entendemos que era necessário um período de tempo maior para que a oferta se ressentisse de uma variação negativa de preços”¹²⁷.

A segunda crítica elaborada por Mariutti, Nogueról e Neto em relação à tese de Frago e Florentino se refere à defesa da autonomia dos preços do açúcar praticados no Brasil, a qual teria estimulado a suposta falta de vínculo entre os valores praticados nas praças brasileiras e internacionais. Conforme indica o gráfico I.5, os movimentos dos valores do açúcar nas mais prestigiadas praças mercantis do Brasil, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, seguem um padrão estritamente parecido com a média internacional levantada pelos três autores, evidenciando que o “fenômeno, longe de mostrar ritmos próprios, indica a sujeição dos preços do açúcar aos acontecimentos estrangeiros”¹²⁸. É importante indicar que, no biênio de 1808 e 1809, as curvas se diferenciam demasiadamente, contudo Mariutti, Nogueról e Neto acreditam que esse processo de aumento dos preços nas praças internacionais e queda no Brasil foi em razão de um efeito tardio causado pelo bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte, tendo gerado “escassez de açúcar no Velho Mundo e abundância deste produto no Novo Mundo”¹²⁹. Eisenberg afirma que esse período marcado pelas Guerras Napoleônicas acabou “suspendendo o transporte pelo Atlântico e impedindo que o açúcar brasileiro chegasse ao mercado europeu”; disso resultou um acúmulo de estoques no Brasil, com uma queda nos preços locais¹³⁰. Por outro lado, em 1809 e 1810, os preços voltam a subir mesmo com o bloqueio ainda ativo, em especial nas praças mercantis internacionais.

Assim sendo, percebe-se que o aumento do preço do açúcar foi extraordinário logo após a saída de Saint-Domingue do mercado do artigo. O consumo do açúcar, sobretudo na Europa, havia se massificado de tal maneira que tardaria para aparecerem espaços em busca de ocupar a lacuna no mercado internacional desse gênero. É necessário, por fim, ressaltar, como foi discutido, que a variação dos preços acontecera em todo o período e que não se percebeu um movimento interno dos preços da colônia diferente daquele advindo dos incentivos globais. Como destaca Mont Serrath:

Na história dos preços, as guerras tiveram papel definidor nos movimentos e flutuações. No final do século XVIII e princípio do XIX, o advento do império napoleônico e a subsequente guerra de proporções mundiais, cujos pólos mais evidentes foram Inglaterra e França, confluíram para uma alta geral dos preços, que, na colônia, refletiu sobremaneira. Com relação ao preço do açúcar no mercado mundial, é possível verificar alta durante o período que vai de 1796 a 1800, e seus evidentes reflexos no preço do produto comercializado no porto de Santos. (...) A partir de então, e até o ano de 1802, houve acentuada e brusca queda, que pode ser

¹²⁷ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 377.

¹²⁸ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 381.

¹²⁹ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 381.

¹³⁰ EISENBERG, 1989, p. 347.

explicada pelo fato de Inglaterra e França terem declarado um cerrar-fogo, conhecido como Paz de Amiens, e, com isso, na iminência de se restabelecer a economia das duas potências, sobreveio retração na demanda de produtos, inclusive os de origem colonial. Com efeito, a alta dos preços do açúcar no mercado mundial empolgou de tal maneira os produtores paulistas que muitos deles resolveram investir ou no aumento de suas fábricas ou, ainda, na construção de novas.¹³¹

Apesar de Fragoso e Florentino estarem corretos em afirmar que na primeira década de 1800 houve uma queda geral nos preços, é fundamental reiterar que foi intermediada por moderados crescimentos, sob uma constante flutuação. Faltou aos autores, inclusive, evidenciar a lucratividade de um engenho e suas possíveis dificuldades de manutenção durante as baixas nos preços. Mais importante do que a variação no preço teria sido a relação de custo-benefício na lavoura canavieira¹³² – que decerto oscilava entre os variados locais, a depender dos preços dos cativos, da terra, dos materiais e do transporte. Tal lógica empreendida entre o investimento e a retribuição deveria pesar, é claro, os ganhos financeiros e os frutos sociais tão estimados em uma sociedade aristocrática de Antigo Regime¹³³.

Nas listas nominativas de habitantes de Campinas, é comum encontrar o preço pago pelo açúcar na vila. A maior parte da documentação analisada apresenta tal informação em seu final, em que o responsável pelo recenseamento elaborou quadros com os preços praticados na vila, tanto no valor de compra quanto no de venda – sob variados produtos¹³⁴. Conjectura-se que tal valor trazido enquanto praticado na venda, denominado “produto de exportação”, era aquele recebido pelos senhores de engenho ao comercializar seu produto. Interessante notar que eram levantados os valores dos produtos consumidos ali, inclusive o próprio açúcar na vila; no ano de 1798, o valor pago para consumir o artigo na vila foi, em média, 77% maior do que aquele para exportação, evidenciando que o valor para consumir ali era bastante superior, ainda que em uma vila produtora em larga escala do açúcar¹³⁵. Isso acontecia devido ao fato de que, na vila, a venda era feita diretamente ao consumidor, enquanto o produto enviado para Santos era vendido para um comerciante intermediário. Por conta disso, vender ao consumidor local era mais vantajoso, apesar de ser, possivelmente, um

¹³¹ MONT-SERRATH, 2007, p. 132.

¹³² Além da compreensão de outros possíveis investimentos agrícolas dentro do próprio engenho, como será explorado no capítulo 7.

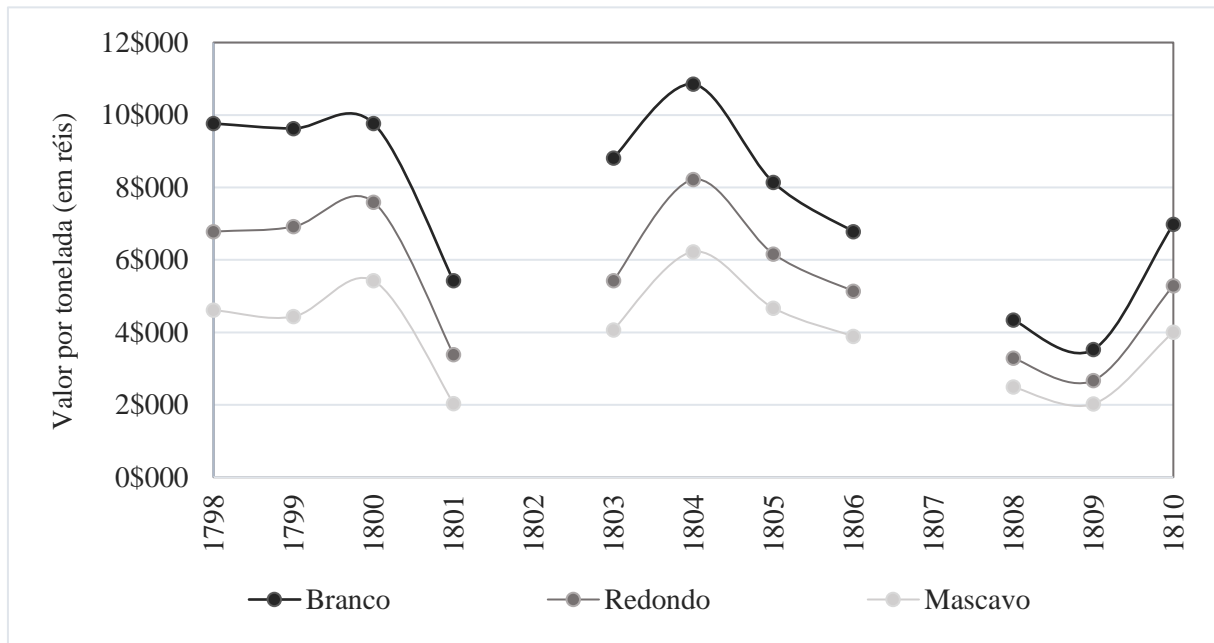
¹³³ Borrego argumenta que “a conjugação de várias atividades comerciais e o possível acúmulo de fortunas, por si só, não garantiam a mobilidade e o destaque sociais almejados por seus agentes. Tais pretensões poderiam se concretizar caso houvesse a conquista de bens simbólicos de prestígio. No mundo colonial, tal como no Antigo Regime europeu, riqueza e honra eram os requisitos necessários para promoção e hierarquização de homens e valores”. Ver: BORREGO, Maria A. de M. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 125.

¹³⁴ Os quadros econômicos da vila serão discutidos com maior profundidade na parte 2 da presente pesquisa.

¹³⁵ APESP, LNH, Campinas, 1798.

mercado restrito. O gráfico I.6 evidencia as flutuações no valor pago em Campinas pelo açúcar para exportação¹³⁶.

Gráfico I.6 – Valor do açúcar branco, redondo e mascavo em Campinas e Itu (1798-1810)



Notas:

a. Os dados referentes aos anos de 1800 e 1803 foram retiradas das listas nominativas de Itu. Os dados foram colocados em conjunto, pois, comparando as listas de 1798 de ambas as vilas, percebeu-se que os valores pagos eram bastante similares.

b. Apenas nas listas referentes aos anos de 1798 e 1801 foram encontradas tabelas finais que contemplassem os preços dos três tipos de açúcar: branco, redondo e mascavo.

c. No ano de 1799 não existe tabela final, mas foram encontrados casos distribuídos ao longo da lista com os preços que os senhores de engenho venderam seu açúcar. Foram encontrados 40 preços para o açúcar branco e redondo, e 38 preços para o mascavo. A partir dessa informação, foi realizada uma média entre cada tipo.

d. Para os anos de 1804, 1805, 1805, 1808, 1809 e 1810, foi encontrado apenas o preço do açúcar branco ao final da documentação. Sendo assim, foi feito um cálculo para encontrar os preços do redondo e do mascavo. Acompanhando as listas de 1798 e 1801 (Campinas) e 1800 e 1803 (Itu), percebeu-se a existência de uma relação nos preços dos diferentes tipos, que foi calculada sua média: o preço do açúcar branco era 2,1 vezes maior que o mascavo e 1,5 maior que o redondo.

e. Algumas pesquisas utilizam a média dos preços calculada por Luna e Klein (2005). Contudo, nos anos em que os valores foram apresentados de forma completa nas listas de Campinas, eles se apresentaram consideravelmente distintos. Sendo assim, seus dados podem ser válidos para pensar uma realidade geral, mas não a campineira.

f. Para os dados em réis por arrobas, ver tabela 1, no apêndice.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810; APESP. LNH, Itu, 1800 e 1803.

A variação nos preços do açúcar parece ter sido fenômeno comum ao longo dos séculos de expansão de sua produção na América, situação que os produtores tiveram que enfrentar. Stuart Schwartz evidencia grandes mudanças nos valores praticados pelo açúcar branco na

¹³⁶ Deve-se reiterar que o termo “exportação” é utilizado nas listas nominativas para expor a informação sobre a venda de determinado artigo para fora dali, como para outras vilas ou capitânicas – sem, na maioria das vezes, isso seja especificado.

Bahia entre os séculos XVI e XVIII; entre uma década e outra, os preços poderiam até dobrar, como ocorreu entre 1692 e 1699, ou até mesmo cair mais de 40%, como aconteceu entre 1736 e 1740 – seu trabalho apresenta uma variação constante nos valores recebidos pelos engenhos baianos ao longo da análise dos mais de duzentos anos de economia açucareira¹³⁷. Dessa forma, tudo indica que conjecturar flutuações nos valores praticados na venda do produto era ação característica do investimento canavieiro.

Os movimentos de depreciação dos valores praticados no mercado açucareiro, evidentemente, reverberam na oferta do produto em alguma medida, não à toa a produção campineira do produto apresenta uma tendência de estabilidade justamente nos triênios em que o preço caiu, 1800-1802 e 1806-1808 – que não significara interromper ou diminuir sua produção total¹³⁸. São dois períodos em que os lavradores podem ter alocado sua mão de obra cativa para outras atividades e gêneros agrícolas e/ou ter conservado o açúcar para vender num momento de alta – apesar de ser este um artigo menos perecível que o café, por exemplo¹³⁹. Nesse sentido, foram “os preços de períodos anteriores e as expectativas quanto ao futuro”¹⁴⁰ que afetaram diretamente as opções dos senhores de engenho e a oferta de açúcar local.

O açúcar paulista e sua natureza única foi trazida à luz por Petrone. A autora afirma que a qualidade do artigo exportado por São Paulo fora bastante questionada nos séculos XVIII e XIX. A má fama do produto deveria ser bem conhecida pelos agentes comerciais, pois foi discutida por vários governadores de São Paulo, e a autora argumenta que fora resultado, sobretudo, da ausência de uma mesa de inspeção no porto de Santos e da consequente falta de controle de qualidade¹⁴¹. Segundo a autora, o que ocasionara a má qualidade do açúcar seriam múltiplos fatores, como: a falta de experiência dos senhores de engenho paulistas durante o processo de fabricação do açúcar, a falta de preocupação por parte daqueles em fabricar um produto melhor, a má fé de alguns produtores e/ou negociantes que falsificavam o açúcar – misturando os tipos inferiores do artigo como se fossem dos tipos superiores – e, principalmente, as condições de acondicionamento do açúcar e de transporte do Quadrilátero do Açúcar até o porto mais próximo, Santos¹⁴².

¹³⁷ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 152. Ver também os Apêndices B e C, entre as páginas 400 e 404, onde o autor exhibe as tabelas com todos os dados que utilizou para construir seus gráficos.

¹³⁸ Kátia Matoso apresentou as mesmas tendências nos preços do açúcar na colônia brasileira. Ver: MATTOSO, Kátia M. de Q. *Conjuncture et Société au Bresil a la fin du XVIII siècle. Cahiers des Ameriques Latines*, n. 5, p. 3-53, 1970.

¹³⁹ A utilização da mão de obra cativa nos engenhos para outras atividades agrícolas é largamente discutida no livro “O contraponto baiano”, cf.: BARICKMAN, 2003.

¹⁴⁰ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 376.

¹⁴¹ PETRONE, 1968, p. 9-10.

¹⁴² PETRONE, 1968, p. 178-186.

Nesse último ponto reside uma das importantes diferenças entre os grandes centros canavieiros coloniais em relação ao Oeste Paulista: a distância do mar e as condições de transporte do produto. As grandes vilas de produção açucareira em São Paulo entre os séculos XVIII e XIX (Campinas, Itu e Porto Feliz) se localizavam entre 150km e 200km de Santos e o transporte de produtos até o embarque para o mercado além-mar era realizado, majoritariamente, em lombos de muares e costas cativas. Mesmo após as mulas e cativos carregarem toneladas de caixas com açúcar por quilômetros do Oeste até a cidade de São Paulo, posteriormente para chegar ao litoral precisavam vencer outro obstáculo: a serra do mar. Ela pode ser observada, inclusive, na figura 1, onde está representada por pequenos morros a Oeste de Santos. A serra era um problema logístico para o transporte de produtos, haja vista que atinge “desníveis médios de 1.000 metros em larguras entre 5 e 10 quilômetros, e estendendo-se por cerca de 1.000 quilômetros (...) do Rio de Janeiro (...) a Santa Catarina”¹⁴³. O transporte de produtos até Santos poderia levar cerca de 10 dias, aumentado a cada momento as chances de avariar os artigos¹⁴⁴.

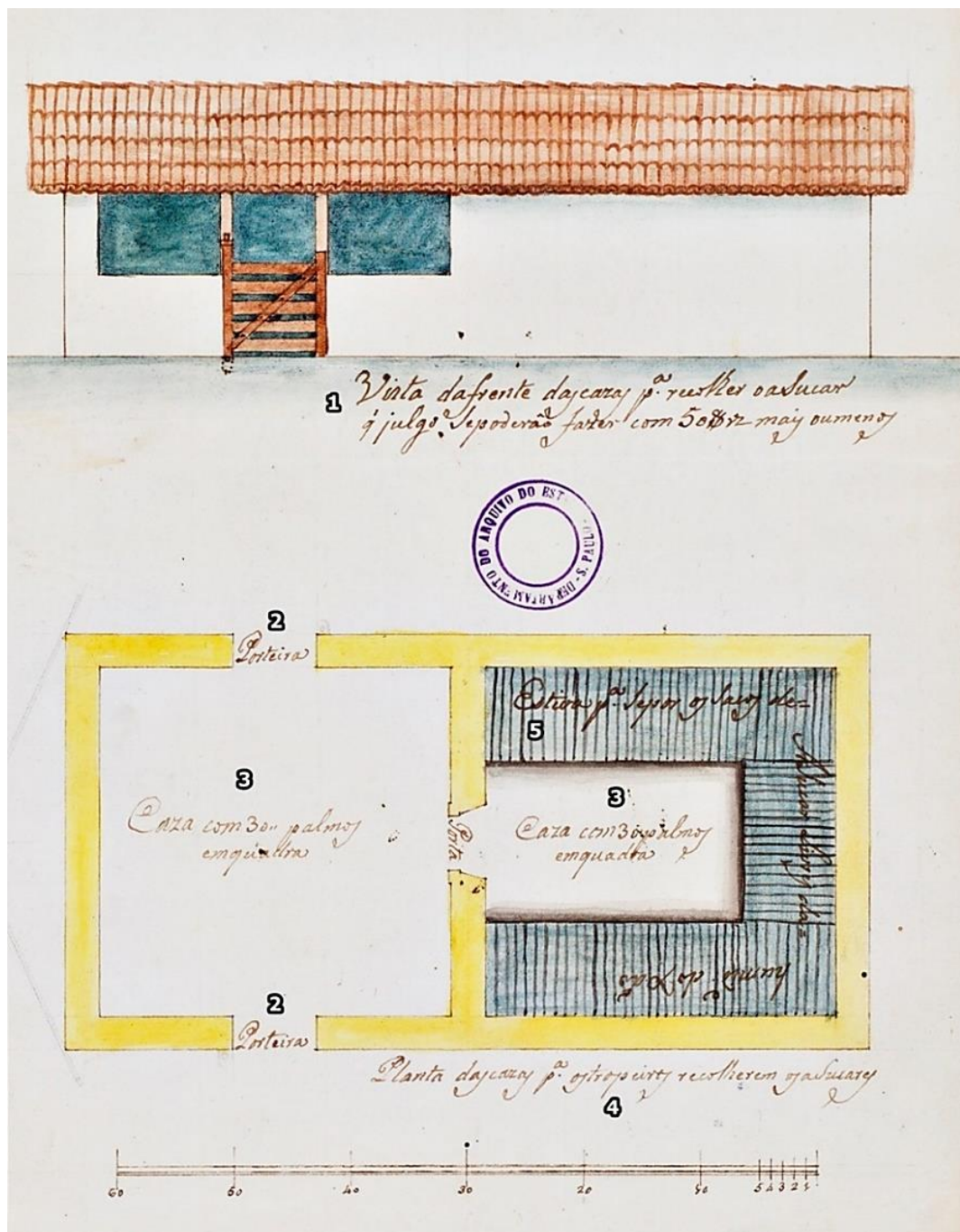
Para o comércio transatlântico, os pousos do interior até o porto de Santos eram fundamentais, haja vista o considerável número de paradas até o Atlântico. Em jornada realizada através do interior de São Paulo, o viajante inglês Edmund Pink notou a importância dos pousos e, também, suas simplicidades, já que eram comumente “barracões abertos, telhados, com pilares intermediários segurando o teto. Em toda a parte, eles são construídos à margem da estrada para o conforto dos viajantes. Neles pode-se pendurar as redes ou as esteiras, artigos indispensáveis para se levar nas viagens”¹⁴⁵.

¹⁴³ SANTOS, Álvaro R. dos. **A grande barreira da serra do mar**: da trilha dos tupiniquins à rodovia dos imigrantes. São Paulo: O nome da rosa, 2004, p. 17.

¹⁴⁴ DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 52.

¹⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau; MINDLIN, José. São Paulo de Edmund Pink. São Paulo: DBA, 2000, p. 97.

Figura I.3 – Planta arquitetônica a ser utilizada na construção de pousos entre Itu e Santos (1797)



Notas:

a. Os números destacados na imagem são de minha autoria. A figura está recortada para melhor visualização e o documento completo se encontra no anexo 2.

b. Segue a transcrição dos escritos, divididos por número: 1. Vista de frente das casas para recolher açúcar que julgo se poderão fazer 50 réis mais ou menos; 2. Porteira; 3. Casa com 30 palmos em quadra; 4. Planta das casas para os tropeiros recolherem os açúcares; 5. Estiva para se pôr os sacos de açúcar livres da umidade do chão.

Fonte: APESP. **Relação dos lugares em que se devem fazer os Ranchos para repouso dos condutores de asucares da Vila de Itú até o Porto de Santos** (detalhe). Vicente da Costa Taques Aranha. Nanquim colorido com aquarela em papel trapo, 44x35cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maço 14, Pasta 1, 1797. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/arquivo_imagens/APESP_08_03_7.jpg>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

A preocupação com a qualidade do produto final, devido às dificuldades enfrentadas no transporte, decerto constava na rotina dos produtores do Quadrilátero Paulista. Conforme a figura I.3, o mesmo capitão mor de Itu que informava o governador acerca do êxodo da vila em 1809, Vicente da Costa Góes, desenhara com detalhes a arquitetura necessária para um pouso. Na ilustração do capitão (figura I.3), elaborada em conjunto com uma carta que listava lugares até Santos para se elaborar os ranchos para os tropeiros de açúcar, ele evidenciou a necessidade de ser construída uma base de madeira, a qual ele chama de estiva, para evitar que as sacas de açúcar ficassem no chão. Isso porque era justamente a umidade o principal fenômeno prejudicial à qualidade do açúcar no transporte até o porto. Em outras palavras, uma intempérie na viagem que durava dias poderia arruinar uma safra completa, e pousos com a estrutura correta seriam fundamentais nesse itinerário.

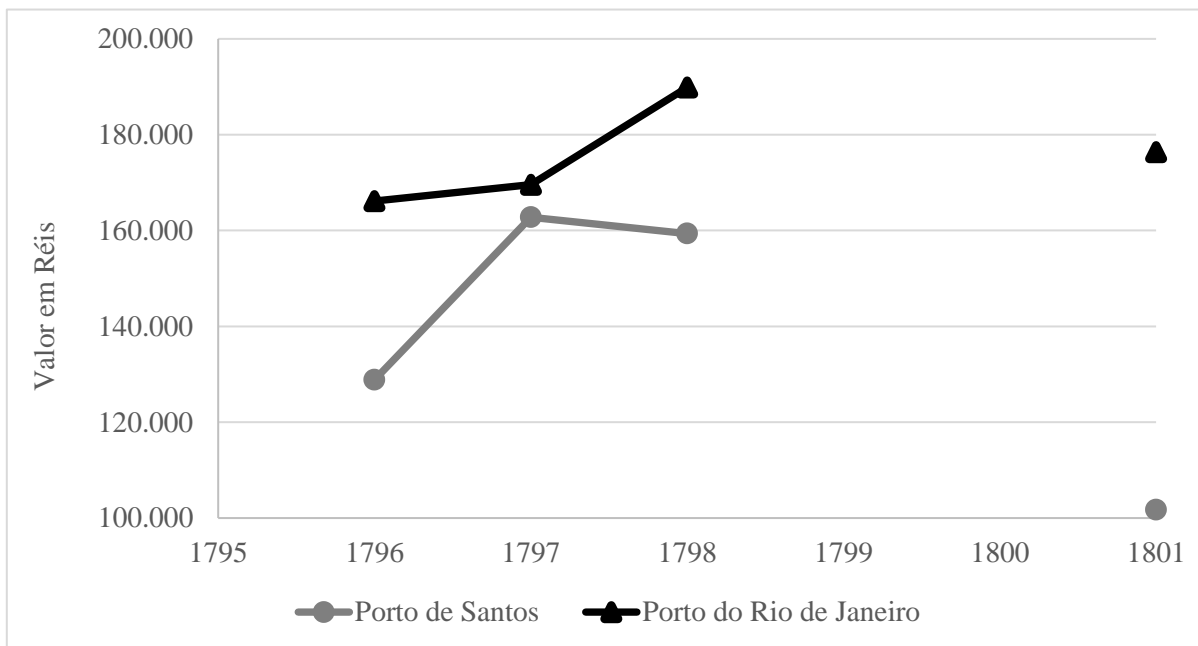
A distância de São Paulo para o mercado além-mar era maior se comparada ao Rio de Janeiro e o Nordeste, e pode ter sido um fator que onerava o comércio, fazendo com que pagassem menos no porto paulista; mas ainda que seja uma possibilidade, a diferença foi considerável entre eles, conforme o gráfico I.7, que explicita que o valor do açúcar branco no porto Rio de Janeiro foi recorrentemente mais alto que em Santos, uma média de 37 mil-réis a tonelada – cifra que, se multiplicada pelas centenas de toneladas negociadas todos os anos, atinge vultuosas quantias. É perceptível que os preços do artigo negociados nos portos paulista e carioca mantiveram uma diferença razoável entre os anos de 1796 e 1798, mas que foi bastante acentuada em 1801, possivelmente pelo alastramento da fama da má qualidade do açúcar de paulista.

Dito isso, conclui-se que a má fama do açúcar paulista era também porque ele simplesmente poderia estragar no caminho até seu embarque, “nas longas viagens em lombo de mulas, onde se expunha, quase sem proteção, às intempéries”¹⁴⁶. Encontrando-se o açúcar sem a purificação devida pelo engenho, “resistia menos à ação do tempo”¹⁴⁷, ou seja, a combinação entre a má técnica de preparo e/ou má fé dos produtores somada às adversidades causadas no transporte acabava promovendo, no mais das vezes, um açúcar de baixa qualidade. A hipótese é de que esse fator interferia diretamente nos preços do açúcar praticados no porto de Santos.

¹⁴⁶ PETRONE, 1968, p. 103.

¹⁴⁷ PETRONE, 1968, p. 103.

Gráfico I.7 – Preço do açúcar branco nos portos de Santos e Rio de Janeiro por tonelada (1796-1801)



Notas:

a. Foi possível realizar a comparação entre os preços dos portos analisados apenas nos anos de 1796, 1797, 1798 e 1801.

b. Os valores por arroba, em réis, foram: no porto de Santos, 1900 (1796), 2400 (1797), 2350 (1798) e 1500 (1801); no porto do Rio de Janeiro, 2400 (1796), 2500 (1797), 2800 (1798) e 2600 (1801).

Fonte: MONT-SERRATH, 2007, p. 241; ARRUDA, José J. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p. 360-361.

Campinas, com sua terra roxa e virgem, sua grande oferta de madeira para as caldeiras no processo de fabrico do açúcar, possuía, além de tudo, sesmarias não exploradas. Essa paisagem agrária parece ter configurado um arranjo bastante atraente para o negócio açucareiro – mesmo em tempos de menor demanda internacional. Ainda com a posterior queda nos preços praticados e, até mesmo, com a má fama do açúcar paulista e as adversidades no longo transporte até o porto de Santos para o negócio além-mar, Campinas ainda expandiu sua economia açucareira. Sobre as guerras, como observou Mont Serrath, elas aconteciam de maneira frequente na Europa e poderiam já ser comumente analisadas pelos agentes locais da colônia como fator que poderia influenciar preços dos gêneros agrícolas¹⁴⁸. Tais fenômenos globais, então, deveriam estar previstos no escopo dos sujeitos que resolveram investir seus cabedais e assumirem dívidas na fundação de um engenho: a constante variação no preço do artigo estaria no horizonte de expectativa dos fazendeiros e “compunha um dos elementos de risco do empreendimento açucareiro. A não diferenciação

¹⁴⁸ MONT-SERRATH, 2007, p. 132.

das médias, se percebida pelos produtores, justifica os investimentos realizados pelos escravistas em novas unidades produtivas para a cana e derivados”¹⁴⁹.

2.2 O destino do açúcar de Campinas: o porto carioca e o produto paulista

Carece de fontes a proposta de que a crescente produção açucareira do Quadrilátero Paulista durante a virada do século XVIII teria seu destino final na própria colônia, mesmo que incentivada pelo mercado internacional, sendo seguro afirmar que o comércio de produtos agrícolas paulistas não é de fácil rastreio. Entretanto, a possibilidade de o açúcar produzido entre o fim do século XVIII e início do XIX ter sido destinado exclusivamente ao comércio interno à capitania é inviabilizada pela leitura das próprias listas nominativas aqui utilizadas¹⁵⁰. Muitas das vilas e freguesias de São Paulo, de pequena população e produção agrícola, produziam modestas quantias de aguardente e açúcar, o que leva a crer que, para consumo das vilas paulistas, a produção local era o suficiente – assim como não seria o açúcar o produto de maior necessidade de importação para uma comunidade cujas propriedades possuíam baixa lucratividade¹⁵¹. Por outro lado, a análise em série dos maços de população possibilitou uma pista sobre a rota comercial da produção açucareira campineira. Como foi visto, apesar de as listas terem sido confeccionadas sob determinados critérios e padrões, a qualidade das informações nelas contidas poderia variar consideravelmente ano a ano, a depender do recenseador e das necessidades políticas daquele momento.

Como foi apresentado durante a discussão inicial das fontes, Marcílio¹⁵² dividiu em três fases o processo de elaboração das listas nominativas de São Paulo, sendo que a segunda, iniciada em 1798, a partir de novas ordens da Coroa portuguesa, enfatizou a determinação de mapear a produção agrícola de cada fogo e a elaboração de mapas de exportação e importação de cada vila. Para Campinas foram encontrados mapas que

¹⁴⁹ MARIUTTI; NOGUERÓL; DANIELI NETO, 2001, p. 378-379.

¹⁵⁰ Foram analisados os mapas importação e exportação das seguintes listas nominativas de habitantes de São Paulo: APESP, LNH, Cananeia, 1798 e 1799. APESP, LNH, Cotia, 1798. APESP, LNH, Nazaré, 1798 e 1799.

¹⁵¹ À exceção da cidade de São Paulo que, devido ao grande número de habitantes, não parece ter produzido quantidades suficientes de açúcar para demanda e importou o produto, porém não efetuou a compra em quantidades que justifiquem o aumento da produção da capitania. A título de exemplo, a cidade importou da vila de Itu o total de 28,8 toneladas de açúcar em 1799, cerca de 2,7% da produção total da vila nesse mesmo ano (1.084 toneladas). Cf.: APESP, LNH, Itu, 1799.

¹⁵² MARCÍLIO, Maria L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. Editora Hucitec/Edusp, 2000, p. 29-43.

informam o local de venda nos anos de 1798, 1799, 1801 e 1804, os quais detalham a venda do total de açúcar.

Os destinos do açúcar após sua produção nos engenhos campineiros, conforme a tabela I.6, se dividem em apenas dois: a cidade de São Paulo e a vila de Santos. Entretanto, em 1801, o total do açúcar comercializado por Campinas foi exclusivamente para Santos, o que confirma sua venda para fora da capitania – já que o consumo de Santos ou de outras vilas costeiras poderia ser suprido apenas pelo açúcar de cidades vizinhas que produziam açúcar. Em 1804, conforme a tabela I.6, a quantidade vendida para a cidade de São Paulo não foi pequena quando vista de forma isolada¹⁵³, 30,3 toneladas¹⁵⁴, mas se torna acanhada quando comparada ao comércio do artigo para Santos, a qual quase dobrou em três anos (crescimento de 87%), continuando ser esse seu principal destino. Fato é que, no decorrer da expansão canavieira campineira, a quantidade total e relativa de seu comércio açucareiro diminuiu para a cidade de São Paulo, ao contrário do ocorrido com envio para o porto de Santos. O envio de açúcar para o porto apresenta uma tendência de crescimento em quantidade relativa e, principalmente, total – para o porto, quase triplica entre 1798 e 1804 e, no mesmo período, cai pela metade para a cidade de São Paulo. Exclusivamente para os anos de 1798 e 1799, as rotas das produções agrícolas da vila foram bem traçadas e, principalmente, não foram contabilizadas apenas nos mapas em finais da documentação, mas sim em cada descrição dos fogos, os quais foram divididos entre dois grupos na tabela I.7: o número de senhores de engenho e partidistas que venderam seu açúcar, bem como o de suas respectivas quantidades em toneladas.

¹⁵³ Existe ainda a possibilidade de que o açúcar esteja destinado a São Paulo enquanto espaço intermediário das vendas para o porto de Santos; entretanto, como a cidade comprava de açúcar da vila de Itu todos os anos, é possível que o produto campineiro também seja para consumo próprio.

¹⁵⁴ Para adequar os resultados desta pesquisa ao sistema métrico e a fim de facilitar a análise comparativa, buscou-se converter também os dados informados por outros autores, exceto em citações diretas. Será informado o número original em notas de rodapé sempre que foram realizadas conversões para sistema métrico de outros autores. Para as medidas usadas na conversão, consultar o elemento pré-textual na presente dissertação “Unidades de medidas antigas e suas equivalências no sistema métrico”, que foi realizado a partir das seguintes referências: COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. CANABRAVA, Alice. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-123, 1972. LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA/USP, v. VIII, n. 21, p. 1-5, 2001. VASCONCELLOS, Paulo Mário B. **Guia prático para o fazendeiro**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1983.

Tabela I.6 – Quantidade total e relativa da venda de açúcar de Campinas (1798, 1799, 1801 e 1804)

| Ano | Produto | Santos | São Paulo | Total |
|------|--------------|--------|-------------------|-------|
| 1798 | Açúcar (ton) | 147,5 | 75,7 | 223,2 |
| | % | 66,1 | 33,9 | 100 |
| 1799 | Açúcar (ton) | 176,9 | 31,4 | 208,4 |
| | % | 84,8 | 15,2 | 100 |
| 1801 | Açúcar (ton) | 224,1 | N.I. ^a | 224,1 |
| | % | 100 | N.I. | 100 |
| 1804 | Açúcar (ton) | 420,1 | 30,3 | 450,4 |
| | % | 93,3 | 6,7 | 100 |

Nota:

a. Lista Nominativa de Habitantes de 1801 informa que todo o açúcar foi enviado para Santos.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798, 1799, 1801 e 1804.

Tabela I.7 – Número de engenhos e partidos de cana de açúcar de Campinas que venderam açúcar para Santos em 1798 e 1799

| 1798 | | | | | | |
|--------------|-----------|--------------|------------|--------------------------|--------------|------------|
| Propriedades | Nº total | Açúcar (ton) | (%) | Não informa ^a | Açúcar (ton) | (%) |
| Engenhos | 27 | 174,9 | 93,5 | 10 | 12,1 | 73,2 |
| Partidos | 9 | 12,2 | 6,5 | 8 | 4,4 | 26,8 |
| Total | 36 | 187,1 | 100 | 18 | 16,5 | 100 |
| 1799 | | | | | | |
| Propriedades | Nº total | Açúcar (ton) | (%) | Não informa | Açúcar (ton) | (%) |
| Engenhos | 14 | 81,9 | 98,6 | 16 | 78,7 | 84,2 |
| Partidos | 1 | 1,2 | 1,4 | 14 | 14,8 | 16,8 |
| Total | 15 | 83,1 | 100 | 30 | 93,5 | 100 |

Nota:

a. Estão presentes nessa coluna as propriedades que não informaram o destino de seu açúcar.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798 e 1799.

Primeiro, percebe-se que o total de açúcar comercializado com Santos diverge para baixo, em ambos os anos, daquele apresentado nos mapas (tabela I.6). Isso possivelmente acontece por alguma falha durante o recenseamento ou pelo fato de que a venda não necessariamente seria condizente com a colheita daquele ano, existindo engenhos que

detiveram açúcar do ano anterior ou estariam em processo de manufatura do produto. Depreende-se da tabela I.7 que a massiva maioria dos agricultores campineiros tiveram seu açúcar comercializado para Santos em 1798, sendo também o principal destino daqueles identificados em 1799. Isso indica que o açúcar de Campinas estava associado, nesse período, diretamente ao transporte do produto para aquele porto e também sinaliza que os comerciantes de açúcar operavam, em sua maioria, em Santos.

Em todo o período analisado, foi encontrado apenas um ano em que não se relata comércio com a cidade de São Paulo nas listas, 1801, sendo exclusivo o envio para Santos. As vendas do açúcar para São Paulo podem indicar que esse seria um pequeno centro consumidor de açúcar de Campinas ou também que alguns dos negócios da venda do artigo para Santos eram intermediados na capital, considerando ser ali a residência de muitos comerciantes de grosso trato – também chamados de comerciantes por grosso e entendidos por João Fragoso como “negociantes, em geral, envolvidos simultaneamente no tráfico internacional de escravos, no abastecimento interno e nas finanças coloniais”¹⁵⁵; ou seja, aqueles indivíduos que estavam conectados ao mercado de grandes valores na colônia¹⁵⁶.

Em um primeiro olhar à tabela I.7, percebe-se que, em 1799, cai o número de produtores a venderem o produto para Santos, sejam senhores de engenho ou partidistas de cana de açúcar. Porém, em uma análise detalhada da lista, é perceptível que a diminuição da venda do açúcar para Santos ocorreu porque, diferentemente de 1798 – quando as duas companhias de ordenança de Campinas tiveram suas vendas descritas –, em 1799, apenas a primeira companhia possui o relato dessa informação¹⁵⁷. Comparando apenas a primeira companhia entre si, percebe-se que em 1799 existia, inclusive, um engenho a mais que enviou seu açúcar para o porto de Santos¹⁵⁸.

¹⁵⁵ FRAGOSO, 1998, p. 34.

¹⁵⁶ Mary del Priori e Renato Venancio também os definem como: “homens brancos de origem portuguesa que, inicialmente de Lisboa e posteriormente do Rio de Janeiro e da Bahia, negociavam com as mais diferentes praças, como Inglaterra, Alemanha, Itália e outros reinos europeus; seus agentes comerciavam desde alimentos, bebidas e escravos até mercadorias de luxo, tais como perucas e tecidos finos”; ver: DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. Seriam negociantes diferentes daqueles descritos por Kátia Mattoso, de pequeno aporte econômico, os quais estariam, por exemplo, “estabelecidos em lojas disseminadas nas freguesias do centro da cidade: armazéns, tabernas, padarias, quitandas, lojas de secos e de molhados” – o que não era dissociado de um pequeno prestígio social, apenas não possuíam o mesmo capital; cf.: MATTOSO, Kátia M. de Q. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de educação e cultura, 1978, p. 252.

¹⁵⁷ APESP, LNH, Campinas, 1799.

¹⁵⁸ Cabe ressaltar que o próprio envio de açúcar para a cidade de São Paulo pode indicar um redirecionamento de lá para Santos, já que existiam comerciantes do produto na cidade, uma frente aberta para estudos históricos que busquem compreender a dinâmica interna do comércio nesse período.

Interessante notar que a lista nominativa possibilita entender a relação entre as produções dos engenhos e dos partidos de cana, pois em ambos os anos a diferença entre o número de partidos não informados é proporcionalmente menor comparado ao dos engenhos. Esse fenômeno, associado ao fato de muitos partidistas de cana serem agregados dos engenhos, faz levantar a hipótese de que a produção canavieira dos partidos está mais atrelada às necessidades anuais dos engenhos e à flutuação do preço do açúcar¹⁵⁹.

O acompanhamento da rota praticada pelo comércio do açúcar paulista também é de difícil realização por parte dos historiadores; entretanto, os indícios aqui levantados apontam que a produção de Campinas se direcionava ao porto de Santos. A que pese o comércio interno à capitania, Elizabeth Kuznesof afirma que o comércio do açúcar pelo porto de Santos crescera 60% entre 1797 e 1807, saindo de 1.688 t para 2.708 t, respectivamente¹⁶⁰. A vila de Campinas apresentou números ainda mais impressionantes; mantendo a mesma faixa de anos de Kuznesof, o salto da produção canavieira de Campinas de 1797 para 1807 foi de 322,7%, 136,9 kg para 441,9kg¹⁶¹, respectivamente.

Por fim, deve-se reiterar que o destino do açúcar nesse período, após a revolução de Saint-Domingue, não parece ter sido orientado para o comércio e o consumo de uma demanda da própria colônia. Como foi discutido, houve o rápido aumento no preço do açúcar nas várias praças de comércio do mundo durante a década de 1790 e para o porto de Santos não foi diferente, como mostrou Mont Serrath ao analisar uma série de levantamentos das cargas de embarcações que saíram desse porto em direção à Europa, indicando o caminho seguido pelo mercado do açúcar após sua chegada em Santos¹⁶². Em contrapartida, o destino europeu não impediu a existência de um comércio de cabotagem¹⁶³ contínuo e intenso do produto diretamente de Santos para outras praças brasileiras ainda sob a dominação portuguesa, mesmo quando se consideram os negócios do açúcar – cabotagem que se constituía como a forma mais abrangente de circulação interna das mercadorias durante o período¹⁶⁴.

¹⁵⁹ A pequena produção de algumas propriedades e o aprofundamento das discussões acerca dos mapas de população serão mais detidamente discutidas no capítulo 7.

¹⁶⁰ KUZNESOF, Elizabeth A. **Household economy and urban development**. São Paulo (1765-1836). Westview Press, 1798, p. 111. Antes da conversão para quilogramas, a medição do açúcar era 114.500 arrobas em 1797 e 183.660 arrobas em 1807.

¹⁶¹ APESP, LNH, Campinas, 1797 e 1807.

¹⁶² Ver o gráfico 4, no qual o autor apresenta o preço do açúcar em Santos entre 1790 e 1801; cf.: MONT-SERRATH, 2007, p. 131.

¹⁶³ O comércio de cabotagem sendo entendido aqui como qualquer espécie de transporte marítimo realizado entre dois portos de uma mesma costa marítima.

¹⁶⁴ Para mapas do direcionamento da exportação e da importação do porto de Santos, ver: MARCÍLIO, 2000, p. 173-174.

Segundo Petrone, o açúcar paulista estava sendo comercializado, por exemplo, com os portos do sul, como Rio de São Francisco, Ilha de Santa Catarina, Laguna, Porto Alegre e Rio Grande, sendo que este último importou 17.635,74kg no ano de 1799¹⁶⁵ – quantidade pequena se comparada aos 2.262.698kg produzidos pela capitania São Paulo no mesmo ano¹⁶⁶. A autora afirma ainda que o produto foi de fato utilizado pelos agricultores e comerciantes paulistas como forma de pagamento de mercadorias importadas de outras capitanias, já que era o açúcar a principal produção em valor agregado de São Paulo, sendo então “forçosamente utilizado para um intercâmbio comercial”¹⁶⁷. Bruno Aldair Costa traz à luz que, nos anos de 1799 e 1801, foram vendidos, respectivamente, cerca de 6% e 20% do açúcar paulista para a capitania da Bahia¹⁶⁸. Apesar de as informações serem esparsas no tempo, é importante lembrar que o comércio de produtos entre portos brasileiros era costumeiro e, mesmo que a documentação não seja anual, deve-se aventar que a venda de açúcar para as capitanias ao sul e ao norte era habitual¹⁶⁹.

Todavia, a historiografia aponta que o comércio de cabotagem do açúcar paulista foi direcionado em sua maior parte para o Rio de Janeiro, principal porto a sul da colônia naquele momento, seja para negócios diretos com a Metrópole, seja para negociações sobre a mão de obra cativa¹⁷⁰. A principal função do porto carioca em relação a São Paulo foi, além de ser porto de entrada para africanos e de mercadorias manufaturadas europeias, a de reexportar o açúcar paulista a Portugal¹⁷¹. Isso se deu uma vez que a capital brasileira era a residência dos comerciantes de grosso trato. Além disso, era a capitania a sul da colônia onde ficava o porto

¹⁶⁵ PETRONE, 1968, p. 173-174. A autora ainda afirma nas páginas subsequentes que os países do Prata também importavam açúcar de São Paulo, mesmo que em mapas de comércio oficiais esse fato apareça apenas para meados do século XIX; ainda na colônia existem indícios de contrabando de açúcar para a América Espanhola.

¹⁶⁶ MONT-SERRATH, 2007, p. 117. Originalmente na tabela 6 do autor constam 153.449 arrobas.

¹⁶⁷ PETRONE, 1968, p. 174.

¹⁶⁸ COSTA, Bruno A. **A vereda dos tratos**: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 348.

¹⁶⁹ Para mais sobre comércio de cabotagem de Santos: SALVADOR, José Gonçalves. Os transportes em São Paulo no período colonial. (Subsídios para a história de São Paulo). **Revista de História**, n. 39, p. 81-141, 1959. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119716/116985>>. Acesso em: 07 de abr. de 2020; SILVEIRA, Patrícia Gomes da. **A metrópole é Aqui**: redes de abastecimento do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013; MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 142-166, 2012.

¹⁷⁰ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: Uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre o comércio de escravizados na praça do Rio de Janeiro, ver: HONORATO, Cláudia P. **Valongo**: o mercado de escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2020.

¹⁷¹ Essa realidade comercial esteve longe de ser pacífica, como será discutido à frente.

em que atracavam a maior parte dos navios portugueses de grande porte, situação bastante diferente do porto de Santos até aquele momento¹⁷². Conforme foi visto no gráfico I.7, se os comerciantes cariocas, em 1801 por exemplo, venderam o açúcar branco para além-mar a 2.400 réis por arroba, poderiam ter comprado o produto por 1.500 em Santos, com uma margem de ganho bruto de 900 réis por arroba no processo de reexportação do produto paulista – multiplicado pelas milhares de arrobas negociadas todos os anos, pode ter gerado grandes valores e, conseqüentemente, lucros.

Segundo Bruno Costa, a praça carioca:

importava 70% da produção açucareira daqueles portos [paulistas] em 1799, embora dois anos depois respondesse por somente 38% das exportações, devido ao crescimento das exportações para Lisboa e para a Bahia. É verdade que em 1801 entraram no Rio de Janeiro 15.605 arrobas pelo registro de Boa Vista, localizado em Paraty, o que elevava a participação fluminense a 46% das exportações. Assim, de forma geral, o açúcar paulista era direcionado para a própria América portuguesa, representando 77% (1799) e 67% (1801) das exportações¹⁷³.

É difícil verificar se a produção açucareira direcionada ao porto carioca era completamente reexportada para Portugal, já que, por vezes, o açúcar poderia ser enviado como sendo próprio do Rio de Janeiro, sendo também um tema que ainda carece de estudos. Porém, a capitania carioca produzia, no final do século XVIII, quantidades consideráveis de açúcar¹⁷⁴, o que indica que produto paulista era, de fato, para reexportação. O mais relevante a se considerar sobre o comércio de açúcar paulista com a capitania vizinha é que a prática foi, além de ato comum no século XVIII, “incentivada até mesmo por governantes da capitania fluminense”¹⁷⁵, visto o interesse na arrecadação dos impostos através da Alfândega.

Para Denise Moura, é importante reiterar a criação da mesa de inspeção do açúcar no Rio de Janeiro no ano de 1751 como fator crucial para essa concentração da exportação, assim como em virtude de que:

as mercadorias coloniais do porto de Santos tinham dois tipos de inserção no comércio atlântico, de acordo com seus tipos. O açúcar tinha uma inserção indireta por meio da praça carioca, mas outros gêneros tinham uma direta, ou seja, havia

¹⁷² PETRONE, 1968, p. 173. A autora acredita que o Rio de Janeiro passou também a consumir açúcar e maiores quantidades de gêneros alimentícios paulistas após a chegada da família Real, em 1808.

¹⁷³ COSTA, 2012, p. 347.

¹⁷⁴ PINTO, Jorge Renato Pereira. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: Ed. do Autor, 1995; FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p. 97-99; MACHADO, Ana Paula S. R. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (século XVIII)**. Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrjr.br/bitstream/jspui/5865/2/2020%20Ana%20Paula%20Souza%20Rodrigues%20Machado.pdf>>.

Acesso em: 13 de abr. de 2021.

¹⁷⁵ MONT-SERRATH, 2007, p. 144.

em Santos um circuito atlântico de mantimentos, excluindo o açúcar, que desembocava nas cidades de Lisboa e Porto¹⁷⁶.

Se, por um lado, as vantagens para os produtores paulistas em negociar com o porto carioca seriam a alta circulação de comerciantes no Rio de Janeiro e o decorrente aumento no número de possibilidades em efetuar suas vendas, por outro, se a insistência carioca na reexportação do artigo da crescente produção paulista para a Metrópole não era para uma demanda local, pode-se reforçar a explicação a partir do uso da categoria “mais-valia mercantil”, trazida à luz por Fernand Braudel¹⁷⁷. O autor evidencia que, no processo comercial, toda mercadoria precisa ter seu valor acrescido ao ser deslocada, independentemente de seu meio de transporte, de tal maneira que o mercador:

possa pagar, além das despesas imprevistas, o preço da compra aumentado pelo transporte, aumentado ainda pelo lucro com que conta o mercado. Senão, para que arriscar dinheiro e trabalho? A mercadoria consegue-o com maior ou menor facilidade. Evidentemente, com as “mercadorias régias” – expressão de Simón Ruiz para designar a pimenta-do-reino, as especiarias, a cochinhila, diríamos também as moedas de oito – não há problemas: a viagem é longa, mas o lucro é garantido. Se a cotação me decepcionar, esperarei; um pouco de paciência e tudo fica novamente em ordem, pois, por assim dizer, nunca falta comprador. Cada país, cada época, teve as suas “mercadorias régias”, mais prometedoras do que outras de mais-valia mercantil¹⁷⁸.

Braudel demonstra que toda soma ao preço inicial do produto é de interesse recorrente dos mercadores e, considerando o açúcar enquanto, em termos do autor, uma “mercadoria régia” – devido a sua demanda europeia e alto valor agregado no período –, acaba-se por evidenciar que os negociantes cariocas podem ter lucrado em ambos os processos comerciais. Isso porque a estratégia para evitar o comércio transatlântico direto com o porto de Santos dificultou que chegassem embarcações com produtos bastante consumidos na capitania, como vinhos, sal ou panos a São Paulo, adicionando uma parada comercial a eles e, conseqüentemente, mais um deslocamento por meio da cabotagem até os portos paulistas. Esse artifício provocava um duplo ganho à rede mercantil empreendida pelos cariocas, pois lucrava-se uma primeira vez ao negociar o açúcar paulista para o reino e uma segunda ao vender produtos estrangeiros aos paulistas.

¹⁷⁶ Denise Moura aponta o Rio de Janeiro como um centro reexportador do açúcar paulista também em virtude da mesa de inspeção criada em 1751 na praça carioca, afirmando que o “açúcar tinha uma inserção indireta [no comércio atlântico] por meio da praça carioca”. In: MOURA, Denise. Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808–1822). **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 95-116, 2013a. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/4X8bcht9ZrgM84B6P87VjPD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

¹⁷⁷ Conceito discutido por Fernand Braudel. Ver: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas. Vol. 2, Trad.: Telma Costa, 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 142-149.

¹⁷⁸ BRAUDEL, 2009, p. 143.

Nesse sentido, a reexportação do açúcar paulista pelo porto carioca acaba por reafirmar que o fomento na inserção de Campinas na cadeia mercantil do artigo durante o período aqui analisado foi, por fim, a demanda europeia pelo produto – mesmo que abalada pelas sucessivas crises causadas pelas Guerras Revolucionárias¹⁷⁹. A historiografia sobre a produção agrícola paulista evidencia que a comercialização de suas mercadorias foi recorrente ao longo do século XVIII e contribuiu na articulação de sua elite, porém foi na virada para o século XIX que sua conexão com a Metrópole se intensificou¹⁸⁰. Apesar do existente comércio de produtos alimentícios paulistas e de açúcar com o restante da colônia brasileira e algumas regiões da América espanhola¹⁸¹, não foram encontrados relatos de que o açúcar campineiro pudesse ter o mesmo destino entre 1790 e 1810, o primeiro período de grande ampliação de sua produção.

Ainda que tenham ocorrido extensas transformações no mercado internacional de açúcar e sido realizadas novas configurações políticas do Império Português durante a segunda metade do século XVIII, deve-se pensar que o caminho percorrido pelas alterações na economia-mundo até o sertão paulista é longínquo, porém as respostas locais em Campinas foram imediatas¹⁸². Tal fato deve-se, inicialmente, à circulação de informações existentes na capitania que, apesar de ser realizada no ritmo próprio de uma sociedade que tinha nos rios seus aliados e, principalmente, como fundamental meio de transporte os

¹⁷⁹ Sobre a influência das Guerras Revolucionárias na inflação europeia e sua demanda por commodities, ver: PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09102015-151621>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

¹⁸⁰ Marco Micheli argumenta que a conexão entre reino e Santos, mesmo que indireta, se deu ao longo da segunda metade do século XVIII através da venda recorrente de mantimentos paulistas. Cf.: MICHELI, Marco. **São Paulo**: Diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12112018-113557/publico/2018MarcoVolpiniMicheliVCorr.pdf>>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

¹⁸¹ Denise Moura mostra a exportação do açúcar paulista para Montevidéu após 1808 em seu artigo. Cf.: MOURA, Denise. Açúcar: uma mercadoria no circuito mercantil lusobrasileiro-platino (1798-1821). **Saeculum: revista de história**, João Pessoa, n. 29, p. 145-160, 2013b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/19818>>. Acesso em: 04 de mai. de 2020.

¹⁸² Tais rápidas respostas no espaço agrário também ocorreram em outras vilas paulistas; cf. MONT-SERRATH, 2007. Sobre a rede de informações entre Oeste Paulista e o Rio de Janeiro, Carlos Bacellar trouxe à baila que as elites de Itu tinham profundas informações em relação ao que acontecia no Rio de Janeiro em relação às tentativas de abolição do tráfico transatlântico de cativos no final da década de 1820. Cf.: BACELLAR, Carlos A. P. As sazonalidades do tráfico de africanos para as grandes propriedades escravistas da vila de Itu, 1790-1850. In: LIMA, Henrique E.; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **História de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

muares, estava conectada ao Império Português. Este, por seu turno, também não esteve de maneira alguma alheio ao quadro caribenho e ao mercado mundial de açúcar, haja vista que, por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho publicou sua “Memória sobre o açúcar” na coleção intitulada Memórias econômicas da “Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas”¹⁸³. Azeredo Coutinho, por sua vez, era deputado do Santo Ofício, bispo da Igreja Católica e esteve à frente de engenhos de açúcar de sua família em Pernambuco, antes de se dedicar à vida eclesiástica e mudar-se para Portugal¹⁸⁴.

O texto de Azeredo Coutinho, o qual finaliza o tomo III da coleção, se mostra intimamente integrado às políticas de incentivo à agricultura do Império Português aplicadas naquele período e, principalmente, à conjuntura revolucionária haitiana, iniciando seu texto da seguinte forma:

Todos sabem do alto preço a que tem subido o açúcar em toda a Europa, pela desgraçada revolução das Colônias Francesas nossas maiores rivais neste gênero de Agricultura; e pelas grandes inundações que tem havido nas Colônias Espanholas; e nas Inglesas pelos furacões de vento muito fortes.¹⁸⁵

Impressiona o fato de a publicação do livro datar ainda de 1791, sendo que a Revolução de Saint-Domingue se iniciou em 14 de agosto do mesmo ano. Em pouco tempo, Coutinho não só obteve a informação de que a insurreição escrava iniciara na colônia francesa, como percebeu reflexos no comércio do açúcar e café no mercado europeu¹⁸⁶, postulando a emergência com que as colônias portuguesas deveriam investir na plantação de ambos os artigos – sem deixar ainda os gêneros alimentícios de lado¹⁸⁷. Continua, Coutinho:

A revolução inesperada acontecia nas colônias francesas é um daqueles impulsos extraordinários, com que a Providência faz parar a carreira ordinária das coisas: agora que aqueles colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que eles principiarem nova carreira, é necessário que apreçemos a nossa.

¹⁸³ COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. Memória sobre o preço do açúcar. In: **Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Tomo III. Lisboa: Officina de Lisboa, 1791, p. 381-391. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101043156320&view=2up&seq=210&size=125>>. Acesso em: 10 de mai. de 2020

¹⁸⁴ Para mais informações biográficas de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Obras Econômicas de J. J da Cunha Azeredo Coutinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 15-16; CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821**. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 57.

¹⁸⁵ A grafia foi atualizada durante o processo de transcrição, porém a pontuação e as instâncias maiúsculas e minúsculas foram mantidas como no original.

¹⁸⁶ Ele afirma ainda na primeira nota de rodapé que em “Paris está se vendendo a 400 réis o arretel, e nesta Corte a 140 a 160 réis”. COUTINHO, 1791, p. 381.

¹⁸⁷ COUTINHO, 1791, p. 390.

O interesse é a alma do comércio; e como ele tanto anima ao francês e ao português, **é necessário deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do açúcar, quanto ele mais subir, mais se aumentarão as nossas fábricas e o nosso comércio.**¹⁸⁸

Azeredo Coutinho deixa claro que seria esse o fenômeno que deveria catalisar os esforços da Coroa portuguesa para aumentar sua produção açucareira no Brasil, com urgência. Ele também não esqueceu de mencionar a instabilidade produtiva que viviam as colônias caribenhas espanholas e britânicas em razão das inundações e furacões que ocorreram naquele ano¹⁸⁹; fenômenos naturais estes que não podem ser esquecidos nos estudos de *plantations* escravistas e sistemas econômicos baseados na agricultura. Como lembra Caio Prado Jr., é importante desmistificar a ideia de que existiu um isolamento do planalto paulista em relação ao que ocorria na colônia. Sobre isso, continua o autor:

Como se vê, através de toda história colonial da capitania, São Paulo ocupa o centro do sistema de comunicações do planalto. Todos os caminhos, fluviais ou terrestres que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital.¹⁹⁰

Deve-se reiterar que correspondência mercantil entre Reino e colônia ocupava a dimensão física do atlântico e, mais importante, o tempo cíclico das embarcações, “como as naus que partiam e chegavam”¹⁹¹. É nesse sentido que a comunicação existia de maneira ampla ao longo do Império Português e, no esteio da reconfiguração do mercado internacional da década de 1790, a Coroa também procurou aumentar o controle Régio sobre seus domínios (como integrá-los de maneira mais coesa) ao passo que facilitava a comunicação. Foi essa uma das razões pelas quais o Estado português promoveu a ampliação da rede de correios e procurou estabelecer outros padrões para evitar desvios de cartas, transformando sua maneira de enxergar a comunicação após o governo de Martinho de Mello e Castro (1770-1795), promovendo uma real transformação a partir do ano de 1798¹⁹². Rede essa que não tardou a se estender a São Paulo, visto que, no dia 11 de agosto de 1798, o governador paulista Bernardo José de Lorena “escreveu para o governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes, para acordar a inauguração da rota postal entre Minas Gerais e Goiás”¹⁹³.

¹⁸⁸ COUTINHO, 1791, p. 390-391. Grifos meus.

¹⁸⁹ Por inundações o autor buscou se referir, possivelmente, a tsunamis causados por terremotos que muito acometem aquela região.

¹⁹⁰ PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1975, p. 104.

¹⁹¹ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 88. Para a discussão sobre correspondências entre Portugal e Minas Gerais: FURTADO, 2006, cap. 2, p. 87-148.

¹⁹² GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. **O Controle do Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821)**. Tese (Doutorado), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019, p. 70-102.

¹⁹³ GUAPINDAIA, 2019, p. 206.

Por fim, se, por um lado, há um consenso na historiografia acerca do rápido desenvolvimento canavieiro em Campinas, por outro, pouco se fez em função de uma análise detalhada da década de 1790 e dessa intensa transformação agrária na região – especialmente pela dificuldade na recuperação de fontes. Dessa maneira, esse capítulo discutiu a conjuntura global, desencadeada pelo aumento do consumo do açúcar na Europa e a Revolução de Saint-Domingue, fenômeno que possibilitou uma janela de oportunidades para todos os parques açucareiros da América e a ascensão de outros – como Campinas. Contudo, não se deve depreender que tais transformações econômicas, migrações e reversão de capitais que ocorreram em solos americanos, especialmente no Oeste Paulista, foram uma espécie de reflexo natural. Isso porque existiu toda uma conjuntura política e econômica específica em terras paulistas, capitaneadas por seus governadores e negociantes. Qual o papel desses personagens no aproveitamento da janela de oportunidades aberta pela conjuntura global? Tiveram eles ações que desencadearam maiores transformações em terras campineiras? As relações entre as escalas de análise não devem ser vistas de separadas maneiras, pois os fenômenos globais também foram permeados pelas conjunturas políticas e econômicas locais, assim como apropriados de maneira singular pelos agentes históricos. Questões essas a serem debatidas no próximo capítulo.

3 O caminho entre o global e o local: senhores de engenho, negociantes e o rearranjo político-econômico paulista

3.1 Quadro político paulista sob a janela de oportunidades global

Como foi discutido, o papel central da Revolução de Saint-Domingue na reconfiguração da economia mundial de *commodities* e, em especial, no Brasil, é ponto comum na historiografia. Stuart Schwartz, por exemplo, já havia apontado para a revolução dos escravos de Saint-Domingue enquanto evento catalisador para ocorrer o que ele nomeou “renascimento agrícola” da colônia e a consequente recuperação da atividade açucareira baiana, sobretudo na década de 1790 – recorte em que pode ser estendido para a montagem da lavoura canavieira paulista. Além disso, o autor não ignorou as reformas pombalinas, bem como outros esforços da administração portuguesa para o desenvolvimento agrícola no Brasil durante a segunda metade do século XVIII; em sua escrita, porém, reitera que havia sido uma recuperação econômica originada por Saint-Domingue e intensificada “por um notável grupo de administradores portugueses e intelectuais brasileiros que, ora de acordo, ora em conflito, procuraram fortalecer a economia brasileira”¹⁹⁴.

Assim sendo, por não ser o objeto principal de sua pesquisa, Schwartz preteriu a compreensão desses fenômenos em conjunto, sem evidenciar o estabelecimento das relações entre esses fatores. Por vezes, a historiografia abordou as transformações no Brasil do início do Oitocentos enquanto um reflexo direto do fenômeno global, isto é, evidenciou as transformações nos preços dos artigos de exportação e consolidou como uma mudança direta no espaço agrário colonial. Ora, durante o século XVII e XVIII, houve momentos em que os preços praticados na venda açúcar nas praças europeias e americanas estiveram superiores àqueles praticados na década de 1790¹⁹⁵ e, ainda assim, não ocorrera a expansão em larga escala das *plantations* canavieiras em São Paulo. O limite de olhar para o global é perder a dimensão das conexões que possibilitam as transformações, de fato, na terra no espaço agrário. As reformas políticas e econômicas do Império Português na segunda metade do século XVIII através das medidas pombalinas, associadas ao movimento de enriquecimento e à formação de uma elite colonial paulista, seja pela produção de alimentos e venda para as Minas, seja em virtude das redes mercantis abertas por negociantes de grosso trato, foram fenômenos

¹⁹⁴ SCHWARTZ, 2011 [1978], p. 348. Para acompanhar a discussão completa, ver entre as páginas 338 e 349.

¹⁹⁵ BARRETT, Ward; SCHWARTZ, Stuart B. Comparación entre dos economías azucareras coloniales: Morelos, México, y Bahia, Brasil”. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975, p. 565.

basilares para que o vertiginoso e repentino crescimento do preço do açúcar nas praças internacionais após a revolução que se iniciara em agosto de 1791 pudesse estimular diretamente a montagem do complexo açucareiro campineiro.

É necessário, portanto, investigar de maneira mais sutil a articulação entre os fenômenos global e local no que tange às transformações econômicas e às oportunidades derivadas dessa articulação enquanto um dos aspectos fundamentais que possibilitaram, por exemplo, a vila de Campinas aparecer no mapa do comércio açucareiro. Em outras palavras, enquanto o primeiro processo, global, possibilitara a expansão da fronteira mercantil e o alargamento da economia mundial entre os séculos XVIII e XIX, o segundo, local, mostrara um cenário de conflitos entre interesses comerciais distintos – de um lado, proprietários de terra do Oeste e comerciantes paulistas e, do outro, proprietários do litoral norte paulista e comerciantes cariocas. A hipótese é de que tais conflitos comerciais possuíram uma relação dialética entre, por um lado, o mercado mundial de açúcar e, por outro, a montagem da lavoura canavieira paulista – sobretudo campineira. Os negociantes teriam sido, então, agentes e pacientes dos fenômenos que intermediaram. Dito isso, a disputa pelo controle do comércio de açúcar à Europa se apresenta como um *locus* fundamental para entendermos a relação entre global e local na formação do complexo açucareiro de Campinas.

Como foi discutido, se o comércio de cabotagem do açúcar paulista para o Rio de Janeiro, por um lado, reiterou a conclusão acerca da demanda internacional do produto, por outro, foi marcado por disputas em seu entorno, visto que tão fundamental quanto a produção de um artigo agrícola em uma fazenda era sua rede de negócios até o destino de consumo. Além disso, parcela indispensável do processo de inserção de um espaço na cadeia mercantil do açúcar é o seu transporte e o percurso comercial e, como afirma Pedro Antônio de Vieira, é imperativo que a “cadeia de toda mercadoria se inicia na produção dos insumos [...] e termina no consumo. No caso do açúcar, uma das atividades mais importantes foi o transporte da América para a Europa”¹⁹⁶. Quanto ao tema, a historiografia traz à baila que, desde ao menos o governo de Morgado de Mateus (1765-1775), existiram esforços dos capitães gerais em efetuar o controle e a expansão da rede de comércio colonial paulista frente a outras praças. Já se discutiu que, ao longo da segunda metade do século XVIII, foram realizadas transformações estruturais na capitania de São Paulo a partir de estímulos metropolitanos, os quais buscaram – entre outros fatores – estreitar as ligações comerciais entre litoral e

¹⁹⁶ VIEIRA, 2010, p. 517.

serra acima, assim como o relacionamento com Cuiabá, Goiás e Minas Gerais – movimento que se acelerou na década de 1790¹⁹⁷.

Essa realidade comercial da capitania de São Paulo foi herdada de um longo processo de centralização do mercado colonial: a formação de uma rede mercantil e de solidariedade com mercadores cariocas. Segundo a historiadora Maria Aparecida de Meneses Borrego, até o século XVIII na colônia:

as transações mercantis realizadas nas praças de São Paulo, do Rio Grande e das próprias Minas Gerais, se desenvolveram na órbita das capitanias do Rio de Janeiro e Bahia, cujos grupos mercantis controlavam a importação de mercadorias, raramente acessível aos comerciantes atuantes no interior do centro-sul da América Portuguesa¹⁹⁸.

O próprio estudo de João Fragoso evidencia que, a partir da corrida pelo ouro nas minas ao longo da primeira metade do setecentos, o porto carioca se assentou enquanto exportador do ouro e centro importador e distribuidor de escravos para Minas Gerais, regiões ao sul da colônia. Esses negócios possibilitaram o crescimento e expansão de redes mercantis ligadas à Metrópole, estruturando os negociantes de grosso trato residentes no Rio de Janeiro¹⁹⁹. Borrego argumenta que as redes comerciais e de parentesco estiveram entre as principais práticas no estabelecimento da elite colonial paulista setecentista²⁰⁰, tendo como elemento constante nesse processo as relações com a elite mercantil carioca e reinol. Segundo Ana Medici e Renato de Mattos²⁰¹, essa conjuntura comercial e de acúmulo de riquezas em São Paulo possibilitou um rearranjo de interesses político-econômicos, a partir da restauração administrativa da capitania em 1765. Rearranjo esse que foi causa e também consequência dos conflitos exercidos por parcelas de negociantes e proprietários agrícolas de diferentes espaços da capitania paulista e das consequentes políticas da Coroa portuguesa desse período.

¹⁹⁷ KUZNESOF, Elizabeth A. The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850. **The Hispanic American Historical Review**, v. 60, n. 4, p. 571-592, 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2513667>>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

¹⁹⁸ BORREGO, 2006, p. 121.

¹⁹⁹ FRAGOSO, 1998, p. 187-199.

²⁰⁰ BORREGO, 2006, p. 312-318.

²⁰¹ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios**: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788 – 1808). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02022010-144315/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020; MEDICCI, Ana P. **Administrando conflitos**: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania província de São Paulo (1765-1822). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112010-112308/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

As pesquisas acerca da história do Oeste Paulista, em geral, consideraram o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797) como um ponto de virada para o desenvolvimento econômico da região, visto suas medidas de fomento agrícola e, principalmente, interferências no comércio. Esse panorama mercante intrincado que ocorria entre comerciantes radicados no Rio de Janeiro e São Paulo sofreu alteração considerável frente ao quadro mais amplo de transformação do mercado internacional de açúcar quando e, principalmente, quando posto à luz da “lei do porto único”²⁰² de Lorena. Esse tema transformou-se em tópico fundamental nas administrações seguintes, de Antônio Manuel Melo e Castro de Mendonça (1797-1802) e Antônio José da Franca e Horta (1802-1808).

A proposta do governador Lorena mais lembrada pela historiografia talvez tenha sido o caminho que leva seu nome e, decerto, foi uma realização fundamental para a melhoria na infraestrutura da capitania, bem como a facilitação do escoamento de seus produtos via porto de Santos. O projeto foi “estruturado a partir da estrada que cortava a Serra, e deste projeto resultou-se uma estrada superior anterior, permitindo uma melhor circulação de pessoas e da produção de gêneros agrícolas”²⁰³, facilitando o comércio realizado no porto santista²⁰⁴. Essa proposta, inclusive, estava em acordo com a reestruturação ocorrida no Império Português desde o governo de Marquês de Pombal²⁰⁵.

A “calçada do Lorena”²⁰⁶ foi empreendida desde o início de seu governo, sendo finalizada apenas em 15 de fevereiro de 1792, dia em que assinou um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. No ofício, Lorena afirmara que o caminho que ligava a cidade de São Paulo a Cubatão, espaço de passagem para a vila de Santos, encontrava-se finalizado e que:

de sorte que até de noite se segue viagem por ele, a serra é toda calçada e com largura para poderem passar tropas de bestas encontradas sem pararem; o péssimo

²⁰² Título comumente adotado pela historiografia para a medida.

²⁰³ CAPEL, Ronaldo. **O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 120.

²⁰⁴ A necessidade do estabelecimento de caminhos seguros e viáveis também esteve relacionada, aparentemente em menor medida, aos relatos de contrabando de mercadorias paulistas, o que causaria danos diretos ao erário português, cf. MATTOS, 2009, p. 79.

²⁰⁵ Morgado de Mateus confirmava, desde o início de seu governo, a necessidade de melhoria nos caminhos até o porto de Santos, cf.: Portaria para o Tenente Francisco Nobre da Luz abrir novo caminho desde esta Cidade até o Cubatão Geral do Rio de S. Vicente, onde se embarca para a Vila de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 65, 1940, p. 197.

²⁰⁶ Para mais informações sobre sua construção, limites e obstáculos, ver: DI CARLO, Ricardo Felipe. **Explorar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; MENDES, Denise. **A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

caminho antigo e os princípios da serra bem conhecidos eram o mais forte obstáculo contra o comércio, como agora se venceu, tudo fica fácil²⁰⁷.

Como argumentam Denise Mendes e Ronaldo Capel²⁰⁸, a obra de infraestrutura de Lorena se relacionou diretamente às intenções do governador em fortalecer o comércio transatlântico de produtos agrícolas com o Reino sem o intermédio do porto do Rio de Janeiro. Para isso, tornou-se fundamental a melhoria dos caminhos²⁰⁹, já que a maior parte das mercadorias precisavam ser transportadas por dias a fio até a serra do mar, onde encontravam mais um desafio. Como destaca Mont Serrath:

[o] volume de exportação que se esperava da capitania paulista exigia que o trânsito de serra-acima para o litoral não fosse feito mais pelo lombo humano em trilhas indígenas, mas por mulas ou cavalos em caminhos que permitissem a circulação de grande quantidade de gêneros²¹⁰.

Em todo caso, as medidas de infraestrutura são mais bem compreendidas quando justapostas à “lei do porto único”, outorgada por Lorena em 1789²¹¹ – apesar de que a medida não deve ser considerada, de fato, uma “lei”, em virtude de não ter sido sancionada pelos órgãos metropolitanos e de que as pesquisas que a trazem à luz consideram que seja um divisor de águas no comércio colonial paulista²¹². Isso porque a medida acerca do porto único visava a proibir de maneira inequívoca o comércio de açúcar com o porto do Rio de Janeiro. O governador definiu, então, que alguns artigos agrícolas como milho, feijão, farinhas, toucinho, fumo, pomos e raízes poderiam ser despachados sem licença para outras capitanias²¹³ – possivelmente pelo seu menor valor agregado nas transações da capitania.

Ao relatar a Martinho de Mello e Castro sobre sua decisão, Lorena evidenciou que seu objetivo primordial era arrecadar mais impostos na vila de Santos, através de sua Alfândega, já que o capitão general reitera a preocupação com o desvio da capitania, pois todos “os

²⁰⁷ Ofício do governador Bernardo José de Lorena ao Ministro de Estado Martinho de Mello e Castro, informando que se acha concluído o caminho que liga a cidade de São Paulo a Cubatão, na vila de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 70. O relato segue nas páginas seguintes.

²⁰⁸ MENDES, 1994; CAPEL, Ronaldo. **O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14092015-105428/publico/2015_RonaldoCapel_VCorr.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2020.

²⁰⁹ Importante reiterar que não foi a única obra de infraestrutura do governador; ver: CAPEL, 2015, cap. 3, p. 87-120.

²¹⁰ MONT-SERRATH, 2007, p. 100.

²¹¹ MARTINEZ, Paulo H. **História Ambiental Paulista**. Temas, Fontes, Métodos. São Paulo: SENAC, 2019, p. 286.

²¹² PETRONE, 1968; MATTOS, 2009; COSTA, Bruno A. **A tessitura do fisco: A política ilustrada de D. Rodrigo de Souza Coutinho e a administração fiscal da Capitania de São Paulo (1797-1803)**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia. Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

²¹³ MONT-SERRATH, 2007, p. 146.

gêneros da capitania saíam dos diferentes portos da Marinha sem pagarem os dízimos nesta Alfândega porque vinham a ela e iriam pagá-las, segundo diziam, no Rio de Janeiro”²¹⁴. Esse fenômeno não apenas desestimulara a arrecadação de impostos até então da capitania paulista, como também possibilitou que sujeitos dissessem “que iriam para o Rio e, no mar, passavam as aguardentes e os açúcares para navios estrangeiros, não pagando por este modo, nem nesta Alfândega, nem na do Rio e o que agora não pode suceder porque tudo devir ao Porto de Santos, pagar na Alfândega e levar as guias para o Rio”²¹⁵. Dessa forma, a proibição do comércio direto com o porto carioca evitaria o processo de fuga do fisco português, já que na “ausência destes navios era permitido o encaminhamento dos produtos para o Rio de Janeiro, uma vez que todos os tributos tinham sido devidamente pagos na Alfândega da vila de Santos”²¹⁶.

O debate historiográfico existente acerca das intenções e objetivos de Lorena com suas medidas foi renovado por Ana Paula Medici em sua investigação sobre os negócios realizados em São Paulo após a lei do porto único²¹⁷. A historiadora aponta que teria ocorrido uma significativa mudança dos sujeitos que realizavam os negócios na capitania de São Paulo a partir da medida de porto único durante o governo de Lorena – em especial pelo seu envolvimento direto com comerciantes do planalto paulista (assim como seus congêneres do litoral) e alguns negociantes lisboetas, com os quais estabeleceu relações pessoais – formando uma rede mercantil diferente daquela estabelecida com o Rio de Janeiro. A partir dessa discussão, Medici argumenta que Lorena teria beneficiado comerciantes específicos por interesses próprios, em especial o lisboeta Jacinto Fernandes Bandeira, comerciante de grosso trato e sócio do governador. Segundo a autora, pode-se aventar “que as medidas do general Lorena no sentido de concentrar a saída dos gêneros de exportação produzidos em São Paulo no porto de Santos tivessem por objetivo favorecer os negócios que Bandeira viria a estabelecer nesta praça”. Ou seja, Lorena fortaleceu também as forças mercantis de comerciantes lisboetas que não estavam ligados ao comércio com São Paulo anteriormente. Noutro ponto de vista do debate, encontram-se aqueles que veem nas medidas políticas de Lorena apenas um método para estimular os ganhos da Coroa ao passo que estimularia o crescimento da capitania – que de fato ocorreu.

²¹⁴ Carta do Governador Bernardo José de Lorena ao Ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre a carga que transporta do Porto da vila à praça de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 35.

²¹⁵ DI, vol. 45, 1924, p. 35.

²¹⁶ MATTOS, 2009, p. 83.

²¹⁷ MEDICCI, 2010. Ver, em especial, “Capítulo III: A ampliação dos interesses de negociantes lisboetas no comércio e nas arrematações paulistas (1790-1808)”, p. 110-175.

Ronaldo Capel, que escreveu especificamente acerca do governo de Lorena, acredita que os vínculos estabelecidos com os comerciantes e os benefícios concedidos pelo capitão general foram medidas necessárias para estabelecer as ordens metropolitanas. Em outras palavras, Capel argumenta que as decisões do governador estiveram a par dos requisitos estabelecidos desde o consulado pombalino e tiveram resultados benéficos quer seja para Portugal, quer seja para a capitania de São Paulo. Sendo assim, não poderiam ser associadas em primeiro plano a proveitos pessoais do governador, sendo, então, “evidente que tais grupos se interessassem pela economia paulista com o avanço alcançado pelas ações governamentais, e não que as ações fossem tomadas para atender a estes interesses somente”²¹⁸.

Em todo caso, o que interessa para o objetivo aqui proposto é constatar que ambos os autores concordam que as medidas de Lorena foram, efetivamente, partes essenciais de um processo transformador nas relações comerciais da capitania de São Paulo no final do século XVIII. Independentemente dos agentes mercantis portugueses favorecidos da nova rede mercantil paulista, foi possível verificar que comerciantes radicados na capitania também se beneficiaram. O que ambos os autores esquecem de mensurar e dividir no tempo é a magnitude que a Revolução de Saint-Domingue suscitou nas próprias relações comerciais da capitania paulista.

A política de Lorena esteve voltada, assim, em concentrar as exportações no porto de Santos, o que gerou dois problemas mercantis imediatos para o governador solucionar: (i) as embarcações europeias, mesmo com essa iniciativa, não passaram a ir diretamente para Santos no mesmo momento; e (ii) houve diversas reações hostis de comerciantes locais²¹⁹ e produtores agrícolas, que sentiram lesados pelo fechamento do comércio de determinados gêneros com a praça carioca. Foi a partir desse momento que as escalas dos fenômenos político-econômicos passaram a se relacionar mais intimamente.

Para compreender essa nova etapa nas redes mercantis paulistas, as quais se estabeleceram e se construíram ao passo que também se moldavam, é necessário trazer à baila novamente a consequência do fenômeno que afetou a realidade agrícola e comercial em escala global: o grande e repentino aumento do preço do açúcar nas praças internacionais após agosto 1791. Nesse sentido, em vez de considerar o governo de Lorena enquanto um período só, a Revolução de Saint-Domingue condiciona a necessidade de realizar o recorte a partir dela, ou seja, formam-se dois períodos de análise de seu governo: o primeiro, de 1788 a 1791, e o

²¹⁸ CAPEL, 2015, p. 120.

²¹⁹ “A política adotada por Lorena, pelo menos nos primeiros anos de sua vigência, não foi capaz de estabelecer em Santos um comércio transatlântico regular”, cf.: MONT-SERRATH, 2007, p. 87.

segundo, de 1792 a 1797. É bastante evidente que o primeiro período do governo de Lorena, 1788-1791, foi marcado pelo início das obras de infraestrutura propostas pelo governador, reclamações acerca de suas medidas econômicas, certa estabilidade nas receitas da capitania e baixa entrada de navios no porto de Santos. Isto é, esse primeiro período do governo teve pouca expressão na transformação da realidade agrícola e comercial paulista e sua lei do porto único impulsionou intensos conflitos, com os quais Lorena precisou defrontar.

Acerca das reações hostis que Lorena sofrera pela lei do porto único, elas não cessaram até o fim de seu governo, mesmo que tenha realizado medidas para que se mantivessem controladas. Provieram reclamações, inclusive, do próprio vice-rei do Brasil e que residia no Rio de Janeiro, Conde de Resende, o qual escreveu ao Conselho Ultramarino ainda em 1791 para denunciar “os prejuízos causados à Praça fluminense caso o negócio da escravatura destinada à capitania de São Paulo deixasse de passar pelo Rio, tal como ocorria até aquele momento”²²⁰. O vice-rei ainda acusava o porto de Santos de cobrar direitos mais baixos que a Alfândega carioca sobre os produtos importados do Reino, o que causaria prejuízo ao mesmo²²¹. Já as reclamações dos paulistas, devido as suas origens, podem ser divididas por seus espaços geográficos: Litoral Norte e Oeste Paulista²²².

Quanto às reivindicações advindas desse primeiro espaço da capitania, Petrone primeiro alude ao transtorno logístico e financeiro que teriam passado os moradores do litoral Norte após a lei do porto único. Isso porque os indivíduos de tal região teriam a necessidade de comercializar com o porto de Santos, sendo mais distante e que ofereceria preços menos vantajosos, tornando um obstáculo à produção de açúcar e aguardentes dessas vilas – que eram produzidas em quantidades consideráveis para o momento, sendo a principal receita dessas vilas²²³.

O grosso dos artigos agrícolas do Litoral Norte eram comercializados por meio da cabotagem, a partir de pequenos portos próximos às vilas, diretamente com o Rio de Janeiro. Essa rede mercantil também se configurou devido à própria geografia local, pois existia uma proximidade entre esses portos, haja vista que o “Vale do Paraíba e o litoral Norte da capitania de São Paulo se configuravam como uma extensão da economia fluminense, compartilhando sua dinâmica e tendências econômicas”²²⁴ – em particular as vilas de São Sebastião,

²²⁰ MEDICCI, 2010, p. 125.

²²¹ MATTOS, 2009, p. 112.

²²² Para um mapa que localiza os dois espaços, ver MONT-SERRATH, 2007, p. 115.

²²³ PETRONE, 1968, p. 17.

²²⁴ CAPEL, 2015, p. 44. Ver também: FERNANDEZ, Ramón Vicente García. **Transformações econômicas no litoral norte paulista (1778-1836)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Guaratinguetá, Ubatuba e outras vilas que faziam parte do que Mont Serrath chamou de “segundo quadrilátero do açúcar”²²⁵. Petrone também alerta para a intensa conexão mercantil entre os produtores do Litoral Norte e os comerciantes do Rio de Janeiro, ou seja, entre a venda de suas produções e o porto carioca²²⁶. O comércio desse espaço estava ligado diretamente à praça carioca, já que a “população do litoral Norte estava acostumada a vender seus produtos diretamente para o Rio de Janeiro, onde eram facilmente comercializados, e onde os preços eram favoráveis”²²⁷ e pouco de sua produção tomava outra direção que não o Rio de Janeiro. A mudança teria, então, tornado altamente desvantajoso conduzir e negociar suas mercadorias para o porto de Santos.

A medida, assim, teria gerado prejuízo para todos os agentes da rede mercantil ligada ao Rio de Janeiro, sejam os sujeitos localizados no litoral, sejam os radicados na praça carioca, já que estes perderam parte da mercadoria que comercializavam para Portugal. Por outro lado, parece ter sido esse um dos objetivos da medida do governador Lorena, interrompendo, de fato, a rede de mercadores cariocas com a capitania paulista e concentrando embarcações europeias no porto de Santos. Além disso, o governador procurava também aumentar a arrecadação da capitania paulista, dificultando o contrabando que poderia acontecer no transporte de produtos por meio do comércio de cabotagem, ou seja, nem mesmo a Alfândega do Rio de Janeiro receberia os impostos devidos²²⁸.

A lei do porto único foi, assim, contestada de maneira hostil por esses moradores e comerciantes que não tardaram a reclamar a Coroa portuguesa das ações do governador. Como afirma Mont Serrath, queixava-se “o tenente-coronel da vila de Ubatuba, Cândido Xavier de Almeida e Souza, que em Santos não havia mais de quatro comerciantes, e, unidos, davam sempre o menor preço aos produtos”²²⁹. O tenente-coronel, assim, demonstrava que havia uma perda nos lucros para as vilas do Litoral Norte ao negociar em Santos, e confirmava “que o interesse do lavrador era vender seus gêneros a quem melhor os pagasse, independente de quem fosse”²³⁰.

Renato de Mattos traz à luz que foram escritas diversas representações contra Lorena; em sua maioria, após o fim de seu governo. Tal fato indicaria “o controle por parte das instâncias

²²⁵ MONT-SERRATH, 2007, p. 113.

²²⁶ PETRONE, 1968, p. 17.

²²⁷ PETRONE, 1968, p. 27.

²²⁸ Há grande dificuldade na historiografia em trabalhar o contrabando de produtos agrícolas, devido à escassez de fontes. Para um estudo sobre o contrabando entre São Paulo e Paraguai, ver: VILADARGA, José Carlos. A bagagem dos *peruleros*: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. **Anais do museu paulista**, v. 25 n. 1, São Paulo, p. 127-147, 2017.

²²⁹ MONT-SERRATH, 2007, p. 147.

²³⁰ MONT-SERRATH, 2007, p. 147.

administrativas da capitania, quais sejam os Juizes de Santos e Paranaguá e o próprio Capitão General, na tentativa de coibir quaisquer manifestações contrárias às medidas adotadas, e principalmente, a repercussão destas na sede do governo em Lisboa”²³¹. A despeito da insatisfação geral entre os lavradores e comerciantes do Litoral Norte, as vilas também tiveram um crescimento volumoso na produção açucareira, em especial as vilas de Guaratinguetá e São Sebastião²³² –, mas ainda distante do crescimento do Oeste Paulista. No entanto, nem toda essa produção estava sendo direcionada ao porto de Santos, já que os extravios de gêneros agrícolas ainda decorriam notoriamente na vila de São Sebastião (então maior produtora de açúcar daquela região), tendo sido necessário que Lorena se utilizasse da força militar, ordenando ao juiz de fora de Santos o envio de um destacamento capitaneado pelo alferes Inácio José de Siqueira para controlar a situação²³³.

Durante todo o governo Lorena, foi patente a articulação desenvolvida entre grupos de proprietários e comerciantes para beneficiar “o chamado ‘quadrilátero do açúcar’, a cidade de São Paulo e a vila de Santos”,²³⁴ objetivando o alijamento do porto carioca como reexportador dos gêneros paulistas e instituindo uma nova rede mercantil diretamente com Portugal. O conflito estabelecido com os comerciantes e produtores do litoral Norte não parece ter se resolvido sequer com as duras medidas de Lorena, haja vista as inúmeras reclamações que obtivera após sua administração. O evidente privilégio dado ao Oeste Paulista foi fundamental, pois foi “imprescindível o suporte de negociantes e proprietários locais, empenhados em limitar a participação dos agentes fluminenses no comércio marítimo paulista, a partir da concentração das exportações no porto da vila de Santos”²³⁵.

Quanto ao segundo espaço, Oeste Paulista, as reclamações foram capitaneadas pelos moradores da vila de Itu ainda no início do governo de Lorena²³⁶. A vila era, então, o maior centro açucareiro e local de morada de boa parte da elite paulista ligada à terra. Em ofício expedido em 15 de março de 1789 direcionado ao capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, o governador se dirigiu especificamente para os senhores de engenho ituanos e adotara um tom severo em seu escrito, afirmando que:

²³¹ MATTOS, 2009, p. 114.

²³² MONT-SERRATH, 2007, p. 249.

²³³ Ofício ao Doutor Juiz de Fora de Santos José Antônio da Silveira. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 46, 1924, p. 149.

²³⁴ MATTOS, 2009, p. 101.

²³⁵ MATTOS, Renato de. **Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 56. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072015-110108/publico/2015_RenatoDeMattos_VCorr.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

²³⁶ Renato de Mattos sugere que os senhores de engenho de Itu poderiam preferir o Rio de Janeiro “aparentemente pela oportunidade de obter preços melhores em suas transações”; ver: MATTOS, 2009, p. 81-82.

os senhores de engenho dessa vila, esquecidos do que devem a sua pátria e da grande utilidade que lhes resulta um comércio estabelecido principalmente como benefício seu, pois, em lugar de andarem, como até agora procurando até a grande distância do Rio de Janeiro quem compre os seus açúcares, terão o cômodo de irem os compradores as suas casas comprar quanto se puder fabricar; intentam levantar os preços sempre costumados até agora só a fim de embarçar, por este modo a carga do navio que se acha no porto de Santos²³⁷.

É notório, a partir do posicionamento de Lorena, que o objetivo dos senhores de engenho ituanos fora boicotar a concentração do comércio açucareiro em Santos. Isso teria ocorrido a julgar pela atitude daqueles em aumentar os preços do açúcar comumente praticados, justamente no momento em que havia uma embarcação no porto paulista aguardando o recebimento dessa mercadoria. Decerto, seria esperado que o maior centro produtor de São Paulo contribuísse com açúcar para carregá-la a fim de evitar prejuízos no comércio além-mar – considerando-se que uma embarcação esvaziada provocaria um saldo negativo à viagem.

Tendo em conta que a principal rede mercantil de importação e exportação de produtos na colônia brasileira meridional se encadeava diretamente ao porto do Rio de Janeiro e somado à restrita circulação de moeda na colônia (que ocasionava a necessidade de realizar os pagamentos de mercadorias ou empréstimos diretamente com a colheita dos gêneros agrícolas), é possível inferir que os ituanos tenham se colocado contra a medida de Lorena pela existência de um vínculo de dívidas com os comerciantes cariocas. A existência dessa rede mercantil e de sociabilidade entre cariocas e paulistas perseverou durante o século XVIII, como evidenciaram Maria Aparecida Borrego e Silvana Alves de Godoy²³⁸. Esta última, inclusive, averiguou a existência de vastas redes estabelecidas desde o porto do Rio de Janeiro até Cuiabá, possuindo a vila de Itu como ponto de entroncamento fundamental²³⁹. A partir de Itu, a rede de relações continuava através das monções iniciadas em Porto Feliz, que até aquele momento era uma freguesia ituana, e por meio de “intermediários ou atravessadores, pelas *estradas móveis* do trajeto Ararituaba-Cuiabá, fazendas e escravos, vindos da praça do Rio de Janeiro, eram encaminhados às minas”²⁴⁰.

²³⁷ Ofício para o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha. DI, vol. 46, p. 32 apud MATTOS, 2015, p. 43.

²³⁸ GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Ararituaba na rota das monções (1718 a 1838)**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286309>>. Acesso: 08 de mai. de 2020; GODOY, Silvana Alves de. Roberto Guedes. Do império português ao império de Brasil: notas sobre legitimidade social de famílias de elite (Itu e Porto Feliz, São Paulo, séculos XVII-XIX). **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 10, p. 1-31, 2008. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v10-n1e2-a11.pdf>>. Acesso em: 08 de mai. de 2020; BORREGO, 2006.

²³⁹ GODOY, 2002, Cap. 4. Itu, Ararituaba e o comércio das monções, p. 112-210.

²⁴⁰ GODOY, 2002, p. 176. Grifo da autora.

Ademais, tudo indica que os ituanos possuíam conexões com a praça mercantil do Rio de Janeiro ainda na virada do século XVIII para o XIX, já que Lorena alegava que os senhores de engenho não teriam mais que procurar compradores para vender seu açúcar, mas que agora iriam até suas propriedades para adquirir toda sua produção. Exemplo desse vínculo econômico ituano e carioca foi capitão de uma das companhias do regimento da vila paulista, Joaquim Duarte do Rego. Nascido na cidade de São Paulo, instalou-se na vila após seu casamento, em 1776, com a ituana Isabel Novais de Magalhães. Joaquim, possuindo 46 anos e em um momento antes de se tornar um produtor de açúcar em Itu, foi descrito na lista nominativa de Itu de 1798 como proprietários de 11 cativos e dedicando-se ao tráfico de escravizados trazidos diretamente do porto carioca, provavelmente direcionado aos interessados no Oeste Paulista, em especial na vila de Itu. Além disso, negociava o “açúcar, que compra e vende na praça de Santos e no Rio [de Janeiro]”²⁴¹. Ora, sabe-se que as listas nominativas descrevem, por vezes, apenas uma ocupação dos indivíduos e que, com isso, os papéis de traficante de cativos e de negociante de açúcar de Joaquim Duarte tenham se sobressaído ante as demais por ele não ser dono de um engenho até aquele momento. Isso é, essa conexão entre o negociante de grosso trato residente em Itu, além de ter sido intensa com o porto carioca, pode não ter sido a única da vila.

Essa oposição dos ituanos em relação à medida, que visava concentrar as exportações em Santos, teria graves consequências caso não fosse controlada pelo capitão-mor de Itu. Lorena solicitou que o capitão:

chame a sua presença todos os senhores de engenho e lhes diga que eu não acredito uma ação tão feia da sua parte, e que todos aqueles que não forem culpados nesta matéria, antes venderem os seus gêneros, como até agora, **ficam muito na minha lembrança e se houver quem obre o contrário esquecido do bem do Estado**, e da sua própria conveniência, só por alguma má intenção, vossa mercê lhe não deixará nunca mais vender para pessoa alguma por menos do que o exorbitante preço que pediu só a fim de embaraçar o comércio da capitania, sem importar nada que se lhe percam os gêneros, por falta de quem os compre, **e se vender por menos, apesar desta ordem, vossa mercê remeterá logo preso o transgressor**, e do que passar nesta matéria vossa mercê me dará logo parte²⁴².

No mesmo ofício, o governador de São Paulo transparece sua indignação e ressalta um benefício àqueles que acatarem suas ordens e uma ameaça aos que violarem sua medida – destacados, respectivamente, no ofício. Em ambos os casos, Lorena manifesta de maneira notória a importância do comércio, já que os que não lhe dessem ouvidos não seriam esquecidos

²⁴¹ APESP, LNH, Itu, 1798. Fogo 51, bairro de Indaiatuba. As palavras “de Janeiro” encontram-se entre colchetes pois no documento se encontra apenas “Rio”, maneira como se referiam muitas vezes à capital da colônia.

²⁴² Ofício para o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha. DI, vol. 46, p. 32 apud MATTOS, 2015, p. 43. Grifos meus.

– indicando o apagamento e uma quebra na relação com aqueles que continuassem a desobedecê-lo. E, mais grave, procurou intimidar os senhores de engenho por meio da força institucional, já que indicou que o produtor que não vendesse imediatamente o açúcar pelo preço comum poderia ser até mesmo preso.

Se, de fato, sua medida surtiu imediato efeito sobre aqueles proprietários, e a relação ao longo do tempo se transformou entre o governador e os donos de engenhos, ainda não foi explorado a fundo pela bibliografia e carece ser respondido; porém, cinco dias após esse ofício, em 20 de março, Lorena expediu outro documento em que indicou uma reaproximação com aqueles mesmos senhores de engenho. O governador direcionou um ofício novamente ao capitão-mor de Itu e solicitou, logo no início, que fossem chamados imediatamente todos os senhores de engenho da vila para sua casa e que fosse comunicado a eles que:

(...) atendendo eu ao **grande merecimento que tem todos os vassallos de sua Majestade que concorrem como eles para o bem do comércio e da felicidade da capitania**, os dou por isentos de serem auxiliares. Você depois de lhes mostrar esta carta a mostrará igualmente ao capitão Romualdo José de Pinho, afim de que os referidos senhores de engenhos fiquem desde logo isentos, para só cuidarem nas suas fábricas²⁴³.

É curioso que, passados poucos dias, Lorena mudasse tão vertiginosamente a forma com que se refere aos mesmos senhores de engenho. Se no primeiro ofício o governador os acusa de não agirem conforme o bem para o Estado português e de estorvarem o comércio da capitania paulista, neste último ele os trata como sujeitos merecedores de benesses e que teriam atuado para o bem da capitania; mais importante, cede a eles um significativo privilégio, isentando-os todos de prestarem serviços militares – provavelmente se referindo à necessidade de ceder sujeitos ou impostos para as tropas militares.

Um segundo momento de aproximação nas relações entre o governo e os moradores de Itu fora dois anos depois, durante o agradecimento realizado a Lorena, pelos oficiais da câmara da vila em 23 de abril de 1791, pela chegada de uma embarcação com cativos trazidos diretamente da África. Neste ofício, os camaristas relatam que o capitão-mor da vila:

fez saber que por todo o mês de setembro ou outubro mais ou menos se há de achar no porto de Santos uma embarcação vinda de Banguela com mais de trezentos escravos para ali se disporem e esta notícia tem participado a todos os moradores, advertindo-nos que destinem para aquela ocasião os empregos que tiverem de fazer, porque além de encontrarem melhor comodidade se facilitará a extração dos mesmos e continuará este comércio tão interessante ao aumento desta capitania.

O muito que Vossa Excelência se esforça para inteira felicidade deste povo, nós reconhecemos, Senhor Excelentíssimo, **em todo o tempo confessaremos que toda a capitania e singularmente esta vila suscitou do amortecido estado em que se achava e começou a respirar a sombra de Vossa Excelência** e será completa a nossa fortuna se perdurar tão desejado Governo. Em sinal do nosso agradecimento,

²⁴³ DI, vol. 46, p. 34-35. Grifos meus.

beijamos a mão de Vossa Excelência com o mais profundo respeito, certificamos as nossas forças e nosso possíveis para o que for do agrado de Vossa Excelência²⁴⁴.

Os três camaristas que assinaram a carta para Lorena eram, inclusive, grandes senhores de engenho da vila de Itu²⁴⁵. Além de mostrar que efetivamente a relação entre o capitão general e ituanos estava diferente daquela instituída inicialmente, a carta realça a importância do trabalho escravo africano para a expansão açucareira paulista e sua entrada pelo porto de Santos, além de sinalizar a reestruturação da rede mercantil de mão de obra africana, tendo em conta que o desembarque direto de cativos vindos da África, sem escalas em portos maiores, era fenômeno raro na praça de Santos. Segundo Medici, as reiteradas intervenções de Lorena no comércio transatlântico de escravos “podem ser lidas como uma tentativa de limitar a inserção de fluminenses nos negócios paulistas, retirando-lhes os lucros advindos do negócio da escravatura e, assim, favorecendo produtores e negociantes locais”²⁴⁶.

Ora, esses documentos indicam que ocorreram intensas negociações entre as partes e que ambas, governador e senhores de engenho, chegaram ao entendimento, mesmo que momentâneo, de qual maneira agir em prol de seus interesses. Dito isso, percebe-se que os lavradores do Oeste Paulista também não foram unânimes em um primeiro momento quanto à nova política comercial imposta por Lorena, o que exigiu o uso poder de negociação pelo governador, pois este bem sabia que não seria possível transformar a rede mercantil paulista se os produtores de artigos agrícolas não cooperassem. Tendo ele resolvido esse problema inicial, a impressão é de que a subsequente expansão açucareira de Itu dentro do quadro internacional de 1790²⁴⁷ e o estabelecimento de novas redes mercantis, que puderam atender aos interesses dos senhores de engenho, também devem ter aliviado o questionamento às políticas e reformas na infraestrutura propostas por Lorena, visto que elas possibilitaram o mais rápido escoamento do açúcar até o porto de Santos²⁴⁸.

Sobrepujados os conflitos com a elite agrária²⁴⁹, a historiografia tem demonstrado um desenvolvimento econômico expressivo da capitania de São Paulo após 1792. Bruno Aidar Costa traz à baila que a receita da capitania variou em métricas baixas entre os anos de 1788

²⁴⁴ Ofício da Câmara de Itu. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 347. Grifos meus.

²⁴⁵ Os três camaristas apareceram como senhores de engenho no levantamento realizado por Mont Serrath; ver: MONT-SERRATH, 2007, p. 258-260.

²⁴⁶ MEDICCI, 2010, p. 126.

²⁴⁷ A vila de Itu, que produzira o total de 504.505,9kg em 1792, passou para 885.325,8kg em 1797. Ver MONT-SERRATH, 2007, p. 258-260.

²⁴⁸ É necessário estudar a fundo a relação entre elite mercantil e agrícola no financiamento dos engenhos. Como veremos mais adiante, dois dos maiores negociantes portugueses que atuaram na cidade de São Paulo no período se casaram com filhas de importantes senhores de engenho, Francisco Pinto Ferraz e Brigadeiro Luís Antônio.

²⁴⁹ Acerca do conceito de elite paulista, ver: BLAJ, 1998; BACELLAR, 1997.

e 1791²⁵⁰. Ainda que tenha crescido de cerca de 15 contos de réis para 453 contos, foi no período posterior que a receita apresentou um crescimento exponencial: a partir de 1792 ela cresceu mais de setenta vezes em apenas quatro anos, como se observa na tabela I.8. Para essa mesma década em que a receita total da capitania aumentou de maneira exponencial, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein argumentam que “o açúcar representava dois terços do valor de todas as mercadorias vendidas fora da área das vilas da região [...]. O açúcar, a essa altura, já se consolidara no Oeste Paulista compondo 70% do total de exportações”²⁵¹, dados que corroboram a associação direta entre o crescimento da receita da capitania a partir de 1793 com sua produção açucareira.

Tabela I.8 – Receita total da capitania de São Paulo, 1788-1796

| Ano | Valor (em mil-réis) |
|------|---------------------|
| 1788 | 15.667 |
| 1789 | 348.077 |
| 1790 | 171.663 |
| 1791 | 453.856 |
| 1792 | 1.682.038 |
| 1793 | 2.647.395 |
| 1794 | 10.017.301 |
| 1795 | 34.186.491 |
| 1796 | 33.086.267 |

Fonte: Adaptado de Costa, 2007, p. 112.

Apesar de existirem outros produtos agrícolas que participaram dessas rotas comerciais, foi o açúcar, indubitavelmente, que estimulou o comércio entre São Paulo e Portugal após 1792, visto que, a cada mil-réis exportados diretamente para Lisboa entre 1792 e 1799, a representação do valor do açúcar variou entre 60% e 90% a depender do ano. Fenômeno que é verificado a partir do levantamento realizado por Mont Serrath²⁵² sobre os engenhos e suas respectivas produções açucareiras de serra acima²⁵³, onde o autor mostra o

²⁵⁰ COSTA, 2007, p. 111-112; COSTA, 2012 p. 341-343.

²⁵¹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 58-59.

²⁵² Cf. gráficos de MONT-SERRATH, 2007, p. 117-119. Nos anexos de sua dissertação, o autor apresenta o a produção anual de açúcar dos engenhos de serra acima entre os anos de 1793 e 1799, divididos por vila e proprietário.

²⁵³ Serra acima entendida pelo autor como as vilas: Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Mogi-Mirim, São Luís do Paraitinga, Cunha, Lorena, Guaratinguetá, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Itapetininga e a freguesia de Piracicaba

crescimento de 548% no número de engenhos e 368% no total da produção açucareira entre os anos 1793 e 1799²⁵⁴.

Como foi visto no início do presente texto, Campinas tem demonstrado ser uma região *sui generis* de análise, devido às suas vastas terras livres para a lavoura canavieira, o que fez dela um espaço de intensos pedidos de sesmarias e vendas de terra, demonstrando uma rápida inserção na cadeia mercantil do açúcar. Por exemplo, enquanto ainda era freguesia de Jundiáí, Campinas possuía cinco plantadores de cana, tendo produzido 34,3 toneladas de açúcar no ano de 1793, mas rapidamente cresceu para o total de cinquenta e três propriedades açucareiras, produzindo 223,9 toneladas (em 1798)²⁵⁵, crescimento de 1006% e 650%, respectivamente²⁵⁶ – bastante superior ao geral de serra acima. A exportação dessa imensa quantidade de açúcar só poderia ser feita caso os comerciantes realizassem suas conexões com Portugal e se aumentasse o número de embarcações atracadas no porto de Santos para comprar os produtos da capitania, o que de fato ocorreu. Se na história de São Paulo, até aquele momento, não foram comuns viagens transatlânticas financiadas por negociantes locais, a partir de 1792 houve o crescimento vultoso das embarcações atracadas no porto de Santos. Segundo o levantamento de Costa²⁵⁷, no primeiro triênio do governo de Lorena, 1788-1789, saíram 10 embarcações de Santos para a metrópole; no triênio seguinte, 1792-1794, saíram 27 e, entre 1795-1797, mais 10 embarcações²⁵⁸.

O segundo período do governo de Bernardo de Lorena, que é sugerido para a análise se refere anos entre 1792 e 1797, foi marcado pelo efetivo estabelecimento de relações comerciais diretas do Reino com o porto de Santos. Tal movimento é evidenciado pela expansão da produção canavieira em larga escala no Oeste Paulista e o consequente e significativo aumento da receita total da capitania de São Paulo. Como foi visto, ao passo que Lorena negociava com a elite paulista, principalmente a que tivera relações mercantis com o porto carioca, ele conseguiu estabelecer conexões mercantis em São Paulo devido ao açúcar, que, em última medida, foi ampliado pela queda de Saint-Domingue. Os sujeitos que compuseram as redes

²⁵⁴ MONT-SERRATH, 2007, p. 117. Em 1793, foram produzidas 615 toneladas de açúcar e, em 1799, 2.262 toneladas.

²⁵⁵ AHU, Mappa dos Engenhos de assucar que existem na villa de Sam Carlos..., post. 1798. APESP, LNH, Campinas, 1798.

²⁵⁶ O fato de que a então freguesia de Campinas possuía três engenhos no ano de 1775, possivelmente engenhocas para aguardente, corrobora o argumento de que as medidas para fomento da capitania só funcionaram em consonância com o aumento dos preços açúcar. Cf.: MATOS, Odilon Nogueira de. De Campinas (1774) a São Carlos (1797). **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, v. 35, n. 190, p. 235-238, 2003.

²⁵⁷ COSTA, 2012, p. 342.

²⁵⁸ Os dados apresentados por Mont Serrath pouco divergem, mas apresentam um quadro ainda mais preponderante para os dois terços finais do governo de Lorena. Segundo este autor, saíram de Santos o total de 9, 23 e 11 navios no período respectivamente de 1788-1791, 1792-1794 e 1795-1797. Cf. MONT-SERRATH, 2007, p. 130.

mercantis coloniais decerto estavam atentos aos preços e valores do mercado internacional de *commodities*, a fim de traçarem seus investimento e estratégias de poder²⁵⁹.

Se, por um lado, os fenômenos discutidos do pós-1791 possibilitaram a mudança na dinâmica de acumulação em São Paulo, com a expansão do poder e fortuna dos comerciantes que participaram do rearranjo da rede mercantil da capitania, por outro, esses próprios comerciantes se tornaram peças fundamentais para o funcionamento do escoamento da produção açucareira²⁶⁰. Isso porque a ruína de Saint-Domingue revelou, de maneira quase instantânea, que a configuração mercantil estabelecida entre comerciantes paulistas e cariocas se tornara arcaica²⁶¹ – causando a aceleração das mudanças políticas, econômicas e ecológicas. Processo parecido verificou-se em Cuba, também devido aos mesmos fenômenos globais, já que de “1792 a 1802, a vida havanesa adquiriu um novo sentido. Ocorreu uma profunda transformação ecológica, que criou um extraordinário mundo de inter-relações e negócios subsidiários ao açúcar”²⁶².

Realizando um rápido exercício de história contrafactual, sem a revolução de escravos na colônia francesa caribenha e a conseqüente reação no mercado internacional do açúcar, as políticas do governador de Lorena dificilmente teriam sido estabelecidas efetivamente e as embarcações em busca de açúcar não teriam desembarcado nessa quantidade em Santos, impossibilitando a reconfiguração das conexões mercantis e o interesse na capitania pelos comerciantes de grosso trato e, em última medida, evitado a expansão em larga escala da cadeia mercantil do açúcar para as terras campineiras.

As trocas realizadas pela Coroa portuguesa no cargo de governador e capitão-general da capitania de São Paulo foram bastante comuns e, excetuando Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), nenhum outro ficara, após a reconquista administrativa de 1765, tanto tempo quanto Bernardo Lorena (1788-1797)²⁶³. No lugar desse último, tomava

²⁵⁹ No que pese o debate historiográfico envolvendo as linhas de pesquisas e respectivas disparidades metodológicas, as pesquisas de Rafael de Bivar Marquese e João Luís Fragoso têm demonstrado, de forma contundente, a inversão de capitais realizada pelos comerciantes para bens de raiz, pés de café e mão de obra cativa no Vale do Paraíba entre os séculos XVIII e XIX, uma tese historiográfica ainda pouco explorada para o Oeste paulista açucareiro.

²⁶⁰ Veremos mais adiante dois casos de comerciantes de grosso trato envolvidos diretamente com o açúcar, mas esse escopo ainda é aberto para novos estudos.

²⁶¹ Expressão utilizada por Manuel Moreno Fraginals para explicar as rápidas transformações administrativas e jurídicas de Cuba após 1792. Cf. MORENO FRAGINALS, 1987, p. 115-123.

²⁶² MORENO FRAGINALS, 1987, p. 115.

²⁶³ Houve, inclusive, inúmeros pedidos da elite agrária do Oeste Paulista e negociantes da cidade de São Paulo que solicitaram a permanência de Lorena no cargo mais um triênio, ver: Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo à rainha D. Maria I, solicitando a permanência por mais um triênio do conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena no cargo de governador e capitão-general da capitania de São Paulo. 28/04/1791. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, doc. 557 apud MATTOS, 2015, p. 45.

posse Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, em 28 de junho de 1797. Logo no início de seu governo, ele prometera ao Ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que não hesitaria em “cumprir as determinações de Sua Majestade satisfazendo assim aos meus deveres”²⁶⁴ – mesmo porque o secretário havia solicitado diretamente que o novo governador não adotasse medidas discrepantes de seu antecessor²⁶⁵.

Apesar de Castro e Mendonça ter escrito que se deparou com a capitania de São Paulo em situação de plena decadência econômica, esse ponto pareceu servir apenas de retórica para futuras mudanças. Inicialmente, suas medidas visaram a conservar as escolhas administrativas de seu antecessor, haja vista que “a preocupação do novo governador em dar continuidade ao comércio direto destes Portos para a Metrópole”, o qual era reconhecido como o “único meio de felicitar os Povos desta capitania, e de pôr a nível das mais florescentes de todo o Brasil”²⁶⁶. Contudo, apesar de manter inicialmente a centralização das exportações no porto de Santos, sua postura mudou radicalmente em 1798.

As reclamações advindas do Litoral Norte da capitania não cessaram no início de seu governo, pois tais elites visavam a adquirir mais privilégios comerciais²⁶⁷. Sem maiores explicações em sua decisão, o governador agora se tornara “contrário à determinação anterior, trabalhou para que ela fosse eliminada pouco a pouco e, finalmente, deixar livre o comércio em novembro de 1798”²⁶⁸; mais especificamente, em 22 de novembro, ele permitiu o comércio de cabotagem do açúcar e outros gêneros para as praças mercantis da colônia sem a necessidade de passarem pelo porto de Santos.

A justificativa principal para tal mudança seria a determinação de novembro de 1797, feita pela Rainha D. Maria através do Conselho Ultramarino, de que os portos do Rio Grande, Ilha de Santa Catarina e Santos não realizassem, até segunda ordem, viagens diretas à Europa;

²⁶⁴ Carta para o Secretário de Estado Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho participando da sua chegada ao Rio de Janeiro e a esta Cidade, como todo o mais que abaixo se declara, 05/07/1797. DI, vol. 29, p. 01-02 apud MATTOS, 2009, p. 123.

²⁶⁵ Sobre observar o mesmo regime de governo seguido pelo antecessor. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, p. 3.

²⁶⁶ MATTOS, 2009, p. 124.

²⁶⁷ Representação da Câmara da Vila de São Sebastião. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, p. 105-108; Carta para o Capitão Comandante de São Sebastião. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 87, 1963, p. 147-148; Carta para o Capitão Mor da Vila de Iguape. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 87, 1963, p. 148.

²⁶⁸ MONT-SERRATH, 2007, p. 148

as viagens seriam feitas, então, a partir do sistema de frotas nos principais portos da colônia²⁶⁹. Outro argumento utilizado por Castro e Mendonça é de que a quantidade de embarcações que atracavam todos os anos em Santos não estava sendo suficiente para assegurar o transporte da crescente produção paulista²⁷⁰. Apenas dois anos depois, o governador tinha ainda missão indicada pelo Secretário de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho de descobrir os meios “com que se poderia fazer reviver e animar o Commercio directo de Santos com os Portos do Reino”²⁷¹. Todavia, como foi visto, o número de embarcações em Santos cresceu de maneira inédita durante o governo de Lorena – o qual precisou até mesmo incentivar os produtores para que enviassem os gêneros agrícolas para Santos, em especial o açúcar, a fim de carregar as embarcações em sua totalidade²⁷².

Castro e Mendonça se refere às restrições aos comerciantes e produtores do litoral pela lei do porto único como “incômodas” e se direciona, em diversas cartas, aos capitães-mores dessa região para instruí-los em relação às suas medidas. Renato de Mattos defende que o governador deixou patente sua proximidade com outra rede mercantil transatlântica, aquela que se conectava diretamente com os mercadores cariocas, tendo em vista que mesmo com a:

dificuldade em mapear precisamente quais negociantes e produtores se alinhavam ao governador da capitania paulista no período analisado, torna-se significativa a diligência de Castro e Mendonça em desobstruir o comércio marítimo realizado na capitania, ao mesmo tempo em que intercedia em defesa de negociantes radicados no Rio de Janeiro que mantinham estreitas conexões com grupos de produtores e comerciantes paulistas. A relação entre a liberdade concedida às vilas litorâneas para que estas pudessem exportar gêneros para outros portos da América portuguesa e a manutenção dos interesses de negociantes da praça do Rio de Janeiro é evidente na carta emitida ao Capitão Comandante de São Sebastião, em 20 de fevereiro de 1799, na qual o Castro e Mendonça ordenava que os negociantes Jozé Correa Marzagão e Thomaz Romão Cezar “satisfizessem com pontualidade” a quantia que deviam ao Capitão João Gomes Barroso, da idade do Rio de Janeiro, uma vez que, dada a “ocasião das safras, em que se está, e a livre exportação, que os moradores desse continente tem para os seus efeitos, deve concorrer e facilitar este pagamento (...)”²⁷³.

Além disso, as ações do governador prejudicariam os comerciantes radicados no planalto paulista em estabelecer os vínculos diretos com os portos africanos, de maneira

²⁶⁹ Trecho da ordem: “(...) dos portos do Rio Grande, Ilha de Santa Catarina, e Santos, não fizessem viagens em direitura para a Europa, por que sendo certo e inevitáveis os prejuízos da navegação na presente guerra, ordena a mesma Senhora que de três a três meses, se incorporem no porto desta Cidade [do Rio de Janeiro] todos os Navios, que exportarem efeitos para o Reino, sendo escoltados por Embarcações de Guerra da Esquadra, que se acha neste Porto (...)”. Carta do Ex.mo Conde de Rezende Vice-Rei do Estado. 27.11.1797. **Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo**, vol. 39, p. 145 apud MATTOS, 2009, p. 134.

²⁷⁰ MATTOS, 2009, p. 134.

²⁷¹ Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre diferentes objectos que abaixo se declaração. 4 de novembro de 1799. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, vol. 89, p. 190-195. apud MONT-SERRATH, 2007, p. 48.

²⁷² Para mais detalhes sobre a medida de Castro e Mendonça e suas justificativas, ver: MATTOS, 2009; MEDICCI, 2010.

²⁷³ MATTOS, 2009, p. 128-129.

independente em relação aos negociantes cariocas. Isto é, sua medida consistiria em atender aos interesses de comerciantes e lavradores da capitania ligados a negociantes cariocas e, sobretudo, privilegiar aqueles comerciantes radicados no Rio de Janeiro, bem como suas redes mercantis, na exportação do açúcar paulista.

Sua medida não tardou em surtir efeito e seu governo passou a receber constantes críticas e reclamações daqueles que estariam sendo prejudicados: os produtores de açúcar do Oeste Paulista e os comerciantes que edificaram uma rede mercantil diferente daquela estabelecida com o Rio de Janeiro. A título de exemplo, os senhores de engenhos da vila de Itu criticaram veementemente a postura de Castro e Mendonça, que agia de maneira cega “e desordenada ambição, parece que se propõe outro fim mais, senão destruir esta capitania, especialmente a nossa Vila”²⁷⁴, assim como as novas medidas apenas traziam perdas aos negociantes e aos próprios produtores ituanos. Analisando cartas dos oficiais das câmaras paulistas, Renato de Mattos chama a atenção para as explicitamente diferentes posturas entre moradores das diferentes regiões, já que as críticas partiram das “vilas de Itu e de São Paulo, notadamente aquelas que foram favorecidas com a concentração das exportações em Santos, enquanto que as representações que louvavam a administração de Castro e Mendonça provinham das câmaras das vilas do Vale do Paraíba e do litoral norte”²⁷⁵.

Ana Medici afirma que “as fortunas de negociantes e arrematadores radicados na São Paulo colonial eram menores se comparadas às dos negociantes de grosso trato lisboetas, baianos ou fluminenses, panorama que vai se alterando ao aproximar-se o século XIX”²⁷⁶, sobretudo na década de 1790. No entanto, as forças políticas e econômicas já não eram as mesmas em São Paulo após tamanha expansão na última década do século – materializada por efeito da lavoura canavieira do Oeste Paulista. Castro e Mendonça não teve que lidar com senhores de engenho de apenas uma localidade, com baixa influência e ou até de pequenos comerciantes que apresentavam baixa relevância. O balanço de forças entre o posto de governador e a nova rede mercantil paulista – considerados os comerciantes e produtores de açúcar – havia mudado no decorrer da década, haja vista que essa última se mostrou uma “evidente a articulação dos interesses de determinados grupos de negociantes e proprietários, com

²⁷⁴ Representação dos moradores da vila de Itu, em que expõe os vexames que tem sofrido por causa do procedimento do governador Antônio Manuel de Mello etc., 08.07.1798. **Projeto Resgate de documentação histórica**, documento n.º 3536 apud MATTOS, 2009 p. 136.

²⁷⁵ MATTOS, 2009, p. 142.

²⁷⁶ MEDICCI, 2010, p. 47.

destaque aqueles situados nas áreas beneficiadas com as medidas que visavam o estabelecimento do comércio direto com a Europa, quais sejam, o chamado ‘quadrilátero do açúcar’²⁷⁷.

É nesse ponto da investigação que o papel exercido pelos negociantes paulistas expressa nitidamente os fenômenos global e local. Isso porque é possível identificar que a prosperidade desses sujeitos e o aumento de seu poder político-econômico foram potencializados na conjuntura de enormes produções açucareiras que passaram a comercializar, ao passo que essa janela de oportunidade existira devido à alta demanda europeia e o salto no preço do artigo após a Revolução de Saint-Domingue. Em outras palavras, a mudança dos fatores de acumulação e de diversificação de capitais entre os negociantes da rede mercantil que atravessava São Paulo os transformaram em personagens ativos no rearranjo dos interesses político-econômicos locais, internamente e externamente à capitania, por serem a esfera de tensionamento entre a demanda e a oferta, entre o global e o local.

O governador Castro e Mendonça, percebendo esse movimento, buscou se relacionar com os grupos que se fortaleceram no período, tal como os produtores de açúcar do Quadrilátero, que enriqueceram ao longo da expansão da lavoura canavieira da década de 1790. Foram eles, por meio da atuação das câmaras das vilas, que enviaram diversos ofícios queixando-se da medida de reabrir o comércio de cabotagem do açúcar paulista. Duas de suas ações nasceram, presumivelmente, através de práticas de negociação com a elite açucareira. A primeira foi o imediato acolhimento do pedido realizado pelos moradores da freguesia de Campinas, liderados por seus senhores de engenho, para que fosse erigida uma vila, já que as grandes distâncias de Jundiá estariam prejudicando os proprietários campineiros²⁷⁸. O vigário de Campinas, Joaquim José Gomes, enviou uma carta apresentando os argumentos para que a freguesia fosse elevada à condição de vila, datada de 29 de outubro de 1797²⁷⁹. Castro e Mendonça, 18 dias após esse pedido, expediu a ordem acatando o pedido²⁸⁰.

A segunda ação de Castro e Mendonça para negociar com a elite agrária do Oeste Paulista se direcionou aos senhores de engenho do Quadrilátero do açúcar, em especial de Itu,

²⁷⁷ MATTOS, 2009, p. 100-101.

²⁷⁸ ALFONSO, Felipe R. Processos locais e globais envolvidos na elevação da freguesia de Campinas à condição de vila. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018b. Disponível em: <[https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1533568089_ARQUIVO_\[publicadaemanais\]ALFONSO,2018.07.25.ProcessoslocaiseglobaisenvolvidosnaelevacaodafreguesiadaCampinasacondicaodevila.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1533568089_ARQUIVO_[publicadaemanais]ALFONSO,2018.07.25.ProcessoslocaiseglobaisenvolvidosnaelevacaodafreguesiadaCampinasacondicaodevila.pdf)>.

Acesso em: 10 de jun. de 2020.

²⁷⁹ Elevação de Campinas a Villa. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, 1913, p. 3-5.

²⁸⁰ Portaria. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, 1913, p. 11-12.

maior região produtora de açúcar em São Paulo e também responsável por investimentos em engenhos de Campinas – então quarta maior produtora do artigo²⁸¹. Na discussão realizada sobre o preço do açúcar, foi aludida a queda brusca ocorrida no período de 1800 a 1802, o que pode ter travancado maiores investimentos e lucros por parte da elite agrária paulista – ainda que a produção do gênero tenha crescido em todas as vilas, especialmente em Campinas.

Sob a demanda dos produtores de Itu e Porto Feliz, o governador publicou um ofício no dia 16 de abril de 1801, no qual ele garantia, pelo período de um ano, a extensão de uma provisão Real da Coroa portuguesa, de 26 de abril de 1760, a todos os proprietários paulistas. Tal medida assegurava aos senhores que seus credores não pudessem exercer as dívidas em relação aos seus engenhos e nem “em seus escravos, mas, apenas, as tomassem dos rendimentos que proviessem do comércio de seus produtos”²⁸². Entretanto, mesmo diligências como essas não evitaram a persistência de críticas ao seu governo e suas intervenções no comércio em benefício dos produtores do litoral Norte e comerciantes cariocas²⁸³.

Apesar das medidas controversas do governador, os negociantes paulistas não foram, seguramente, preteridos na busca por articulação feita por Castro e Mendonça. Ana Paula Medici realiza uma interessante análise acerca da ascensão dos comerciantes portugueses radicados em São Paulo no período²⁸⁴. A autora evidencia que parte fundamental da prática administrativa do capitão general foi estreitar a relação com a elite paulista, a partir da nomeação para cargos em altas patentes no regimento de Milícias. Dessa forma, planejando “envolver determinados indivíduos nas esferas administrativas locais, estabelecendo arranjos vantajosos aos dois lados”²⁸⁵.

A partir da prática de negociação estabelecida por Castro e Mendonça, Medici conseguiu acompanhar os casos de cinco indicações realizadas pelo governador para os postos de coronel e tenente-coronel do regimento de Milícias. Isso porque as designações foram questionadas pelo Ministro e Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que solicitou esclarecimentos a Castro e Mendonça. Foram indicados os

²⁸¹ MONT-SERRATH, 2007, p. 114.

²⁸² MONT-SERRATH, 2007, p. 132

²⁸³ O interesse do governador Castro e Mendonça na trajetória comercial do açúcar paulista parece ser refletido nas listas nominativas de Habitantes. Não há menção acerca da necessidade de cada fogo informar sobre o destino de seu açúcar; contudo, nos anos de 1798 e 1799, as listas de Campinas apresentaram tabelas que separavam os destinos do açúcar campineiro entre Santos e São Paulo – situação que não se repete em anos posteriores. Levantase a hipótese, assim, que parte dos mapas finais foram elaborados com o propósito de mapear as redes mercantis do açúcar paulista.

²⁸⁴ MEDICCI, 2010, p. 110-175.

²⁸⁵ MEDICCI, 2010, p. 142.

seguintes indivíduos: Francisco Pinto Ferraz, Luís Antônio de Sousa Queirós, Francisco José Sampaio Peixoto, Antônio José de Macedo²⁸⁶, e José Vaz de Carvalho²⁸⁷. O que eles tinham em comum? Todos eram comerciantes na capitania de São Paulo e enriqueceram, em especial, na década de 1790.

Castro e Mendonça parece ter adotado a estratégia de cooptar os comerciantes paulistas de grosso trato sob a promessa de cargos militares – muito prestigiados à época. Por outro lado, o governador de São Paulo precisou continuamente se defender das acusações feitas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho de que ele teria escolhido “amigos” para as altas patentes, tendo em vista que Castro e Mendonça permaneceu enquanto governador e capitão general por 5 anos, o que “faz crer que também ele conseguiu construir bases de apoio entre os paulistas”²⁸⁸.

O governo de Castro e Mendonça não tardou a ser abalado pelas medidas que tomara em relação aos negociantes radicados em São Paulo, já que em 17 de dezembro de 1801 foi nomeado outro governador e capitão general para São Paulo: Antônio José da Franca e Horta. Ele assumiu apenas 1 ano depois, em 10 de setembro de 1802. Além disso, seu governo foi consideravelmente mais duradouro que seu antecessor, pois foi substituído do cargo após 9 anos por D. Luís Teles da Silva Caminha e Meneses (Marquês de Alegrete), em 1 de novembro 1811²⁸⁹. Franca e Horta, por sua vez, herdou tais circunstâncias político-econômicas de seu antecessor e, para resolvê-las, articulou duas estratégias: primeiro, ele promoveu concentração das exportações no porto de Santos, uma vez que:

(...) no início de 1803, este governador comunicou ao Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho que o comércio e a agricultura paulistas andavam estagnados, principalmente porque os lavradores vendiam seus gêneros a “preços módicos, e para as outras capitanias” e que estas sim lucravam com novas exportações para a Metrópole. Por isso, propunha a retomada da exclusividade do comércio direto entre Santos e Lisboa, medida que Bernardo José de Lorena já

²⁸⁶ Para uma dissertação sobre a família Macedo e suas relações com o governador Castro e Mendonça, ver: GARRIDO, Felipe Moura. **Produção, comércio e tensões nas vilas do norte da capitania de São Paulo (1788-1808)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2012.

²⁸⁷ Acerca das relações de José Vaz de Carvalho e seu envolvimento com o fundamental comércio do sal, ver: COSTA, Bruno A. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na capitania de São Paulo, 1795-1806. **Revista História**. São Paulo, n. 174, p. 161-197, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092016000100161&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

²⁸⁸ MEDICCI, 2010, p. 146.

²⁸⁹ MATOS, Lourenço Correia. O governador de São Paulo Antônio José da Franca e Horta – Subsídios para a sua Biografia. **Revista do IHGSP**, v. XCIX, p. 43-59, 2015; CAMPOS, Ernesto de Sousa. Um governador de São Paulo no começo do século XIX. **Revista do Instituto História e Geográfico de São Paulo**, v. XLII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, p. 105-174, 1944.

implantara anteriormente, desagradando produtores e comerciantes ligados ao comércio com o Rio de Janeiro (...) ²⁹⁰.

A segunda estratégia de Horta foi a adoção de uma postura de negociação frente àquela elite mercantil paulista que havia se ligado às trocas transatlânticas diretas com Portugal durante a década de 1790. Nesse sentido, houve ainda disputas com as redes mercantis ligadas ao litoral Norte e aos comerciantes radicados na praça carioca. Cumpre assinalar que ambas as estratégias culminaram em privilegiar as redes comerciais estabelecidas diretamente entre os mercadores da capitania paulista e aqueles em Lisboa e Porto. Tal rede mercantil entre colônia e Metrópole foi planejada por Franca e Horta desde o início de seu governo e envolvia diretamente a Companhia das Vinhas do Alto Douro ²⁹¹ e, a partir dela, Horta pretendia concentrar e controlar o comércio direto com Portugal até Santos, especialmente de açúcar – produto mais rentável da capitania naquele momento.

Para retomar e ampliar a Companhia das Vinhas do Alto Douro até o porto de Santos, o capitão-general Horta escreveu um requerimento solicitando que a Companhia incentivasse o comércio direto com a praça mercantil paulista, como também sugeriu “alguns dos principais negociantes estabelecidos em São Paulo que julgava aptos a representarem os interesses da Companhia do Alto Douro na capitania” ²⁹²:

Prevenindo a falta que os Senhores Administradores atuais da Companhia podem justamente alegar de não conhecerem nesta Capitania as pessoas mais abonadas, e inteligentes, de quem confiem a disposição e importância dos efeitos que remeterem, cumpre lhes proponha, e noticie: o Coronel de Milícias Luiz Antônio de Souza, o Tenente Coronel Caetano José da Silva, o Capitão Mor Bento Thomas Vianna, e o Tenente Coronel José Antônio Vieira de Carvalho, os quais me parecem muito suficientes para bem desempenhar essa comissão, tanto pela sua probidade, como em razão do seu estabelecimento. ²⁹³

Sendo assim, o capitão-general acabou por relegar o comércio de cabotagem realizado, em especial, através de comerciantes do Litoral Norte e sustentar aquelas conexões mercantis diretas entre Santos e os agentes estabelecidos em Porto e Lisboa ²⁹⁴. Tais mecanismos de privilégio ocorreram também em razão de Horta procurar uma base de sustentação para seu

²⁹⁰ MEDICCI, 2010, p. 152. É válido lembrar que em 1807, após provisão real enviada através do Conselho Ultramarino, o governador Franca e Horta possibilitou novamente todo o comércio nos portos paulistas – inclusive aqueles de cabotagem para o Rio de Janeiro. Ver: MATTOS, 2009, p. 167.

²⁹¹ “A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi instituída em 31 de agosto de 1756 e confirmada por D. José por Alvará de 10 de setembro seguinte, segundo seus estatutos, a Companhia teria privilégios no envio de vinhos, vinagre e aguardente aos domínios ultramarinos. Desde a década de 1760, o Morgado de Mateus alertava para a necessidade de se instituir essa linha de comércio entre o Porto e a capitania de São Paulo, mas só constam registros de sua atuação durante o governo de Franca e Horta.” MEDICCI, 2010, p. 156.

²⁹² MATTOS, 2015, p. 90.

²⁹³ Carta para a Companhia do Alto Douro. 25/02/1803. DI, vol. 94, p. 100 apud MATTOS, 2015, p. 90. Grifo próprio.

²⁹⁴ MEDICCI, 2010.

governo, atraindo para si o apoio de negociantes de grosso trato. “Franca e Horta contava com as bases de apoio que consolidara entre os membros da comunidade mercantil paulista, notadamente aqueles que foram diretamente beneficiados com a promulgação das disposições de junho de 1803”²⁹⁵.

Os governadores paulistas que assumiram o poder após Lorena lidaram, como foi visto, com a mesma intrincada situação: uma rápida transformação nas relações de poder nas redes mercantis que ligavam a capitania de São Paulo ao restante da colônia e à Metrópole como resultado da década de 1790. Castro e Mendonça sofreu as consequências de ter realizado a descentralização do comércio de açúcar em Santos, processo que outrora fora tão querido no governo de Lorena por parte dos comerciantes paulistas e pela elite agrária do Oeste. Contudo, foi evidente para os governadores Castro e Mendonça e Franca e Horta que os anos de centralização do comércio do açúcar e do mercado transatlântico de escravos, somados à alta do açúcar, foram capazes de convergir tamanho montante de capitais para a região que resultaram no alavancamento de transformações definitivas nas relações e interesses econômicos locais – elite comercial que não aceitaria de bom grado se despossar de tais vantagens adquiridas. Se, por um lado, ambos promoveram respostas distintas no que se refere à prioridade em relação ao comércio direto com Portugal, por outro, tanto Mendonça quanto Horta perceberam que era necessário procurar apoio na elite mercantil que se estabeleceu. Dois indivíduos que o governador Castro e Mendonça procurou se associar por meio dos cargos no regimento de Milícias eram portugueses radicados e que não fizeram apenas parte da história política e comercial paulista, mas também participaram ativamente da paisagem agrária de Campinas: Francisco Pinto Ferraz e Luís Antônio de Sousa Queirós. Tais indivíduos foram personagens constantes na reconfiguração mercantil paulista através da década de 1790, especialmente com as arrematações de contratos de impostos e o comércio para o interior da colônia.

Um olhar mais próximo evidencia que Luís Antônio e Francisco Ferraz retratam estratégias parecidas de enriquecimento na conjuntura de 1790 e simbolizam notoriamente os processos que aqui procura-se evidenciar: a relação de interdependência²⁹⁶ entre a produção açucareira e o fortalecimento da rede mercantil paulista no rearranjo de forças. Como afirma Costa, o “negócio do açúcar tornara-se a mola propulsora do comércio marítimo, estreitando os laços que uniam o porto de Santos não apenas à capital do império, como também a outros

²⁹⁵ MATTOS, 2015, p. 149.

²⁹⁶ O termo interdependência é entendido aqui enquanto uma influência mútua entre as partes.

portos da América. O açúcar e a aguardente correspondiam a três quartos das exportações paulistas para Lisboa na década de 1790 (...)”²⁹⁷.

3.2 Próxima parada: Brigadeiro Luís Antônio e o papel de comerciantes na montagem da lavoura canavieira de Campinas

Luís Antônio Macedo de Sousa Queirós, que viria a se tornar Brigadeiro no regimento de Milícias em 1818, se tornou o maior comerciante de açúcar da capitania até o momento de sua morte, em 30 de maio de 1819²⁹⁸. Nascido na vila de Amarante, norte de Portugal, migrou para o Brasil na década de 1770, onde morava, no fim da década, no bairro de Pinheiros, cidade de São Paulo, promovido pelo Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha no cargo de “Guarda-Mor das Terras Minerais da Vila de Cananéia”. Recenseado como solteiro e com vinte e cinco anos de idade, era, na época, socialmente reconhecido como “negociante”²⁹⁹. Foi durante a década de 1780 e, especialmente, de 1790 que passou a arrematar diversos contratos paulistas³⁰⁰ – buscando, além disso, diversificar seus investimentos.

Como discutido anteriormente, o matrimônio era um mecanismo fundamental para o estabelecimento e a manutenção de vínculos entre os indivíduos pertencentes às elites – podendo ser também um processo que poderia estreitar os laços entre negociantes e produtores agrícolas³⁰¹. Parece ter sido esse o caso de Luís Antônio, haja vista seu casamento com Genebra Leite de Barros, realizado em 1797. Ela era filha do mais importante senhor de engenho de Itu e que estava, provavelmente, entre os mais importantes da capitania de São Paulo, o capitão Antônio de Barros Penteado. No ano de 1798, Luís Antônio é descrito na lista nominativa de São Paulo possuindo 13 cativos em seu domicílio, além de ter 44 anos, enquanto sua esposa Genebra, apenas 16³⁰². Interessante que, em sua casa, na cidade de São Paulo, também foram encontrados dois homens descritos como “caixeiros”; tratando-se aqui de um espaço urbano, esses sujeitos que estavam na propriedade de Luís Antônio em 1798 devem representar empregados do negociante – em algum de seus vários comércios na cidade.

²⁹⁷ COSTA, 2012, p. 341.

²⁹⁸ LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o brigadeiro Luís Antônio de Souza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Tomo 30, p. 241-254, 1981. “Além da destacada carreira militar nos Corpos de Auxiliares da Capitania, Luiz Antônio de Souza também exerceu os seguintes cargos na Câmara paulistana: almotacé (1780-1781), procurador do Conselho (1782-1783) e juiz presidente (1784)” MATTOS, 2015, p. 91.

²⁹⁹ LEONZO, 1981, p. 243.

³⁰⁰ LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo**: As Milícias. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979, p. 230.

³⁰¹ BACELLAR, 1997.

³⁰² APESP, LNH, São Paulo, 1798.

O Brigadeiro se tornara, na década de 1790, um grande proprietário de “fazendas secas”, especialmente na cidade de São Paulo, com representação comercial em vários pontos e regiões do Brasil e do Reino, a saber: nas vilas de Sorocaba, em Santos e Iguape, na vila Boa de Goiás, em Mato Grosso, nas Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Lisboa, em Amarante e no Porto³⁰³. Não tardou para que Luís Antônio diversificasse os investimentos de seu patrimônio: além de negociar o açúcar, passou também a produzi-lo, segundo suas próprias palavras “comprados a pezo de dinheiro”³⁰⁴. Em 1797, mesmo ano de seu casamento, ele adquire, por compra, uma série de terrenos em Campinas³⁰⁵, onde prontamente erigiu dois engenhos no ano seguinte, colhendo sua primeira safra em 1799 – uma das maiores da vila. Suas propriedades campineiras estiveram sempre entre as maiores produtoras de açúcar da vila nos anos seguintes, quando, inclusive, constituiu um terceiro engenho, em 1808. Ele deve ser considerado como um senhor de engenho absenteísta, visto que não habitou em nenhuma de suas propriedades rurais³⁰⁶.

Luís Antônio residia na cidade de São Paulo, de onde regia seus negócios – para controlar o dia a dia de seus engenhos, então, era necessário contratar um administrador. Ainda em 1798, foi recenseado da seguinte maneira: “Vive de negócio de comprar [efeitos]³⁰⁷ embarcar para Lisboa e tem interesse em 2 navios para carreira do mesmo”³⁰⁸. Interessante perceber que o recenseador se interessou em evidenciar que o Brigadeiro era negociante de açúcar diretamente para Lisboa, e isso evidencia a estratégia deste último em converter seus capitais no açúcar. Isso porque, no mesmo ano em que fundou suas propriedades canavieiras em Campinas e se associou com o maior senhor de engenho ituano por meio do matrimônio com Genebra, também se empenhou em adquirir os navios para suas transações comerciais.

O negociante Francisco Pinto Ferraz, nascido em Amarante (Portugal) – assim como Luís Antônio de Sousa –, realizou trajetória econômica semelhante ao seu conterrâneo, além de serem ambos Coronéis de Milícias. Ele era mais velho que Luís Antônio, em 1798 foi recenseado com 50 anos e possuía 15 cativos em sua propriedade na cidade de São Paulo³⁰⁹. Ao que tudo indica, ao mesmo tempo que ocupava cargo militar, seu primeiro passo após a chegada na colônia foi investir na contratação de rendas reais na segunda metade do século XVIII, na medida que:

³⁰³ LEONZO, 1981, p. 246.

³⁰⁴ LEONZO, 1981, p. 237.

³⁰⁵ PUPO, 1969.

³⁰⁶ APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

³⁰⁷ Entre colchetes está uma palavra de leitura na lista nominativa. Contudo, entende-se que “efeito” pode ser um termo utilizado para se referir aos gêneros agrícolas – como mantimentos e açúcar. APESP, LNH, São Paulo, 1798.

³⁰⁸ APESP, LNH, São Paulo, 1798.

³⁰⁹ APESP, LNH, São Paulo, 1798.

(...) vinha arrematando pequenos contratos desde a década de 1780, tal como o contrato das passagens do Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Ouro Fino para o triênio iniciado em 1784.

(...)

Entretanto, ao que tudo indica, o negócio com contratos não foi o meio escolhido por Francisco Pinto Ferraz para amealhar fortuna, pois no início do século XIX a maior parte de seu patrimônio constava de dívidas ativas e o mesmo mantinha contas correntes nas praças de Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, indicando seu engajamento nos negócios de grosso trato³¹⁰.

As trajetórias de Francisco Pinto e Luís Antônio se assemelham, inclusive, nas escolhas matrimoniais. Se o segundo se casou com a filha do maior senhor de engenho paulista da década de 1790, Francisco Pinto entrou em núpcias com Ana Francisca de Novais, no ano de 1788. Segundo o memorialista Manoel Valente Barbas, o pai de Ana, chamado Francisco Novais de Magalhães, era um português, nascido em Braga, em 1720, e homem mais rico de Itu no ano de 1765, com fortuna avaliada em 20 contos de réis³¹¹ – quantia altíssima para o período. Em seu inventário, declara não ter dívida alguma e absolve quaisquer dívidas com seu montante de juros, assim como declarou ter dado, a cada um dos genros, 5 mil cruzados em dinheiro³¹².

Destaca-se que Francisco Pinto havia seguido os passos do irmão, Manuel Pinto Ferraz, que contraiu matrimônio com Francisca de Paula Novais de Magalhães em 1785, outra filha de Francisco Magalhães. Seu irmão, Manuel Pinto, tornara-se, então, senhor de engenho na vila de Itu a partir de 1795, produzindo ainda em seu início quantias consideráveis de açúcar³¹³. Mesmo fenômeno ocorreu com o irmão do Brigadeiro, também negociante de grosso trato e seu parceiro comercial, Coronel Francisco Antônio Macedo de Sousa Queirós, que se tornou proprietário absenteísta de dois grandes engenhos em Campinas no ano de 1810. Nesse mesmo ano, Francisco Antônio surge como importador de artigos da cidade do Porto através de uma sociedade com o santista Isidoro Nicolau de Brito.³¹⁴

Vale enfatizar que o mesmo padrão de matrimônio aqui encontrado entre negociantes de grosso trato portugueses e mulheres nascidas no seio da elite agrária já foi trazido à baila pela historiografia³¹⁵. Bert Barickman e Stuart Schwartz perceberam esse modelo para a Bahia colonial, em que “as famílias dos grandes senhores de engenho traziam para o seu seio ricos

³¹⁰ MEDICCI, 2010, p. 163-164.

³¹¹ BARBAS, Manoel Valente. Uma família ituana através dos séculos. Descendência de Pedro Vaz de Barros, através de seu filho de mesmo nome e de sua neta Lucrecia Leme Pedroso (Silva Leme, vol. 3, Título Pedrosos de Barros). **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 7, 2000, p. 133. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art7.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

³¹² IPT, Francisco Novaes de Magalhães. APESP, Inventários e Testamentos não publicados, Caixa 80, Ordem 557, Estante A, Prateleira 11, antigo maço 40, anos de 1784 e 1785. In: BARBAS, 2000, p. 148.

³¹³ MONT-SERRATH, 2007, p. 261. O autor tabela enquanto uma vila própria, entretanto, até 1797 Porto Feliz era uma freguesia de Itu.

³¹⁴ MATTOS, 2015, p. 247.

³¹⁵ BACELLAR, 1997.

negociantes imigrados de Portugal”³¹⁶. Para a região meridional da colônia brasileira, João Fragoso argumenta que, por já encontrarem uma hierarquia social e política previamente estabelecida no Rio de Janeiro, esses “estrangeiros” buscaram estabelecer relações sociais a partir do matrimônio com as filhas dessa elite agrária³¹⁷. Assim como também fora de interesse dos sujeitos ligados à terra estabelecer vínculos com indivíduos que poderiam controlar setores fundamentais do comércio, não à toa, os negociantes Luís Antônio e os irmãos Ferraz Pinto casaram-se com filhas da elite agrária de Itu, vila de colonização antiga e com a economia pujante de São Paulo.

A participação política de Luís Antônio e Francisco Ferraz, ambos comerciantes e senhores de engenho absenteístas de Campinas, também se deu em doações para obras públicas da Coroa portuguesa, bem como no ano de 1808 doaram 640\$000 e 500\$000 réis, respectivamente, “para acudir ao Príncipe Regente recém-chegado ao Rio de Janeiro”³¹⁸. Anteriormente, o Brigadeiro havia doado grandes montantes à Coroa; no ano de 1805, a fim de evidenciar o progresso econômico que passara a capitania de São Paulo após as medidas de porto único, “o general Horta comunicou a remessa de mais de 29 contos de réis em donativos a serem enviados à Corte e à cidade do Porto pelos negociantes locais”. Segundo Medicci, nessa remessa, os irmãos, sócios e senhores de engenho, Luís Antônio e Francisco Antônio de Sousa Queirós, os quais “mantinham negócios e correspondências em Lisboa”³¹⁹, realizaram doação de 8:000\$000 réis³²⁰.

Uma vez que Luís Antônio de Sousa se tornou o maior produtor de açúcar e um dos maiores proprietários de terras de Campinas na virada do século XIX³²¹, Francisco Pinto Ferraz não ficou atrás no que condiz aos investimentos no gênero. Em 1798, seu retrato econômico no recenseamento foi: “Vive de negócio de açúcar que remete para [Lisboa] comprado em Itu”. Em outras palavras, ao passo que enriqueceu arrematando contratos reais, converteu seus capitais para o açúcar no momento em que a produção do artigo paulista floresceu, investindo seus capitais para o comércio produto. Seria um equívoco considerar que essa era sua única fonte de renda, pois as listas nominativas não descreviam todas elas e, por vezes, fornecem

³¹⁶ BARICKMAN, 2003, p. 41. Ver também: SCHWARTZ, 1988, p. 224-246.

³¹⁷ FRAGOSO, 1998; FRAGOSO, João L. Para que serve a história econômica. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 29, p. 3-29, 2002.

³¹⁸ MEDICCI, 2010, p. 205.

³¹⁹ MEDICCI, 2010, p. 171.

³²⁰ MEDICCI, 2010, p. 171.

³²¹ Na parte 2 da presente pesquisa, serão discutidas a produção de açúcar da vila, as propriedades de absenteístas e societárias, bem como a posse da terra relativa às propriedades canavieiras.

apenas descrições vagas; no entanto, se o recenseador decidiu descrevê-lo dessa maneira era porque Pinto Ferraz já desfrutava dos lucros advindos desse gênero agrícola.

Além disso, Ferraz também não se esquivou dos investimentos em escravizados e pés de cana, pois concretizou algumas parcerias, também chamadas de sociedades, com senhores de engenho campineiros³²². Primeiro, ele realizou a sociedade com Francisco Xavier da Rocha, logo no ano de 1800 e, em seguida, com Antônio de Cerqueira César, em 1801. Não se sabe por quantos anos as sociedades permaneceram, haja vista que as listas nominativas não possuem uma consistência nas informações ao longo do tempo, mas essas experiências de Francisco Pinto Ferraz com o negócio açucareiro podem tê-lo incentivado a possuir suas próprias plantações canavieiras em Campinas. Em 1809, ele instalou seu primeiro engenho e, em 1816, o segundo, ambas as propriedades com grande capacidade produtiva e que contavam com mão de obra escravizada.

Nanci Leonzo e Maria Lucília Viveiros Araújo realizaram análises acerca do espólio deixado Brigadeiro Luís Antônio e apontaram para o enorme patrimônio amealhado por ele, que constituía, possivelmente, a maior fortuna da capitania: seu inventário apresentou de monte bruto uma quantia superior a 1:000:000\$000 (um mil contos) de réis³²³. A partir de 1805, ele seria proprietário do maior sistema de condução de açúcar da capitania³²⁴, “o mais importante negociante do produto para a Corte e o importador que introduzia a maior quantidade de gêneros, trazidos de Portugal ou de outras localidades coloniais”³²⁵. Além disso, em seu inventário foram levantados 14 engenhos diretamente sob sua posse, distribuídos ao longo de várias vilas do Oeste Paulista – sendo cinco só em Campinas –, somando a isso outras diversas sociedades ligadas à produção de açúcar³²⁶. A procedência de seu capital era diversa; contudo, segundo Araújo, apesar de seu cabedal ter sido iniciado e acrescido ao longo

³²² O termo “engenho de sociedade” é empregado quando é realizada uma parceria entre sujeitos em alguma propriedade. Normalmente, um indivíduo era o dono das terras e administrava o local, enquanto o outro entrava com dinheiro e escravizados. Posteriormente, os lucros seriam, então, repartidos. Este tópico será discutido com maior profundidade mais adiante.

³²³ LEONZO, 1981; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A casa Sousa, um modelo de acumulação mercantil da América Portuguesa. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Cristóvão, Sergipe: CESAD - Centro de Educação Superior a Distância, p. 1-9, 2007. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/maria-lucilia-v-araujo_1.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2020; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. Acerca do livro de Viveiros, ver “Capítulo 4 – A distribuição da riqueza segundo os grupos econômicos”, páginas 151-208.

³²⁴ LEONZO, 1981.

³²⁵ NOZOE, Nelson H. Vida econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial. In: PORTA, Paula. (Org.). **História da cidade de São Paulo: A cidade no Império (1823-1889)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 102.

³²⁶ APESP. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Inventário de Luís Antonio de Souza Queiroz**. Inventários do 1º cartório de família, proc. 513, 1819.

dos anos através de contratos reais, não era aí que residia a maior parte de seus investimentos, haja vista que as “19 propriedades rurais e as 17 urbanas representavam 12% da riqueza e os 613 escravos correspondiam a outros 12% dos bens do Brigadeiro”³²⁷. A autora ainda argumenta que Luís Antônio “optou por não gastar, nada dever e investir em bens de raiz”, acrescendo e conservando diversos bens de raiz³²⁸; nesse sentido, o Brigadeiro adotou a estratégia de concentrar seus investimentos na cadeia produtiva e mercantil açucareira, “abandonando as múltiplas atividades para se concentrar na produção e venda de açúcar, quer dizer, preferiu guardar todos os ovos numa só cesta”³²⁹ – a qual completo: a do açúcar.

A indicação de que o Brigadeiro Luís Antônio também desempenhou um importante papel enquanto financiador de lavouras no Oeste Paulista não é novidade na historiografia, tendo em conta que tal papel já havia sido apontado por Leonzo³³⁰; contudo, uma análise mais detalhada sobre as dívidas que deixara evidencia a profunda conexão entre o capital de Luís Antônio e o parque açucareiro de Campinas. Como destacou Araújo, as dívidas passivas encontradas eram mínimas perante a riqueza do Brigadeiro, já que “devia aproximadamente 34 contos de réis de compras para o gerenciamento da casa e engenhos”³³¹. Suas dívidas ativas, por outro lado, acumulavam quase 1/3 do total de seu monte-mor³³²: havia 373 dívidas, que totalizaram 226:464\$485 contos de réis³³³. Para Viveiros, tais dívidas vinham de “todas as vilas paulistas, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande e de Portugal. Para cobrá-las, mantinha representação comercial nessas localidades”³³⁴.

³²⁷ ARAÚJO, 2007, p. 9.

³²⁸ ARAÚJO, 2007, p. 14.

³²⁹ ARAÚJO, 2007, p. 14.

³³⁰ LEONZO, 1981, p. 248-249. A autora cita Affonso de Taunay, o qual refere-se ao Brigadeiro enquanto um dos primeiros “capitalistas” de São Paulo, atuando como um banco, pois aponta que ele pagava “juros anuais a quem recorria aos seus cofres de opulento negociante, desejando neles depositar quantias que ali permanecessem inertes”, além de comprar dívidas, financiar lavouras e vender a juros. Cf.: LEONZO, 1981, p. 248.

³³¹ ARAÚJO, 2007, p. 11.

³³² Monte-mor é a soma de todos os bens e dívidas ativas que foram inventariados ainda sem descontar as dívidas passivas existentes.

³³³ APESP, Inventário de Luís Antonio..., 1819. O resultado sobre as dívidas ativas do Brigadeiro não correspondeu precisamente ao montante trazido por Araújo, enquanto foram contabilizadas 373 dívidas ativas na contagem da presente pesquisa, Araújo contabiliza 370. O valor também diverge, já que ela provavelmente arredonda para 330:000\$00 contos de réis, enquanto a soma encontra aqui foi de 226:464\$485 contos. Nota-se que ela afirma que a maior dívida com o Brigadeiro pertencia a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – advinda de uma sociedade. Deve-se esclarecer, assim, que, para o levantamento da presente pesquisa, não foram consideradas as dívidas em sociedade – que estão presentes em outro trecho do inventário. Tal documento é bastante extenso, com cerca de duas mil páginas, com várias listas de dívidas distribuídas ao longo dos anos, devido às prestações de contas e aos constantes empréstimos e pagamentos feitos anualmente; sendo assim, no texto de Araújo, não é possível distinguir qual foi a lista de dívidas que a autora utilizou para seu levantamento. As dívidas aqui informadas advêm do primeiro levantamento realizado e são referentes às folhas 324 a 364 do inventário. ARAÚJO, 2007, p. 11-13.

³³⁴ ARAÚJO, 2007, p. 12.

Esse montante estava dividido em duas partes, na qual a primeira se referia a 67 dívidas, descritas como “sem crédito”, no geral de pequeno valor, que somavam todas elas 926\$719 mil-réis e uma média de 13\$832 mil-réis por dívida. Dentre elas estava um padre chamado Luiz Cardoso, que residia na cidade de São Paulo, e até mesmo um escravizado, de nome Silvério. Nesse recorte, percebeu-se uma série de moradores da cidade de São Paulo, fato que, associado ao baixo valor das dívidas, leva a crer que eram dívidas referentes à loja que o Brigadeiro possuía em São Paulo – e, possivelmente, em Santos. A segunda parte da dívida se referia a empréstimos “por crédito”, que somavam outras 306 dívidas, no valor de 225:537\$766 contos de réis, numa média de 737\$052 mil-réis – média essa 53 vezes maior que aquela das dívidas não realizadas através do crédito.

Dito isso, a investigação dos empréstimos realizados pelo Brigadeiro e que constavam em aberto na data de abertura do seu inventário permitem compreender o volume de capital envolvido no financiamento da lavoura canavieira de Campinas: conforme a tabela I.9 indica, entre as 10 maiores dívidas com Luís Antônio, seis eram de senhores de engenho de Campinas – ou ainda, entre as cinco principais dívidas, quatro eram estabelecidos na vila campineira³³⁵. Além disso, o Alferes Antônio Galvão de França, maior devedor do Brigadeiro, era um importante senhor de engenho de Itu³³⁶. Em outras palavras, entre os 56:513\$291 contos de réis referentes as suas 10 maiores dívidas (tabela I.9), ao menos 42:732\$292 (cerca de 75,6% desse montante) eram ligados a senhores de engenho do Oeste Paulista³³⁷.

³³⁵ Para a definição de quais devedores eram de Campinas, foram utilizadas duas referências: primeiro, foi utilizada uma lista de dívidas que se encontra em páginas posteriores do inventário, nas quais a localidade dos devedores é informada. Segundo, foi feito um cruzamento de dados com as listas nominativas de habitantes de Campinas.

³³⁶ BACELLAR, Carlos de A. P. A família Galvão de França e as famílias de seus escravos: as múltiplas estratégias de organização familiar de livres e cativos em Itu, 1790-1830. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História/ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552528013_ARQUIVO_TextoBacellarAnpuh2019.pdf>. Acesso em: 24 de jan. de 2021.

³³⁷ Na relação de chefes de famílias do Oeste Paulista que atingiram 40 cativos, Carlos Bacellar menciona um sujeito chamado José Antônio de Oliveira, morador de Itu e ligado ao açúcar. Contudo, sem maiores informações no inventário do Brigadeiro Luís Antônio, não foi possível estabelecer se esse era o mesmo indivíduo. Cf.: BACELLAR, 1997, p. 193.

Tabela I.9 – Maiores dívidas ativas pertencentes Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós (1819)

| Nomes dos devedores | Valor (em réis) |
|--|------------------------|
| Alferes Antônio Galvão de França | 7:435\$785 |
| <u>Tenente Coronel Antônio de Cerqueira César (falecido)</u> | <u>6:977\$137</u> |
| <u>Capitão José Antônio do Amaral (falecido)</u> | <u>6:722\$605</u> |
| <u>Antônio da Silva Ferraz</u> | <u>6:295\$933</u> |
| <u>Joaquim Teixeira Nogueira</u> | <u>5:634\$207</u> |
| <u>Alferes João Manuel do Amaral</u> | <u>4:993\$025</u> |
| Inácio Xavier | 4:722\$092 |
| <u>Inácio Álvares de Almeida Lima</u> | <u>4:673\$600</u> |
| Capitão José Antônio de Oliveira (falecido) | 4:530\$907 |
| <u>Capitão Salvador Corrêa Leite</u> | <u>4:528\$000</u> |
| Total | 56:513\$291 |

Fonte: APESP, Inventário de Luís Antonio..., 1819. Os nomes e valores sublinhados são referentes aos senhores de engenhos de Campinas. Grifos meus.

O tamanho do financiamento do parque açucareiro campineiro por parte do Brigadeiro foi assombroso: daquelas 306 dívidas por crédito, 44 foram realizadas por moradores de Campinas – em sua grande maioria foram identificados enquanto senhores de engenho e partidistas de cana. As dívidas dos campineiros representavam o montante de 81:522\$618 contos de réis, ou ainda 36,1% do total. Efetuado o recorte da análise para as dívidas acima de um conto de réis, percebe-se que os campineiros estavam, no geral, entre os maiores devedores do Brigadeiro: de seus 69 devedores, 27 eram de Campinas e todos ligados à economia açucareira. Tais dívidas com senhores de engenho de Campinas somam 76:422\$437 contos de réis, 42,8% do total de dívidas acima de 1 conto (178:392\$671 contos)³³⁸. Se, por um lado, o papel de negociantes de grosso trato no financiamento de engenhos já foi assunto da bibliografia sobre o açúcar colonial³³⁹, por outro, as especificidades de seus investimentos

³³⁸ APESP, Inventário de Luís Antonio..., 1819.

³³⁹ Stuart Schwartz evidenciou as formas de acesso a crédito na Bahia colonial e o papel que comerciantes possuíam no financiamento do parque açucareiro do recôncavo. O autor afirma que, já no século XVII, “Merchants extended credit and carried standing accounts for sugar growers allowing them to buy slaves, tools, and equipment as an advance against their production. This availability of credit was an essential element in the early growth of the industry”. Cf.: SCHWARTZ, Stuart B. A commonwealth within itself: The early brazilian sugar industry, 1550-1670, *Revista de Índias*, v. LXV, n. 233, p. 79-116, 2005. p. 96. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/267885689.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. de 2021. Ver também: SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 177-185. Investigando o parque açucareiro de São Gonçalo (Rio de Janeiro), Júlia Ribeiro Aguiar

e o tamanho de suas influências na mudança de eixo nos interesses metropolitanos – especialmente em relação à capitania paulista – ainda são pontos em aberto. Não obstante, percebeu-se que o parque canavieiro de Campinas foi montado sob o incentivo direto desses fazendeiros-negociantes, à custa de sua influência política, de seus investimentos em terra, canaviais, escravizados e da disponibilização de créditos³⁴⁰.

Ainda é bastante imprecisa a origem dos capitais investidos nos parques açucareiros paulistas após a Revolução de Saint-Domingue; contudo, conforme a bibliografia sobre as transformações econômicas de São Paulo evidencia, houve um fluxo extraordinário de riquezas para o Oeste Paulista, convertidos em terras e escravizados³⁴¹. Se para a região do Quadrilátero os financiamentos podem ter sido diversificados, após a análise dos endividamentos de senhores de engenho de Campinas com o Brigadeiro Luís Antônio, bem como de seus próprios engenhos e sociedades (esses últimos também feitos por Francisco Pinto de Ferraz), levanta-se a hipótese de que essa vila se configurou enquanto o eixo fulcral dos investimentos em terra, escravizados e açúcar que os maiores negociantes da época realizavam. No caso de Luís Antônio, em especial, Campinas foi o pilar da cadeia mercantil do açúcar que o Brigadeiro estabelecia do interior de São Paulo à Europa: produzia açúcar, comercializava o artigo até a Europa, fazia sociedades com senhores de engenho e financiava diretamente lavouras canavieiras com créditos e subsídios.

Assim como Luís Antônio de Sousa e seu irmão, Francisco Antônio, Francisco Pinto Ferraz não conservou sua riqueza apenas no itinerário do açúcar, mas transformou seus capitais em terras, lavoura canavieira e mão de obra cativa. Em outras palavras, se esses portugueses recém migrados para a capitania paulista se aproveitaram da dinâmica do mercado interno colonial de fins do Setecentos para se enriquecerem³⁴², foi na década de 1790,

argumentou que houve grande impacto após a entrada massiva de capital mercantil naquela freguesia, haja vista que, por um lado, aumentou a capacidade produtiva dos engenhos e, por outro, gerou o endividamento progressivo das elites agrárias e até mesmo a dificuldade na manutenção de suas propriedades. Ver: AGUIAR, Júlia Ribeiro. **Por entre as frestas das normas**: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs XVII-XVIII). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 114-116. Por fim, Roberto Guedes pondera sobre o financiamento e o autofinanciamento na vila de Porto Feliz na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Em seu livro, Guedes aponta para a origem variada dos recursos que financiaram os engenhos em Porto Feliz, trazendo à baila o papel de comerciantes e traficantes de escravizados na lavoura canavieira, cf.: GUEDES, R. **Egressos do cativo (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X/FAPERJ, 2008 p. 48-58.

³⁴⁰ Há indícios de endividamento de senhores de engenhos campineiros com o negociante de grosso trato Coronel Francisco Pinto Ferraz. Ainda durante a montagem do parque açucareiro de Campinas, em 1808, o senhor de engenho Albano de Almeida Lima possuía uma dívida de 500\$000 réis com Pinto Ferraz.

³⁴¹ Esse aspecto da expansão econômica do açúcar em terras paulistas ainda está em processo de investigação pelos historiadores, tendo sido um momento ainda preterido em relação ao financiamento da economia cafeeira.

³⁴² A historiografia sobre o século XVIII já estabeleceu a importância do mercado interno para compreender as dinâmicas econômicas e demográficas da colônia brasileira. Além disso, cabe destacar que Carlos Bacellar já havia apontado que a ocupação do território no interior paulista não só era anterior ao avanço realizado pelas

especialmente, através das *plantations* escravistas açucareiras que amealham enormes fortunas. Se esses negociantes de grosso trato queriam apenas auferir maiores receitas a seus patrimônios era porque o negócio do açúcar estava sendo lucrativo mesmo em tempos de baixa no preço, o que confirma a hipótese levantada anteriormente sobre a relação custo-benefício da produção açucareira no Quadrilátero. Se eles almejavam benesses sociais e políticas, por seu turno, tão significativas em uma sociedade de Antigo Regime, não fora necessário sequer sujar suas botas na terra roxa de Campinas³⁴³.

O historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio evidenciou que, ao longo do século XVIII, em especial após 1750, ocorreu o aumento e a diversificação de produtos de exportação para a Metrópole, advindos das praças comerciais do Nordeste e do Rio de Janeiro³⁴⁴. O autor argumenta que tais transformações não ocorreram, preponderantemente, devido às políticas de incentivo promovidas pelo reformismo ilustrado português, mas, sim, através das mãos da elite mercantil colonial radicada, especialmente, no Rio de Janeiro. Conforme destaca Sampaio, tal grupo de negociantes “tornou-se de forma irreversível a elite de fato da sociedade da América Portuguesa”³⁴⁵, especialmente graças ao controle de dois segmentos fundamentais daquela economia colonial: a disponibilização de créditos e de cativos. Ora, a partir das afirmações de Sampaio, pode-se entender que São Paulo estava fora das grandes rotas comerciais transatlânticas, especialmente devido à concentração da elite mercantil do centro-sul na praça carioca. Contudo, a partir das mudanças da janela de oportunidades criada pela Revolução de Saint-Domingue, somada às alterações de ordem político-econômicas produzidas pelo governador Lorena ao longo da década de 1790 e da reversão de capitais promovida por alguns indivíduos radicados em São Paulo (especialmente em créditos para senhores de engenhos do Oeste Paulista e da venda de cativos), a hegemonia carioca sobre produtos paulistas encolheu e

plantations açucareiras, como também o peso crucial da plantação e comércio de mantimentos na configura o daquela sociedade. In: BACELLAR, Carlos de A. P. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI ao XIX. **História (São Paulo)**, v. 39, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020023>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

³⁴³ Tais casos aludidos no texto tensionam os argumentos propostos por Fragoso e Florentino ao defenderem um suposto arca simo nos objetivos dos negociantes de grosso trato, que teriam efetuado a reversão de seus capitais em fazendas caf eiras do Vale do Paraíba, cf.: FRAGOSO; FLORENTINO, 2001. Para uma análise sobre tal fenômeno ocorrido no Rio de Janeiro, ver: MARQUESE, Rafael de B. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, v. 169, p. 223-253, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69188/71640>>. Acesso em: 12 de jan. de 2020; MARQUESE, Rafael de B.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a forma o do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2009, p. 339-383.

³⁴⁴ SAMPAIO, Antônio Carlos J. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; SAMPAIO, Antônio Carlos J. A curva do tempo: as transforma es na economia e no Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. (orgs.) **O Brasil colonial (c. 1720 – c. 1821)**. V. 3. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2014.

³⁴⁵ SAMPAIO, 2014, p. 331.

possibilitou a acumulação de capital em mãos de sujeitos como Brigadeiro Luís Antônio e Coronel Francisco Pinto Ferraz, bem como da incorporação de tais indivíduos na tessitura socioeconômica das redes mercantis europeias – e campineiras.

Durante a década de 1790, houve, de fato, a reestruturação das redes mercantis e dos grupos econômicos paulistas, os quais estabeleceram vínculos ao longo de todo o trajeto de Santos ao Quadrilátero do Açúcar. Essas transformações guardam fortes relações com as reformas administrativas do Império Português e, especialmente, com a recuperação política de São Paulo em 1765 – governo de Morgado de Mateus. Porém, foi a partir da medida do porto único de realizada por Bernardo de Lorena, em 1788, que as relações comerciais da região parecem ter sido altamente tensionadas. Os resultados da política de incentivo ao escoamento dos produtos via Santos e sua consequente pressão nas redes mercantis foram mais bem observados a partir do momento em que o preço do açúcar cresceu categoricamente nas praças internacionais e potencializou as relações econômicas que ali se formavam. O Brigadeiro Luís Antônio, sobretudo, constituiu e ampliou redes comerciais intra e extra-coloniais a partir de Santos, utilizando-se do açúcar como força motriz para seus negócios. Parece que a agência do Brigadeiro, em várias instâncias socioeconômicas no Oeste Paulista, sobretudo em Campinas, expandiu a viabilidade da economia açucareira nesse espaço. Se todos os recursos que promoveram a montagem do complexo açucareiro campineiro não advieram, evidentemente, dos negociantes de grosso trato, o capital político-econômico desses indivíduos parece ter amplificado as possibilidades de instalação nessas terras.

Foi visto que os chefes dos engenhos e partidos de cana que operaram para montar o complexo açucareiro de Campinas eram migrantes, especialmente das vilas próximas ao local (Itu, cidade de São Paulo, Santana de Parnaíba), mas também outros vieram de longe, como Minas Gerais. Tal migração foi consideravelmente acelerada entre os anos de 1793 e 1810, especialmente quando comparada aos anos anteriores, devido, especialmente, às novas oportunidades econômicas que poderiam ser aproveitadas na região. No entanto, essas oportunidades que tantas pessoas tentaram aproveitar em Campinas não surgiram simplesmente em virtude de uma luz emitida pelo mercado internacional de açúcar, a qual informava o aumento do preço do produto. Tais oportunidades só puderam ser aproveitadas tendo em vista as mudanças efetuadas por governantes na conjuntura local e da extensão dos poderes político-econômicos dos agentes comerciais que operavam as redes mercantis que conectavam a capitania de São Paulo. Ao longo dos quatro capítulos, foram realizadas análises, em diversas escalas, sobre os fenômenos que teriam atuação nas transformações de Campinas, e levanta-se a hipótese de que foram os agentes comerciais, sendo o principal deles o Brigadeiro Luís

Antônio, os indivíduos que favoreceram a rápida transformação da paisagem agrária de Campinas – ainda que se considere múltipla a origem dos capitais. Teria sido o Brigadeiro o hegemônico promotor de conexões entre o global e o local; ele que, em razão de seu interesse em realizar empréstimos e reverter seus capitais em terras e canaviais, mas sem deixar de lado sua veia comercial, possibilitou a conexão entre uma vila a quase 200km do porto mais próximo até a Europa.

Já o governador Bernardo de Lorena não sabia que o preço do que viria se tornar o principal gênero agrícola da capitania de São Paulo dispararia, devido às circunstâncias globais, três anos após a medida do porto único, mas foi nesse quadro político paulista e nas características anteriores da expansão territorial da região sob o reformismo ilustrado que se confeccionou a convergência entre os interesses de comerciantes radicados em São Paulo e dos senhores de engenho do Oeste Paulista. Essa convergência e interdependência são fenômenos que desvendam a transformação de um pouso de viajantes para zonas auríferas em uma vila com grandes engenhos e exploração de escravizados, sobretudo, africanos. Isto é, o espaço existente entre as realidades locais e globais parece ter sido, então, assenhoreado pelos negociantes de grosso trato, em especial pelo Brigadeiro Luís Antônio. Campinas, desse modo, se transformou economicamente durante a década de 1790, recebeu uma série de homens e mulheres, livres e cativos, não sob o *reflexo* de acontecimentos no mercado global dos *commodities*, mas, sim, por efeito de um processo de *refração* das demandas globais sobre as particularidades políticas, econômicas e geográficas de São Paulo³⁴⁶.

³⁴⁶ Ainda que os termos “força local” e “força global” sejam amplamente usados pelos pesquisadores com o intuito de discutir as relações entre os espaços coloniais e metropolitanos, optou-se se por não os utilizar para definir o papel o processo histórico de transformação de Campinas diante do quadro global. Isso se deve uma vez que (i) os trabalhos que se baseiam na concepção de “força”, por vezes, camuflam que tal imagem é também uma metáfora para as relações econômicas e sociais entre diferentes espaços; e (ii) tal metáfora encobre não só as capacidades decisórias e estratégicas dos agentes locais, como também oculta características político-econômicas locais, deslocando o peso exclusivamente para o global. Nas palavras de Victor Roudometof: “A refração refere-se ao fato ou fenômeno de ondas de luz ou rádio serem desviadas ao passar pela interface entre um meio e outro ou através de um meio de densidade variável. A refração oferece uma metáfora conceitual que permite a reinterpretção da relação entre globalização e glocalização. A estratégia baseia-se em: (1) conceber a globalização como um processo genérico em termos de ondas que se espalham pelo globo; e (2) usar a noção de refração de ondas como um meio de entender o binário local-global.” Cf.: ROUDOMETOF, 2016, p. 398-399. Isso posto, o uso dessa metáfora na presente pesquisa visa a valer-se desse recurso linguístico-cognitivo para representar as transformações de Campinas, de modo a evitar incorrer em uma visão reducionista de que os aspectos locais teriam sido meramente absorvidos pelo global, e reafirmar que, na verdade, os agentes coloniais operavam através das informações e características da economia-mundo europeia.

PARTE II
À LUZ DO OURO BRANCO: O PROCESSO DE MONTAGEM DO COMPLEXO
AÇUCAREIRO CAMPINEIRO, c. 1790-1818

Quem chamou as oficinas, em que se fabrica o açúcar, *engenhos*, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do *engenho* humano (...).

Antonil, Proêmio de Cultura e Opulência do Brasil.

4 A arquitetura do doce: a trajetória da cana-de-açúcar da plantação à manufatura

A historiografia sobre os complexos açucareiros americanos, além de vasta, também é múltipla em suas propostas metodológicas. À luz dos apontamentos realizados por Mercedes García Rodríguez, em sua pesquisa sobre o processo de formação do complexo canavieiro da região de Havana (Cuba), faz-se imprescindível compreender cinco elementos socioeconômicos de uma sociedade que dispunha de uma economia baseada, majoritariamente, na lucratividade advinda do açúcar: a terra, a técnica, o tipo de propriedade, a mão de obra escravizada explorada nessa atividade e o financiamento dos empreendimentos açucareiros³⁴⁷. Em outras palavras, as propriedades açucareiras se desenvolveram a partir do financiamento que lhes era possível e, assim, através das relações estabelecidas entre proprietários, trabalhadores livres e escravizados, formaram o complexo açucareiro em uma estrutura fundiária.

Isso posto, o objetivo é investigar nessa parte os quatro primeiros elementos elencados acima, durante a formação do parque açucareiro de Campinas³⁴⁸. Para isso, serão divididos em 4 capítulos, os quais, vistos conjuntamente, estabelecem a configuração de um parque açucareiro em processo de montagem. Nesse sentido, discutir-se-ão neste primeiro tópico os passos fundamentais da produção açucareira desde a plantação de sua matéria-prima até seu encaixotamento, evidenciando a unidade produtiva do engenho. Isso será realizado a fim de esclarecer que o processo de elaboração desse ingrediente tão em voga nas receitas europeias dos séculos XVIII e XIX, de fato, influenciava desde decisões básicas até as mais significativas no processo de formação do complexo açucareiro campineiro. Para isso, o foco estará em discutir os entraves e avanços tecnológicos recorrentes em torno do período e do local estudado, ou seja, a premissa será identificar os conhecimentos e os métodos que estavam disponíveis, em termos técnicos e materiais, na formação do complexo açucareiro paulista.

É importante ressaltar que a literatura sobre a fabricação de açúcar no Brasil se concentrou nos engenhos do Nordeste, seja porque estes apresentaram maior quantidade de fontes, seja porque foram representativos dos casos gerais³⁴⁹. Porém, os pesquisadores do

³⁴⁷ GARCÍA RODRÍGUEZ, Mercedes. **Entre haciendas y plantaciones**: Orígenes de la manufactura azucarera en La Habana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

³⁴⁸ O financiamento do parque açucareiro de São Paulo é um tema ainda a ser explorado pela historiografia paulista, carecendo de pesquisas de fôlego sobre as relações econômicas estabelecidas no interior paulista. No capítulo 4 da presente pesquisa, foram realizados apontamentos acerca dessa temática e do papel fundamental desempenhado pelos negociantes de grosso trato no financiamento do parque açucareiro de Campinas.

³⁴⁹ Em suma, os debates a seguir advêm da seguinte bibliografia: BARICKMAN, 2003; LUNA; KLEIN, 2005; SCHWARTZ, 2011 [1988]; FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: EDUSC, 2003; CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Estudos econômicos**, v. 7, n. 1, 1977; GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1983; CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (org.).

tema, mesmo aqueles que estudaram os parques canavieiros de outras regiões, apontam que não houve grande avanço tecnológico entre os séculos XVII e XIX, propondo que os engenhos construídos na colônia nesse período eram semelhantes aos do Nordeste. Inclusive os relatos de viajantes e informes governamentais comentavam “a ausência de arados e fertilizantes, a dependência do transporte por mulas, a falta de alojamentos dignos desse nome até nas maiores fazendas escravistas”³⁵⁰.

Não obstante, realizada ainda na década de 1960, a pioneira investigação de Maria Thereza Schorer Petrone sobre a lavoura canavieira de São Paulo se mostra atual em toda sua apreciação acerca do quadro técnico dos engenhos paulistas, trazendo diferentes casos de Campinas, por exemplo.³⁵¹ Ainda que obras sobre São Paulo não sejam raras, a historiografia brasileira acabou tratando com maior profundidade sobre a fundação de engenhos na Bahia e Pernambuco, nada sugere que a formação do complexo açucareiro campineiro tenha seguido outra lógica; pelo contrário, conforme se verá, há alguns indícios da mesma mecânica produtiva. Assim sendo, a discussão a seguir apresenta aspectos fundamentais e de transformação do engenho colonial, visando a compreender seus aspectos gerais e, quando for necessário, serão ressaltadas as especificidades dos engenhos da região.

De fato, constituíam o regime arquitetônico dos engenhos e organizavam o eixo produtivo do açúcar: as terras e suas respectivas plantações, as moradas dos livres e escravizados, e uma série de edificações conectadas diretamente e indiretamente ao processo fabril da cana-de-açúcar, como a carpintaria, a olaria, os currais, a moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar³⁵². Para a fundação de um engenho, o movimento inicial era a escolha do terreno apropriado, dado que não bastava encontrar um terreno fértil ao redor, mas era necessário um local que reunisse uma série de exigências para a melhor instalação da sede fabril do engenho. Isso posto, percebe-se uma divisão clara em dois momentos da produção canavieira: (i) aquela ligada à preparação da terra, cultivo e colheita e (ii) uma segunda atrelada à manufatura do produto. Seguiremos, grosso modo, esse caminho da cana-de-açúcar no presente tópico.

Primeiramente, o terreno deveria ser adequado à instalação dos prédios para a fabricação do doce – ou seja, sem grandes morros e colinas – e com terras para a plantação extensiva da

História geral da civilização brasileira: o brasil monárquico 4: declínio e queda do império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Tomo II; WATTS, David. **Las Indias Occidentales:** modalidades de desarrollo, cultura y cambio medioambiental desde 1492. Trad. Rosendo Gallego. Madrid: Alianza, 1992; PETRONE, Pasquale. Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: AZEVEDO, A. **A Baixada Santista:** aspectos geográficos. Povoamento e população. São Paulo: Edusp, 1965.

³⁵⁰ LUNA; KLEIN, 2005, p. 20.

³⁵¹ PETRONE, 1968.

³⁵² FERLINI, 2003, p. 138-139.

cana-de-açúcar a curta ou média distância para assegurar a viabilidade do deslocamento diário dos trabalhadores até o eito de trabalho, assim como a distância percorrida pelo transporte após a colheita ser equidistante da sede. Para os engenhos movidos a água, a segunda característica era a proximidade com fontes de energia natural, “como quedas d’água”³⁵³; era necessário, porém, cautela e atenção, pois a proximidade com rios ou córregos caudalosos poderiam gerar problemas com as cheias em períodos chuvosos. O terceiro objetivo a se pensar na escolha do terreno era sua facilidade em alcançar as vias de acesso a outras localidades, como os portos naturais/marítimos, rios navegáveis ou estradas de terra, dentre outros caminhos que conectassem o acesso de vias à propriedade e, conseqüentemente, também ao comércio³⁵⁴. Por fim, era importante escolher uma região que tivesse fácil acesso às matas, haja vista que a madeira estava presente cotidianamente em todos os engenhos, além de ser necessária em grandes quantidades, desde sua utilização enquanto matéria-prima para as edificações, seu emprego intensivo como lenha (também uma fonte de energia) e até mesmo a abertura de novos pastos (campos), essenciais para o gado muar e vacum³⁵⁵.

Fundamental era a preparação inicial da terra, isso porque “a chave para o sucesso do ciclo da colheita estava, na verdade, na preparação dos canaviais”³⁵⁶. Segundo Vera Ferlini, a preparação do solo para o plantio era limitada “à prática indígena da queimada e da coivara, ou seja, após a derrubada ateava-se fogo à vegetação verde ou seca. Depois juntavam-se os restos da ramagem, lançando-lhes novamente fogo”³⁵⁷. Barros e Castro afirma que o “consumo de madeira pelos engenhos brasileiros era verdadeiramente descomunal”³⁵⁸; o cálculo era que, para um engenho em pleno funcionamento e no período da safra, seria necessário, apenas para alimentar a manufatura, um carro de boi por hora – a depender, claro, das dimensões da moenda³⁵⁹.

García Rodríguez trouxe à baila que, para produzir cerca de 5,9 kg de açúcar nos engenhos de Cuba e Saint-Domingue, eram necessários entre 8,9 kg e 10,3 kg de lenha³⁶⁰. Já

³⁵³ AZEVEDO, Esterzilda B. de. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990, p. 35.

³⁵⁴ AZEVEDO, 1990, p. 35-36.

³⁵⁵ BARICKMAN, 2003, p. 278-280; AZEVEDO, 1990, p. 34-35; FERLINI, Vera. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 29-31.

³⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart. A commonwealth within itself. The early brazilian sugar industry, 1550-1670. **Revista de Índias**, v. LXV, n. 233, 2005, p. 98. Tradução realizada pelo autor do presente trabalho. Original: “The key to the success of the harvest cycle actually lay in the preparation of the cane fields”.

³⁵⁷ FERLINI, 1984, p. 34.

³⁵⁸ CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: Um estudo sobre os trabalhos do açúcar a política econômica dos senhores**. Tese (Doutorado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976, p. 69.

³⁵⁹ FERLINI, 1984, p. 38

³⁶⁰ GARCÍA RODRÍGUEZ, Mercedes. Ingenios habaneros del siglo XVIII: mundo agrário interior. **América Latina em la Historia Económica**, n. 26, p. 41-75, 2006. p. 64. Disponível em:

Warren Dean mostrou que, para o Brasil do início do Oitocentos, seria necessária uma quantidade consideravelmente maior de lenha por quilograma: cerca de sete quilos para cada quilo de açúcar. Isso porque o trem jamaicano, que diminuiria a quantidade de lenha, não tinha sido aplicado amplamente no Brasil³⁶¹. Ora, como será abordado, a produção média de um engenho campineiro foi de 11,6 toneladas em 1809, em que seriam necessárias, a partir do cálculo de Rodríguez, entre 17,4 e 20,2 toneladas de lenha; já no cálculo de Dean, cerca de 81,2 toneladas. Mas há casos de produções robustas, como um dos engenhos do Brigadeiro Luís Antônio, que produziu, em 1809, 44,2 t de açúcar. Nesse caso, apenas um engenho precisaria entre 66,3 t e 111,3 t de lenha (cálculo de Rodríguez) ou 309,4 t (cálculo de Dean)³⁶². O famoso fazendeiro do Oitocentos, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Paty do Alferes, advertiu em seu manual agrícola sobre o cuidado necessário na preparação e na separação da lenha:

Cerca de dois meses antes da moagem, deve o lavrador mandar derrubar uma porção de matas, lhe lançar o fogo sobre o verde para que as chamas não destruam a lenha, a picar logo depois, regulando a que poderá gostar, ajunta em bagaceiras, pondo logo os carros a conduzi-la para o lugar da fábrica, a fim de estar no princípio da safra com grande sobressalente deste combustível.³⁶³

Tanto nos complexos açucareiros caribenhos quanto nos brasileiros, tudo indica que existia uma “relação direta entre o desenvolvimento da produção açucareira e a destruição das matas de cada unidade”³⁶⁴ e, no caso paulista, fez parte do processo de destruição da mata atlântica. Por fim, a preocupação constante com o combustível para alimentar as fornalhas não era um problema espacialmente localizado, mas era geral no tocante aos engenhos até o século XIX, mesmo para uma zona de expansão mais recente, como São Paulo. Sobre a questão do combustível, Petrone argumenta que o “problema da lenha para as fornalhas era muito sério, principalmente devido aos métodos depredatórios usados pelos lavradores imprevidentes, aos quais não interessa o dia de amanhã”³⁶⁵, afirmação que Warren Dean corrobora, mas alerta que para São Paulo os “cálculos sugerem que o plantio

<<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/380>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020. A autora apresentou os dados em arrobas, que foram convertidos para toneladas.

³⁶¹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 191-192.

³⁶² APESP, LNH, Campinas, 1809; GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 106-107. A autora não explicita quanto vale cada arroba de lenha e nada foi encontrado sobre essa questão, de tal modo que escolheu-se manter as medidas originais da autora.

³⁶³ WERNECK, Francisco P. de L. **Memoria sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro pelo Barão do Paty de Alferes**. Anotada pelo Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1878, p. 60. Disponível em: <<http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/1959>>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

³⁶⁴ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2006, p. 64.

³⁶⁵ PETRONE, 1968, p. 81.

de cana-de-açúcar até 1850 não destruía tanto a floresta a ponto de ser abandonado em qualquer área grande, mesmo levando em conta sua grande extensão”³⁶⁶. Nos primeiros anos do século XIX, é possível aventar que o acesso a grandes quantidades de madeira não foi o maior problema para esses lavradores de cana em Campinas³⁶⁷, especialmente porque as imensas propriedades ainda eram recorrentes e a mata, pouco explorada naquele sertão³⁶⁸. Contudo, a questão principal fora, como será analisado à frente, o acesso à mão de obra escravizada suficiente para todas as tarefas necessárias, como vencer as grandes distâncias entre os canaviais e as matas para os engenhos.

Para lavar a cana-de-açúcar, os melhores terrenos eram áreas de mata leve e com pouca inclinação. Como advertiram Luna e Klein, nem mesmo o arado era utilizado no Brasil, apesar de amplamente usado em outras colônias, sendo que o revolvimento da terra para preparação do solo era feito exclusivamente pelo trabalho com a enxada³⁶⁹. Desde a administração Morgado de Mateus, ao menos, os governadores paulistas insistiram na utilização do arado na capitania para o aprimoramento da lavoura – seja de cana-de-açúcar ou subsistência. O governador Castro e Mendonça, no final do século XVIII e início do XIX, procurou até mesmo encorajar as câmaras de todas as vilas paulistas a utilizarem do arado na preparação do solo: iniciativa totalmente infrutífera³⁷⁰. André João Antonil menciona que, após seis ou sete anos do plantio, a cana tinha sua sacarose continuamente reduzida, ficando mais seca, o que diminuía sua rentabilidade³⁷¹. Apesar disso, diversos cronistas da época traziam relatos de canaviais com

³⁶⁶ DEAN, 1996, p. 192.

³⁶⁷ Segundo María Verónica Secreto, foi apenas do decorrer do século XIX que as matas de Campinas se tornaram mais escassas e passaram a ser assunto recorrente nas disputas judiciais que envolviam terras: “As matas, formavam uma espécie de reserva. Reserva de lenha, de madeira e de terras férteis, utilizadas só quando cansadas as outras, ou justamente reservadas para valorizar as propriedades para uma possível venda. [...] A madeira que era utilizada como lenha para as fornalhas dos engenhos, continuou a ser importante como este recurso para os afazeres domésticos, ademais passou a ser um importante fator de valorização das terras e a garantia de uma reserva de fertilidade. Passou a ser a fronteira dentro da fronteira”. Cf.: SECRETO, María V. Os conflitos em torno da propriedade da terra no Oeste Paulista: a definição dos limites. In: **Anais IV Congresso Brasileiro de História Econômica**. IV Conferência Internacional de História das Empresas. São Paulo, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001b, p. 8; 14. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/maria-veronica-secreto_1.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

³⁶⁸ Para uma análise sobre as operações necessárias para a obtenção de lenha, bem como um quadro acerca da escassez desse combustível para a economia da Bahia colonial, ver: MILLER, Shawn W. A madeira combustível na Bahia colonial: consequências sociais e econômicas da escassez de combustível, 1549-1820. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 115-145, 1995.

³⁶⁹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 20.

³⁷⁰ PETRONE, 1968, p. 86

³⁷¹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulencia do Brazil por duas drogas e minas**. Com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar tabaco, tirar o ouro das Minas, e descobrir as da pra, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da’ ao Reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos Reaes. Rio de Janeiro: Typ. Imp e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 49. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>>. Acesso em: 03 de jul. de 2020.

mais de 50 anos de idade – se de fato existiram, eram pouco produtivos, já que a expectativa de vida da cana com boa qualidade é de 20 anos³⁷².

Conforme destacou Petrone, a utilização do arado em São Paulo poderia ser, inclusive, contraproducente para a técnica de plantio utilizada ali. Isso porque, com abundância de terras novas e férteis, houve uma sucessiva derrubada de matas, dificultando qualquer tipo de arado “devido às raízes e aos troncos de árvores que só com o tempo desapareciam”³⁷³. Mesmo após anos de expansão da lavoura canavieira em São Paulo, no ano de 1836, o engenheiro e Marechal Daniel Pedro Müller publicou que na “Província pouco se trabalha com os animais para prontificarão das terras; apenas começa o uso do arado em algumas chácaras e engenhos de açúcar; tudo é feito à força de braços de homens com foice, machado e enxada”³⁷⁴. Não é de hoje a falta de interesse dos donos de propriedades agrícolas na manutenção das matas; os senhores de engenho praticavam o desmantelamento das florestas deliberadamente para suas plantações, bem como para conseguir lenha.

A mesma estagnação das técnicas foi percebida por Barickman para a Bahia colonial em relação à adubação e ao período de descanso do solo entre novas plantações de cana³⁷⁵. Apesar de ser implantada por alguns senhores de engenho na primeira metade do século XIX, a técnica do adubo com esterco não era utilizada pela maioria dos lavradores³⁷⁶. O descanso do solo teve a mesma repercussão entre os senhores, dado que a terra era utilizada até seu desgaste total. Porém, essa “resistência à estrumeação e outras práticas mais intensivas não era produto de nenhum apego cego à tradição”, adverte Barickman, pois não só havia mais terra disponível na Bahia do que a maioria das ilhas caribenhas, como também o solo baiano parecia sofrer menos com o empobrecimento de seus nutrientes³⁷⁷. Por isso, não seria uma falta de cuidado dos proprietários ou uma falta de atenção, e sim uma estratégia de administração da escravaria, que visava a alocar o trabalho cativo em outras atividades, como o intenso serviço de cavar buracos para cultivar a cana ou mesmo buscar madeira, a qual deveria estar pronta antes do

³⁷² FERLINI, 1984, p. 35.

³⁷³ PETRONE, 1968, p. 87.

³⁷⁴ MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio D’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**: Ordenado pelas Leis Municipais de 11 de Abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3 ed., fac-similar da edição original de 1837. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 28. In: LUNA; KLEIN, 2005, p. 20.

³⁷⁵ BARICKMAN, 2003, p. 281-282.

³⁷⁶ Essa falta de adubamento advém, possivelmente, de duas frentes: a primeira se refere à dificuldade no acesso à imensa quantidade do produto necessária para fertilizar múltiplos canaviais, especialmente em áreas com pouca pecuária; a segunda, por seu turno, se refere aos gastos com esse serviço, seja na coleta e compra, seja com a disponibilização de mão de obra para esse serviço.

³⁷⁷ BARICKMAN, 2003, p. 282.

início da colheita. Apesar de ser, desde o século XX, cultivada com sementes artificiais³⁷⁸, até o XIX a plantação da cana era feita exclusivamente com o sistema de plantio com colmos (pedaços da própria cana)³⁷⁹.

A qualidade e a adaptabilidade do solo à lavoura canavieira fora de crucial relevância, pois, se os solos não possuíssem os nutrientes fundamentais – e considerando a falta de adubação –, seria inevitável o fracasso do cultivo. Petrone afirma que, em São Paulo, não havia esse problema, pois, “nas áreas em que se desenvolveu, praticamente todos os solos se prestavam à sua cultura”³⁸⁰, mesmo situação encontrada para Campinas, em que o viajante inglês Edmund Pink afirmava ter encontrado terrenos “admiravelmente apropriados” ao cultivo da cana³⁸¹. Ainda em 1798, a câmara de Campinas afirmou em ofício que a vila tinha “perfeita terra para plantação de canas para açúcar”³⁸².

A área, em que se desenvolveu a cultura da cana, apresenta vários tipos de solos, além das “terras pretas” e das “vermelho-escuras”. Campinas, Itu, Moji Mirim e Sorocaba situam-se na divisa entre os solos que têm origem na decomposição de rochas cristalinas pré-devonianas e a área onde os solos se formaram, predominantemente, pela decomposição de rochas sedimentares. Os massapés e os salmourões originaram-se da decomposição de rochas cristalinas. Na área de Campinas e Piracicaba, manchas de terra roxa, provenientes da decomposição de rochas basálticas, eruptivas, atraíram especialmente os cultivadores de cana. Pelas palavras de Saint Hilaire, poder-se-ia concluir que, todas as terras nos arredores de Campinas eram vermelho-escuras, terra roxa, portanto.³⁸³

Além disso, outros dois aspectos são fundamentais para o desenvolvimento de um complexo açucareiro: o acesso à água e o nível de declividade do terreno. Quanto ao primeiro fator, sua importância se dá desde as mais básicas necessidades da reprodução das propriedades, como a alimentação de seus integrantes e dos animais das fazendas, como também interfere na qualidade do solo e no uso enquanto energia para as moendas. Nesse sentido, Campinas seria um espaço privilegiado, uma vez que é a vila possuía uma volumosa rede hídrica em Campinas atravessada por rios, córregos, ribeirões e diversas nascentes³⁸⁴.

Fator importante para compreender a qualidade do espaço para a montagem de engenhos é o seu nível de declividade (figura II.1), ou seja, os diferentes níveis de inclinação

³⁷⁸ SILVA, Janniffer Custódio. **Tecnologias para produção de mudas de cana-de-açúcar**. Dissertação (Mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Goiano. Rio Verde, 2017. Disponível em: <https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_5/2018-01-08-10-22-55Janniffer%20Custodio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

³⁷⁹ FERLINI, 1984, p. 34.

³⁸⁰ PETRONE, 1968, p. 91.

³⁸¹ SEVCENKO, N.; MINDLIN, J. **São Paulo de Edmund Pink**. São Paulo: DBA, 2000, p. 89.

³⁸² Ofício de 7 de dezembro de 1798, APESP, Tribunal de Contas, 9-5-8, apud PETRONE, **A lavoura canavieira...**, 1968, p. 91.

³⁸³ PETRONE, 1968, p. 91.

³⁸⁴ RIBEIRO, Suzana B. *et. al.* Território. In: RIBEIRO, Suzana B. (Org.) **Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)**. Campinas: Direção Cultura, vol. 1, 2016, p. 13-29.

do solo. Isso posto, “mapas de declividade emergem como ferramenta de vital importância, uma vez que constituem forma de representação temática da distribuição espacial dos diferentes graus de inclinação existentes em um terreno, apoiando sobremaneira a análise da paisagem”³⁸⁵. Ainda que a cana-de-açúcar não seja inviável em terrenos íngremes, espaços planos podem facilitar que o terreno não perca sua qualidade ao longo dos anos (terrenos íngremes têm a tendência a sofrerem maior erosão), bem como o terreno plano pode acelerar o processo de colheita. A figura II.1 aponta para um terreno campineiro consideravelmente plano; com grande parte da área não ultrapassando os 20% de declividade, pode ser considerado “suavemente ondulado”. Portanto, não é coincidência que as áreas mais exploradas pelo açúcar em Campinas no século XIX foram, justamente, as encontradas nas regiões de fronteira entre as bacias de Anhumas, Quilombo e Capivari (figura II.1), onde o declive é menor que Atibaia, por exemplo³⁸⁶.

A própria variedade da cana-de-açúcar que estava sendo plantada na colônia passou por transformação, mudando de tipo mais utilizado no final do século XVIII; era distinta, por exemplo, do cafeeiro, que é uma árvore (pequeno arbusto), de onde são retirados seus grãos de café. A cana-de-açúcar é um tipo de gramínea, popularmente chamada de capim, e sua qualidade é determinante para todo o processo produtivo. Sua variedade utilizada nos engenhos brasileiros, de maneira exclusiva até então, fora a cana crioula, também chamada de ‘terra’, ‘miúda’ ou ‘*La Española*’³⁸⁷. Ela foi trazida da ilha da Madeira e São Tomé ainda no século XVI, atingia uma altura média de 2 a 2,5 metros e seu amadurecimento era bastante lento, levando de doze a vinte meses³⁸⁸ até sua colheita – essa última sendo realizada preferencialmente no final de maturação, para ser extraída uma quantidade maior de caldo. Apenas no final do século XVIII foi trazida ao Brasil outra variedade: a cana caiana, também chamada de Taiti – devido a sua origem. Para observadores da época, a utilização desse tipo de cana gerou um indubitável e considerável avanço técnico para aumentar a produtividade dos engenhos em quaisquer complexos açucareiros³⁸⁹.

³⁸⁵ COLAVITE, Ana Paula; PASSOS, Messias Modesto dos. Integração de mapas de declividade e modelos digitais tridimensionais do relevo na análise da paisagem. **Revista Geonorte**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1547-1559, 2012. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2212/2086>>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

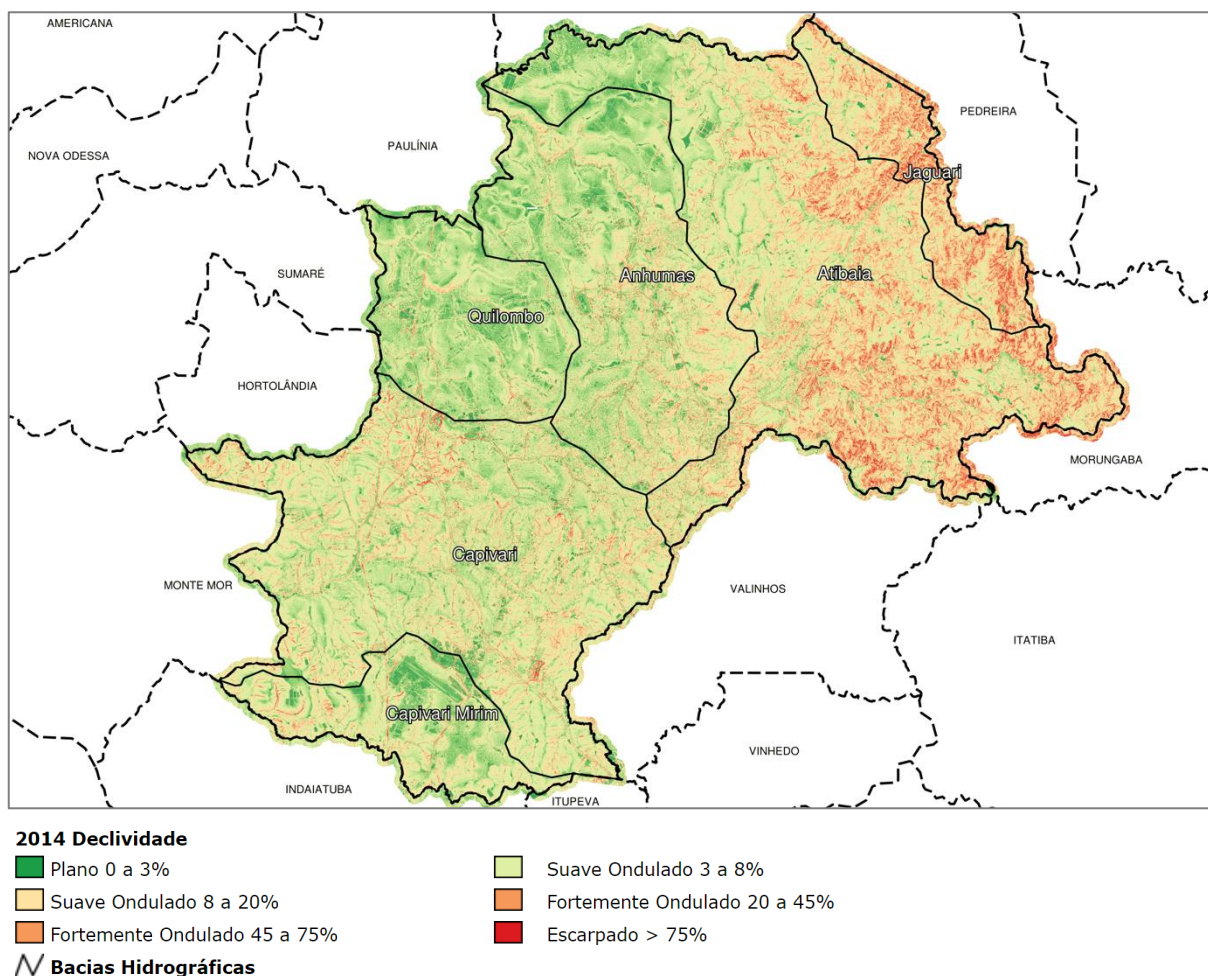
³⁸⁶ Sobre a localização de alguns engenhos em Campinas, ver o capítulo 6 da presente pesquisa.

³⁸⁷ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 223; PETRONE, 1968, p. 88.

³⁸⁸ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 223

³⁸⁹ BARICKMAN, 2003, p. 282-283; TAUNAY, Carlos A. **Manual do agricultor brasileiro**. (Org.) Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 110-111. Para um trabalho que debate a busca por inovação técnica nos engenhos das Antilhas e do Brasil, ver: MARQUESE, Rafael de B. Inovações técnicas e atitudes intelectuais na literatura francesa e luso-brasileira da primeira metade do século XVIII. **Anais do Museu**

Figura II.1 – Declividade do terreno em Campinas



Notas:

- O mapa apresenta a hidrografia apenas do município de Campinas em 2014. As cidades ao redor estão em branco devido a não terem seus dados considerados no levantamento.
- Durante o século XIX, as fronteiras de Campinas passaram por diversas modificações, haja a vista a formação de novas cidades. Isso posto, a figura II.1 apresenta os limites geográficos atuais do município.

Fonte: PREFEITURA DE CAMPINAS. **GeoAmbiental**: informações ambientais especializadas. Secretaria Do Verde, Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SVDS). 2021. Disponível em: <https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/pmapper/map_svds.phtml?config=svds>. Acesso em: 07 de abr. de 2021.

A defesa da utilização da cana caiana se devia à consciência de seus diversos benefícios, como sua altura, que alcançava 3 a 4 metros, e o fato de ser razoavelmente mais grossa quando comparada à crioula³⁹⁰, fatores estes que, somados, aumentavam drasticamente seu rendimento final. Aliás, poder extrair uma quantidade maior de sacarose favorecia, em certa medida, a cristalização no processo de produção do açúcar branco. Além de tudo, seu caule era mais fibroso e gerava duas vantagens e dois problemas: a primeira vantagem era ser

Paulista. São Paulo, v. 5, p. 131-170, 1997. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5351/6881>>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

³⁹⁰ A cana Taíti possuía entre 12cm e 15cm de circunferência.

mais resistente ao vento e intempéries; a segunda, a possibilidade de ser utilizada como combustível caso faltassem lenhas – obviamente, apenas o bagaço após a extração do valioso caldo. O primeiro problema encontra-se no processo de moagem, pois o caule fibroso demandava que os tambores da moenda fossem de ferro e não de madeira; isso aumentava seu custo e dificultava o acesso para todos, então muitos lavradores continuaram com a crioula³⁹¹. Já o segundo empecilho, percebido após anos de plantio e reiterado pelo barão de Paty do Alferes – que escreveu, em 1849, que a cana caiana se encontrava “degenerada”³⁹² –, consiste no fato de que ela é uma variedade “mais suscetível à gomose, doença bacteriana causada pela *Xanthomonas axonopodis* pv. *Vasculorum*, observada em relatos desde 1838 em canaviais desde o Sudeste até o Nordeste do Brasil”. Essa doença, de fácil transmissão, teria levado à morte das gramíneas contaminadas e à diminuição absoluta da produtividade³⁹³. Ainda assim, Werneck recomendava não substituir a caiana por outra variedade, pois esta era superior às demais, mas que “convinha importar novas mudas”³⁹⁴.

Se o aumento da produtividade por gramínea plantada já não fosse o suficiente, sua maior qualidade talvez se achasse no tempo maturação, de apenas 9 meses para a colheita em sua qualidade máxima de caldo. Em outras palavras, se plantadas ao mesmo tempo, a cana crioula estaria no pico de sua maturação quando a cana caiana já estivesse em sua segunda colheita, fazendo desta última até quatro vezes mais produtiva, logo, mais rentável que sua antecessora³⁹⁵.

Diferentemente do arado e da adubação, a cana caiana teria sido facilmente aceita pelos senhores de engenho e implantada na Bahia e Rio de Janeiro entre 1810 e 1820³⁹⁶. De acordo com Petrone, a cana caiana foi introduzida em período similar na capitania de São Paulo, “vinda de Cuiabá ou de Goiás e plantada numa fazenda de Jundiá disseminando-se a partir daí”³⁹⁷. O viajante Luís D’Alincourt, em sua passagem por Campinas em 1818,

³⁹¹ “Como dissemos, a cana taiti já era conhecida em Cuba desde 1780, aproximadamente, mas não era utilizada porque os trapiches de madeira extraíam pouco suco de seu colmo grosso e fibroso. Quando se aumentava a pressão dos rolos, era comum que os eixos ou suas pontas se quebrasse, acarretando a paralisação do trapiche”. Cf.: MORENO FRAGINALS, 1987, p. 226.

³⁹² WERNECK, 1878, p. 57-58

³⁹³ RODRIGUES, Gelze S. de S. C.; ROSS, Jurandyr L. S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia: EDUFU, 2020, p. 51.

³⁹⁴ WERNECK, 1878, p. 57-58.

³⁹⁵ CANABRAVA, 1971, p. 102; MORENO FRAGINALS, 1987, p. 223-226; PETRONE, 1968, p. 88-90; SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 349-350.

³⁹⁶ PETRONE, 1968, p. 88; BARICKMAN, 2003, p. 282. Stuart Schwartz afirmou que a adoção da cana caiana teria sido lenta na Bahia; entretanto, Barickman discorda desse ponto, concluindo que o documento utilizado por Schwartz não se refere a nenhuma lentidão ou rapidez na implantação da cana caiana. Ver a nota 28: BARICKMAN, 2003, p. 386.

³⁹⁷ PETRONE, 1968, p. 88.

percebera as duas variedades sendo cultivadas, concluindo que o “terreno é próprio, tanto para a cana miúda, como para a de caiena; contudo fazem mais uso desta última”³⁹⁸, sendo possível inferir que poderia ser vantajoso ao lavrador ter em sua propriedade duas gramíneas com maturações distintas. Na documentação utilizada, inventários e listas nominativas, não houve nenhuma menção ao tipo de cana plantada nas lavouras campineiras, apenas relatos sobre serem “canas novas” ou “canas maduras”, se referindo ao período de seu cultivo, mas não a sua variedade.

O período de plantação da gramínea era também regulado e planejado para cada clima específico; em São Paulo, era plantada entre novembro e abril, aproveitando as chuvas para seu cultivo³⁹⁹. Porém, poderia acabar se realizando em outro período do ano, a depender da variedade da gramínea, haja vista o período do plantio ser planejado a partir da expectativa da colheita, evitando-se ao máximo o período de chuvas – tendo em conta que a “cana não podia ser transportada debaixo de chuva, e assim o tempo chuvoso resultava em falta de cana e a ausência de moagem”⁴⁰⁰.

Paty do Alferes sugeriu que o corte deveria ser feito “entre maio ou junho, para acabar até setembro ou outubro, e antes que a cana tenha feito nova brotação e não se ache sem as qualidades sacarinas”⁴⁰¹, meses esses em que foram relatados, justamente, os menores índices pluviométricos de São Paulo⁴⁰² – possivelmente o mesmo fenômeno se repetia no Rio de Janeiro, de onde falava Werneck. Antonil informa que a primeira cana a ser colhida era a mais velha, aproveitando para realizar uma analogia, provavelmente, com a alta mortalidade existente nessas sociedades agrícolas e, em especial, no Brasil, pois o corte da cana mais velha era, para ele, um “costume que não guarda a morte, cuja foice corta indiferentemente moços e velhos”⁴⁰³. O autor indica ainda que as canas novas só devem ser cortadas caso o senhor de engenho consiga a mão de obra necessária para tal atividade e que não sobrearregue as outras etapas de preparação do doce⁴⁰⁴. O procedimento de colheita da cana-de-açúcar era complexo e exigia uma visão completa do processo, pois deveria estar diretamente conectado ao passo a seguinte: a moagem.

³⁹⁸ D’ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006, p. 34.

³⁹⁹ PETRONE, 1968, p. 90.

⁴⁰⁰ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 98.

⁴⁰¹ WERNECK, 1878, p. 58-59.

⁴⁰² ARAKI, Ricardo. **A história do clima de São Paulo**. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 51–62. Disponível em <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286914/1/Araki_Ricardo_D.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

⁴⁰³ ANTONIL, 1837, p. 53.

⁴⁰⁴ ANTONIL, 1837, p. 53-54.

Como destacou o viajante John Mawe, que visitou a capitania São Paulo no início do século XIX, um engenho de açúcar compreendia tanto a parte agrícola da plantação e da colheita da gramínea quanto seu quinhão fabril – como era a lógica de estrutura de todo engenho desde, pelo menos, o século XVI⁴⁰⁵. Até o momento, percorreu-se a historiografia e a documentação para deslindar os meandros da plantação e da colheita da cana-de-açúcar, sendo importante continuar agora com discussão acerca de seu espaço de manufatura, a próxima etapa de preparação do doce. Após o corte e a reunião da gramínea em feixes de 12 canas cada, se realizava seu transporte, comumente em carros ou em pequenos barcos, até seu eixo de manufatura para seu processo bioquímico, sendo este composto, em geral, de casas de moenda, das caldeiras e de purgar. No Brasil, as duas primeiras etapas se localizam, comumente, em uma mesma edificação, enquanto a casa de purgar ficava num espaço à parte; porém, Barickman chama a atenção para o número crescente de engenhos com todas as atividades sob um grande teto, como parece ter sido mais comum em fins do século XVIII na Bahia, chamada na documentação de “casa de engenho” – mas construções que ainda permaneciam próximas entre si⁴⁰⁶.

Além da reunião das atividades da manufatura, foi comum na composição dos engenhos a proximidade física do espaço de feitura do açúcar em relação às senzalas dos cativos, à estalagem dos animais, aos edifícios de armazenamento dos gêneros e, sobretudo, à sede da fazenda – a residência senhorial. Em pintura feita por Henrique Manzo (figura II.2), uma releitura do desenho realizado pelo artista e inventor Hercule Florence, em 1839⁴⁰⁷, destaca-se o conjunto açucareiro do engenho do Chapadão, localizado em Campinas. Essa propriedade foi erigida pelo Sargento-mor Joaquim José Teixeira Nogueira, morto em 1832, e sob a posse, na época que Florence a visitou, de seu filho Luciano Teixeira Nogueira⁴⁰⁸, ambos grandes senhores de engenho, haja vista que Joaquim José possuía 65 cativos em 1829, produzindo 39,2 toneladas de açúcar e 550 litros de aguardente⁴⁰⁹ – valores acima da média da vila.

⁴⁰⁵ MAWE, John. **Viagem ao Interior do Brasil**. Principalmente ao Districto do Ouro e dos Diamantes. Trad. Salena B. Viana. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

⁴⁰⁶ BARICKMAN, 2003, p. 283.

⁴⁰⁷ Para um estudo sobre a série de desenhos e aquarelas de Florence, ver: MARQUESE, Rafael de B. Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-51, 2016.

⁴⁰⁸ Para mais pontuações sobre a trajetória da família Teixeira Nogueira, ver: RIBEIRO, Maria A. R. Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 45 n. 3, São Paulo, p. 527-565, 2015a. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ee/v45n3/0101-4161-ee-45-03-0527.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

⁴⁰⁹ APESP, LNH, Campinas, 1829.

Figura II.2 – Engenho Chapadão (Campinas, 1840)



Nota:

a. Pintura de Henrique Manzo (1896–1982), nomeada “Fazenda em Campinas, 1840”. O autor fez uma releitura do rascunho não finalizado de Hercule Florence (1804-1879), “Sítio do Chapadão – São Carlos, 1839”. A obra de Florence pode ser encontrada no anexo 3 da presente pesquisa.

Fonte: MUSEU PAULISTA. Fazenda em Campinas, 1840. S/d. Óleo sobre tela, 74,6 x 109cm. Coleção Fundo Museu Paulista – FMP. Fotografia: José Rosael e Hélio Nobre. In: **Museu Paulista da Universidade de São Paulo.**

A pintura se organiza a partir das edificações que compõem a sede do engenho, articuladas ao redor da casa de vivenda assobradada que se encontra em destaque em tamanho e em centralidade na pintura, já bastante diferente das casas bandeirantistas que dominavam a região⁴¹⁰. À direita da imagem e acoplada à casa-grande estão as senzalas em L, configuração de moradia dos cativos bastante frequente nas *plantations* brasileiras⁴¹¹. É possível imaginar que a primeira edificação ao lado da casa, a qual se diferencia pela cor das seguintes, seja um espaço de armazenar mantimentos ou mesmo o açúcar. Essa proximidade entre as edificações, além de estarem todas voltadas para a fachada da morada senhorial, aponta para a possibilidade de supervisionar a manufatura do açúcar por parte de seu proprietário e, não somente isso, igualmente permite o controle da mão de obra escravizada⁴¹².

Por fim, em relação à figura II.2, é importante ressaltar que a sede do engenho está circundada por uma paisagem que o autor fez questão de mostrar bastante alterada. Se à esquerda é avistada um pequeno pomar (conectado à casa de vivenda), ao fundo se destacam árvores queimadas e totalmente desfolhadas pela técnica da coivara e, mais à direita, alguns pés de café entrelaçadas pelas mesmas árvores⁴¹³. Nos extremos da imagem, à direita e à esquerda, há o indicativo de dois canaviais, também com árvores ao meio. A pintura parece flagrar o momento de transição da cana-de-açúcar, principal motor dessa *plantation* escravista, para os cafezais. Os pés de café estão mais distantes da casa-grande, sugerindo a intensa devastação da área circundante e o consequente esgotamento do solo ao longo do processo de montagem e expansão deste engenho, que existia desde o fim do século XVIII, sendo necessário se deslocar cada vez mais atrás de terras de qualidade. Rafael Marquese argumentou que esse tipo de retrato do avanço da lavoura escravista sobre a paisagem foi recorrente nas obras de

⁴¹⁰ Sobre as mudanças arquitetônicas nas casas de vivenda paulistas, ver: BENINCASA, Vladimir. Cap. 1, São Paulo antes da cafeicultura. In: **Fazendas paulistas**: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. Tese (Doutorado), Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/pt-br.php>>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

⁴¹¹ MARQUESE, Rafael de B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, v. 13, n. 2, São Paulo, p. 165-188, 2005. Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a06v13n2.pdf>>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

⁴¹² Para estudos sobre a arquitetura das *plantations* escravistas americanas, ver: MARQUESE, Rafael de B. Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. **Anais Museu Paul**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-58, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5435/6965>>. Acesso em: 30 de set. de 2020; MARQUESE, Rafael de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

⁴¹³ Reitera-se que a pintura se trata de uma das muitas releituras feitas por Henrique Manzo a pedido de Afonso d'Escragnolle Taunay para serem a contraparte visual em suas obras sobre o café. Talvez por isso Manzo tenha inserido os pés de café ao fundo das senzalas, sem que o rascunho de Florence faça clara referência a essa plantação. Agradeço pelos comentários esclarecedores de Rafael Marquese sobre o assunto.

Hercule Florence⁴¹⁴, e percebe-se na presente pintura que tais estratégias foram seguidas à risca por Henrique Manzo.

Muito próximo às senzalas e de maneira quase frontal à casa-grande, se encontra, de fato, o “engenho de açúcar” (figura II.2). Formado por uma série de coberturas contíguas e feitas, aparentemente, com telhas de barro, o espaço devia abrigar os processos de moagem, cozimento e purga da cana-de-açúcar. Nas construções diretamente ligadas às chamas, a telha de barro se faz necessária, já que as fornalhas podem soltar fagulhas pela chaminé, ocasionando um alto risco de queimar, caso o telhado fosse de palha. Na pintura, observando ainda este edifício, a chaminé emanando fumaça assinala um duplo cenário: desvenda ao observador o local onde era realizado o processo de fabricação do doce e particulariza ser aquele um período de safra e intenso trabalho na colheita e na manufatura, o que pode ter levado à ausência dos cativos no espaço aberto. Também fica sugerido que se está na fase de colheita e produção pelos vários carros de bois e cercas próximos a esses edifícios. Essa mesma organização espacial foi representada em diversas pinturas sobre engenhos no Brasil, bem como encontrada em outras obras de Hercule Florence sobre as propriedades campineiras⁴¹⁵.

Petrone encontrou um raro documento sobre a história dos engenhos: o contrato de construção do espaço fabril de um engenho paulista, mais especificamente, em Campinas⁴¹⁶. O acordo foi estabelecido em 3 de junho de 1815 entre o carpinteiro Felizardo José Rodrigues e o português Custódio Manuel Álvares. Este último, então capitão de ordenanças de Campinas, foi descrito nas listas nominativas enquanto lavrador de alimentos⁴¹⁷. A autora definiu, a partir do contrato, as medidas das instalações a serem construídas por Felizardo:

Seria formado de seis partes distintas. Em primeiro há a casa do engenho de 16,50m por 9,68m; têm duas porteiras de duas folhas e um baldrame com parapeito de madeira lavrada. Há depois uma parte formada por seis lanços, um de 6,60m por 9,68m e os mais de 4,84m por 9,68m. Outra parte é formada por um corredor de comprimento dos lanços com, mais ou menos, 4,84m de largura. O puxado para cobres tem 4,40m por 6,60m. O tendal tem o comprimento dos cinco lanços é assoalhado com tábuas furadas para as fôrmas de barro. Finalmente, existe um sobradinho, de 4,40m por 2,64m, com uma porta e escada de tábuas para o engenho e duas escadas, também de tábuas para o tendal⁴¹⁸.

O contrato permite buscar as dimensões das partes internas do setor fabril do engenho⁴¹⁹. Destaca-se que toda a construção envolvendo madeiras seria de responsabilidade

⁴¹⁴ MARQUESE, 2016, p. 16-30. Ver, em especial, o item chamado “Florence e a paisagem açucareira e cafeeira do Oeste paulista”.

⁴¹⁵ MARQUESE, 2016, p. 40-51.

⁴¹⁶ PETRONE, 1968, p. 229

⁴¹⁷ APESP, LNH, Campinas, 1812-1813.

⁴¹⁸ PETRONE, 1968, p. 99.

⁴¹⁹ Se, por um lado, o contrato de construção do engenho possibilita uma discussão em que são raras as documentações, por outro, é necessário evitar qualquer tipo de generalização a partir deste caso.

do mesmo sujeito, desde as paredes até a moenda, ou seja, todas as necessidades dessa etapa da produção⁴²⁰. O engenho pretendido por Custódio parece ter sido aquele em que todas as etapas da manufatura seriam realizadas no mesmo espaço. As medidas descritas apontam para instalações amplas, sobretudo o setor da moagem, que teria 16,5 m por 9,68 m – chamado pelo autor do contrato de casa do engenho.

Apesar de o processo de produção do açúcar se iniciar, em qualquer engenho, no intensivo cuidado com a terra, era sua seção fabril que determinava o ritmo de funcionamento de todo o sistema e equilíbrio de escala produtiva entre as etapas era fundamental. Quando a cana já estava madura, então, os “engenhos operavam por um período de 270 a 300 dias por ano, embora com interrupções para eventos religiosos, reparos e falta de cana ou lenha, esse número pudesse ser reduzido em cerca de um terço”⁴²¹. Aqueles que administravam os cativos e o ritmo de funcionamento dos engenhos precisavam avaliar continuamente os estágios produtivos em harmonia, “pois etapas do processo de produção se relacionam tecnicamente, o que regula em certa medida o ritmo de trabalho”⁴²². Em outras palavras, mesmo que os edifícios e maquinários, conforme indicou John Mawe para São Paulo, pudessem ser construídos e instalados após a plantação inicial da cana-de-açúcar (levando em conta o longo período de maturação da gramínea)⁴²³, a própria “quantidade de cana a ser plantada era determinada pela capacidade de produção do engenho, que, por sua vez, obedecia à relação entre capacidade de esmagamento das moendas, de processamento do caldo no terno das caldeiras e de purificação dos pães de açúcar na casa de purgar”⁴²⁴. Além dessa limitação, deve-se considerar outra relativa à colheita: tendo como hipótese o funcionamento dos engenhos durante as 24 horas do dia, eram necessários dois turnos de trabalho na manufatura. Dessa forma, como a colheita não podia ser feita à noite, seria necessário colher o suficiente durante o dia para o engenho operar no turno da noite, sem que houvesse diminuição no ritmo nas outras etapas.

A parada final para os carros de boi após a colheita costumava ser a casa da moenda, a qual o próprio nome já adianta o principal componente do edifício, tendo como função primordial espremer as canas para lhe retirar o caldo. O início da etapa fabril do açúcar deveria ocorrer rapidamente após a colheita; Vera Ferlini, trazendo à baila as afirmações de Antonil,

⁴²⁰ Ver o contrato completo em: PETRONE, 1968, p. 229.

⁴²¹ SCHWARTZ, 2005, p. 97. Tradução realizada pelo autor do presente trabalho. Original: “The *engenhos* operated over a period of 270-300 days a year although with stoppages for religious observance, repairs, and shortages of cane or firewood, that figure could be reduced by about one-third”.

⁴²² CASTRO, 1976, p. 6.

⁴²³ MAWE, 1944.

⁴²⁴ MARQUESE, 2006, p. 18.

argumentou que a cana deveria ser moída, no máximo, em 24 horas⁴²⁵; já Barickman acredita que esse período não poderia ultrapassar as 48 horas⁴²⁶. Apesar de ser uma diferença considerável, é possível imaginar que, a depender da variedade da gramínea, bem como do solo, o tempo pudesse ser distinto; e mesmo na possibilidade de estender a dois dias, o prazo ainda era curto e quanto maior o intervalo, menor a quantidade de sacarose extraída – acarretando grandes perdas no produto final. Parece ter sido o caso do senhor de engenho campineiro, alferes José Antônio do Amaral, que possuía engenho desde pelo menos o ano de 1793, mas em 1801 nada declarou de açúcar, pois “principiou tarde e não sabe quanto fora”⁴²⁷ – provavelmente com o açúcar ainda nas etapas iniciais do fabrico.

Ferlini ainda definiu a moenda como um espaço de “fome incessante” e que ali era estabelecido o ritmo das próximas etapas da produção do açúcar. Para isso, além de um ritmo ininterrupto de trabalho, a qualidade da extração deveria ser garantida pelo equipamento, haja vista que a necessidade de a gramínea repassar algumas vezes os cilindros da moenda causaria atrasos na produção⁴²⁸. Após esse processo, normalmente o “caldo extraído caía numa grande gamela sob a moenda e dali corria por uma bica de madeira até um parol na casa das caldeiras, um cômodo contíguo à casa da moenda”⁴²⁹.

Essa importante etapa do beneficiamento definia, inclusive, o tipo de propriedade em alguns complexos açucareiros do Caribe, como Cuba. As propriedades que dispusessem de moendas movidas a tração animal, comumente bois, eram chamadas de *trapiche*, enquanto as que possuíam moendas hidráulicas, que utilizavam a água como energia principal, eram nomeadas de *ingenios*. Na historiografia sobre o Brasil, enquanto as propriedades movidas a tração animal eram as engenhocas, aquelas movidas a água eram os engenhos reais. Existe um debate entre os historiadores acerca da produtividade das diferentes moendas. Seria a matriz hidráulica capaz de extrair a garapa da cana de maneira mais rápida e eficaz que sua contraparte animal? Segundo David Watts, Michel Craton e James Walvin, sim e consideravelmente. Estes dois últimos autores afirmam que, ainda em meados do século XVIII, o potencial da produção açucareira jamaicana foi acrescida após a constante substituição da moenda de bois pela hidráulica⁴³⁰. Watts afirma, a partir de um conjunto de evidências quantitativas, que o engenho

⁴²⁵ FERLINI, 2003, p. 338 ; ANTONIL, 1837, p. 23.

⁴²⁶ BARICKMAN, 2003, p. 285.

⁴²⁷ APESP, LNH, Campinas, 1801.

⁴²⁸ FERLINI, 2003, p. 11-16

⁴²⁹ BARICKMAN, 2003, p. 289.

⁴³⁰ CRATON, Michael; WALVIN, James. **A Jamaican Plantation: The History of Worthy Park, 1670-1970**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.3138/j.ctt1vgw7t0>>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

movido por força animal rendia apenas 1/3 da capacidade de outro com energia hidráulica, que teria:

[...] um maior grau de eficácia no processo de moagem, advindo da maior energia, velocidade e independência produtiva, visto que é possível dispensar o cuidado e a reposição da força animal; ademais, a suposta economia de não ter que adquirir gado, nem destinar escravos para seu cuidado⁴³¹.

Por outro lado, Ward Barrett acredita que a maior produtividade era oposta: justamente por moer cana com maior pressão e fazê-lo num processo mais lento, a moenda com tração animal conseguia extrair uma maior porcentagem da garapa – principalmente ao realizar a segunda ou até terceira trituração da cana⁴³². Stuart Schwartz, Sidney Mintz, Moreno Fraginals e Mercedes García Rodríguez, por sua vez, afirmam que a eficiência entre os tipos de moenda ainda precisa ser mais bem avaliada e que os pesquisadores devem evitar generalizações, haja vista a heterogeneidade da composição tecnológica dos complexos açucareiros estudados e a insuficiência na documentação acerca das especificidades das moendas.

Para a realidade paulista, Petrone percebeu uma predominância das moendas com tração animal. O gado, inclusive, era muito presente nos engenhos para diversas finalidades, especialmente para transporte da cana, avalia a historiadora. A escolha de qual seria a matriz energética para a moenda, contudo, não estava condicionada apenas à sua maior ou menor produtividade e, sim, a dois outros fenômenos: a disposição de rios ou córregos próximos à sede da fazenda e o acesso à capital. Isso porque fora consenso entre os pesquisadores que o custo inicial para a montagem do sistema de moagem por água era consideravelmente superior, porque demandava desvios no solo para levar a água até a fazenda, além do encanamento e outras instalações custosas e trabalhosas⁴³³. Por outro lado, a manutenção da moenda movida por animais poderia se tornar mais custosa com o tempo, já que era necessário manter o número ideal de bois, a fim de não interromper essa etapa fundamental da manufatura açucareira.

É rara a documentação sobre os tipos de moenda dos engenhos campineiros. Em 1818, o viajante D’Alincourt escreveu que, dentre os 60 engenhos de Campinas, 15 eram movidos por água e 45 por tração animal. Nos 14 inventários que envolviam senhores de engenho, entre 1795 e 1818, apenas 7 definiam o caráter da moenda: 5 eram de bois e 2 de água. Dessa forma, existiu a tendência de composição dos engenhos movidos a tração na montagem do

⁴³¹ WATTS, David. **The West indias**: Paterns of Development, Cultura and Enviromental Change, Since 1492. Cambridge, 1990 apud GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 182.

⁴³² BARRETT, Ward. Caribbean sugar production standards in the seventeenth and eighteenth centuries. In: PARKER, J. **Merchants and Scholars**. Minnesota, 1967 apud GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 183.

⁴³³ PETRONE, 1968, p. 95

complexo açucareiro campineiro. Ao investigar se haveria nesses engenhos uma diferença considerável na produtividade, e após buscar esses indivíduos nas listas nominativas, pareceu existir, em um primeiro momento, uma relação clara entre a produção e a fonte energética do engenho: aqueles dois que possuíam uma moenda movida a água produziram mais toneladas de açúcar anualmente. Contudo, ao levar em consideração as escravarias, é notório que os mesmos dois indivíduos sob a posse de engenhos de água também possuíam as maiores escravarias. Além do mais, o engenho de bois pertencente a Albano de Almeida Lima produziu 12,7 t em 1805, sob a posse de 20 cativos; enquanto o engenho movido a água do Tenente Francisco de Paula Camargo produziu 18,4 t, mas com uma escravaria de 33 indivíduos. Ora, a comparação efetuada demonstra que não era apenas a capacidade produtiva da moenda ou a área de cana disponível que possibilitava maior produtividade do engenho, mas a mão de obra disponível para o trabalho. Existiu, portanto, uma conexão entre a maior disponibilidade de escravizados e o tipo de moenda, ou seja, aqueles que dispunham de maior cabedal para construir um “engenho real” foram os mesmos que puderam comprar mais cativos. Isso posto, apesar de ser notória a predominância dos engenhos movidos a bois em Campinas, esse fenômeno não ocorreu em razão da privação no acesso a rios e córregos em suas terras, mas, sim, pelo acesso ao capital necessário para o custoso processo de instalação de uma moenda hidráulica⁴³⁴.

Com a mesma celeridade do processo anterior, o caldo extraído necessitava ser retirado da moenda e levado até a casa das caldeiras. Isso porque corria-se o risco, com uma eventual demora, de ele fermentar e impossibilitar o continuar do processo açucareiro, de forma que, no máximo seria feita a aguardente, um subproduto que também era feito, normalmente menos lucrativo⁴³⁵. Mercedes García Rodríguez retrata a casa de caldeiras cubanas como o mais árduo e complexo segmento da manufatura açucareira⁴³⁶, visão que subscreve a descrição de André João Antonil para o Brasil, haja vista que ele narrou esse espaço enquanto um dos ápices da exploração do escravizado. A etapa por ele chamada de “fornalhas” se assemelhava a “bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpetuo, e viva imagem dos vulcões, vesúvios, etnas, e quase disse do purgatório ou do inferno”⁴³⁷.

Nessa etapa, seria possível colocar em risco toda a safra, pois a “elaboração dos açúcares dependia, em grande medida, de alcançar o ponto exato do caldo até que se transformasse em

⁴³⁴ O mapa completo, disponível no “Anexo 4 – Mapa do Município de Campinas, 1929” evidencia que a região de Campinas era banhada por uma série de córregos e rios.

⁴³⁵ BARICKMAN, 2003, p. 285-285.

⁴³⁶ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 170.

⁴³⁷ ANTONIL, 1837, p. 69.

melado”⁴³⁸. Processava-se nessa etapa toda a operação de purificação e cozimento do caldo, condicionada por três instrumentos fundamentais: a fornalha, os tachos e as fôrmas. Foi a fornalha que despontou como a grande consumidora de combustível do engenho, seja a lenha ou o bagaço da cana – mesmo essa última alternativa pouca utilizada no Brasil. Assim, elas emanavam chamas que não poderiam cessar durante o processo de manufatura

Os tachos, também chamados de tachas, se destacavam por serem os instrumentos que iam diretamente ao fogo e realizavam o principal processo da transformação para o açúcar. Eles eram usualmente feitos de cobre, material razoavelmente caro e que por vezes precisava de reparos, encarecendo ainda mais o utensílio⁴³⁹. Por conter o caldo da cana em cozimento (mexido no momento e ritmo corretos com as escumadeiras), requeria atenção irrestrita do mestre de açúcar, “o qual preside a toda a obra: e corre por sua conta julgar se o caldo está já limpo, o açúcar cozido e batido”⁴⁴⁰. Ele era ator indispensável nessa etapa, já que deveria garantir o tempo de cozimento preciso após horas no fogo, a fim de evitar a oxidação do melado e garantir seu ponto exato, mantendo vigilância constante ao fogo para que não se apagasse ou diminuísse, além de coordenar o trabalho de todos os cativos envolvidos, os quais deveriam resistir a altas temperaturas no edifício. O mestre de açúcar era aquele que deveria realizar o comando de toda a manufatura com a finalidade de controlar a qualidade do produto final:

O trabalho na casa das caldeiras, que durava o dia inteiro e entrava pela noite, exigia habilidade, destreza e resistência. Os escravos que cuidavam dos cobres, ao mesmo tempo que mexiam o caldo e retiravam suas impurezas, tinham de vigiá-lo cuidadosamente para impedir que queimasse. Todo o seu trabalho seria inútil se, no fim do processo, o mestre-de-açúcar não conseguisse o “ponto” no momento certo; nesse caso, todo um lote de açúcar se perderia. Tudo isso se passava em meio ao calor, à fumaça e ao vapor, o que, como Koster observou, aumentava enormemente a violência do esforço.⁴⁴¹

Por fim, após a etapa das caldeiras, o melado resultante, agora consistente, sem impurezas e com cristais de açúcar, era despejado nas fôrmas, também chamadas de “pães de açúcar”, para secar e endurecer; segundo Antonil, guardavam “semelhança com os sinos”⁴⁴², no caso, invertidos. Em São Paulo, o governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça

⁴³⁸ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 170. Tradução realizada pelo autor do presente trabalho. Original: “Por entonces, en las casas de calderas era donde se ganaba o se perdía una zafra, pues la elaboración de azúcares dependía, en gran medida, de que se lograra el punto exacto de los caldos hasta convertirse en melado”.

⁴³⁹ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 109-110.

⁴⁴⁰ ANTONIL, 1837, p. 75.

⁴⁴¹ BARICKMAN, 2003, p. 284.

⁴⁴² ANTONIL, 1837, p.

afirmou, em sua memória de 1799, que, apesar de serem constituídas, em sua maioria, de barro, ainda se produziavam algumas de madeira na capitania paulista⁴⁴³.

Após a secagem e conseqüente retirada do açúcar das fôrmas, já seria considerado o produto pronto; porém, diferentemente das Antilhas inglesas, no Brasil não se fabricava exclusivamente o açúcar bruto, mas também o açúcar branco⁴⁴⁴. Conforme a descrição dos pesquisadores sobre os complexos açucareiros coloniais e a própria análise dos engenhos campineiros, é possível identificar que no Brasil produzia-se açúcar além do tipo branco, mas era esse o principal produto ambicionado pelos engenhos, provavelmente porque dispunha do melhor preço nos mercados internacionais.

Para realizar o embranquecimento do artigo, ele passava pelo estágio chamado purga. Os pães de açúcar possuíam um furo em sua base, a qual era coberta por folhas de bananeira, e ficavam suspensos em uma estrutura de madeira chamada tendal ou estendal. Sua quantidade no engenho também afunilava a produção; se não houvesse fôrmas suficientes, a produção teria que parar. Barickman sintetiza o ciclo da purga:

Depois de cerca de duas semanas, escravos, geralmente mulheres, cobriam a face aberta das fôrmas com argila úmida e derramavam água por cima. À medida que penetrava pela fôrma, a água, junto com a argila, deslocava o melado e as impurezas, que escoavam por um furo destampado no fundo da fôrma. Em duas semanas, o processo produzia um cone invertido que tinha açúcar branco na parte de cima e açúcar mascavo, de cor castanha, no fundo. Quando esse cone, ou pão de açúcar, era retirado da fôrma, uma faca facilmente separava o açúcar branco do mascavo. Após ser batido com um martelo, o açúcar estava pronto para ser pesado e encaixotado⁴⁴⁵.

Durante esse processo é que se definiam os diferentes tipos do açúcar, medidos pela intensidade de sua purga. Como descreveu Barickman, o produto seria separado entre branco e mascavo após um corte. Porém, no mais das vezes, o branco seria dividido em mais um tipo, denominado redondo, sendo localizado entre o mascavo (inferior da fôrma) e o branco (superior da fôrma). Essas três qualidades diferentes da purga eram fundamentais para o processo de montagem do complexo açucareiro campineiro devido às enormes diferenças nos preços pagos, chegando a mais de 60% entre o branco e o mascavo. Isto é, caso um mestre de açúcar cometa algum erro nessa etapa e, porventura, diminua o percentual de açúcar branco e redondo ao final, pode gerar danos graves à receita do engenho naquele determinado ano.

Petrone lança a hipótese de que parte da má qualidade do açúcar paulista poderia ser resultado da má fé de senhores de engenho que, por terem vendido seus açúcares antes da sua

⁴⁴³ Memória sobre a comunicação da Villa de Santos com a cidade de S. Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, p. 120-121.

⁴⁴⁴ MARQUESE, 2006, p. 18-19.

⁴⁴⁵ BARICKMAN, 2003, p. 284.

fabricação de fato, não realizariam o processo de purga adequadamente em vista de acelerar o processo e aumentar sua capacidade produtiva. A despeito de existir a possibilidade de que o lavradores de São Paulo tivessem que agilizar o processo manufatureiro devido à ausência de numerosos instrumentos e, com isso, conseguissem abreviar a etapa mais demorada, a purga, – principalmente aqueles com pequeno número de cativos e um menor acesso a capital para montar uma ampla propriedade, é escassa a documentação que discute o assunto e, nas fontes utilizadas na presente pesquisa, foi comum encontrar grandes quantidades de açúcar branco em comparação aos demais⁴⁴⁶.

Soma-se a isso o fato de ter sido comum encontrar nas listas nominativas de Campinas engenhos que não tiveram seu açúcar contabilizado, pois este ainda “encontrava-se nas fôrmas”; foi o caso do partidista de cana Joaquim Antônio de Arruda, que, em 1800, foi recenseado tendo produzido 730 kg de açúcar branco, 427 kg do redondo e 58 kg do mascavo, além de 16 litros de aguardente e, mesmo assim, ainda foi retratado sob a posse de 295 kg açúcar nas fôrmas⁴⁴⁷. A hipótese mais sólida, também trazida à luz por Petrone, é a de que a combinação entre a falta do *saber* agrícola ligado ao açúcar por parte dos senhores de engenho, e as grandes distâncias percorridas pelo produto das principais *plantations* paulistas (presentes no Quadrilátero do Açúcar) até o porto de Santos, tenha ocasionado a perda de qualidade do açúcar.

Todos os processos descritos até aqui eram feitos de maneira encadeada, sequencial e, por vezes, simultânea. As chamas das caldeiras, que consumiam imensas quantidades de combustível, se fossem apagadas causariam prejuízo, ou ainda se funcionassem sem caldo de cana para cozinhar. Dependia, para tanto, de uma colheita frutífera e uma moagem incessante e eficiente, tarefas que, combinadas, necessitavam permanentemente de trabalhadores, haja vista que o engenho funcionava em tempo integral no período de safra e que qualquer hiato causaria prejuízos.

Essa mão de obra foi composta, predominantemente, por escravizados; eles, cativos especialistas, eram encontrados desde a colheita até a purga em cada esfera produtiva do açúcar, ou seja, reitera-se que a escravidão não impediu nenhuma forma de trabalho especializado no engenho e “na verdade, em algumas propriedades os escravos realizavam

⁴⁴⁶ Possivelmente, o açúcar branco fora mais comum devido ao próprio formato do pão de açúcar. Esse, por sua vez, tinha uma forma que se assemelhava a um cone invertido. Sua parte superior, onde ficava o açúcar branco, era mais larga, pois abrigaria o açúcar que resultava em maior quantidade, o branco. Por conta disso, o branco era em maior volume, seguido pelo redondo e, depois, o mascavo. Isso posto, os conhecimentos técnicos implementados nessa fase da manufatura eram cruciais para se produzir o máximo de açúcar branco possível.

⁴⁴⁷ APESP, LNH, Campinas, 1800.

todas as tarefas⁴⁴⁸. Schwartz afirma que havia turnos entre os escravizados para não interromper a produção, mas ainda assim, por vezes, ela era paralisada para limpeza ou reparos. Evidentemente, o trabalho na colheita era realizado apenas durante a parte do dia iluminada pelo sol, mas a parte fabril era planejada para funcionar de maneira ininterrupta. Para isso, as propriedades que não possuíam cativos o bastante para a divisão do trabalho organizavam a safra de maneira que o mesmo trabalhador pudesse exercer a atividade de colheita e manufatura⁴⁴⁹.

Ainda que o Brasil tenha sido, na passagem do século XVI para o XVII, “um importante centro de inovação técnica na manufatura açucareira”⁴⁵⁰, essa não foi a realidade no século XVIII, quando houve uma estagnação técnica “de sua agromanufatura em relação à das Antilhas”⁴⁵¹. Até meados do século XIX, no Brasil, não foram vistos grandes avanços técnicos na etapa fabril do açúcar, sobretudo em relação à purga e à secagem, principalmente quando comparados às ocorridas no Caribe. Segundo Schwartz, senhores de engenho baianos “na década de 1790 produziram açúcar quase exatamente da mesma maneira que os da década de 1640”⁴⁵². As transformações na casa das caldeiras e na casa de purgar tiveram consideráveis alterações tecnológicas no Brasil apenas nos chamados “engenhos centrais”, subsidiados pelo governo e encontrados na segunda metade do século XIX⁴⁵³. Talvez tenha sido a moenda o processo que tenha apresentado, além de diversos processos, maiores modificações durante o período colonial.

Por fim, discutiu-se sobre as diferenças das forças motrizes das moendas, que podem ser visualizadas nas pinturas de Henry Koster (figura II.3) e Hercule Florence (figura II.4), nas quais se encontram duas moendas, sendo, respectivamente, uma movida a água e outra, a bois. A comparação entre as imagens oportuniza a identificação das principais mudanças na moenda. Koster era nascido em Lisboa e, possivelmente buscando uma cura para sua tuberculose, decidiu viajar para o Brasil, mais especificamente para Pernambuco, ano de

⁴⁴⁸ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 120-121.

⁴⁴⁹ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 97.

⁴⁵⁰ MARQUESE, 1997, p. 132.

⁴⁵¹ MARQUESE, 1997, p. 132.

⁴⁵² SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 118.

⁴⁵³ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977; MELO, José E. V. de. **O açúcar no café**. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11062010-110407/publico/JOSE_EVANDO_VIEIRA_DE_MELO.pdf>. Acesso em: 03 de out. de 2020.

1809 – permanecendo até 1815⁴⁵⁴. Ele também viajou durante sua estadia para uma série de localidades do nordeste colonial, realizando, além de pinturas, vários relatos de viagem que resultaram num livro⁴⁵⁵.

Figura II.3 – Moenda de cana-de-açúcar movida a água, 1816



Nota:

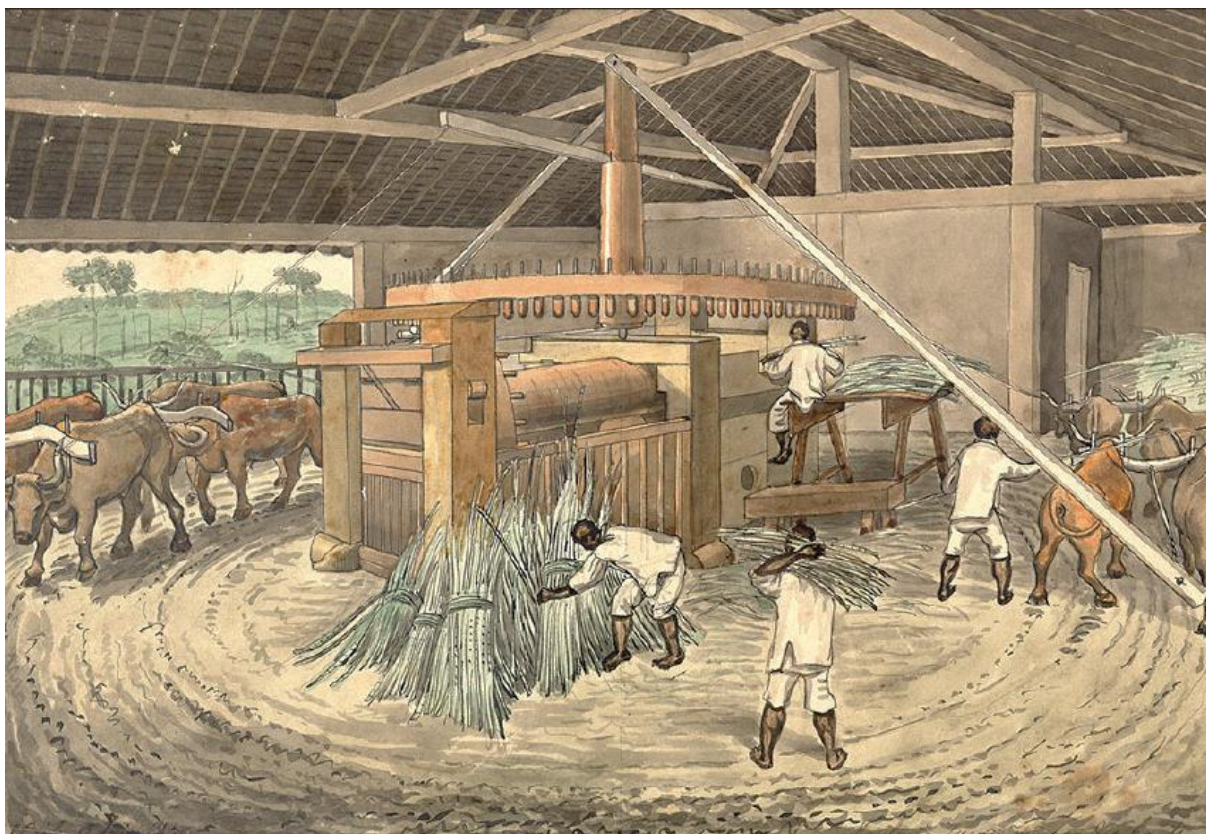
a. Essa pintura, de Henry Koster (1793-1820), parece ter sido inspirada na obra “Engenho em Pernambuco”, de Frans Post (1612-1680). Ver: POST, Frans. **Sugar mill in Pernambuco**. S/d. 50x74,5cm. In: Palácio Itamaraty. Brasília-Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra Projeto Cultural, 1993.

Fonte: KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

⁴⁵⁴ FILHO, Sérgio Willian de C. O. Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 168-183, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5548/3478>>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

⁴⁵⁵ MARSON, Izabel. A Imagens da condição feminina em ‘Travels In Brazil’ de Henry Koster. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 4, p. 219-242, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1769/1824>>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.

Figura II.4 – Moenda de cana-de-açúcar, engenho Cachoeira, Campinas, 1830



Fonte: FLORENCE, Hercule. **Engenho de cana – São Carlos**. 1840. Aquarela e nanquim sobre papel, 34,3 x 45,5 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo. In: RIBEIRO, Maria A. R.; NOGUEIRA, Lenita W. M. **Música no ar... Cachoeira, Santa Maria, Morro Alto e Saltinho**. Teixeira Vilela, Hercule Florence e Carlos Gomes, Campinas, século XIX. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Museu Paulista, v. 24, n. 2, p. 53-75, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/157565>>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

Na reprodução de uma moenda de cana (figura II.3), Koster centraliza o prédio da moenda e das fornalhas na imagem e dispõe em uma linha cinco cativos e duas cativas no trabalho, sendo que as fornalhas se assemelham mais a um prédio anexo da moenda. No engenho pernambucano retratado era utilizada a moenda de três rolos, os quais se encontravam posicionados na horizontal. Tal mecanismo teria sido um “divisor de águas para a atividade canavieira a partir do século XVII”⁴⁵⁶, isso porque, por possuir um rolo central (uma peça a mais que o modelo anterior de dois rolos), aumentava a capacidade de extração da sacarose e diminuía a chance de acidentes e da quantidade de mão de obra.

Durante o auge da produção açucareira em Cuba Oitocentista, um dos mais proeminentes senhores de engenho e políticos cubanos, Wenceslao de Villa-Urutia, afirmou que “os mestres de açúcar devem seus acertos às condições da terra e do tempo, mais do que

⁴⁵⁶ PIACENTE, Fabrício J.; RAMOS, Pedro. Os diferentes sistemas de extração de sacarose de cana-de-açúcar até a hegemonia das moendas com três cilindros. **Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Aracajú, p. 1-19, 2009. p. 15. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/fabricio-jose-piacente_pedro-ramos.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

seus aos seus próprios conhecimentos”⁴⁵⁷. Se, por um lado, Villa-Urrutia reitera a pouca preocupação de parte dos produtores cubanos com o avanço técnico, por outro, afirma que o enorme parque produtivo da ilha foi possível devido à qualidade da terra e ao acerto com as condições climáticas. Ainda sobre o parque açucareiro cubano, Mercedes García Rodríguez afirmava que parte da elite canavieira da ilha estava interessada, de fato, no avanço tecnológico e no uso de novos maquinários, mas que em “essência, a [capacidade de] produção continuava determinada primordialmente pela quantidade de trabalho humano empregado em cada dia de trabalho”⁴⁵⁸.

Parece ter sido esse também o caso de Campinas, um espaço que reunia condições agrícolas favoráveis ao desenvolvimento da cana. Como foi visto, se a montagem da lavoura canavieira paulista, bem como sua expansão, não pode ser associada diretamente a um amplo avanço técnico dos parques açucareiros na virada do século XVIII para o XIX, será discutida a trajetória produtiva do parque açucareiro de Campinas ao longo desta parte. Não menos importante, compreender essa montagem à luz da exploração extensiva da terra e à massiva compra de escravizados que deram fôlego para a instalação das *plantations* canavieiras

⁴⁵⁷ Villa Urrutia escrevia à Junta Agrícola e Comercial de Cuba sobre sua safra daquele ano, fazendo uma reflexão sobre o parque açucareiro da ilha. In: MORENO FRAGINALS, 1987, p. 222. O texto escrito por Vila Urrutia deve ser entendido enquanto um documento enviado para uma esfera superior de poder daquela sociedade.

⁴⁵⁸ RODRÍGUEZ, 2007, p. 190. Tradução do autor do presente trabalho. Original: “En esencia, la producción continuaba determinada primordialmente por la cantidad de trabajo humano empleado em cada jornada laboral”.

5 O mundo entre lavouras canavieiras: diferentes tipos de propriedades e de produtores na instalação do parque açucareiro de Campinas

Como foi visto no primeiro capítulo da presente pesquisa, foram diversas as origens dos indivíduos que migraram para o bairro que viria a ser a vila de Campinas, em busca de terras para se instalarem. Foram também diversos os perfis das propriedades canavieiras ali montadas, haja vista sua heterogeneidade quanto ao tamanho das terras, à posse da mão de obra e à forma de governo. No Caribe açucareiro, as *haciendas* e *plantaciones* conviveram e formaram a paisagem canavieira, sem necessariamente substituírem umas às outras⁴⁵⁹, no Brasil e, especialmente Campinas, existiram os engenhos e os partidos de cana, os quais também foram propriedades que conviveram nesse período. Sendo assim, os objetivos deste capítulo são: (i) investigar os tipos de propriedades que foram encontradas em Campinas, a fim de estabelecer suas similitudes e diferenças, e (ii) analisar as possíveis variações entre os tipos ao longo da montagem do complexo açucareiro à luz das paisagens social e agrária de Campinas entre 1790 e 1810.

A partir de sua estrutura, as propriedades canavieiras podem se divididas em dois grupos: aquelas que continham o eixo fabril (engenhos) e outras em que só se plantava e colhia a cana (partidos); Schwartz argumenta que, na Bahia setecentista, os engenhos ainda podiam ser pertencentes à Coroa, corporativos ou privados. Os primeiros teriam contado com financiamento da Coroa portuguesa⁴⁶⁰. Os segundos, corporativos, constituíam-se, comumente, sob a propriedade de alguma instituição, como a Companhia de Jesus, ao passo que os terceiros (privados), que representavam a maior parte dos engenhos, eram de particulares. Quanto ao complexo açucareiro campineiro, todos os engenhos pertenciam a particulares, ainda que não assegurada a posse da terra em todos os casos. Mas destacam-se diferenças cruciais entre as unidades ligados ao açúcar, especialmente entre os engenhos e os partidos de cana.

Conforme o gráfico II.1 evidencia, as propriedades canavieiras foram divididas em quatro grupos de análise: engenhos próprios, engenhos administrados, engenhos com sociedade e partidos de cana. Essa divisão foi pautada, por um lado, no padrão encontrado pelos historiadores em outros complexos açucareiros e, por outro, nas próprias informações disponibilizadas nas listas nominativas de Campinas. Decerto, a realidade econômica da lavoura canavieira foi ampla e é possível inferir que existiram mais formas de posse de

⁴⁵⁹ MERCEDEZ, 2007; MORENO FRAGINALS, 1987; MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric, R. *Haciendas y plantaciones en Mesoamérica y las Antillas*. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975, p. 493-531.

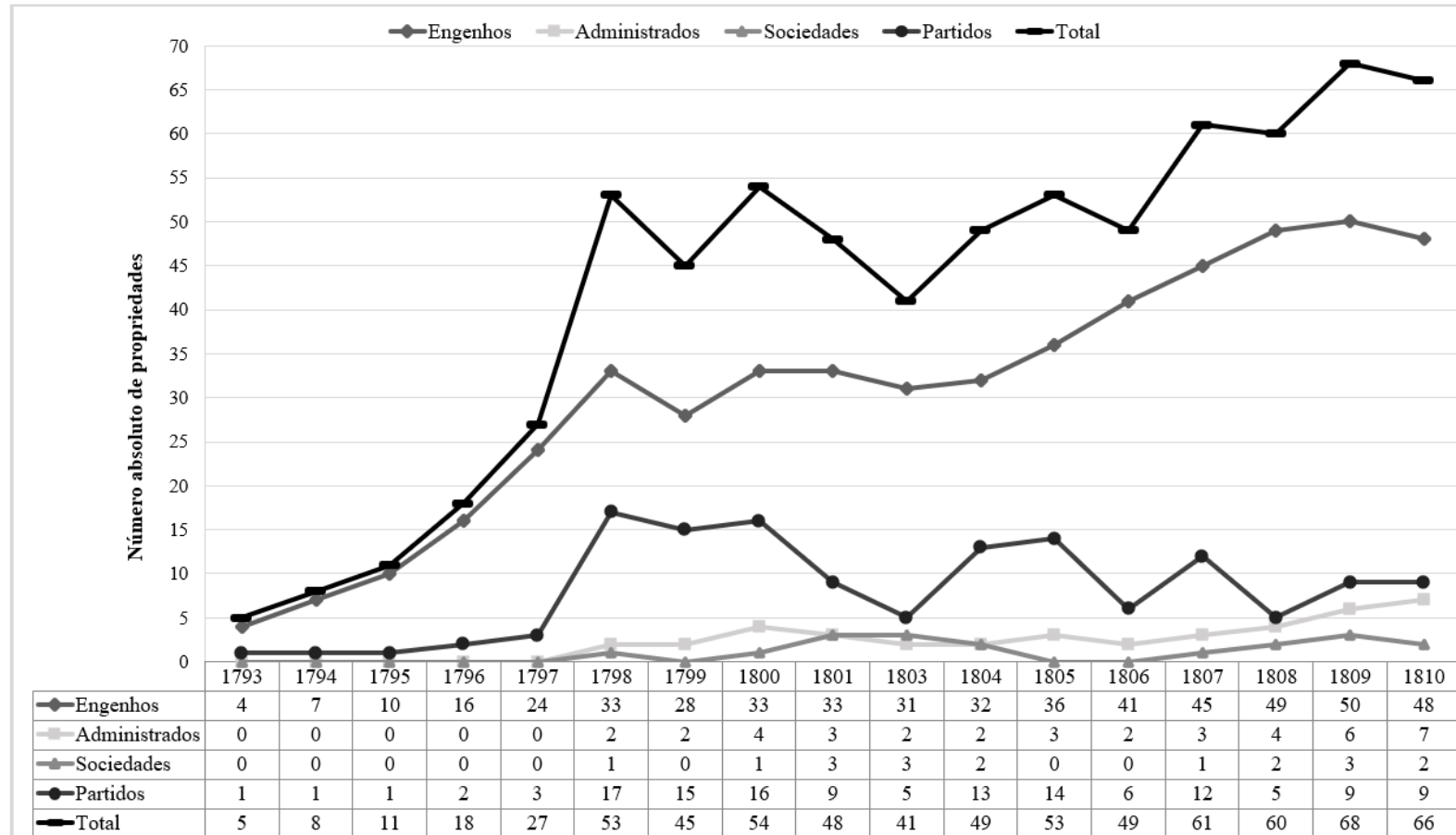
⁴⁶⁰ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 92-93.

engenhos; porém, foi a partir do estudo longitudinal realizado ao longo de todos os maços de população encontrados que se procurou evitar maiores distorções. Essa segmentação das propriedades norteará as análises deste capítulo.

É necessário reiterar um aspecto de caráter metodológico. No decorrer do processo de acompanhamento longitudinal das listas nominativas, várias informações, quando analisadas ano a ano, aparentam incongruências em sua continuidade. A exemplo, temos um dos engenhos do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, administrado por João de Barros Pedroso em 1798. Nos anos de 1803 e 1804, porém, Barros Pedroso aparece como chefe de um engenho de açúcar, ao passo que Luís Antônio aparece como absenteísta de somente um engenho – quando na lista anterior possuía duas unidades açucareiras. Quando foi realizada, então, a comparação entre as escravarias, percebeu-se que esse engenho não era pertencente a João de Barros, mas, sim, ao Brigadeiro. Logo em seguida, a partir de 1805, a mesma escravaria aparece como posse de um engenho do Brigadeiro, sob o comando de outro administrador⁴⁶¹. É possível, pois, que, durante esses dois anos, a propriedade tenha mudado de mãos? Sim, porém, improvável, considerando a tendência de que um engenho permaneça nas mesmas mãos até a morte de seu proprietário – padrão encontrado na própria Campinas aqui analisada. Ora, esse fator bastante característico de um documento censitário e declaratório alteraria o resultado encontrado da análise que se propusesse a discutir apenas duas listas; em vista disso, realizou-se o acompanhamento dessas propriedades e de suas escravarias, a fim de diminuir as eventuais distorções causadas pelo problema no levantamento populacional e das descrições das propriedades. Em outras palavras, esse engenho, apesar de não possuir uma referência direta ao Brigadeiro Luís Antônio nos anos de 1803 e 1804, foi considerado como de sua posse – mesmo fenômeno que ocorreu em outros casos.

⁴⁶¹ APESP, LNH, Campinas, 1798, 1803, 1804 e 1805.

Gráfico II.1 – Propriedades açucareiras de Campinas, 1790-1810



Notas

a. As listas de 1793 a 1797 não evidenciam os tipos de propriedades de cada fogo. A divisão entre engenhos e partidos foi criada com a utilização da LNH de 1798, pois, como são os mesmos sujeitos entre os anos, acredita-se que eles também mantiveram as mesmas propriedades.

Fonte: APESP, LNH, Jundiá, 1790-1796; APESP, LNH, Campinas, 1797-1810; APESP, AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798.

Observando o total de propriedades canavieiras campineiras (gráfico II.1), é possível observar três movimentos distintos entre 1793 e 1810. Em um primeiro momento, 1793 a 1799, ocorrera um vertiginoso crescimento no número de propriedades, iniciando em crescimento mais lento, mas aumentando o ritmo após 1797. Em 1795, foi possível visualizar o fortalecimento das respostas locais à queda de Saint-Domingue (e a consequente explosão do preço do açúcar nas praças mundiais) e à reestruturação do comércio e da economia paulista sob o comando do governador e capitão-general Bernardo de Lorena⁴⁶², além de se entrever a expansão do parque açucareiro através da inversão de capitais à região. Este último fenômeno, inclusive, é reiterado pela montagem dos engenhos do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós, em 1798, que residia em São Paulo e não se mudou para o interior.

Em um segundo momento, entre 1799 e 1806, percebe-se uma razoável estabilidade no total de propriedades canavieiras. Se, por um lado, foram construídos somente nove engenhos nesse período de 7 anos e, no *boom* inicial (1794–1798), foram criados vinte e nove, por outro, o grande fator de desequilíbrio nesses números eram os partidos de cana, muito mais instáveis no tempo. Como foi analisado anteriormente, o mercado internacional de açúcar sofreu o enorme impacto da Revolução de escravos de Saint-Domingue e o preço do produto disparou nos mercados internacionais, assim como nos portos da colônia brasileira, fazendo parte da conjuntura que promoveu a inversão de capitais em engenhos em várias partes da América. Entretanto, após seu pico nos primeiros anos subsequentes à Revolução, o preço seguiu uma tendência constante de queda e instabilidade. Em outras palavras, existe uma relação clara entre dois movimentos: (1) conforme aumentou o preço do açúcar, (2) mais indivíduos plantaram cana em Campinas. Sendo assim, à medida que o preço se tornou instável, esse movimento de instalação de unidades canavieiras perde o ímpeto – apesar de o número total de engenho não diminuir no quadro geral, haja vista o grande investimento que é feito em sua montagem⁴⁶³. Por último, apesar de aparentar ser ainda vantajoso produzir açúcar em terras campineiras no início do XIX, o ritmo da inversão de capitais para a formação de novas propriedades açucareiras, ao que tudo indica, sofreu um impacto durante um período de maior instabilidade nos preços.

Em um terceiro momento, por fim, a tendência iniciada em 1807 e que se mantém até 1809 apresenta novamente um crescimento vultoso das propriedades canavieiras em

⁴⁶² Para uma discussão mais profunda sobre o tema, consultar o capítulo 3 deste trabalho. Com o intuito de não repetir informações em gráficos e tabelas e buscando analisar de maneira conjunta a informações, por vezes serão feitas comparações e discussões com dados que foram apresentados em outros capítulos. Será sempre referenciado, em nota de rodapé, o gráfico ou a tabela pertinente.

⁴⁶³ Eventuais variações no número de engenhos podem ocorrer devido ao caráter das fontes utilizadas, haja vista que, em determinados anos, podem ter ocorrido falhas no recenseamento. Porém, acredito que o estudo longitudinal ano a ano dilui essa adversidade metodológica.

Campinas, sejam os engenhos administrados, próprios ou com sociedade, sejam os partidos de cana. Por outro lado, cabe lembrar que o preço do açúcar pago em Campinas não estava apenas instável, como ainda apresentou quedas bruscas em 1808 e 1809 – justamente os anos em que foi construído o maior número de engenhos.

A primeira categoria a ser melhor estabelecida é aquela com o maior número de indivíduos no complexo açucareiro campineiro: os engenhos próprios. A partir das listas nominativas, definiu-se esse grupo como aqueles engenhos que não possuíam outro dono além do próprio chefe daquele fogo e que, ao que tudo indica, possuíam seus próprios escravizados e o controle total sobre a receita de sua produção agrícola. São as propriedades, inclusive, mais presentes nos estudos históricos sobre os parques açucareiros, haja vista ser a mais comum. Nessas propriedades, comumente era o local da própria residência do senhor de engenho, bem onde eram instalados a senzala dos cativos, os canaviais e todo o complexo de instrumentos necessários para a manufatura do açúcar. Em outras palavras, era nesse espaço em que se iniciava o processo de plantação e se realizava o encaixotamento do açúcar para a venda. Desta forma, tais propriedades abrigavam diferentes funções no contexto da economia açucareira.

Porém, deve-se reiterar o fator de serem comumente unidades agrícolas com diversos tamanhos e graus de complexidades, na medida em que, em Campinas, coexistiram engenhos com múltiplas realidades econômicas e produtivas. Decerto algumas propriedades que, na documentação, eram chamadas de “engenhos” poderiam ser considerados como as tais engenhocas, ou seja, unidades com uma pequena moenda e poucos tachos, além da pequena ou inexistente mão de obra cativa. A fim de trazer à luz tamanha diferença, ressaltam-se os casos de Joaquim José de Moraes e do Capitão Felipe Neri Teixeira. O primeiro era senhor de engenho em Campinas desde o ano de 1805 e, através da posse de cinco cativos, fabricou 2,9 toneladas de açúcar em 1809. Nesse mesmo ano, Felipe Neri, que também fora recenseado enquanto senhor de engenho, alcançou a safra de 30,2 toneladas do gênero, sob a posse de 66 cativos.

Engenhos próprios apresentaram uma tendência clara de crescimento durante a montagem do complexo açucareiro de Campinas, sendo os principais responsáveis pelo grande número de propriedades açucareiras em todo o período (gráfico II.1). Foram nessas propriedades que se formaram, de fato, as principais figuras da política e da economia da vila de Campinas⁴⁶⁴. A posse de um engenho, inclusive, atribuía a esses indivíduos poder social, ou seja, o título de senhor de engenho; segundo Vera Ferlini:

⁴⁶⁴ BACELLAR, 1997 ; ALFONSO, 2018 ; EISENBERG, 1989.

[...] espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram [os senhores de engenho], no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais, cristalizando-se como potentes rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica⁴⁶⁵.

Sendo assim, o objetivo de obter um engenho não parece estar ligado meramente ao rendimento financeiro futuro, haja vista que a gratificação também poderia estar “no poder e no *status* desfrutados, e, embora eternamente endividados em relação ao comerciante metropolitano, ostentavam vida opulenta [...]”⁴⁶⁶. O complexo açucareiro campineiro foi formado majoritariamente por esses senhores, os quais estavam no dia a dia de suas propriedades e, por vezes, dividindo o espaço de suas residências com aquele produtivo; nas palavras do viajante em jornada na vila de Campinas: “Os senhores de engenho compõem a classe principal da terra”⁴⁶⁷.

5.1 A posse do engenho sob perspectiva: a formação de sociedades em terras canavieiras

A segunda categoria encontrada ao longo das listas nominativas, as sociedades, também representam aqueles indivíduos que tinham um engenho próprio, ou seja, que possuíam acesso à terra e ao maquinário para o beneficiamento da cana-de-açúcar. Porém, sua especificidade advém de possuírem parte de suas receitas anuais já comprometidas por acordos pré-estabelecidos com outrem: os societários dos engenhos. As sociedades, também chamadas de parcerias, não aparentam ter sido numericamente expressivas em Campinas (gráfico II.1)⁴⁶⁸. O gráfico II.1 traz à baila a variação no recenseamento dos engenhos no tempo, mas o gráfico acaba deixando escapar não apenas especificidades dos contratos realizados para aquelas unidades produtivas, como também sua sequência no tempo, além de a maior parte desses engenhos ter sido colocada na lista nominativa enquanto sociedade apenas por alguns anos – tendo sua menção desaparecido da documentação posteriormente. No recorte estabelecido, foram encontradas 8 diferentes sociedades, sendo todas bem distribuídas no tempo – à exceção dos anos de 1805 e 1806, em que não foram encontradas menções às sociedades⁴⁶⁹.

Assim como a categoria anterior, os proprietários, via de regra, residiam no engenho e o administravam. A diferença é que o acesso ao capital e à mão de obra cativa não esteve, exclusivamente, na realização de empréstimos e compras a juros, mas em um contrato de parceria com outro indivíduo que teria, necessariamente, acesso a metade de sua produção.

⁴⁶⁵ FERLINI, 2003, p. 288.

⁴⁶⁶ FERLINI, 1984, p. 44.

⁴⁶⁷ D’ALINCOURT, 2006, p. 34.

⁴⁶⁸ Informações presentes no gráfico II.1, apresentado anteriormente.

⁴⁶⁹ É necessário reiterar que esse tipo de informação foi descrito nas listas nominativas apenas após 1798.

Esses contratos de sociedades não foram amplamente explorados pela historiografia – diferentemente das parceiras estabelecidas entre partidistas de cana e senhores de engenho, como veremos adiante. As hipóteses para que tais relações sociais e econômicas não tenham sido exploradas pelos historiadores é a de que, em primeiro lugar, os estudos que objetivaram entender as economias dos engenhos foram centrados no Nordeste açucareiro e, por isso, conjectura-se que não tenha sido uma realidade daquele local. A segunda hipótese é de que o vazio na historiografia acerca do financiamento dos engenhos paulistas durante o *boom* açucareiro entre os séculos XVIII e XIX seja causado, sobretudo, pela dificuldade de encontrar essas relações econômicas na documentação. Apesar de serem vínculos menos contundentes numericamente, tudo indica, como será discutido a seguir, terem sido fundamentais na montagem e na expansão do complexo açucareiro e um campo aberto para pesquisas.

Antes de analisar as sociedades dos senhores de engenho campineiros, procurou-se realizar uma apreciação geral sobre o estabelecimento e as práticas das sociedades e, para isso, recorreu-se aos contratos estabelecidos e lavrados entre os sócios. Não se sabe se todas as parcerias foram formalizadas em formato de contratos lavrados em cartórios. Isso porque, dentre os 15 senhores de engenho de Campinas inventariados entre 1795 e 1819, foram encontradas referências diretas ao estabelecimento de sociedades em cinco deles; entretanto, apenas dois tiveram transcritos completamente os contratos em seu *Inventário Post-Mortem*⁴⁷⁰. É possível apontar, nesse sentido, para a coexistência de sociedades baseadas em acordos verbais. Para cumprir o objetivo de entender os mecanismos dessas sociedades, foi fundamental estabelecer padrões entre elas e, também, evidenciar o que de único se sobressaiu, mas esclarecendo se tratar de um estudo de caso, em que as relações socioeconômicas ainda estão por ser desvendadas.

Os contratos completos foram encontrados nos inventários dos senhores de engenho de Campinas: Salvador Gurgel do Amaral e Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós – este

⁴⁷⁰ Os contratos foram encontrados nos engenhos pertencentes a 1) Francisco de Paula Camargo (inventário de sua esposa, Petronilha Clara do Amaral); 2) Manuel Ferraz de Campos (inventário de sua esposa Ana Joaquina de Camargo); 3) Teodoro Ferraz Leite (inventário de sua esposa Francisca da Silva Lobo), 4) Margarida de Arruda Campos (inventário de seu falecido esposo Salvador Gurgel do Amaral); 5) Brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Foram encontradas transcrições completas dos contratos apenas nesses dois últimos casos. Cf.: CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Petronilha Clara do Amaral**. 1º Ofício, Processo 00387, 1815; CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Ana Joaquina de Camargo**. Ofício 1, Processo 00391, 1815; CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Francisca da Silva Lobo**. Ofício 1, Processo 00274, 1812; CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Salvador Gurgel do Amaral**. Ofício 1, Processo 00100, 1807; APESP. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Inventário de Luís Antônio de Souza Queiroz**. Inventários do 1º cartório de família, proc. 513, 1819.

último sendo uma personagem recorrente na montagem do complexo açucareiro campineiro. Contudo, o contrato do inventário do Salvador não foi lavrado por ele, mas, sim, por sua viúva, Margarida de Arruda Campos. Ela herdou, em 1807, um engenho em Campinas com 18 cativos e uma produção anual de 17,4 toneladas⁴⁷¹. Seu contrato de sociedade foi lavrado em 1815 na própria vila e seu sócio fora Domingos Leite da Silva – marido de sua prima Rosa Maria de Jesus. Ambas as mulheres descendiam da linhagem de Francisco Barreto Leme, conhecido como fundador de Campinas⁴⁷². Domingos, por sua vez, era filho de João José da Silva, também senhor de engenho de Campinas, e foi administrador dos engenhos Maria Fausta Miquelina de Araújo Azambuja, em 1815, e Francisco de Sousa Queirós, em 1818. Domingos parece ter procurado investir seus capitais no engenho de Margarida, ao passo que administrava engenhos alheios, pois se tornou proprietário de seu próprio engenho somente em 1822⁴⁷³.

Trajetória diferente de investimentos teve o outro inventariado, Brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Este era negociante de grosso trato desde, pelo menos, a década de 1790, na capitania de São Paulo. Sousa morreu em 1819 sob a posse total de, ao menos, 8 engenhos, sendo 3 deles em Campinas e sua fortuna esteve, decerto, entre as maiores da colônia no período, amealhando um monte-mor⁴⁷⁴ de mais de mil contos de réis⁴⁷⁵. Como foi discutido, ele foi um importante financiador de engenhos em Campinas, possuindo não apenas sociedades na vila, mas também diversos indivíduos com altas dívidas. Em seu inventário, foram encontrados dois contratos firmados, o primeiro com Bernardo Guedes Barreto e o segundo com Nicolau de Campos Vergueiro. Enquanto a sociedade com este último envolvia imensas quantidades de capitais e diversas propriedades ao longo da capitania paulista (vide estarem entre os indivíduos com os maiores capitais de São Paulo), aquela com Bernardo se estendia exclusivamente por um engenho em Campinas. Guedes, se não possuía uma grande propriedade açucareira, era, por seu turno, filho de Francisco Barreto Leme⁴⁷⁶, aparecia na lista de “homens bons” no pedido de elevação da então freguesia em vila e fora vereador de Campinas entre 1799 e 1804.

⁴⁷¹ Produção do engenho de Margarida no ano de 1807, cf.: APESP, LNH, Campinas, 1807.

⁴⁷² LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume IV - Pág. 165 a 222. Disponível em: <<http://www.arvore.net.br/Paulistana/Campos.htm>>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

⁴⁷³ APESP, LNH, Campinas, 1815, 1818 e 1822.

⁴⁷⁴ Monte-mor é a soma de todos os bens e dívidas ativas que foram inventariados ainda sem descontar as dívidas passivas existentes.

⁴⁷⁵ APESP. **Inventário de Luís Antonio...**, 1819. As transcrições se encontram entre páginas 372 e 378. Agradeço a Carlos Bacellar por compartilhar sua transcrição do inventário do Brigadeiro Luís Antônio. Para mais informações sobre a trajetória de investimentos do Brigadeiro, ver o subcapítulo 3.2 da presente pesquisa.

⁴⁷⁶ Portanto, Bernardo era também tio de Margarida de Arruda.

Com a finalidade de apresentar as características mais comuns e recorrentes das sociedades, foram elencadas as ocorrências que se repetem ao longo dos 3 contratos empregados entre as sociedades e foram divididas em 7 tópicos:

i. Todos os contratos foram redigidos na casa do sócio que entrou com as terras para cultivo e maquinário, mas contava com a presença de ambos os sócios no local – os dois ditavam os bens e capitais que entravam na sociedade sob a presença de testemunhas. No caso dos contratos de Bernardo Guedes e Margarida de Arruda, eles foram lavrados justamente em seus respectivos engenhos, enquanto o contrato entre Brigadeiro Luís Antônio e Nicolau Vergueiro foi lavrado na casa desse último, na cidade de São Paulo. No caso de Vergueiro, isso deve ter ocorrido em vista do contrato se referir a 4 propriedades: uma para criação de gado e três para produção de açúcar.

ii. Pode-se afirmar que, nos três casos, houve um sócio que empregou exclusivamente dinheiro e escravos na sociedade, enquanto o outro participava com sua propriedade, tendo em conta o conjunto de terras, maquinário do engenho e todos os animais da unidade canavieira, assim como os seus escravos e a própria mão de obra do sócio.

iii. A duração do contrato foi vista sob dois moldes: enquanto a sociedade entre Nicolau Vergueiro e Luís Antônio consistia em estabelecer um vínculo que duraria “enquanto convier a ambos”, a sociedade deste último com Bernardo Guedes e entre Margarida de Arruda e Domingos Leite tinha o prazo estabelecido de 10 anos de duração. Mas não só: essa última sociedade estabeleceu uma multa para o rompimento da parceria, afirmando que “se algum dos sócios se arrepender antes deste tempo será obrigado a pagar ao outro sócio duzentos mil-réis, sem o recebimento do qual não terá efeito o arrependimento”⁴⁷⁷.

iv. Uma quarta característica comum em todos os contratos foi a necessidade de serem investidos, até o final da sociedade, valores iguais por cada sócio ao se somarem todos os bens arrolados na sociedade. A fórmula foi descrever os bens adicionados por cada um e, ao final, estabelecer importância em réis do que era investido por cada sócio. Se, por um lado, a sociedade constituída por Margarida e Domingos tivera investimentos em Réis iguais das partes, por outro, o Brigadeiro Luís Antônio investiu mais capitais diretos em suas parcerias do que ambos seus sócios – cabendo a esses contarem com suas terras. Em outras palavras, caso um parceiro investisse, em um primeiro momento, quantias superiores ao outro, tal desequilíbrio deveria ser reparado ao longo da sociedade.

⁴⁷⁷ APESP. **Inventário de Luís Antonio...**, 1819; CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Salvador Gurgel do Amaral**. Ofício 1, Processo 00100, 1807.

v. As conseqüências do investimento desigual de capitais diretos entre as partes também foram expressas em termos iguais nos contratos, ou seja, que deveria ser realizada a cobrança da diferença do valor com juros ao longo da sociedade. Porém, havia uma maneira de evitá-los: aquele que aplicou menor capital deveria se responsabilizar pelo salário dos funcionários necessários, como os administradores e feitores. No caso do contrato entre Bernardo Guedes e Brigadeiro, o primeiro investiu todo o seu sítio, suas terras, seu maquinário e seus escravos, somando a quantia de 3:514\$000 réis, enquanto Luís Antônio participou com 20 cativos, no valor de 4:480\$000 e um crédito de 1:233\$500, somando 5:713\$500 réis. Essa diferença nas entradas da sociedade seria paga por Guedes de duas maneiras diferentes: a primeira seria ditada por ele próprio, afirmando que pagaria Luís Antônio com “metade do rendimento que houver nesta sociedade e [de uma vez] ficar Sousa indenizado e não me levará juros desta quantia que lhe fico restando, nem [dar] mais a assistência que desde já continua a fazer, da qual pagaria a metade da parte que me tocar do rendimento que haver no referido engenho”⁴⁷⁸. Isto é, Guedes comprometeu metade de seu lucro derivado da produção do engenho até o momento em que terminasse de pagar a diferença de investimentos, fazendo com que o Brigadeiro ficasse com 75% do lucro até lá. A segunda maneira estabelecida no contrato era que Guedes não cobraria nada para administrar o engenho, afirmando ele: “pois, me dou por remunerado de não levar juros pela parte que lhe fico devendo”⁴⁷⁹. Como o contrato com Nicolau Vergueiro não estabeleceu valores precisos dos investimentos – provavelmente pelos altos e imprecisos capitais envolvidos–, ao final do levantamento de bens, constatou-se apenas que o investimento de Luís Antônio fora superior e que, por isso, “o sócio Vergueiro é obrigado a administrar todos os fundos da sociedade sem ser por isso receber prêmio algum e é igualmente obrigado a pôr em cada um dos quatro prédios um administrador e nos engenhos mais um feitor, pagos a sua custa e essa despesa nunca entrará nas contas da sociedade”⁴⁸⁰. Porém, os pagamentos realizados por Vergueiro não seriam por toda a parceria, pois “logo que pague ao sócio Sousa a metade dos capitais que este tem de mais na sociedade, será a despesa dos administradores e feitor por conta de ambos”. Vale lembrar que os dois casos de diferença entre os capitais investidos pelos sócios foram de contratos constituídos por Luís Antônio, dificultando estabelecer a diferença entre ser um padrão dos contratos desse capitalista⁴⁸¹ em específico ou questão mais ampla das sociedades.

⁴⁷⁸ APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁷⁹ APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁸⁰ APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁸¹ Capitalista é uma categoria social referida aqui àqueles indivíduos que participaram dos processos de financiamento das empresas agrícolas coloniais e àqueles que arrecadavam capitais da cobrança de rendas

vi. Ainda sobre a administração das propriedades que foram arroladas nas sociedades, o sócio que investia as próprias unidades agrárias continuava sendo responsável por elas, por fazê-las gerar lucro. Sobretudo, deveria realizar essa tarefa sem nenhum recebimento salarial de sua parte, mesmo após o pagamento das dívidas com o investidor, sob a determinação de que “a administração dele, sócio Vergueiro, continuará sempre a ser gratuita”⁴⁸². Entretanto, nos contratos do Brigadeiro Luís Antônio, ele estabelecia que seria necessário “em cada ano dar um sócio a outro uma conta de tudo que tiver recebido”, ou seja, apesar de o investidor capitalista não participar ativamente na forma como seu capital e cativos estavam sendo utilizados, deveria receber um relatório com os ganhos todos os anos.

vii. Por fim, todos os contratos estabelecem que todos e quaisquer lucros ou perdas advindas daquelas propriedades devem ser repartidos igualmente entre os societários, com a condição de que os investimentos de capitais tenham sido também iguais – como foi o caso de Margarida de Arruda e Domingos Leite. As descrições nos contratos são bem parecidas, apesar de não idênticas; o contrato de Guedes afirma que “de hoje por diante ficamos correndo em igual parte o risco a todos os escravos e a tudo o mais, pois assim como ficamos meeiros nos lucros que houverem, assim também o ficamos a todos os prejuízos e perdas que houverem”⁴⁸³, já a sociedade de Margarida declara que “todo o lucro e perda que se fizer da sociedade será partido igualmente entre os sócios”⁴⁸⁴ e o de Vergueiro atesta que “os lucros e perdas são por contas de ambos em igual parte”⁴⁸⁵.

Se esses pontos discutidos evidenciam aquilo que os inventários possuíram em comum, existiram também algumas particularidades, sobretudo na parceria entre Margarida de Arruda Campos e Domingos Leite da Silva. Suas peculiaridades estão todas em torno do âmago das sociedades: a mão de obra escravizada. O contrato entre eles estabelecia que todos os gastos com os cativos deveriam ser assumidos pelos seus proprietários: “que cada sócio será obrigado a dar as ferramentas precisas aos seus escravos (...) dando-lhes o preciso vestuário, e que todo o mantimento que com esta sociedade se plantar poderá comer e igualmente faltando cada um comprará assim como o sal da mesma sorte”⁴⁸⁶. Além disso, o contrato indica a existência de uma multa diária para cada cativo envolvido na sociedade que não pudesse trabalhar, alegando

públicas, assim como da exploração de bens e monopólios régios, sendo esse processo realizado a partir do arremate de impostos e do financiamento de empreendimentos estatais portugueses. Por fim, cabe esclarecer que nenhuma dessas atividades eram excludentes entre si e nem mesmo com investimentos em terras e bens agrícolas próprios por parte dos capitalistas.

⁴⁸² APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁸³ APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁸⁴ APESP. *Inventário de Luís Antonio...*, 1819.

⁴⁸⁵ CMU, *Inventário de Salvador Gurgel...*, 1807.

⁴⁸⁶ CMU, *Inventário de Salvador Gurgel...*, 1807.

que “faltando algum escravo de um ou de outro sócio, por morte ou fuga ou serviço particular de algum dos sócios será no fim do ano obrigado a pagar ao sócio ou sócia cem réis por dia por toda a falta”⁴⁸⁷.

É patente que o contrato estabelecido entre Margarida de Arruda e Domingos Leite foi mais abrangente e possuiu termos mais específicos em relação às obrigações dos societários quando comparado aos contratos estabelecidos pelo Brigadeiro Luís Antônio. Deve-se evitar uma generalização mais ampla, porém a hipótese é de que por ter envolvido dois indivíduos com cabedais semelhantes e, ao que tudo indica, sujeitos que não costumavam estabelecer sociedades como forma de diversificar sua riqueza – portanto não capitalistas –, o risco pessoal envolvido fora elevado. Tais particularidades teriam sido, assim, imprescindíveis para estabelecer um contrato que deixasse claras as circunstâncias básicas da sociedade entre Margarida e Domingos, diferentemente dos contratos com Luís Antônio. Em suma, é evidente que o número de contratos aqui utilizados é pequeno para auferir maiores generalizações acerca das sociedades estabelecidas entre capitalistas e senhores de engenho, não sendo este o intuito dos tópicos propostos. O objetivo foi, sim, oportunizar a discussão sobre alguns elementos de um objeto de estudo ainda a ser edificado pela historiografia.

As sociedades estabelecidas em Campinas e encontradas nas listas nominativas de habitantes entre 1798 e 1810 podem ser identificadas no quadro II.1, o qual evidencia uma suposta curta duração das parcerias daqueles senhores de engenho, como a de Antônio Cerqueira César com Francisco Pinto Ferraz, que foi encontrada apenas uma vez na documentação. Contudo, apesar de ser possível que tais sociedades tenham tido, de fato, curtíssima duração, deve-se considerar a particularidade de a lista ser uma fonte declaratória e, portanto, pode ter sido omitida essa informação daquela unidade produtiva ao passar dos anos⁴⁸⁸. Este último ponto pode ser corroborado pelo caso do próprio Bernardo Guedes Barreto, que aparece como tendo firmado sociedade com o Brigadeiro Luís Antônio em 1807 nas listas nominativas – mesmo ano encontrado no contrato – e se perdura nos maços de população até 1813. Nos anos de 1811 e 1812, provavelmente também pela imprecisão da fonte, não foi

⁴⁸⁷ CMU, *Inventário de Salvador Gurgel...*, 1807.

⁴⁸⁸ Parece fundamental que as futuras pesquisas que tenham por objetivo compreender o financiamento dessas propriedades necessitam trabalhar longitudinalmente as listas nominativas em conjunto com os inventários *post-mortem* e os livros de notas, a fim de realizar o cruzamento de informações sobre a economia dos engenhos.

informada qualquer sociedade com Bernardo. Portanto, é fundamental o acompanhamento longitudinal das sociedades, conforme evidencia o quadro II.1.

Os contratos das sociedades podem ser divididos por dois tipos de relações diferentes estabelecidas entre os sócios: a primeira é representada por indivíduos que são familiares entre si e a segunda por um sujeito ligado ao empréstimo de crédito e outro à terra. O mesmo se pode dizer sobre as relações encontradas nas listas nominativas. Conforme o quadro II.1 explicita, apenas 3 deles firmaram sociedades com familiares, enquanto os outros 6 estabeleceram com negociantes de grosso trato. Em comum, todos os indivíduos que investiram capitais em propriedades de familiares eram também senhores de engenho no momento do investimento, além de serem consideravelmente mais velhos que seus sócios proprietários de terra⁴⁸⁹. Esse fenômeno reitera, por um lado, que o fator da idade, ou seja, o envelhecimento, era de considerável importância para o sucesso econômico e, por outro, que os próprios senhores de engenho também buscavam diversificar seu capital em propriedades canavieiras, em especial, de familiares. Apesar de as idades dos sócios ligados à terra serem bastante heterogêneas e mesmo levando em conta a idade avançada de Guedes Barreto ao estabelecer sua parceria, a média de idade desses sócios era menor do que a média geral dos senhores de engenho⁴⁹⁰.

Importante ressaltar que quatro desses contratos com capitalistas foram realizados com duas personagens já bastante discutidas: Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós e o coronel Francisco Pinto Ferraz, ambos com propriedades açucareiras em Campinas (este último, porém, havia fundado seu primeiro engenho apenas em 1809, enquanto o Brigadeiro possuía engenhos desde 1798). O terceiro negociante envolvido nas sociedades, diferente dos sócios anteriores, não é morador da cidade de São Paulo, mas da vila de Itu: sargento-mor Joaquim Duarte do Rego. Por outro lado, as diferenças param por aí, haja vista que fora negociante de açúcar com as praças de Santos do Rio de Janeiro e, assim como Luís Antônio de Sousa, negociante de escravizados para o interior paulista⁴⁹¹.

⁴⁸⁹ No ano de início da sociedade, os sócios João Leite de Camargo Penteado, José do Amaral e João Francisco de Andrade tinham, respectivamente, 47, 72 e 47 anos de idade.

⁴⁹⁰ Entre 1798 e 1810, a média de idade dos senhores de engenho foi de 43,3, com uma tendência de crescimento ao longo do tempo, ao passo que a média de idade dos sócios de Campinas foi de 38,6. Devido ao pequeno total de amostragens de sócios, Bernardo Guedes Barreto eleva a média de idade; por outro lado, é importante ressaltar esse aspecto, tendo em vista que seis dos oito sócios são mais novos que a média de idade dos senhores de engenho.

⁴⁹¹ Quanto a Francisco Pinto Ferraz, não foi possível encontrar maiores informações sobre suas finanças, mas a hipótese é de que ele também era um negociante de cativos – além de arrematar contratos.

Quadro II.1 – Sociedades açucareiras iniciadas em Campinas até 1810

| Nomes dos proprietários dos engenhos | Idade | Anos em sociedade | Propriedade açucareira antes da sociedade | Nomes dos sócios/ Relação familiar | Residência dos sócios |
|---|--------------|--------------------------|--|---|------------------------------|
| Capitão José Inácio de C. Penteado | 29 | 1798 | Não possuía nenhuma propriedade | Alferes João Leite de Camargo Penteado/ Irmão | Campinas |
| Alferes Francisco Xavier da Rocha | 40 | 1800 a 1801 | Não possuía nenhuma propriedade | Coronel Francisco Pinto Ferraz/Não possui | Cidade de São Paulo |
| Capitão Inácio Ferreira de Sá | 33 | 1800 a 1803 | Engenho de açúcar | Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós/ Não possui | Cidade de São Paulo |
| Capitão João José da Silva | 34 | 1800; 1812 a 1816 | Não possuía nenhuma propriedade | Coronel Francisco Antônio de Sousa Queirós/Não possui | Cidade de São Paulo |
| Tenente-Coronel Antônio B. de Cerqueira César | 47 | 1801 | Engenho de açúcar | Francisco Pinto Ferraz/ Não possui | Cidade de São Paulo |
| Salvador Gurgel do Amaral | 41 | 1803 a 1804 | Não possuía nenhuma propriedade | José do Amaral Gurgel/Tio | Itu |
| Alferes Manuel Ferraz de Campos | 35 | 1807 a 1818 | Engenho de açúcar | Sargento-mor Joaquim Duarte do Rego/ Não possui | Itu |
| Major Antônio Francisco de Andrade | 22 | 1808 a 1809 | Partido de cana-de-açúcar | João Francisco de Andrade /Pai | Campinas |
| Capitão Bernardo Guedes Barreto | 62 | 1810 a 1813 | Engenho de açúcar | Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós/ Não possui | Cidade de São Paulo |

Nota:

a. Em todos os casos foram realizados acompanhamentos dos indivíduos, quando presentes em Campinas, até 1818. As sociedades que reaparecem em algum momento foram somente de Manuel Ferraz de Campos e Bernardo Guedes Barreto, mas esporadicamente somem das listas e depois reaparecem com o mesmo sócio. É possível imaginar que tal informação era apenas omitida no recenseamento posteriormente.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1818.

Joaquim Duarte era aquele mesmo senhor de engenho ituano referido no terceiro capítulo da presente pesquisa como um possível interessado na continuidade do negócio do açúcar direto com o Rio de Janeiro e que realizou sua sociedade em Campinas com Manuel Ferraz de Campos. É importante destacar que Duarte era genro do poderoso senhor de engenho ituano, Francisco Magalhães Novais, e cunhado do outro negociante, societário e senhor de engenho absenteísta de Campinas, Francisco Pinto Ferraz⁴⁹². Mas não só esses dois negociantes e investidores financiaram a montagem e ampliação canavieira campineira, como também

⁴⁹² Deve-se destacar que se, por um lado, esses matrimônios evidenciam a estratégia dos negociantes de grosso trato para se aproximarem da elite agrária, por outro, indica a importância desse capital comercial para os senhores de engenho.

teceram seus laços em família, haja vista que a neta de Joaquim Duarte e o filho de Francisco Pinto, principal herdeiro dos engenhos de Campinas, casaram-se em 1834. Ora, Duarte do Rego, como foi discutido, além de ser traficante de cativos e comerciante de açúcar para o Rio de Janeiro e Santos, tornara-se, em 1807, senhor de engenho em Porto Feliz, mesmo ano em que firmou sua sociedade em Campinas; esse fato evidencia o momento em que resolveu diversificar seus investimentos, tornando-se, em 1818, um dos maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo⁴⁹³. As trajetórias descritas revelam que o papel desempenhado pelos negociantes de grosso trato residentes em São Paulo não se limitou aos empréstimos diretos de capitais, mas também pela composição de sociedades agrícolas e pela construção de seus próprios engenhos⁴⁹⁴.

Nos Inventários *Post-Mortem* consultados à procura dos contratos, foram encontrados indícios de mais 3 sociedades, sendo duas delas financiadas por José Duarte do Rego⁴⁹⁵ e a outra pelo senhor de engenho Albano de Almeida Lima ao seu genro João José da Silva. Inclusive, Duarte do Rego foi nomeado como “capitalista”, enquanto o mesmo documento revela a divisão no levantamento de bens entre aqueles exclusivos do falecido Tenente Francisco de Paula Camargo e uma série de bens descritos como “pertencentes à sociedade” – como os animais da fazenda, as canas plantadas, as ferramentas de roças e de carpintaria e, claro, aqueles que mais agregavam valor, os cativos⁴⁹⁶. O mesmo fenômeno acontece em outra sociedade entre esse capitalista e Teodoro Ferraz Leite, na qual mais escravos pertenciam à sociedade do que unicamente a Teodoro, em que dos 10 contos de réis de seu monte-mor, 8 contos são parte da sociedade. Esses casos evidenciam que o financiamento dos engenhos por

⁴⁹³ GODOY, 2002, p. 194.

⁴⁹⁴ João Fragoso e Manolo Florentino apontaram que, no século XIX, comerciantes cariocas realizaram uma reversão de capitais para empreendimentos escravistas em zonas de fronteira na região, destacadamente no Vale do Paraíba. Os autores argumentaram que tal reversão não fora com o objetivo primário de obter maior lucro, mas, sim, de angariar distinção social – um ideal, então, arcaico. Cf.: FRAGOSO; FLORENTINO, 2001. Em relação aos negociantes que investiram vultuosos capitais em açúcar no Oeste Paulista, especialmente Campinas, não parece ter sido reproduzida a exata mesma lógica proposta por Fragoso e Florentino. Para uma discussão sobre o tema e uma nova proposta para se compreender as estratégias realizadas pelos comerciantes cariocas, ver: MARQUESE, 2013.

⁴⁹⁵ Sociedades eram realizadas com os senhores de engenho de Campinas Francisco de Paula Camargo e Teodoro Ferraz Leite. Cf.: CMU, *Inventário de Petronilha Clara...*, 1815.

⁴⁹⁶ Em 1798, na lista nominativa de Itu, declara viver de seu negócio de escravos; em 1799, é senhor de engenho; em 1801, negociante de açúcar; em 1802, negócio de açúcar e negros; 1803, comerciante; 1808, vive de seus engenhos. Tem engenho em Porto Feliz e outro em Campinas, em sociedade com o cap. Manuel Ferraz de Campos (engenho de nome Anhumas). Aparece pela primeira vez nas listas em 1789; torna-se proprietário de mais de 40 escravos em 1814, quando se muda para Porto Feliz. Até então, era recenseado em Itu, onde teve no máximo 15 escravos (em 1797) e daí em diante só diminuem em número, chegando a 2 em 1818. O engenho em Porto Feliz surge nas listas em 1807. Falece em PF em 1822. Virou Sargento Mor em 1803, Juiz Ordinário em 1804 e é reformado (reserva) como Capitão Mor de Itu em 1818. É natural da cidade de São Paulo. Agradeço a Carlos Bacellar por ceder as transcrições das listas nominativas de habitantes da vila de Itu.

meio das sociedades era profundo em Campinas, pois boa parte do funcionamento da empresa açucareira foi potencializada e, por vezes, promovida pelo capital advindo dos sócios.

O papel desempenhado pelos capitalistas a partir da realização de sociedades no processo de montagem da lavoura canavieira paulista é tema que ainda precisa ser explorado a fundo pela historiografia. Para o caso particular de Campinas, percebeu-se uma relevância considerável na ampliação da empresa açucareira, seja para aumentar a capacidade produtiva de um engenho, seja para financiar um para aqueles indivíduos que ainda não o possuíam. Entretanto, sobressai-se o questionamento: por qual razão os capitalistas recorreram às sociedades (que envolviam de sua parte ceder cativos, ferramentas e, às vezes, capital) e não somente ao simples financiamento de crédito? A hipótese principal é que tal ação – lavrar contratos nos cartórios – poderia diminuir o risco de emprestar altas quantias de capital, levando em conta que, apesar de o Alvará que proibia os comerciantes de executarem as dívidas dos senhores de engenhos lhes retirando os meios de produção ter sido oficialmente imposto apenas em 6 de julho de 1807, essa prática era obedecida durante todo o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797)⁴⁹⁷. Em outras palavras, os credores não poderiam mais apossarem-se das terras dos senhores de engenho, nem dos meios de beneficiamento do açúcar ou mesmo dos cativos de seus devedores, ou seja, nada que pudesse acarretar a interrupção do engenho e sua finalidade: produzir açúcar.

Como evidencia Felipe Souza Melo⁴⁹⁸, para a capitania de Pernambuco, entre os séculos XVII e XVIII, diversos e intensos foram os conflitos entre senhores de engenho e negociantes quanto às dívidas realizadas e não pagas, principalmente em período de baixa do preço do produto. O autor afirma que o “endividamento colocou frente a frente dois grupos sociais em constante conflito”⁴⁹⁹. Esse débito, somado às diversas provisões da Coroa e também estratégias dos senhores de engenho para os credores não executarem as dívidas retirando elementos cruciais das unidades açucareiras acabou por constituir uma crescente descapitalização dos engenhos pernambucanos, diminuindo a circulação de cativos, assim como a capacidade produtiva⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ PETRONE, 1968, p. 133-135.

⁴⁹⁸ MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28082019-143032/pt-br.php>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

⁴⁹⁹ MELO, 2017, p. 26.

⁵⁰⁰ Por outro lado, o autor afirma que, mesmo em unidades menores, houve aumento da produção total de açúcar em Pernambuco, devido à expansão do número de engenhos menores. Ver: MELO, 2017, p. 46.

Como visto, os sócios poderiam financiar aos senhores de engenho, como geralmente acontecia, a entrada de cativos e dinheiro, isso porque esse último não servia apenas para a montagem do engenho, mas era também necessário para a sua manutenção – e, evidentemente, os escravizados para o trabalho na propriedade. Ainda é importante considerar que as necessidades para as unidades produtivas rurais, assim como para seus residentes e trabalhadores, eram regulares, enquanto seu resultado financeiro, a partir de sua safra e manufatura, era anual. Por isso, esse adiantamento do crédito poderia ocorrer em troca da cessão de sua produção açucareira futura, como uma tentativa dos capitalistas de garantir o retorno de seus investimentos⁵⁰¹. No entanto, esses indivíduos deveriam se questionar: e no caso de não ocorrer um rendimento agrícola suficiente para quitar as dívidas?

À luz dessas provisões cada vez mais comuns e benéficas para os senhores de engenho, se Luís Antônio de Sousa, Francisco Pinto Ferraz ou Joaquim Duarte do Rego financiassem apenas os capitais para os senhores de engenho de Campinas e, por alguma razão administrativa daquela unidade produtiva ou mesmo climática da região, não tivessem uma boa colheita e não conseguissem arcar com suas dívidas, os capitalistas poderiam ficar no prejuízo até segunda ordem. Por outro lado, ao realizarem a sociedade com o senhor de engenho, os investidores poderiam simplesmente arrolar os cativos de volta se ocorresse algum desvio do contrato firmado, já que em nenhum momento deixaram de serem seus – e os escravizados eram, de fato, o maior montante investido. É interessante notar que as sociedades se firmaram, majoritariamente, em anos de queda no preço do açúcar (consequentemente, de instabilidade para senhores de engenho), corroborando a hipótese de ser esse um recurso para financiar a montagem e a expansão de uma unidade açucareira, assim como de sua mão de obra cativa, com menor chance de perda total dos investimentos.

Segundo Carlos Bacellar, as sociedades seriam uma nova forma de “ascensão à posse de um engenho no Oeste [Paulista]”, que teriam surgido na última década do Setecentos, “quando a capitalização da economia açucareira [paulista] começou a se tornar marcante”. Para o autor, alguns desses senhores de engenho “mais enriquecidos”, passaram a aumentar suas posses através da realização de sociedades com proprietários de terras sem engenho⁵⁰². Às conclusões do autor em relação ao Oeste Paulista, soma-se aqui que, no período de montagem

⁵⁰¹ FRAGOSO, João L. Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII. *Colonial Latina American Review*, Oxford, Carfax, v. 6, n. 2, p. 151-164, 2008. p. 161. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10609169708569919>>. Acesso em: 08 de abr. de 2020.

⁵⁰² BACELLAR, 1997, p. 175. Todos os trechos foram retirados da mesma página do autor.

do complexo açucareiro em Campinas, as sociedades foram realizadas, majoritariamente, por negociantes de grosso trato e com engenhos, por vezes, já estabelecidos.

A sociedade se mostra, assim, lucrativa para o investidor, caso o senhor de engenho conseguisse boas safras e tivesse uma boa administração da propriedade (já que os lucros eram divididos em metade para cada sócio), e tornava o investimento de altas cifras em um processo mais seguro. Garantia-se que, na pior das hipóteses, o investidor teria parte de seu capital de volta, recuperando seus próprios cativos que durante a sociedade estavam somente prestando um serviço ao societário dono da terra. Nesse sentido, a ampliação no número de sociedades pode ser entendida enquanto um recurso efetuado pelos negociantes de grosso trato para financiar o maior número de engenhos durante a expansão da lavoura canavieira, ao passo que gozavam de menor risco; com isso, não apenas eles poderiam auferir maior lucratividade do que a taxação em cima do simples crédito, haja vista a valorização do artigo no mercado internacional. Evidentemente, não foram apenas os negociantes que se beneficiaram dessa estratégia de contenção de riscos: como foi discutido, ela também foi uma prerrogativa utilizada para o financiamento dos engenhos de familiares.

5.2 O fenômeno do absentismo em Campinas

Em todos os casos analisados, as propriedades canavieiras de absentéistas eram também engenhos. Para a presente análise, o que a diferencia das outras unidades é que seu proprietário não residia nessas terras e nem administrava diretamente sua lavoura canavieira. Isto é, não eram engenhos em que os senhores estavam ausentes por algum período (fenômeno comum nessa sociedade), mas, sim, aqueles que, de fato, não contavam comumente com a presença do proprietário. Esses indivíduos são chamados pela historiografia de absentéistas, e sua ausência das propriedades rurais foi causada, na maior parte das vezes, por dois motivos. O primeiro é comumente associado ao fato de aquela ser uma outra propriedade particular, a qual ele utilizava para aumentar e diversificar seus investimentos naquele setor agrícola. Segundo Horacio Gutiérrez, Carlos Lima e Kátia de Melo⁵⁰³, foi esse padrão o mais encontrado para Paraná entre os séculos XVIII e XIX, evidenciando que os senhores, no “caso provavelmente mais frequente, possuíam várias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter

⁵⁰³ GUTIERREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Topoi*, v. 5, n. 9, p. 103-127, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237>. Acesso em: 04 de set. de 2020; LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. de. A distante voz do dono: A família escrava em fazendas de absentéistas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21073>>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais da capitania/província de São Paulo”⁵⁰⁴. Entretanto, de acordo com Carlos Bacellar, esse não era fenômeno tão comum no Oeste Paulista para o mesmo período:

Poucos eram [...] os senhores de engenho que possuíam mais do que uma propriedade fundiária. No mais das vezes, dispunham exclusivamente das terras onde se localizavam as máquinas de seu engenho, seus canaviais, suas matas fornecedoras de lenha e sua residência, além de uma casa na vila. **Alguns poucos, mais abastados, possuíam uma segunda propriedade rural**, que poderia ser vizinha e próxima da primeira, e assim atuar de forma complementar (pasto, lenha, canaviais), ou afastada, funcionando como um segundo engenho ou à espera de benfeitorias e, geralmente, mais próxima à Frente Pioneira⁵⁰⁵.

O segundo motivo de ausência dos proprietários era o próprio desinteresse pela administração direta de qualquer unidade agrícola que possuía. Esse fator pode ter sido resultado de várias questões, desde a residência do indivíduo em outro local, uma falta de conhecimento para conduzir o empreendimento agrícola ou mesmo ser o engenho apenas mais uma diversificação de seus investimentos – neste último caso, capitais que não eram, *a priori*, derivados dessa empresa. Por vezes, como ocorria no Nordeste, o absenteísta sequer residia na colônia em que investia, preferindo morar na metrópole e gerir somente a etapa comercial da cadeia mercantil do produto⁵⁰⁶.

Como foi discutido, em Campinas não houve nenhum senhor de engenho que residisse na vila e que tenha tido mais de um engenho no período analisado, ou seja, durante a montagem do complexo açucareiro campineiro, a proposta de Bacellar acerca da segunda propriedade rural é corroborada⁵⁰⁷. Por outro lado, fenômeno diferente ocorreu com os absenteístas da vila, em especial com a personagem que tem se mostrado fundamental em Campinas: Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós, que foi o primeiro sujeito desse parque açucareiro em formação a possuir um segundo engenho e que, conforme indica o quadro II.2, fundou um terceiro em 1808. Já dois anos depois, em 1810, as propriedades administradas chegaram a representar 12% do

⁵⁰⁴ LIMA; MELO, 2004, p. 128.

⁵⁰⁵ BACELLAR, 1997, p. 45. Grifos meus.

⁵⁰⁶ MELLO, Evaldo C. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1775. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 142. Deve-se ressaltar, entretanto, que o fenômeno dos fazendeiros absenteístas residirem na Metrópole não era comum no Brasil, mas, sim, no Caribe – sobretudo britânico.

⁵⁰⁷ Vale destacar que a proposta de Carlos Bacellar é tensionada ao se realizar a análise do auge açucareiro de Campinas, haja vista que esse perfil agrário se transformou durante a expansão do complexo açucareiro de Campinas e, já em 1836, 38% dos engenhos da vila eram uma segunda propriedade rural, sendo a maior parte delas pertencentes a membros de importantes famílias campineiras. Ver em: NICOLETTE, Carlos Eduardo; ALFONSO, Felipe R. Apontamentos a respeito da especificidade da indústria açucareira de Campinas no contexto do quadrilátero do açúcar. In: **Anais da 7ª Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**, Ribeirão Preto: USP/ABPHE, v. 1, 2018b, p. 1-14. Disponível em: <<https://tinyurl.com/abphe-2018-Nicolette-Alfonso>>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

total de engenhos de Campinas e o único sujeito a acompanhar Luís Antônio na posse de mais de um foi justamente seu irmão e comerciante, Coronel Francisco Antônio de Sousa Queirós.

Quadro II.2 – Relação dos engenhos, seus proprietários e administradores, Campinas (1798-1810)

| Anos | Proprietários dos Engenhos | Administradores | Idade dos adms. | Origem dos adms. |
|-----------------|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------|------------------|
| 1798 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | José de Almeida Lima (a) | 32 | Itu |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | João de Barros Pedroso (b) | 44 | Minas Gerais |
| 1799 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | José de Almeida Lima (a) | 33 | Itu |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Alexandre B. de Almeida (c) | 23 | Itu |
| 1800 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Antônio Mendes de Godoi (d) | 24 | Campinas |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Alexandre B. de Almeida (c) | [] | Itu |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | José de Sousa Ferreira (e) | 32 | Minas Gerais |
| 1801 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Joaquim Bernardo Gomes (f) | 30 | Portugal |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Alexandre B. de Almeida (c) | 26 | Itu |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | José de Sousa Ferreira (e) | 33 | Minas Gerais |
| 1803 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | João de Barros Pedroso (b) | 43 | Minas Gerais |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Alexandre B. de Almeida (c) | 29 | Itu |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | José de Almeida Lima (a) | 33 | Itu |
| 1804 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | João de Barros Pedroso (b) | 44 | Minas Gerais |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Joaquim Bernardo Gomes (f) | 31 | Portugal |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | José de Almeida Lima (a) | 38 | Itu |
| 1805 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Alexandre Leite de Barros (g) | 41 | Itu |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Joaquim Bernardo Gomes (f) | 32 | Portugal |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | Antônio Mendes de Godoi (d) | 30 | Campinas |
| 1806 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Alexandre Leite de Barros (g) | 42 | Itu |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | João Batista de Matos (h) | 42 | Santo Amaro |
| 1807 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Manuel Pinto Adorno (i) | 28 | Minas Gerais |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Luís José de Camargo (j) | 36 | Sorocaba |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | João Batista de Matos (h) | 40 | Santo Amaro |
| Continua | | | | |

| Continuação | | | | |
|-------------|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------|------------------|
| Anos | Proprietários dos Engenhos | Administradores | Idade dos adms. | Origem dos adms. |
| 1808 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Manuel Pinto Adorno (i) | 29 | Minas Gerais |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Luís José de Camargo(j) | 36 | Sorocaba |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (3) | José Antônio (l) | 28 | Europa |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | João Batista de Matos (h) | 43 | Santo Amaro |
| 1809 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Joaquim Barbosa (m) | 24 | São Paulo |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | Luís José de Camargo (j) | 38 | Sorocaba |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (3) | José Antônio (l) | 30 | Europa |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | João Batista de Matos (h) | 44 | Santo Amaro |
| | Francisco Pinto Ferraz | Bernardo dos Santos (n) | 31 | Lisboa |
| | Francisco Antônio de S. Queirós | Antônio Manuel de Arruda (o) | 33 | Mogi-Guaçu |
| 1810 | Luís Antônio de Sousa Queirós (1) | Joaquim Barbosa (m) | 27 | São Paulo |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (2) | João Aleixo da Costa (p) | 32 | Lisboa |
| | Luís Antônio de Sousa Queirós (3) | José Antônio (l) | 31 | Europa |
| | Maria Fausta M. de A. Azambuja | João Batista de Matos (j) | 45 | Santo Amaro |
| | Francisco Pinto Ferraz | Bernardo dos Santos (n) | 34 | Europa |
| | Francisco Antônio de S. Queirós | Antônio Manuel de Arruda (o) | 30 | Mogi-Guaçu |
| | Francisco Antônio de S. Queirós | Inácio Álvares de Almeida (q) | 30 | [] |

Notas:

- Os engenhos de Luís Antônio de Sousa Queirós foram acompanhados longitudinalmente e, assim, foi possível compreendê-los individualmente.
 - Foram designadas letras aos administradores, a fim de facilitar seu acompanhamento ao longo dos anos, haja vista que eles podem mudar de engenho. Sempre que repetirem as letras, significa que são os mesmos citados anteriormente.
 - Em colchetes estão as informações que não foram possíveis transcrever, devido ao estado deteriorado da documentação.
 - Os nomes dos indivíduos foram padronizados ao longo dos anos. A exemplo, Alexandre Barbosa de Almeida aparece nomeado apenas “Alexandre Barbosa” em 1803. Foi escolhido sempre o nome mais extenso encontrado.
- Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Os quatro absentéistas encontrados em Campinas durante a montagem do complexo açucareiro foram referenciados nas listas nominativas enquanto residentes da cidade de São Paulo e ao menos três deles foram negociantes de grosso trato, à exceção da viúva Maria Fausta Miquelina de Araújo Azambuja. Sobre esta última, não foram encontradas maiores informações biográficas, mas foi casada com o Coronel Joaquim Manuel Alves e mais tarde casou “suas

filhas com o Brigadeiro Francisco de Paula Macedo e o Marechal Daniel Pedro Müller”⁵⁰⁸, as quais receberam significativos dotes. Em 1798, Maria Fausta era chefe de seu fogo na cidade de São Paulo e, apesar de ter apenas 22 anos, já se encontrava viúva⁵⁰⁹. Também estão presentes duas filhas e 16 escravizados em seu fogo, sua descrição econômica é “vive de rendimentos dos contratos e negócios que teve seu marido”, ou seja, ao que tudo indica, seu marido era negociante e vivia de arrematação de contratos em São Paulo – os quais ela teria mantido e, inclusive, teria diversificado investimentos no açúcar.

A diversificação de capitais advindos do comércio parece ter se tornado a razão fundamental que promoveu os engenhos administrados em Campinas, tendo em conta, principalmente, que, dos 7 dos engenhos existentes no ano de 1810, 6 pertenciam a negociantes de grosso trato – inclusive, como será visto à frente, estão entre as maiores propriedades rurais da vila. O padrão de administração aqui identificado se assemelha ao encontrado por Eugene Genovese para o Caribe britânico na segunda metade do século XVIII, quando houve um paulatino aumento da participação de capital metropolitano em terras e cativos na região, advindo de sujeitos que procuravam diversificar seus cabedais nas colônias. Segundo o autor, esse movimento foi crescente no século XVIII, até que em 1800, na Jamaica, cerca de três quartos das terras e dos cativos eram propriedade de indivíduos ausentes daquele espaço⁵¹⁰.

Ainda de acordo com Genovese, o “absenteísmo tornou-se agudo por volta de 1800 e aumentou daí por diante. Para o investidor inglês, as ilhas serviam para produzir enriquecimento rápido, que poderia ser usado para estabelecer posição social na Metrópole, não na colônia”⁵¹¹. Esse cenário descrito pelo autor se assemelha ao de Campinas, tendo em vista que, apesar de os absenteístas de Campinas não residirem em Portugal, eles eram, de fato, todos portugueses e estabeleceram domicílio na capital de São Paulo, maior centro urbano de toda a região. A

⁵⁰⁸ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. As práticas testamentárias paulistanas da primeira metade do século XIX. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: Associação Nacional de História – UEL, 2005, p. 1-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_dc251e02e745365e8f9bd9f3f81ea6ea.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

⁵⁰⁹ APESP, LNH, São Paulo, 1798.

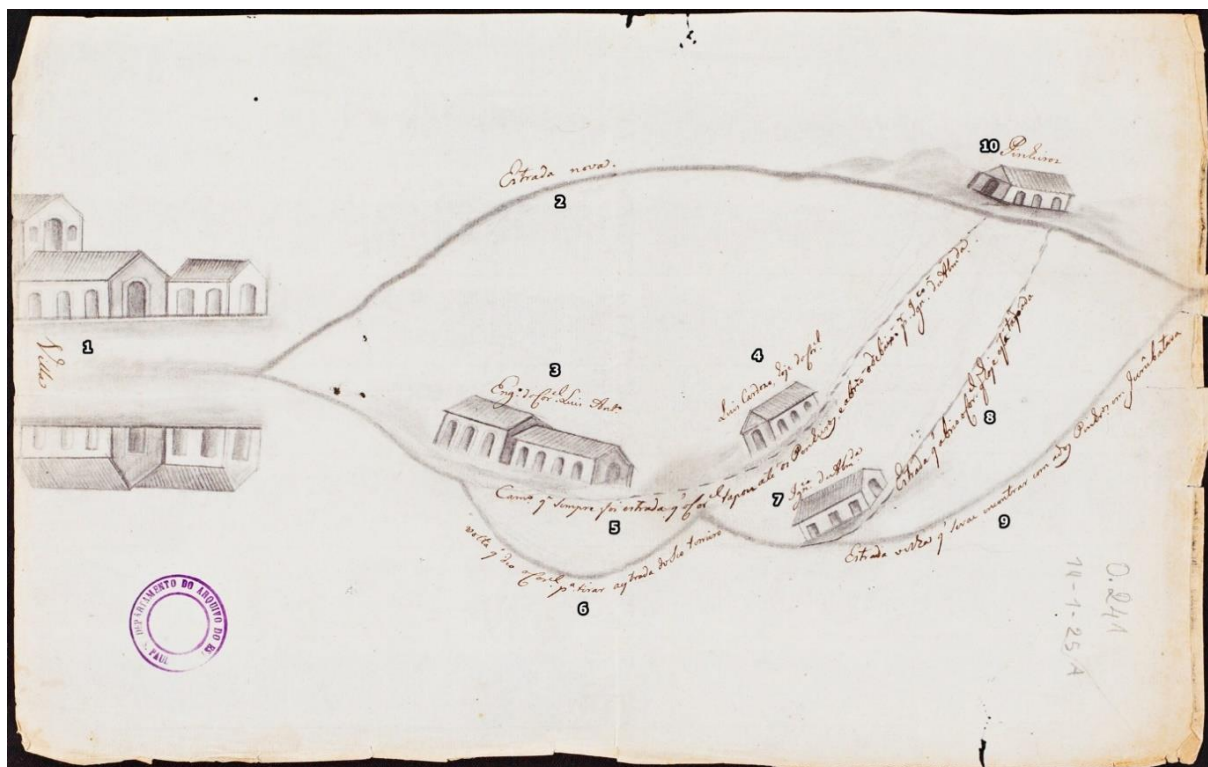
⁵¹⁰ GENOVESE, Eugene D. **O mundo dos senhores de escravos**: dois ensaios de interpretação. Trad. Laís Falleiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 43-44.

⁵¹¹ GENOVESE, 1979, p. 44. A comparação com o Caribe se mostra profícua ao passo que se desconhece estudos que contabilizaram o fenômeno do absenteísmo nos engenhos do Brasil. Para a discussão acerca do absenteísmo no Caribe, ver: TREVOR, Burnard. Passengers only. The extent and significance of absenteeism in eighteenth century Jamaica, **Atlantic Studies**, v. 2, n. 1, p. 178-195, 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1478881042000278730>>. Acesso em: 29 de jul. de 2020; MASON, Keith. The Absentee Planter and the Key Slave: Privilege, Patriarchalism, and Exploitation in the Early Eighteenth-Century Caribbean. **The William and Mary Quarterly**, v. 70, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5309/willmaryquar.70.1.0079#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 09 de mar. de 2020.

cidade desempenhara papel fundamental de entroncamento político e econômico para os comerciantes conduzirem seus negócios rurais e, ao mesmo tempo, controlarem o comércio entre a Metrópole e o interior da colônia.

Como foi visto, houve, de maneira efetiva, uma participação considerável de negociantes de grosso trato na expansão do parque açucareiro campineiro, seja com seus próprios engenhos ou mesmo com as sociedades. A reversão de capitais desses sujeitos parece ter sido profunda na região, principalmente no caso de Luís Antônio; episódio singular que caracteriza sua atuação em Campinas é observado na figura II.5, a qual representa intervenções realizadas pelo Brigadeiro na vila e além dela.

Figura II.5 – Mapa dos caminhos alterados pelo Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós, Campinas, 1810



Notas

a. Os números destacados na imagem são de minha autoria.

b. Segue a transcrição dos escritos, divididos por número: 1. Vila; 2. Estrada nova; 3. Engenho do Coronel Luís Antônio; 4. Luís Cardoso, hoje do Coronel; 5. [Como q^a] sempre foi estrada que o Coronel tapou até os Pinheiros e abriu o debaixo para Inácio de Almeida; 6. Volta que deu o Coronel para tirar a estrada de seu terreiro; 7. Inácio de Almeida; 8. Estrada que abriu o Coronel e hoje está tapada; 9. Estrada velha que leva encontrar com a dos Pinheiros em [Jurubatuba]; 10. Pinheiros.

Fonte: Representação dos caminhos que levam a Pinheiros. Estrada Nova da Vila de São Carlos a Pinheiros. Mapa em sombra da qual se vê todas as mudanças que tem tido este caminho desde que o Coronel Luiz Antonio de Sousa Queirós comprou aquele Engenho. Vila de São Carlos (atualmente Campinas) Pinheiros (Pouso dos Pinheiros atualmente Valinhos). Vestígios Cartográficos dos Séculos XVIII e XIX. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo. Nanquin e grafite sobre papel algodão, 34x22cm. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/arquivo_imagens/APESP_08_03_8.jpg>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

A ilustração feita pelo capitão Felipe Neri Teixeira⁵¹² – que também fora vereador e senhor de engenho de Campinas, mas não conhecidamente um artista –, e datada de 26 de maio de 1810, apresenta um mapa que possui quatro espaços distintos: a vila, três propriedades rurais, o pouso e uma série de estradas interligando esses locais. Os desenhos das edificações são padronizados e em nada procura diferenciar um engenho do pouso ou das estruturas urbanas, ou seja, foram feitos exclusivamente para atrair o olhar para as localidades e referenciar os pontos principais de mudança. O grande objetivo parece ter sido, de fato, alertar para as mudanças realizadas pelo Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós nos trajetos entre os três espaços com edificações: a vila, os engenhos e o pouso. Conforme indica Airton José Cavenaghi, não há nesse desenho “qualquer padrão cartográfico técnico”⁵¹³ e, ao que parece, nem mesmo de escala ou orientação geográfica. Nessa perspectiva, o desenho (figura II.5) apenas “orienta quem já conhece a região, pois apega-se ao fator da compreensão do cotidiano do grupo para ilustrar o caminho proposto”⁵¹⁴.

No centro esquerdo do mapa, foi desenhada a vila de Campinas, provavelmente uma referência ao seu incipiente centro urbano, possuindo duas conexões de estradas: a primeira, mais acima e mais recente, está diretamente ligada ao pouso chamado Pinheiros⁵¹⁵ (espaço onde hoje é o centro da cidade de Valinhos) e a segunda vai para uma área rural, onde encontra algumas propriedades. Avançando com a segunda estrada, o mapa apresenta duas posses de Luís Antônio e nomeia uma enquanto engenho, mas acredita-se que eram ambas propriedades canavieiras do Brigadeiro⁵¹⁶. Além disso, exibe uma outra de Inácio de Almeida, que não fora em nenhum momento senhor de engenho ou mesmo partidista de cana, que era, em 1800, um produtor de alimentos que aparecia nas listas nominativas sob a fórmula “planta para seu gasto”. Inácio de Almeida não aparece no Tombamento dos Bens Rústicos de 1818, ou seja, provavelmente era um posseiro que produzia gêneros alimentícios para sua unidade doméstica e trocava os pequenos excedentes para sua sobrevivência.

⁵¹² Sua família faz parte do tronco familiar Teixeira Nogueira, que possui importantes personagens na história da expansão canavieira campineira. Ver: ALFONSO, 2018a, p. 202-238.

⁵¹³ CAVENAGHI, Airton J. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 14, n. 1, 2006, p. 216. O autor discute o mapa enquanto criação do engenheiro e Marechal Daniel Pedro Müller, pois foi encontrado em seu livro, mas o Arquivo Público do Estado de São Paulo o credita a Felipe Neri, a hipótese é que o desenho de Müller foi uma releitura de Neri.

⁵¹⁴ CAVENAGHI, 2006, p. 216.

⁵¹⁵ PIRES, Mario. **Valinhos tempo e espaço**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1978.

⁵¹⁶ Até nesse momento, Luís Antônio ainda era Coronel; aumentou sua patente apenas em 1818. Porém, a bibliografia o cita recorrentemente como “Brigadeiro Luís Antônio”, nomenclatura utilizada na presente pesquisa.

É possível observar uma série de caminhos conectando as propriedades, os quais foram elaborados ou desfeitos pelo Brigadeiro Luís Antônio, sendo que o próprio título do mapa descreve “mudanças que tem tido este caminho desde que o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós comprou aquele engenho”. Insatisfeito com os caminhos existentes, mandara abrir uma nova estrada (8)⁵¹⁷, que saía de suas terras em direção ao pouso de Pinheiros – parada importante no transporte de açúcar até Santos – e, posteriormente, a fechou e abriu outro caminho (5), que passava por suas duas propriedades. Ainda existiu uma estrada que foi modificada por Luís Antônio para desviá-la de seu terreno (6), conectando-se à que passava, então, pela propriedade de Inácio de Almeida e seguia novamente até o pouso de Pinheiros.

Ora, enquanto comerciante de produtos entre São Paulo e Portugal, Luís Antônio bem sabia da importância dos caminhos e dos pousos para essa atividade e, como foi analisado, de fundamental destaque no empreendimento açucareiro de uma vila que situava a cerca de 198 km do porto mais próximo. A tarefa de criar uma estrada nesse espaço demandava um intenso trabalho de corte de densas matas, de limpeza e nivelamento das estradas, além de sua manutenção frequente e, para tudo isso, era necessário o investimento de grande capital. Empreendimento este que, de fato, ele consumou para facilitar o escoamento do açúcar de suas propriedades até o porto de Santos, indicando a dimensão da reversão de capitais realizada pelos absenteístas na paisagem agrária e econômica de Campinas em prol da feitura e comercialização do açúcar.

Por fim, outra personagem fundamental para a existência desse tipo de engenho era o administrador. Apesar de improvável, o administrador até poderia desempenhar o papel de feitor dos cativos, mas sua função nos engenhos de absenteístas era, normalmente, mais ampla. Seu objetivo principal era gerenciar aspectos abrangentes do engenho, como o controle dos possíveis trabalhadores livres e do comando econômico daquela propriedade – sempre, é claro, sob ordens do dono. Todos os administradores encontrados em Campinas eram homens, brancos e livres.

Novamente contrastando os resultados aqui encontrados com os de outros pesquisadores que investigaram as *plantations* escravistas americanas, como Eugene Genovese, Carlos Lima e Kátia de Melo, o padrão demográfico dos administradores de Campinas se assemelhou ao encontrado por Genevose nos engenhos do Caribe, onde eram quase todos brancos e livres⁵¹⁸, enquanto que, no Paraná, Lima e Melo apresentaram diversas unidades produtivas de

⁵¹⁷ Os números entre parênteses a seguir são relativos à numeração elaborada para referenciar o mapa, com o texto transcrito em notas, abaixo do mapa.

⁵¹⁸ GENOVESE, 1979, p. 41-43.

absenteístas que “não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos”⁵¹⁹. Ainda que o Paraná estivesse inserido na colônia portuguesa, apresentava um padrão diferente de São Paulo no que concerne às propriedades absenteístas; a capitania paulista, por sua vez, tinha mais similaridades com o Caribe. A base agrária e econômica desses espaços pode ajudar a compreender as diferenças e semelhanças entre tais locais: enquanto os absenteístas do Paraná investiram, majoritariamente, em criação de gado, a diversificação de capitais estabelecida em Campinas e no Caribe foi, via de regra, no setor açucareiro exportador – apesar de faltarem, visivelmente, mais estudos sobre tema acerca de outros espaços para viabilizar uma consideração contundente.

O salário que era pago aos administradores, inclusive, aparece apenas uma vez ao longo das listas nominativas: em 1803, o Brigadeiro Luís Antônio pagou 200\$000 réis anuais a José de Almeida Lima⁵²⁰, filho do senhor de engenho Albano de Almeida Lima, quantia considerável para ofícios assalariados – inclusive, maior salário anual encontrado em toda a documentação analisada. Conforme o quadro II.2 evidencia, de maneira geral, os administradores apresentaram origem similar aos senhores de engenho, tendo boa parte nascido em vilas dispersas pela capitania de São Paulo, mas com uma concentração em Itu. Além disso, Minas Gerais também despontou enquanto origem dos administradores, sendo a cidade de São Paulo a que teve números majoritariamente diferentes entre administradores e senhores de engenho, pois forneceu somente um administrador, além de Portugal ser a terceira localidade com mais administradores nascidos para os engenhos de Campinas até 1810⁵²¹.

A semelhança de naturalidade entre senhores de engenho e administradores pode ser explicada por dois fatores: o primeiro é que esses administradores eram familiares dos senhores de engenho que migraram e, por possuírem alguma espécie de competência prática na condução desse tipo de empreendimento, foram contratados enquanto administradores; e o segundo fator, por seu turno, diz respeito às relações de confiança dos absenteístas, haja vista que todos os administradores naturais de Portugal foram contratados pelos três absenteístas, justamente, portugueses (Luís Antônio, Francisco Pinto e Francisco Antônio); Maria Fausta, em contrapartida, contratou apenas paulistas e um mineiro para gerenciar seu engenho.

A idade média dos administradores foi de 33,8 anos, consideravelmente menor que a dos proprietários de engenhos e daqueles com sociedades; entretanto, isso não significou que

⁵¹⁹ LIMA; MELO, 2004, p. 128.

⁵²⁰ APESP, LNH, Campinas, 1803.

⁵²¹ Não foi possível definir a localidade precisa de nascimento de José Antônio, administrador de Luís Antônio de Sousa, tendo em conta que a informação na LNH é apenas “Europa”, mas a hipótese que ele era português.

eles não possuíam experiência com o *fazer* açucareiro e com a administração de cativos. Apesar de serem alguns bastante novos, com menos de 30 anos, tudo indica que, além de procurarem sujeitos de sua confiança, os donos dos engenhos empregaram homens com vivência no meio açucareiro. Por outro lado, é possível identificar uma falta de continuidade desses trabalhadores no mesmo engenho; por exemplo, nos dois engenhos montados por Luís Antônio de Sousa em 1798, passaram 10 diferentes administradores, os quais não permaneceram mais de três anos, sendo Alexandre Barbosa de Almeida a única exceção entre eles ao permanecer quatro anos sob o comando de um engenho do Brigadeiro.

A absenteísta Maria Fausta, por exemplo, dois anos após ter contratado o mineiro José de Sousa Ferreira, decidiu trocá-lo; no período de sua administração, o engenho não foi capaz de fabricar nem mesmo um quilo de açúcar. Para substituí-lo, Maria Fausta contratou José de Almeida Lima, filho de Albano de Almeida Lima, grande senhor de engenho de Campinas. José havia sido administrador do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa em 1798 e 1799, mas, após uma trajetória produtiva ainda medíocre, Maria Fausta novamente troca a administração de sua propriedade em 1805 para outro conhecido, Antônio Mendes de Godoi – que também trabalhou no engenho de Luís Antônio em 1798 e 1800. Godoi, por sua vez, fora partidista de cana nos anos em que não concentrou esforços nos engenhos de absenteístas, chegando a possuir 4 escravizados. Vale reiterar que, apesar dessa constante mudança de administradores, Maria Fausta foi a única absenteísta que manteve o mesmo empregado por mais de 3 anos, sendo que seu próximo administrador, Joao Batista de Matos, não foi trocado até 1810.

Joaquim Bernardo Gomes, administrador de outro engenho do Brigadeiro Luís Antônio, possui uma trajetória singular. Ele aparece pela primeira vez nas listas nominativas em 1795 como partidista de cana e permaneceu nessa função até se tornar administrador do Brigadeiro em 1801, mas voltou a se tornar partidista em 1803, quando foi substituído por outro sujeito no engenho de Luís Antônio. Porém, nos dois anos seguintes, Joaquim Bernardo voltou a se tornar administrador do Brigadeiro, mas agora de outro engenho.

Assim sendo, esses casos realçam o argumento de que parte dos administradores, apesar de jovens, conheciam o funcionamento de um engenho e dispunham de um passado ligado à posse de cativos. Eles não apenas se valeram dessa experiência passada para seus trabalhos em engenhos de absenteístas, como também puderam se capacitar à função de senhores de engenhos, a julgar pelos casos de José de Almeida Lima e Alexandre Barbosa de Almeida, os quais saíram de suas funções nos engenhos administrados para montarem seus próprios empreendimentos nos anos de 1807 e 1808, respectivamente.

É pertinente, enfim, apontar que, embora a década de 1800 tenha passado por uma instabilidade visível nos preços do açúcar em Campinas, especialmente após 1806, foi justamente nesse período que houve um crescimento considerável nos engenhos de absenteístas, em especial negociantes de grosso trato que contratavam administradores para conduzir sua propriedade. Vale lembrar que os comerciantes eram, *per se*, agentes que interligavam mercado dos mais diferentes lugares, sendo os indivíduos discutidos aqui ainda residentes da cidade de São Paulo, então maior cidade da capitania; também eram homens bem-informados sobre o mercado internacional do açúcar. Por tais razões, esses indivíduos tinham mais possibilidades de captarem as tendências mundiais e aplicá-las aos empreendimentos açucareiros. As condições propícias de acesso à terra de excelente qualidade em Campinas para a plantação de cana, somada a uma conjuntura política local favorável e ao constante envolvimento desses negociantes com a comunidade de senhores de engenhos, teriam sido os principais estímulos desses negociantes para a concepção de que obteriam lucros com o empreendimento de intensa reversão de capitais em terra, maquinário e cativos.

5.3 Nas sombras da autoridade: partidistas de cana foram uma classe à espera?

O quarto tipo de unidade produtiva que fez parte diretamente do processo de formação do complexo açucareiro campineiro foi o partido de cana – sua nomenclatura foi encontrada nas próprias listas nominativas de habitantes. Diferentemente das sociedades e dos absenteístas, as trajetórias e tendências dos indivíduos que capitaneavam essas propriedades foram melhor estudadas pelos historiadores, isso porque foi um fenômeno difundido entre as mais distintas regiões canavieiras do Brasil. Também chamado por parte da historiografia de lavrador de cana⁵²², o partidista, apesar de ser um sujeito que estava inserido na economia canavieira, não participava, necessariamente, da etapa final de fabricação do açúcar, haja vista que não possuía o maquinário necessário para o beneficiamento da cana. Em outras palavras, característica basilar que o diferenciava dos outros tipos de proprietários de unidades açucareiras é que ele somente encarregava-se de plantar, cultivar e colher a cana-de-açúcar, sendo necessário o posterior transporte até algum engenho próximo para sua manufatura. Deve-se enfatizar que, na maior parte das vezes, esses lavradores não detinham capital próprio

⁵²² Conforme o próprio Stuart Schwartz adverte, os termos lavrador de cana e agricultor de cana são amplos e se referem na documentação, por vezes, aos próprios senhores de engenho. Por isso, tem se utilizado na presente pesquisa apenas partidista de cana para os donos desse tipo de propriedade e lavrador e agricultor para o conjunto de todos os proprietários que plantavam cana-de-açúcar – possuísem engenho ou não.

e/ou não tinham acesso a crédito para montar sua propriedade, por isso que recorriam a essas formas de exploração da terra⁵²³.

Na colônia brasileira, foi comum que a cana-de-açúcar tenha sido “cultivada não só por senhores de engenho, mas também pelos chamados lavradores de cana”⁵²⁴. Ainda no início do século XVIII, André João Antonil escreveu, em seu famoso livro “Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas”, sobre o particular vínculo entre os senhores de engenho baianos e os partidistas. De acordo com o autor, os donos de engenho dependiam dos partidistas nos períodos de colheita para expandirem a produtividade de seus empreendimentos açucareiros, principalmente tendo em conta o dispendioso processo de manufatura do doce⁵²⁵. Stuart Schwartz afirma que os partidistas “permaneceram como elemento essencial e integrante da economia açucareira baiana durante todo o período colonial, e sua existência emprestou certas peculiaridades à organização social e econômica que influenciaram a vida de escravos e livres na capitania”⁵²⁶.

Vera Ferlini corrobora a afirmação acerca do papel fundamental dos partidistas de cana para a economia dos engenhos, mas reitera que sua participação variou ao longo do tempo, de modo que até “1650, sua participação foi fundamental para a produção, e os engenhos do Nordeste moíam quase que exclusivamente cana de terceiros”⁵²⁷. A historiadora ainda acredita que a demanda por parte dos senhores de engenho esteve ligada à dificuldade no acesso a financiamento de capital, mesmo em época de alta no preço do açúcar nos mercados internacionais e que havia, conseqüentemente, uma “íntima relação entre a existência dos lavradores de cana e a necessidade de máxima produtividade dos engenhos em períodos de expansão”⁵²⁸. Ainda que houvesse uma dependência mútua entre partidistas de cana e lavradores no nordeste brasileiro⁵²⁹, Bert Barickman afirma que a dependência entre esses atores históricos, entretanto, “não implicava igualdade. Embora a balança às vezes oscilasse, os senhores de engenho sempre mantiveram a primazia, e os lavradores de cana pagavam caro pelo privilégio de participar da indústria do açúcar”⁵³⁰.

Ao se cotejar diversos centros açucareiros americanos do período colonial e, embora sejam espaços econômicos diferentes entre si e possuam suas peculiaridades, todos tiveram, em

⁵²³ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 249.

⁵²⁴ BARICKMAN, 2003, p. 41.

⁵²⁵ ANTONIL, 1837, p. 7-10.

⁵²⁶ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 247.

⁵²⁷ FERLINI, 2003, p. 31.

⁵²⁸ FERLINI, 2003, p. 31.

⁵²⁹ À época, apenas chamado de “Norte”. A presente pesquisa se refere, especialmente às capitanias da Bahia e Pernambuco, onde se concentraram os engenhos brasileiros até o fim do século XVIII.

⁵³⁰ BARICKMAN, 2003, p. 201.

maior ou menor grau, os tipos de engenhos discutidos anteriormente: aqueles em que o dono morava no próprio engenho, outros em parte financiados por outrem e ainda as posses de absenteístas. No entanto, os partidistas de cana alcançaram uma importância inegável nos parques canavieiros brasileiros, ao contrário do que ocorreu nas colônias inglesas e, segundo, Vera Ferlini, também não fora comum nos engenhos de Morellos, no México, onde a plantação e a colheita da cana-de-açúcar eram feitas exclusivamente pelos próprios engenhos⁵³¹. Barickman assinala a questão:

Desde seus primórdios, a economia açucareira no Brasil distinguiu-se das suas congêneres no Novo mundo porque grande parte da matéria-prima essencial, a cana-de-açúcar, a da força de trabalho escrava foi controlada não pelos engenhos, mas por lavradores de cana. Essa estrutura existira nas ilhas atlânticas da Espanha e de Portugal, e parece ter sido transferida, no século XVI também para Cuba e Porto Rico, nas Antilhas espanholas. Contudo, até o século XIX, somente no Brasil os lavradores de cana constituíram parte importante da economia açucareira⁵³².

A simples existência desse tipo de propriedade na montagem e desenvolvimento das economias açucareiras foi “fato excepcional no conjunto da produção americana”⁵³³ e contribuiu para “tornar mais complexas as relações sociais na Colônia”⁵³⁴. Como foi discutido, o parque açucareiro campineiro se expandiu impulsionado pela ampliação do número de partidistas de cana, principalmente após 1798. O papel dessas propriedades foi fundamental, haja vista que, durante todo o período analisado, existiram partidos e foram eles que ocuparam o segundo tipo de propriedade em número, atrás unicamente dos engenhos próprios. Contudo, sua relevância entre os produtores de açúcar campineiros apresentou seu auge ainda no início da montagem do complexo açucareiro, mais precisamente entre 1798 e 1800, quando representava por volta de 35% e 29%, respectivamente, dos totais de propriedades, mas no decorrer da década seguiu uma tendência de queda ao passo que o parque canavieiro se expandia.

O padrão de propriedades encontrado em Campinas foi o mesmo apresentado por Roberto Guedes para a vila vizinha, Porto Feliz (desmembrada de Itu em 1797)⁵³⁵, onde os partidistas de cana representavam 44,8% dos produtores dessa vila em 1798, ao passo que apresentou uma constante queda percentual e total ao longo de sua trajetória, caindo para

⁵³¹ FERLINI, 1984, p. 38.

⁵³² SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 247.

⁵³³ FERLINI, 1984, p. 38.

⁵³⁴ FERLINI, 1984, p. 38.

⁵³⁵ Conforme aponta o Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. Desmembramento dos Municípios Paulistas. 2020. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmementos>>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

apenas 4,7% dos produtores canavieiros na mesma vila em 1810⁵³⁶. Ou seja, conforme se avançou no século XIX, a participação dos partidos de cana teve a tendência a se tornar mais restrita nos parques açucareiros paulistas. Apesar de não datarem especificamente a diminuição do fenômeno partidista no Nordeste açucareiro, os autores também observaram uma queda em sua importância⁵³⁷. Esse fenômeno, corroborando Roberto Guedes, não se verificou por causa da falta de terras para a plantação de cana-de-açúcar em Campinas, a julgar pelos engenhos continuarem a expandir em tamanho e quantidade nas duas vilas paulistas ao longo do século XIX.

A explicação vai, nas palavras de Guedes, em outro sentido: “o mais provável é que a lavoura canvieira tenha se elitizado em Porto feliz por causa do custo do trabalho”⁵³⁸, ou seja, o aumento do preço dos cativos nas praças mercantis de São Paulo teria deixado mais custoso para pequenos lavradores participarem da lavoura canvieira. Contudo, além de existirem fogos de partidistas sem nenhum cativo, muitos deles contavam com uma escravaria bastante diminuta, por vezes com um ou dois escravizados adultos. Conforme indica Barickman, na maior parte dos casos, participar do regime partidista significava que “pelo menos a metade da safra teria de ser entregue a um senhor de engenho, também obrigaria um roceiro a submeter seus poucos escravos e talvez até sua família ao penoso trabalho de plantar e capinar os canaviais e, depois ao serviço ainda mais árduo de cortar a cana”⁵³⁹. Esse fator leva a acreditar que os partidistas também eram trabalhadores ativos no eito canvieiro e, portanto, não unicamente o preço ou a posse de cativos influenciou na diminuição de sua participação no cômputo da vila.

Conjectura-se, assim, que, no período inicial de montagem do complexo açucareiro paulista, a escassez de mão de obra escravizada e a dificuldade para alcançar maiores financiamentos levou os senhores de engenho a constituir esses acordos com lavradores de alimentos. Dessa forma, ao passo que conseguiram capital para adquirir mais escravizados e aumentar suas plantações, os senhores não mais demandaram canas alheias – neste momento, observou-se o aumento na disputa de terras em Campinas⁵⁴⁰. Por fim, deve-se entender quais

⁵³⁶ GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**, p. 39-40. O desaparecimento de partidistas de cana na plantação canvieira foi indicado como possibilidade por Luna e Klein para toda capitania/província paulista; ver: KLEIN; LUNA, 2005, p. 55-80.

⁵³⁷ BARICKMAN, 2003. FERLINI, 2003 SCHWARTZ, 2011 [1985].

⁵³⁸ GUEDES, 2008, p. 43.

⁵³⁹ BARICKMAN, 2003, p. 301.

⁵⁴⁰ Sobre os conflitos pela posse da terra em Campinas, ver: SECRETO, 2001b; SECRETO, María V. **Fronteiras em movimento**: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada. Tese (Doutorado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001a. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285499>. Acesso em: 15 de jul. de 2020.

os benefícios possíveis para os partidistas nesse sistema agrário, já que estes eram tratados como plantadores dispensáveis.

Se, por um lado, os partidistas de cana podiam se abster de parte do oneroso custo de montagem e manutenção do engenho de açúcar, além de muitas vezes trabalharem eles próprios no eito canavieiro, por outro, era vedado a eles o acesso ao lucro total de sua colheita, como foi dito. Se o interesse dos senhores de engenho era aumentar a produtividade de seu engenho através das canas colhidas por outrem, isso estava associado ao percentual daquele produto que lhes pertencia após seu beneficiamento. Em outras palavras, ao entregar sua cana a um senhor de engenho para que este último a transformasse em açúcar, o partidista de cana deixava, em geral, metade do produto final com o primeiro⁵⁴¹.

Além disso, nem todo partidista ficava, necessariamente, com metade do lucro de sua produção canavieira. Se porventura eles estivessem ocupando “terras arrendadas a um engenho, o proprietário do engenho também lhes cobrava outra parcela do açúcar a título de arrendamento”⁵⁴². Analisando a economia do engenho de Sergipe do Conde, localizado no Recôncavo Baiano, Ward Barrett e Stuart Schwartz argumentaram que os partidistas que recebiam metade do açúcar produzido com sua cana constituíam, na verdade, “a exceção e eram muito mais comuns os contratos mais favoráveis ao engenho”. Dessa forma, “seria cabível aumentar as cifras de produção do engenho Sergipe em 30%”⁵⁴³.

Para o Oeste Paulista, não foram ainda explorados dados sobre a divisão, de fato, dos lucros da economia açucareira entre esses indivíduos. Nas listas nominativas e inventários consultados, não sobrou resquício dessa partilha, inclusive, as quais também não foram encontradas por Roberto Guedes para Porto Feliz. Resta inferir que se os contratos de sociedades discutidos anteriormente postularam uma divisão de metade de todo lucro para cada sócio, as relações entre senhores de engenho e partidistas de cana do Oeste Paulista podem ter se firmado nos mesmos moldes. Assim, as indicações feitas para o Nordeste açucareiro também são válidas para Campinas.

Até aqui se discutiu a figura do partidista de cana em meio à sua intrincada relação com o senhor de engenho, e pode-se concluir que sua aventura agrária em plantar e colher para

⁵⁴¹ SCHWARTZ, 2011 [1985]. Sobre a relação desigual entre dono da terra e arrendatários, ver: ALVEAL, Carmen M. O. Senhores de pequenos mundos: disputas por terra e os limites do poder local na América Portuguesa. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 1, n. 26, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/15033/854>>. Acesso em: 17 de out. de 2020.

⁵⁴² BARICKMAN, 2003, p. 42

⁵⁴³ BARRETT; SCHWARTZ, 1975, p. 540. Tradução livre de: “En realidad, los lavradores que recibían la mitad dei azúcar producido por su cana constituían la excepción y eran mucho más comunes los contratos más favorables para el ingenio. Por eso aqui y en todo este artículo seria tal vez más exacto aumentar las cifras de producción dei engenho Sergipe en 30%”.

processar a cana-de-açúcar em engenho alheio parece ter sido mais incerta e temerária do que produtiva. Muitos deles eram lavradores de alimentos, descritos regularmente nos censos enquanto produtores “para seu sustento” – provavelmente uma quantidade de alimentos para os familiares do fogo e o suficiente para realizar trocas no mercado por outros produtos. É possível imaginar, assim, que esses indivíduos nem escolha tivessem sobre o que plantar, pois moravam em posses alheias e os donos determinavam o que seria realizado naquele ano – via de regra, dos próprios senhores de engenho.

Porém, havendo possibilidade de escolha e o preço do açúcar pago na região estivesse sendo altamente atrativo, como ocorreu após a Revolução de Saint-Domingue, existia suficiente contrapeso para arriscar nesse gênero agrícola ao invés de se concentrar na produção de alimentos como arroz, feijão e milho (os principais de Campinas). Inclusive, o cronista português Luís dos Santos Vilhena, radicado na Bahia ao final da segunda metade do século XVIII e que viveu durante a alta dos preços da década 1790, percebeu o movimento de mudança nas práticas dos lavradores de alimentos em períodos de alta, afirmando que:

tem o preço do açúcar chegado a um tal auge (...) que não há quem não queira ser lavrador de canas-de-açúcar e esta é a razão por que os lavradores, que sempre foram de farinhas, vão deixando de o ser, só para lavrarem açúcar, de que uma arroba lhes dá para comprarem quatro alqueires de farinha⁵⁴⁴.

Conforme já abordado, o valor pago pelo açúcar aos produtores paulistas manteve-se alto na virada do século XVIII para o XIX. Por ocasião das Guerras Napoleônicas, porém, houve uma gradativa queda no preço do produto. Este período de importante impacto geopolítico correspondeu ao momento de montagem do complexo açucareiro e da existência em maior número dos partidistas de cana. Porém, apesar de diminuírem sua participação ao longo do XIX, os partidistas não sumiram completamente e ainda fizeram parte da paisagem agrária campineira. O interesse de muitos desses lavradores era nítido: participar do lucro açucareiro advindo de uma demanda internacional que deixou de ser suprida com a Revolução de Saint-Domingue. Em consonância com Barickman, conclui-se que “plantar cana-de-açúcar, apesar de arrendamentos e acordos de parceria extorsivos, era em geral compensatório para esses lavradores ou pelo menos não dava prejuízo”⁵⁴⁵. Isso porque, “por mais prestígio social que a produção de açúcar ainda envolvesse, eles teriam fatalmente acabado por abandonar a cana”⁵⁴⁶.

⁵⁴⁴ VILHENA, Luis dos S. **A Bahia no século XVIII**. 2 ed., vol.1. Bahia: Itapuã, 1969, p. 157-158.

⁵⁴⁵ BARICKMAN, 2003, p. 204.

⁵⁴⁶ BARICKMAN, 2003, p. 204.

Entre os anos de 1798 e 1810, foram listados 52 diferentes partidistas de cana em Campinas, ou seja, pouco menos indivíduos do que o grupo de senhores de engenho, que teve 58 diferentes chefes de fogo nos mesmos anos. Exclusivamente pelo número total, é possível imaginar o perfil demográfico e econômico diverso que tiveram os partidistas, já que, mesmo com tamanha heterogeneidade socioeconômica, não houve mais de 17 dessas unidades canavieiras num mesmo ano; e a média anual desse tipo de propriedade no período foi de apenas 7. Não obstante, algumas características lhes eram gerais, dado que os chefes dos partidos eram todos brancos, quase todos homens (apareceram somente duas mulheres chefes de partido)⁵⁴⁷ e que apresentaram um errático percurso no complexo canavieiro. Trata-se, pois, do mesmo processo ocorrido com os partidistas de Porto Feliz⁵⁴⁸, os quais apresentaram uma presença inconstante ao longo do tempo quando comparados aos engenhos. Isso porque, normalmente, os outros donos de unidades açucareiras, sejam próprias ou sociedades, apresentaram a tendência a permanecer na função ao longo dos anos.

Acerca desse último ponto, foi possível identificar que 10 partidistas de cana permaneceram apenas um ano na função, 19 ficaram de dois a quatro anos e somente 9 estiveram presentes no complexo açucareiro campineiro por 5 anos ou mais⁵⁴⁹. Isto é, foram poucos os casos de sujeitos que continuaram por uma quantidade considerável de tempo plantando e colhendo cana na vila. É possível que muitos deles tenham meramente migrado ou mesmo falecido. Porém parte desse grupo acabou produzindo alimentos no ano seguinte ou voltava a ser agregado de um senhor de engenho.

Para o primeiro caso aludido, acerca da mudança no caráter agrícola da propriedade, o melhor exemplo é o partidista Manuel Quintiliano, que foi recenseado em 1799, com apenas 19 anos e sob a posse de quatro cativos (três adultos e uma criança), sendo recenseado no mesmo fogo em 1800. Nos anos seguintes não colheu outra vez cana, mas foi possível encontrá-lo produzindo outros alimentos, como arroz, feijão e milho, até que, em 1808, voltou a aparecer cultivando cana. A partir de seu inventário, em 1809, constatou-se que Quintiliano possuía, de fato, uma gleba de terra em seu nome, a qual estava “cultivada”, levando a crer que ele vivia com sua família e cativos em sítio próprio, constituindo renda a partir do excedente da produção

⁵⁴⁷ Peter Eisenberg afirma o mesmo para a continuação do século XIX: “Como os senhores de engenho, os plantadores eram quase que exclusivamente homens, e de cor branca”. Cf.: EISENBERG, 1989, p. 374.

⁵⁴⁸ GUEDES, 2008, p. 44.

⁵⁴⁹ O levantamento foi feito considerando os partidistas de cana que apareceram até o ano de 1806, para que houvesse tempo de se serem encontrados até o recorte final, 1810. Ou seja, os novos partidistas entre 1807 e 1810 não entraram na contagem.

de gêneros⁵⁵⁰. Reitera-se que cana não é plantada anualmente, pois suas touceiras duram anos. Portanto, após plantada, está disponível todos os anos subsequentes e, se não colhida, envelhece. Sendo assim, sendo conveniente para o partidista ou algum senhor de engenho próximo, o primeiro poderia se tornar partidista de cana descontinuamente? Seria apenas um problema no recenseamento das listas nominativas? São perguntas de difícil resposta e que a documentação presente permite apenas levantar a hipótese de que, em certos anos, o senhor de engenho necessitava de mão de obra complementar para seu engenho e poderia realizar a remuneração do indivíduo em açúcar⁵⁵¹.

Vale lembrar que o recenseador pode ter ignorado a produção de Manuel ou até ocorrido naquele ano algum problema produtivo e, por isso, tal informação foi desconsiderada pelo recenseador. Contudo, percebeu-se que as listas de Campinas do período analisado possuem informações bastante completas, não sendo comum tais ausências; além de que as listas arrolavam até mesmo aquela propriedade açucareira que passava por algum problema na confecção do produto, inserindo a designação canavieira sob a alcunha “nada produziu”.

Outra tese que a historiografia traz à baila sobre a categoria dos partidistas é a de que ela representava, nas palavras de Stuart Schwartz, uma “classe à espera” de ascensão⁵⁵². O autor argumenta que os lavradores seriam senhores de engenho em potencial, haja vista que possuíram as mesmas origens dos senhores de engenho, ou seja, socialmente homogêneos⁵⁵³. Os partidistas formariam um grupo composto por muitos sujeitos que enxergavam nessa atividade agrária uma espécie de etapa para alcançar o ápice de exploração de terra na colônia: a posse de seu próprio engenho e a utilização extensiva de mão de obra escravizada. Essa proposta é também sugerida no resultado da extensa análise prosopográfica feita por Carlos Bacellar, o qual afirmou que haveria, ao observar o ciclo de vida dos senhores de engenho, “uma tendência de se iniciar a vida em atividades subsidiárias aos engenhos, tal como a lavoura de subsistência, o plantio e a administração de um engenho”⁵⁵⁴, e que “o melhor meio para se chegar a senhor de engenho era exercer a atividade subsidiária mais lucrativa, o plantio

⁵⁵⁰ APESP, LNH, Campinas, 1799, 1800, 1808 e 1809. CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Manoel Quintiliano da Silva**. 1º Ofício, Processo 00044, 1809.

⁵⁵¹ Não é possível descartar, contudo, que tal descontinuidade nas informações seja advinda do caráter censitário da lista nominativa, bem como das possíveis diferenças da forma de recensear em cada ano, cf.: BACELLAR, Carlos de A. P. As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836). **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, v. XVI, p. 313-338, 2015b. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_\(2015\)_ISSN08749671.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_(2015)_ISSN08749671.pdf)>. Acesso em: 05 de set. de 2021.

⁵⁵² SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 258-260.

⁵⁵³ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 258-260.

⁵⁵⁴ BACELLAR, 1997, p. 165-170.

de canas de partido”⁵⁵⁵. Conforme já se discutiu em tópicos anteriores, houve, de fato, dois administradores de engenho que se tornaram donos de suas próprias unidades canavieiras posteriormente, e a análise das trajetórias dos partidistas de cana campineiros ajuda a corroborar em parte essa afirmação, haja vista que existiram dez senhores de engenho advindos da atividade partidista, conforme indica o quadro II.3.

Quadro II.3 – Perfil dos partidistas de cana que se transformaram em senhores de engenho de Campinas (1798-1810)

| Nome | Anos em que foi partidista | Ano em que tornou sr. de engenho | Idade ao se tornar sr. de engenho | Familiares donos de engenho em Campinas |
|-----------------------------|----------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---|
| Antônio Antunes de Campos | 1799; 1804 a 1807 | 1808 | 32 | Sogro/Irmãos |
| Domingos da Costa Machado | 1798 a 1801 | 1803 | 30 | Pai/Sogro |
| Elias Antônio Aranha | 1804 a 1805 | 1806 | 34 | Sogro/Cunhados |
| João Francisco de Andrade | 1803 a 1807 | 1808 | 47 | Filho |
| Joaquim Antônio de Arruda | 1798 a 1801 | 1806 | 50 | Cunhados |
| José de Almeida Lima | 1801 a 1803 | 1807 | 41 | Pai |
| Manuel Fernandes de Sampaio | 1798 a 1801 | 1803 | 52 | N.I. |
| Manuel Ferraz de Campos | 1798 | 1800 | 27 | Pai |
| Manuel Teixeira Vilela | 1800 a 1807 | 1808 | 54 | Irmão |
| Pedro José Batista | 1798 a 1800 | 1807 | 50 | Primos |

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Contudo, considerando essa parcela de indivíduos partidistas (10), em comparação ao total que possuiu um partido de cana no período (52), percebe-se que a numerosa maioria deles não atingiu esse posto; aliás, sequer permaneceram plantando e colhendo cana por muito tempo. Nem mesmo os novos senhores de engenho eram, em sua maioria, advindos dessas atividades na vila, tendo em conta que, considerando apenas os 26 novos engenhos criados entre 1800 e 1810, somente 10 de seus donos eram advindos diretamente dessas atividades⁵⁵⁶. Eles, assim,

⁵⁵⁵ BACELLAR, 1997, p. 165-170.

⁵⁵⁶ Vale reiterar que eram nove deles partidistas e apenas um era administrador.

não se utilizaram do partido enquanto etapa para se tornarem senhores de engenhos. Nesse sentido, é possível trazer à baila os resultados de Eisenberg para Campinas, que percebera que “nem todos os plantadores tornavam-se senhores de engenho”⁵⁵⁷ e, extrapolando a própria vila, Roberto Guedes encontrou o mesmo resultado para Porto Feliz, argumentando que “plantadores de cana de partido podiam não se converter em senhores de engenho e retornar à produção de alimentos”⁵⁵⁸. Para a imensa maioria deles, não parece sequer ter havido a possibilidade de possuir seu engenho, por isso dedicaram pouco tempo ao papel de partidista de cana antes de partir para outra atividade, nem mesmo logrando permanecer anos a fio como nessa função.

Se, por um lado, é incerta a possibilidade de generalizar que a posse de um partido de cana-de-açúcar fora a maneira mais usual para se ascender à posse de um engenho, por outro, esse tipo de propriedade parece ter sido também utilizado, como assinalou Carlos Bacellar⁵⁵⁹, para expandir o acesso à economia açucareira ao seu próprio entroncamento familiar. Peter Eisenberg, ao analisar as médias de idade, escravaria e produção açucareira dos partidistas de Campinas, afirmou que “esse grupo de plantadores ‘bem-sucedidos’, começando enquanto jovens, fez uma aprendizagem da parte agrícola no setor açucareiro e depois passou a comandar também a parte industrial”⁵⁶⁰. Entretanto, o pequeno número de sujeitos analisados parece ter distorcido a média encontrada pelo autor, por exemplo, ele percebeu que a média de permanência dos sujeitos enquanto partidistas foi de 2,4 anos. Para aqueles que se tornaram senhores de engenho entre 1793 e 1810, especificamente, a média foi de 4,2 anos. Conforme é observado no quadro II.3, nem a idade dos partidistas era, necessariamente baixa, nem parece ser a experiência adquirida com a atividade canavieira a explicação para o fenômeno daqueles que montaram seu próprio engenho, principalmente considerando-se a coluna “familiares donos de engenho”.

Não raro, encontram-se partidistas campineiros cujos pais, sogros, tios ou primos eram senhores de engenho – especialmente na mesma vila. Entre os homens que conquistaram seu próprio engenho (quadro II.3), nove deles eram familiares de senhores já estabelecidos em Campinas⁵⁶¹, principalmente filhos daqueles, deixando claro que se não era o movimento mais habitual alçar de partido para engenho, ao menos era a situação mais favorável ao lavrador. Em outras palavras, não se exclui que o partido de cana tenha sido também um espaço de

⁵⁵⁷ EISENBERG, 1989, p. 37.

⁵⁵⁸ GUEDES, 2008, p. 53.

⁵⁵⁹ BACELLAR, 1997.

⁵⁶⁰ EISENBERG, 1989, p. 376.

⁵⁶¹ As famílias de Manuel Fernandes de Sampaio e sua esposa, Maria Custódia de Oliveira, não foram encontradas.

preparação, ou ainda aprendizado, para um homem que almejava tornar-se senhor de engenho; não obstante, esse caso constituía a exceção do papel do partido de cana na montagem do complexo açucareiro.

O partidista Antônio Antunes de Campos (quadro II.3) era neto de Francisco Barreto Leme, denominado fundador de Campinas, e fazia parte de uma linhagem que conseguiu se aproveitar da alta no preço do açúcar para fundar engenhos na região. Não tanto pelo seu pai, João de Sousa Campos, que não chegou a ter sua propriedade canavieira, mas aos seus três irmãos que se tornaram senhores de engenho ainda na década de 1790⁵⁶². Seus irmãos, José Antônio do Amaral, José de Sousa Siqueira e Rafael Antunes alçaram a própria unidade açucareira após se casarem e, conseqüentemente, saíram do grupo doméstico do pai.

A vida de Antônio Antunes não foi diferente; casou-se com Maria Joaquina de Moraes⁵⁶³ e logo constituiu sua unidade doméstica, mas, diferentemente dos irmãos, constituiu uma propriedade com poucos cativos e que plantava gêneros de subsistência, além da cana de partido esporadicamente, tendo em vista seu hiato enquanto partidista entre os anos de 1800 e 1803, nos quais foi encontrado como agregado de seu sogro. Ainda em comparação aos irmãos, tardou a possuir engenho próprio, talvez por ser o mais novo entre eles e ter sido preterido na partilha de bens e/ou não ter tido um casamento com dote tão alto, como deve ter sido o de seu irmão José de Sousa Siqueira, que se casou com Gertrudes Maria de Toledo, filha de Albano de Almeida Lima, poderoso senhor de engenho em Campinas. Fato é que Antônio erigiu seu engenho em 1808, já com 32 anos, após ser agregado de seu sogro e, especula-se, partidista de cana do engenho deste último. Tais eventos tornam crucial a reflexão sobre o ciclo de vida desses indivíduos a partir do acompanhamento longitudinal, que permite entender que, mesmo pertencendo a uma rede de parentesco com vários senhores de engenho, uma de suas personagens, Antônio Antunes, contraiu matrimônio e mudou-se para se tornar agregado e partidista de outro engenho até montar o seu próprio.

Percebe-se que no ciclo de vida desses dois partidistas que ascenderam a senhores de engenho, se sobressaía a diferença de idade nas relações com os proprietários de engenho e, conseqüentemente, um possível apadrinhamento de familiares mais novos, a julgar por serem quase todos eles mais novos que seus parentes senhores. Exceção a esse fenômeno se deu com capitão João Francisco de Andrade, que, segundo Luís d'Alincourt, “por sua altura, e extraordinária gordura, que o priva de montar a cavalo”⁵⁶⁴, o qual atuara como partidista de

⁵⁶² Conforme foi discutido no início do capítulo.

⁵⁶³ Filha do senhor de engenho de Campinas, José Francisco de Moraes.

⁵⁶⁴ D'ALINCOURT, 2006, p. 34.

cana entre 1803 e 1807, tornando-se senhor de engenho no ano seguinte após firmar uma sociedade com seu filho. Este último, Antônio Francisco de Andrade, que havia contraído matrimônio em 1805 com Maria Barbosa de Campos⁵⁶⁵ (viúva do senhor de engenho Alexandre Barbosa de Andrade), assumiu o controle do engenho do falecido marido após dois anos de administração da viúva, ou seja, casou-se com uma senhora de engenho, transformando seu pai em partidista de cana e, logo em seguida, também em dono de engenho. Apesar de constituir a exceção e não a regra, a utilização do partido de cana como caminho para inserir familiares na economia canavieira, de fato, foi constatada em Campinas. Essa estratégia patriarcal transforma a função do partido de cana; se Barickman, Schwartz e Ferlini enxergaram o partidista enquanto uma necessidade do engenho⁵⁶⁶, uma espécie de reserva de cana-de-açúcar e de mão de obra, nesse outro sentido ele operava enquanto método de aprendizado na organização canavieira para a família extensa dos senhores de engenho⁵⁶⁷. Isso posto, destacam-se os percursos econômicos advindos do entroncamento familiar do capitão-mor Antônio Ferraz de Campos, que ajudam a esclarecer as opções senhoriais em relação aos partidos de cana.

Antônio Ferraz, filho do lavrador ituano Pedro Dias Ferraz, mudou-se para Campinas em 1789 com a posse de 24 cativos. Pouco se sabe de sua trajetória anterior à vila, apenas que contraiu matrimônio com Maria da Cunha de Almeida, também ituana, e que, talvez por não ter sido favorecido no processo de partilha da propriedade do pai, o casal resolveu migrar para Campinas em busca de novas terras. Ele estava presente no primeiro levantamento de senhores de engenho a que se teve acesso, em 1793, sendo não apenas o maior escravista da vila, como também o maior produtor de açúcar – principal engenho de Campinas na década de 1790, e no início de 1800 ainda figurava entre os maiores⁵⁶⁸.

Antônio Ferraz e Maria da Cunha morreram no mesmo ano, 1804 – na lista nominativa anterior, foram arrolados com 64 e 44 anos, respectivamente⁵⁶⁹. O casal teve uma série de filhos, como era costume, dos quais 9 chegaram à fase adulta. Foi possível acompanhar, através das listas nominativas de Campinas, a trajetória dos 6 filhos mais velhos⁵⁷⁰. Nos percursos traçados por eles, percebe-se a estratégia socioeconômica do patriarca: direcioná-los para a empresa

⁵⁶⁵ Filha de outro senhor de engenho da vila, Sebastião de Sousa Campos.

⁵⁶⁶ BARICKMAN, 2003; SCHWARTZ, 2011 [1988]; FERLINI, 2003.

⁵⁶⁷ Conforme já havia apontado Carlos Bacellar, cf.: BACELLAR, 1997.

⁵⁶⁸ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume IV - Pág. 03 a 44. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/ABotelhos_1.htm>. Acesso em: 07 de abr. de 2020; APESP, LNH, Jundiá, 1790-1794; 1796; APESP, LNH, Campinas, 1797-1810; AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798.

⁵⁶⁹ APESP, LNH, Campinas, 180 e 1804.

⁵⁷⁰ Após a morte de Antônio Ferraz e Maria da Cunha, os dois filhos mais novos, Francisco e Francisca, tornaram-se agregados da irmã mais velha, Ana Maria Ferraz. Cf.: APESP, LNH, Campinas, 1808.

açucareira e estender seus laços familiares no mesmo ramo. Segue a lista dos filhos e seus respectivos cônjuges⁵⁷¹.

1. Capitão Manuel Ferraz de Campos casou-se com Ana Bueno de Camargo em 1800;
2. Ana Maria Ferraz casou-se com o tenente José da Rocha Camargo em 1795;
3. João Ferraz de Campos se casou com Bárbara de Camargo Penteado em 1807;
4. Manuela Ferraz de Campos casou-se com Pedro José de Campos em 1804;
5. Sargento-mor Antônio Ferraz de Campos (homônimo do pai) casou-se com Ana Luiza de Camargo em 1804; e
6. José Ferraz de Campos casou-se com Umbelina de Camargo Penteado em 1806.

Sem exceção, todos participaram ativamente da economia açucareira; em momentos diferentes, mas influenciados pela figura do capitão-mor Antônio Ferraz. Quando ele casou sua filha mais velha, Ana Maria, com o tenente campineiro José da Rocha, este ainda não possuía nenhuma propriedade canavieira. Foi apenas 2 anos depois, em 1797, que apareceu como dono de um engenho na vila, possivelmente com a ajuda do dote cedido pelo pai de Ana Maria. Sua outra filha, Manuela Ferraz, casou-se no ano da morte do pai. Seu marido, Pedro José, também não possuía engenho em 1804, sendo recenseado como senhor de engenho somente em 1818. Ao que tudo indica, Pedro montou sua propriedade com parte da escravaria do falecido Antônio Ferraz, provavelmente parte da herança de Manuela – haja vista que, após a realização do cruzamento de ambas as escravarias, percebeu-se que ao menos 10 de seus 15 cativos tinham o mesmo nome e idades semelhantes ao do sogro⁵⁷².

João Ferraz de Campos foi o filho do capitão-mor que mais se distanciou do açúcar: tornou-se partidista de cana em 1815 e dono do próprio engenho em 1822. Já os outros três filhos, Manuel Ferraz, Antônio Ferraz e José Ferraz, desempenharam o papel de partidistas de cana mais cedo, provavelmente por serem mais velhos; e à exceção de Antônio, que some das listas nominativas de Campinas após 1811, todos se tornaram senhores de engenho. José Ferraz parece ter usufruído da herança para montar seu partido, tendo em conta que aos 20 anos, em 1807 (3 anos após a morte dos pais), sob a posse de 8 cativos, iniciou a colheita de cana-de-açúcar, montando seu engenho somente 10 anos depois, em 1817. Já Manuel Ferraz, filho mais velho do capitão-mor, foi aquele que teve a trajetória mais interessante: já em 1796, com 20

⁵⁷¹ Apesar de os inventários de Antônio e Maria da Cunha não terem sido encontrados, o cruzamento com as LNH e a Genealogia Paulistana indicam que a ordem estabelecida nesta última documentação de nascimento foi, de fato, a ordem de idade dos filhos do casal. Na ordem do mais velho para o mais novo.

⁵⁷² APESP, LNH, Campinas, 1805; APESP, LNH, Campinas, 1808.

anos, ele parece em fogo próprio, solteiro, e sob a posse de 4 escravizados. Ainda solteiro, em 1798 e com 10 cativos, torna-se partidista de cana. Ora, como, tão jovem e sem dote da esposa, Manuel poderia ter acumulado cabedal para adquirir terras e cativos? Conjectura-se que foi o apoio familiar, mais precisamente de seu pai, que incentivou o filho a investir na economia açucareira. Talvez tenha sido esse fato, inclusive, o facilitador do arranjo do casamento para o filho, em 1800, com a filha do falecido senhor de engenho de Itu, o Capitão Maximiano de Oliveira Bueno. Ora, não é coincidência que, nesse mesmo ano, Manuel edificou seu engenho próprio, agora com 15 cativos, deve ter contado, além do apoio do pai, com o dote da esposa.

Assim, os percursos de vida dos filhos do capitão-mor Antônio Ferraz de Campos evidenciaram suas intenções, interrompidas pela sua morte e a da esposa, em 1804. O propósito era claro: inserir seus filhos na economia açucareira. Para cumprir seu objetivo, Antônio adotou três estratégias: (i) buscou, através do partido de cana, repertoriar seus filhos, jovens e homens, no cultivo da gramínea; não menos importante, (ii) arranjou casamentos com pessoas de famílias importantes da região, especialmente suas filhas, mas também seu filho Manuel; e, por fim, (iii) a organização da família patriarcal ao redor do capitão-mor e a transformação de seus filhos e genros em senhores de engenho podem ter ocorrido devido ao investimento direto de capital do patriarca, seja através de adiantamento da herança ou por meio do dote.

Para concluir, deve-se reiterar que os partidistas de cana que se tornaram donos de engenhos estavam, em sua maioria, relacionados diretamente à família patriarcal de senhores já instalados, indicando que, para ascender a proprietário, não bastava apenas excelência na condução do partido ou mesmo no manejo com a mão de obra cativa – vide que todos esses dispunham de escravizados – que levasse qualquer um deles à lucratividade intensa e ao possível autofinanciamento, mas, sim, o estreito vínculo familiar com sujeitos que viabilizariam a ascensão com condições de financiamentos, dotes ou até mesmo herança visando a seu próprio benefício. Nesse sentido, ser um partidista não seria apenas um momento de espera pelos recursos serem acumulados para possibilitar a montagem de um engenho, mas também um período de jovens (filhos ou genros) aprenderem na prática as artes do ofício, antes de saltarem de degrau.

Com o objetivo de perpetuar e reproduzir a própria condição de senhor de engenho, esse grupo estabeleceu estratégias que sustentaram a expansão do complexo açucareiro campineiro através do trabalho em conjunto de alguns partidistas, escolhidos no seio familiar, para montarem sua propriedade açucareira. Em outras palavras, corroborando a sugestão de Carlos Bacellar para o Oeste Paulista, se os senhores de engenho recém-estabelecidos em Campinas eram, em grande parte, aqueles filhos enviados à “Frente Pioneira” pela falta de terras em zonas

de exploração mais antiga, como a vila de Itu, seus familiares continuaram no mesmo destino naquele momento: explorando essa zona de fronteira⁵⁷³. Isso porque ainda existiam sesmarias colossais a serem exploradas pelos recém proprietários e uma considerável oferta de terra àqueles que podiam pagar, possibilitando que, ao invés de buscarem outras fronteiras abertas, ainda conseguissem estabelecer unidade produtiva e parte da montagem do complexo açucareiro campineiro.

Em contrapartida, esses indivíduos não parecem ter sido representantes da categoria de lavradores que Bert Barickman descreveu como roceiros trabalhavam, por vezes, lado a lado com seus filhos e escravos⁵⁷⁴, e sim um grupo que já estava inclinado, pelas relações familiares, a constituir o grupo de senhores de engenho, nomeados por Schwartz como uma classe em ascensão. Aqueles que não alçaram engenho próprio e permaneceram poucos anos à frente de um partido representaram o maior número de sujeitos dessa categoria. Alexander Chayanov trouxe à baila que, para os pequenos lavradores em sociedades agrícolas, a lógica empresarial e a lucratividade econômica nem sempre foram finalidade indispensável⁵⁷⁵. Mesma lógica pode ser aplicada aos “partidistas eventuais” campineiros que, baseados no trabalho familiar e na submissão a proprietários de terras, podem ter pretendido somente o estabelecimento de relações amigáveis com os senhores de engenho para conquistar sua permanência em terras produtivas e a subsistência de seu grupo familiar.

⁵⁷³ BACELLAR, 1997.

⁵⁷⁴ BARICKMAN, 2003, p. 211-266.

⁵⁷⁵ CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, p. 30-38.

6 Terras campineiras: a estrutura fundiária do açúcar no alvorecer do século XIX

De acordo com Mercedes García Rodríguez, para explicar a história de formação do complexo açucareiro cubano, seria essencial não ignorar um de seus elementos fundamentais: a posse da terra⁵⁷⁶. Ainda que o êxito das grandes propriedades rurais de *commodities* tenham derivado, principalmente, da utilização da mão de obra cativa e da capacidade de adquiri-la e administra-la, fruir de terras livres era caráter básico para a instalação de um engenho e, por vezes, promoveu distinções consideráveis entre as capacidades produtivas de cada unidade. Embora existam diferenças entre a posse de terra em Cuba quando comparada ao Brasil, parece fundamental o estudo do quadro fundiário para os estudos das *plantations* escravistas em toda a América. Além disso, como indicou García Rodríguez, a terra também poderia ser considerada sinônimo de prestígio social e fortuna, “a posse da terra é a maior riqueza”⁵⁷⁷, conforme apontou Francisco José de Lacerda e Almeida em 1790. Ainda que tenha sido tratado anteriormente sobre as diferentes qualidades da terra para o cultivo de cana-de-açúcar em São Paulo e, mais especificamente, em Campinas, é necessário ir além e discutir sua posse e concentração.

Como destacou Bert Barickman, é importante questionar a relevância de se estudar a posse da terra em zonas de fronteira agrícola, haja vista a oferta quase interminável de terras e que a “existência de uma fronteira sem dúvida diminuía o valor da propriedade fundiária”⁵⁷⁸ – tanto em relação ao seu valor econômico quanto o social. Na capitania de São Paulo, as fronteiras a Oeste poderiam representar ainda dois problemas àqueles que investissem em seu território: o inevitável enfrentamento com indígenas que resistiam na região e as grandes distâncias do porto de Santos. A fim de investigar a posse da terra, se torna indispensável, então, refletir sobre outros dois pontos. Primeiramente, todas as propriedades açucareiras apresentadas durante a presente investigação requeriam grandes extensões de terras para sua existência, que iam muito além daquelas utilizadas para sua unidade fabril, em razão de ser primordial para a plantação dos gêneros ou mesmo para a reserva de mata – seja para futuras plantações, seja para preparação de lenha. Sendo assim, compreender o tamanho da posse e suas diferenças pode auxiliar na compreensão do complexo açucareiro campineiro. Em segundo lugar, investigar a produção de açúcar para o mercado internacional é adentrar, indispensavelmente, o campo do

⁵⁷⁶ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 9-11.

⁵⁷⁷ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diário de Vila Bela até a cidade de S. Paulo pela ordinária derrota dos rios, 1788-1790. Diários de Viagem, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944, p. 90 apud CANABRAVA, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Separata da Revista de Estudos Econômicos**. IPE-USP, São Paulo, v. 2, n. 6, 1972, p. 109. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143265>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

⁵⁷⁸ BARICKMAN, 2003, p. 176.

transporte do produto. A distância existente entre os engenhos e porto de Santos limitava fatalmente a fronteira agrícola possível para instalação das *plantations* canavieiras no Oeste Paulista, sobretudo por ser um artigo vulnerável e que ficava suscetível às intempéries do tempo ao longo da viagem de cerca de 198 km feita em lombos de muares. Conseqüentemente, apesar de ser uma região com farta oferta de terras e que recebeu até o final do século XIX a instalação de grandes *plantations* escravistas, ela possuía um limite de expansão devido à distância do porto mais próximo. Além disso, as amplas necessidades de terra dos engenhos causaram conflitos, tornando-se indispensável o estudo da posse da terra em Campinas.

Isso posto, o primeiro objetivo é destacar a apropriação de terras em Campinas durante a montagem de seu complexo açucareiro e, em especial, categorizar a estrutura fundiária efetiva. O segundo é identificar, sobretudo, de que modo as propriedades dos lavradores de cana ocuparam as terras campineiras no alvorecer do século XIX. Por fim, o terceiro é discutir a concentração de terras nos diferentes tipos de unidades açucareiras (próprias, absenteístas e partidos). Faz-se necessário, assim, compreender o papel desses indivíduos na divisão fundiária estabelecida, à luz das diferenças entre cada tipo de propriedade canavieira. Para cumprir tal objetivo, foi utilizado, em consonância às listas nominativas de habitantes, o Inventário dos Bens Rústicos de 1818, considerando, até então, a inexistência, de outros levantamentos gerais relativos às propriedades fundiárias em Campinas. Apesar de o recorte da pesquisa ser anterior ao arrolamento de terras, como será discutido, a maciça maioria dos lavradores de cana que eram proprietários de terra no ano de 1818 já estavam presentes na vila em 1810, o que sugere que não houve grande mudança no período.

6.1 O cadastro de terras e o quadro agrário geral de Campinas

Ocorrido entre os anos de 1818 e 1819, o recenseamento de terras foi realizado a partir do Aviso Régio de 21 de outubro de 1817. Este foi instituído por D. João VI, então rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves, à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. Na ordem, era solicitado que o levantamento das propriedades rurais fosse feito em todas as capitanias do Brasil⁵⁷⁹, sendo necessário assinalar a gênese daquela propriedade, destacando se adivinham de sesmarias, posses, compras ou heranças e que enquadrasse as seguintes informações:

⁵⁷⁹ Segundo Nelson Nozoe, se essa documentação foi realizada, de fato, em todo o território da colônia portuguesa, tal fonte ainda não foi encontrada ou, infelizmente, preservada. Cf.: NOZOE, 2008, p. 191.

(1) a freguesia a que pertence; (2) o nome da pessoa que possui; (3) o nome da fazenda; (4) a sua extensão com o número de braças de testada e de fundo; (5) se está ou não com cultura; (6) quantos escravos se acham nelas empregados; (7) onde reside o dono, bastando para estas declarações os comandantes dos respectivos distritos ou os oficiais empregados nesta delegacia o informe com o mesmo dono do terreno sem que dele se exija a apresentação de Títulos ou Documentos⁵⁸⁰.

O recenseamento de terras evidenciou a política de desenvolvimento agrícola promovida pela Coroa portuguesa desde fins do século XVIII e aperfeiçoada após a chegada a corte em 1808. Existiam diferentes formas de se apropriar da terra na colônia, como a concessão de sesmarias, a compra ou a posse – e que comumente apresentavam problemas no cumprimento de sua legislação⁵⁸¹. Nesse sentido, a posse se configurava quando o sujeito simplesmente tomava uma determinada área como sua, geralmente implantando algum cultivo agrícola, mas não havia comprado aquela terra e nem mesmo recebido sesmaria⁵⁸². A prática da posse da terra foi realizada, majoritariamente, por lavradores de alimentos que não possuíam cabedais para comprá-la ou requisitos para solicitar seu próprio quinhão de terra – que normalmente não era extenso. Entretanto, apesar de ser esse o arquétipo dos posseiros, também era possível encontrar grandes extensões de terra sob seus domínios⁵⁸³. Ainda é preciso levar em consideração outro problema na apropriação de terras na colônia, pois existiam os sesmeiros que burlavam as exigências básicas para a confirmação das doações, advindas desde as *Ordenações do Reino*: as Afonsinas (1446), as Manuelinas (1511-1512) e as Filipinas (1603), bem como outros que aumentavam o recorte original de terra cedido pela Coroa⁵⁸⁴.

Essas práticas que violavam a legislação vigente apresentaram a tendência de crescimento justamente em fins de século XVIII e no decorrer do XIX, estimuladas pela expansão agrícola e, sobretudo, pela forma de exploração uso do solo, que poderia causar seu rápido esgotamento, determinando a procura por novos espaços⁵⁸⁵. A região de Campinas não fugia dessa realidade e formou-se a partir de desiguais apropriações de terra no século XVIII e

⁵⁸⁰ AGUIRRA, João B. de C. Tombamento de 1817: propriedades rurais na capitania de São Paulo. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. X, p. 57-64, 1935.

⁵⁸¹ MOTA, Maria S. Posse e propriedade da terra no Brasil: das cerimônias de posse à propriedade privada da terra. **Trajetos – Revista de História da UFC**, v. 6, n. 11, p. 139-159, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/29726>>. Acesso em: 19 de out. de 2020; FERLINI, Vera L. A. Fazendas e Engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). **História**, Assis/Franca, v. 39, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742020000100201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

⁵⁸² NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

⁵⁸³ MUNIZ, Célia Maria L. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979, p. 26; SILVA, Ligia Maria O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996, p. 31-32; NOZOE, 2006, p. 591.

⁵⁸⁴ NOZOE, 2008, p. 26-73.

⁵⁸⁵ MUNIZ, 1979, p. 33; MOTTA, 1998, p. 119-158.

XIX. Por meio de sesmarias, de posse ou da compra, as terras campineiras foram palco de diversas disputas entre sesmeiros e posseiros, conforme narrado por Laura Fraccaro em relação à saga das famílias Lopes e Cunha. A autora investigou as trajetórias dessas famílias na busca de reconhecimento da legitimidade de suas terras advindas da posse e evidenciou para o segundo caso, dos Cunha, que em uma “disputa na qual as duas partes não possuíam títulos, prevaleceu, o princípio da ancestralidade, ou seja, do roçado mais antigo”⁵⁸⁶. Isso posto, os objetivos do levantamento se desdobravam em dois: primeiramente, verificar se os requisitos mínimos para a manutenção da concessão das sesmarias estavam sendo cumpridos; em segundo lugar, compreender a divisão e a extensão das propriedades e das fronteiras agrícolas para traçar estratégias de exploração da terra⁵⁸⁷.

Com a realização do recenseamento, pretendia-se conhecer a situação fundiária do Brasil. Conforme apresenta Alice Canabrava, apesar de as medidas informadas no arrolamento de terras precisarem ser entendidas pelos pesquisadores como uma aproximação e não a uma medição precisa, ele parece ter possuído uma notável verossimilhança com aquilo que, de fato, as propriedades representavam – tendo, sobretudo, um caráter declaratório⁵⁸⁸. Em outras palavras, os proprietários não foram obrigados a apresentar documentos que comprovassem a forma de aquisição daquelas terras. Ainda que o cadastro de terras de 1818 não fosse considerado garantia de prova de titulação, é importante lembrar que Canabrava afirma que o próprio registro das autoridades “consubstanciava-se uma forma de oficialização, decorrente do foro de legalidade que implicitamente outorgava aos diversos modos de ocupação ou domínio”⁵⁸⁹.

O Aviso Régio assinado por D. João VI foi bastante concreto na determinação das características a serem levantadas de cada propriedade. Ainda assim, ao final do recenseamento a documentação apresentou uma série de resultados discrepantes entre si devido, especialmente, à inexistência de instruções claras quanto à formatação. Nelson Nozoe esclarece que houve, ao menos, três modalidades diferentes de apresentação das informações coligidas: texto, tabela e texto em tabela. O primeiro caso representou cerca de 60% do arrolamento de bens rústicos e dizia respeito à representação das propriedades em parágrafos, por vezes especificando detalhes da produção daquele local e do uso da mão de obra cativa, realizada em São Luís do Paraitinga.

⁵⁸⁶ FRACCARO, 2018, p. 87.

⁵⁸⁷ CANABRAVA, 1972, p. 79-80; GUTIÉRREZ, Horacio. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 2, p. 212-213, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290010800_A_estrutura_fundiaria_no_Parana_antes_da_imigracao> Acesso em: 10 de out. de 2020.

⁵⁸⁸ CANABRAVA, 1972, p. 79.

⁵⁸⁹ CANABRAVA, 1972, p. 79.

A tabela, método utilizado em Campinas, foi encontrada em 30% dos tombamentos de terras e diz respeito à tabulação dos dados de maneira objetiva, em que cada linha representava uma propriedade ou proprietário e as colunas os dados referentes. A terceira forma encontrada, o texto em tabela, foi responsável pelo registro de somente 10% das localidades. Esta modalidade contava com descrições feitas dentro de tabelas, nas quais cada linha representava um proprietário e, cada coluna, as características das propriedades arroladas, como foi feito na vila de Itu⁵⁹⁰.

Tantos cadastros diferentes acabaram gerando documentações com qualidades diferentes, tendo em vista que, por exemplo, em Itu, havia o detalhamento de cada tipo de gênero cultivado nas propriedades, bem como do número de cativos empregados na atividade descrita. Esse detalhamento não foi encontrado em Campinas, onde apenas se distinguia se havia ou não ‘cultura’ naquelas terras. Em todas as propriedades consultadas na vila, havia alguma espécie de cultivo agrícola, mas não havia identificação de sua natureza. Uma segunda diferença encontrada no recenseamento é a inexistência de registros que informassem acerca das práticas utilizadas para a apropriação das terras pelos seus donos. Por fim, a medida utilizada para determinar o tamanho das propriedades fora, basicamente, braças – cada uma equivalente a 2,2 metros. Em Campinas, as propriedades tiveram suas medidas arroladas em duas dimensões: testada e sertão. Enquanto a primeira se referia à medida que se pode considerar a “frente” da propriedade – ou seja, aquele seu lado voltado para a via de acesso, seja estrada ou rio –, o sertão representava o terreno perpendicular à testada.

O levantamento de terras foi realizado pela mesma estrutura oficial que recenseava a população para as listas nominativas: as companhias de ordenanças. Para Nelson Nozoe, seria responsabilidade do capitão-mor de cada localidade realizar o levantamento. Foi o caso do capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, ao escrever na descrição inicial do arrolamento de bens rústicos que as informações foram “(...) fielmente extraídas pelos capitães de ordenanças comandantes dos bairros da mesma com todas as declarações indicadas (...)”⁵⁹¹, acabou explicitando as personagens incumbidas de levantarem o rol de propriedades da vila. Deve-se levar em conta também que foram os capitães-mores que assinaram a documentação enviada à Coroa portuguesa⁵⁹², o que permite argumentar que em Campinas o responsável foi o capitão-mor e senhor de engenho João Francisco de Andrade, tendo em vista ter sido ele a rubricar o arrolamento ao seu final. Uma segunda questão prática sobre o levantamento era o método para

⁵⁹⁰ NOZOE, 2008, p. 383-389.

⁵⁹¹ APESP, **Inventários dos Bens Rústicos de Itu**, 1818. N.º da ordem CO 9868.

⁵⁹² NOZOE, 2008, p. 381-389.

sua realização: teria sido feito com a reunião dos proprietários em determinado local ou um recenseador se deslocava de propriedade em propriedade para anotar as informações?

Conforme argumentou Carlos Bacellar, apesar de não ser viável assegurar que, em todos os casos, os soldados ou cabos de esquadra enviados pelos capitães-mores percorressem integralmente as propriedades, a hipótese mais coerente é que, de fato, os encarregados do levantamento das listas tenham se dirigido de porta em porta⁵⁹³:

Nesse sentido, seria plausível considerar que [os recenseadores] seguiam os caminhos e alcançavam as pequenas roças e as grandes propriedades numa sequência natural, no percorrer da rota, e que esta sequência a priori deveria de alguma maneira se repetir nos anos seguintes. Ou, então, surgir registrada na ordem inversa, caso o recenseador fizesse o percurso ao contrário⁵⁹⁴.

Para o arrolamento de terras de 1818, nada se disse a esse respeito, porém existem evidências de que, para Campinas, ele foi feito da mesma forma que as listas nominativas, tendo seguido semelhante distribuição de tarefas entre as companhias de ordenanças. As premissas para sustentar essa interpretação podem ser organizadas em dois argumentos.

O primeiro diz respeito à numeração das propriedades em ambas as documentações, listas nominativas e Inventário dos Bens Rústicos. Enquanto a lista de Campinas era formada por um conjunto de seis companhias de ordenanças diferentes que listavam os fogos com sua numeração sendo reiniciada a cada companhia, o inventário foi numerado sequencialmente, sem uma divisão de território – formando 289 propriedades. Ora, a divisão em companhias de ordenança obedecia às ordens militares, mas de fato envolvia uma determinada proximidade física, sendo que as propriedades eram encontradas todos os anos, normalmente, representadas na mesma companhia das listas⁵⁹⁵. Essa lógica está inserida de maneira indireta no arrolamento de terras: pois contrastando-o com a lista nominativa de Campinas de 1818, é possível identificar uma série de indivíduos que estão descritos de maneira conjunta nas listas e que aparecem de modo quase sequencial no Inventário dos Bens Rústicos.

Essa relação entre as companhias de ordenanças e a disposição das propriedades do arrolamento de terras ocorre ao longo de toda a documentação, ou seja, as primeiras propriedades descritas na lista nominativa também se encontravam no início do arrolamento de propriedades rurais de 1818. A análise da configuração da companhia de ordenanças de número

⁵⁹³ BACELLAR, 2015b; BACELLAR, Carlos de A. P. Para conhecer os súditos d'EI Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. **Revista Estudos Amazônicos**, v. IX, n. 1, p. 32-57, 2013. Disponível em: <http://www.ufpa.br/historia/Carlos_Bacellar_2.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

⁵⁹⁴ BACELLAR, 2015b, p. 322.

⁵⁹⁵ Carlos Bacellar alertou para a existência de fogos que foram recenseados em companhias de ordenanças diferentes ao longo dos anos, existindo até propriedades que foram arroladas em duas companhias no mesmo ano. Porém, nos casos aqui estudados, sobretudo as propriedades açucareiras, não foram encontrados tais desvios.

6 evidencia esse ponto no que pese a sequência não ser exata, levando em conta que, em 1818, havia 716 chefes de fogos descritos e apenas cerca 60% deles foram arrolados como proprietários de terras em Campinas. Era costumeiro que o capitão de cada companhia fosse o primeiro na lista nominativa, sendo esse o caso do capitão da 6ª companhia de 1818, Manuel Ferraz de Campos. Nela, foram encontradas 30 propriedades açucareiras, as quais foram numeradas na lista entre os fogos 1 e 52⁵⁹⁶.

Já no arrolamento de bens, todas essas propriedades que estavam próximas nos maços de população foram inventariadas conjuntamente no arrolamento de propriedades rurais, mais especificamente, entre os números 167 e 203. Sendo assim, é possível identificar uma sequência semelhante entre as unidades produtivas, por exemplo os engenhos de Albano Leite do Canto, Joaquim de Almeida Lima e Margarida de Arruda Campos, que foram recenseados em sequência na lista nominativa de 1818 (fogos 15, 16 e 18, respectivamente), e tiveram propriedades rurais dispostas na mesma ordem no Inventário dos Bens Rústicos (propriedades 175, 176 e 177, respectivamente)⁵⁹⁷. Por fim, essa proximidade entre os fogos era uma constante nas listas nominativas, tendo em conta que os engenhos preservavam sua ordenação dentro da companhia de ordenanças.

O segundo argumento para a hipótese de que o arrolamento de terras era realizado por companhias de ordenanças e que igualmente o recenseador se encaminhava às propriedades é identificado na disposição das propriedades rurais inventariadas, conforme indica o mapa do município de Campinas (figura II.6). Em 1929, foi feita a confecção de dois mapas de Campinas sob o pedido do então prefeito Orosimbo Maia, para planejar os novos loteamentos da cidade e compreender a distribuição de terras da cidade, ou seja, o primeiro teve o foco na área urbana e o segundo, na área rural⁵⁹⁸. Este último, além de possuir as fronteiras, estradas, ferrovias e rios, identifica e nomeia uma série de propriedades rurais campineiras que naquele momento estavam em funcionamento, seja porque ainda eram exploradas as suas terras, seja porque pertenceram a importantes figuras na cidade (figura II.6). Vale lembrar que em 1929 as fronteiras de Campinas eram consideravelmente parecidas com aquelas estabelecidas após seu

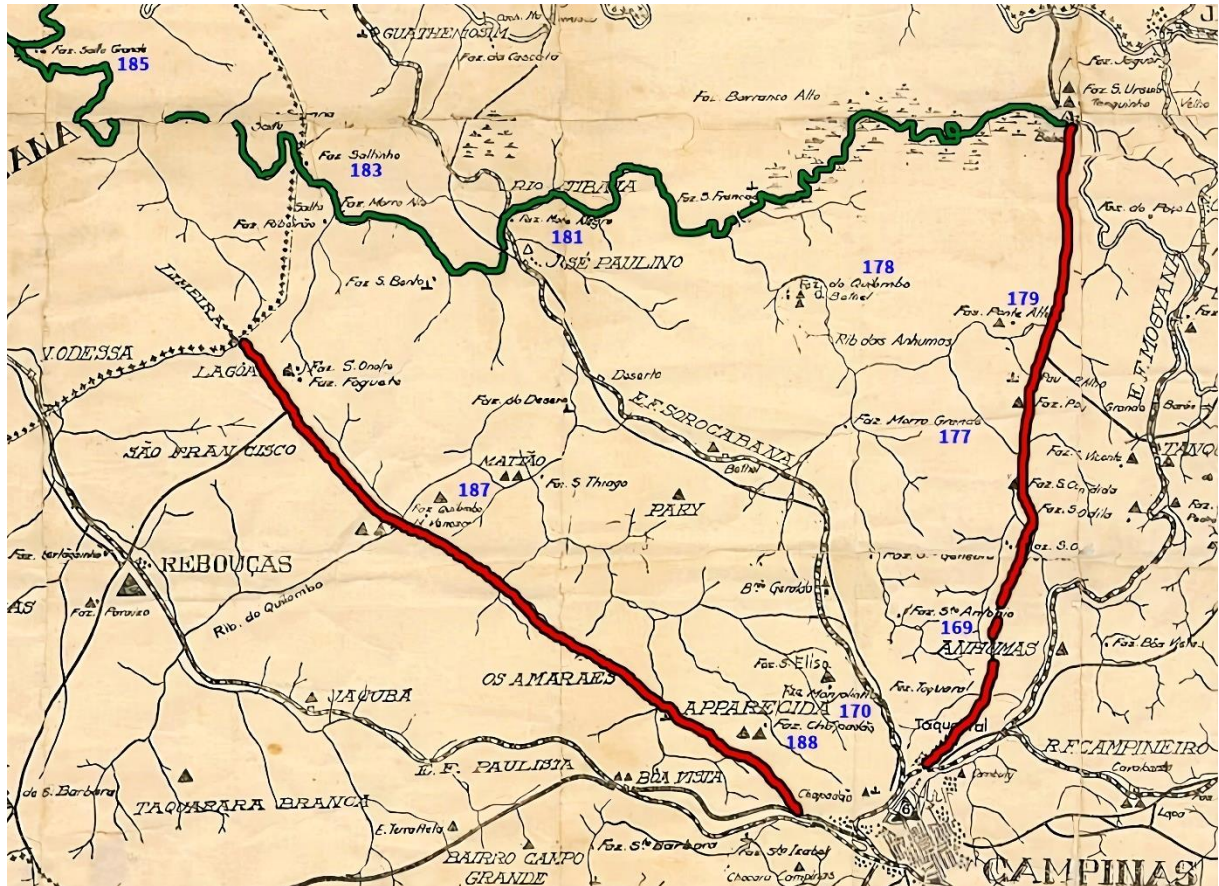
⁵⁹⁶ APESP, LNH, Campinas, 1818. A transcrição completa do Inventário dos Bens Rústicos de Campinas encontra-se transcrito e comentado, cf.: NICOLETTE; MORENO, 2021. Nesse sentido, todas as referências ao IBR de Campinas, na presente pesquisa, foram retiradas do mesmo texto.

⁵⁹⁷ Ver o quadro geral dessa comparação, cf.: Apêndice, “Quadro 1 – Propriedades açucareiras distribuídas pela sua numeração no IBR e nas LNH (1818)”.

⁵⁹⁸ GHIRELLO, Bárbara C.; VICTAL, Jane V. Ideário progressista e planejamento urbano: dos territórios negros à cidade dos barões de café. In: **Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict, 2017, São Paulo. Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict**. 2017. Disponível em: <https://www.regionalstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/B%C3%A1rbara_Campidelli_Ghirello.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

desmembramento de Jundiá em 1797, sendo que a única perda de território até então havia sido a cidade de Americana (1924), ocorrendo posteriormente a separação de Cosmópolis (1944), Sumaré (1953), Valinhos (1953) e Paulínia (1964)⁵⁹⁹.

Figura II.6 – Mapa do município de Campinas, 1929



Notas:

a. A figura é um recorte do mapa original, o qual possui as legendas e descrições para os símbolos. A imagem passou por tratamento digital através de inteligência artificial do site *Let's Enhance* (<<https://letsenhance.io>>) a fim de se tornar mais nítida. Para ver o mapa completo sem tratamento digital, consultar o anexo 4 da presente pesquisa.

b. As marcações coloridas são de minha responsabilidade. Em azul, foi inserida a numeração utilizando como base as propriedades rurais de mesmo nome encontradas no Inventário dos Bens Rústicos de 1818 de Campinas. Em vermelho, foram destacadas duas estradas locais e, em verde, o rio Atibaia. Quanto ao último, existem duas descontinuidades ocasionadas por uma sobreposição do mapa entre as propriedades 183 e 185, provavelmente advinda do processo de digitalização.

c. Destacam-se as propriedades, seguidas de seus donos em 1818: Santo Antônio (169), Monjolino (170) e Quilombo (178), de Luís Antônio de Sousa Queirós; Morro Grande (177), de Francisco Antônio de Sousa Queirós; Ponte Alta (179), de Ana de Arruda Campos; Monte Alegre (181), de Rita de Camargo Penteadó; Saltinho (183), de Mariana Leite Penteadó; Salto Grande (185), de Antônio da Silva Ferraz; Quilombo (187), de Antônio Machado de Campos; e Chapadão (188), de Joaquim José Teixeira Nogueira.

Fonte: BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. Coleções Especiais. **Mappa do Município de Campinas**. Escala 1:100.000. Campinas, 1929; NICOLETTE, Carlos Eduardo; MORENO, Breno. A. S. [Transcrição Documental Comentada] Rede fundiária no Oeste Paulista: Inventário dos Bens Rústicos de Campinas (1818). *Revista de História da UEG*, v. 10, p. 1-18, 2021.

⁵⁹⁹ SEADE – Fundação Sistema de Análise de Dados, **Desmembramento dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembrementosp/>>. Acesso em: 08 de mai. de 2020.

Uma vez que o Inventário dos Bens Rústicos de 1818 nomeou a maior parte das propriedades de Campinas arroladas, foi realizado o cruzamento com as listas nominativas de habitantes e, a partir dessa indicação de fazendas no mapa de 1929, foi possível apontar ao menos parte da área correspondente à 6ª companhia de ordenanças da vila, a qual se encontra no recorte estabelecido na figura II.6, no qual consta o centro urbano de Campinas no canto inferior direito. Em outras palavras, foram encontradas dez propriedades que se sugere aqui serem as mesmas arroladas no levantamento de 1818, as quais estão destacadas com os números em azul, utilizando-se a mesma numeração do recenseador do IBR⁶⁰⁰. Ainda que os nomes dados às propriedades rurais possam ter sofrido alterações ao longo dos séculos XIX e XX e que tenham surgido novas unidades produtivas em Campinas, sobretudo cafezeiras, é interessante notar a proximidade física entre propriedades arroladas em sequência em 1818 e as fazendas homônimas encontradas no mapa de 1929.

Destacam-se as propriedades que pertenceram ao Brigadeiro Luís Antônio, pois são as mais facilmente localizadas (169, 170, 178), seja porque foram analisadas em outros estudos⁶⁰¹, seja porque encontraram-se entre suas propriedades (169 e 178) a famosa fazenda de café Santa Genebra, construída na segunda metade do século XIX pelo seu neto e herdeiro, Barão Geraldo de Resende, bem como a de seu irmão Francisco Antônio de Sousa (177). Celso Maria de Mello Pupo sublinhou que a série de terras compradas pelo Brigadeiro Luís Antônio em Campinas entre os séculos XVIII e XIX, ao que tudo indica, foram terras na maior parte contíguas, principalmente onde adquiriu e fundou seus engenhos⁶⁰². O método utilizado para localizar e diferenciar as propriedades homônimas chamadas Quilombo, de Luís Antônio (178) e de Antônio Machado (187), foi verificar a proximidade entre a numeração das propriedades na documentação e, em segundo plano, analisar os mapas feitos por Áurea Silva e Maria Rita Amoroso, em que as autoras determinam a localização dos engenhos de Luís Antônio, a norte do centro urbano de Campinas⁶⁰³. Ademais, Amoroso

⁶⁰⁰ Inventário dos Bens Rústicos, doravante citados como IBR.

⁶⁰¹ SILVA, 2006, p. 80-89; PUPO, 1969.

⁶⁰² Celso Pupo indica que todas as propriedades pertencentes ao Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós em Campinas foram compradas. Afirmação que é reiterada pelo Repertório de Sesmarias que, apesar de conter algumas lacunas, não contém nenhuma sesmaria cedida a ele na mesma vila. Cf.: PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmaria, engenho e fazendas.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 141-142; SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Cultura. **Repertório das Sesmarias: concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821.** Fac-sim. São Paulo: A Divisão, 1994.

⁶⁰³ SILVA, 2006, p. 88; AMOROSO, Maria R. S. de P. **Entre o rural e o urbano: os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas/SP.** Tese (Doutorado), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 388-395. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305375>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

confirma que essas propriedades localizadas ao longo da bacia do Ribeirão Anhumas (169, 170 e 178) pertenciam, de fato, do Brigadeiro Luís Antônio. A autora ainda localiza a sesmaria de Antônio de Cerqueira César ao lado das propriedades de Luís Antônio⁶⁰⁴, isto é, corrobora a hipótese aqui proposta sobre a trajetória do recenseamento, haja vista que ambos foram recenseados enquanto vizinhos nas listas nominativas e no IBR⁶⁰⁵.

Pupo ainda confirma que Brigadeiro Luís Antônio e o capitão Felipe Neri de Teixeira eram vizinhos, tendo estabelecido de comum acordo suas divisas no caminho que estava sendo aberto até Piracicaba, o qual serviria de fronteiras de suas terras⁶⁰⁶. Portanto, se a hipótese apresentada estiver correta, poderia se esperar que as propriedades de ambos fossem recenseadas bastante próximas no Inventário dos Bens Rústicos, o que de fato aconteceu. Felipe Neri morreu em 1812, mas aparentemente sua viúva, Maria Leite de Camargo, herdou grande parte de suas terras sob a posse da propriedade chamada Saltinho. Nesta última, mantinha um engenho com 33 cativos⁶⁰⁷, o qual foi recenseado com o número 183, ou seja, apenas 4 propriedades de diferença da Quilombo, de Luís Antônio – além de ambas estarem, é claro, listadas na 6ª companhia de ordenanças da lista nominativa de 1818.

Conforme argumentou-se, tudo indica que a numeração das propriedades arroladas em 1818 foi determinada pela ordem em que os indivíduos a cargo de realizar o levantamento se dirigiam a cada uma delas. Sendo assim, a distribuição dos locais no mapa sugere o traçado realizado pelos recenseadores no início do século XIX, haja vista a numeração crescer, em um primeiro momento, saindo do centro de Campinas em direção Norte e, após a propriedade Quilombo (178), seguir rumo a noroeste via rio Atibaia até a fazenda Salto Grande (185), quando volta a crescer em direção sudeste, até a fazenda Chapadão (188), já próximo novamente ao centro urbano. Ora, se em 1818 as propriedades canavieiras da 6ª companhia de ordenanças de Campinas foram quase todas arroladas entre os números 167 e 203⁶⁰⁸,

⁶⁰⁴ AMOROSO, 2016, p. 389.

⁶⁰⁵ As terras de Antônio de Cerqueira César que deram origem a uma série de propriedades pelas mãos de seus sucessores ao longo do XIX, como as fazendas cafeeiras Santa Cândida e Pau D’alho, podem ser encontradas na figura II.6 muito próximas às pertencentes ao Brigadeiro Luís Antônio.

⁶⁰⁶ PUPO, 1983, p. 130.

⁶⁰⁷ No IBR, ela foi nomeada Mariana Leite Penteadado, porém, nas listas nominativas de Campinas, aparece sempre como Maria Leite ou Maria Leite Camargo. Na bibliografia correspondente, ela foi referenciada como nas listas nominativas. Pupo afirma que a própria Maria Leite foi também agraciada com a posse de uma sesmaria em Campinas. Cf.: APESP, LNH, Campinas, 1798-1818. NICOLETTE; MORENO, 2021. RIBEIRO, 2015, p. 533-538; PUPO, 1969, p. 246; RIBEIRO, Maria A. Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861. **Resgate**, v. XXIII, n. 29, 2015b, p. 17. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645788/13087>>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

⁶⁰⁸ Conforme o “Quadro 1 – Propriedades açucareiras distribuídas pela sua numeração no IBR e nas LNH (1818)”, encontrado no Apêndice da presente pesquisa.

sugere-se que o recorte estabelecido na figura II.6 contemple a totalidade dessa companhia, pois ela teria se formado ao longo dos rios Ribeirão das Anhumas e Ribeirão das Pedras, os quais devem ter originado as estradas destacadas em vermelho, tendo em conta suas trajetórias⁶⁰⁹. Infelizmente, não foram encontradas todas as propriedades no mapa de 1929 devido ao desinteresse do autor em abranger todas as propriedades existentes ou até mesmo sua destruição e/ou mudança de nome entre os séculos XIX e XX⁶¹⁰.

A trajetória tomada pelos recenseadores parece ter sido orientada, inclusive, pelas duas longas estradas mapeadas em traços perpendiculares à área urbana (destacadas em vermelho) e conectadas pelo rio Atibaia e seus afluentes (o rio destacado em verde), trazendo à luz o possível itinerário empreendido durante a confecção do Inventário dos Bens Rústicos. Em outras palavras, acredita-se que o método adotado pelos homens da época para recensear as propriedades tenha sido, de fato, percorrê-las individualmente – vislumbre estendido à realização das listas nominativas de habitantes.

Por fim, cabe reiterar que o Registro de Terras de 1818, que arrolou 289 propriedades rurais, parece ser representativo do montante de terras da vila de Campinas naquele ano. Esta foi repartida em cinco outras cidades desde o século XIX: Americana, Cosmópolis, Paulínia, Sumaré e Valinhos. Segundo o IBGE, em 2010, a área das cinco cidades somadas à de Campinas foi de 1.523,9 km². A área total de Campinas em 1818, segundo o IBR, foi de 1.232,7 km². Ora, levando em consideração possíveis omissões e a precariedade dos métodos de medição, somadas aos espaços urbanos e alguns outros locais ainda não apossados, percebe-se, grosso modo, a notável representatividade do levantamento realizado no início do XIX⁶¹¹.

⁶⁰⁹ A estrada à esquerda do mapa deu origem a Rodovia Anhanguera e, à direita, Rodovia Adhemar de Barros. Para mais sobre a Estrada do Anhanguera, ver: BACELLAR, Carlos de A. P.; BRIOSCHI, Lucila R. **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

⁶¹⁰ DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Riscos ambientais na bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras, Campinas/São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 11-14. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287727>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

⁶¹¹ As áreas das cidades foram: Americana (133.912 km²); Campinas (794.571 km²); Cosmópolis (154.665 km²); Paulínia (138.777 km²); Sumaré (153.466 km²); Valinhos (148.538 km²). Cf.: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Americana**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/americana.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Campinas**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Cosmópolis**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/cosmopolis.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Paulínia**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/paulinia.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Sumaré**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sumare.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados:**

A estrutura fundiária paulista de 1818 foi investigada por uma série de historiadores, os quais evidenciaram a situação extremamente desigual na posse oficial da terra, exibindo altas taxas de concentração nas várias regiões que compunham São Paulo⁶¹². Foram arroladas 9.435 propriedades rurais em 1818, divididas primordialmente por Canabrava em sete regiões: grande São Paulo; periferia da grande São Paulo; Vale do Paraíba; litoral Centro-Norte; Litoral Sul; região da pecuária; e região açucareira – Nozoe utilizou a mesma classificação para investigar a apropriação de terras na capitania paulista⁶¹³. Campinas está inserida nesta última região, que, conforme evidenciam os autores, possui um Índice de Gini menor que a média paulista, menor, inclusive, que todas as outras regiões, excetuando a periferia da grande São Paulo⁶¹⁴. Isso sugere que a distribuição de terras, apesar de bastante concentrada, haja vista a região possuir Gini de 0,82, eram mais fracionadas quando comparada às outras regiões paulistas⁶¹⁵.

As vilas de Itu, Porto Feliz e Campinas possuíam trajetórias distintas. Enquanto a primeira era uma área de ocupação antiga (desde a segunda metade do século XVII), Campinas teve seu povoamento ao longo do século XVIII, mas sendo notável o seu crescimento somente na virada para o XIX, e Porto Feliz era um distrito de Itu até 1797, quando se tornou independente devido à sua produção açucareira. Esta última, inclusive, era antigo porto de Araraguaba, que, já na década de 1730, era local de embarque das expedições para Cuiabá. Ainda assim, observando as três vilas conjuntamente, representaram cerca de 99% da exportação de açúcar do Oeste Paulista em 1818, tornando-as representativas da conjuntura canavieira do açúcar em São Paulo – contabilizando o distrito de Piracicaba, que teve sua separação de Porto Feliz apenas em 1821, mas foi recenseado separadamente pelo IBR⁶¹⁶. Conforme fica evidente nos indicadores estatísticos das propriedades rurais (tabela II.1), há um desequilíbrio entre a área e o total de propriedades entre as diferentes vilas,

Valinhos, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/valinhos.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

⁶¹² CANABRAVA, 1972, p. 88-93.

⁶¹³ CANABRAVA, 1972; NOZOE, 2008.

⁶¹⁴ Segundo Lourival Câmara, o Índice de Gini deve ser diferenciado na seguinte escala: **a)** 0,100 ou —: concentração nula; **b)** 0,101 a 0,250: concentração nula ou fraca; **c)** 0,251 a 0,500: concentração fraca a média; **d)** 0,501 a 0,700: concentração média a forte; **e)** 0,701 a 0,900: concentração forte a muito forte; **f)** 0,901 a 1,000: concentração muito forte a absoluta. Ver em: CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949. In: MORENO, Breno A. S. *Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880)*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022, p. 51.

⁶¹⁵ CANABRAVA, 1972. Nelson Nozoe apresenta a mesma questão, trazendo à luz que a região açucareira foi o principal espaço de concentração de terras dos paulistas, ver: NOZOE, 2008, p. 245-246.

⁶¹⁶ CANABRAVA, 1972, p. 86.

podendo ser encontrada uma média de 190,4 hectares por propriedade em Porto Feliz e outra bastante diferente em Itu (463,9 ha) e Campinas (427 ha). Em outras palavras, em que pese Porto Feliz possuir uma área consideravelmente menor que suas vizinhas açucareiras, também tinha propriedades com tamanhos similares entre si.

Ainda sobre as três mais importantes vilas do complexo açucareiro paulista, deve-se considerar que, havendo uma desproporção entre o desvio padrão e o tamanho médio, como estabelecido por Nozoe para Itu (tabela II.1), a média de tamanho das propriedades acaba sendo pouco representativa da situação fundiária naquela localidade. Isso porque o desvio padrão significa uma dispersão considerável das propriedades em relação à média⁶¹⁷, ou seja, um alto grau no desvio padrão evidencia que a média não representa grande parte dos casos. Não foi esse o caso de Porto Feliz e, em especial, de Campinas, que apresentaram dados mais próximos, tornando a área média das propriedades mais representativa quando comparadas a Itu, ou seja, as propriedades rurais campineiras estavam mais próximas da média de 427 hectares. Por fim, as três vilas assentavam em suas terras grandes desigualdades, expostas pelo Índice de Gini, que indica o nível de concentração fundiária das propriedades recenseadas, sendo esta concentração de média a forte em Porto Feliz e de forte a muito forte em Campinas e Itu.

**Tabela II.1 – Indicadores estatísticos da propriedade fundiária,
Campinas, Itu e Porto Feliz (1818)**

| Indicadores | Campinas^a | Itu | Porto Feliz |
|--------------------|-----------------------------|------------|--------------------|
| Propriedades | 289 | 362 | 439 |
| Área Total (ha) | 123.424 | 167.939 | 83.613 |
| Média (ha) | 427 | 463,9 | 190,4 |
| Mediana (ha) | 135,5 | 116,1 | 72,6 |
| Desvio Padrão | 463,5 | 2.254,2 | 444 |
| Índice de Gini | 0,71 | 0,77 | 0,70 |

Notas:

a. Os dados referentes a Campinas são próprios, haja vista que são diferentes daqueles estabelecidos por Nelson Nozoe e Alice Canabrava.

b. Canabrava (1972, p. 93) desassocia os dados das freguesias de Pirapora do Curuçá (Tietê) e Piracicaba da vila de Porto Feliz, assim como freguesia de Caconde da vila de Mogi-Mirim. Nozoe, por seu turno, ainda separa o bairro de Araraquara de sua freguesia, Piracicaba. Essas localidades não foram inseridas aqui por não se tratar de vilas.

c. Os dados de Alice Canabrava apresentam uma pequena diferença em relação a Nozoe; em sua pesquisa, a autora apresentou Itu com o Índice de Gini de 0,80 e Porto Feliz de 0,69.

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021; NOZOE, 2008, p. 218.

⁶¹⁷ NOZOE, 2008, p. 219.

Deve-se ressaltar que as medianas estão relativamente mais baixas que as médias, indicando que algumas grandes ou enormes propriedades elevaram a média. Por fim, percebe-se que, nas localidades açucareiras de mais antiga ocupação territorial e concessão de sesmarias (Itu e Porto Feliz), foram arroladas mais propriedades do que em Campinas em 1818, ainda que a área de Porto Feliz seja menor de Campinas e a de Itu não fosse proporcionalmente maior⁶¹⁸. Existem duas hipóteses para explicar essas diferenças consideráveis na posse de terras entre as vilas açucareiras do Oeste Paulista – no que pese o fato de todas concentrarem amplas parcelas de terras e mãos de poucos sujeitos.

A primeira hipótese advém de um possível, e até provável, recenseamento impreciso e incompleto das propriedades, isto é, indivíduos que se entendiam como donos de suas terras, mas que foram desconsiderados do arrolamento. Esse fenômeno não acontece nas propriedades açucareiras, haja vista que, como veremos a seguir, a maior parte dos senhores de engenho da vila estavam presentes como proprietários de terras. Por outro lado, a incompletude dos dados parece se referir, principalmente, àqueles indivíduos com menores frações de terras.

A segunda hipótese diz respeito às zonas antigas de ocupação e de concentração fundiária, como as vilas de Itu e Porto Feliz. Isso porque, com a ocupação da antiga, passaram por maiores divisões de terras ao longo das gerações no processo de partilha da herança e, portanto, sofriam há mais tempo, no início do século XIX, o processo de compra de terras por terceiros – promovendo, com isso, o aumento do número de propriedades. Em outras palavras, grande parte das sesmarias campineiras, diferentemente das ituanas, foram cedidas ainda no quartel final do século XVIII e sua expansão açucareira se deu após os ituanos tomarem a dianteira, indicando que muitas das terras ainda não tinham sido disputadas e divididas pelos herdeiros, considerando que, em Campinas, o dono ainda era o proprietário inicial – seja compra ou sesmaria.

Por um lado, se havia em Campinas uma concentração da posse de terras menor que vista em comparação a Itu, por outro, a primeira não deixou de possuir extremas desigualdades. Conforme observado no quadro II.4, os 5% maiores proprietários controlavam 41,8% do montante de terras campineiras, ou seja, 14 indivíduos, todos brancos, que possuíam 19 propriedades, dominavam quase metade das terras de Campinas. Nelson Nozoe aponta que os 5% maiores proprietários concentravam, fragmentados pelas seis regiões paulistas, desde 42,3% na Periferia da Grande São Paulo até impressionantes 90,2% na zona da pecuária,

⁶¹⁸ Pode-se afirmar o mesmo para mais duas vilas importantes e mais antigas que Campinas, porém que não possuíam raízes açucareiras: Jundiá e Sorocaba, que tinham 312 e 786 propriedades, respectivamente.

enquanto na região açucareira eles controlavam 63,3% das terras⁶¹⁹. Comparando essas regiões com a concentração vista em Campinas, encontra-se nesta última uma distribuição de terra menos desigual.

Quadro II.4 – Maiores proprietários de terra em Campinas (1818)

| Proprietários | Nome da propriedade | Área por propriedade (ha) | Área Total (ha) | Onde reside | Cativos |
|--|----------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------|---------|
| Brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião | Engenho da Conceição | - | 9.194 | São Paulo | 7 |
| Nicolau Gonçalves da Silva | Barra | - | 7.986 | Na mesma | 26 |
| Francisco Pinto Ferraz | Mato dentro | 3.267 | 4.901 | São Paulo | 51 |
| | Cachoeira | 1.634 | | | 15 |
| Alexandre Barbosa de Almeida | Cachoeira | - | 4.901 | Na mesma | 47 |
| Joaquim Ferreira da Silva | Ribeirão de Joaquim | - | 4.901 | Na mesma | 35 |
| Antônio da Silva Leme | Pouso Alegre | - | 3.739 | Na mesma | 47 |
| | Atibaia | 680 | | | 40 |
| | Tapera | 1.089 | | | 59 |
| | Santo Antônio | 272 | | | 30 |
| | Monjolinho | 272 | | | 60 |
| Brigadeiro Luís Antônio de S. Queirós | Quilombo | 1.089 | 3.402 | São Paulo | 40 |
| | N.I. | 272 | | | 21 |
| | Duas pontes | 2.342 | | | 21 |
| José Rodrigues Ferraz | - | - | 2.575 | Na mesma | 55 |
| Ana de Arruda Campos | Ponte alta | - | 2.450 | Na mesma | 36 |
| Rita de Camargo Penteadado | Monte alegre | - | 2.450 | Na mesma | 20 |
| Manuel Teixeira Vilela | Boa vista | 605 | 2.347 | Na mesma | 26 |
| | Invernada | 1.742 | | Escravos | 3 |
| Francisco Antônio de S. Queirós | Morro Grande | - | 2.178 | São Paulo | 83 |
| José Pedroso da Silva | Barra | - | 2.178 | Engenho de Maria Fausta | 7 |

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

Existem duas características marcantes dos maiores proprietários que se sobressaem durante a análise do quadro II.4. A primeira consiste no fato de que, à exceção de Ana de Arruda Campos e Rita de Camargo Penteadado, eram todos homens. Apesar do processo de

⁶¹⁹ As outras regiões correspondiam a: Litoral Sul: 77,7%; Litoral Centro-Norte: 72,7% e Vale do Paraíba: 57,8%. Cf.: NOZOE, 2008, p. 216.

divisão dos bens, elas mantiveram a posse da terra e da propriedade principal, em consonância com aquilo que foi estabelecido pela historiografia. Inclusive, estas mulheres tinham se tornado viúvas há poucos anos dos alferes Joaquim Pedroso de Barros, em 1815, e Antônio Pompeu de Camargo Penteado, em 1812, respectivamente, sendo que o primeiro alferes tinha apenas filhos menores de idade. Joaquim legou o engenho localizado na propriedade Ponte Alta para sua esposa Ana, bem como as terras que conformavam tal unidade produtiva⁶²⁰.

A segunda característica preponderante foi um tanto quanto intuitiva para Campinas, uma vila que se desenvolveu sobre a cana-de-açúcar: a associação direta entre o grande proprietário de terras e a existência de, ao menos, um engenho. Dentre os 14 proprietários, apenas o tenente José Pedroso da Silva e o Brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião não tinham unidades produtivas instaladas em seus latifúndios. Seus fogos, inclusive, sequer foram encontrados nas listas nominativas de habitantes da vila, o que indica a possível inexistência da exploração produtiva de suas terras. Nem sequer a informação de que José Pedroso residia no engenho de Maria Fausta se mostra plausível, levando em conta que não foi listado naquela propriedade⁶²¹. Igualmente, nenhuma menção à propriedade de Costa Gavião fora encontrada nas listas nominativas de Campinas, apesar de ser o maior proprietário de terras da vila e de toda a capitania de São Paulo em 1818, haja vista que Nozoe o colocou como proprietário da 12ª maior propriedade, que possuía 39.204 hectares, localizada em Araraquara⁶²². Ora, Costa Gavião e José Pedro não utilizavam suas terras para fins agrícolas? Levando em consideração as listas nominativas, acredita-se que não. Esses dois casos podem trazer à luz um caso de especulação com as propriedades rurais, fenômeno que não era permitido pela legislação vigente relativa às sesmarias, que exigia finalidade agrícola ou pecuária no uso da terra.

Ora, se não foram encontradas suas unidades produtivas ao longo dos anos analisados como as de outros absenteístas, qual a razão para esses proprietários possuírem, justamente, 7 cativos cada em seus latifúndios? Conjectura-se que esse número teria sido apenas para sublinhar que havia alguma espécie de ocupação nas terras, seja ela fidedigna ou não. Além disso, o alvará de 5 de outubro de 1795 (relativo à concessão de terras de sesmarias), afirmava que as terras cedidas que não tivessem, em um prazo de dois anos, aproveitamento da área e “escravatura” seriam alienadas ou necessariamente vendidas – mesmo que aquela terra fosse

⁶²⁰ CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Joaquim Pedroso de Barros**, Ofício 1, Processo 00386, 1815; LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume I - Pág. 226 a 273. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Camrg_2.htm>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

⁶²¹ Foram analisadas todas as listas nominativas de habitantes referentes ao espaço de Campinas entre 1790 e 1818.

⁶²² NOZOE, 2008, p. 222.

adquirida por compra ou herança⁶²³. O alvará foi suspenso posteriormente, mas Vera Ferlini afirma que, ainda assim, “o critério escravista do diploma desnudava os mecanismos de doação e persistiria como condição real”⁶²⁴.

O fenômeno da segunda propriedade da terra, apesar de não ser preponderante, foi observado na rede fundiária campineira e, mais especificamente, visto na composição do grupo dos 5% maiores proprietários. Dentre os sete sujeitos que possuíam ao menos uma segunda propriedade agrícola no Inventário dos Bens Rústicos, quatro deles estão presentes nesse recorte, sendo que o Brigadeiro Luís Antônio se destacou por ser o único a dispor de três ou mais propriedades – mais especificamente cinco. O Brigadeiro, inclusive, não apareceria entre os maiores proprietários de Campinas se fossem consideradas suas propriedades separadamente, haja vista que suas duas maiores, Tapera e Quilombo, possuíam 1.089 hectares. Como foi discutido anteriormente, mesmo que sejam propriedades contíguas, é possível que possuíssem titulação separada ou mesmo que tenham sido apartadas no recenseamento devido às unidades produtivas diferentes que existiam em suas terras, já que cada uma delas contava com, ao menos, um engenho.

A concentração de terras em Campinas fica evidente na análise de seus 5% menores proprietários de terras (quadro II.5). A comparação dos pequenos proprietários com o quadro II.4 traz à luz diferenças robustas em todos os segmentos. Assim, percebem-se: a inexistência de uma segunda propriedade nesses sujeitos, a falta de nomes para as propriedades, a presença mais consistente de mulheres como proprietárias, o fato de todos residirem na propriedade e a ausência quase absoluta de mão de obra cativa – sendo este último o fator de maior distinção. O tamanho das posses também era bastante diminuto, apesar de existir uma discrepância entre elas, todas eram pequenas para os padrões da produção agrícola. Por exemplo, a propriedade rural Pau-a-Pique, de Isabel Corrêa, possuía cerca de 220 m de testada e 440 m de sertão, enquanto a pertencente a Bento Moreira tinha, respectivamente, 110 m x 110 m; ou seja, apesar de Isabel possuir uma área oito vezes maior que Bento, o tamanho disponível era pequeno para cultivos amplos de quaisquer gêneros que fossem – isso sem considerar aspectos fundamentais do setor como a qualidade da terra, acesso a água e, sobretudo, mão de obra.

Eram propriedades rurais que apresentavam uma limitação inevitável para exploração agrícola, o que leva a crer que seus proprietários eram sujeitos que, apesar da posse da terra ser um bem ponderável nessa sociedade em que havia uma multidão sem sua posse, estavam alocados entre os baixos níveis da hierarquia social e podiam ter até mesmo outras funções que

⁶²³ Collecção de legislação portuguesa, impressa e manuscrita, v. 3 apud FERLINI, 2003, p. 231.

⁶²⁴ FERLINI, 2003, p. 231.

não descritas nas listas nominativas. As unidades produtivas dos casos aludidos no quadro II.5, pertencentes a Ana Garcia, Maria Inácia e Bento Moreira, parecem elucidar a situação desse grupo de indivíduos que, apesar de possuírem uma pequena porção de terras, não tinham acesso à mão de obra cativa. Primeiramente, deve-se ressaltar que eram os três pardos, Ana, com seus 60 anos, e Maria, com 40, eram viúvas, enquanto Bento, 30 anos, era casado com Isabel. Portanto, sendo todos os maiores proprietários de terras brancos (assim como todos os senhores de engenho), a posse da terra também era estendida a sujeito não brancos. Pode-se pensar duas situações: a primeira é se, de fato, a clara distinção social entre os sujeitos brancos e aqueles descendentes de indígenas ou africanos conformou nessa sociedade uma elite exclusivamente branca; a segunda é a hipótese de que pode ter existido um branqueamento conforme a posição dos indivíduos na hierarquia social.

Quadro II.5 – Menores proprietários rurais de Campinas, 1818

| Proprietários | Propriedades | Área Total (ha) | Onde reside | Escravos |
|------------------------------------|---------------------|------------------------|--------------------|-----------------|
| Isabel Correa | Pau-a-Pique | 9,6 | Na mesma | 0 |
| Joao Pimentel de Camargo | Garcia | 9,6 | Na mesma | 1 |
| Luís Manuel Corrêa | Boa Vista | 9,6 | Na mesma | 0 |
| Ana Maria Cordeiro Novaes | [Sates] | 7,2 | Na mesma | 0 |
| Luís Pedroso de Avelar | - | 7,2 | Na mesma | 0 |
| Francisco Bueno | - | 4,9 | Na mesma | 0 |
| Ana Joaquina | - | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Antônio Rodrigues de Moraes | - | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Francisco Barbosa | Rocinha | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Isabel Cubas de Siqueira | Capivari | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Maria Inácia | - | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Vicente Pereira | - | 4,8 | Na mesma | 0 |
| Ana Garcia | - | 3,1 | Na mesma | 0 |
| Inácio Francisco de Azevedo | Pirapitingui | 3,1 | Na mesma | 0 |
| Bento Moreira | - | 1,2 | Na mesma | 0 |

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

Em seus fogos não existiam escravizados, mas Ana, Maria e Bento foram descritos como agricultores e, em 1818, colheram de milho 1.200 kg, 604 kg e 3.022 kg, respectivamente. Além disso, Ana colheu 29,5 kg de algodão e Bento, 302 kg de feijão. Assim, pode-se afirmar que foi encontrado o mesmo padrão produtivo que Horacio Gutiérrez e Benilde Motim localizaram nas pequenas propriedades do Paraná, onde restava a elas a agricultura de

alimentos, seja para autoconsumo, seja para o comércio de um possível excedente⁶²⁵. Somadas as módicas produções e considerando apenas as listas nominativas, pode-se considerar o fogo de Maria Inácia o menos produtivo dos três, mesmo não sendo o menor em hectares; essa questão parece não estar atrelada apenas ao tamanho da propriedade, mas à mão de obra disponível e à qualidade da terra. Se, por um lado, no fogo de Bento moravam seus dois filhos de 16 e 20 anos e Ana Garcia possuía, em seu fogo, além de dois filhos de 30 e 25 anos, mais três agregados – homens entre 22 e 30 anos –, por outro, Maria Inácia tinha residentes em seu fogo apenas um filho com 28 anos e seis com menos de 6 anos. Isso posto, enquanto na unidade agrícola de Bento e Ana Garcia havia outros indivíduos que poderiam trabalhar na produção agrícola, sejam seus familiares ou agregados, Maria possuía somente a própria força de trabalho e a de seu filho mais velho⁶²⁶.

Laura Fraccaro argumenta que existiu em Campinas uma relação notória entre a posse de cativos e a área da propriedade. Segundo a autora, a “relação entre capital e terra parece próxima. Os proprietários de bens rurais que não possuíam nenhum escravo eram pouco mais de 50% de todos os proprietários do inventário, porém possuíam menos de um quinto de toda a terra registrada”. Ainda segundo Fraccaro, à medida que a escravaria crescia, tornou-se perceptível “o aumento do número maior na área das terras possuídas pelos senhores”⁶²⁷. Evidentemente, existiam exceções, como a propriedade de Inácio da Costa Ribeiro, arrolada em 1818 com área de 1.815 hectares (14ª maior propriedade rural de Campinas), a qual não contava com a presença de escravizados. Nesse caso, não foi sequer encontrado o fogo de Inácio, levantando a hipótese que era uma área que não contava com nenhuma exploração agrícola. Em outros casos, não contar com cativos na unidade produtiva significava que o trabalho familiar e dos agregados era de fundamental importância para assegurar a produção.

Partindo da conjectura de que há uma relação entre a posse de terras e a de cativos, e que somadas constituem parte daquela hierarquia social, surge a necessidade de investigar a posse da terra a partir de uma classificação de tamanho de propriedade⁶²⁸, isto é, por faixas que sejam capazes de agrupá-las em grupo que, de fato, estabeleçam uma hierarquia sobre sua posse. Nesse sentido, Paulo Eduardo Teixeira, ao estudar o fenômeno do compadrio em Campinas, procurou definir quem eram os sujeitos representantes da elite campineira,

⁶²⁵ GUTIÉRREZ, 2001, p. 216; MOTIM, Benilde M. L. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1987. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24589/D%20-%20MOTIM?sequence=1>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

⁶²⁶ APESP, LNH, Campinas, 1818.

⁶²⁷ FRACCARO, 2018, p. 101.

⁶²⁸ A posse de cativos das propriedades açucareiras será analisada no capítulo 7 da presente investigação.

sobretudo através da posse da terra⁶²⁹. Para cumprir seu objetivo, o autor propôs a divisão em cinco faixas de tamanho de superfície, nos seguintes termos (em alqueires paulistas): 0-30, 31-70, 71-310, 311-630 e mais de 631⁶³⁰. A primeira crítica necessária a essa proposta se refere à ausência de qualquer espécie de esclarecimento sobre qual alqueire foi utilizado em sua pesquisa, haja vista que as propriedades arroladas no Inventário dos Bens Rústicos de 1818 foram descritas em braças – como foi discutido anteriormente, na presente investigação, adotou-se 2,2 metros para cada braça. Entretanto, a partir da comparação com a transcrição própria, entendeu-se que o Teixeira transformou a medida de braças para alqueire paulista (24.200 metros) e não para o alqueire mineiro (48.400 metros)⁶³¹.

A presente pesquisa optou por não utilizar as faixas de tamanho de superfície de Teixeira, devido a duas razões: primeiro, o autor não expõe a metodologia utilizada na composição das faixas selecionadas e sequer menciona se as retirou de outras pesquisas que, porventura, explicassem o método; segundo, as cinco faixas sugeridas por ele parecem aglutinar posses díspares entre si, principalmente naquelas com mais terras. Por exemplo, a última FTS, onde Teixeira formou um grupo das 15 maiores propriedades (como foi feito no quadro II.4), foram encontradas 5 propriedades que sequer plantavam cana-de-açúcar; dessas 5, duas não continuam cativos e as outras possuíam 7 ou menos. No próprio recorte estabelecido por Teixeira, parece existir algum equívoco na contagem, haja vista que ele encontrou 14 propriedades com mais de 1527 hectares (631 alqueires); entretanto, a presente pesquisa encontrou 15 delas⁶³². Por fim, foram recenseadas 289 propriedades em Campinas no IBR de 1818, enquanto Teixeira tabelou apenas 288 – talvez a propriedade que falta em sua maior FTS.

Decidiu-se utilizar a classificação de propriedades, por faixa de tamanho (FTS), elaborada por Breno Moreno, em razão de o historiador tê-la formulado com um método que buscou relacionar diferentes características das *plantations* analisadas por ele. Sendo assim,

⁶²⁹ TEIXEIRA, Paulo E. O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774–1854. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, Caxambú/MG, p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1784/1743>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

⁶³⁰ TEIXEIRA, 2008, p. 8. Em hectares, as faixas de Teixeira são as seguintes: 0-72,6; 75-169,4; 171,8-750,2; 752,6-1524,6 e mais de 1527. Os números estão fracionados devido à transformação simples das medidas e seria necessária a adaptação dos números para caso fosse utilizado, de fato, enquanto faixa de superfície no presente estudo.

⁶³¹ Breno Moreno acredita que, mesmo em São Paulo do início do XIX, o alqueire utilizado na documentação era o chamado alqueire mineiro e que apenas no final do século passou-se a utilizar sua menor medida, o alqueira paulista. Cf.: MORENO, 2022, p. 112-120.

⁶³² É possível considerar que a propriedade que falta tenha sido retirada de seu estudo, seja por falha na transcrição ou até mesmo por uma escolha não explicada pelo autor. Ainda deve-se considerar a possibilidade de Teixeira ter encontrado outra versão do Inventário dos Bens Rústicos.

autor esteve preocupado em distinguir as propriedades em perfis construídos a partir, claro, do tamanho da posse, mas também de sua composição socioeconômica⁶³³. A classificação final das propriedades em seis faixas, realizada por Moreno, foi a seguinte: (a) 19 alqueires ou menos; (b) 20 a 47 alqueires; (c) 48 a 99 alqueires; (d) 100 a 235 alqueires; (e) 236 a 505 alqueires; e (f) acima de 506 alqueires. O autor esclarece que utilizou a medida do alqueire mineiro, 48.400 m² ou 4.84 ha⁶³⁴.

Decidiu-se utilizar exclusivamente o sistema métrico, com o objetivo de facilitar a leitura e futuras comparações com outras pesquisas; assim, foi necessário adaptar as faixas propostas para hectares. O método foi simples, consistindo na multiplicação dos alqueires por 4,84 hectares. Contudo, algumas camadas tiveram seus números fracionados, sendo necessária a aproximação para o número inteiro mais próximo; por exemplo, a primeira faixa, 19 alqueires, se transformou em 91,96 hectares, sendo transformada na faixa com propriedades com menos de 92 ha. Isso posto, as faixas utilizadas aqui foram as seguintes: **(a)** 92 hectares ou menos; **(b)** 93 a 227 hectares; **(c)** 228 a 479 hectares; **(d)** 480 a 1.137 hectares; **(e)** 1.138 a 2.444 hectares; e **(f)** acima de 2.445 hectares. A tabela II.2 indica como ficaram estruturadas as propriedades de Campinas por FTS.

Antes de analisar o quadro fundiário por FTS, cabe um esclarecimento, pois, apesar da existência de sete proprietários com mais de uma propriedade rural, não houve consideráveis mudanças nas estatísticas quando suas terras foram agrupadas e, por isso, foram tratadas individualmente a partir daqui. A distribuição das propriedades entre as seis faixas, conforme indica a tabela II.2, estabelece que mais da metade das propriedades, mais especificamente 57,5% delas, está nas duas primeiras, (a) e (b), sobretudo na primeira, com propriedades abaixo dos 92 hectares de área. Estão todas elas, inclusive, bastante abaixo da média da vila, 427 hectares; ou seja, a maior fração das propriedades é bastante pequena para o cultivo extensivo. Por outro lado, ao passo que compõe a maioria da estrutura fundiária campineira, configuram somente 7,8% de todo o território.

⁶³³ MORENO, 2022, p. 61-69.

⁶³⁴ MORENO, 2022, p. 69.

**Tabela II.2 – Classificação das propriedades por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS),
Campinas (1818)**

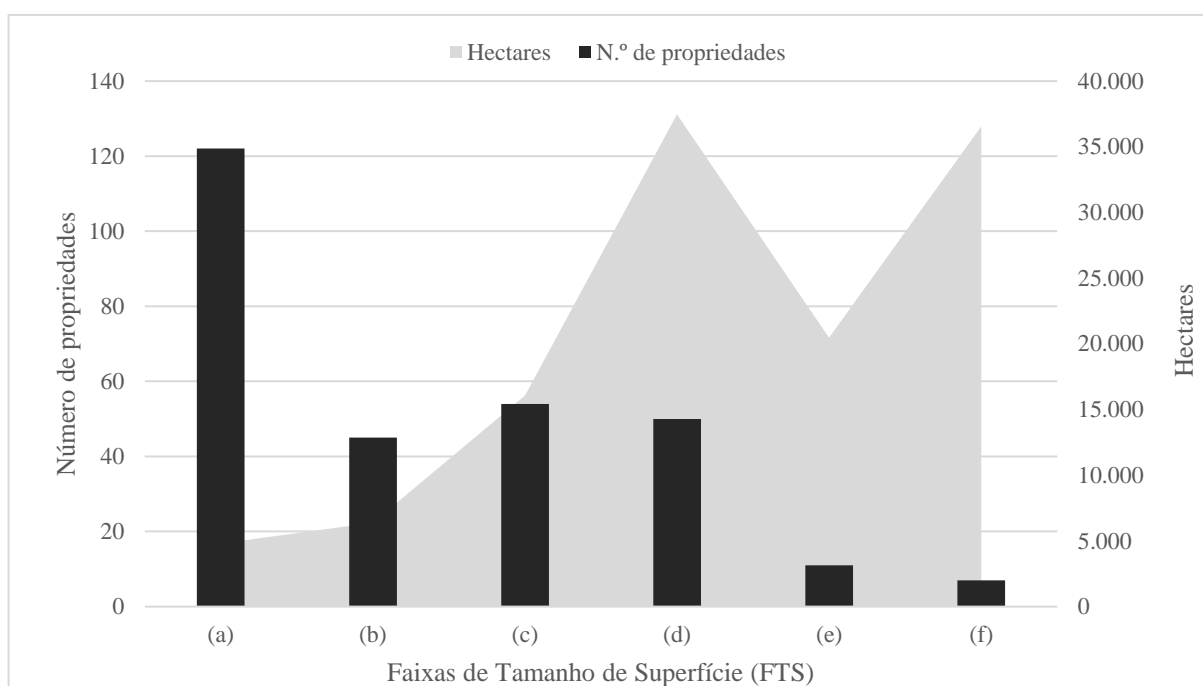
| Categorias | Propriedades | | Área ocupada (ha) | | Área média (ha) |
|---------------------------|--------------|------------|-------------------|------------|-----------------|
| | N | % | N | % | N |
| FTS (em hectares) | | | | | |
| (a) 92 ou menos | 122 | 42,2 | 4.801 | 3,9 | 39 |
| (b) 93 a 227 | 45 | 15,5 | 6.374 | 5,2 | 142 |
| (c) 228 a 479 | 54 | 18,7 | 16.058 | 13,1 | 297 |
| (d) 480 a 1.137 | 50 | 17,3 | 37.466 | 30,8 | 748 |
| (e) 1.138 a 2.444 | 11 | 3,8 | 20.456 | 16,8 | 1860 |
| (f) Acima de 2.445 | 7 | 2,4 | 36.521 | 30 | 5223 |
| Total | 289 | 100 | 121.716 | 100 | 421 |

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

As faixas subsequentes, apesar de exibirem a concentração da posse da terra em poucas propriedades, apresentaram uma disposição diferente da hipótese inicial, que era a de encontrar nos proprietários da última faixa o maior domínio das terras. Se, para o distrito de Bananal, Breno Moreno encontrou uma exata concentração de terras entre as camadas – ou seja, conforme elas avançam em tamanho, cresce também a concentração de terras em poucas mãos –, o mesmo não foi encontrado em Campinas⁶³⁵. A faixa (d), com propriedades de área entre 480 e 1137 hectares, foi aquela que ocupou a maior área, 37.466 ha (30,8%), seguida daquelas propriedades acima de 2.445 hectares, com 36.521 ha (30%). Contudo, devido aos possíveis valores inexatos fornecidos pelo IBR, pode-se considerar que as propriedades com estas áreas, faixas (d) e (f), controlaram parcelas equivalentes de terras, que somaram 60,8%, apesar de representarem apenas 19,7% das propriedades – fenômeno evidenciado na análise do gráfico II.2.

⁶³⁵ MORENO, 2022, p. 133-157.

Gráfico II.2 – Número absoluto e área das propriedades por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS), Campinas (1818)



Nota:

a. Faixas de tamanho de superfície (em hectares): (a) 92 ou menos; (b) 93 a 227; (c) 228 a 479; (d) 480 a 1.137; (e) 1.138 a 2.444; (f) acima de 2.445.

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

A relação desigual entre número de propriedades por FTS e sua respectiva área ocupada fica patente no gráfico II.2, onde percebem-se dois picos na área total, justamente as faixas (d) e (f). Esse fenômeno pode ser explicado, claro, pelo reduzido número de propriedades na faixa (e), na qual esperava-se que a área superasse a anterior; porém, a definição de Breno Moreno para o limite da faixa, 1137 hectares, abarca um dos tamanhos mais usuais de propriedades na vila: 1.089 hectares (7 casos). Em outras palavras, 30% das propriedades da FTS (d), ou ainda 43,6% de suas terras, estavam alocadas quase na mudança para outra camada, sob a posse de 7 propriedades.

A razão de ser tão comum encontrar propriedades com área total de 1.089 hectares, durante a formação da rede fundiária campineira, se deve à soma de alguns fatores. Primeiro, 1.089 ha representavam exatos 1/4 de légua em quadra, tamanho mais comum de sesmaria cedida em Campinas: uma légua de testada por uma légua de fundo, ou seja, 4.353 ha. O segundo fator que deve ser considerado se relaciona diretamente com o anterior, pois percebeu-se que foi vultuoso o fenômeno da sesmaria destinada para 4 e 6 pessoas na região⁶³⁶ – não se

⁶³⁶ Segundo Nelson Nozoe, uma légua de sesmaria era equivalente a 3.000 braças e cada braça, 2,2 metros.

sabe se, necessariamente, os sesmeiros dividiram igualmente a terra, existindo até mesmo a possibilidade de venderem parte de suas posses para outro sesmeiro. A terceira razão a se sugerir é a que, devido à tardia e massiva concessão de sesmarias em Campinas (final do século XVIII), resistiram, até 1818, muitos sesmeiros, ou seja, grandes proprietários que continuam com seus 1/4 de légua em quadra de terra recebida⁶³⁷. Por fim, deve-se considerar que, sendo os fragmentos de sesmarias uma medida comum para negociar a terra, muitos sujeitos, mesmo que não sesmeiros, poderiam adquirir propriedades sob essa medida; como foi o caso do Brigadeiro Luís Antônio, que não obteve nenhuma sesmaria na vila, mas era dono de duas propriedades com área de 1.089 ha⁶³⁸.

Fato é que a rede fundiária campineira estava fundada, em 1818, na desigual posse da terra, assim como suas consortes paulistas, Itu e Porto Feliz – bem como grande parte da colônia e, principalmente, de zonas de economia açucareira. As diferentes faixas de tamanho de superfície trazidas à luz permitem entrever a disparidade na posse da terra e, em Campinas, uma forte concentração nas propriedades com área entre 480 e 1137 hectares. No entanto, como advertiu Barickman, a estrutura fundiária desigual também possibilitou que pequenos lavradores produzissem alimentos e tirassem proveito do excedente⁶³⁹. Em Campinas, não eram poucos esses proprietários: 123 pessoas com posses menores do que 92 hectares. Ainda assim, tantos outros sequer tinham a posse oficial da terra, o que não significava, necessariamente, exclusão. Ser um espaço de fronteira agrícola garantiu para Campinas espaço suficiente para famílias se instalarem em terras de outrem e produzirem seus artigos agrícolas. A análise das listas nominativas da vila torna tal fenômeno palpável, pois, mesmo em um espaço de economia açucareira, a maior parte dos fogos não foram arroladas no IBR, ou seja, possivelmente não tinham a posse da terra. A maior fração desses fogos se caracterizava por famílias que, atraídas pelas terras desocupadas, empregavam sua própria mão de obra em parcelas de terras alheias ou em trabalhos assalariados.

6.2 As terras da cana-de-açúcar

Sendo a estrutura fundiária de Campinas desigual no desenvolver da expansão de sua economia açucareira, é crucial investigar a estrutura de posse, especificamente, de seus lavradores de cana. Essa questão, em específico, foi pouco discutida pela historiografia

⁶³⁷ Essa questão do ciclo de vida dos proprietários de terras será mais bem discutida à frente.

⁶³⁸ SÃO PAULO (ESTADO), 1994.

⁶³⁹ BARICKMAN, 2003, p. 198-201.

brasileira, em especial sobre o açúcar em São Paulo, sendo contemplada apenas de maneira geral, como em Petrone; ou em estudos sobre o Nordeste, como em Ferlini e Barickman⁶⁴⁰. Isso ocorreu muito em função da própria limitação encontrada nas fontes, como os inventários *post-mortem* ou as escrituras de venda, as quais, por vezes, fazem apenas menção à existência da terra, assim como informam a área inventariada ou comprada com marcos físicos (rios, árvores, morros). Isso posto, é necessário reconhecer o limite da análise aqui empregada para Campinas, levando em conta a utilização de um específico recorte no tempo, o Inventário dos Bens Rústicos de 1818.

Se todos os proprietários de terras de Campinas foram inventariados de fato, não foi possível precisar. Não era incomum encontrar sujeitos que não tinham a posse da terra ao fundarem seus engenhos; García Rodríguez afirma que em Cuba “nem todos lavradores de cana dos séculos XVII e XVIII eram donos da terra antes de estabelecer sua unidade produtiva, como aparentemente alguns autores supuserem”⁶⁴¹. Entretanto, a autora não deixa claro se todos eles adquiriram terras oficialmente para montarem suas propriedades ou se, como em Campinas, montavam seus engenhos em terras alheias. Fato é que havia em Campinas muitos lavradores de cana fora do recenseamento de terras: entre as 94 unidades açucareiras arroladas na lista nominativa de 1818, somente 72 foram encontradas no IBR. Contudo, a explicação aqui é diferente do aspecto geral da apropriação de terras, aspecto esse que, pode-se inferir, foram ignorados pelos recenseadores ou mesmo pela própria falta de interesse, a realidade se deu entre os lavradores de cana em virtude de dois outros fatores.

O primeiro é que, entre os 13 partidistas arrolados no recenseamento populacional, apenas um, Francisco de Sampaio Góes, foi encontrado como dono de terras em Campinas no mesmo ano. Sua propriedade tinha área de 390 hectares, abaixo da média geral da vila, na qual mantinha ainda 5 cativos. Em outras palavras, daquelas 22 fazendas canavieiras não arroladas no IBR, 12 eram partidos. Ora, a ausência quase completa dessa categoria de lavradores de cana entre os proprietários de terras indica que, de fato, majoritariamente o espaço em que plantavam seus mantimentos e as canas de partidos não eram suas, apenas utilizavam de outrem. Por outro lado, não significa que fossem sujeitos totalmente despossuídos de capital, haja vista que todos possuíam escravizados em seus fogos (média de 4 cativos por partidista)⁶⁴².

⁶⁴⁰ PETRONE, 1968; FERLINI, 2003.

⁶⁴¹ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 92. Tradução livre de: “Es conveniente aclarar que no todos los hacendados azucareros de los siglos xvii y xviii eran duenos de la tierra antes de establecer su unidad productiva, como al parecer lo han supuesto algunos autores.”

⁶⁴² NICOLETTE; MORENO, 2021.

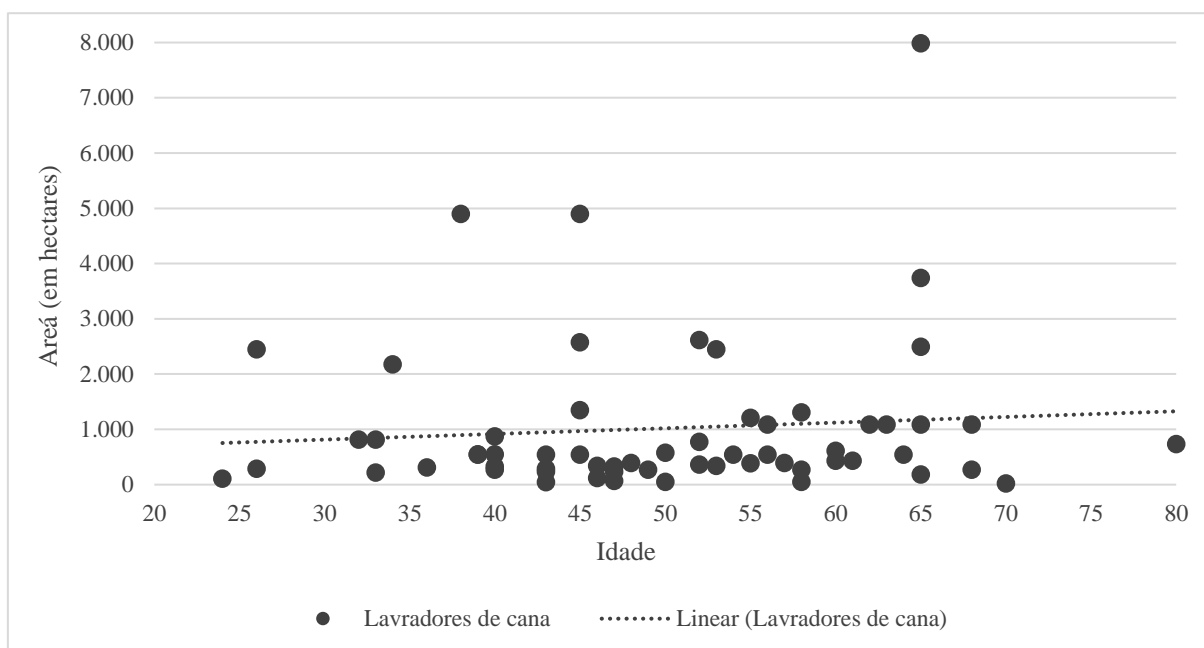
O segundo fator, elaborado com o objetivo de entender as outras 10 propriedades canavieiras despossuídos oficialmente no IBR, se relaciona com ciclo de vida dos senhores de engenho e a busca pela indivisibilidade dos engenhos⁶⁴³. Isso porque, inicialmente, se considerou a possibilidade de existir uma relação entre as idades dos proprietários e o tamanho de suas posses, devido à possível compra ao longo da vida. Conforme evidencia o gráfico II.3, não existe uma ligação entre as idades e o tamanho da posse em Campinas; a interdependência estatística entre os fatores é somente 0,007, ou seja, correlação insignificante⁶⁴⁴. Nem mesmo os maiores proprietários apresentam uma tendência nas idades, tendo em conta que, entre aqueles com propriedades acima dos 3.000 hectares, dois têm 65 anos e os outros dois mais novos, 45 e 40 anos. Parte da ausência de relação advém do fato de serem esses proprietários mais velhos quando comparados a todos donos lavradores de cana: a média de idade entre os 61 presentes no Gráfico II.3 foi de 50,4 anos, quando a geral era 45,7. Além disso, 31 dos proprietários tinham mais de 50 anos e apenas 11 tinham com menos de 40 anos, ou seja, os proprietários de terras de Campinas compunham uma população bastante envelhecida.

O fenômeno aludido acima evidencia que ser proprietário de terras era tão pouco acessível quanto fundar um engenho ou mesmo ser um partidista de cana. Evidentemente, para a realização de quaisquer atividades agrícolas era necessário o acesso à terra e, no caso dos engenhos com a tecnologia disponível no período, extensas posses; como vimos para os partidistas, porém, os senhores de engenho não necessariamente eram proprietários da terra em que estabeleceram sua unidade produtiva, principalmente os mais novos e, claro, familiares de senhores de engenho. Isso porque os novos senhores de engenho que abriram suas propriedades eram, em alguns casos, filhos ou genros de outros que ainda operavam seus engenhos; e o processo de partilha da terra, se houvesse, parece ter sido feito, na maior parte dos casos, somente durante o inventário, ou seja, após a morte do patriarca. Sendo assim, só se pode pensar em construção de engenhos em terras alheias em caso de previsão de futura herança da terra, caso que engloba filhos e genros.

⁶⁴³ Foi discutido, na parte 1 da presente pesquisa, o esforço senhorial para não dividir as terras dos engenhos entre seus herdeiros.

⁶⁴⁴ Como discutido anteriormente, deve-se considerar uma relação notável entre os fatores quando a razão se der a partir de 0,4.

Gráfico II.3 – Distribuição dos proprietários por idade e área da propriedade, Campinas (1818)



a este último, provisoriamente e mediante a determinado pagamento, a administração do engenho Ponte Alta, que aparece como chefe do fogo em 1818⁶⁴⁶.

Ao que tudo indica, os pais desses três indivíduos, aqueles todos acima dos 50 anos, senhores de engenho, atuando no processo de investir na trajetória econômica dos filhos, cederam parte de suas terras para estes plantarem suas canas e fundarem suas *plantations* escravistas; contudo, os patriarcas das respectivas famílias não efetuaram a transferência da terra. Como discutido, apesar de ser comum naquela sociedade a antecipação de parte da herança por meio do dote, via cativos ou dinheiro, esse fenômeno não foi comum com o solo – provavelmente pela intenção de manter as terras aglutinadas.

Para discutir a área das propriedades canavieiras de Campinas, é imprescindível abordar o tamanho ideal para tornar seu uso economicamente viável. Essa questão está intimamente associada às tecnologias aplicadas no cultivo da cana-de-açúcar e, como foi evidenciado, em terras paulistas não houve grandes avanços até metade do século XIX. Sendo assim, a prática produtiva aplicada em São Paulo foi bastante semelhante à empregada no restante do Brasil. Outro fator importante era o preço da terra, tendo em conta que nem todos dispunham de sesmarias ou herança; em Campinas, é difícil precisar seu valor, mas acredita-se que o fato de a expansão econômica ser um fenômeno recente somado a ser uma área de fronteira agrícola serviu de obstáculo para que o preço da terra tenha se multiplicado⁶⁴⁷. Esse último ponto não significa que a compra de terras não seria empecilho àquele que desejasse montar seu engenho em solo campineiro: áreas grandes para plantar canaviais, apesar de um possível preço baixo da terra, possuíam um preço, e esse preço continuava sendo inacessível para a maior parte da população. Sendo assim, a posse de largas extensões de terra ainda pode ser relacionada à riqueza de um sujeito, à medida que consideramos que as sesmarias só eram concedidas aos minimamente ricos.

Nas análises que se seguem, o alerta trazido à baila por Bert Barickman é fundamental: utilizar categorias como “grande” e “pequeno” para definir as propriedades agrícolas não é

⁶⁴⁶ NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmarias e posse de terra rural no Entre Rios de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso. In: RIBEIRO, Suzana B. (Org.). **Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)**. Campinas: Direção Cultura, v. 2, 2016, p. 47. Sobre arrendamentos de engenhos na colônia, ver: FERLINI, 2003, p. 240-250.

⁶⁴⁷ Nesse sentido, abre-se uma larga possibilidade de pesquisa na realização do acompanhamento longitudinal da documentação cartorial referente à compra e venda de terras.

suficiente para enquadrar diferentes realidades socioeconômicas, pois podem diferir drasticamente a depender da qualidade da terra, da tecnologia e da mão de obra empregada:

Até meados do século XIX – quando o uso da energia a vapor se generalizou e, mais importante, quando a introdução de aparelhos de cozimento a vácuo, centrífugas e outras inovações revolucionou o fabrico do açúcar –, uma série de limitações tecnológicas restringia a quantidade de cana – e, com isso, de terra plantada – que um engenho podia moer numa safra. Cultivar mais terra, portanto, para nada servia, a menos que se construísse outro engenho⁶⁴⁸.

Petrone, ao estudar os Inventários dos Bens Rústicos das vilas de Itu, Jundiaí e Piracicaba, conclui que uma propriedade que tivesse uma área entre 48 e 960 hectares “devia ser suficiente para lavoura da cana estabelecida em bases comerciais”⁶⁴⁹. Contudo, apesar de uma interessante análise, a faixa estabelecida por Petrone se mostra bastante abrangente, visto que constitui 69,4% dos engenhos arrolados em Campinas – tendo, nesse recorte, uma área média de 419 hectares. A imprecisão da conclusão de Petrone pode ter sido motivada em razão da autora utilizar Jundiaí – uma vila especialmente voltada para a produção de alimentos –, para realizar a faixa ideal. José Luiz de Freitas mostra que, em Jundiaí, as propriedades voltadas para a lavoura de mantimentos controlavam 79,8% das propriedades e 64,1% das terras⁶⁵⁰. Em outras palavras, pouco serve para se pensar no tamanho ideal, mas estabelece dois marcos: se, por um lado, aquelas propriedades canavieiras com menos de 48 hectares teriam disponível pouca terra para a expansão de sua produção, por outro, evidenciam que possuir uma área com mais de 960 hectares, e apenas um engenho, pode se tornar o que Petrone chamou de um “empate de capital”. Tais enormes propriedades foram, de fato, encontradas em Campinas; mas tal fator deve ser amenizado levando em consideração a busca pela reserva de matas e a vila ainda ser uma zona de fronteira.

Em relação a outros complexos açucareiros, os pesquisadores chegaram a conclusões mais precisas em relação ao tamanho ideal para exploração canavieira. Barickman afirma que, até 1850, mesmo nas colônias de Cuba e Jamaica, “uma *sugar plantation* ou um *ingenio* com mais de 800 hectares situava-se muito acima da média. Colonos franceses na ilha de Guadalupe na década de 1830 conseguiam produzir açúcar com lucro em unidades que tinham entre cinquenta e cem hectares”⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ BARICKMAN, 2003, p. 184

⁶⁴⁹ PETRONE, 1968, p. 76-77. A autora menciona, originalmente, uma área entre 100.000 e 2.000.000 braças quadradas, que foram convertidas em hectares. Utilizou-se a medida de 2,2 metros para cada braça.

⁶⁵⁰ FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222.

⁶⁵¹ BARICKMAN, 2003, p. 187.

Todavía, determinar o tamanho ideal para esse tipo de empreendimento agrícola em redes fundiárias diferentes é tarefa que requer a compreensão da perspectiva de futuro e da qualidade daquelas terras. Levando isso em consideração, Michael Craton, ao investigar as transformações no complexo açucareiro jamaicano, afirma que, durante o século XVIII, na região canavieira de Worthy Park, um engenho deveria ter, idealmente, uma área de 365 hectares. Segundo o autor, seria uma propriedade de tamanho suficiente para a exploração máxima, considerando a técnica e a mão de obra do período⁶⁵².

Stuart Schwartz e Ward Barrett, em estudo comparativo sobre as economias açucareiras do Recôncavo Baiano e Morelos (México) entre os séculos XVI e XVIII, concluíram que um engenho eficiente e no auge produtivo necessitava, ao longo dos anos, de 360 a 380 hectares de área – em ambos os contextos⁶⁵³. Apesar de o recorte estabelecido por Petrone para o tamanho de engenho produtivo incorporar os dados dos autores acima – 48 a 960 hectares –, a indicação da autora se torna demasiadamente abrangente. Tendo em conta que Campinas reunia ótimas condições físicas para o empreendimento açucareiro, como o solo de qualidade excelente para a cana-de-açúcar e a vila ser banhada por uma série de cursos d'água, dois grandes rios e seus afluentes (figura II.6), considera-se que as faixas estabelecidas pelos autores para o tamanho ideal para tornar-se uma propriedade viável economicamente podem ser utilizadas no presente estudo.

Considerando os dados de Craton, Barrett e Schwartz, percebe-se que em Campinas as propriedades canavieiras estavam alocadas em posses de terras bastante superiores: a média entre 71 engenhos somados ao único partido de cana foi de 1.009 hectares, acima, inclusive, do que foi estabelecido por Petrone. Não à toa, como discutido, a área mais comum entre os engenhos campineiros foi de 1.089 hectares. Conforme evidencia a tabela II.3, as propriedades canavieiras contribuíram de maneira impressionante para concentração de terras; seja em relação à soma das propriedades canavieiras em relação ao total, que dominavam 58,8% da paisagem rural campineira (72.632 hectares), seja entre elas próprias, tendo em vista que as 6 maiores, com área acima de 2.506 hectares, dominavam 37,7% daquele montante. Se, por um lado, o controle de mais da metade da paisagem agrícola durante a montagem do complexo açucareiro por 72 fazendas de açúcar evidencia a extrema

⁶⁵² CRATON, Michael. Worthy Park, 1670-1972: Cambios y continuaciones en el sistema jamaicano de plantación azucarera. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975, p. 573-609. Ver também: CRATON; WALVIN. 1970.

⁶⁵³ BARRETT; SCHWARTZ, 1975, p. 533-572.

desigualdade na posse, por outro, revela que 41% da terra estava em mãos de sujeitos ligados a outras produções agrícolas – majoritariamente de mantimentos.

Tabela II.3 – Classificação das propriedades de açúcar por FTS, Campinas, 1818

| Categorias | Propriedades | | Área ocupada (ha) | | Área média (ha) |
|---------------------------|--------------|------------|-------------------|------------|-----------------|
| | N | % | N | % | N |
| FTS (em hectares) | | | | | |
| (a) 92 ou menos | 5 | 6,9 | 240 | 0,3 | 48 |
| (b) 93 a 227 | 4 | 5,6 | 630 | 0,9 | 158 |
| (c) 228 a 479 | 22 | 30,6 | 6.995 | 9,6 | 318 |
| (d) 480 a 1.137 | 26 | 36,1 | 19.622 | 27,1 | 755 |
| (e) 1.138 a 2.444 | 9 | 12,5 | 17.629 | 24,4 | 1.975 |
| (f) acima de 2.445 | 6 | 8,3 | 27.368 | 37,8 | 5.223 |
| Total | 72 | 100 | 72.632 | 100 | 1.008 |

Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

Diferentemente da rede fundiária geral da vila (tabela II.2), aqui não foram os menores proprietários que dominaram o número total, presentes na faixa (a), como esperado, tendo em conta a dificuldade em manter um engenho com áreas pequenas – no caso, menores que 92 hectares, realidade bastante diferente da ilha de Guadalupe, por exemplo⁶⁵⁴. Os engenhos que se apresentaram em maior quantidade se encontram nas faixas de tamanho de superfície (c) e (d). Ora, enquanto faixa (c) engloba as propriedades que se encaixam no tamanho ideal estabelecido de Craton, Schwartz e Barrett, entre 228 e 479 hectares, a segunda já se encontra bastante acima, entre 480 e 1137 hectares – controlando, juntas, 66,7% dessas terras. Inclusive, a única posse que não continha um engenho pertencente ao partidista Francisco de Sampaio Góes foi das poucas a se aproximar do tamanho ideal, com 390 hectares. Portanto, no cenário de 72 propriedades canavieiras, 43 delas eram consideravelmente maiores que o tamanho ideal proposto pela historiografia, reiterando que, nesse início do complexo açucareiro campineiro, as propriedades da vila ainda acumulavam abundantes terras.

A extrema concentração de terras entre as fazendas açucareiras se torna mais evidente com o gráfico II.4, que reitera não apenas que eram poucas propriedades até 227 hectares que se dedicavam à economia açucareira (somente 9), mas que existiam verdadeiros “gigantes canavieiros”, encontrados na faixa (f). Foi o caso da fazenda Barra, engenho mais extenso de

⁶⁵⁴ BARRETT; SCHWARTZ, 1975, p. 533-572.

Campinas, que pertencia a Nicolau Gonçalves da Silva (65 anos). Ela contava com 7.986 hectares, mas produziu somente 11,8 t arrobas de açúcar em 1818, além de aguardente, milho e feijão – “tudo para gasto da casa”. Ele fora agraciado sozinho com uma sesmaria, que tinha “uma légua de testada de rio a rio, pouco mais ou menos, e três de sertão, correndo no rio Atibaia abaixo”⁶⁵⁵, medida que, convertida, gira em torno de 7.986 hectares. Apesar de qualquer conversão ser uma tarefa complexa de se realizar, em virtude da imprecisão das medidas e da própria declaração de tamanho feita por aqueles agentes, existe uma interessante semelhança entre as informações, conferindo autoridade aos dados – mesmo que Nicolau tenha obtido outras terras posteriormente à sesmaria⁶⁵⁶.

Em sua análise, García Rodríguez não encontrou nenhum engenho de tamanho similar durante a montagem do complexo canavieiro cubano. Em sua análise do século XVIII, a autora encontrou somente 8 engenhos, na área de Havana, que tinham área maior do que 939 hectares⁶⁵⁷, sendo apenas 1 com mais de 2.000 hectares – em um universo de 221 engenhos. Nem mesmo na rede fundiária baiana foi possível identificar engenhos desse porte; apesar de serem mais produtivos, devido à mão de obra e à concentração de capital, não dispunham de parcelas colossais de terra. Barickman, a partir do arrolamento realizado em 1859 em seis importantes freguesias açucareiras do Recôncavo Baiano, encontrou 84 engenhos, dos quais apenas 5 possuíam mais de 2.000 hectares⁶⁵⁸. Isso posto, pode-se afirmar que a estrutura fundiária do açúcar, em Campinas, diferiu consideravelmente de outras zonas com economia semelhante – a própria média das fazendas açucareiras em hectares da vila paulista era discrepante quando comparada ao recôncavo, onde o autor afirma ter sido de 481 hectares⁶⁵⁹.

⁶⁵⁵ SÃO PAULO (ESTADO), 1994, p. 439

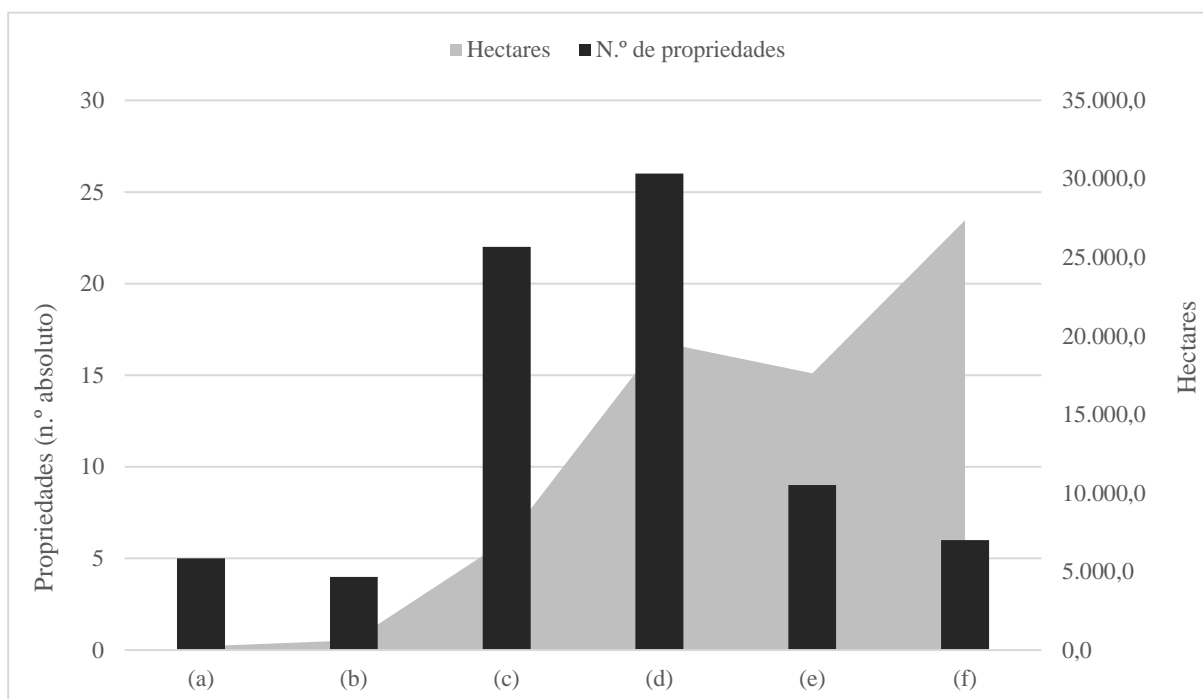
⁶⁵⁶ A área da sesmaria cedida a Nicolau fora de 7.986.940 m² ou 7.986 ha.

⁶⁵⁷ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 98-100; p. 55-61. A medida utilizada pela autora se chama *caballería*. Ela equivale, segundo a autora, a 13,42 hectares – a qual foi utilizada para a conversão na presente pesquisa.

⁶⁵⁸ BARICKMAN, 2003, p. 188.

⁶⁵⁹ Em Campinas, como discutido, a média das fazendas açucareiras foi de 1009 hectares.

Gráfico II.4 – Área das propriedades canavieiras por Faixa de Tamanho de Superfície (FTS), Campinas (1818)



Fonte: NICOLETTE; MORENO, 2021.

Embora as comparações realizadas na presente investigação incorporem diferentes regiões açucareiras da América, é indispensável cautela nos paralelos estabelecidos. Em sua investigação sobre a indústria açucareira pernambucana, Peter Eisenberg encontrou a única região canvieira, em meados do século XIX, com a rede fundiária, de economia açucareira, mais concentrada quando comparada a Campinas. Já na década de 1850, encontrou 84 engenhos arrolados na região de Escada, sudoeste de Recife. O autor mostra que a área média dessas propriedades era de 2.871 hectares e sua mediana foi de 995 ha; além disso, 15% delas possuíam mais de 3.000 ha – as quais controlavam 70% do território dedicado à cana-de-açúcar⁶⁶⁰. Em Campinas, foi apresentada área média menor que a metade de Escada/PE, e somente 7% dessas tinham mais de 3.000 ha, além de controlarem apenas 34,1% do território campineiro. Entretanto, isso ocorreu em Escada devido a outras circunstâncias tecnológicas e de acesso a capital, já que Eisenberg se refere aos chamados “engenhos centrais” daquela localidade. Isso posto, os possíveis paralelos com Campinas precisam ser realizados com complexos açucareiros que se assemelhem em tecnologia, acesso a capital e mão de obra escravizada – além de uma proximidade no quadro histórico de expansão do comércio açucareiro no mercado global.

⁶⁶⁰ EISENBERG, 1977, p. 137-155.

Barickman faz um alerta importante: parte significativa dos senhores de engenho baianos (29,6%) era dona de, ao menos, dois engenhos. No Recôncavo Baiano, os engenhos apareceram, normalmente, cadastrados em terras e espaços diferentes, o que pode ter aumentado a posse da terra por indivíduo⁶⁶¹. Foi o caso do sargento-amor de Campinas, Floriano de Camargo Penteado, recenseado no IBR com as propriedades Duas Pontes (onde morava) e Ponte Alta de Cima (que arrendou para seu filho), com áreas de 726 e 484 hectares, respectivamente⁶⁶². Ele possuía um engenho em cada propriedade; seu caso, apesar de ser raro na Campinas colonial, mostra a fragilidade de utilizar as faixas de tamanho de superfície, haja vista que suas propriedades analisadas separadamente se enquadram na FTS (d), mas Floriano, enquanto proprietário, se apresentaria na faixa subsequente, FTS (e). Em outro caso, do absenteísta e Coronel Francisco Antônio de Sousa Queirós, o IBR recenseou somente uma propriedade, Morro Grande, mas, nas listas nominativas de habitantes, era descrito desde 1810 com a posse de dois engenhos. Apesar de faltarem elementos mais concretos, a hipótese é de que sua colossal propriedade, 2.176 hectares, englobava ambos os engenhos. Entretanto, apesar dos casos descritos, o fenômeno do segundo engenho não era comum em Campinas, se tornando significativo na vila apenas em meados do século XIX, durante o ápice da expansão de seu complexo açucareiro⁶⁶³.

A análise por tipo de propriedade em pouco se diferencia do que tem sido reiterado. No caso dos partidos, existe somente uma ocorrência de proprietário de terras no IBR de 1818, o qual possuía uma área bastante abaixo da média da vila (390 ha), mas ainda superior ao que foi visto como um engenho ideal, o que não significa que o acesso à posse de terra não pudesse gerar conflitos e desigualdades entre os próprios partidistas. Por exemplo, Barickman afirma que a posse da terra fora realidade de muitos partidistas baianos (chamados pelo autor de “independentes”), e isso proporcionava a eles um favorecimento, propiciado pelos senhores de engenho locais, naquele quadro produtivo – principalmente quando comparados aos partidistas arrendatários⁶⁶⁴. Ora, isso não parece ser um fenômeno passível de reprodução em Campinas, tendo em conta que apenas um partidista tinha posse oficial da terra. Assim, a partir do que foi discutido anteriormente, sobre a influência da família patriarcal no financiamento dos partidos

⁶⁶¹ BARICKMAN, 2003, p. 188-190. Kátia Mattoso, analisando apenas a freguesia açucareira do Recôncavo Baiano, Santiago do Iguape, encontrou uma média ainda menor, de 312,5 ha. Cf.: MATTOSO, 1978.

⁶⁶² NICOLETTE; MORENO, 2021. ALFONSO, 2021.

⁶⁶³ NICOLETTE, Carlos E.; ALFONSO, Felipe R. Especificidades da Sociedade Açucareira: Campinas no Contexto do Quadrilátero Paulista (1836). **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 9, n. 18, p. 118-137, 2022. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3638&path%5B%5D=3040>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

⁶⁶⁴ BARICKMAN, 2003, p. 202-203.

de cana campineiros, a hipótese é de que, se houve algum favorecimento (como preferência na moagem da cana), este seria concedido aos partidistas da própria família.

Em relação aos engenhos com sociedade, suas 7 fazendas representavam 9,7% das propriedades canavieiras e controlavam 8,4% das terras dedicadas ao açúcar. Sua área média era de 916 hectares, próxima da média geral dos engenhos (1.009 ha). É provável que essa semelhança se deva à ausência de financiamento por parte dos capitalistas em relação à terra; como foi discutido, comumente os sócios ligados à terra eram donos de antemão daquela posse. Porém, essas propriedades não estavam presentes em todas as FTS; a menor delas, de 1055 hectares, pertencia ao ex-administrador do engenho de Maria Fausta Miquelina, Alferes José de Sousa Siqueira; a maior, por seu turno, com área de 1.888 ha, pertencia ao guarda-mor Manuel Teixeira Vilela – que havia sido partidista de cana. Portanto, apesar de não estarem presentes em nenhuma das FTS limites – (a) e (f) –, as propriedades em sociedades estavam divididas de maneira desigual entre as faixas, assinalando a concentração dos engenhos em sociedade nas maiores propriedades de terras⁶⁶⁵.

Quanto aos engenhos de absenteístas, a concentração da posse era mais evidente, em dois aspectos complementares. O primeiro diz respeito à própria quantidade de absenteístas, que fora bastante acima da média para a região. O Brigadeiro Luís Antônio possuía cinco diferentes propriedades arroladas no IBR e o coronel Francisco Pinto Ferraz, duas – Maria Fausta e o irmão do Brigadeiro, Francisco Antônio, completam o quadro de absenteístas com uma propriedade cada. Ora, Luís Antônio e Francisco Pinto faziam parte do seleto grupo de 6 senhores de engenho que tinham uma segunda propriedade de terras – não necessariamente um segundo engenho, apesar do Brigadeiro possuir, ao menos, um engenho em todas. Horacio Gutiérrez afirma que não mais de 2% dos proprietários do Paraná não moravam em sua propriedade rural⁶⁶⁶; Nelson Nozoe chega a 6,8% dos proprietários para toda a capitania de São Paulo⁶⁶⁷. Em Campinas, eles representavam 4,3% dos proprietários no cômputo geral, mas controlavam 18,6% da área. Em relação às propriedades canavieiras, possuíam 12,5% delas e controlavam 15,2% do território, além de serem todos residentes na cidade de São Paulo. O segundo ponto sobre a concentração de terras por absenteístas se refere à área dessas propriedades dedicadas à economia açucareira, haja vista que as duas menores, Santo Antônio e Monjolinho, tinham 272 hectares e pertenciam ao Brigadeiro, as quais sequer poderiam ser

⁶⁶⁵ As sete propriedades se encontravam divididas da seguinte maneira: uma propriedade na faixa (b); duas na faixa (c); três na faixa (d); três na faixa (e).

⁶⁶⁶ GUTIÉRREZ, Horacio. **Terras e gado no Paraná tradicional**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁶⁶⁷ NOZOE, 2008, p. 244.

consideradas pequenas, se aproximando, inclusive, do tamanho ideal discutido anteriormente. Elas também foram localizadas, na figura II.6, enquanto vizinhas e foram numeradas de 169 e 170 no IBR; ou seja, podem ter sido fragmentadas para melhor explorar aquelas terras com engenhos diferentes. As propriedades dos absenteístas possuíam, até mesmo, média acima da geral para a vila, 1.225 ha, e nenhuma delas estava presente nas FTS (a) e (b) ⁶⁶⁸.

Durante o processo de formação do complexo açucareiro de Campinas, ficou clara a disparidade no acesso à terra. A concentração fundiária estava presente em 1818, especialmente através das propriedades açucareiras: 72 delas controlavam 58,8% da paisagem campineira. De fato, a apropriação de terras em Campinas, seja por meio de sesmarias, de compras ou de herança, estava orientada, no início do XIX, às demandas da economia açucareira. Contudo, a configuração espacial não era exclusiva do parque açucareiro, pois o restante das terras, 41,2%, estava nas mãos de dois tipos de indivíduos: primeiro, aqueles que não exploravam, até 1818, com fins agrícolas, como foi o caso de Joaquim José da Costa Gavião; segundo, dos pequenos proprietários, a maior parte da rede fundiária campineira, apesar de controlarem uma pequena área, estavam dedicados regularmente à produção de alimentos, com o foco na venda do excedente, sobretudo o milho. Sendo assim, os senhores de engenho, apesar de terem o controle de mais da metade da área da vila e o cabedal político-econômico, não foram capazes ou não tiveram interesse em restringir a posse e o uso da terra para outros lavradores, ainda que se possa argumentar que eles estivessem sob o controle das melhores terras. Por fim, conforme indica Barickman, a “expansão da agricultura dependia não só da disponibilidade física de terras, mas também da estrutura fundiária”⁶⁶⁹, ou seja, a existência dos pequenos proprietários, que focavam seus esforços na produção de alimentos, era parte essencial de um complexo açucareiro.

O fenômeno da concentração de terras aqui analisado se refere tão somente ao processo de montagem, ou ainda, formação do complexo açucareiro campineiro, devendo ser entendido dentro do recorte histórico estabelecido – uma vez que parece existir uma tendência de subdividir as grandes propriedades com açucareiras com o passar dos anos. Este processo foi apresentado pela historiadora Sheila Faria para a região de Campo dos Goytacazes/RJ, na segunda metade do século XIX. A autora afirma que os dados encontrados diferem daquilo que a historiografia afirmava até então, haja vista que se deparou com propriedades notadamente pequenas presentes em um centro canavieiro de porte considerável: nas freguesias de Campo

⁶⁶⁸ As 10 propriedades se encontravam divididas da seguinte maneira: duas propriedades na faixa (c); quatro na faixa (d); duas na faixa (e); uma na faixa (f).

⁶⁶⁹ BARICKMAN, 2003, p. 310

dos Goytacazes. Nestas unidades que possuíam economia principalmente baseada no açúcar, a área média foi de 45,76 hectares⁶⁷⁰. Assim, essa região em muito se difere de Campinas de 1818, cuja área média da vila como um todo era quase 10 vezes maior, com 427 ha⁶⁷¹.

De todo modo, a rede fundiária, formada pelos engenhos campineiros até 1818, notabilizou-se também pela acentuada concentração de terras em poucas mãos a despeito das formas de obtê-las: seja posse, sesmaria, compra ou herança. Alguns lavradores de cana campineiros mantinham posses colossais, muito maiores do que poderiam explorar economicamente em gerações; como exemplo, o sesmeiro e senhor de engenho Alexandre Barbosa de Almeida, que, sob a posse da propriedade chamada Cachoeira (4.901 hectares), tinha sob seu domínio a mesma área que outras 24 propriedades açucareiras somadas. Para concluir o tópico, conjecturam-se duas chaves de explicação para compreender tal fenômeno de acumulação da posse da terra.

A primeira se refere a possíveis estratégias produtivas, em razão da política de distanciamento mínimo para a constituição de engenhos. A Coroa portuguesa, em Provisão de 3 de novembro de 1681 estabelecia que a distância mínima entre duas unidades produtivas canavieiras deveria ser de, pelo menos, 4.828 metros (uma légua). Se no século XVII, quando foi imposta, não interessava a São Paulo, em Alvará de 1802 a Provisão foi renovada pela Coroa, justamente no período de expansão de seus complexos açucareiros. Conforme argumenta Petrone, esse Alvará poderia também servir para preservar o fornecimento de lenha, através da redução do desmatamento. Além disso, determinava:

[...] a obrigação de pedir licença para levantar engenhos, ao governo da Capitania. Como já vimos, esse Alvará foi obedecido, pelo menos em parte, pois são muito os pedidos para levantar engenhos conservador no Arquivo do Estado. A obediência à distância de meia légua entre dois engenhos, forçosamente, trazia consigo maior dispersão de engenhos e um interesse pela obtenção da grande propriedade para satisfazer às exigências do Alvará⁶⁷².

Consequentemente ao Alvará, os senhores de engenho podem ter se furtado de vender ou ceder como dote suas terras, dado que, a partir desse documento, parte dessas propriedades poderiam não comportar engenhos a essa necessidade de afastamento devido a, por exemplo, a distância de rios e seus afluentes. Pode ter sido essa a motivação do português, absenteísta e negociante de grosso trato, Coronel Francisco Pinto Ferraz, para evitar partir suas terras. Ele

⁶⁷⁰ FARIA, Sheila de Castro. **Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986, p. 133-142.

⁶⁷¹ No entanto, é importante reiterar a necessidade de cautela na generalização sobre a rede fundiária do açúcar em Campinas, devido à possibilidade de coexistirem engenhos na mesma posse de terras – como foram apresentados alguns casos. Estudos que integrem, de maneira extensiva, a investigação dos inventários *post-mortem* e o IBR podem vir expandir o conhecimento sobre o assunto.

⁶⁷² PETRONE, 1968, p. 78. O Alvará foi revogado posteriormente ao período analisado, em 1827.

não fora sesmeiro na vila, adquirindo por compra todas as suas terras e sequer possuía relações familiares estabelecidas ali – ao menos até o ano que erigiu seu primeiro engenho campineiro, em 1809. Suas duas posses de terras no IBR, os engenhos Cachoeira e Mato Dentro, com 1.634 e 3.267 ha, respectivamente, somavam impressionantes 4.901 ha de área. Em poucos anos após a instalação de suas fazendas, talvez devido a sua idade avançada ou mesmo para incentivar a entrada da família no negócio açucareiro⁶⁷³, ele transmitiu a administração do seu principal engenho, Mato Dentro, para um de seus filhos, Luís Bernardo Pinto Ferraz. Porém, o Coronel não cedeu oficialmente a propriedade a Luís, que ficou apenas responsável pela sua administração⁶⁷⁴. Pode-se assumir que o Coronel, a fim de possibilitar a manutenção da produtividade de seus engenhos e a formação de novas unidades produtivas, buscou a preservação de toda sua posse sob seu controle.

A segunda chave de explicação caminha no sentido de pensar a estratégia familiar e da manutenção da fortuna. A comparação entre o processo formativo do complexo açucareiro campineiro em relação ao cubano, ao baiano ou até mesmo ao carioca, mostrou que, diferentemente dessas regiões, Campinas ainda mantinha suas terras bastante concentradas. Os autores que investigaram outros parques açucareiros sugeriram que as terras estavam se fragmentando rapidamente em mais famílias e mais propriedades – mesmo que alguns estudos se realizaram já na metade do século XIX, como foi o caso de Barickman⁶⁷⁵. Manuel Diégues Júnior reafirma a questão sobre a partição de terras das sesmarias no florescer dos engenhos baianos:

Já porque partilhado entre os herdeiros do proprietário, já porque este, em vida, separava um quinhão para os filhos, construindo-lhe o engenho, já porque doações de outra natureza se fizeram, já mesmo pela venda de pedaços de terra para satisfazer a compromissos financeiros, o fato é que as sesmarias se subdividiram, nascendo nelas novos engenhos de açúcar. Criou-se, dentro das sesmarias, verdadeira hereditariedade de engenhos; daí muito engenho Velho e engenho Novo, muito engenho de cima, do Meio, e de Baixo, muito engenho acompanhado do aumentativo ou diminutivo indígena – açu ou mirim.⁶⁷⁶

Conforme discutiu-se anteriormente, Carlos Bacellar argumentou que, enquanto fosse lucrativo e viável, os proprietários e herdeiros encontravam formas para manter a propriedade canavieira intacta⁶⁷⁷. Ainda assim, o investimento em mais de um filho ou genro poderia acontecer, como foi apresentado nas estratégias traçadas nas famílias patriarcais organizadas

⁶⁷³ Não foi possível estabelecer precisamente a idade do Coronel Francisco Antônio em 1818. Contudo, em 1810, ele tinha 59 anos, cf.: APESP, LNH, São Paulo, 1810.

⁶⁷⁴ APESP, LNH, Campinas, 1818.

⁶⁷⁵ BARICKMAN, 2003; GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007; FARIA, 1986; FERLINI, 2003.

⁶⁷⁶ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Alimentação, 1954, p. 101-102 apud NOZOE, 2008, p. 215.

⁶⁷⁷ BACELLAR, 1997.

em torno de Albano de Almeida Lima e Antônio Ferraz de Campos. Em outras palavras, a divisão das terras, por vezes propriedades colossais, de fato acontecia, mas apenas no momento de morte indivíduo, de modo que se faz necessário compreender o seu ciclo de vida. Consoante com o gráfico já apresentado, II.3, retomam-se as conclusões de que a maior parte dos proprietários rurais tinham idade avançada: mais da metade deles tendo acima de 50 anos. A estratégia adotada por eles fora manter a terra sob sua posse até o final de suas vidas, a despeito de concederem informalmente frações de terra de maneira pontual.

Por fim, a análise empreendida evidenciou que a estrutura fundiária campineira se diferenciou de suas congêneres açucareiras devido ao tempo histórico de sua exploração, uma vez que a fragmentação das posses e os conflitos de terras em Campinas, apesar de serem constantes na expansão e auge de seu complexo canavieiro, se expandiram no decorrer do século XIX⁶⁷⁸. A estrutura fundiária da vila abrigava nos primeiros anos do século XIX uma série de pequenos proprietários de terras, mas se assentou na extrema desigualdade no tamanho da posse, a qual foi herança dos pedidos de sesmarias à Coroa portuguesa, que cedeu grandes porções daquela região até então pouco explorada, bem como das compras realizadas por negociantes radicados em São Paulo. O viajante d'Alincourt apontou para a formação da paisagem agrária campineira e suas matas, ainda na década de 1820, em suas palavras: “apesar do grande número de arrobas de açúcar, que se extraem de Campinas, a cultura deste fertilíssimo, e delicioso país deve reputar-se nascente, ainda há léguas e léguas de terreno inteiramente coberto de mato virgem”, possuindo muitas terras que deixavam de ser “cultivadas, pela falta de força de seus donos”⁶⁷⁹.

⁶⁷⁸ SECRETO, 2001a.

⁶⁷⁹ D'ALINCOURT, 2006, p. 34.

7 De sol a sol: mantimentos, açúcar e escravidão em uma economia em transformação

A historiografia sobre o mundo rural da colônia tem se ampliado nas últimas décadas, em especial aquela voltada à discussão sobre a validade da “visão plantacionista” do passado brasileiro, já que essa seria uma “marca persistente e conservadora da historiografia brasileira”⁶⁸⁰. Tal visão foi cunhada desse modo por Maria Yedda Linhares em razão de seus expoentes ignorarem a vida social e econômica fora das grandes propriedades produtivas, focando apenas na investigação das *plantations*, de modo a enfatizar seu caráter monocultor⁶⁸¹. Em outras palavras, os pequenos lavradores e pecuaristas, bem como um mercado interno colonial, foram trazidos à luz nos últimos anos para serem analisados em consonância com a agricultura de exportação.

Analisando a safra de mantimentos no auge da produção açucareira no Recôncavo Baiano, em especial a mandioca, Barickman sugere que os pesquisadores não podem:

classificar a agricultura e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessórios da economia de exportação, ou mesmo, na linguagem cepalina, como “efeitos para trás” (“*backward linkages*”). Eram atividades indispensáveis ao crescimento e à expansão de uma economia regional mais ampla, dominada pela agricultura escravista de exportação. No entanto, as relações de mútua dependência que vinculavam a produção para a exportação e o mercado interno impunham também limites ao maior desenvolvimento desse mercado⁶⁸².

Para Linhares, apenas com a existência de uma volumosa oferta da combinação de elementos como “terras, homens e alimentos” poderia fornecer as bases para a reprodução de qualquer agricultura extensiva. Foi justamente essa a base econômico-social existente na capitania de São Paulo em finais do século XVIII, seja para promover a estabilidade de povoados no litoral e nos arredores da cidade de São Paulo, seja para expandir a colonização sertão adentro e abastecer as zonas auríferas, tendo ocorrido no “sertão paulista” a formação de uma elite local na região, especialmente ligada à produção de mantimentos e sua comercialização – em especial após a descoberta das minas e o consequente *boom* demográfico no interior⁶⁸³. Além do mais, a própria política econômica promovida através das mãos de D. Luís Antônio de Botelho Mourão para atingir os objetivos da Coroa portuguesa na região no XVIII fora incentivar o assentamento de vilas alicerçadas na produção e no comércio de

⁶⁸⁰ LINHARES, Maria Y. L. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. **Tempo**, UFF/Relume Dumará, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996, p. 135.

⁶⁸¹ LINHARES, Maria Y. L. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão. **Estudos econômicos**, n. 13, p. 745-62, 1983.

⁶⁸² BARICKMAN, 2003, p. 30

⁶⁸³ LUNA; KLEIN, 2005, p. 39-43.

excedentes de mantimentos⁶⁸⁴. A tendência em expandir as fronteiras demográficas através do cultivo de mantimentos não teria sido uma prática paulista restrita ao século XVIII; nesse sentido Luna e Klein afirmam que o açúcar foi, de fato, a “principal força geradora de mudança” em São Paulo, e que não teria expulsado “a produção tradicional de alimentos e animais”⁶⁸⁵.

O objetivo do presente capítulo é estabelecer a dimensão da economia da vila de Campinas, a fim de compreender seu ritmo de mudança e o papel desenvolvido pelos engenhos nessas transformações. Sendo assim, serão analisadas as transformações produtivas ocorridas no seio da montagem da lavoura canavieira. Para alcançar tal objetivo, realizar-se-á, em um primeiro momento, o levantamento geral da economia campineira, a fim de identificar a presença dos gêneros de subsistência e caracterizar a existência de outras possibilidades de reprodução da economia campineira além do açúcar. Em um segundo momento, analisar-se-ão as safras do açúcar, geral e por tipo de propriedades, com o intuito de evidenciar e categorizar o processo de transformação agrária da vila.

7.1 Economia de subsistência durante a montagem de um complexo açucareiro

As terras campineiras já se encontravam consideravelmente divididas em quase 30 propriedades, entre grandes e pequenas posses no início do século XIX, mas foram inicialmente colonizadas, justamente, a partir de pousos que ofertavam pernoite e mantimentos para os viajantes que se moviam para o interior da colônia ainda na primeira metade dos Setecentos. Como afirma Celso Pupo, a expansão de Campinas, ainda enquanto bairro e freguesia de Jundiaí, transcorreu através de roceiros e da diversificação de seus cultivos, sobretudo do milho⁶⁸⁶. Como destacou Maria Fernanda Derntl, a partir das políticas implantadas pelo governador D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (morgado de Mateus), Campinas – ainda enquanto freguesia de Jundiaí – se transformou em um estratégico entroncamento no abastecimento e na povoação do interior paulista⁶⁸⁷.

⁶⁸⁴ BELLOTO, Heloísa L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

⁶⁸⁵ LUNA; KLEIN, 2005, p. 56. Deve-se ressaltar o trabalho de Maria Luiza Marcílio, em que a autora argumentou que a capitania de São Paulo passou, ao longo de todo o XVIII, por um importante crescimento demográfico. Com isso, ela demonstra que a economia mineradora não “drenou” a população paulista, mas, sim, permitiu seu crescimento como polo de abastecimento, aumentando sua população e fortalecendo sua economia. Cf.: MARCÍLIO, 2000.

⁶⁸⁶ PUPO, 1969, p. 28-34.

⁶⁸⁷ DERNTL, Maria F. **Método e arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-143444/publico/Maria_Fernanda_Derntl_Tese.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2021. Ver, em especial, capítulo 2, “Territórios da capitania de São Paulo”, p. 55-144.

Celso Pupo afirmou que a freguesia possuía, no ano de 1775, apenas 35 fogos e 267 moradores livres, além de 47 cativos⁶⁸⁸.

Em 1775 a maior produção ainda é a de milho; a de fubá par a base do alimento humano e do próprio milho para a criação; de feijão para a mesa da família das quais apenas nove plantavam arroz e quatro algodão; só três famílias produziam aguardente das duas próprias culturas de cana; não há indício de produção do açúcar que não era mesmo usado de forma generalizada, mas, certamente, a rapadura de uso comum, e talvez a garapa com a qual, também se adoçavam bebidas da época. A existência de porcos era mais difundida pela necessidade do toucinho, encontrada em vinte e duas moradias. Gado *vacum* era luxo só para onze famílias que, em conjunto, possuíam 48 cabeças. Os cavalos, o único meio de transporte rápido do tempo, contavam-se um ou dois para cada família que os possuía, destacando-se apenas Francisco Barreto Leme com cinco, Domingos da Costa Machado com quatro e José de Sousa e Siqueira com três; quatro moradores possuíam bois de carro⁶⁸⁹.

As listas nominativas de habitantes permitem vislumbrar as transformações na economia paulista, especialmente após o ano de 1798, já que nesse ano o recenseamento anual voltou a registrar as produções agrícolas dos fogos. Além disso, fora comum a criação de quadros estatísticos no final de cada lista (raramente também feito entre uma companhia de ordenanças e outra); tais quadros eram normalmente assinados apenas por um sujeito: o capitão-mor. Esses quadros estatísticos – também chamados de mapas gerais na própria documentação – objetivaram resumir, em alguns resultados, a própria lista nominativa; em outras palavras, o responsável final pelo recenseamento condensava informações sobre as ocupações dos chefes de domicílio, o perfil etário e étnico, a condição jurídica da população, as produções agrícolas e até mesmo contabilizava o número de mortes, nascimentos e casamentos naquele ano – provavelmente informados pelo vigário. Ademais, o recenseador poderia acrescentar informações ainda não presentes na lista nominativa, criando tabelas que continham os preços de venda e de consumo dos produtos agrícolas da vila, também com os artigos importados de Portugal e, em poucos casos, o local de destino das mercadorias produzidas na vila.

Apesar de as listas auxiliarem na compreensão da produção agrícola colonial, analisar o quadro econômico de uma vila de forma longitudinal e absoluta, por meio delas mesmas, é tarefa árdua, uma vez que o interesse, o objetivo e a circunstância de cada recenseador variaram no tempo. É possível encontrar listas que atribuíram especificamente cada produção agrícola de um fogo, como todos seus mantimentos e até mesmo os animais ali presentes. Contudo, frequentemente é encontrada a fórmula “planta para seu gasto”, a fim de resumir a cultivo de uma unidade agrícola. Ora, nos momentos em que esse fenômeno foi identificado para descrever o cultivo de mantimentos em engenhos, supõe-se que o recenseador estivesse

⁶⁸⁸ PUPO, 1969, p. 31.

⁶⁸⁹ PUPO, 1969, p. 31.

interessado apenas na produção açucareira daquele fogo, haja vista esta raramente ser ignorada; contudo, esse recurso de plantar para o gasto era regularmente utilizado para fogos de famílias que cultivavam apenas alimentos. Nesse último caso, poder-se-ia ter a impressão de que o fogo nada produziu além do necessário, mas é improvável que não tenha negociado o excedente de sua produção – por menor que fosse. Contudo, por mais que tivessem excedentes, torna-se inviável contabilizar individualmente tal safra a fim de compreender a produção total da vila.

Isso posto, a utilização de tais quadros econômicos se torna um recurso valioso para entender o papel desempenhado pelo cultivo de mantimentos e outros setores na formação do complexo açucareiro campineiro. Não obstante, isso não impede que a análise precise ser cuidadosa, haja vista que a análise a seguir se baseia, sobretudo, em dados obtidos a partir das inferências e dos cálculos de um capitão-mor que vivia em uma sociedade sabidamente pouco letrada.

Schwartz já advertia que mesmo o Recôncavo Baiano, uma economia enriquecida pelos engenhos, não era formado apenas por tais unidades produtivas, tendo em conta que “nem o Brasil como um todo nem o Recôncavo Baiano eram simplesmente um engenho em tamanho ampliado”⁶⁹⁰. Carlos Bacellar, João Fragoso, Roberto Guedes e Sheila Faria já tinham trazido à baila para São Paulo e Rio de Janeiro que, mesmo em regiões centradas na lavoura canavieira, eram múltiplas as possibilidades de acumulação através de unidades agrárias diversas, muitas vezes voltadas para o mercado de abastecimento⁶⁹¹. O quadro II.6 traz à baila os itens que foram produzidos, consumidos e vendidos nos anos de 1798 e 1810 na vila; nele estão dispostas as informações dos mapas conforme encontradas nas respectivas documentações – de maneira integral. Percebe-se, primeiramente, que as lavouras de Campinas eram bem mais amplas do que apenas a do açúcar, pois foram também cultivadas quantidades consideráveis de arroz, feijão, milho e toucinho, mantimentos básicos para a reprodução da sociedade paulista⁶⁹².

⁶⁹⁰ SCHWARTZ, 2011 [1988], p. 360.

⁶⁹¹ BACELLAR, Carlos de A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2001; FRAGOSO, 1998; FARIA, 1998, p. 237-265; GUEDES, 2008, p. 34-68.

⁶⁹² BASSO, Rafaela. **A cultura alimentar paulista**: uma Civilização do Milho? (1650-1750). São Paulo: Alameda, 2015.

**Quadro II.6 – Mapa comparativo da produção, consumo e venda para fora da vila
(Campinas, 1798 e 1810)**

| 1798 | | | | 1810 | | | |
|--------------------------------|----------------|---------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------|---------------|-------------------------------|
| Tipo | Produção total | Consumo local | Volume exportado ^a | Tipo | Produção total | Consumo local | Volume exportado ^a |
| Algodão (em kg) | 1.032 | 590 | 442 | Algodão (em kg) | 2.182 | 2.182 | 0 |
| Açúcar Branco (em kg) | 119.346 | 0 | 119.346 | Açúcar (em kg) | 275.319 | 32.616 | 242.703 |
| Açúcar Redondo (em kg) | 83.280 | 0 | 83.280 | Arroz (em kg) | 30.847 | 2.772 | 28.074 |
| Açúcar Mascavo (em kg) | 20.599 | 0 | 20.599 | Madeira (unidade) | 636 | 636 | 0 |
| - | - | - | - | Couro (unidade) | 200 | 200 | 0 |
| - | - | - | - | Café (em kg) | 74 | 59 | 15 |
| Milho (em kg) | 650.593 | 641.375 | 9.219 | Milho (em kg) | 1.798.085 | 1.400.929 | 397.157 |
| Feijão (em kg) | 47.756 | 43.766 | 3.990 | Feijão (em kg) | 174.882 | 170.348 | 4.534 |
| - | - | - | - | Trigo (em kg) | 1.814 | 1.814 | 0 |
| - | - | - | - | Mandioca (em kg) | 181 | 181 | 0 |
| Fumo (em kg) | 442 | 221 | 221 | Fumo (em kg) | 664 | 634 | 29 |
| Farinha (em kg) | - | - | 2.086 | Farinha (em kg) | 3.234 | 3.234 | 0 |
| Toucinho (em kg) | 45.900 | 32.546 | 13.354 | Toucinho (em kg) | 30.966 | 23.637 | 7.329 |
| Aguardente (em litros) | 639 | 639 | 0 | Aguardente (em litros) | 1.316 | 141 | 1.175 |
| Avaliação aproximada (em Réis) | 23:640:480\$ | 5:887:360\$ | 17:753:120\$ | Avaliação aproximada (em Réis) | 16:000:000\$ | 4:000:000\$ | 12:000:000\$ |

Nota:

a. Na documentação é encontrada a expressão “Exportação da Paróquia” ou “Exportação da vila”. Em 1798, encontra-se a mesma expressão para designar as vendas para São Paulo, Santos e Itu, de tal modo que se interpretou a expressão como toda venda para fora de Campinas, seja para a Europa, seja para outras regiões da colônia.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798 e 1810.

Sobre o consumo de carne dos paulistas, Leila Mezan Algranti adverte que “podia ser consumida assada ou cozida, sendo que do porco os paulistas aproveitavam quase tudo, fabricando o indispensável toucinho – presente na maior parte das refeições dos mais humildes – e a banha de porco, utilizada como gordura para cozinhar”⁶⁹³. Nas listas de Campinas, o toucinho foi descrito individualmente nos fogos de 1798, mas, no decorrer do Oitocentos, os recenseadores param de anotar a produção de cada fogo; como se observa no quadro II.6, apesar de sua produção ter diminuído quando comparada a 1798, ainda continua em patamares razoáveis.

A pluralidade da safra agrícola campineira se mostrou, assim, bastante ampla durante a montagem do complexo açucareiro, haja vista ser possível encontrar a colheita de algodão e fumo, a produção de farinha e de couro, e até mesmo uma incipiente colheita de café. Quando não encontrada na documentação enquanto fórmula “planta para seu gasto”, é perceptível que a maior parte dessa produção advém, de fato, de pequenas famílias de lavradores, sem escravizados muitas vezes. Nas listas nominativas de 1798, 1799 e 1804, foi comum encontrar, por exemplo, roceiros que exportam sua produção de toucinho para a vila de Itu, no que parece ter sido um comércio bem estabelecido⁶⁹⁴. Cabe reiterar que tal quadro não esclarecesse toda a economia local, nem mesmo todos os cultivos agrícolas e a criação de animais – especialmente para subsistência. Algranti afirma que no dia a dia do paulista colonial, a comida “consistia também de carne obtida nos currais de gado e criações de porcos (em maior quantidade), e de cabras, ovelhas e aves (galinhas, patos e perus); estas em menor quantidade, como se observa nas anotações de pesquisa de Sergio Buarque de Holanda”⁶⁹⁵. Em outras palavras, é evidente que tais unidades produtivas poderiam – e deveriam – contar com hortaliças, frutas e outros animais e aves. Sobre tal tema, o viajante Luís D’Alincourt observou que a alimentação se assentava à base de “feijão, toucinho, carne de porco, arroz e milho”. O viajante ainda afirmou que a economia de Campinas “abunda em milho, feijão, arroz, capados, e outros gêneros, de que, depois deduzido o preciso para consumo do país, o restante, que monta a quantidade não pequena, vai abastecer S. Paulo, Itu e Sorocaba”⁶⁹⁶. Além disso, D’Alincourt constatou a presença de

⁶⁹³ ALGRANTI, Leila M. À mesa com os paulistas: saberes e práticas alimentares (séculos XVI-XIX). In: **XXVI Simpósio de História Anpuh**, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300482888_ARQUIVO_AMESACOM OSPAULISTAS2versaoAnpuh.pdf>. Acesso em: 08 de ago. de 2021.

⁶⁹⁴ APESP, LNH, Campinas, 1798, 1799 e 1804. As informações sobre a exportação de produtos não foram comuns em documentos de outros anos, contudo, isso se deve mais ao caráter da fonte do que a inexistência de tal rede comercial.

⁶⁹⁵ ALGRANTI, 2011, p. 6.

⁶⁹⁶ D’ALINCOURT, 2006, p. 34.

“muito boas frutas; como figos, uvas, limões doces, limas, pêsegos, laranjas, jaboticabas, melões, melancias, ananás, algumas silvestres”⁶⁹⁷.

Além das vultuosas produções de arroz, milho e feijão, a vila apresentava também uma considerável produção de aguardente, que era o principal derivado da cana após o açúcar. Contudo, sabe-se que a capitania São Paulo possuía um histórico de sua produção também derivada do milho, podendo se “entrever a combinação de conhecimentos e práticas alimentares dos europeus com os dos indígenas”⁶⁹⁸. Ainda que a fabricação da aguardente derivada do milho tenha se disseminado, segundo Rafaela Basso, em finais do século XVII e início do XVIII, possivelmente pela quase inexistência de engenhos na capitania paulista, é possível supor que lavradores campineiros ainda adotassem tal método, principalmente pelo alto preço na montagem de um engenho de açúcar e no próprio plantar da cana⁶⁹⁹. Apesar de podermos inferir que a produção de aguardente dos engenhos era, sim, advinda da cana, o mesmo não se pode generalizar para o restante dos lavradores: apenas se pode aferir que a aguardente de Campinas não só era consumida localmente, como passou a ser bem comercializada até 1810⁷⁰⁰.

Ainda refletindo sobre o panorama da economia campineira, o quadro de “ocupações dos habitantes” (já menos frequente nas listas nominativas) evidencia também uma realidade diversa de uma suposta vida econômica apenas entre engenhos, lavradores pobres e escravizados. No quadro II.7, assinado pelo capitão-mor comandante Raimundo Álvares dos Santos Prado, observa-se a pluralidade de ocupações dentro da vila. O mero registro na lista de 9 negociantes, 15 artistas e 14 condutores de açúcar permite vislumbrar alguns dos ofícios que vão além do interior das fazendas, ainda mais considerando que tais descrições eram feitas apenas aos donos das lojas e vendas, assim como aos principais condutores, ou seja, seus eventuais empregados e ajudantes não devem ter sido assim recenseados.⁷⁰¹

⁶⁹⁷ D’ALINCOURT, 2006, p. 33.

⁶⁹⁸ BASSO, 2015, p. 189. Para mais, ver: ALGRANTI, Leila M. Aguardente de cana e outras aguardentes. (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: PucMinas. São Paulo: Alameda, 2005.

⁶⁹⁹ BASSO, 2012, p. 165-167. Inclusive, na lista de Campinas de 1798, encontra-se a informação “aguardente de cana”, em que é possível levantar a hipótese da existência de outros tipos até aquele momento.

⁷⁰⁰ A lista nominativa de Campinas de 1801 evidencia, como foi tratado na parte 1 da presente pesquisa, que Campinas realizava comércio com, ao menos, Itu, cidade de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Bahia. Entre os produtos comercializados estão: açúcar, aguardente, milho, feijão, arroz, algodão, fumo e capados.

⁷⁰¹ APESP, LNH, Campinas, 1798.

Quadro II.7 – Ocupações dos habitantes de Campinas em 1798

| Ocupação | Quantidade | Ocupação | Quantidade |
|----------------------------------|------------|-------------------------|------------|
| Corpo militar | 186 | Artistas | 15 |
| Magistratura, empregos civis | 9 | Condutores de açúcar | 14 |
| Clero Secular | 3 | Escravos | 527 |
| Clero Regular | 1 | Escravas | 257 |
| Agricultores | 326 | Vadios e mendigos | 12 |
| Negociantes de lojas e vendas | 9 | - | - |

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798.

As ocupações das famílias também não eram totalmente descritas na fonte, fato que possibilita a consideração de que o quadro II.7 estaria incompleto, já que costureiras também são encontradas ao longo da lista: como Ângela Rodrigues Maciel, viúva que, com 40 anos de idade, residia sozinha na área urbana de Campinas e foi descrita de forma a “viver de suas costuras”. A descrição da ocupação dos indivíduos dentro dos fogos era, comumente, destinada apenas ao chefe daquela unidade; caso o chefe possuísse duas ou mais ocupações, raramente eram todas reveladas no documento. Um dos poucos casos em que foram anotadas duas ocupações foi o de José Correa da Silva, 32 anos, casado, pai de quatro filhos menores de oito anos, não possuía cativos e nunca fora produtor de açúcar, mas foi descrito da seguinte maneira na lista de 1798:

Roceiro de mantimentos, exporta para cidade [de São Paulo] de um ano para o outro, fora o que consome em sua casa = 4 alqueires de farinha de milho a 480 réis, 14 alqueires de feijão a 400 réis, 40 arrobas de toucinho a 800 réis e tem tropa que conduz açúcar para a vila de santos. Rendem aluguéis de um ano para o outro 50\$000⁷⁰².

José era, então, um agricultor que colhia mantimentos em seu sítio, que utilizava para alimentar sua família e, claro, seus animais, realizando o comércio de seus excedentes; contudo, também era tropeiro, dispondo de animais para o transporte do açúcar até Santos. O caso de José não parece ser exceção: um sujeito que diversificava sua unidade produtiva em criação de animais e cultivo de alimentos, sendo que “fora o que consumia em sua casa”, comercializava os excedentes dentro e fora da vila. À vista disso, não é difícil imaginar, principalmente entre famílias menos abastadas, que, além da ocupação do chefe da casa (normalmente homem), a esposa pudesse ser costureira ou o filho mais velho pudesse ter

⁷⁰² APESP, LNH, Campinas, 1798.

alguma outra ocupação. Maria Luiza Marcílio já reconhecia uma ampla gama de condições sociais na região, argumentando que o crescimento da lavoura agroexportadora em São Paulo no final do século XVIII havia definido de maneira eloquente as divisões sociais entre os grupos – principalmente através dos canaviais.

Nos extremos da sociedade temos de um lado os senhores de engenho e comerciantes, no outro os escravos, cada vez mais numerosos. Permeia esses extremos uma sucessão de homens livres; médios e pequenos proprietários, posseiros e, sobretudo os sem-terra e os jornaleiros que se articulam no setor da produção da lavoura de mantimentos para o autoconsumo e algum excedente, maior ou menor, para atender o comércio interno e por vezes também, em volume insignificante, o de exportação, igualmente⁷⁰³.

Dito isso, o cenário econômico de Campinas no desenvolver de seu complexo açucareiro se desenhou através da multiplicidade de seus cultivos, excluindo a possibilidade de ter sido apenas uma vila de senhores de engenho e escravizados. Nesse sentido, Marco Micheli contribui para os resultados de Marcílio ao evidenciar que a exportação de produtos para outras regiões da colônia, assim como para Portugal, foi expressiva – não apenas relevante em quantidade, mas favorecendo o assentamento de relações político-econômicas. O autor investigou a diversificação da produção de gêneros agrícolas da capitania de São Paulo entre 1765 e 1821, fazendo uso dos mesmos quadros produtivos discutidos anteriormente para algumas vilas paulistas e de maneira longitudinal – entre outras fontes, é claro. Ele argumenta que o aumento das lavouras de mantimentos contribuiu diretamente para a criação de um intenso mercado desses gêneros e que, entre as regiões paulistas, houve um componente similar: “as trocas comerciais com o Reino, através do porto de Santos, por onde saía, principalmente, o açúcar durante todo o período analisado”⁷⁰⁴. Continua Micheli:

Fora do circuito atlântico mercantil de exportação para a própria metrópole, São Paulo havia estabelecido algumas relações comerciais com outras partes da América Portuguesa, sendo falsa a ideia de que ali havia apenas a agricultura de subsistência. Desde pelo menos fins do século XVII, existiam redes mercantis que conectavam vilas da capitania e a cidade de São Paulo a outras partes do Estado do Brasil, como as áreas de mineração em Goiás e Mato Grosso, as planícies meridionais de criação de gado no Rio Grande e o Rio de Janeiro⁷⁰⁵.

Apesar de o comércio de mantimentos ter estado presente na gênese de Campinas enquanto pouso para viajantes e, claro, como parte da constituição de sua economia canavieira, cabe um olhar mais específico para suas lavouras. Nesse sentido, o gráfico II.5 apresenta dados compilados da produção, consumo e venda para fora da vila de aguardente, arroz, feijão e milho

⁷⁰³ MARCÍLIO, Maria L. (org.). **População e sociedade – evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 154.

⁷⁰⁴ MICHELI, 2018, p. 224-225.

⁷⁰⁵ MICHELI, 2018, p. 236.

no período de 1798 a 1810 – os anos sem tais informações foram deixados em branco, a fim de evitar distorções na visualidade do gráfico.

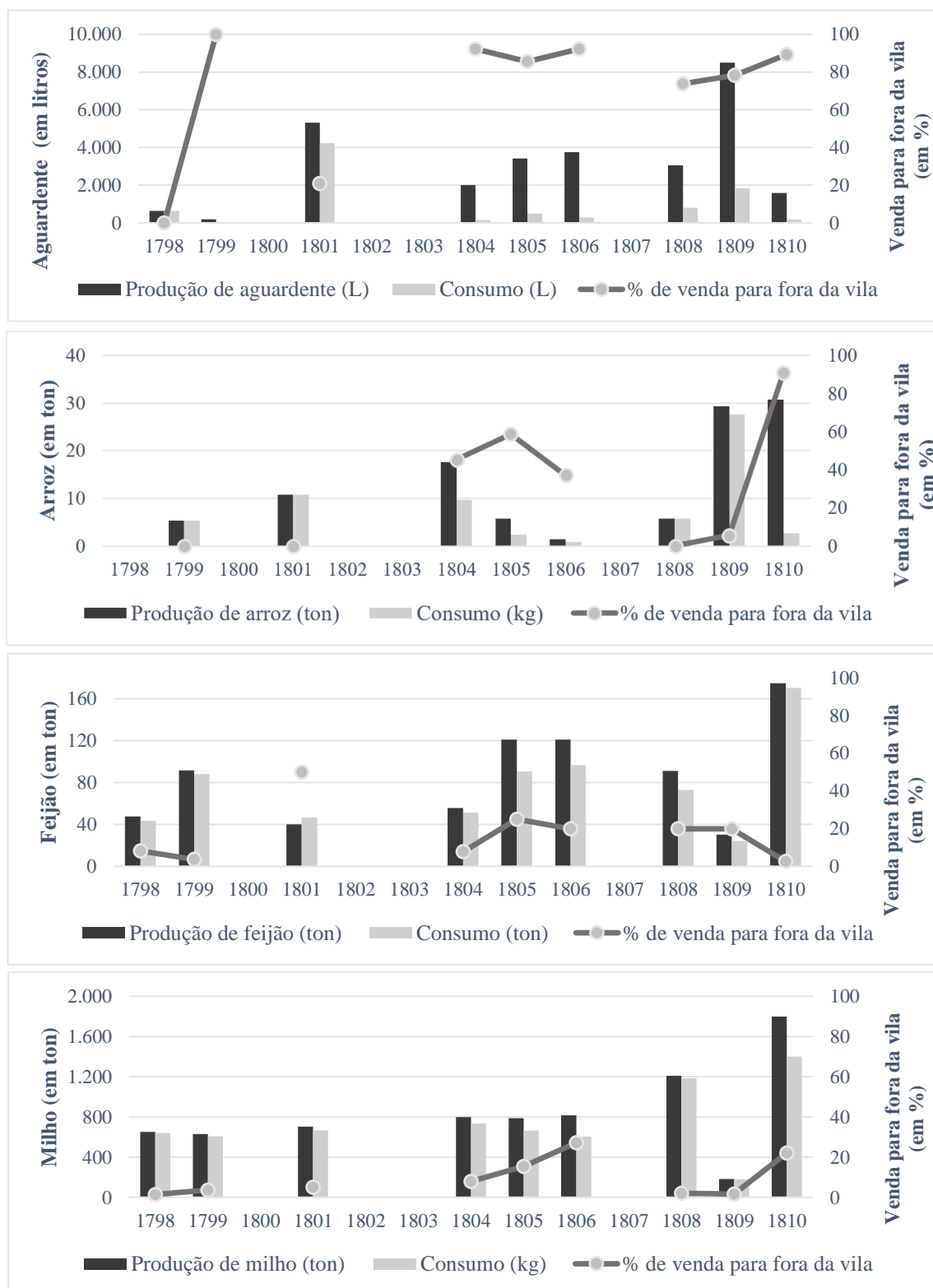
Contudo, deve-se fazer uma ressalva. Se, por um lado, dispor dessas informações é um privilégio para o trabalho do historiador, por outro, é preciso discutir o que seria, exatamente, essa exportação contabilizada nas listas. Argumenta-se que, de fato, essas “exportações” eram vendas destinadas a outras vilas da colônia ou até mesmo a Portugal, mas que não estariam inclusos nisso todo o comércio e todas as trocas feitas pelos lavradores no interior da vila. Isto é, além dos próprios negócios de alimentos ocorridos entre lavradores locais (sejam ou não escravistas), é preciso lembrar que Campinas era caminho para o interior da colônia, se constituindo em uma região de bastante movimentação populacional e animal, principalmente para áreas em avanço de fronteira, como Mogi-Mirim. Isto é, parte do que está descrito na documentação enquanto “consumo” pode ser entendida como negócios realizados na própria vila para tropeiros e viajantes – o que ajuda a explicar, além disso, a volatilidade da relação entre produção e consumo.

Conforme o gráfico II.5, é possível identificar, assim, um crescimento considerável na fabricação total da aguardente, arroz, feijão e milho durante o período de montagem do complexo açucareiro campineiro, mais especificamente entre 1798 e 1810. Entretanto, a produção de aguardente e arroz foi mais volátil em relação às outras, já que o crescimento na colheita de milho e feijão foi mais consistente. Não há uma explicação clara sobre o fenômeno, mas levanta-se a hipótese de que, por serem produtos básicos para a manutenção da vida e, claro, da economia paulista, o milho e o feijão tiveram um crescimento similar àquele da população e do número de fogos em Campinas.

Ainda que a safra de mantimentos em Campinas tenha crescido em número absoluto, o consumo interno à vila se manteve baixo para a maior parte dos gêneros. Exceção foi, justamente, a aguardente, que permaneceu com índices altos de venda no período. Aguardente pode ser entendida no desenvolver do complexo açucareiro campineiro enquanto um produto derivado necessariamente da cana-de-açúcar, já que muitos engenhos fabricavam o produto, tendo sido os principais responsáveis pela alta de sua produção. Além disso, a aguardente parece ter sido o único desses artigos voltado essencialmente para o comércio externo à vila⁷⁰⁶.

⁷⁰⁶ Existe a possibilidade de essa aguardente ter sido direcionada para o tráfico transatlântico de escravizados, haja vista o aumento vertiginoso dessa população em Campinas nesse mesmo período. Luiz Felipe de Alencastro afirma que, entre os anos de 1710 e 1830, um a cada quatro cativos saídos de Luanda (Angola) foram trocados por aguardente brasileira, cf.: ALENCASTRO, Luiz F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Gráfico II.5 – Produção e consumo de mantimentos (Campinas, 1798-1810)



Nota:

a. No ano de 1801, os gêneros feijão e arroz foram recenseados enquanto “moijos”. Após a leitura do artigo de Luís Seabra Lopes, inferiu-se que a medida seria o ‘moio’, bastante utilizado em Portugal. Para o autor, no século XIX, tal medida equivaleria a 60 alqueires. Sendo assim, tal medida foi utilizada para a conversão na presente pesquisa. Cf.: LOPES, Luís S. Medidas portuguesas de capacidade. Do alqueire de Coimbra de 1111 ao sistema de medidas de Dom Manuel. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. XXXII, p. 543-583, 1997-1998.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Se, por um lado, é possível contabilizar a safra de gêneros em Campinas, por outro, os destinos exatos dos mantimentos vendidos são incertos, já que boa parte das listas não evidencia tal comércio. Porém, à luz da lista de 1798, levanta-se a hipótese de que os moradores de Itu, especialmente os senhores de engenho, eram seus grandes compradores. Esta vila era a principal responsável pela fabricação de açúcar da capitania de São Paulo, fabricando 981 toneladas do gênero em 1798 (cerca de três vezes maior que de Campinas)⁷⁰⁷; nos quadros econômicos estudados por Micheli, o milho e o feijão sequer aparecem enquanto colheitas de Itu até 1820 – apesar de se entender que alguma colheita desses gêneros, de fato, existia naquele local, o que deve indicar a omissão na documentação. Ainda assim, o autor argumenta que a produção de tais mantimentos não fora suficiente para abastecer todos os lavradores ituanos, que recebiam constantemente novos escravizados africanos, especialmente nos engenhos. Dessa forma, Micheli percebeu uma constante venda de mantimentos de Porto Feliz para Itu, uma rede comercial que os lavradores campineiros parecem ter se inserido.

Tal inserção comercial de Campinas foi encontrada tanto ao longo da lista nominativa de 1798, quanto no quadro final de exportações. Isso porque Itu surge enquanto destino de, ao menos, quatro produtos de lavradores campineiros: milho, feijão, farinha e toucinho. Uma dessas vendas foi feita, por exemplo, pelo agricultor José Bicudo, 25 anos, pardo, casado e com dois filhos menores de quatro anos de idade. Ele foi descrito enquanto roceiro, já que vendeu 302 kg de milho para a vila de Itu em 1798⁷⁰⁸. No caso de José, não foi possível depreender se havia mais lavouras em seu sítio ou mesmo a colheita total de milho; contudo, o caso de outro agricultor, Antônio Gonçalves Teixeira, parece esclarecer melhor esse ponto. Antônio se encontrava já em um momento avançado de sua vida, tinha 64 anos, era branco, casado e três filhos homens adultos (40, 22 e 20 anos), além de um enteado (16 anos) e duas meninas (12 e 7 anos). A grande diferença da unidade produtiva de Antônio é a posse de cativos, tendo em seu fogo dois casais de adultos⁷⁰⁹. Ele também foi descrito enquanto roceiro de mantimentos, tendo alcançado a maior colheita de milho da vila – 9 toneladas –, além de ter sido evidenciado sua criação de porcos; Antônio ainda “exportou” para Itu metade de sua produção de milho e 442 kg de toucinho⁷¹⁰.

Portanto, retornando ao gráfico II.5, percebe-se que os lavradores campineiros venderam para fora da vila 9,2 toneladas de milho em 1798, da qual metade teria sido

⁷⁰⁷ MICHELI, 2018, p. 210-215.

⁷⁰⁸ APESP, LNH, Campinas, 1798.

⁷⁰⁹ Os quatro escravizados eram João, Vicente, Jacinta e Francisca, com 35, 30, 34 e 24 anos de idade, respectivamente. Cf.: APESP, LNH, Campinas, 1798.

⁷¹⁰ APESP, LNH, Campinas, 1798.

produzida apenas por Antônio Gonçalves, roceiro de mantimentos. Por um lado, isso corrobora a hipótese de que os lavradores campineiros estavam inseridos em uma rede comercial que devia assegurar os mantimentos de uma vila que se destacava pelas *plantations* canavieiras. Por outro, isso traz à luz uma grande inconsistência da fonte analisada, já que os números de produção da vila parecem estar subestimados. Por fim, conclui-se que os lavradores campineiros colhiam excedentes de mantimentos ao longo da montagem da sua economia açucareira e comercializavam para fora da vila, haja vista o fenômeno ter sido reiterado ao longo das listas; e, independentemente do tamanho de seus fogos, de suas safras, de suas famílias ou até mesmo da disponibilidade ou não de mão de obra cativa, havia um comércio direto de mantimentos com Itu.

Isso posto, ainda durante a expansão dos canaviais de Campinas a realidade agrícola local se mostrou, de fato, tão ampla quanto Maria Yedda Linhares havia evidenciado para a colônia. Em outras palavras, Campinas se transformou socioeconomicamente enquanto um território não exclusivamente canavieiro, possuindo também um mercado de gêneros alimentícios. Em consonância com os resultados de Barickman para o Recôncavo Baiano, a expansão de pequenos lavradores de mantimentos, o crescimento local contínuo da safra de alimentos, assim como o comércio de tais excedentes, foram fenômenos indispensáveis para a expansão da população cativa e livre dos engenhos, além do conseqüente aumento da produção açucareira campineira.

Entretanto, faz-se crucial distinguir o valor atrelado às colheitas e às vendas dos mantimentos em relação ao açúcar e, nesse sentido, as listas nominativas permitem um vislumbre sobre o fluxo de capitais advindos da produção agrícola da vila. O primeiro passo é estabelecer o valor recebido pelos lavradores da vila por tais gêneros: enquanto o valor do açúcar pago na vila variou consideravelmente ao longo dos anos, o preço dos mantimentos se alterou de maneira bem menos abrupta⁷¹¹. Tal fenômeno é diferente daquele encontrado por Barickman no Recôncavo Baiano, pois o autor argumenta que o crescimento da economia de exportação interferiu na de subsistência, sendo que “o aumento do preço do açúcar geralmente provocava uma alta correspondente, mas gradual, do preço da farinha”⁷¹². Uma hipótese para

⁷¹¹ Em relação aos preços dos mantimentos, as listas nominativas de Campinas evidenciaram poucas mudanças. Contudo, o mesmo fenômeno também pode ser observado pela média de preços estabelecida por Luna e Klein. Ver: LUNA; KLEIN, 2005.

⁷¹² BARICKMAN, 2003, p. 143.

a não variação dos preços dos mantimentos é a existência de um tabelamento de seus valores na capitania paulista⁷¹³.

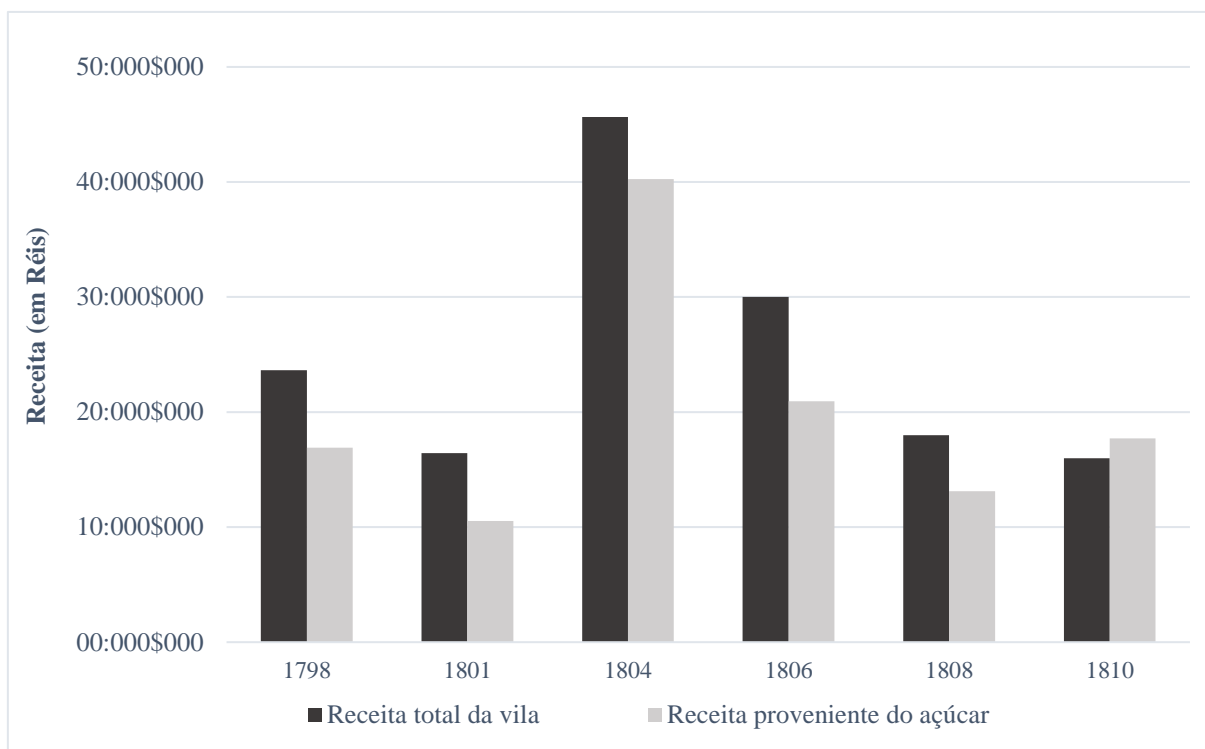
O valor médio da tonelada do açúcar branco entre os anos de 1798 e 1810 girou em torno de 76\$380 réis, o tipo redondo, cerca de 55\$350; e o mascavo, 39\$900. Enquanto isso, a mesma quantidade dos principais mantimentos pagava na média de: milho = 8\$867 réis; feijão = 18\$528 réis; arroz = 15\$343 réis⁷¹⁴. Ora, fica patente a diferença significativa de valor entre os gêneros de subsistência e o açúcar. Para as receitas brutas de um engenho e de uma roça de mantimentos se assemelharem, por exemplo, os roceiros, deveriam realizar produções profundamente maiores que os primeiros.

Sendo assim, após compreender os diferentes preços praticados na vila, o segundo passo deve ser perceber o montante de capitais envolvidos na venda do açúcar perante o restante da economia campineira. À vista disso, o gráfico II.6 traz à luz a receita bruta de Campinas e aquela relativa apenas ao açúcar. Ao longo da montagem do complexo açucareiro campineiro, percebeu-se uma grande variação na receita bruta da vila, mas que acompanha, justamente, a relação entre produção e preço do açúcar, ou seja, é este produto que movimenta, de fato, a economia da vila. Inclusive, a relação média no período entre a receita bruta do açúcar e a da vila foi em média de 73%, sendo apenas 27% advindos de todas as outras produções somadas⁷¹⁵. Dessa forma, diversificação econômica e produtiva não significou, no caso da vila de Campinas, uma relação de receita bruta semelhante entre mantimentos e canaviais.

⁷¹³ Segundo Manoela Pedroza, tal tabelamento se constituiu enquanto característica importante nas relações entre os setores de abastecimento e de *plantation*. Cf.: PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João (org). **O Brasil Colonial**: volume 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 381-418. Francisco Silva afirma que as vilas do Recôncavo Baiano e de Recife já tinham tabelado, por exemplo, o valor da carne e da farinha de mandioca. Cf.: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 119-156, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8>>. Acesso em: 27 de dez. de 2021.

⁷¹⁴ Para a média do preço do açúcar, foram contabilizados os anos de 1798 a 1809, exceto 1802. Para o milho, foram encontrados valores nos anos de 1798, 1801, 1804, 1805, 1806, 1808 e 1808; para feijão, 1798, 1801, 1804, 1805, 1808 e 1809; para arroz, 1801, 1804, 1805, 1805, 1808 e 1809.

⁷¹⁵ Os dados não se transformam em grande medida para cada ano: em 1810, a relação é 80%; 86% em 1804 e 64% em 1801 (gráfico II.6).

Gráfico II.6 – Receita total de Campinas (1798-1810)

Nota:

a. Explicar o cálculo. Anos anteriores corroboram o cálculo. Foi acrescentado 2% em 1804 pelo consumo da vila ter sido 2% do total.

b. Em 1810, a renda bruta do açúcar supera a renda total da vila. O impasse pode ter ocorrido por duas razões: 1) em razão do preço geral não ter sido encontrado no final da lista nominativa, foi realizada uma média com alguns casos esparsos ao longo do documento, o que pode ter gerado uma distorção no valor pago naquele ano; 2) a quantidade de açúcar contabilizada no cálculo do recenseador pode ter sido diferente do total da vila, com o recenseador tendo cometido um erro de somatória ou até mesmo realizado os cálculos com dados não inseridos na documentação.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798, 1801, 1804, 1806, 1808 e 1810.

Em contraste, a receita sobre a exportação de açúcar frente ao total de exportações no espaço canavieiro do Recôncavo Baiano, durante o mesmo recorte histórico, não passou de 68,2% (1796), sendo que o açúcar representou na média, entre 1796 e 1807, apenas 50,7% da receita total⁷¹⁶. É evidente que tal diferença na relação entre as receitas pode estar relacionada ao fato de que a análise do autor foi realizada com dados de toda a capitania baiana, que soma outros produtos nessa relação, como ouro, algodão e fumo, e, no caso aqui estudado, apenas se vislumbra a economia campineira. Contudo, mostra-se relevante tal comparação uma vez que revela e evidencia a tamanha concentração de renda em torno da economia açucareira em Campinas.

⁷¹⁶ BARICKMAN, 2003, p. 248.

Nesse sentido, parte da historiografia argumenta que o movimento de expansão agrícola da capitania de São Paulo em finais do século XVIII possibilitou diretamente a montagem de engenhos nessa região. Marco Micheli, por exemplo, afirma:

Os capitais movimentados na venda desses produtos de lavouras, juntamente aos acumulados nas relações mercantis que se davam na famosa feira de gado em Sorocaba e no comércio com as outras capitanias foram fundamentais para que se investisse na lavoura açucareira e, posteriormente, no cultivo do café. Transformava-se, nesse mesmo sentido, o território paulista em espaço dinamizado de economia e, conseqüentemente, fortaleciam-se as rotas de comércio e o papel do porto de Santos, que, apesar disso, ainda não adquiriria a proeminência que a exportação cafeeira lhe conferiria décadas adiante⁷¹⁷.

O primeiro ponto a ser considerado ao contrastar Campinas com o tópico acerca da expansão agrícola de mantimentos na capitania paulista é que, como foi discutido anteriormente na parte 1, os primeiros colonizadores a ocuparem a área onde se desenvolveu Campinas objetivaram, de fato, a criação de uma lavoura de mantimentos para suprir uma demanda ali existente antes de 1750 – tal como o capital que girava em torno de Sorocaba e dos viajantes suscitou a instalação de famílias na região. O segundo ponto, por seu turno, é que, diferentemente de outras zonas açucareiras, como a do Rio de Janeiro e a da Bahia, Campinas apresentou a existência de poucos fogos de pequenos roceiros ligados diretamente à produção do doce durante a montagem de seu complexo, mais especificamente uma quantidade bastante inferior de partidistas de cana quando comparada às outras regiões⁷¹⁸. Esse parece ter sido um fenômeno da região paulista, haja vista que Roberto Guedes, ao investigar a formação e expansão do complexo açucareiro de Porto Feliz, apontou para um modelo de exploração da terra similar ao de Campinas, com poucos partidistas para cada engenho. Nesse sentido, o autor argumenta que a reprodução e a manutenção de pequenos lavradores em Porto Feliz (sob a posse ou não de cativos) teria se relacionado mais com a lavoura de mantimentos do que com a própria economia açucareira⁷¹⁹.

O número de fogos de Campinas apresentou uma tendência de crescimento considerável, como evidencia o gráfico II.7. Isso porque a vila, que possuía apenas 200 fogos em 1793, saltou para o total de 610 no ano de 1810, sendo que, nesse período, o número de

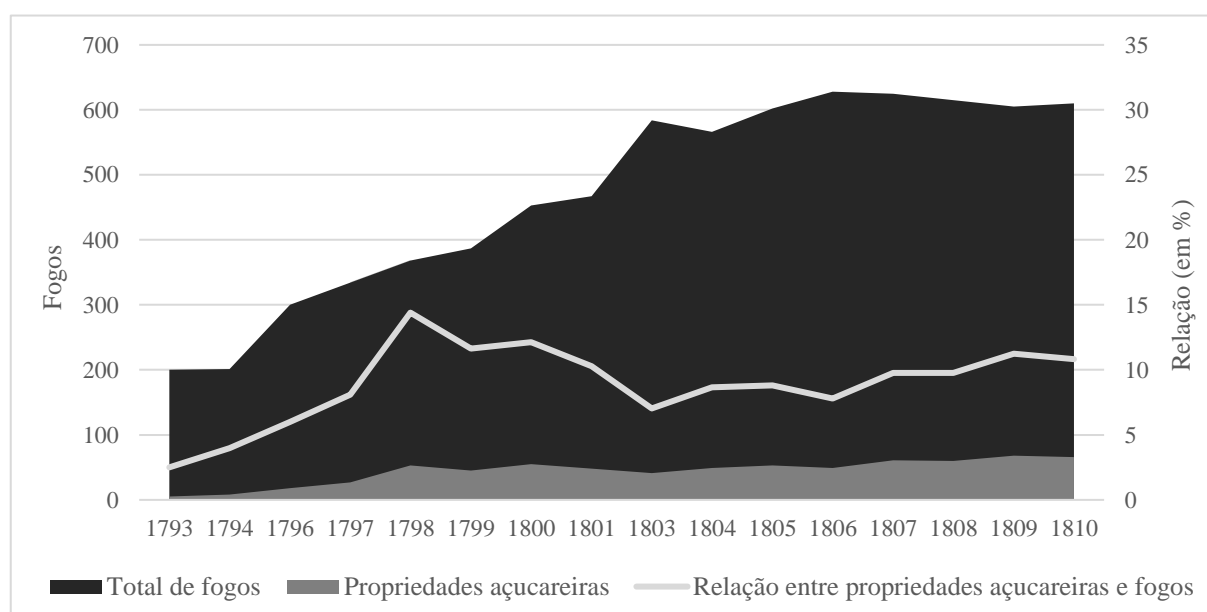
⁷¹⁷ MICHELI, 2018, p. 237.

⁷¹⁸ CRUZ, Jerônimo Aguiar da. Lavradores de cana: posse de cativos e qualidades sociopolíticas – Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro (1797). **Anais da XI Jornada de Estudos Históricos Prof. Manoel Salgado**, Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2016; OLIVEIRA, Cecília H. L. S. **A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. 2ª Ed. São Paulo: Intermeios, 2021 [1999]; SCHWARTZ, Stuart B. **Roceiros e escravidão: Alimentando o Brasil nos fins do período colonial. Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 123-170.

⁷¹⁹ GUEDES, R. **Egressos do cativo (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X/FAPERJ, 2008, p. 45. Luna e Klein argumentam que no decorrer do século XIX teria ocorrido, de fato, o crescente distanciamento de pequenos proprietários de escravos da lavoura canavieira paulista (LUNA; KLEIN, 2005, p. 55-79).

propriedades açucareiras também aumentou. Contudo, a relação entre as propriedades açucareiras e o total de fogos variou durante a montagem do complexo açucareiro; se, em um primeiro momento, (1793-1798) a proporção de propriedades açucareiras crescia constantemente em relação às outras, em um segundo (1799-1803), é possível observar uma queda para posteriormente (1804-1810) se destacar um leve crescimento.

Gráfico II.7 – Relação entre as propriedades açucareiras e o total de fogos (Campinas, 1793-1810)



Fonte: AHU, *Mappa dos Engenhos de assucar...*, Post. 1798; APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Essa variação na relação entre os tipos de fogos salienta duas consequências: a primeira, o desvelar de que o número de pequenos proprietários ligados à produção de mantimentos, tal qual aqueles voltados para a economia açucareira, apresentou crescimento durante a montagem do complexo campineiro; a segunda, a relação entre as propriedades açucareiras e não açucareiras não tardou a apresentar um equilíbrio, com taxas de 8% a 11%⁷²⁰. Portanto, considerando esses dois pontos levantados, e somando-os ao aumento da produção total de mantimentos na vila e ao crescimento do número de roceiros de mantimentos com poucos ou sem escravizados, pode-se levantar a hipótese de que o crescimento da população livre pobre em Campinas, normalmente ligada à economia de subsistência, esteve atrelada às transformações empreendidas pela economia açucareira. Nesse sentido, reitera-se também para Campinas o que Roberto Guedes afirma para a vila vizinha, Porto Feliz, onde o “cultivo de

⁷²⁰ A partir dos dados de Alfonso (2018, p. 85), pode-se afirmar que relação entre propriedades açucareiras e o total de fogos permaneceu quase inalterado na década de 1810.

alimentos calcado na mão de obra cativa era uma estratégia de acumulação ou sobrevivência diferenciada, voltada para o mercado formado pela lavoura canavieira”⁷²¹.

O argumento aqui proposto não diverge de Marco Micheli em relação às rotas comerciais estabelecidas no século XVIII terem possibilitado a dinamização da economia paulista no período. Contudo, apesar de Campinas ter sido um dos locais favorecidos por tal processo, a dinamização dessa economia de subsistência não parece guardar relação direta com os investimentos em canaviais na vila – processo que pode ter ocorrido em outras vilas paulistas. Argumenta-se que, conforme se percebe nos gráficos II.6 e II.7, os roceiros de mantimentos de Campinas se aproveitaram, sobretudo, da montagem do complexo açucareiro campineiro para sua reprodução e manutenção naquela terra, e não o processo contrário; corrobora essa afirmação o fato de não ter ocorrido um grande desenvolvimento econômico local até a expansão dos engenhos na década de 1790, nem mesmo uma economia de importação de cativos e ou uma forte migração; ou seja, foi uma área consideravelmente estável econômica e demograficamente até a chegada de capitais para financiar os canaviais.

A análise conjunta dos gráficos II.6 e II.7, bem como daquilo o que foi discutido nos capítulos anteriores sobre a origem das propriedades canavieiras de Campinas, evidencia que o mais próximo que os lavradores de mantimentos da própria vila estiveram de um engenho foi através dos poucos partidos de cana – corroborando a hipótese sobre o papel da lavoura de mantimentos. Ainda assim, não foi comum tais sujeitos se tornarem senhores de engenho no decorrer dos anos, esse papel foi retratado apenas por aqueles partidistas que eram parentes próximos a senhores já estabelecidos. Sendo assim, levanta-se a hipótese de que não foi comum, no período de início da lavoura canavieira campineira, um processo de reversão de – possíveis – capitais advindos dos excedentes de mantimentos para a montagem de engenhos (ainda que a vila produzisse quantidades consideráveis de mantimentos)⁷²².

Por fim, assim como Barickman identificou no Recôncavo Baiano um cenário diverso e complexo nas formas de produzir e viver, onde famílias se adaptaram “às condições locais, às exigências de lavouras específicas e aos mercados externos e locais”⁷²³, Campinas também apresentou uma paisagem heterogênea. Assim sendo, a não adoção da “visão plantacionista” possibilita pensar a complexa e vasta vida socioeconômica de uma vila paulista, ao passo que

⁷²¹ GUEDES, 2008, p. 63.

⁷²² Deve-se ressaltar que, apesar de a montagem e a expansão da lavoura canavieira em Campinas terem sido feitas em consonância com o crescimento da produção de mantimentos por roceiros, tais fenômenos não ocorreram de forma pacífica. Sucederam-se, ao longo do século XIX, intensos conflitos entre posseiros e a elite agrária de Campinas, segundo apresenta Laura Fraccaro em sua tese. Cf.: FRACCARO, 2018.

⁷²³ BARICKMAN, 2003, p. 29.

oportuniza identificar diferenças na agricultura local. Conclui-se que havia, de fato, uma considerável produção de mantimentos em Campinas, provocada especialmente por lavradores livres pobres, mas que parecia servir para suprir a demanda interna a São Paulo pelos artigos ou até mesmo uma módica demanda colonial. O rápido desenvolvimento econômico da vila, assim, foi promovido através da ampliação da instalação – e consequente ampliação – de engenhos e canaviais por migrantes que viram nessas terras uma janela de oportunidades econômicas.

7.2 Engenhos e partidos de cana entre o Setecentos e o Oitocentos: desenvolvimento produção açucareira campineira e sua economia de subsistência

A transformação da paisagem rural de Campinas durante o Oitocentos tem sido largamente discutida pela historiografia nas últimas décadas, de modo que os pesquisadores têm apresentado uma série proposições acerca de mudanças econômicas e demográficas na vila, sobretudo no período cafeeiro. Nesse sentido, a presente seção busca investigar o quadro produtivo campineiro ainda no período de montagem de seu parque açucareiro, utilizando as listas nominativas de habitantes e com o recorte temporal iniciado ainda na década de 1790. Os objetivos são o de (i) registrar as principais flutuações produtivas nas propriedades açucareiras de Campinas, (ii) identificar as diferentes capacidades produtivas que se instalavam nessas terras do principal artigo de exportação e (iii) salientar a relação entre a produção canavieira e a economia de subsistência. Para cumprir tais objetivos, em primeiro lugar, buscar-se-á compreender as trajetórias produtivas através de Faixas de Capacidade Produtiva (FCP) até o ano de 1810 e, em segundo lugar, observar-se-á a economia campineira pelo prisma dos diferentes tipos de propriedades elencadas anteriormente: engenhos próprios, engenhos administrados e partidos de cana⁷²⁴.

Antes de investigar as alterações nas safras das propriedades campineiras, porém, vale ressaltar que a base documental utilizada para levantar as informações produtivas foi constituída pelos mapas com o resumo geral dos engenhos de açúcar de São Paulo (1793-1797)⁷²⁵, bem como pelas listas nominativas de habitantes da vila (1798 a 1810). Em relação à primeira documentação, ela foi necessária em função de as listas nominativas não apresentam dados sobre a produção da vila anteriormente a 1797. Tal resumo de engenhos da capitania não foi

⁷²⁴ Em razão do baixo número de propriedades com sociedades, tais propriedades foram inseridas em engenhos próprios, haja vista não deixarem de possuir um proprietário que reside no local.

⁷²⁵ AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798.

datado precisamente pelo Arquivo Ultramarino, mas possivelmente foi realizado no próprio ano de 1798 – último ano que registrado de produção no resumo⁷²⁶. O resumo detalha a produção e escravaria de cada senhor de engenho em 14 localidades paulistas; tal levantamento é impressionante, ainda mais considerando os dados desde o ano de 1793, no qual não se encontra outro relato sobre a produção desses indivíduos – em nenhuma lista nominativa, por exemplo. A origem desses dados e seu método de levantamento ainda são pontos a se investigar, mas, sendo esta a década de crescimento rápido da produção de açúcar em São Paulo, o reinado de D. Maria I certamente buscou compreender tal conjuntura, exercendo um esforço de identificar novas possibilidades econômicas para a colônia.

Em relação às listas nominativas, por outro lado, sabe-se que fizeram parte desse esforço de aprofundar o conhecimento sobre a economia paulista – especialmente após o ano de 1798⁷²⁷. Contudo, deve-se reiterar que são documentos declaratórios e até mesmo o período do ano em que o recenseador realizava o levantamento poderia influenciar naquilo que seria declarado de produtividade por cada fogo. A análise da documentação ainda deixa em aberto questionamentos relacionados à possibilidade de o senhor de engenho ter declarado apenas a quantidade já manufaturada ou ainda de ter declarado o que imaginava que poderia produzir, por exemplo. Alguns raros casos estipulam uma certa quantidade de “safra futura”, em que o recenseador explicita que o engenho produziu uma determinada quantidade e que está em processo de manufatura de outra. Considerando, porém, a possibilidade de um recenseador de outro bairro ou de outra Companhia de Ordenanças não ter tido o mesmo esmero, pode-se assumir a dificuldade quanto ao cálculo das safras com tamanha exatidão. Dito isso, é necessário reiterar que, para além da análise produtiva tonelada a tonelada, o fundamental é depreender o processo de montagem do complexo açucareiro campineiro através da observação de seus movimentos e ritmos⁷²⁸.

Conforme discutido, o alto valor do açúcar praticado nas praças mercantis em fins do Setecentos e o interesse de negociantes-fazendeiros em criar e dominar a cadeira mercantil do açúcar incentivaram a conversão de capitais em canaviais e mão de obra escravizada em Campinas. Tais fenômenos não só levaram ao crescimento do número de engenhos, mas

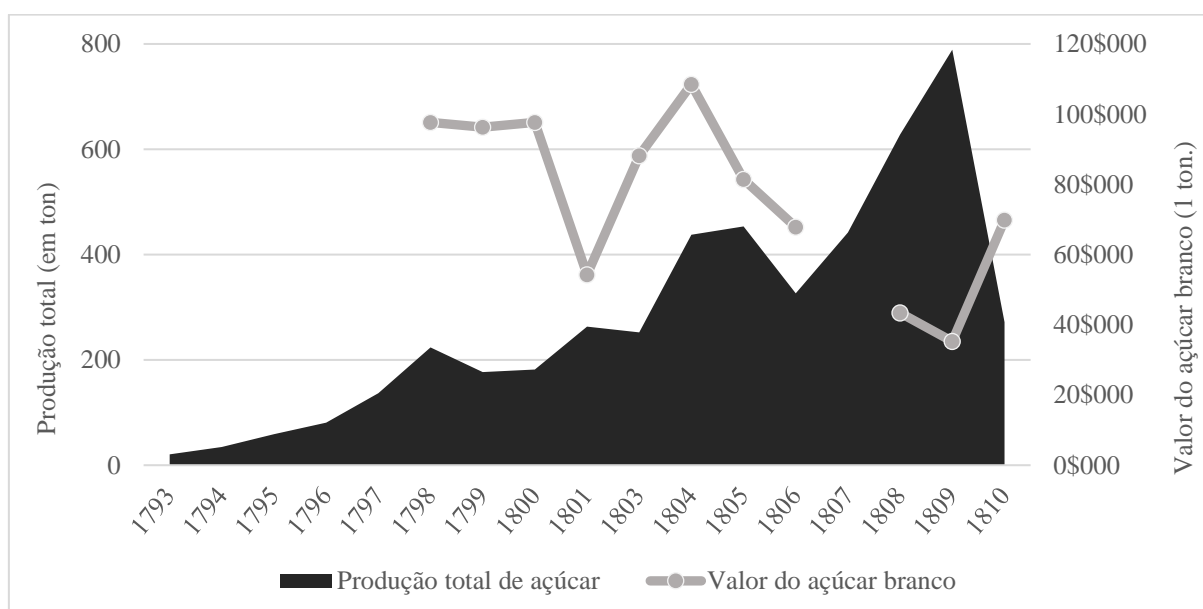
⁷²⁶ Ver: MARCÍLIO, 2000; BACELLAR, Carlos de A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/55.pdf>>. Acesso em: 06 de jul. de 2019.

⁷²⁷ APESP, LNH, Campinas, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810.

⁷²⁸ No ano de 1798, existem dados de produção em ambos os documentos, mas, à medida que as listas nominativas são documentos que melhor detalham as produções e fogos de Campinas, escolheu-se por usar essa última – ainda que a diferença entre as produções entre elas seja mínima, talvez quem realizou o levantamento tenha usado, inclusive, essa lista nominativa.

também, como será visto à frente, à consequente ampliação das safras. A partir do gráfico II.8, percebe-se que a produção de açúcar teve um crescimento anual vertiginoso no período de quase 20 anos em Campinas. Em 1793, a safra campineira rendeu 20,5 toneladas de açúcar, chegando a 136,9 toneladas menos de cinco anos depois (1797), um crescimento superior a 600%. Surpreende ainda que, em menos de 15 anos, o complexo açucareiro de Campinas tenha se transformado a tal ponto de alcançar em seu ápice, 1809, o montante de 789,1 toneladas do gênero (se comparado a 1797, houve o crescimento de 576%). Logo no ano seguinte, 1810, os produtores de açúcar campineiros apresentaram uma safra com queda de 65,6% (271,4 t) no rendimento quando comparado ao ano anterior.

Gráfico II.8 – Safra total de açúcar em relação ao valor do açúcar branco (Campinas, 1793-1810)



Nota:

a. Os preços utilizados na montagem no gráfico foram, exclusivamente, aqueles relativos às listas nominativas de Campinas, que a presente pesquisa considera o valor que era pago aos proprietários.

Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP. LNH, Campinas, 1798-1810.

O ano de 1810, contudo, foi atípico para a lavoura paulista; conforme afirmam Luna e Klein, foram encontradas observações, em algumas listas nominativas desse ano, sobre problemas climáticos, o que teria causado perdas nas safras da região⁷²⁹. Nesse mesmo ano, foram identificados 10 engenhos campineiros (de um universo de 57) que relataram “nada produzir” ou ainda terem “falhado” na fabricação de açúcar. Foi o caso do Sargento-mor

⁷²⁹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 71. Os autores, entretanto, não citaram em quais listas nominativas ou localidades foram descritas tais informações sobre os problemas climáticos.

Joaquim José Teixeira Nogueira, proprietário do engenho Chapadão, que produziu açúcar ininterruptamente após sua primeira colheita em 1796, até que, em 1810, seu engenho nada rendeu em açúcar – apesar de ter colhido milho, feijão e arroz em safras similares a outros anos. A existência de propriedades açucareiras que não apresentavam nenhuma safra de açúcar foi um fenômeno recorrente na montagem da lavoura canavieira campineira; contudo, em nenhum outro ano foram encontrados tantos casos em conjunto, validando a hipótese de um distúrbio climático no período⁷³⁰. Por outro lado, é fundamental destacar que, apesar de as produções de açúcar e aguardente terem sido baixas em 1810, a safra de alimentos foi consideravelmente alta em Campinas, mantendo o ritmo de crescimento anterior, o que leva à hipótese de que o fenômeno climático afetou especificamente os canaviais⁷³¹.

No cômputo geral do processo de montagem da lavoura canavieira na região de Serra Acima da capitania paulista, a produção açucareira de Campinas apresentou um crescimento relativo considerável (gráfico II.8). As vilas de Serra Acima, por exemplo, produziram 905 toneladas de açúcar através de 103 engenhos em 1794; 5 anos depois (1799), tal região passou a ter 433 engenhos e a produzir 2.263 toneladas do artigo⁷³². Campinas, em 1794, representava apenas 3,7% (34,3 t) da produção de toda a região, somadas suas oito propriedades canavieiras. Cinco anos depois, em 1799, já era a 3ª vila que mais produzia na região, representando cerca 7,8% do total (176,6 t).

A partir do gráfico II.8, corrobora-se que as flutuações anuais na capacidade produtiva dos lavradores campineiros têm uma relação direta com o valor pago pelo açúcar; porém, ao final da década de 1800, percebe-se uma resposta contrária dos produtores: enquanto o preço que era pago apresentava queda, a produção continuou em clara tendência de crescimento. Tal inconstância na produtividade durante a montagem do parque açucareiro não foi exclusividade de Campinas, haja vista que Barickman discutiu uma tendência similar no mesmo período para

⁷³⁰ Os resultados de Felipe Alfonso sobre a produção total de açúcar de Campinas após 1810 evidenciam que esse último ano foi um ponto fora da curva. Cf.: ALFONSO, 2018.

⁷³¹ Em artigo que objetivou analisar os efeitos da geada de 1975 em algumas variedades de cana-de-açúcar, os autores iniciam o trabalho afirmando que: “As geadas, fenômenos meteorológicos, têm ocorrido ciclicamente no Estado de São Paulo a cada três ou quatro anos. [...] Normalmente elas coincidem com o período de maturação da cultura da cana-de-açúcar, advindo, daí, prejuízos na qualidade e na quantidade da matéria-prima para fabricação de açúcar e álcool como, por exemplo, aumento nos teores de açúcares invertidos e de gomas, perda de peso total e de caldo por dissecação, ciochamento e brotação lateral. Em fases de crescimento mais iniciais da cultura, a geada pode provocar a morte de toda a parte aérea com consequências desastrosas na produtividade”. Cf.: BASTOS, C. R. *et. al.* Efeito da geada nas características tecnológicas de algumas variedades de cana-de-açúcar. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 18, n. 6, p. 565-574, 1983. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/222640/1/Efeito-geada-caracteristicas-1983.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2022. Isso posto, levanta-se a hipótese de ter sido uma geada a principal responsável pelos problemas nas safras de 1810.

⁷³² As produções de açúcar foram retiradas da tabela “V.5. Dados sobre a produção de açúcar na região de serra acima, 1793-1799”. Cf.: COSTA, 2012, p. 344.

as exportações de açúcar na Bahia, onde, após um pico em 1796, há uma variação constante meados da década de 1810, quando as exportações do artigo baiano voltam a estabelecer crescimento em 1817⁷³³.

À luz o gráfico II.9, percebe-se que, em grande parte do recorte analisado, há uma relação entre o crescimento da produção e o número de unidades canavieiras na vila. Em outras palavras: durante a montagem do complexo açucareiro de Campinas, a transformação do espaço agrário se deu também através da forte difusão de propriedades açucareiras, as quais possuíam uma produção reduzida. Para compreender esse ritmo de desenvolvimento do complexo açucareiro campineiro, o qual não seguiu o preço praticado pelo açúcar na vila (seja em número de propriedades, seja em produção total), deve-se levantar, ao menos, três chaves de compreensão. A primeira é relativa ao caráter produtivo da cana-de-açúcar, pois, tendo em conta o alto valor para a instalação de um engenho e o intervalo de tempo entre a plantação e a primeira colheita, a única estratégia viável para o agricultor ter seu investimento restituído era continuar investindo naquela produção – mesmo em época de baixa no valor.

A segunda é relativa à expectativa que os senhores de engenho tinham na transformação daquele negócio no curto e médio prazo. Em outras palavras, deve-se considerar que os agentes contemporâneos à montagem dos engenhos dominavam suficientemente a lógica praticada no mercado de açúcar a ponto de compreenderem que esse mercado apresentava, desde o século XVII, variações consideráveis no preço num curto espaço de tempo⁷³⁴. Sendo assim, a inconstância dos preços aplicados no mercado internacional fazia parte das premissas do investimento em canaviais – ainda que o *boom* de 1790 tenha proporcionado o salto nos preços.

A terceira chave de compreensão, por fim, faz referência a condições relacionadas ao rendimento bruto e, especialmente, ao líquido desses agricultores, um aspecto de cálculo bastante impreciso para os historiadores, sobretudo pela carência de documentação⁷³⁵. Nesse

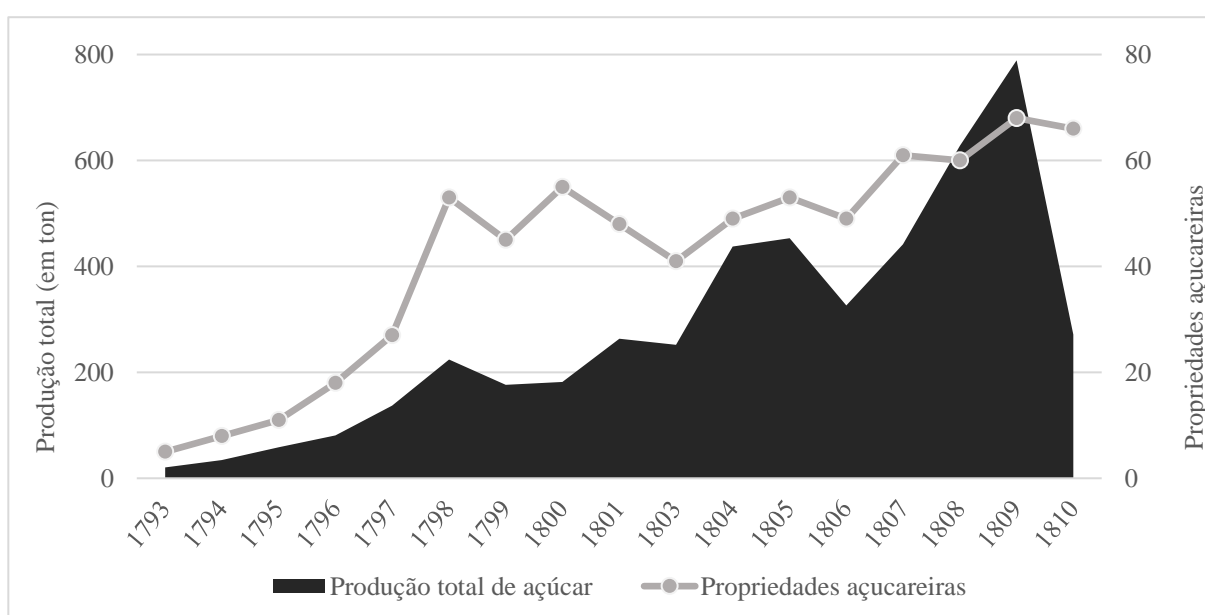
⁷³³ BARICKMAN, 2003, p. 73.

⁷³⁴ SCHWARTZ, 2011 [1988]; BARICKMAN, 2003.

⁷³⁵ Barickman, Ferlini, Bacellar e Schwartz relatam diversas vezes em seus respectivos trabalhos sobre os entraves para calcular os rendimentos dos engenhos no Brasil, especialmente devido à falta de documentação pertinente. É possível imaginar que os fazendeiros possuíam livros sobre rendimentos de sua produtividade, bem como ganhos e despesas com artigos agrícolas, contudo, quase nada chegou às mãos dos historiadores. BARICKMAN, 2003; FERLINI, 2003; BACELLAR, 1997; SCHWARTZ, 2011 [1988]. Nesse sentido, mesmo sob a posse de documentação pertinente, Moreno Friginals alertou que os “índices analíticos” de outrora eram diferentes entre si e de difícil comparação, dificultando a correlação entre os dados, cf.: MORENO FRAGINALS, 1987, p. 314. É possível conjecturar que exista, de fato, uma impossibilidade de cálculo preciso na economia dos engenhos nesse período. As reflexões de Witold Kula sobre uma “economia imperfeita”, na qual os preços não assumem a total regulação das relações de produção, podem ser trazidas à luz para discussões futuras sobre a montagem da grande

sentido, a maior parte dos senhores de engenho sequer precisou investir capitais em terras. Esse fator, adicionado à conjuntura de pequenas variações no preço dos cativos africanos no final século XVIII e início do XIX⁷³⁶, permite levantar a hipótese de que, mesmo com o baixo valor do açúcar, os senhores de engenho tinham seus ganhos assegurados – ainda que não anualmente, já que os gastos da próxima safra poderiam cobrir eventuais dívidas do ano anterior.

Gráfico II.9 – Safra total de açúcar e relação de propriedades açucareiras (Campinas, 1793-1810)



Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Conforme exhibe o gráfico II.9, apesar de ser possível visualizar o crescimento considerável no número de propriedades canavieiras entre os anos 1797 e 1801, não existe o mesmo salto na produção total de açúcar. Nos anos seguintes, o parque canavieiro passou por certa instabilidade entre tais fatores, mas a relação entre o número de propriedades e o total de sua produção se inverte nos anos de 1808 e 1809, quando a produção aumenta

lavoura canavieira paulista, cf.: KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1977. Sobre o tema, o texto clássico sobre a própria dificuldade de calcular os ganhos dos engenhos, ver: HALL, Douglas. Incalculability as a Feature of Sugar Production during the Eighteenth Century. **Social and Economic Studies**, v. 10, n. 3, p. 340-352, 1961. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27853636>>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

⁷³⁶ BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2004; ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. Trad. Aline Lorena Tolosa. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 9-46, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/q4JLZ8GD6tXTdJR5CY7gzhz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021. Os valores necessários para adquirir um cativo no Brasil aumentaram sobremaneira após 1827, cf.: FLORENTINO, 1997, p. 159-172.

consideravelmente, fenômeno que não ocorre com o número de propriedades, o que pode demonstrar o crescimento médio da produção de cada engenho. A fim de perceber essas transformações nos engenhos campineiros, as propriedades foram distribuídas em faixas de produção de açúcar, conforme a tabela II.4.

Tais faixas foram inspiradas no trabalho de Moreno Friginals, que as estabeleceu para analisar o parque açucareiro da região ocidente de Cuba no ano de 1804⁷³⁷. Contudo, não foi possível utilizar as exatas mesmas faixas do autor, haja vista as grandes diferenças na capacidade produtiva entre unidades cubanas e campineiras no mesmo período. Moreno Friginals, por exemplo, estabeleceu a primeira faixa circunscrevendo os engenhos que produziram “até 50 toneladas” de açúcar, e as subsequentes são separadas a cada 50 toneladas. Essa primeira faixa em Cuba, ou seja, de seus menores engenhos, representa apenas 14,9% das unidades daquela região e 3,9% da produção açucareira. Já em Campinas, até o ano de 1810, nenhum engenho alcançou tal marca de 50 toneladas numa mesma safra⁷³⁸. Isso posto, foram criadas oito faixas para distribuir as propriedades canavieiras de Campinas através de suas produções anuais. As faixas foram elaboradas com o objetivo de reunir tais unidades produtivas em grupos de rendimento semelhante, refletindo de modo progressivo as transformações em sua capacidade produtiva.

⁷³⁷ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 218. Importante lembrar que, nessas tabelas, o autor levantou apenas os dados dos engenhos com tração animal, tecnologia próxima aos utilizados no Brasil nesse período.

⁷³⁸ Em Campinas, o primeiro engenho a alcançar tal marca foi o de Brigadeiro Luís Antônio, no ano de 1815, com a produção total de 53 toneladas. Cf.: APESP, LNH, Campinas, 1798-1815.

Tabela II.4 – Distribuição das propriedades açucareiras por Faixa de Capacidade Produtiva (FCP) (Campinas, 1794-1809)

| Faixa de Produção (em kg) | Número de propriedades | % | Produção Total (em ton) | % | Média (em ton) |
|----------------------------------|-------------------------------|------------|--------------------------------|------------|-----------------------|
| 1794 | | | | | |
| 1 a 750 | 1 | 12,5 | 0,6 | 1,7 | b |
| 751 a 2.500 | 4 | 50 | 5,7 | 16,7 | 1,4 |
| 2.501 a 5.500 | 1 | 12,5 | 4,4 | 12,9 | b |
| 5.501 a 15.000 | 2 | 25 | 23,6 | 68,7 | 11,8 |
| 15.001 a 25.000 | - | - | - | - | - |
| 25.000 a 40.000 | - | - | - | - | - |
| Acima de 40.001 | - | - | - | - | - |
| Total | 12 | 100 | 34,3 | 100 | 2,9 |
| 1798 | | | | | |
| 1 a 750 | 4 | 7,5 | 1,9 | 0,8 | 0,5 |
| 751 a 2.500 | 12 | 22,6 | 18,7 | 8,3 | 1,6 |
| 2.501 a 5.500 | 11 | 26,2 | 39,4 | 17,6 | 3,6 |
| 5.501 a 15.000 | 13 | 31 | 118,7 | 53,0 | 9,1 |
| 15.001 a 25.000 | 2 | 4,7 | 45,3 | 20,2 | 22,6 |
| 25.000 a 40.000 | - | - | - | - | - |
| Acima de 40.001 | - | - | - | - | - |
| Total | 42 | 100 | 223,9 | 100 | 5,3 |
| 1805 | | | | | |
| 1 a 750 | 3 | 6,7 | 1,8 | 0,4 | 0,6 |
| 751 a 2.500 | 6 | 13,3 | 8,7 | 1,9 | 1,5 |
| 2.501 a 5.500 | 8 | 17,8 | 31,0 | 6,8 | 3,9 |
| 5.501 a 15.000 | 19 | 42,2 | 209,1 | 46,1 | 11,0 |
| 15.001 a 25.000 | 6 | 13,3 | 107,5 | 23,7 | 17,9 |
| 25.000 a 40.000 | 3 | 6,7 | 95,9 | 21,1 | 32,0 |
| Acima de 40.001 | - | - | 0,0 | - | 0,0 |
| Total | 45 | 100 | 453,9 | 100 | 10,1 |

Continua

| Continuação | | | | | |
|----------------------------------|-------------------------------|------------|--------------------------------|------------|-----------------------|
| Faixa de Produção (em kg) | Número de propriedades | % | Produção Total (em ton) | % | Média (em ton) |
| 1809 | | | | | |
| 1 a 750 | 2 | 3,1 | 1,2 | 0,2 | 0,6 |
| 751 a 2.500 | 9 | 14,1 | 14,3 | 1,8 | 1,6 |
| 2.501 a 5.500 | 15 | 23,4 | 52,3 | 6,6 | 3,5 |
| 5.501 a 15.000 | 17 | 26,6 | 176,2 | 22,3 | 10,4 |
| 15.001 a 25.000 | 10 | 15,6 | 203,7 | 25,8 | 20,4 |
| 25.000 a 40.000 | 10 | 15,6 | 297,8 | 37,7 | 29,8 |
| Acima de 40.001 | 1 | 1,6 | 44,2 | 5,6 | 44,2 |
| Total | 64 | 100 | 789,7 | 100 | 12,3 |

Nota:

a. A escolha inicial foi utilizar o levantamento de 1810, porém foi um ano em que as listas nominativas indicaram uma quantidade considerável de engenhos que nada produziram. Devido a isso, foi escolhida a lista imediatamente anterior: 1809.

b. Valor único devido à inviabilidade de realizar a média de produção.

c. Foi comum encontrar propriedades canavieiras que nada produziram, especialmente por se tratar de unidades produtivas em processo de montagem. Segue a lista do número de propriedades que nada produziram nos anos analisados: 1798, 11 propriedades; 1805, 8 propriedades; 1809, 4 propriedades.

Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805 e 1810.

Foi visto que, apesar de a produção açucareira campineira manifestar-se desde, pelo menos, o ano de 1793, as safras dos engenhos não alcançavam grande monta em seu início. Conforme evidencia a tabela II.4, cinco engenhos produziram abaixo de 2,5 toneladas em 1794. Nesse mesmo ano, os dois maiores produtores, Albano de Almeida Lima e o Capitão Antônio Ferraz de Campos, produziram juntos 68,7% do açúcar da vila, com a quantia de 8,8 e 14,7 toneladas, respectivamente. Ora, quatro anos mais tarde, em 1798, não apenas o parque açucareiro campineiro foi expandido em número, como a capacidade instalada das unidades produtivas se transformou: a faixa com maior número de propriedades foi aquela que reúne unidades que produziram entre 5,5 e 15 toneladas anuais. Além disso, importante fenômeno foi o aparecimento de dois engenhos em FCP superior, o primeiro do Capitão Antônio Ferraz e o segundo do Sargento-mor Floriano de Camargo Penteado, produzindo 22,4 e 22,8 toneladas de açúcar, respectivamente. Ferraz, que era o maior produtor em 1794, aumentou a produção do artigo em seu engenho em cerca de 52,3%, enquanto Albano de Almeida, que produzira 12,9 t em 1798, obteve crescimento de 46,5%. Tal movimento de crescimento evidencia dois fatores: o primeiro e mais intenso foi a rápida montagem do complexo açucareiro de Campinas logo

após a queda de Saint-Domingue, através da disseminação de propriedades canavieiras; o segundo é que se, por um lado, o processo lento de crescimento produtivo dos engenhos campineiros era fenômeno corrente em finais do Setecentos, por outro, tais propriedades iniciavam suas safras de maneira bastante módica.

Conforme a tabela II.4, a década de 1800 foi especialmente frutífera para o complexo açucareiro de Campinas. Quando comparada à safra de 1798, no ano de 1805 os produtores da vila fabricaram cerca de 202% a mais de açúcar; já em 1810, o resultado chegara a ser superior em 352%. Tais mudanças ocorreram, essencialmente, devido ao aumento da capacidade produtiva de suas propriedades canavieiras, fenômeno observado especialmente em 1805, quando estão instaladas a mesma quantidade de propriedades de 1798⁷³⁹. Através da comparação entre as medidas das faixas de capacidade produtiva (FCP) dos anos selecionados (tabela II.4), percebe-se que, em paralelo ao processo de montagem de novos engenhos e partidos de cana, ocorreu conjuntamente o esforço de expansão das propriedades já existentes. Isso pois: se a média produtiva da vila foi 4.2 t em 1805, 4 anos depois passou a ser 8.5 toneladas. Em particular, identificou-se um crescimento no volume açucareiro dos engenhos em 1809, quando atingiram uma alta produtividade: dez engenhos fabricaram entre 25 e 40 toneladas, os quais representaram 37,7% do total de açúcar da vila. Foi nesse ano em que, pela primeira vez em Campinas, um engenho atingiu a maior FCP: o recém montado engenho do Brigadeiro Luís Antônio fabricou cerca de 44,2 toneladas de açúcar (tabela II.4).

Isso posto, é possível contrapor o tamanho dos engenhos campineiros com outros espaços importantes na produção de açúcar paulista. As duas vilas a concentrarem os maiores produtores de açúcar de São Paulo no florescer do Oitocentos eram Itu e Porto Feliz. No ano de 1803, foram elas a liderarem a produção desse artigo na capitania, com a fabricação de 1.179 e 1.196 toneladas, respectivamente⁷⁴⁰. A média produtiva por propriedades fora, em Itu, 9 toneladas e, em Porto Feliz, 14,2 t. Ora, considerando que o parque produtivo canavieiro de Campinas era consideravelmente mais recente que ambas as vilas, as quais já apresentavam engenhos antes da Revolução de Saint-Domingue⁷⁴¹, é patente o ritmo acelerado de montagem da lavoura açucareira campineira: a média produtiva das propriedades fora, em Campinas de 1803, de 7,2 t; já em 1809, a média por unidade subiu para 12,3 t – valores similares às vilas vizinhas.

⁷³⁹ Deve-se reiterar que o total de propriedades canavieiras campineiras de 1798 e 1805 foi, sim, o mesmo. Contudo, se estavam instalados 36 engenhos e 17 partidos de cana em 1798, em 1805 passaram a ser 39 e 14, respectivamente.

⁷⁴⁰ GUEDES, 2008, p. 40-41.

⁷⁴¹ Deve-se reiterar que Porto Feliz era uma freguesia da vila de Itu até o ano de 1797.

Fato inesperado foi encontrar tamanho número de propriedades canavieiras que nada produziram em todos os anos a partir de 1798 (tabela II.4). A análise serial das listas nominativas de habitantes permite afirmar que, por vezes, os recenseadores podem ter errado no recenseamento e deixado de lado os aspectos produtivos de alguma unidade canavieira; contudo, tal fenômeno não era comum. Em 1798, as propriedades sem nenhum açúcar representaram 20,8% do total de unidades descritas como açucareiras, relação que diminuiu para 4,4% em 1809. É necessário, pois, procurar mais detalhes nas listas nominativas acerca da razão pela qual o número propriedades sem nenhuma produção ser tão alto em 1798, mas ter diminuído 11 anos depois. Percebeu-se que tais propriedades não foram totalmente desprovidas de informação na documentação, haja vista que, entre as 11 propriedades de 1798, apenas quatro, todas de partidistas de cana, não apresentaram informação sobre sua produção canavieira – apesar de todas plantarem mantimentos “para seu gasto”⁷⁴². Nesse sentido, não é possível confirmar se não apresentaram produção ou apenas foi uma informação não escrita pelo recenseador, mas essa última hipótese se mostra mais frágil ao perceber que outros partidos de cana da mesma 1ª Companhia de Ordenanças foram arrolados com seus rendimentos canavieiros quantificados.

Entre as sete propriedades canavieiras que nada produziram e também possuíam alguma informação sobre sua produção naquele ano, duas eram de partidos de cana e outros cinco eram engenhos. Os dois partidistas, Alexandre Cavalheiro e João da Rosa Dias, foram retratados, respectivamente, enquanto “morador novo” e “plantou cana de partido para o ano de 1799”⁷⁴³. Alexandre evidencia um caso de morador que havia acabado de migrar para Campinas e tratou imediatamente de adentrar na economia açucareira. Entre os cinco engenhos, o primeiro a destacar foi o de Manuel Mendes Godoi, cuja residência em Campinas se dá, ao menos, do ano de 1790, mas a primeira referência ao açúcar ocorre em 1798, ainda enquanto produtor apenas de aguardente. O restante dos fogos foi recenseado enquanto “princiando engenho” e com “safra futura”, entre elas, dois engenhos do Brigadeiro Luís Antônio. O primeiro engenho, estava sob a administração do Alferes João de Barros Pedroso, sendo descrito como “administrador do engenho que foi de Cláudio Furquim, que hoje pertence ao Coronel Luís Antônio de Sousa, cuja safra futura é a de ser a primeira”⁷⁴⁴. O segundo engenho, administrado por José de Almeida Lima, está recenseado da seguinte maneira: “está principiando [] com engenho de cana, como feitor do Coronel Luís Antônio de

⁷⁴² APESP, LNH, Campinas, 1798.

⁷⁴³ APESP, LNH, Campinas, 1799.

⁷⁴⁴ APESP, LNH, Campinas, 1798.

Sousa, cujo Engenho foi do Alferes José Antônio do Amaral⁷⁴⁵. Portanto, longe de serem apenas um erro do recenseador, as propriedades sem nenhuma produção foram, normalmente, engenhos ainda em processo de montagem.

O ritmo de crescimento do parque açucareiro campineiro fica mais evidente ao examinar a evolução da produção de algumas de suas unidades. Para realizar essa análise, foi construída a tabela II.5, que contém as trajetórias produtivas dos engenhos que atingiram, ao menos, o volume de 25 toneladas de açúcar em 1809 e, a partir disso, observou-se os resultados de suas manufaturas desde a primeira safra⁷⁴⁶. Para o recorte entre 1793 e 1809, foram encontradas 11 unidades canavieiras, que estão dispostas na tabela II.5. Se, por um lado, a maior safra de 1809 não foi produzida por um engenho montado há vários anos, por outro, nove propriedades (do montante de 11) já estavam dispostas em Campinas na virada do Oitocentos (tabela II.5). Some-se a esse último ponto o fato de que, entre os sete senhores de engenho de 1809 que estavam estabelecidos até 1795, cinco deles estão entre as maiores safras da vila⁷⁴⁷, ou seja, a maior parte dos indivíduos que intensificaram o processo de montagem do parque açucareiro da vila continuaram participando ativamente da vila – e conquistando cargos militares, levando em consideração o papel militar e político que desempenhavam na vila⁷⁴⁸.

Além disso, a tabela II.5 evidencia flutuações bastante díspares entre cada engenho, ano a ano, impossibilitando o estabelecimento de um padrão de crescimento ou até mesmo de um ritmo claro na conformação das capacidades produtivas. Porém, apesar de não estabelecer um padrão produtivo para os engenhos, esclarece que flutuações parecem ser comuns. Nesse sentido, é possível depreender dois elementos: o primeiro é que a lavoura canavieira em Campinas se espalhou rapidamente, mas o movimento mais comum de ampliação produtiva de cada propriedade levou alguns anos, com a aplicação da área plantada com cana – salvo exceções –; o segundo, por seu turno, é que os diferentes ritmos de transformação na capacidade produtiva entre as unidades podem ter sido causados por razões diversas, como, por exemplo, o acúmulo de experiência adquirida por tais sujeitos na fabricação do produto; a transformação pode ter sido protagonizada pelos diferentes acessos a financiamento de cada

⁷⁴⁵ APESP, LNH, Campinas, 1798. Não foi possível transcrever a palavra entre colchetes, devido ao estado deteriorado da documentação.

⁷⁴⁶ Salienta-se que é o ano de 1793 o primeiro a informar acerca do caráter produtivo dos engenhos campineiros nos resumos dos engenhos da capitania de São Paulo. Cf.: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798.

⁷⁴⁷ Os dois produtores que não alcançaram grandes produções em 1809 e nem ao longo dos anos anteriores foram Francisco de Paulo Camargo e José Antônio Amaral. Suas safras foram sempre medianas e apenas no ano de 1808 que Francisco fez a 13ª maior produção da vila. Cf.: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Campinas, 1798 a 1810.

⁷⁴⁸ Uma série de autores estudam a formação da elite de Campinas através da expansão de seu parque açucareiro, ver: ALFONSO, 2018; RIBEIRO, 2015a; EISENBERG, 1989; BACELLAR, 1997; ALFONSO, 2018b.

senhor de engenho ao longo do período, bem como advinda das possibilidades de reinvestir os próprios lucros na compra e no aumento das instalações, sobretudo, adquirindo mais (jovens) escravizados.

Acredita-se que todos os elementos elencados acima estiveram presentes, em maior ou menor grau, a depender do caso, durante a montagem do complexo açucareiro campineiro. Sendo assim, o desenvolvimento das unidades produtivas demandou, é claro, recursos e vultuosos investimentos de capital e, não à toa, até o ano de 1810 os únicos indivíduos a possuírem mais de um engenho em Campinas foram três negociantes de grosso trato radicados em São Paulo: Coronel Francisco Pinto Ferraz, e os irmãos Coronel Francisco Antônio de Sousa e Brigadeiro Luís Antônio. Enquanto os dois primeiros firmaram, inicialmente, sociedades com senhores de engenho locais, o Brigadeiro já havia instalado engenhos desde 1798 e, por isso, suas três unidades figuravam entre as faixas de capacidade produtiva mais altas em 1809 (tabela II.5)⁷⁴⁹. Nesse mesmo ano, os engenhos do Brigadeiro produziram 103,3 toneladas de açúcar, o que representou 13,1% do total do gênero da vila. A hipótese para tal desempenho no complexo açucareiro é de que o imenso montante de capitais sob sua posse era constantemente reinvestido em suas propriedades de Campinas, o que possibilitou maior desempenho de seus engenhos.

Os três principais tipos de propriedades canavieiras instaladas em Campinas tiveram peso consideravelmente diferente nesse processo de montagem, conforme evidenciam gráficos II.10 e II.11. Como foi discutido no capítulo 2 da presente pesquisa, o número de engenhos próprios (aqueles com proprietários que moravam no local), era bastante superior ao restante, mas também apresentavam uma heterogeneidade considerável – seja no sentido produtivo, seja em relação às escravarias. Então, se, por um lado, essas foram as principais responsáveis pelo aumento produtivo da vila de Campinas (gráfico II.10), por outro, apresentavam uma média de produção sem grandes transformações (gráfico II.11). Os partidos de cana, todavia, podem ter sido importantes para o desenvolvimento dos engenhos de outrem e para o próprio enriquecimento dos senhores de engenho, mas os partidistas não atingiram um nível produtivo relevante e nem mesmo uma média considerável entre si (gráficos II.10 e II.11).

⁷⁴⁹ Para mais informações sobre esses três negociantes-fazendeiros, ver o capítulo 3 da presente pesquisa.

Tabela II.5 – Maiores engenhos de Campinas, 1793-1810 (em toneladas)

| Nome dos proprietários | 1793 | 1794 | 1795 | 1796 | 1797 | 1798 | 1799 | 1800 | 1801 | 1803 | 1804 | 1805 | 1806 | 1807 | 1808 | 1809 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brigadeiro Luís Antônio de Sousa (3) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8,9 | 44,3 |
| Tenente-Coronel Antonio Benedito de Cerqueira César | - | - | - | - | 3,7 | 4,4 | 4,4 | 1,9 | 10,3 | 12,3 | 17,7 | 14,9 | 20,6 | 14,7 | 26,5 | 35,4 |
| Brigadeiro Luís Antonio de Sousa (2) | - | - | - | - | - | b | 4,4 | 2,9 | 16,2 | 13,2 | 19,2 | 14,8 | a | 26,5 | 14,7 | 33,9 |
| Capitão Felipe Neri Teixeira | 7,4 | 2,2 | 8,8 | 8,8 | 11,1 | 13,1 | 11,8 | 6,2 | 11,8 | 10,3 | 21,4 | 16,1 | 25,9 | a | 30,3 | 30,3 |
| Bernardo Guedes Barreto | - | - | 2,9 | 4,4 | 4,7 | 7,4 | 11,8 | 1,5 | 20,6 | 5,7 | 10,3 | 14,7 | a | 3,1 | 28,1 | 29,5 |
| Capitão-Mor Floriano de Camargo Penteado | - | - | 2,2 | 3,5 | 8,8 | 22,9 | 15,6 | 11,8 | 21,4 | 14,8 | 29,5 | 36,9 | 17,7 | 36,4 | 36,9 | 29,5 |
| Alferes Antônio P. de Camargo Penteado | - | - | 3,2 | 4,9 | 5,8 | 11,8 | 11,8 | 14,8 | 19,2 | 12,4 | 14,8 | 14,8 | 14,8 | 17,7 | 22,2 | 29,5 |
| Tenente João José da Silva | - | - | - | - | - | 5,9 | 5,9 | 7,6 | 10,5 | 17,7 | 22,1 | 16,2 | 3,7 | 10,3 | 42,7 | 29,5 |
| Capitão Teodoro Ferraz Leite | - | - | - | - | - | - | - | - | b | 8,9 | 20,6 | 16,2 | 35,4 | 14,1 | 29,5 | 29,5 |
| Capitão Inácio Ferreira de Sá | - | 1,2 | 4,1 | 6,9 | 9,9 | 8,55 | 4,57 | 4,42 | 10,3 | 11,8 | 36,9 | 32,4 | 2,2 | 23,6 | 22,1 | 26,5 |
| Brigadeiro Luís (1) Antonio de Sousa | - | - | - | - | - | b | 7,4 | 3,9 | 13,3 | 16,3 | 26,5 | 26,5 | 23,6 | 26,5 | 23,6 | 25,1 |

Notas:

a. As propriedades não foram encontradas nas listas nominativas de seus respectivos anos.

b. Essas unidades foram recenseadas enquanto engenhos, possuem escravaria no respectivo ano, mas aparecem com a informação “princiando engenho”. Nesses casos, é possível imaginar que a cana-de-açúcar ainda estava em processo de crescimento para a colheita.

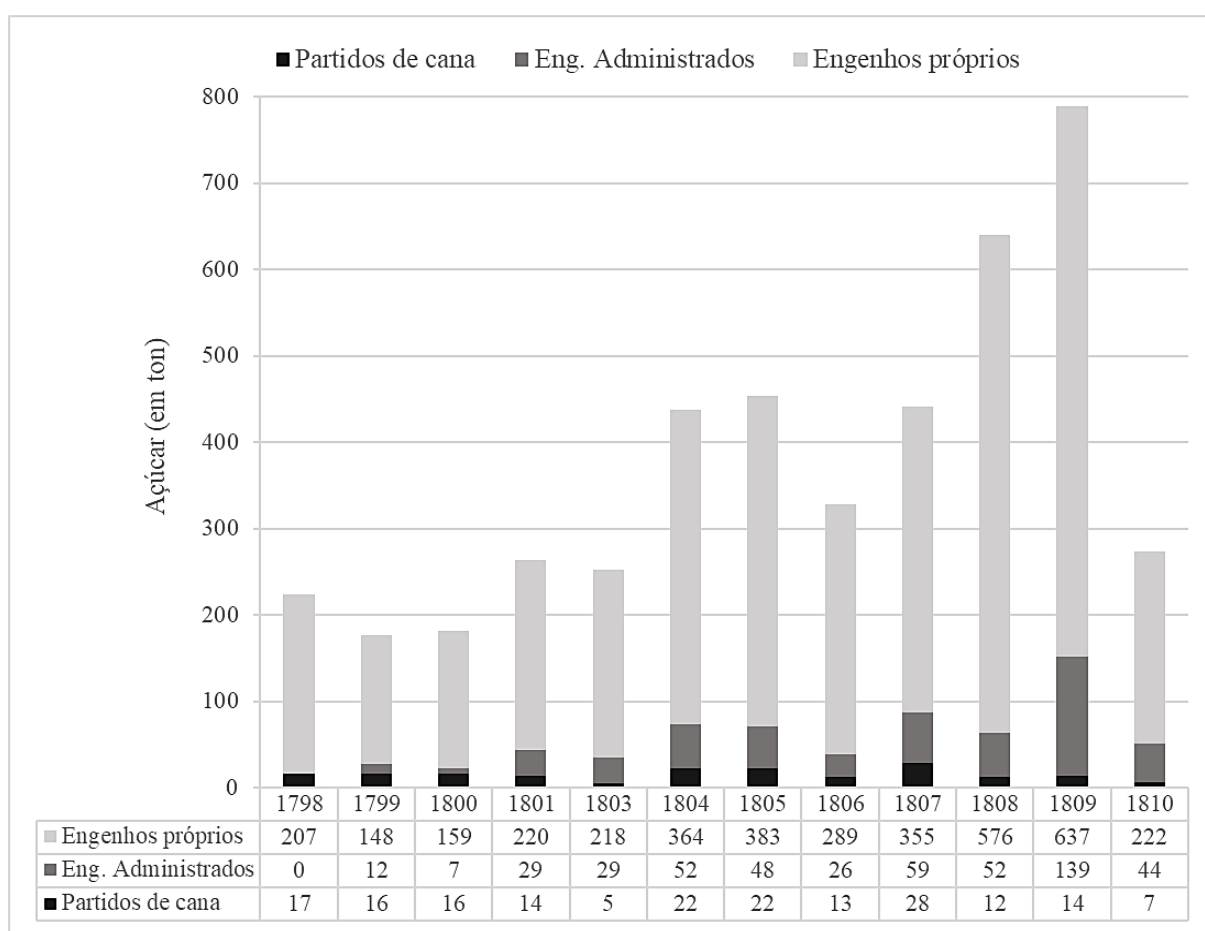
c. Os engenhos do Brigadeiro Luís Antônio foram numerados apenas para facilitar a apresentação. Os administradores desses engenhos, no ano de 1809, eram: (1) Administrador Joaquim Barbosa, (2) Administrador Luís José de Camargo e (3) José Antônio.

d. A fim de propiciar a melhor visualização dos dados, optou-se por uma escala de cor em cada célula: a partir dos dados referentes a essa mesma tabela, quanto maior a fabricação de açúcar daquele engenho determinado, mais escura se torna a célula com a informação.

Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805 e 1810.

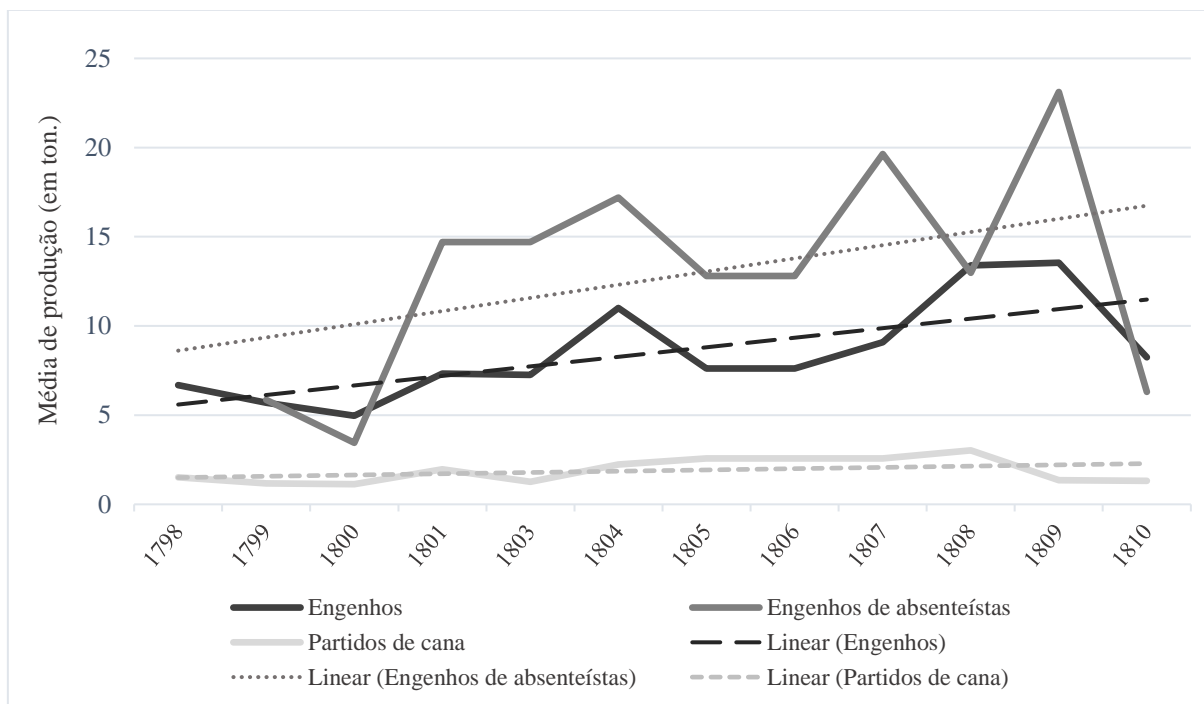
Já os engenhos administrados, que eram todos de posse de absenteístas moradores de São Paulo, tiveram participação distinta nesse quadro produtivo. Além de estarem cada vez mais presentes no total da produção açucareira de Campinas ao passar da década de 1800 (gráfico II.10), tais unidades agrícolas estiveram com médias anuais de produção bastante acima de suas congêneres canavieiras na maior parte dos anos (gráfico II.11). Tais engenhos de absenteístas, é claro, estavam em menor número do que aqueles que eram próprios, bem como das relações aos partidos, facilitando que a média possa ser mais alta – alavancadas pelos imensos engenhos do Brigadeiro Luís Antônio. Por outro lado, pode significar também que tais propriedades eram mais homogêneas entre si, especialmente no quesito produtivo.

**Gráfico II.10 – Produção de açúcar por tipo de propriedade
(Campinas, 1798-1810)**



Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

**Gráfico II.11 – Média de produção de açúcar por tipo de propriedade
(Campinas, 1798-1810)**



Nota:

a. Para a realização das médias, foram considerados apenas aquelas propriedades açucareiras que, de fato, produziram açúcar naquele ano. Em outras palavras, foram excluídos engenhos que ainda se encontravam em fase de colheita ou que não apresentaram dados.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

As transformações na paisagem agrária, no setor econômico e no perfil demográfico de Campinas foram intensos na virada para o Oitocentos. A rápida montagem de mais de 60 engenhos em menos de 20 anos produziu uma série de disputas no espaço campineiro, assim como produziu unidades canavieiras de variados tamanhos e tipos. Se, no início do século XVIII, o espaço campineiro foi ocupado a fim de se tornar um pouso para viajantes, a partir disso, estabeleceram-se ali diversas famílias que se aproveitaram da oportunidade para se instalar e promover uma economia de subsistência – realidade essa que, como foi visto, foi alterada no fim do XVIII. Pode-se questionar, assim, (i) se teria sido a economia de subsistência ausente nas novas unidades agrícolas, especialmente as canavieiras, ou ainda (ii) se seriam os engenhos autossuficientes, ambas discussões de extrema relevância para historiografia.

Para a realidade do complexo canavieiro de Cuba, Moreno Fragnals afirmou que era comum um engenho cubano do século XVIII ser autossuficiente, mas que a expansão dos engenhos no Oitocentos teria mudado seu caráter produtivo e impossibilitado a

autossuficiência⁷⁵⁰. Para a realidade da Bahia colonial, Barickman elaborou uma tese inovadora: a depender da conjuntura internacional do preço do açúcar, em conjunto com a realidade local da oferta de alimentos, os senhores de engenho adotavam estratégias diferentes, de modo que ora poderiam produzir alimentos, ora dependiam da compra no mercado local. Apesar de reconhecer a diversidade local das propriedades canavieiras, o autor afirma que:

Quando a escassez elevava o preço da farinha, ou as receitas do açúcar caíam, podiam recorrer à produção doméstica para reduzir seus custos monetários. Inversamente, quando os preços do açúcar estavam altos ou a farinha barata, podiam novamente recorrer ao mercado para abastecer suas propriedades. A tendência relativamente prolongada de alta nos preços do açúcar, iniciada em fins do século XVIII, sem dúvida estimulou muitos senhores de engenho e lavradores de cana a trocar a produção doméstica pela compra de farinha. Pelo menos em princípio, os senhores de engenho podiam também mudar suas estratégias de abastecimento ano a ano, conforme as variações do preço da farinha. Esses ajustes de curto prazo teriam resultado numa demanda extremamente elástica da farinha comercializada. Ao que tudo indica, porém, poucos senhores de engenho tentavam se adaptar às mudanças dos preços de curto prazo pela troca constante de uma estratégia de abastecimento por outra⁷⁵¹.

Barickman destaca, então, que o caráter produtivo do Recôncavo Baiano poderia ter uma elasticidade, a depender da necessidade e da variação nos preços dos gêneros eles recorriam ao mercado local. Contudo, em seguida, o autor afirma que tais mudanças a curto prazo nas safras dos engenhos poderiam causar diversos empecilhos e que compensaria, de fato, a compra constante de alimentos para o engenho. Para a realidade baiana, Barickman argumenta que “todas as evidências apontam, portanto, para a mesma conclusão: em grau variado, muitos, e talvez até a maioria, dos engenhos e fazendas de cana não eram autossuficientes. Os senhores de engenho e lavradores da cana compravam farinha para alimentar seus escravos”⁷⁵². Tal prática baiana possibilitava uma concentração de mão de obra cativa no trabalho diretamente ligado ao açúcar, mas poderia causar conflitos entre livres e cativos. Isso porque seria uma realidade comum nas *plantations* americanas que o cultivo de mantimentos fosse realizado por cativos, especialmente para benefício próprio. Uma série de pesquisas sobre as Antilhas e o Sul dos Estados Unidos constatam que os escravos tinham frequentemente, por costume, o “direito” a pequenas parcelas de terra e ao tempo necessário para nelas trabalhar. Ainda sobre o Nordeste açucareiro, especificamente a realidade do extremo sul de Pernambuco durante a expansão da lavoura canavieira nesse local, Juliana Andrade afirmou que:

Senhores de engenho podiam até mesmo ficar sem produzir açúcar, mas sem produzir alimentos, nunca. A agricultura voltada ao abastecimento estava difusa

⁷⁵⁰ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 69-80; p. 255-258. O autor reconhece que nos engenhos cubanos ainda existiam algumas terras destinadas à plantação de mantimentos pelos escravizados. Assim como no Brasil, esses mantimentos poderiam ser comprados dos cativos pelos proprietários, mas Moreno adverte que, até 1840, esse fenômeno teria deixado de ser recorrente.

⁷⁵¹ BARICKMAN, 2003, p. 121.

⁷⁵² BARICKMAN, 2003, p. 121.

na sociedade. Não estava restrita aos sítios dos homens livres pobres, agregados ou não. Pessoas com diferentes ofícios procuravam ter, também, suas roças, garantindo, assim, no mínimo, uma dispensa mais generosa”⁷⁵³.

Para a realidade paulista, a questão da autossuficiência tem sido trazida por historiadores enquanto condição basilar para a própria existência da lavoura canavieira, especialmente levando em consideração que a economia de São Paulo se desenvolveu, ao longo do século XVIII, através da expansão e do enriquecimento dos lavradores de mantimentos. Nas palavras de Luna e Klein, tais unidades açucareiras paulistas “não eram monoculturas e com frequência tinham uma produção bem diversificada. Nem mesmo o desenvolvimento progressivo da grande lavoura escravista em São Paulo no final do século XVIII e no século seguinte desalojou as outras culturas”⁷⁵⁴. Apesar de as *plantations* americanas terem sido heterogêneas e, em muitos espaços americanos, produzirem o necessário para suprir sua demanda interna, estas não tinham excedente e, por isso, não realizavam comércio de mantimentos, “ao contrário das fazendas de açúcar e mais tarde das propriedades cafezeiras de São Paulo, que sistematicamente produziam gêneros alimentícios além das necessidades de consumo de sua força de trabalho”⁷⁵⁵.

A partir da discussão inicial do presente capítulo, percebeu-se em Campinas a forte presença de roceiros de mantimentos. A lavoura de mantimentos da vila cresceu, inclusive, ao longo da montagem do complexo açucareiro da vila, mas essa lavoura representava um montante pequeno na receita bruta da vila quando comparado ao açúcar. A fim de discutir a possibilidade de autossuficiência nos engenhos campineiros, a discussão empreendida por Mercedes García Rodríguez para Cuba traz à luz um importante questionamento: quais características definem a autossuficiência de um engenho? O primeiro passo é compreender que nenhuma propriedade do período produzia tudo que lhe era necessário:

É importante estabelecer uma diferença entre o questionado caráter autossuficiente e o caráter autônomo dos engenhos de açúcar do século XVII. Como já demonstrei, as unidades açucareiras de Havana não alcançaram a autossuficiência, pois dependiam da compra de alimentos, roupas, ferramentas e tecnologia de trabalho, mão de obra e, além disso, pode ser somada a essa lista a dependência de capital de crédito obtido por meio de contratos de reparo para o processo produtivo. No entanto, isso não nega certo caráter autônomo desses engenhos, em seu caráter de unidades produtivas⁷⁵⁶.

⁷⁵³ ANDRADE, Juliana A. **A Mata em Movimento**: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. Dissertação (Mestrado), CCHLA-UFPB. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008, p. 126. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6021/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

⁷⁵⁴ LUNA; KLEIN, 2005, p. 56.

⁷⁵⁵ LUNA; KLEIN, 2005, p. 56.

⁷⁵⁶ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 124. Tradução livre feita pelo autor; original: “Es importante establecer una diferenciación entre el cuestionado carácter autosuficiente y el carácter autónomo de los ingenios de siglo xvrn. Como ya he demostrado, las unidades azucareras de La Habana no lograron su autosuficiencia, pues dependían de la compra de alimentos, ropas, utensílios de trabajo y tecnología, mano de obra y, además, puede agregarse a esta lista la dependencia del capital a crédito obtenido a través de los contratos de refacción para el

Para García Rodríguez, não se sustenta a afirmação proposta por grande parte da historiografia cubana sobre os engenhos da ilha, de modo a esses últimos tenham sido, sobretudo no século XVIII, autossuficientes⁷⁵⁷. Ora, a mesma realidade cubana pode ser percebida na colônia brasileira, onde boa parte da alimentação das *plantations* era provida, necessariamente, de outros espaços, em que as carnes, o sal, os vinhos, são apenas alguns exemplos. Apesar de algumas vestimentas poderem ter sido fabricadas no próprio engenho, especialmente as de escravizados, não era costume de tais propriedades manter produções de algodão, o que levanta a necessidade de compra – especialmente em São Paulo. Vale lembrar ainda que parte das roupas utilizadas pelos donos dos engenhos, muitas vezes, eram importadas da Europa. Também eram necessárias compras de ferramentas básicas, como enxadas e pás, além de providenciar todo maquinário do engenho e eventuais consertos que se faziam indispensáveis ao longo da jornada açucareira. Por fim, os engenhos coloniais tinham como essência para seu funcionamento o trabalho escravizado, isto é, era crucial a busca incessante por novos cativos – especialmente africanos⁷⁵⁸.

No sentido apontado por García Rodríguez, nenhum engenho de Campinas – e possivelmente da colônia – foi efetivamente autossuficiente. Entretanto, isso não elimina o fato de terem sido propriedades que dispunham do cultivo de uma série de gêneros e até mesmo da criação de alguns animais. Nas palavras de García Rodríguez, seriam os engenhos cubanos “autônomos”, pois funcionavam “como unidade econômica com todos os requisitos para o cultivo da cana e para elaboração de seu produto básico”⁷⁵⁹ – o açúcar. Por fim, a autora esclarece que:

[...] essa autonomia na produção não implicou que os engenhos se tornassem células fechadas ou autossuficientes, pois suas relações com o exterior para a obtenção dos insumos e produtos alimentícios necessários, a comercialização de sua produção e a compra da força de trabalho, além da negociação de capitais por meio da reflexão com pessoas físicas, impôs às unidades açucareiras uma dinâmica muito diferente, baseada em um modelo agroexportador⁷⁶⁰.

proceso productivo. Sin embargo, esto no niega cierto carácter autónomo de esos ingenios, en su carácter de unidades productivas”.

⁷⁵⁷ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 125.

⁷⁵⁸ Ressaltou-se aqui o papel dos cativos nos engenhos, enquanto principal força transformação da paisagem de Campinas. Entretanto, como foi discutido anteriormente, as pessoas livres pobres também fazem parte dessa exploração, seja diretamente no açúcar (feitores e partidistas de cana), seja na construção e manutenção das propriedades e até mesmo através do comércio de gêneros agrícolas.

⁷⁵⁹ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 125. Traduzido pelo autor, original: “[...] como unidad económica con todos os requerimientos productivos para el cultivo de la cana y para la elaboración de su produto básico”.

⁷⁶⁰ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 128. Traduzido pelo autor, original: “[...] esta autonomia en la producción no implicó que los ingenios se constituyeran en células cerradas ni autosuficientes, pues sus relaciones con el exterior para conseguir los insumos y los productos alimentarios que se requerían, la comercialización de su producción y la compra de la fuerza de trabajo, además de la negociación de los capitales a través de la refacción

As listas nominativas de habitantes acabam sendo restritas quanto à compreensão no que se refere ao fenômeno da autonomia dos engenhos, à medida que não descrevem completamente os cultivos das propriedades. Na imensa maioria dos engenhos de Campinas, além da descrição do açúcar, foram recenseados enquanto produtores de “mantimentos para seu gasto”. Em algumas propriedades ainda foi relatado que a responsabilidade para cuidar de tais gêneros era dos cativos; por exemplo, no engenho de Rafael Antunes, em 1801, onde, além da descrição dos volumes das safras de açúcar e milho, encontrou-se a seguinte anotação: “com seus escravos planta mantimentos para sua casa”⁷⁶¹. Essa expressão não tem uma leitura precisa, podendo variar a depender de quem a escrevia, por exemplo. Sobressaem-se, assim, alguns questionamentos sobre os significados dessa expressão acerca de, por exemplo, (i) se os resultados das colheitas terem ou não sido exclusivos dos cativos, (ii) se esses mantimentos eram o suficiente para todo o fogo apesar de uma expressão tal qual “para seu gasto” potencialmente significar que os possíveis excedentes eram comercializados a fim de custear os gastos básicos da casa, além de sustentar a própria alimentação do fogo, ou ainda (iii) quais eram os mantimentos cultivados, dentre outros. Estas são questões em aberto sobre a realidade produtiva de um engenho paulista; no entanto, conforme indicam o quadro II.8 e o gráfico II.12, é possível refletir sobre a participação dos engenhos na produção de mantimentos da vila.

con particulares, impusieron a las unidades azucareras una dinámica muy diferente, en función de un modelo agroexportador.”

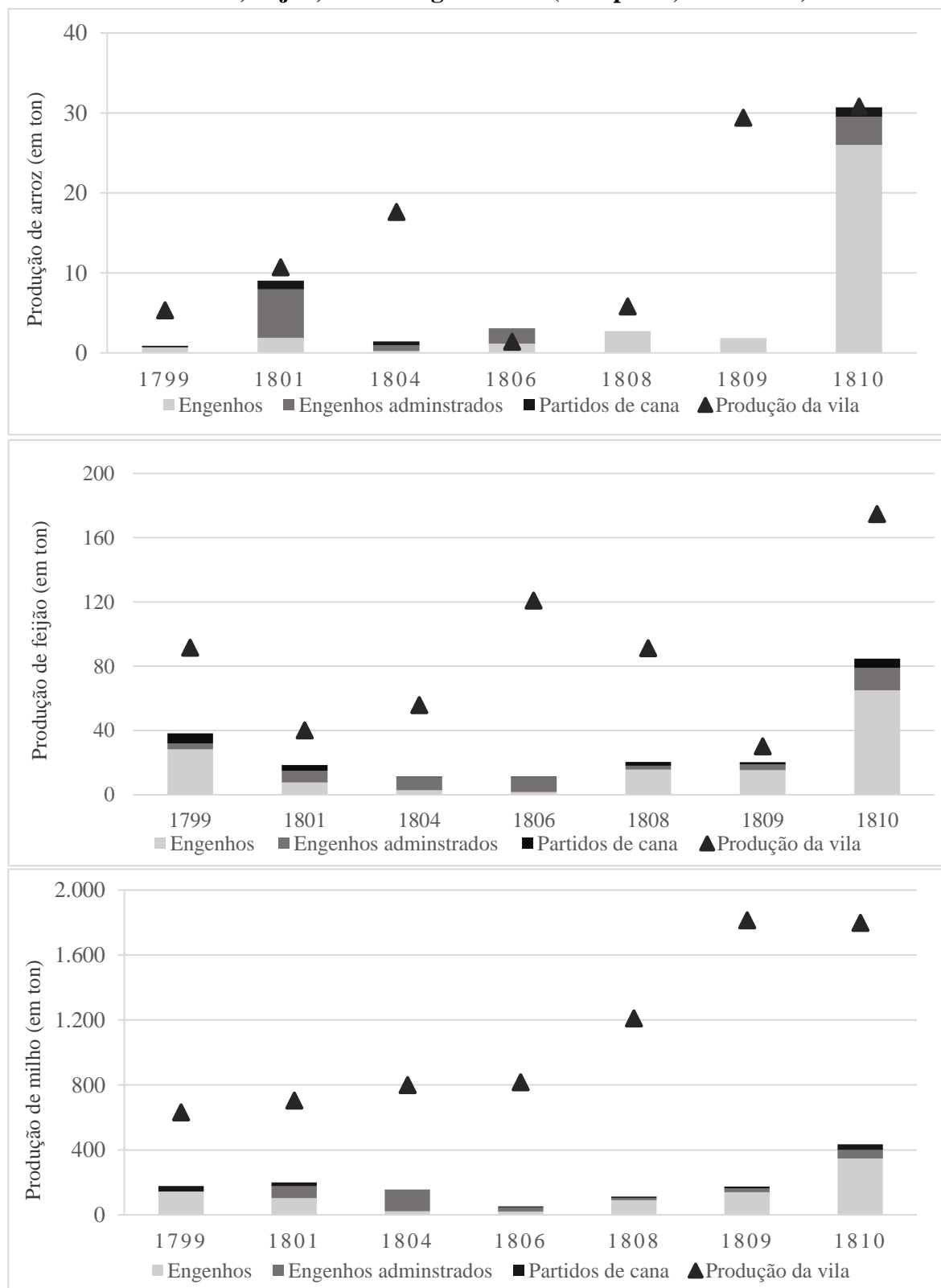
⁷⁶¹ APESP, LNH, Campinas, 1801.

Quadro II.8 – Propriedades açucareiras que produziram aguardente, arroz, feijão e milho (Campinas, 1798-1810)

| | | 1798 | 1799 | 1800 | 1801 | 1803 | 1804 | 1806 | 1807 | 1808 | 1809 | 1810 |
|--------------------------|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Engenhos próprios | Total de propriedades | 34 | 27 | 35 | 36 | 34 | 34 | 41 | 46 | 51 | 53 | 50 |
| | Engenhos próprios que produziram mantimentos | | | | | | | | | | | |
| | Aguardente | 1 | 1 | 12 | 14 | 7 | 14 | 9 | 17 | 26 | 34 | 32 |
| | Milho | N.I. | 27 | 16 | 18 | 8 | 1 | 3 | 1 | 17 | 17 | 40 |
| | Feijão | N.I. | N.I. | 16 | 14 | 15 | 1 | 3 | 1 | 17 | 16 | 40 |
| Arroz | N.I. | 4 | 11 | 6 | 8 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 | 32 | |
| Engenhos adm. | Total de propriedades | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 4 | 6 | 7 |
| | Engenhos administrados que produziram mantimentos | | | | | | | | | | | |
| | Aguardente | N.I. | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 | 6 |
| | Milho | N.I. | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | N.I. | 1 | 2 | 5 |
| | Feijão | N.I. | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | N.I. | 1 | 2 | 5 |
| Arroz | N.I. | N.I. | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | N.I. | N.I. | N.I. | 3 | |
| Partidos de cana | Total de propriedades | 17 | 16 | 16 | 9 | 5 | 13 | 6 | 12 | 5 | 9 | 9 |
| | Partidos de cana que produziram mantimentos | | | | | | | | | | | |
| | Aguardente | N.I. | N.I. | 1 | 2 | N.I. | 1 | 1 | 3 | 1 | 1 | 4 |
| | Milho | N.I. | 14 | 7 | 6 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 9 |
| | Feijão | N.I. | 12 | 7 | 6 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 9 |
| Arroz | N.I. | 1 | 3 | 4 | 4 | 2 | N.I. | 1 | N.I. | N.I. | 3 | |

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

Gráfico II.12 – Participação dos engenhos e partidos de cana em relação às produções de arroz, feijão, milho e aguardente (Campinas, 1798-1810)



Nota:

a. Para contabilizar a produção da vila, foram utilizados os dados referentes aos mapas existentes nos finais das listas. Isso posto, foi possível realizar o cruzamento dos dados apenas nos anos contidos no presente gráfico.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1799, 1801, 1804, 1806, 1808, 1809, 1810.

O quadro II.8 explicita, primeiramente, como a análise serial das listas nominativas permite vislumbrar a gama na disponibilização de informações diferentes entre os anos. Por exemplo, no ano de 1799, praticamente todos os engenhos e partidos de cana foram recenseados com a produção de milho; já no ano seguinte, a cifra não chegou à metade das propriedades. É possível questionar-se se isso se deu em razão de as propriedades terem possivelmente abandonado a produção de milho; acredita-se, porém, que não. Hipotetiza-se, na verdade, que o critério do recenseador foi diferente (talvez outro sujeito) ou até mesmo que uma diferente postura tenha sido adotada pelos chefes dos fogos na disponibilização de informações. Apesar de a dimensão das safras de milho, feijão e arroz não terem sido sempre recenseadas, há o destaque para “planta mantimentos para seu gasto” em praticamente todos os engenhos – salvo raríssimas exceções. Em outras palavras, havia, sim, o cultivo de outros gêneros além do açúcar nos engenhos campineiros.

É importante destacar que nem mesmo a fabricação do principal gênero derivado do açúcar, a aguardente, foi descrita de forma homogênea ao longo das listas (quadro II.8). É muito provável que os engenhos fabricassem, sim, quantidades consideráveis de aguardente para consumo próprio e que o excedente, mesmo que pequeno, fosse comercializado. As informações mais constantes das listas advêm dos engenhos administrados que foram recenseados com frequentes produções de aguardente, milho, feijão e arroz (quadro II.8). Contudo, tais engenhos representaram um pequeno número de propriedades até 1807, o que poderia distorcer a afirmação. Ainda assim, a constância nas anotações advindas dos recenseamentos de engenhos pertencentes a absenteístas pode ser proveniente, por outro lado, de um maior cuidado com as informações, haja vista serem conduzidas por administradores. Esses engenhos figuravam, inclusive, entre os maiores produtores de mantimentos da vila, especialmente as propriedades do Brigadeiro Luís Antônio. As três maiores colheitas de milho de um engenho campineiro, entre 1798 e 1810, provêm da mesma propriedade do Brigadeiro: sob a administração de Alexandre Barbosa de Almeida (1801 e 1803) e de João de Barros Pedroso (1804), nos anos de 1801, 1803 e 1804, esse engenho apresentou safras de 42,3, 64,6 e 90,6 toneladas de milho, respectivamente⁷⁶². Por outro lado, mesmo que os partidistas de cana estivessem sendo recenseados com produção de mantimentos diversos, não apresentavam safras consideráveis de nenhum deles (gráfico II.12).

A soma dos mantimentos nas propriedades canavieiras, quando comparada ao total da produção desses gêneros em Campinas, explicita, primeiramente, o caráter diverso do uso das

⁷⁶² APESP, LNH, Campinas, 1801, 1803 e 1804.

terras dos engenhos (gráfico II.12), uma vez que, em todos os anos, ao menos algumas das propriedades canavieiras elencadas foram recenseadas com o cultivo de alimentos em seu fogo. Sendo assim, ainda que o papel das produções de feijão, arroz e milho advindos dos engenhos possam ser pequenos no cômputo total da vila, somam toneladas anualmente – especialmente feijão e milho. Inclusive, a produção de arroz da vila pareceu estar bastante atrelada às safras dos engenhos nos anos de 1801 e 1810, mesmo processo ocorreu com o feijão em 1799 e 1810. Já o milho foi o gênero que apresentou a maior estabilidade nas informações advindas dos mapas gerais de Campinas, as quais indicaram um crescimento constante em sua produção total e uma participação variável de engenhos e partidos no seu montante (gráfico II.12). Contudo, ainda que a participação fosse pequena – haja vista a grande produção da vila –, as propriedades açucareiras tiveram grandes safras de milho, como em 1810, que colheram 434 toneladas. Sendo esse último artigo o principal da economia de subsistência paulista (tendo em conta que alimentava a população e os animais), além de ser quase todo consumido na própria vila⁷⁶³, pode-se afirmar que tal produção foi o principal objetivo agrário dos engenhos após, claro, a manufatura do açúcar. Sendo assim, a presente pesquisa corrobora as afirmações de Roberto Guedes para Porto Feliz:

A produção de alimentos também foi estimulada pela expansão da lavoura açucareira. Milho, feijão, arroz, entre outros, eram cultivados por senhores de engenho, por plantadores de cana, por escravistas não produtores de açúcar e por unidades com emprego de mão-de-obra familiar.⁷⁶⁴

Como foi discutido, a maior parte das propriedades canavieiras de Campinas eram formadas por engenhos próprios, em que os chefes dos seus respectivos fogos também administravam o engenho. Apesar disso, não foi exclusivamente esse tipo propriedade a responsável pelos mantimentos entre as unidades açucareiras: apesar de estarem em menor número, a produção de subsistência nos engenhos de absenteístas aparece em destaque em boa parte dos anos. Tampouco se destacam os mantimentos entre os partidos de cana, que supostamente seriam unidades em que a cana-de-açúcar seria um negócio incerto – haja vista depender de outra unidade para beneficiamento do produto. Esse fenômeno ter se dado exclusivamente pela escassez de informações das listas nominativas é, pois, uma hipótese sobre a qual vale a pena se dedicar empreendimento analítico sistemático. Contudo, é possível conjecturar que tais propriedades, por serem comumente pequenas e não contarem com numerosas escravarias, ficavam restritas a pequenas produções de alimentos – especialmente enquanto trabalhavam na lavoura canavieira. Por fim, levanta-se a hipótese de que as

⁷⁶³ Tais informações podem ser encontradas no gráfico II.5, presente no início do capítulo 7.

⁷⁶⁴ GUEDES, 2008, p. 62.

propriedades açucareiras, apesar de terem sido recenseadas com produções de milho, feijão e arroz, ainda necessitavam acessar o mercado de produtos, especialmente o local.

Isso posto, o *boom* da economia açucareira em Campinas não parece ter abalado a economia de subsistência da vila. Ao contrário, ela acabou estimulando a economia para que pequenos agricultores pudessem montar ali suas roças e vender seus excedentes – o que não evitava, é claro, as disputas pela posse da terra. Tal qual Luna e Klein afirmam para São Paulo:

O crescimento da grande lavoura escravista e das exportações de açúcar originou a expansão do mercado local, uma urbanização crescente, a imigração para a capitania de trabalhos livres e escravos, o avanço da fronteira sobre novas terras virgens e a criação de uma infra-estrutura de transportes cada vez mais complexa⁷⁶⁵.

Sendo assim, o incentivo indireto à economia de subsistência ao redor dos engenhos atravessava complexos açucareiros na colônia, tendo em vista que Vera Ferlini também encontrou uma realidade parecida para a Bahia colonial. A autora traz à luz todo o conjunto de atividades que cercavam a existência de um engenho. Esse último, por sua vez, não seria, de forma alguma, uma ilha isolada no meio da colônia cubana, igualmente parece ter sido em Campinas. De maneira oposta, se torna, inclusive, um centro aglutinador de famílias:

Em torno dos engenhos proliferaram os partidos de cana, fixando os lavradores e sua escravaria. Outras atividades eram impulsionadas a partir da produção de açúcar: tabaco para o escambo de negros, pecuária para o provimento de tração e alimento, olarias produtoras de telhas, de formas, lenha para as fornalhas e madeira para as construções. O mundo colonial nordestino teve por eixo os engenhos, verdadeiras agências da colonização, no dizer de Eduardo d'Oliveira França, que condensavam a população, articulando, à moda de cidade, funções econômicas, militares, religiosas e administrativas⁷⁶⁶.

Não se pretende aqui esgotar o tema; pelo contrário, apenas amplificar a discussão sobre a autossuficiência das unidades açucareiras de São Paulo, em especial de Campinas durante a montagem de seu complexo canavieiro. À luz de García Rodríguez⁷⁶⁷ e das listas nominativas de habitantes, indica-se que os engenhos de Campinas não pareciam ser autossuficientes, especialmente se considerarmos as necessidades das conexões mercantis dos mais variados tipos para seu bom funcionamento – desde mantimentos e material para o engenho até mão de obra africana. É patente que nem mesmo poderíamos considerá-los autossuficientes em relação às demandas básicas de alimentação, o que não impedia tais unidades de cultivar gêneros de subsistência para diminuir os gastos com as eventuais despesas nas compras desses produtos. Por outro lado, alguns engenhos, como os pertencentes ao Brigadeiro Luís Antônio, poderiam até comercializar os resultados de suas safras de subsistência – em especial, o milho –,

⁷⁶⁵ LUNA; KLEIN, 2005, p. 58

⁷⁶⁶ FERLINI, 2003, p. 136.

⁷⁶⁷ GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007, p. 123-128.

especialmente tendo em conta que os engenhos de Campinas eram heterogêneos nessa primeira fase de instalação das unidades.

Por fim, analisando as transformações produtivas dos engenhos campineiros, presenciou-se uma gama de realidades diferentes, tamanhos distintos de propriedades e escravaria, e, à exceção dos partidos de cana, todos os engenhos eram, sim, autônomos, já que reproduziam internamente todo o ciclo da manufatura do açúcar. Dito isso, as propriedades canavieiras de Campinas eram múltiplas e diversas em sua forma de existir. O célere processo de montagem dos engenhos em Campinas não diminuiu, assim, a sua produção de subsistência; ao contrário, a potencializou – mesmo tipo de vínculo ressaltado por Bert Barickman para o Recôncavo Baiano⁷⁶⁸. Tanto os engenhos próprios, quanto os de absenteístas, bem como os partidos de cana e roceiros de Campinas, atuaram na produção de mantimentos; as propriedades açucareiras, assim, não foram espaços à sombra do mercado interno, mas, sim, eixos cruciais de sua transformação.

7.3 Do alvorecer ao crepúsculo: escravidão e expansão dos canaviais

As transformações na paisagem agrária de São Paulo guardam íntimas relações com o processo de escravização de indígenas e africanos. Ainda que não se possa afirmar que a maior parte dos domicílios paulistas possuíam cativos no decorrer do século XVIII, a estrutura da força de trabalho passou por diversas mudanças entre os séculos XVII e XIX⁷⁶⁹. Especialmente durante o XVII, o apresamento dos negros da terra⁷⁷⁰ e a utilização deles enquanto mão de obra cativa era frequente em terras paulistas⁷⁷¹. Segundo Luna e Klein:

A mudança para a mão de obra de escravos africanos foi a que levou mais tempo. Embora desde o princípio da colonização fossem encontrados alguns africanos na província, foi a população local de índios, como escravos ou como habitantes das povoações controladas pelos colonos brancos e mestiços, que constituiu a força de trabalho fundamental até o século XVIII tardio⁷⁷².

Foi durante o século XVIII, marcadamente após 1750, que decorreu o processo de transformação na demografia cativa da capitania, mudando sua base para os braços africanos.

⁷⁶⁸ BARICKMAN, 2003.

⁷⁶⁹ MARCÍLIO, 2000.

⁷⁷⁰ A expressão “negros da terra” ou “gentios da terra” eram recorrentemente utilizadas para se referir aos indígenas.

⁷⁷¹ MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. O trabalho do autor é fundamental para a compreensão do uso de mão de obra indígena na capitania de São Paulo. Ele alerta para o fato de que, por várias décadas do século XVIII, mesmo o aumento da oferta de mão de obra africana, essa última ainda era existente apenas para proprietários mais abastados.

⁷⁷² LUNA; KLEIN, 2005, p. 28.

Isso ocorreu, sobretudo, por três fatores: o primeiro foi devido ao decreto da Lei de Liberdade dos Índios, em 1758⁷⁷³; tal imposição foi promovida pela Coroa portuguesa, através da atuação de Marquês de Pombal, a fim de declarar o fim legal da escravidão de indígenas em sua colônia mais importante⁷⁷⁴; o segundo fenômeno foi o progressivo aumento na oferta de escravizados, possível graças ao aumento do tráfico no centro-sul – foi crucial, nesse sentido, o crescimento do porto do Rio de Janeiro no tráfico transatlântico de cativos durante o século XVIII, que apresentou uma entrada de cativos média anual de quase 10 mil desembarcados entre 1791 e 1800⁷⁷⁵, de modo que esse porto se transformou no principal ponto de chegada para os escravizados africanos que eram levados para Minas Gerais e São Paulo⁷⁷⁶; o terceiro fator, por fim, foi o enriquecimento de algumas camadas da sociedade paulista, especialmente aquelas ligadas à produção e à comercialização de mantimentos para as regiões mineradoras.

A entrada de cativos em Santos já era frequente na década de 1780; como evidenciou Mont Serrath, entre 1780 e 1786, passaram 1.679 escravizados pela alfândega santista, uma média 231 pessoas por ano – possivelmente vindos após o desembarque Rio de Janeiro⁷⁷⁷. Ainda que esse comércio seja, especialmente para a capitania paulista, de difícil rastreamento, foi durante o governo de Bernardo de Lorena que surgiram mais informações sobre um comércio direto entre Santos e África. Mont Serrath evidencia que, entre 1789 e 1795, ocorreram cinco viagens transatlânticas de cativos iniciadas em Santos. Já o banco de dados *Slave Voyages* traz à luz que, para toda a segunda metade do século XVIII, ocorreram apenas três viagens direcionadas ao porto santista, as quais estão distribuídas anualmente entre 1793 e 1795, com o

⁷⁷³ PORTELA, Bruna M. **Gentio da terra, Gentio da Guiné**: A transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas. Universidade do Paraná, Curitiba, 2014, p. 303-305. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p99b4jb>>. Acesso em: 13 de ago. de 2021; COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. É importante destacar que, já em 1680, existe a proibição na transformação de indígenas em escravizados. Contudo, os colonos buscaram várias maneiras de burlar tal decreto, como transformar os indígenas em “servos” ou “administrados”. Tal realidade foi alterada no governo pombalino, mas é factível supor que indígenas e seus descendentes fossem feitos de cativos em São Paulo, especialmente sob a alcunha de livres e pardos.

⁷⁷⁴ Stuart Schwartz afirma que, para a região do Paraná, houve um evidente processo de mudança na mão de obra cativa já na década de 1740, de modo que o autor encontrou um número significativo de batismos de africanos, cf.: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

⁷⁷⁵ FLORENTINO, 1997, p. 64-65.

⁷⁷⁶ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21072>>. Acesso em: 20 ago. de 2021. Somente entre os anos 1700 a 1750, teriam desembarcado cerca de 300 mil africanos nos portos do Rio de Janeiro. Já no quinquênio posterior, por volta de 500 mil novos escravizados. Por outro lado, Florentino estimou nessa última obra que houve uma quase estabilidade na entrada de escravizados no Rio de Janeiro entre 1790 e 1808, cf.: FLORENTINO, 1997, p. 51-59.

⁷⁷⁷ MONT-SERRATH, 2007, p. 127.

total de 1145 cativos desembarcados⁷⁷⁸. Ora, tal número é consideravelmente pequeno quando comparado ao tráfico para o Rio de Janeiro, mas há de se considerar que essas três viagens também partiram do porto de Santos e que, inegavelmente, parte dos cativos que chegavam ao Rio de Janeiro eram vendidos para a capitania paulista.

Durante o processo de expansão das fronteiras paulistas no século XVIII, o trabalho africano foi sendo progressivamente mais utilizado, conforme a economia local amadurecia e a elite em formação investia seus recursos em africanos e crioulos – ou seja, nascidos no Brasil⁷⁷⁹. Para o funcionamento de um engenho e a ampliação dos canaviais, é consenso entre os historiadores que a mão de obra utilizada foi, majoritariamente, formada por africanos e seus descendentes⁷⁸⁰. Tal realidade se deu nos mais diversos espaços de economia açucareira da América, como Cuba, Bahia, Pernambuco e até mesmo São Paulo⁷⁸¹. Sendo assim, mostram-se extremamente válidas as palavras de Antonil, ao escrever que os “escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho”⁷⁸².

Se, por um lado, é possível afirmar que os escravizados de origem africana foram fundamentais nos engenhos americanos, por outro, isso não significa dizer que o trabalho nas propriedades canavieiras era exclusivo dos cativos; havia papéis importantes a serem desempenhados pelos livres, como na administração da própria mão de obra, na criação e manutenção dos instrumentos e edifícios dos engenhos, e até mesmo o trabalho direto no campo em propriedades em que não havia escravizados⁷⁸³. Por outro lado, os historiadores têm

⁷⁷⁸ VOYAGES DATABASE, 2009. O banco de dados criou um código único para cada embarcação levantada, com o título de “Identidade da viagem”. Os códigos das três embarcações citadas são: 1) 48723; 2) 8472; 3) 40802. Outras 3 embarcações foram encontradas para o ano de 1805. Contudo, os dados dessas viagens são exatamente os mesmos da viagem cuja Identidade é 40802. Nesse sentido, argumenta-se que tais viagens são as mesmas e, por isso, considerou-se aqui apenas uma.

⁷⁷⁹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 28-32.

⁷⁸⁰ Petrone levanta a hipótese de que os indígenas poderiam, sim, estar sendo utilizados enquanto escravizados nos engenhos paulistas. Para isso, ela se utiliza de dois documentos datados de 1820 e 1829, respectivamente: o primeiro é um relato dos irmãos Andrada, José Bonifácio e Martim Francisco, os quais em viagem para a vila de Itu, teriam ficado sabendo de uma “expedição para compras índios caiapós nas margens do rio Paraná”; o segundo se refere ao documento do presidente da Província paulista, que sugere uma violência nas relações com os indígenas, que poderiam ser utilizados como mão de obra nos engenhos. As listas nominativas de habitantes de Campinas não evidenciaram em nenhum momento a existência de indígenas na região. É possível considerar, contudo, a hipótese de que alguns cativos descritos apenas enquanto ‘pardos’ tenham origem indígena. Esse tema ainda necessita de maiores aprofundamentos historiográficos.

⁷⁸¹ MORENO FRAGINALS, 1987; GARCÍA RODRÍGUEZ, 2007; BARICKMAN, 2003; PETRONE, 1968; LUNA; KLEIN, 2005; SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

⁷⁸² ANTONIL, 1837, p. 31.

⁷⁸³ FERLINI, 2003; SCHWARTZ, 2011 [1988]. De forma que será visto à frente, era também possível que lavradores sem cativos pudessem plantar cana-de-açúcar, posteriormente realizando a manufatura em engenhos e vizinhos. Não raro, em Campinas, foram recenseados partidistas de cana sem cativos e com baixíssima produção de açúcar. Cf. APESP, LNH, Campinas, 1798 e 1809.

evidenciado o quão dependente os complexos canavieiros americanos foram do trabalho escravizado, sendo esses sujeitos fundamentais para todo e qualquer aspecto do desenvolvimento da economia açucareira⁷⁸⁴. Em vista disso, o objetivo desse tópico é investigar as transformações no perfil demográfico da população cativa que trabalhava nas propriedades açucareira no período de montagem. O segundo, por sua vez, visa identificar a dinâmica da estrutura da posse de cativos e sua relação com a capacidade produtiva dos engenhos no período analisado.

Desde os primeiros recenseamentos de Campinas, durante a década de 1770, ainda enquanto freguesia da vila de Jundiaí, alguns fogos já contavam com a presença de cativos⁷⁸⁵. Cabe lembrar que as listas nominativas dessa década não permitem um vislumbre sobre tais escravarias, tendo em conta que o levantamento tinha outros objetivos e apenas anotava o número de pessoas sob essa condição para cada fogo. Já nas listas de 1798 em diante, os cativos foram recenseados com nome, idade e estado conjugal – ainda que a documentação seja múltipla, especialmente pelo recenseamento ter sido feito a várias mãos⁷⁸⁶. Ainda que a formação de Campinas, no século XVIII, tenha sido realizada, majoritariamente, através das mãos de livres em busca de terras para produzir mantimentos e reproduzir uma economia de subsistência, o papel de escravizados na vila não pode ser descartado: em 1778, entre os 448 habitantes da vila, 108 eram cativos (24,1%). Entretanto, na década de 1780, a população livre cresceu relativamente mais que a cativa: no ano de 1790, a freguesia contava com 1.138 moradores, dos quais 219 eram escravizados (19,2%)⁷⁸⁷.

O papel desempenhado pelos cativos na paisagem agrária de Campinas começou a se transformar durante a montagem do complexo açucareiro da vila. Conforme explicita a tabela II.6, ainda no início do desenvolvimento das propriedades canavieiras (1794); se, por um lado, o número de cativos cresceu consideravelmente em quatro anos quando comparado a 1790 (cerca de 41%), por outro, eles estavam, em sua maioria, alocados em ocupações fora do açúcar. Essa lógica rapidamente se inverteu, como pode ser visto quatro anos mais tarde, em 1798 (tabela II.6): os cativos advindos de propriedades açucareiras passaram a representar 82,8% dos escravizados de toda a vila. Nesse mesmo ano, todos os cativos somados – 787 indivíduos – já

⁷⁸⁴ Sobre Campinas, ver: ALFONSO, 2018; EISENBERG, 1989; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

⁷⁸⁵ PUPO, 1969, p. 31-32.

⁷⁸⁶ BACELLAR, 2015b.

⁷⁸⁷ Para os dados relativos ao número total de habitantes de Campinas foi utilizado, ver: TEIXEIRA, 2011, p. 40. Para os dados referentes ao número de cativos: APESP, LNH, Campinas, 1778 e 1790.

constituíam 27,5% da população residente em Campinas⁷⁸⁸, taxa que chegou a 58,6% em 1836, período auge da economia açucareira da vila⁷⁸⁹. Sendo assim, a população escravizada foi levada para Campinas com celeridade até então não vista ali, ocorrendo transformações sem precedentes na demografia campineira.

Tabela II.6 – Evolução do número de cativos em Campinas, 1794-1809

| Anos | 1794 | | 1798 | | 1800 | | 1803 | | 1805 | | 1807 | | 1809 | |
|------------------------------|------|-----|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| Indicadores | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % |
| Propriedades canavieiras | 105 | 34 | 652 | 82,8 | 804 | 77,1 | 831 | 75,2 | 919 | 72,4 | 1076 | 74,8 | 1351 | 76,6 |
| Propriedades não canavieiras | 204 | 66 | 135 | 17,2 | 239 | 22,9 | 274 | 24,8 | 351 | 27,6 | 362 | 25,2 | 412 | 23,4 |
| Total | 309 | 100 | 787 | 100 | 1.043 | 100 | 1.105 | 100 | 1.270 | 100 | 1.438 | 100 | 1.763 | 100 |

Fonte: AHU, *Mappa dos Engenhos de assucar...*, Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1800, 1803, 1805, 1807, 1809.

Observou-se, então, que população cativa se expandiu vertiginosamente durante a montagem do complexo açucareiro campineiro; transformação essa que foi promovida, majoritariamente, através do investimento de senhores de engenho – tendo em conta que, em todos os anos analisados, os partidistas de cana nunca tiveram grande soma de escravizados. Em comparação com a região do Oeste Paulista, que possuía 4.621 cativos no ano de 1799, a mão de obra cativa das propriedades açucareiras de Campinas já representava 17,4% desse montante no final do Oitocentos⁷⁹⁰. Ainda que os cativos voltados para o trabalho com cana-de-açúcar tenham se tornado a maioria entre o total de escravizados de Campinas após o ano de 1798 – fenômeno que não se reverteu até o fim do ciclo açucareiro⁷⁹¹ –, a tabela II.6 também traz à luz que o a posse de cativos cresceu constantemente não apenas entre propriedades açucareiras. Nesse sentido, Valter Martins reafirma que boa parte da historiografia dispensou pouca atenção para as regiões do país dedicadas aos mercados internos de abastecimento,

⁷⁸⁸ Para o total de moradores da vila de Campinas, ver: ALFONSO, 2018, p. 270. Felipe Alfonso gentilmente expôs os dados compilados sobre a população livre e liberta de Campinas no anexo 3 de sua pesquisa – de onde foram tirados os gerais aqui utilizados. Contudo, nessa mesma tabela, encontram-se invertidas as ordens das colunas e, por sua vez, as nomenclaturas das informações. A partir da comparação com os meus dados, onde está escrito “Livre e/ou Liberta”; deveria ser lido como “Total”, onde lê-se “Total” deveria ser “Escrava”; onde lê-se Escrava, deveria ser “Livre e/ou Liberta”.

⁷⁸⁹ NICOLETTE; ALFONSO, 2022, p. 125.

⁷⁹⁰ Foram utilizados os dados do ano de 1800 de Campinas para comparação com o ano de 1799 de todo o Oeste Paulista. Para os dados referentes a todo o Oeste, bem como outras regiões de São Paulo, ver: LUNA, KLEIN, 2005, p. 61. Sobre Campinas: APESP, LNH, Campinas, 1799.

⁷⁹¹ ALFONSO, 2018, p. 47-98.

tratando os pequenos agricultores e produtores como secundários e pertencentes a um universo econômico vazio e sem importância significativa⁷⁹². Martins argumenta que os pequenos agricultores não ficaram isolados do acesso ao tráfico de escravos e que acumularam capital durante o *boom* açucareiro, sendo que a posse de escravos teria sido “imprescindível para a obtenção de um nível mais significativo de acumulação, não só porque o escravo representava um acréscimo de trabalho produtivo, mas por serem, eles mesmos, prova de um capital acumulado”⁷⁹³. Isso revela, por sua vez, a complexidade da escravidão na vila, bem como pode vir a corroborar a expansão da economia de subsistência e sua interdependência com a economia açucareira⁷⁹⁴.

As transformações nas escravarias de Campinas também estiveram presentes ao analisar o sexo dos cativos. Como afirma a historiografia sobre o tráfico transatlântico, especialmente durante período de legalidade desse comércio, a maior parte dos africanos desembarcados em terras brasileira eram homens e jovens⁷⁹⁵. Conforme evidencia o gráfico II.13, até o início da década de 1790, houve um considerável equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravizados em Campinas, à medida que a razão de sexo dessa população foi de 99 no ano de 1790⁷⁹⁶ – não tendo sido superior antes disso em nenhum ano – a 120⁷⁹⁷. Tal realidade se alterou profundamente já em 1794, quando a razão de sexo da vila chegou a 134 e a relativa às propriedades canavieiras ao total de 148. Daí em diante, o número de escravizados homens e mulheres não foi sequer próximo do que havia sido, apresentando, assim, uma clara tendência de crescimento⁷⁹⁸. Em contraste, no ano de 1805, a vila açucareira de Porto Feliz possuía uma razão de sexo para os cativos de 163, menor que os 195 homens para cada mulher de Campinas. Além disso, era consideravelmente abaixo do que foi encontrado para essa população das propriedades açucareiras campineiras (248), evidenciando o papel crucial que a compra de cativos desempenhou na montagem de seus engenhos.

⁷⁹² MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos**: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: CMU/UNICAMP, 1996, p. 16.

⁷⁹³ MARTINS, 1996, p. 130.

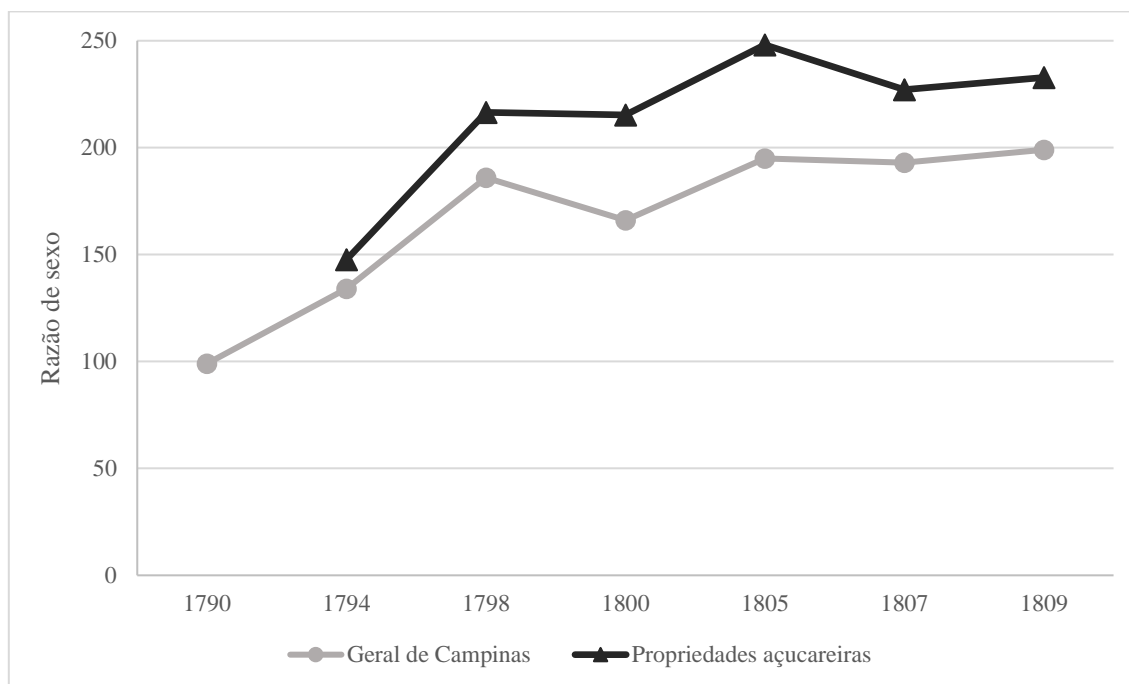
⁷⁹⁴ Como foi discutido anteriormente, esse era o grande vetor da economia campineira após o açúcar.

⁷⁹⁵ ALENCASTRO, 2000; KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, p. 129-149, 1987; FLORENTINO, 1997.

⁷⁹⁶ Conforme destaca Breno Moreno: “A razão de sexo é um indicador demográfico definido como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres. Para calculá-la, basta dividir o número de homens pelo de mulheres, multiplicando-se, em seguida, por 100. O equilíbrio sexual absoluto de uma dada população ocorre quando o resultado se iguala a 100”. Cf.: MORENO, 2022, p. 195.

⁷⁹⁷ NICOLETTE; ALFONSO, 2018a.

⁷⁹⁸ Para o período posterior a 1809, ver: NICOLETTE; ALFONSO, 2018a, p. 2103.

Gráfico II.13 – Evolução da razão de sexo entre cativos (Campinas, 1794-1809)

Fonte: AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1790, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1800, 1803, 1805, 1807, 1809.

Percebeu-se uma estreita instabilidade na razão de sexo dos cativos referentes às propriedades canavieiras nos anos de 1807 e 1809 (gráfico II.13), ainda que o total de escravizados tenha aumentado no mesmo período (tabela II.6). A hipótese para tal fenômeno é que os proprietários, especialmente os donos de engenhos, buscaram trazer um certo equilíbrio entre homens e mulheres para suas senzalas, tendo em conta a enorme disparidade apresentada em 1805, cuja razão de sexo foi de 248 (gráfico II.13)⁷⁹⁹. Assim, para a concretude da montagem do parque açucareiro de Campinas, fez-se necessária a compra acelerada de cativos por aqueles senhores interessados no empreendimento canavieiro, especialmente por mão de obra masculina e jovem, o que acirrou o tamanho do desequilíbrio nas senzalas.

As listas nominativas de Campinas, no período analisado, não dispõem corriqueiramente das informações acerca das origens dos cativos. A exceção é o ano de 1801,

⁷⁹⁹ Ainda que não seja o objetivo do presente tópico, vale ressaltar que o desequilíbrio nas escravarias foi bastante discutido pela historiografia, especialmente por historiadores que se debruçaram sobre as estratégias senhoriais para a administração das escravarias e também sobre a resistência dos cativos ao poder senhorial – formando famílias cativas. Ver: SLENES, 1999; FLORENTINO, Manolo. GÓES, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; GUEDES, 2008; MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Anablume; Fapesp, 1999.

no qual foi possível analisar as origens da mão de obra nas propriedades açucareiras. A tabela II.7 foi criada a fim de representar o papel do tráfico transatlântico de cativos na composição das escravarias do açúcar, através de três faixas etárias distintas. Antes, vale a observação sobre a análise etária da força de trabalho, haja vista que o recorte de idade estabelecido para cada faixa não é um consenso entre historiadores⁸⁰⁰. Isso se deve à dificuldade de estabelecer a “idade ideal” ou ainda a “idade produtiva” de um cativo, além das diferenças individuais entre eles; é necessário pensar na relação com a própria realidade agrícola: assumindo-se que a “idade ideal” reflete os melhores anos para o aproveitamento no trabalho agrícola de um indivíduo, cabe o questionamento de se ela seria a mesma para os engenhos e para fazendas de café; ou ainda, se seria a mesma para distintos pontos do processo; isto é, séculos XVI e XIX, por exemplo.

Não obstante tais questionamentos, foram escolhidas as seguintes faixas (tabela II.7):

- i. a primeira, formada por crianças e jovens, aglutina indivíduos até 14 anos de idade. Esse primeiro grupo é formado por sujeitos que até poderiam ter ocupações nos engenhos, em atividades secundárias, mas não integrados nos trabalhos preponderantes de um engenho;
- ii. a segunda é formada por adultos, com idade entre 15 e 49 anos. Esses, por sua vez, formavam o corpo primordial nas escravarias dos engenhos, os quais deveriam ser os responsáveis pelas principais tarefas;
- iii. a terceira acomoda os cativos acima dos 50 anos, considerados idosos. Esses, por sua vez, também tinham funções nos engenhos, inclusive nas colheitas, mas que, devido à idade, poderiam apresentar uma produtividade menor quando comparada aos mais jovens.

Deve-se ressaltar, por fim, que as idades dos indivíduos devem ser analisadas de forma conjunta e serial, com olhar atento para os movimentos no tempo, uma vez que as documentações da época apresentam uma série de inconstâncias nesse sentido. As idades nas listas nominativas de habitantes, por exemplo, apresentam inconsistências quando vistas ano a ano, não sendo raro encontrar um sujeito com 30 anos em uma lista e, no ano seguinte, ter sido recenseado com 35 anos⁸⁰¹. Isso se deve a uma série de fatores, entre eles a origem

⁸⁰⁰ Stuart Schwartz estabelece a faixa dos adultos entre 14 e 50 anos. Góes e Florentino, em trabalho conjunto, por sua vez, estabeleceram os adultos enquanto sujeitos entre 15 e 40 anos. Um terceiro recorte foi estabelecido por Luna e Klein, que indicaram o recorte entre 15 e 64 anos. Por fim, Barickman e Guedes realizaram suas análises considerando adultos enquanto escravizados entre 15 e 45 anos. No que pese as diferenças entre o estabelecimento da idade produtiva de um escravizado, é a análise das trajetórias entre as faixas que se torna relevante, o que não impede a comparação entre as pesquisas dos historiadores. Cf.: SCHWARTZ, 2011 [1988]. GÓES; FLORENTINO, 1997; LUNA; KLEIN, 2005; BARICKMAN, 2003; GUEDES, 2008.

⁸⁰¹ BACELLAR, 2013.

declaratória do documento, a falta de interesse e conhecimento sobre a sua idade e também o costume de declarar a idade em finais 0 e 5⁸⁰².

Tabela II.7 – Distribuição de cativos homens e mulheres entre crioulos e africanos de propriedades canavieiras (Campinas, 1801)

| Atributos | Crioulos | | | | Africanos | | | |
|--------------------|------------------|------|----------|------|-----------|------|----------|------|
| | Homens | | Mulheres | | Homens | | Mulheres | |
| Idade | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 0-14 | 64 | 51,6 | 45 | 44,6 | 27 | 7,1 | 8 | 7,4 |
| 15-49 | 52 | 41,9 | 50 | 49,5 | 332 | 87,8 | 96 | 88,9 |
| Acima de 50 | 8 | 6,5 | 6 | 5,9 | 19 | 5,1 | 4 | 3,7 |
| Total | 124 ^a | 100 | 101 | 100 | 378 | 100 | 108 | 100 |

Nota:

a. Um cativo crioulo não foi contabilizado pois não consta sua idade na LNH.

b. Foram recenseados 79 cativos sem origem definida e dois em que a informação se encontra ilegível.

c. Existem dois africanos cujo nome não foi possível transcrever, devido à qualidade da documentação, impossibilitando definir o sexo.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1801.

A partir da tabela II.7, podem ser destacadas três características na posse de cativos em propriedades açucareiras de Campinas. A primeira é que os escravizados alocados em propriedades canavieiras são naturais, majoritariamente, da África – isso porque, do total de 714 indivíduos, 68,6% (490) eram africanos. A segunda se relaciona ao número de cativos homens e mulheres, haja vista que, entre os africanos, existia uma grande disparidade total entre os sexos, diferentemente dos crioulos. Isso pode sugerir uma escolha desses senhores pela compra de africanos homens para o trabalho nos canaviais. Por fim, a terceira característica está relacionada ao número de escravizados adultos, isso porque essa faixa entre crioulos não chegou sequer a 50% da população, enquanto a de africanos beirou os 90%. A taxa de crianças dos crioulos era, obviamente, consideravelmente mais alta que a de africanos, devido ao tráfico que priorizava cativos adultos, bem como os recém-nascidos na vila (cativos com até 5 anos representavam 26% do total de crianças crioulas). Ainda assim, os crioulos também

⁸⁰² Em estudo que visou a compreender o perfil demográfico da população na cidade de Itu no ano de 1836, evidenciei que, apesar existir em todas as camadas da população, a atração pelas idades terminadas em 0 e 5 foi encontrada em maior número para aqueles recenseados enquanto pardos e, especialmente, pretos. Isso se deve, possivelmente, porque idades eram mal conhecidas, especialmente entre os escravizados – que representavam 95,8% da população declarada preta. Cf.: NICOLETTE, Carlos E. A vila de Itu sob o olhar da Demografia Histórica: Lista Nominativa de Habitantes de 1836. **Ensaio de História (Franca)**, v. XVIII, p. 111-141, 2013-2017. p. 127-130. Disponível em: <<http://ensaiosdehistoria.com.br/index.php/revista/article/view/300>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

apresentaram uma taxa de idosos mais alta quando comparada aos africanos, o que pode mostrar que a compra desses últimos era mais recente. Nesse momento, então, a escravidão para a realização do açúcar parece ter se reproduzido através da compra, especialmente, de africanos.

Como afirmaram Francisco Luna e Herbert Klein, a capitania de São Paulo possuía principalmente cativos crioulos no século XVIII, à medida que os fazendeiros tinham dificuldade no acesso a africanos⁸⁰³. Se essa era também a realidade de Campinas antes do *boom* do preço do açúcar na década de 1790, a montagem do complexo açucareiro campineiro demandou a entrada de africanos homens, especialmente entre 15 e 49 anos, sendo trazidos para a exploração em terras campineiras, principalmente, africanos. A reprodução de tais escravarias fez-se, então, através do contínuo tráfico de pessoas; reiterando as palavras de Petrone, “[de] maneira geral, pode-se que nos engenhos paulistas predominaram os escravos africanos, sendo os crioulos, os nascidos na terra em número menor, constituídos por crianças e jovens”⁸⁰⁴.

Além da naturalidade dos cativos, é fundamental observar serialmente as transformações nas idades de tais sujeitos. Entre os anos de 1794 e 1809, a média de idade dos cativos caiu em quase 3 anos, conforme evidencia a tabela II.8. Esse fenômeno indica a mudança no perfil das escravarias: rapidamente se tornando mais jovens. Tal queda na média foi acompanhada também pela mediana, que esteve levemente abaixo da média após 1798, provavelmente devido a alguns sujeitos consideravelmente mais velhos que elevaram a média. Durante a montagem do complexo açucareiro, a quantidade de cativos alocados no açúcar não apenas cresceu mais de 10 vezes no período, mas o quadro etário também se transformou: a concentração de cativos adultos chegou a representar 75,9% do total no ano de 1809.

**Tabela II.8 – Idade Média e Mediana entre cativos de propriedades açucareiras
(Campinas, 1794-1809)**

| Ano | 1794 | 1798 | 1805 | 1809 |
|---------|------|------|------|------|
| Média | 25,9 | 23,5 | 23,1 | 23 |
| Mediana | 27 | 21 | 23 | 22 |

a. A lista nominativa de 1805 conta com dois cativos com a idade ilegível.

Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1794; APESP, LNH, Campina, 1798, 1805, 1809.

⁸⁰³ LUNA; KLEIN, 2005, p. 39-45.

⁸⁰⁴ PETRONE, 1968, p. 115.

Conforme explicita a tabela II.9, a despeito do crescimento no total de cativos, o índice de adultos se manteve estável entre 1794 e 1805, período em que não só foram instalados novos engenhos, como também muitos aumentaram sua capacidade produtiva. Já no final da década, em 1809, houve um aumento total e relativo no número de cativos de propriedades açucareiras na faixa que representa os adultos em idade produtiva (15 a 49 anos), ainda que tenha havido um aumento no total de jovens (0 a 14 anos) e idosos (acima dos 50 anos). A hipótese é de que tal fenômeno apenas ocorreu porque os donos de engenhos e de partidos de cana estavam no processo de adquirir novos cativos jovens, tendo em conta que seria natural o envelhecimento das escravarias, bem como porque o número de crianças que poderiam chegar nessa faixa ou mesmo recém-nascidos não eram suficientes para modificar o quadro etário dessa maneira⁸⁰⁵.

Tabela II.9 – Distribuição de cativos de propriedades açucareiras segundo faixas de idade (Campinas, 1794-1809)

| Anos | 1794 | | 1798 | | 1805 | | 1809 | |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Faixas | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 0-14 | 24 | 22,2 | 167 | 25,6 | 250 | 27,3 | 276 | 20,4 |
| 15-49 | 75 | 69,4 | 445 | 68,1 | 631 | 68,8 | 1026 | 75,9 |
| Acima dos 50 | 9 | 8,3 | 41 | 6,3 | 36 | 3,9 | 49 | 3,6 |
| Total | 108 | 100 | 653 | 100 | 917 | 100 | 1351 | 100 |

Nota:

a. Foram encontrados dois cativos no ano de 1805 cuja idade estava ilegível.

b. Em 1798, foi encontrado um partido de cana sem nenhum cativo. Mesmo caso ocorreu com dois partidistas em 1805.

Fonte: AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805, 1809.

⁸⁰⁵ A continuidade de escravizados nas senzalas anos a fio foi estudada, especialmente pela historiografia que visa a compreender a formação das famílias cativas. Ou seja, o foco dos historiadores tem sido voltado às relações familiares e de resistência dos sujeitos nas escravarias. Tal fenômeno, assim, ainda carece de análises seriais a fim de conferir hipóteses sobre o envelhecimento nas escravarias e em relação à utilização dos mesmos indivíduos a médio e longo prazo. Para dois exemplos que procuraram realizar análises preliminares sobre a continuidade nas escravarias paulistas, ver: BACELLAR, Carlos de A. P.; SCOTT, Ana Silva Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sergio O.; MARCÍLIO, Maria L.; BALHANA, Altiva P. (Orgs.). **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 213-217; NICOLETTE, Carlos E. Escravidão na marcha para o oeste paulista: continuidade e ruptura na composição das senzalas de Campinas, 1790–1810. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 5, n. 9, p. 229–252, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11525>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Durante o processo de montagem do parque açucareiro campineiro, as propriedades iniciavam e se desenvolviam de forma bastante heterogênea no que se refere à mão de obra. Foi possível observar distintas trajetórias de senhores de engenho e partidistas de cana no quesito posse de escravizados entre 1794 e 1798. Foi possível identificar, por exemplo, escravistas que, ao passar de alguns anos desde a montagem de sua propriedade, acabaram por manter sua escravaria em quantidade próxima à inicial, com pequenas variações para mais ou menos; foi o caso de Rafael Antunes de Campos, que iniciou sua propriedade açucareira com 8 cativos em 1798, atingindo o ápice de sua senzala em 1807, com o total de 13 cativos. Outros, como o Tenente Francisco de Paula Camargo, que estava sob a posse de 9 cativos em 1794, apresentam um crescimento vertiginoso em suas senzalas: em 1798, Camargo já estava sob a posse de 21 cativos, aumentando posteriormente a posse para 34 deles. Por fim, trajetória importante no período foi aquela referente a proprietários que apareciam na vila já sob a posse de grande quantidade de escravizados e, por vezes, ainda aumentam suas escravarias. No período analisado, as duas maiores escravarias em engenhos novos eram pertencentes aos negociantes de grosso trato que já investiam em Campinas: Brigadeiro Luís Antônio e Coronel Francisco Pinto Ferraz. As propriedades, ambas recenseadas pela primeira vez em 1809, surgem com 43 cativos e com a maior parte dos cativos, bem como figuram entre as maiorias das senzalas daquele ano.

A fim de compreender essa distribuição das escravarias nas propriedades açucareiras, é interessante classificá-las em faixas de tamanho de posse (FTP) que as dividissem em grupos minimamente homogêneos. A historiografia sobre a posse de cativos nas *plantations*, contudo, apresenta uma série de classificações diferentes, não havendo um consenso sobre o tema – seja qual for o gênero agrícola. Nesse sentido, adotou-se o modelo proposto por Ricardo Salles, criado a fim de investigar a estrutura de posse cativa em Vassouras, Rio de Janeiro⁸⁰⁶. Ainda que o autor tenha desenvolvido tais faixas a fim de compreender a realidade cafeeira do Oitocentos, a economia de Vassouras estava baseada em cenário não tão distante de Campinas; ora, Salles destaca que Vassouras possuía um intenso emprego da mão de obra cativa (africana), assim como apresentava uma extensiva exploração do solo e tinha a produção, em larga escala, de um gênero voltado para o mercado internacional – café. Tal realidade se assemelha ao quadro produtivo que Campinas desenvolveu no alvorecer do XIX sob a égide da economia açucareira, mas que se aproxima ainda mais no decorrer da década de 1840 e na virada para a segunda

⁸⁰⁶ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

metade do Oitocentos – quando sua economia se volta ao café⁸⁰⁷. Sendo assim, o autor organizou e nomeou as faixas de tamanho de posse (FTP) da seguinte maneira: 1. Miniproprietário: posse de quatro ou menos cativos; 2. Pequeno Proprietário: posse de cinco a 19 cativos; 3. Médio Proprietário, posse de 20 a 49 cativos; 4. Grande Proprietário, posse de 50 a 99 cativos; e 5. Megaproprietário, posse de 100 ou mais cativos⁸⁰⁸.

A análise proposta ao longo da presente pesquisa leva em conta as trajetórias das propriedades açucareiras a partir das listas nominativas de habitantes de Campinas; faz-se fundamental, então, a divisão das FTP por propriedades – e não por proprietários. No período analisado, caso fossem analisados os proprietários, as mudanças seriam mínimas entre as faixas, haja vista que apenas dois proprietários apresentaram mais de um engenho até 1810: os irmãos Sousa Queirós, Brigadeiro Luís Antônio e Coronel Francisco Antônio, com a posse de três e dois engenhos, respectivamente⁸⁰⁹. Dito isso, em quase todos os casos, investigar as FTP por propriedade em Campinas acaba por se discutir a realidade das faixas por proprietário. Conforme percebe-se no quadro II.9, a realidade da posse de escravizados nas unidades canavieiras de Campinas era bastante múltipla. Nesse momento de montagem do complexo açucareiro, a única faixa de posse que não apresentou nenhuma propriedade foi a mega, referente àqueles com o domínio de mais de 100 cativos. O único proprietário que poderia mudar de faixa de posse para mega era, justamente, o Brigadeiro – o qual possuía 138 escravizados em seus três engenhos, em 1809⁸¹⁰.

O processo de instalação de engenhos em Campinas, à luz do quadro II.9, não foi notoriamente estabelecido, de início, por unidades consideradas grandes proprietárias de cativos, tendo em conta que, nos anos selecionados, apenas cinco unidades produtivas diferentes estiveram nessas faixas em algum momento. Todas elas pertencentes aos senhores de engenho seguintes: Antônio Ferraz de Campos, nos anos de 1798 e 1805; Floriano de Camargo Penteado, em 1805; Inácio Ferreira de Sá, em 1805 e 1809; Felipe Neri, em 1809; Brigadeiro Luís Antônio, em 1809⁸¹¹. Porém, tais sujeitos formaram um grupo que ampliou suas propriedades durante o período de montagem do complexo açucareiro, realizando o salto para a faixa de grandes propriedades, já que nenhum deles montou seu engenho com mais de

⁸⁰⁷ ALFONSO, 2018, p. 99-128.

⁸⁰⁸ SALLES, 2008, p. 155-157. Vale lembrar que tais FTP já foram utilizadas anteriormente para investigar a estrutura escravista em Campinas, cf.: ALFONSO, 2018; NICOLETTE; ALFONSO, 2018.

⁸⁰⁹ APESP, LNH, Campinas, 1798-1810.

⁸¹⁰ APESP, LNH, Campinas, 1809.

⁸¹¹ APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805, 1809. A propriedade de Antônio Ferraz de Campos está chefiada, em 1805, por seu filho João Ferraz de Campos, haja vista o seu recente falecimento – como destaca a própria lista nominativa daquele ano.

50 escravizados. Esses cinco senhores de engenho estiveram presentes em um patamar na posse de escravizados difícil de ser alcançada no período.

**Quadro II.9 – Distribuição de propriedades açucareiras e escravizados por FTP
(Campinas, 1794-1809)**

| Ano | | 1794 | | | | 1798 | | | | |
|--------------|--------------|------------|------------|------------|-------------|--------------|------------|--------------|------------|-------------|
| Indicadores | Propriedades | | Cativos | | Média | Propriedades | | Cativos | | Média |
| FTP | Nº | % | Nº | % | Nº | Nº | % | Nº | % | Nº |
| Mini | 3 | 37,5 | 12 | 11,1 | 4 | 10 | 19,2 | 30 | 4,6 | 3 |
| Pequenas | 3 | 37,5 | 25 | 23,1 | 8,3 | 32 | 61,5 | 324 | 49,6 | 10,1 |
| Médias | 2 | 25 | 71 | 65,7 | 35,5 | 9 | 17,3 | 246 | 37,7 | 27,3 |
| Grandes | - | - | - | - | | 1 | 1,9 | 53 | 8,1 | * |
| Mega | - | - | - | - | | - | - | - | - | - |
| Total | 8 | 100 | 108 | 100 | 13,5 | 52 | 100 | 653 | 100 | 12,5 |
| Ano | | 1805 | | | | 1809 | | | | |
| Indicadores | Propriedades | | Cativos | | Média | Propriedades | | Cativos | | Média |
| FTP | Nº | % | Nº | % | Nº | Nº | % | Nº | % | Nº |
| Mini | 11 | 21,5 | 32 | 3,5 | 2,9 | 6 | 8,8 | 11 | 0,8 | 1,9 |
| Pequenas | 22 | 43,2 | 269 | 29,3 | 12,2 | 34 | 50 | 368 | 27,3 | 10,8 |
| Médias | 15 | 29,4 | 457 | 49,7 | 30,4 | 25 | 36,8 | 797 | 59,1 | 31,9 |
| Grandes | 3 | 5,9 | 161 | 17,5 | 53,6 | 3 | 4,4 | 173 | 12,8 | 57,6 |
| Mega | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 51 | 100 | 919 | 100 | 18 | 68 | 100 | 1.349 | 100 | 19,8 |

Nota:

a. Ao longo das listas, foram encontrados partidos de cana que não apresentaram posse de cativos. Entre os anos aqui selecionados, apenas 1798 contava com dois partidos sem escravizados.

Fonte: AHU, Mappa dos Engenhos de assucar..., Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805, 1809.

Ainda que a historiografia aponte para uma escravidão brasileira bastante difundida entre a população e dispersa em pequenas e médias posses, em regiões em que a economia se voltava à produção de café e/ou açúcar, a lógica se invertia: a posse de escravizados apresentava a tendência em se concentrar, fazendo com que poucos indivíduos possuíssem muitos cativos ao passo que o negócio se expandia⁸¹². Ao observar média total de cativos (quadro II.9), fica patente a concentração na posse que ocorria nas propriedades açucareiras campineiras; ainda

⁸¹² LUNA; KLEIN, 2005; BARICKMAN, 2003; FLORENTINO, 1997.

que essa média oscile para baixo entre 1794 e 1798, 14 e 13 cativos por propriedade, respectivamente, logo tal média salta para 18 cativos por unidade em 1805 e chega ao patamar de 20, em 1809 (quadro II.9). Fenômeno similar foi encontrado por Roberto Guedes para a vila vizinha de Porto Feliz, que possuía economia majoritariamente açucareira:

No conjunto, até 1815, médios e pequenos senhores não eram menos de 85% dos proprietários e possuíam mais da metade da escravaria, chegando a reter 68,7% no primeiro ano da amostragem. A partir de 1818, os cativos passam a viver majoritariamente nas grandes escravarias. Portanto, ao mesmo tempo que os senhores de até 20 cativos assistiram à redução de seu peso, em assiduidade e em posse de escravos, o oposto ocorreu entre os grandes. Isso significa que a concentração da propriedade escrava se exacerbou durante o desenvolvimento do sistema agrário da primeira metade do século XIX⁸¹³.

Devido ao processo de montagem dos engenhos ainda se encontrar em processo inicial em Campinas, a posse de cativos dos proprietários ligados ao açúcar estava distante da realidade de espaços agrícolas mais maduros, como o Recôncavo Baiano. Em Santiago do Iguape, por exemplo, a média da posse por engenho chegava a 122 cativos⁸¹⁴, já em Campinas, a maior média foi encontrada em 1809, com 19,8 cativos por propriedade canavieira⁸¹⁵. Não à toa, em todos os anos selecionados, as propriedades açucareiras da vila estavam mais representadas na faixa de pequenas propriedades, com a posse de 5 a 19 cativos. As pequenas propriedades, contudo, controlaram a maior parte dos cativos apenas em 1798; já nos outros momentos, foram as propriedades médias que concentraram em si a maior parte da mão de obra, chegando a controlar 59,1% dos cativos do açúcar em 1809 (quadro II.9).

Ainda que as propriedades açucareiras de Campinas estivessem, em sua maioria, nas faixas de pequenas e médias em relação à posse de cativos, é inegável a paulatina concentração de escravizados nas faixas superior no avançar dos anos, indicando o crescimento dos engenhos (quadro II.9). As propriedades cuja escravaria estava na faixa média, ainda que cresçam entre 1794 e 1798⁸¹⁶, passaram a década de 1800 controlando um total oscilante de cativos, se tornando cada vez menos representativas no cômputo geral das unidades açucareiras. Outro indício de concentração da posse é que se não havia nenhuma unidade produtiva na FTP de grandes donos de cativos (posse de 50 a 99 escravizados) em 1794; 11 anos depois, os 3 engenhos dessa faixa (5,9% do total de propriedades) controlavam 17,5% do total de escravizados. Tal relação de controle da escravaria diminuiu em 1809 para

⁸¹³ GUEDES, 2008, p. 133.

⁸¹⁴ BARICKMAN, 2003, p. 242.

⁸¹⁵ APESP, LNH, Campinas, 1809. Casos sejam retirados os partidos de cana do cálculo, a média sobe para 22 cativos por propriedade.

⁸¹⁶ Os dados de 1794, ainda que relevantes para a compreensão do início da montagem do complexo açucareiro campineiro, devem ser analisados com cuidado. Essas oscilações, quando comparadas a 1798, se devem também à pequena quantidade de engenhos, o que pode gerar distorções nos cálculos.

12,8%, mas não devido ao decréscimo no número total de escravizados, que havia aumentado para 173, e sim especialmente porque a faixa dos médios (posse de 20 a 49 escravizados) passou a controlar 59,1% dos cativos da vila em 1809 (quadro II.9).

O acesso à mão de obra escravizada nas unidades produtivas açucareiras foi, sem dúvida, indispensável no processo de transformação da economia açucareira. Como foi discutido, a montagem do complexo açucareiro está diretamente atrelada ao mercado de escravizados em direção à vila. Era crucial o aumento na força de trabalho para o desenvolvimento de um engenho, que, em época de safra, poderia funcionar, ininterruptamente, 24 horas por dia. Além disso, Stuart Schwartz argumenta que a produção açucareira do Brasil seria “particularmente adequada à escravidão, pois entre o ciclo de moagem e o período de plantio praticamente não havia “tempo morto” e os escravos podiam ser empregados em algum aspecto da fabricação de açúcar quase continuamente”⁸¹⁷.

Se a posse de cativos, na sociedade colonial, era também um aspecto de distinção social, a escravidão dentro de um engenho se tornou aspecto fundamental de sua própria existência, tendo em conta que o trabalho cativo foi a base para a produção do açúcar. Moreno Friginals, ao relatar as palavras de Arango, um grande senhor de engenho e político cubano, afirma que “quando, em 1791, *La Gaceta* publicou as extraordinárias cifras de produção naquela colônia francesa, Arango não temeu afirmar que, se financiassem escravos em quantidades necessárias, em três anos, Cuba duplicaria aqueles números”⁸¹⁸. Para plantar, colher e manufaturar quantidades cada vez maiores de cana-de-açúcar, eram necessários, evidentemente, mais escravizados e assim o fizeram os senhores de Campinas. Portanto, torna-se fundamental refletir sobre a relação direta entre produção e mão de obra cativa.

O quadro II.10 traz à luz o contraste entre o quadro produtivo de açúcar de Campinas e os cativos em idade produtiva por FTP. Sobre a produção, destacam-se as médias propriedades (posse de 19 a 49 cativos), que, à exceção do ano de 1798, foram responsáveis pela maior soma de açúcar da vila. Ao contrário do que se convém pensar, em nenhum desses anos, as médias propriedades foram as responsáveis pela maior quantidade de unidades açucareiras na vila. Contudo, nos anos de 1794, 1805 e 1810, foram elas as maiores responsáveis pelo controle de mão de obra cativa em idade produtiva na vila. Evidentemente, a existência de um total considerável de médios proprietários possibilita que o total produtivo seja relevante. Em 1798,

⁸¹⁷ SCHWARTZ, 2005, p. 98. Tradução livre de: “It also made sugar production in Brazil particularly well-suited to slavery since between the milling cycle and the planting period there was virtually no «dead time» and slaves could be employed in some aspect of sugar-making almost continually”.

⁸¹⁸ MORENO FRAGINALS, 1987, p. 75.

por seu turno, foram justamente os pequenos proprietários que possuíam o maior número de cativos em idade produtiva, bem como a maior soma total de açúcar. Ora, percebe-se, assim, uma correlação entre o controle de cativos e a capacidade produtiva dos engenhos.

Se o total de cativos por FTP indica também maiores produções de açúcar, sua média por propriedade também traz à luz a relação direta existente entre a capacidade de formar grandes escravarias e a produção média das unidades canavieiras. Ao observar a quantidade média de açúcar por FTP através dos anos (quadro II.10), é perceptível que a diferença no tamanho da posse não só reflete a produção daquela faixa ao longo dos anos, como também reflete sobre uma diferença produtiva entre cada FTP com a faixa seguinte. Por exemplo, em 1798, enquanto as minipropriedades (posses de 1 a 4 cativos) apresentaram uma produção média de 2,1 toneladas, na FTP seguinte, de pequenas propriedades, a média foi de 4 t (91% superior) e, entre os médios, alcançou a marca de 10,3 t (257% acima). Esse fenômeno pode ser observado em todos os anos analisados, bem como em todas as FTP dispostas. Não se deve, é claro, reduzir a importância do acesso à terra e à água para analisar a capacidade produtiva de cada unidade canavieira, mas de pouco adiantaria um engenho com terras abundantes e poucos escravizados para cultivá-las. Um senhor de engenho que tenha tido capital ou acesso a empréstimos para financiar um engenho e grande quantidade de cativos possivelmente já tinha acesso a porção de terras que lhe seriam necessárias para exploração da cana. Assim, o grande diferencial no tocante à produção parece ter sido, de fato, a capacidade de adquirir e manter escravarias cada vez maiores.

O controle da mão de obra cativa também pode ser comparado quanto à proporção de sujeitos em idade produtiva entre as próprias FTPs. Percebe-se, assim, que as taxas de cativos com idades entre 15 e 49 anos (quadro II.10), quando contrastado com o geral de cativos (quadro II.9), são bastante similares, o que não indica grandes diferenças entre as FTPs nesse quesito. Em 1809, pequenas propriedades possuíam 27,3% do total de cativos e controlavam 25,5% daqueles em idade produtiva. Outro exemplo foram as médias propriedades, que controlavam 59,1% do total de escravizados e 61,8% destes em idade produtiva – realidade similar em todas as FTPs.

Quadro II.10 – Produção de açúcar e cativos em idade produtiva em propriedades canavieiras (Campinas, 1794-1809)

| 1794 | | | | | | | |
|--------------|-----------------------|------------|---|------------|--------------------------|------------|---------------------------------------|
| FTP | Total de propriedades | % | Cativos em idade produtiva ^b | % | Total de açúcar (em ton) | % | Média de açúcar (em ton) ^c |
| Mini | 3 | 37,5 | 7 | 9,0 | 3 | 8,7 | 1,0 |
| Pequenas | 3 | 37,5 | 18 | 23,1 | 14,4 | 42,0 | 4,8 |
| Médias | 2 | 25,0 | 53 | 67,9 | 16,9 | 49,3 | 8,5 |
| Grandes | - | - | - | - | - | - | - |
| Mega | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 8 | 100 | 78 | 100 | 34,3 | 100 | 4,3 |
| 1798 | | | | | | | |
| FTP | Total de propriedades | % | Cativos em idade produtiva | % | Total de açúcar (em ton) | % | Média de açúcar (em ton) |
| Mini | 7 | 16,7 | 9 | 2,4 | 15,0 | 6,7 | 2,1 |
| Pequenas | 26 | 61,9 | 179 | 47,4 | 102,7 | 46,1 | 4,0 |
| Médias | 8 | 19,0 | 155 | 41,0 | 82,5 | 37,1 | 10,3 |
| Grandes | 1 | 2,4 | 35 | 9,3 | 22,4 | 10,1 | - |
| Mega | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 42 | 100 | 378 | 100 | 222,6 | 100 | 5,3 |
| 1805 | | | | | | | |
| FTP | Total de propriedades | % | Cativos em idade produtiva | % | Total de açúcar (em ton) | % | Média de açúcar (em ton) |
| Mini | 8 | 22,2 | 20 | 3,4 | 19,4 | 4,3 | 4,8 |
| Pequenas | 19 | 42,2 | 162 | 27,4 | 138,3 | 30,5 | 7,2 |
| Médias | 13 | 28,9 | 290 | 49,1 | 206,2 | 45,4 | 15,8 |
| Grandes | 3 | 6,67 | 119 | 20,1 | 89,9 | 19,8 | 29,9 |
| Mega | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 45 | 100 | 591 | 100 | 453,9 | 100 | 10,1 |
| 1809 | | | | | | | |
| FTP | Total de propriedades | % | Cativos em idade produtiva | % | Total de açúcar (em ton) | % | Média de açúcar (em ton) |
| Mini | 4 | 6,3 | 8 | 0,8 | 3,6 | 0,5 | 0,9 |
| Pequenas | 31 | 49,2 | 256 | 25,4 | 211,7 | 26,9 | 6,8 |
| Médias | 25 | 39,7 | 623 | 61,8 | 481,5 | 61,1 | 19,3 |
| Grandes | 3 | 4,8 | 121 | 12,0 | 90,7 | 11,5 | 30,2 |
| Mega | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 63 | 100 | 1.008 | 100 | 787,5 | 100 | 12,5 |

Nota:

a. Para a construção desse quadro, foram consideradas apenas as propriedades que, de fato, estiveram recenseadas com produção de açúcar nos anos selecionados.

b. Para a idade produtiva, foram considerados homens e mulheres cativos entre 15 e 49 anos de idade.

c. A coluna se refere à média de açúcar por propriedade da FTP referente.

d. Em 1805, o partidista de cana José Pinto de Godoi produziu 1,4 toneladas de açúcar sem a existência de cativos recenseados em seu fogo.

Fonte: AHU, *Mappa dos Engenhos de assucar...*, Post. 1798; APESP, LNH, Jundiaí, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805, 1809.

Se, por um lado, o quadro II.10 permite compreender a centralidade do tamanho das escravarias para atingir grandes safras canavieiras, por outro, abre a possibilidade de questionar sobre a participação individual dos cativos nos engenhos. Numa *plantation*, é possível esperar que ocorra um ganho de escala na produção à medida que: (i) seja acrescido o número de trabalhadores ativos na fazenda, podendo ser considerada, nessa sociedade, a quantidade de escravizados nas unidades – especialmente tendo em vista que as *plantations* da colônia eram formadas a partir da mão de obra cativa; e (ii) passem-se os anos de existência de determinada unidade açucareira, em razão do próprio aprendizado na produção de açúcar e também pela continuidade dos canaviais a serem plantados e colhidos. Porém, conforme se observa a seguir, tabela II.10, não foi encontrado nenhum padrão de ganho de escala no volume produzido por escravizado nas propriedades canavieiras da vila.

Tabela II.10 – Volume de açúcar produzido por cativo em idade produtiva por FTP (Campinas, 1794-1809)

| 1794 | | 1798 |
|----------|---|---|
| FTP | Açúcar por cativo em idade produtiva (kg) | Açúcar por cativo em idade produtiva (kg) |
| Mini | 428 | 1.666 |
| Pequenas | 800 | 574 |
| Médias | 318 | 532 |
| Grandes | – | 640 |
| Mega | – | – |
| 1805 | | 1809 |
| FTP | Açúcar por cativo em idade produtiva (kg) | Açúcar por cativo em idade produtiva (kg) |
| Mini | 970 | 450 |
| Pequenas | 854 | 826 |
| Médias | 711 | 772 |
| Grandes | 755 | 749 |
| Mega | – | – |

Fonte: AHU, **Mappa dos Engenhos de assucar...**, Post. 1798; APESP, LNH, Jundiá, 1794; APESP, LNH, Campinas, 1798, 1805, 1809.

O volume de açúcar por escravizado em idade produtiva também não mostrou uma lógica de crescimento nas mesmas faixas ao longo dos anos, bem como foi comum encontrar as faixas dos mini e pequeno escravistas (sob a posse de um a quatro e de cinco a dezenove cativos, respectivamente) com uma alta média de açúcar por escravizado quando comparada

às demais. Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que os dados apresentados para essas duas faixas de posse de escravizados acabaram sendo distorcidos pela utilização da mão de obra livre nesses fogos, tendo em conta que tais propriedades canavieiras, sobretudo os partidos de cana, contavam, em grande parte dos casos, com o trabalho do próprio chefe do fogo, seus filhos e até mesmo agregados.

A partir da tabela II.10, percebeu-se, então, a inexistência de ganho de escala para os engenhos sob a posse de 20 ou mais escravizados. Essa evidência traz à luz uma discussão traçada anteriormente: seriam os engenhos de Campinas policultores? Ora, conjectura-se que sim; não exclusivamente pela produção de mantimentos recenseada nessas unidades (especialmente o milho)⁸¹⁹, haja vista que a historiografia já debateu sobre a existências de roças de cativos, bem como sobre a produção de outros gêneros entre os canaviais⁸²⁰, mas especialmente pela inconsistência na quantidade de açúcar produzido por cativo entre as propriedades canavieiras. Em outras palavras, a análise da tabela II.10 revela uma possível conexão entre a policultura nos engenhos campineiros e a falta de ganho de escala na produção de açúcar⁸²¹.

Por fim, deve-se lembrar das palavras de Luna e Klein sobre o ritmo de crescimento na produção nos engenhos paulistas, ao afirmarem que seria “importante salientar que esse crescimento notável não se deveu a um aumento no número de unidades produtoras e sim ao aumento no porte dos produtores”⁸²². Os autores argumentam que a principal origem da expansão na produção paulista foi o aumento na capacidade produtiva através do crescimento do número de cativos e não teria advindo exclusivamente do aumento nas propriedades. Conforme evidencia o quadro II.10, a média de açúcar por cativo não era apenas superior, de forma que duplicava na FTP imediatamente maior, como também aumentava nas mesmas FTP ao passar do tempo. Se, por um lado, isso pode explicitar um pequeno crescimento na média de cativos por propriedade entre 1798 e 1810 (quadro II.9), por outro, levanta-se a hipótese de que isso decorreu em razão do aumento no volume da exploração desses

⁸¹⁹ Tal fenômeno pode ser visto a partir do quadro II.8 e do gráfico II.12 da presente pesquisa.

⁸²⁰ SCHWARTZ, **Escravos, roceiros e rebeldes...**, 2001, p. 123-170. GUIMARÃES, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira -século XIX). **América Latina en la historia económica**, México, n. 32, p. 165-195, dez. de 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n32/n32a8.pdf>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

⁸²¹ É importante ressaltar que tal análise se trata de uma conjectura e que carece de análises mais amplas e comparativas, especialmente se utilizando de outras informações sobre a produção de mantimentos – que as listas nominativas trazem de forma mais esporádica. Outro ponto a se questionar é que o preço de montagem de um engenho, bem como sua manutenção, é altíssimo, então imagina-se que o produto privilegiado na distribuição da mão de obra cativa seja, de fato, o açúcar. Então vale indagar se a grande produção de mantimentos dos engenhos campineiros atravancava efetivamente a produção açucareira.

⁸²² LUNA; KLEIN, 2005, p. 62.

escravizados nos engenhos. Os cativos passaram a ser sujeitos a ritmos de trabalho cada vez mais intensos pelos senhores, volume de trabalho prestado desde a produção, passando pela colheita e chegando ao processo de manufatura.

Conforme o parque açucareiro de Campinas recebia novos engenhos e partidos de cana, era traficada uma enorme onda de novos africanos e crioulos para a vila. A apropriação da escravidão durante o período de montagem do parque açucareiro e o trabalho cativo foram fatores desiguais entre as propriedades açucareiras, à medida que alguns engenhos, a depender do seu capital e acesso a crédito, concentraram essa mão de obra e, assim, concentraram a própria produção de açúcar em Campinas.

CONCLUSÃO

A análise das últimas décadas de colonização portuguesa na América permite vislumbrar um quadro histórico de transformações sociais, políticas e econômicas em São Paulo. Na conjuntura política da América, o reestabelecimento político de São Paulo, em 1765, seguido das medidas tomadas pelo seu novo governador, Morgado de Mateus, evidenciaram um novo olhar promovido pela Coroa portuguesa para essa região da América, fortalecendo-a contra o ataque de espanhóis e buscando inserir a capitania paulista no circuito econômico transatlântico. A capitania de São Paulo não só não passou por uma crise econômica no Setecentos, como também contou com crescimento considerável de sua população e com a ampliação da sua produção de mantimentos⁸²³. A última década desse século trouxe a aceleração das mudanças econômicas da região, sobretudo no espaço que ficou conhecido como Oeste Paulista.

Foi nessa região de São Paulo que foram desenvolvidos grandes espaços produtivos e comerciais no século XVIII, como Itu e Sorocaba, e que conectavam grandes redes comerciais em caminhos vastos sertão adentro. Foi em um desses caminhos que surgiu a parada de “Campinas do Mato Grosso”, na primeira metade do século XVIII, local onde posteriormente foi instalada a freguesia e vila de Campinas. Tal vila passou por grandes mudanças no período, vindo a se tornar a maior produtora de açúcar de São Paulo ainda na década de 1820; os historiadores apresentaram que a aceleração de tais mudanças ocorreu na década de 1790. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou examinar as transformações econômicas e demográficas de Campinas na passagem do século XVIII para o XIX, período de formação de seu parque açucareiro. A parte 1 buscou investigar as razões que levaram o espaço campineiro a sofrer tamanha transformação agrária apontada pela historiografia. No decorrer da primeira parte, foram confirmadas as duas hipóteses levantadas: (i) as propriedades açucareiras que tomaram conta da paisagem campineira no século XIX foram construídas, majoritariamente, por imigrantes que vislumbraram aproveitar a janela de oportunidades do período e (ii) o aumento do preço do açúcar no mercado internacional causado pela Revolução de Saint-Domingue teve sua repercussão na capitania paulista, em especial em Campinas, permeada pela conjuntura político-econômica local, que transformou os negociantes de grosso trato em agentes diretos e indiretos da transformação econômica e demográfica da vila.

⁸²³ MARCILIO, 2000.

As listas nominativas de habitantes de Campinas permitiram trazer à baila a naturalidade daqueles proprietários que realizaram a transformação na paisagem agrária e que investiram em cana-de-açúcar em terras campineiras. Percebeu-se que, majoritariamente, sua origem não era Campinas ou Jundiá, mas, sim, de outros espaços da região. Para um lugar em formação, ainda que seja esperada a existência de muitos naturais de outros locais, a concentração de imigrantes cujo fim foi a atividade açucareira indica que o objetivo destes era aproveitar a alta no preço do açúcar. Foi especialmente relevante a chegada em Campinas de sujeitos advindos da cidade de São Paulo, Minas Gerais e Itu. Essas três áreas eram dotadas de economias mais pujantes e continham sujeitos que poderiam aproveitar aquele quadro histórico investindo em terras e canaviais em busca de ascensão social e riqueza.

Os donos dos engenhos e partidos de cana eram especialmente nascidos em Itu, uma vila com uma elite já consolidada voltada para a economia de abastecimento do interior da colônia, mas que também se apresentava ligada à produção de açúcar. Os ituanos eram jovens, o que indica serem eles os filhos daqueles que já possuíam capital naquela vila de antiga povoação e ocupação de terras; esses filhos da elite procuraram, assim, espaços menos ocupados, migrando para espaços de fronteira aberta a fim de aproveitarem a conjuntura que havia se formado. Os ituanos, sobretudo, buscaram as fronteiras campineiras para fundarem suas propriedades canavieiras devido aos intrincados processos sucessórios, em que, muitas vezes, alguns filhos não eram privilegiados na partilha, ou até mesmo não tinham interesse naquela propriedade paterna e adiantavam seus dotes para buscarem melhor fortuna em outros lugares da colônia⁸²⁴.

O cenário histórico que possibilitou essa janela de oportunidades para a montagem de engenhos no Oeste Paulista e a constante reversão de capitais em terra, escravizados e cana foi construído para além de um reflexo da economia global. Não se trata aqui de relativizar o papel do aumento na demanda pelo açúcar na Europa no século XVIII e nem mesmo os resultados da Revolução de Saint-Domingue, pois tais fenômenos causaram o aumento efetivo no preço do gênero na América – especialmente a queda da oferta mundial de açúcar após Revolução. Ainda assim, as transformações que ocorreram na passagem do século XVIII para o XIX precisam ser vistas à luz da política e dos projetos de poder localizados em São Paulo.

Nesse sentido, o presente trabalho argumentou que a montagem da lavoura canavieira paulista precisa ser entendida na conjuntura das medidas tomadas pelo então governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, especialmente em face da decisão de centralizar o comércio

⁸²⁴ METCALF, 1990; BACELLAR, 1997; FARIA, 1998; COSTA, 1997.

marítimo da capitania, privilegiando os negociantes ali radicados em contraposição às transações feitas diretamente aos comerciantes do Rio de Janeiro. Tal medida ocasionou a reestruturação das redes mercantis paulistas e a reorganização dos interesses políticos e comerciais até ali existentes. Dessa forma, as decisões do governador proporcionaram também uma concentração econômica em figuras que ali já despontavam na rede de negócios portugueses, como Coronel Francisco Pinto Ferraz e os irmãos Sousa Queirós, Brigadeiro Luís Antônio e Francisco Antônio. Tais comerciantes portugueses radicados em São Paulo enriqueceram durante a década de 1790; especialmente o Pinto Ferraz e o Brigadeiro buscaram diversificar seus recursos na economia açucareira em Campinas. Esses negociantes de grosso trato possuíam engenhos entre os mais produtivos da vila, também realizavam sociedades em que investiam dinheiro e cativos para o desenvolvimento de outras propriedades canavieiras. Além disso, o Brigadeiro Luís Antônio havia emprestado vultuosos valores aos senhores de engenho que ali se instalaram, sendo que tais dívidas ativas transitavam entre as maiores somas que possuía⁸²⁵.

Isso posto, não é pertinente observar o processo de montagem do complexo açucareiro campineiro apenas enquanto reflexo de acontecimentos globais que incidiram possibilidades únicas e idênticas em todos os espaços coloniais, mas sim enquanto uma refração ocasionada pelos processos específicos de São Paulo. As medidas de Lorena, o desenvolvimento econômico-político dos negociantes de São Paulo e a consequente busca destes em transformarem-se em negociantes-fazendeiros através do investimento em terras, escravizados e cana-de-açúcar foram fatores de refração dos fenômenos globais, que amplificaram e ao mesmo tempo particularizaram a janela de oportunidades para Campinas.

Foi proposta também a investigação sobre os efeitos desse cenário político-econômico em Campinas, a fim de compreender como foi realizada a montagem de seu parque açucareiro – empreendimento desenvolvido na segunda parte. Partindo da historiografia que já apresentava Campinas enquanto um espaço de grandes transformações no alvorecer do século XIX e da utilização, sobretudo, de listas nominativas e inventários relativos aos senhores de engenho, foram analisados aspectos múltiplos: os diferentes tipos de propriedades canavieiras que foram instaladas, o papel dos engenhos e partidos de cana na estrutura fundiária da vila, a relação entre a produção de açúcar e de mantimentos, bem como a concentração de cativos nas propriedades açucareiras. Nesse sentido, conclui-se que a montagem do parque açucareiro campineiro apresentou um caráter, sobretudo,

⁸²⁵ IPM de Luís Antônio de Souza Queiroz. 1º cartório de família, proc. 513, 1819.

heterogêneo em sua composição. Em outras palavras, seja no tipo de propriedade, seja em sua formação territorial, social ou produtiva, os engenhos e partidos de cana de Campinas eram consideravelmente diferentes entre si até 1818.

Um olhar transversal sobre a segunda parte permite trazer à luz que a montagem do parque açucareiro transformou severamente a realidade campineira, uma vez que, se até 1790 ela se desenvolvia a passos lentos por meio de famílias que se reproduziam em uma economia de subsistência para o comércio de excedentes, após a rápida instalação de engenhos a paisagem agrária e social mudou: a apropriação de terras por aqueles indivíduos que podiam solicitar à Coroa e aqueles que por elas pagavam foi intensa, assim como foi intensa a multiplicidade de propriedades que, a cada ano, aumentava a posse de cativos e acentuava a expropriação do trabalho forçado.

Ainda nos últimos anos do século XVIII, foi possível observar a instalação não apenas de engenhos em Campinas, cujo proprietário se moldava no perfil tradicional esperado: um indivíduo residente na casa-grande com sua família extensa, já enriquecido, que investia em terras e que adquiria dezenas de cativos para trabalhar nelas. Foram vistos, no entanto, (i) engenhos sendo montados com poucos cativos e que posteriormente tiveram investimento de algum negociante, formando as sociedades; (ii) algumas outras propriedades canavieiras que jamais galgaram naquela estrutura econômica e (iii) outros engenhos cujo dono sequer morava naquelas terras – os absenteístas. Outro tipo de investimento em cana-de-açúcar bastante presente no parque açucareiro campineiro foi o partido de cana. O partidista, por sua vez, também dependia de um regime de parceria, já que não tinha o maquinário necessário para a manufatura do açúcar; nas palavras de Barickman, esse sujeito “entregava sua cana a um senhor de engenho para este a moesse e transformar em açúcar”⁸²⁶.

Tais investimentos canavieiros se apropriaram massivamente das terras de Campinas, dominando sua paisagem rural. Isso não inibiu, todavia, a existência da pequena propriedade de terra, nem mesmo evitou a existência de posseiros; inclusive, a análise detida do Inventário dos Bens Rústicos sustentou a hipótese de que a estrutura fundiária de Campinas foi bastante desigual durante o processo de montagem de seu complexo açucareiro⁸²⁷. Tal fenômeno se estabeleceu, sobretudo, em virtude da herança de sesmarias e também por efeito das compras realizadas por negociantes radicados em São Paulo. Isso posto, a estrutura fundiária de Campinas foi transformada às custas dos posseiros, que acabaram perdendo progressivamente

⁸²⁶ BARICKMAN, 2003, p. 42.

⁸²⁷ NICOLETTE; MORENO, 2021.

seus espaços para os canaviais da elite campineira, ainda que não tenham deixado existir ali e que tenham continuado resistindo ao avanço das *plantations* ao longo do século XIX⁸²⁸.

Tamanha concentração de terras em poucas mãos na vila de Campinas ocorreu devido ao objetivo fim dessa economia que, como foi a presente pesquisa buscou elucidar, era a produção de açúcar. Não há dúvida que a produção desse gênero na vila apresentou crescimento vertiginoso entre 1793 e 1810, conforme visto no capítulo 7⁸²⁹. Foi importante destacar, particularmente, que tal transformação não levou todos os proprietários de Campinas, de unidades canavieiras ou não, ao cultivo único e exclusivo de canas-de-açúcar. Ainda que a refração do quadro histórico global tenha causado um fluxo financeiro aos canaviais, a população não deixou de produzir milho, arroz, feijão e outros mantimentos para sua sobrevivência, nem para o comércio de excedentes. Mesmo que o peso econômico do açúcar seja ímpar naquela sociedade, foi corroborado que o período de instalação do complexo açucareiro não só não desmontou a economia de subsistência, como também possibilitou que, nesse período, ela pudesse se expandir, uma vez que os próprios engenhos – próprios, sociedades ou de absenteístas – também produziam quantidades significativas desses gêneros agrícolas – em particular, o milho. Por fim, a presente pesquisa se debruçou sobre o papel fundamental da posse de cativos para a produção açucareira, reconhecendo que as propriedades com mais escravizados também apresentaram a tendência de produzirem mais açúcar. Nesse sentido, o próprio perfil etário dos escravizados se transformou, pois os proprietários buscaram no mercado transatlântico o acesso a mão de obra cada vez mais masculina e jovem.

A montagem do parque açucareiro de Campinas foi um processo que demandou diversas condições, como os investimentos e os recursos ali alocados e a migração de uma população que buscava aproveitar aquela quadra histórica de oportunidades não antes vista em território paulista, especialmente em uma zona de fronteira agrícola colonial ainda aberta. A instalação de tantos engenhos demandou, sobretudo, braços escravizados para trabalharem e, de fato, plantarem, colherem e manufaturarem a cana-de-açúcar. A rápida montagem dos engenhos em Campinas e o grande enriquecimento dos senhores de engenho e negociantes que ali investiram no alvorecer do século XIX só foram fenômenos possíveis em razão da violência escravista praticada em milhares de pessoas negras ali submetidas ao longo das décadas.

⁸²⁸ FRACCARO, 2018. SECRETO, 2001a; 2001b.

⁸²⁹ ALFONSO, 2018. EINSENBURG, 1989.

Os procedimentos adotados na presente pesquisa não são livres de limitações, nem mesmo a documentação aqui utilizada pretendia esgotar o tema. A dinâmica dessa sociedade escravista em tempos de expansão da fronteira econômica apresenta inúmeros caminhos a serem trilhados, inclusive com as mesmas documentações, que em muito podem ser exploradas. Há muito o que ser feito sobre o aproveitamento da janela de oportunidades que se manifestou no cenário global e continuou a ser arquitetada em terras paulistas, particularmente sob o viés do financiamento desses senhores de engenho. Se para o século XVIII, a entrada de negociantes na freguesia de São Gonçalo/RJ impactou na vida dos proprietários locais, especialmente no endividamento desses sujeitos⁸³⁰, ainda é necessário investigar os pormenores das relações entre senhores de engenho de Campinas e os negociantes que ali reinvestiram seus capitais. Cabe ainda o questionamento quanto à possível associação entre o salto considerável no número de senhores de engenho em 1798 e a qualidade do recenseamento, ou mesmo entre a entrada de Brigadeiro Luís Antônio enquanto um agente da cadeia mercantil e os incentivos econômicos na transformação agrária de Campinas. Ainda que a entrada efetiva dos negociantes de grosso trato em terras campineiras tenha aparecido nas listas nominativas apenas após o ano de 1798, as relações socioeconômicas entre negociantes e senhores de engenho do Oeste Paulista ainda são pontos a serem investigados.

A presente pesquisa pretendeu aqui, pois, contribuir para a historiografia, de modo geral, e, mais especificamente, para os estudos históricos sobre a formação da sociedade açucareira e de sua economia na São Paulo colonial. Tal esforço se encontra em uma rede de outras possibilidades que virão e que, certamente, têm muito a colaborar para a investigação de nosso passado colonial.

⁸³⁰ AGUIAR, Júlia R. **Por entre as frestas das normas**: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 115.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Mappa dos Engenhos de assucar que existem na villa de Sam Carlos desde o anno de 1793 até o anno de 1798 com o número de escravos ocupados e seus rendimentos anuais. Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo. Post. 1798, cx. 14, d. 698. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Administração Central. Conselho Ultramarino. Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023_SP_AV&Pesq=MAPAS%20COM%20RESUMO%20GERAL%20DOS%20ENGENHOS&pagfis=8210>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relação dos lugares em que se devem fazer os Ranchos para repouso dos condutores de asucares da Vila de Itú até o Porto de Santos. Vicente da Costa Taques Aranha. Nanquim colorido com aquarela em papel trapo, 44x35cm. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Maço 14, Pasta 1, 1797. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/arquivo_imagens/APESP_08_03_7.jpg>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

Representação dos caminhos que levam a Pinheiros. Estrada Nova da Vila de São Carlos a Pinheiros. Mapa em sombra da qual se vê todas as mudanças que tem tido este caminho desde que o Coronel Luiz Antonio de Sousa Queirós comprou aquele Engenho. Vila de São Carlos (atualmente Campinas) Pinheiros (Pouso dos Pinheiros atualmente Valinhos). Vestígios Cartográficos dos Séculos XVIII e XIX. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo. Nanquim e grafite sobre papel algodão, 34x22cm. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/arquivo_imagens/APESP_08_03_8.jpg>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES

Jundiaí

1790-1794: Disponível em: lata 89

1796: Disponível em: lata 89A

São Carlos (Campinas)

1797. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_002.pdf>

1798. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_003.pdf>

1799. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_004.pdf>
1800. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_005.pdf>
1801. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_006.pdf>
1803. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_007.pdf>
1804. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_008.pdf>
1805. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/025_009.pdf>
1806. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_001.pdf>
1807. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_002.pdf>
1808. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_003.pdf>
1809. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_004.pdf>
1810. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_005.pdf>
1811. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_006.pdf>
1812. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_007.pdf>
1813. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_008.pdf>
1814. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_009.pdf>
1815. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_001.pdf>
1816. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_002.pdf>
1817. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_003.pdf>
1818. Repositório Digital. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_004.pdf>

São Paulo

1798. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/032_022.pdf>

1810. Repositório Digital. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/034_007.pdf

Cananea

1798. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/028_012.pdf>

1799. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/028_013.pdf>

Cotia

1798. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/039_008.pdf>

Nazaré

1798. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/011_002.pdf>

1799. Repositório Digital. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/011_003.pdf>

INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Inventários dos Bens Rústicos de Itu**. N.º da ordem CO 9868. 1818.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Inventário de Luís Antônio de Souza Queiroz**. Inventários do 1º cartório de família, proc. 513, 1819.

BIBLIOTECA NACIONAL

Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina. **Biblioteca Nacional**, Identificação no site da BN: cart1033415. Manuscritos 049,05,008 n.03on. Segunda metade do século XVIII. Obra de Francisco Tosi Colombina. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/1mapa-da-capitania-de-sao-paulo/>. Visto em: 25 de maio de 2020.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. Coleções Especiais. **Mappa do Município de Campinas**. Escala 1:100.000. Campinas, 1929.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP

INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Salvador Gurgel do Amaral**. Ofício 1, Processo 00100, 1807.

Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Francisca da Silva Lobo**. Ofício 1, Processo 00274, 1812.

Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Joaquim Pedroso de Barros**, Ofício 1, Processo 00386, 1815.

Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Petronilha Clara do Amaral**. 1º Ofício, Processo 00387, 1815.

Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). **Inventário de Ana Joaquina de Camargo**. Ofício 1, Processo 00391, 1815.

IBGE

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Americana, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/americana.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Campinas, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Cosmópolis, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/cosmopolis.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Paulínia, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/paulinia.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Sumaré, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sumare.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Valinhos, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/valinhos.html>>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

LIBRARY OF CONGRESS

LE ROUGE, Georges-Louis. **Isle de St. Domingue**. Colorido à mão. Relevo mostrado pictoricamente, 21x28cm. Paris: Chez Crepy, 1767. Versão on-line disponível em Library of Congress Geography and Map Division Washington. Disponível em: <www.loc.gov/item/74691674>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

MUSEU PAULISTA

Fazenda em Campinas, 1840. Henrique Manzo. S/d. Óleo sobre tela, 74,6 x 109cm. **Coleção Fundo Museu Paulista – FMP**. Fotografia: José Rosael e Hélio Nobre. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/fazenda-em-campinas-1840-henrique-manzo/gQGtsY0ccdUnJg?hl=pt-br>>. Acesso em: 14 de dez. de 2020.

Sítio do Chapadão - São Carlos 1839. Reprodução de desenho de Hercules Florence. Monocromia, 12 cm x 7,5 cm. **Fundo Museu Paulista – FMP**. Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/Storage/EspacoDomestico/MPACERVO_ICONO//1-10147-0000-0000-01_880x0.jpg>. Acesso em: 14 de dez. de 2020.

FONTES IMPRESSAS:**DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO**

Elevação de Campinas a Villa. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, 1913, p. 3-5.

Portaria. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, 1913, p. 11-12.

Roteiro do Caminho de S. Paulo para as Minas Geraes, e para o Rio das Velhas. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 11, 1896, p. XLVI.

Sobre observar o mesmo regime de governo seguido pelo antecessor. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, p. 3.

Memoria sobre a comunicação da Villa de Santos com a cidade de S. Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, p. 120-121.

Carta para Francisco Barreto Leme ser Fundador e Diretor da Nova Povoação das campinas do Mato Grosso, Distrito da Villa de Jundiaí. São Paulo, 27 de maio de 1774. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 33, 1901, p. 160.

Ofício do governador Bernardo José de Lorena ao Ministro de Estado Martinho de Mello e Castro, informando que se acha concluído o caminho que liga a cidade de São Paulo a Cubatão, na vila de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 70.

Carta do Governador Bernardo José de Lorena ao Ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre a carga que transporta do Porto da vila à praça de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 35.

Ofício da Câmara de Itu. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 347.

Ofício do Governador ao Capitão-Mor de Itu. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 46, 1924, p. 34-36.

Ofício ao Doutor Juiz de Fora de Santos José António da Silveira. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 46, 1924, p. 149.

Portaria para o Tenente Francisco Nobre da Luz abrir novo caminho desde esta Cidade até o Cubatão Geral do Rio de S. Vicente, onde se embarca para a Vila de Santos. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 65, 1940, p. 197.

Cópia da Ordem Real, 1748. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 73, 1952, p. 122-123.

Carta para o Capitão Comandante de São Sebastião. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 87, 1963, p. 147-148.

Carta para o Capitão Mor da Vila de Iguape. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 87, 1963, p. 148.

Representação da Câmara da Vila de São Sebastião. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, p. 105-108.

GENEALOGIA PAULISTANA

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume I - Pág. 226 a 273. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/Camrg_2.htm>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume IV - Pág. 03 a 44. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/ABotelhos_1.htm>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. Volume IV - Pág. 165 a 222. Disponível em: <<http://www.arvore.net.br/Paulistana/Campos.htm>>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

OBRAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulencia do Brazil por duas drogas e minas**. Com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar tabaco, tirar o ouro das Minas, e descobrir as da pra, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao Reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos Reaes. Rio de Janeiro: Typ. Imp e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>>. Acesso em: 03 de jul. de 2020.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. Memoria sobre o preço do assucar. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Tomo III. Lisboa: Officina de Lisboa, 1791, p. 381-391. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=npj.32101043156320&view=2up&seq=210&size=125>>. Acesso em: 10 de mai. de 2020

D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006.

MAWE, John. **Viagem ao Interior do Brasil**. Principalmente ao Districto do Ouro e dos Diamantes. Trad. Salena B. Viana. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Cultura. **Repertório das Sesmarias**: concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. Fac-sim. São Paulo: A Divisão, 1994.

WERNECK, Francisco P. de L. **Memoria sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro pelo Barão do Paty de Alferes**. Anotada pelo Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1878, p. 60. Disponível em: <<http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/1959>>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Júlia Ribeiro. **Por entre as frestas das normas**: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs XVII-XVIII). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

AGUIRRA, João B. de C. Tombamento de 1817: propriedades rurais na capitania de São Paulo. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. X, p. 57-64, 1935.

ALENCASTRO, Luiz F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALFONSO, Felipe R. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café**: Campinas, 1790-1850. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018a.

ALFONSO, Felipe R. Processos locais e globais envolvidos na elevação da freguesia de Campinas à condição de vila. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018b. Disponível em: <[https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1533568089_ARQUIVO_\[publicadaemanais\]ALFONSO,2018.07.25.ProcessoslocaiseglobaisenvolvidosnaelevacaodafreguesiadaCampinasnacondicaodevila.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1533568089_ARQUIVO_[publicadaemanais]ALFONSO,2018.07.25.ProcessoslocaiseglobaisenvolvidosnaelevacaodafreguesiadaCampinasnacondicaodevila.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

ALGRANTI, Leila M. À mesa com os paulistas: saberes e práticas alimentares (séculos XVI-XIX). In: **XXVI Simpósio de História Anpuh**, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300482888_ARQUIVO_AMESACOMOSPULISTAS2versaoAnpuh.pdf>. Acesso em: 08 de ago. de 2021.

ALGRANTI, Leila M. Aguardente de cana e outras aguardentes. (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: PucMinas. São Paulo: Alameda, 2005.

ALVEAL, Carmen M. O. Senhores de pequenos mundos: disputas por terra e os limites do poder local na América Portuguesa. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 1, n. 26, 2012. Disponível: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/15033/854>>. Acesso em: 17 de out. de 2020.

AMOROSO, Maria R. S. de P. **Entre o rural e o urbano**: os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas/SP. Tese (Doutorado), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305375>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

ANDRADE, Juliana A. **A Mata em Movimento**: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. Dissertação (Mestrado), CCHLA-UFPB. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6021/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

ARAKI, Ricardo. **A história do clima de São Paulo**. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286914/1/Araki_Ricardo_D.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A casa Sousa, um modelo de acumulação mercantil da América Portuguesa. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Cristóvão, Sergipe: CESAD - Centro de Educação Superior a Distância, p. 1-9, 2007. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/maria-lucilia-v-araujo_1.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. As práticas testamentárias paulistanas da primeira metade do século XIX. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: Associação Nacional de História – UEL, 2005, p. 1-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_dc251e02e745365e8f9bd9f3f81ea6ea.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006

ARRUDA, José J. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa, Vol. III**. 3ª edição. José Aguilar: Rio de Janeiro. 1973. p. 489.

AZEVEDO, Esterzilda B. de. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

BACELLAR, Carlos A. P. As sazonalidades do tráfico de africanos para as grandes propriedades escravistas da vila de Itu, 1790-1850. In: LIMA, Henrique E.; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **História de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

BACELLAR, Carlos de A. P. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. **História (São Paulo)**, v. 39, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020023>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

BACELLAR, Carlos de A. P. A família Galvão de França e as famílias de seus escravos: as múltiplas estratégias de organização familiar de livres e cativos em Itu, 1790-1830. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História/ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552528013_ARQUIVO_TextoBacellarAnpuh2019.pdf>. Acesso em: 24 de jan. de 2021.

BACELLAR, Carlos de A. P. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 34(3) v. 2 n. 3, 2015a, p. 549-565. Disponível em: <<https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/983>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BACELLAR, Carlos de A. P. As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836). **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, v. XVI, p. 313-338, 2015b. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_\(2015\)_ISSN08749671.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM_XVI_(2015)_ISSN08749671.pdf)>. Acesso em: 05 de set. de 2021.

BACELLAR, Carlos de A. P. Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. **Revista Estudos Amazônicos**, v. IX, n. 1, p. 32-57, 2013. Disponível em: <http://www.ufpa.br/historia/Carlos_Bacellar_2.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

BACELLAR, Carlos de A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132. 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/55.pdf>>. Acesso em: 06 de jul. de 2019.

BACELLAR, Carlos de A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2001.

BACELLAR, Carlos de A. P. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de A. P.; BRIOSCHI, Lucila R. **Na estrada do Anhangüera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BACELLAR, Carlos de A. P.; SCOTT, Ana Silva Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sergio O.; MARCÍLIO, Maria L.; BALHANA, Altiva P. (Orgs.). **História e população**: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

BACELLAR, Carlos de A. P.; TEIXEIRA, Paulo. E. O mundo dos escravos: trabalho e sociabilidade no Entre Rios. In: RIBEIRO, Suzana Barreto. (Org.). **Sesmarias, Engenhos e Fazendas**: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Vol. 2. Campinas: Direção Cultura, 2016, p. 116-173.

BARBAS, Manoel Valente. Uma família ituana através dos séculos. Descendência de Pedro Vaz de Barros, através de seu filho de mesmo nome e de sua neta Lucrecia Leme Pedroso (Silva Leme, vol. 3, Título Pedrosos de Barros). **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 7, 2000, p. 133. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art7.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**: passado e presente nos velhos mapas, conhecimento e poder. Paraty, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDR_EY_R.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETT, Ward; SCHWARTZ, Stuart B. Comparación entre dos economías azucareras coloniales: Morelos, México, y Bahia, Brasil". In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975.

BASSO, Rafaela. **A cultura alimentar paulista**: uma Civilização do Milho? (1650-1750). São Paulo: Alameda, 2015.

BASTOS, C. R. *et. al.* Efeito da geada nas características tecnológicas de algumas variedades de cana-de-açúcar. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 18, n. 6, p. 565-574, 1983. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/222640/1/Efeito-geada-caracteristicas-1983.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2022.

BELLOTO, Heloísa L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas**: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. Tese (Doutorado), Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/pt-br.php>>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2004.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL. Coleções Especiais. **Mappa do Município de Campinas**. Escala 1:100.000. Campinas, 1929.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Rev. bras. Hist.**, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

BORREGO, Maria A. de M. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BORREGO, Maria A. de M.; SANTOS, João C. C. S. L. As cargas das canoas: alimentos e artefatos na rota das monções. In: ALGRANTI, Leila; MACÊDO, Sidiana (Org.). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2020.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas. Vol. 2, Trad.: Telma Costa, 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CAMPOS, Ernesto de Sousa. Um governador de São Paulo no começo do século XIX. **Revista do Instituto História e Geográfico de São Paulo**, v. XLII, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, p. 105-174, 1944.

CANABRAVA, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Separata da Revista de Estudos Econômicos**. IPE-USP, São Paulo, v. 2, n. 6, 1972. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143265>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico 4: declínio e queda do império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CANABRAVA, Alice. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-123, 1972.

CAPEL, Ronaldo. **O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo**: aspectos políticos e econômicos (1788-1797). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14092015105428/publico/2015_RonaldoCapel_VCorr.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2020.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821**. Brasília: Senado Federal, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de. Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. **Estudos econômicos**, v. 7, n. 1, 1977.

CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**: Um estudo sobre os trabalhos do açúcar a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

CAVENAGHI, Airton J. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 14, n. 1, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COLAVITE, Ana Paula; PASSOS, Messias Modesto dos. Integração de mapas de declividade e modelos digitais tridimensionais do relevo na análise da paisagem. **Revista Geonorte**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1547-1559, 2012. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2212/2086>>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

COSTA, Bruno A. **A vereda dos tratos**: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Bruno A. **A tessitura do fisco**: A política ilustrada de D. Rodrigo de Souza Coutinho e a administração fiscal da Capitania de São Paulo (1797-1803). Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia. Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

COSTA, Bruno A. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na capitania de São Paulo, 1795-1806. **Revista História**. São Paulo, n. 174, p. 161-197, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092016000100161&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

COSTA, Dora I. P. da. **Herança e ciclo de vida**: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850. Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1997.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.

CRATON, Michael. Worthy Park, 1670-1972: Cambios y continuaciones en el sistema jamaicano de plantación azucarera. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975. p. 573-609.

CRATON, Michael; WALVIN, James. **A Jamaican Plantation**: The History of Worthy Park, 1670-1970. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.3138/j.ctt1vgw7t0>>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

CRUZ, Jerônimo Aguiar da. Lavradores de cana: posse de cativos e qualidades sociopolíticas – Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro (1797). **Anais da XI Jornada de Estudos Históricos Prof. Manoel Salgado**, Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2016.

CUNHA, Maísa F. da. Mineiros em terras paulistas: população e economia. In: **Anais do XIV Seminário sobre economia mineira**, Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, 2010. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A127.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Riscos ambientais na bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras, Campinas/São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287727>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DERNTL, Maria F. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-143444/publico/Maria_Fernanda_Derntl_Tese.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2021.

DI CARLO, Ricardo Felipe. **Explorar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUNN, Richard S. **Sugar & slaves: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1713**. Chapel Hill: The University of North Caroline, 2000.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. Trad. Aline Lorena Tolosa. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 9-46, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/q4JLZ8GD6tXTdJR5CY7gzhz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. **Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.

FERLINI, Vera L. A. Fazendas e Engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). **História**, Assis/Franca, v. 39, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742020000100201&lng=pt&nrn=iso>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003.

FERLINI, Vera. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDEZ, Ramón Vicente García. **Transformações econômicas no litoral norte paulista (1778-1836)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2004.

FILHO, Sérgio Willian de C. O. Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 168-183, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5548/3478>>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21072>>. Acesso em: 20 ago. de 2021.

FRACCARO, Laura Candian. **Estratégias de pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas em Campinas: 1779-1836**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333661>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

FRACCARO, Laura Candian. **Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas, 1800-1850**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012. Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279296/1/Fraccaro_LauraCandian_M.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

FRAGOSO, João L. Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII. **Colonial Latina American Review**, Oxford, Carfax, v. 6, n. 2, p. 151-164, 2008. p. 161.

Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10609169708569919>>. Acesso em: 08 de abr. de 2020.

FRAGOSO, João L. Para que serve a história econômica. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 29, p. 3-29, 2002.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa-aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L.; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. 4ª ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇOIA, Juarez. **Senhores de escravos: trajetórias, disputas e solidariedade no Oeste Paulista, 1845-1880**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279292>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986. p. 205-222.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Mercedes. **Entre haciendas y plantaciones: Orígenes de la manufactura azucarera en La Habana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Mercedes. Ingenios habaneros del siglo XVIII: mundo agrário interior. **América Latina em la Historia Económica**, n. 26, p. 41-75, 2006. Disponível em: <<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/380>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

GARRIDO, Felipe Moura. **Produção, comércio e tensões nas vilas do norte da capitania de São Paulo (1788-1808)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2012.

GEGGUS, David P. **Slavery, war and revolution: the British occupation of Saint-Domingue, 1793-1798**. Oxford: Clarendon Press, 1982.

GENOVESE, Eugene D. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação**. Trad. Laís Falleiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GHIRELLO, Bárbara C.; VICTAL, Jane V. Ideário progressista e planejamento urbano: dos territórios negros à cidade dos barões de café. In: **Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict, 2017, São Paulo. Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict**. 2017. Disponível em: <https://www.regionalstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/B%C3%A1rbara_Campidelli_Ghirello.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

GODOY, Silvana Alves de. Roberto Guedes. Do império português ao império de Brasil: notas sobre legitimidade social de famílias de elite (Itu e Porto Feliz, São Paulo, séculos XVII-XIX). **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 10, p. 1-31, 2008. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v10-n1e2-a11.pdf>>. Acesso em: 08 de mai. de 2020.

GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718 a 1838)**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286309>>. Acesso: 08 de mai. de 2020.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. **O Controle do Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821)**. Tese (Doutorado), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019.

GUEDES, R. **Egressos do cativo (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Gilberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUIMARÃES, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira -século XIX). **América Latina en la historia económica**, México, n. 32, p. 165-195, dez. de 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n32/n32a8.pdf>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

GUTIERREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi**, v. 5, n. 9, p. 103-127, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

GUTIÉRREZ, Horacio. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 2, p. 212-213, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290010800_A_estrutura_fundiaria_no_Parana_antes_da_imigracao> Acesso em: 10 de out. de 2020.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Terras e gado no Paraná tradicional**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

HALL, Douglas. Incalculability as a Feature of Sugar Production during the Eighteenth Century. **Social and Economic Studies**, v. 10, n. 3, p. 340-352, 1961. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27853636>>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cap. 1 – Os caminhos do sertão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Obras Econômicas de J. J da Cunha Azeredo Coutinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

HONORATO, Cláudia P. **Valongo: o mercado de escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2020.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, p. 129-149, 1987.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

KUZNESOF, Elizabeth A. **Household economy and urban development**. São Paulo (1765-1836). Westview Press, 1798.

KUZNESOF, Elizabeth A. The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850. **The Hispanic American Historical Review**, v. 60, n. 4, p. 571-592, 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2513667>>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

LE ROUGE, Georges-Louis. **Isle de St. Domingue**. Colorido à mão. Relevo mostrado pictoricamente, 21x28cm. Paris: Chez Crepy, 1767.

LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o brigadeiro Luís Antônio de Souza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Tomo 30, p. 241-254, 1981.

LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: As Milícias**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. de. A distante voz do dono: A família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). **Afro-Ásia**, n. 31, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21073>>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil: sesmaria e terras devolutas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1991.

LINHARES, Maria Y. L. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. **Tempo**, UFF/Relume Dumará, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

LINHARES, Maria Y. L. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão. **Estudos econômicos**, n. 13, p. 745-762, 1983.

LOPES, Luís S. Medidas portuguesas de capacidade. Do alqueire de Coimbra de 1111 ao sistema de medidas de Dom Manuel. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, v. XXXII, p. 543-583, 1997-1998.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA/USP, v. VIII, n. 21, p. 1-5, 2001.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Observações sobre preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). **Boletim de História Demográfica**, n. 21, 2001.

MACHADO, Ana Paula S. R. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (século XVIII)**. Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/bitstream/jspui/5865/2/2020%20Ana%20Paula%20Souza%20Rodrigues%20Machado.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

MARCÍLIO, Maria L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. Editora Hucitec/Edusp, 2000.

MARCÍLIO, Maria L. (org.). **População e sociedade – evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 142-166, 2012.

MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 403-424, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19219/21282/22750>>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo; DANIELI NETO, Mário. Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de Joao Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

MARQUESE, Rafael de B. Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-51, 2016.

MARQUESE, Rafael de B. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, v. 169, p. 223-253, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69188/71640>>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

MARQUESE, Rafael de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

MARQUESE, Rafael de B. Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-58,

2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5435/6965>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

MARQUESE, Rafael de B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, v. 13, n. 2, São Paulo, p. 165-188, 2005. Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a06v13n2.pdf>>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

MARQUESE, Rafael de B. Inovações técnicas e atitudes intelectuais na literatura francesa e luso-brasileira da primeira metade do século XVIII. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 5, p. 131-170, 1997. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5351/6881>>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

MARQUESE, Rafael de B.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

MARSON, Izabel. A Imagens da condição feminina em ‘Travels In Brazil’ de Henry Koster. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 4, p. 219-242, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1769/1824>>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.

MARTINEZ, Paulo H. **História Ambiental Paulista**. Temas, Fontes, Métodos. São Paulo: SENAC, 2019.

MARTINS, José de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 8, n 1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

MASON, Keith. The Absentee Planter and the Key Slave: Privilege, Patriarchalism, and Exploitation in the Early Eighteenth-Century Caribbean. **The William and Mary Quarterly**, v. 70, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5309/willmaryquar.70.1.0079#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 09 de mar. de 2020.

MATOS, Lourenço Correia. O governador de São Paulo Antônio José da Franca e Horta – Subsídios para a sua Biografia. **Revista do IHGSP**, v. XCIX, p. 43-59, 2015.

MATOS, Odilon Nogueira de. De Campinas (1774) a São Carlos (1797). **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, v. 35, n. 190, p. 235-238, 2003.

MATTOS, Renato de. **Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072015-110108/publico/2015_RenatoDeMattos_VCorr.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788 – 1808)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02022010-144315/publico/RENATO_DE_MATTOS.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de educação e cultura, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Q. Conjecture et Société au Brésil a la fin du XVIII siècle. **Cabiers des Ameriques Latines**, n. 5, p. 3-53, 1970.

MEDICCI, Ana P. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112010-112308/pt-br.php>>. Acesso em: 06 de nov. de 2018.

MELLO, Evaldo C. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1775. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28082019-143032/pt-br.php>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

MELO, José E. V. de. **O açúcar no café**. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11062010-110407/publico/JOSE_EVANDO_VIEIRA_DE_MELO.pdf>. Acesso em: 03 de out. de 2020.

MENDES, Denise. **A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

METCALF, Alida C. **Family and colonial Brazil: Santana do Parnaíba, 1580-1822**. Oxford: University of Texas Press, 2005.

METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, 1990.

MICHELI, Marco. **São Paulo: Diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12112018-113557/publico/2018MarcoVolpiniMicheliVCorr.pdf>>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

MILLER, Shawn W. A madeira combustível na Bahia colonial: consequências sociais e econômicas da escassez de combustível, 1549-1820. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 115-145, 1995.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil 3. ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e tradução Christine Rufinu Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric, R. Haciendas y plantaciones en Mesoamérica y las Antillas. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **Haciendas, Latifundios y Plantaciones em América**. México/España/Argentina: Siglo veintiuno. 1975, p. 493-531.

MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONT-SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada**: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26022008-131516/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

MOREL, Genaro R. The Sugar Economy of Española in the Sixteenth Century. In: SCHWARTZ, Stuart B. (Org.) **Tropical Babylons**: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. University of North Carolina Press, 2004. p. 85-114.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

MORENO, Breno A. S. **Desbravando os sertões da Piedade**: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Trad. Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. São Paulo: HUCITEC/Ed. UNESP, 1987.

MOTA, Maria S. Posse e propriedade da terra no Brasil: das cerimônias de posse à propriedade privada da terra. **Trajeto – Revista de História da UFC**, v. 6, n. 11, p. 139-159, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/29726>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

MOTIM, Benilde M. L. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1987. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24589/D%20-%20MOTIM?sequence=1>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Anablume; Fapesp, 1999.

MOTTA, Márcia M. Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Denise. Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808–1822). **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 95-116, 2013a.

MOURA, Denise. Açúcar: uma mercadoria no circuito mercantil lusobrasileiro-platino (1798-1821). **Saeculum: revista de história**, João Pessoa, n. 29, p. 145-160, 2013b. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/19818>>. Acesso em: 04 de mai. de 2020.

MOYA PONS, Frank. **History of Caribbean: plantations, trade, and war in the Atlantic world**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de S.Paulo**. 3ª ed. (fac-simile). São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 [1838].

MUNIZ, Célia Maria L. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composições e transformações (1600-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 87-100, set. 1988/fev. 1989.

NICOLETTE, Carlos E. Escravidão na marcha para o oeste paulista: continuidade e ruptura na composição das senzalas de Campinas, 1790–1810. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 5, n. 9, p. 229–252, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11525>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

NICOLETTE, Carlos E. A vila de Itu sob o olhar da Demografia Histórica: Lista Nominativa de Habitantes de 1836. **Ensaio de História (Franca)**, v. XVIII, p. 111-141, 2013-2017. Disponível em: <<http://ensaiosdehistoria.com.br/index.php/revista/article/view/300>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

NICOLETTE, Carlos E.; ALFONSO, Felipe R. A composição do perfil das escravarias como elemento das estratégias adotadas pelos proprietários de escravos. Campinas, 1778-1829. In: **Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial**, Natal/RN. Espaços coloniais: domínios, poderes e representações. Natal: EDUERN, 2018a, v. 1. p. 2099-2111.

NICOLETTE, Carlos E.; ALFONSO, Felipe R. Apontamentos a respeito da especificidade da indústria açucareira de Campinas no contexto do quadrilátero do açúcar. In: **Anais da 7ª Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**, Ribeirão Preto: USP/ABPHE, v. 1, 2018b, p. 1-14. Disponível em: <<https://tinyurl.com/abphe-2018-Nicolette-Alfonso>>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

NICOLETTE, Carlos E.; ALFONSO, Felipe R. Especificidades da Sociedade Açucareira: Campinas no Contexto do Quadrilátero Paulista (1836). **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 9, n. 18, p. 118-137, 2022. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3638&path%5B%5D=3040>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

NICOLETTE, Carlos Eduardo; MORENO, Breno. A. S. [Transcrição Documental Comentada] Rede fundiária no Oeste Paulista: Inventário dos Bens Rústicos de Campinas (1818). **Revista de História da UEG**, v. 10, p. 1-18, 2021.

NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmarias e posse de terra rural no Entre Rios de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso. In: RIBEIRO, Suzana B. (Org.). **Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)**. Campinas: Direção Cultura, v. 2, 2016.

NOZOE, Nelson Hideiki. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese (Livre-Docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

NOZOE, Nelson Hideiki. Vida econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial. In: PORTA, Paula. (Org.). **História da cidade de São Paulo: A cidade no Império (1823-1889)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 99-151.

OLIVEIRA, Cecília H. L. S. **A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. 2ª Ed. São Paulo: Intermeios, 2021 [1999].

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. O Caminho de Goiás e as ligações comerciais entre o Nordeste Paulista, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. **Revista Monções**, vol. 2, n. 3 Dossiê História Urbana, p. 136-151. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/moncx/article/view/992>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09102015-151621>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João (org). **O Brasil Colonial: volume 3 (ca. 1720 - ca. 1821)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 381-418.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: AZEVEDO, A. **A Baixada Santista: aspectos geográficos. Povoamento e população**. São Paulo: Edusp, 1965.

PIACENTE, Fabrício J.; RAMOS, Pedro. Os diferentes sistemas de extração de sacarose de cana-de-açúcar até a hegemonia das moendas com três cilindros. **Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Aracajú, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/fabricio-jose-piacente_pedro-ramos.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: Ed. do Autor, 1995.

PIRES, Mario. **Valinhos tempo e espaço**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1978.

POST, Frans. **Sugar mill in Pernambuco**. S/d. 50x74,5cm. In: Palácio Itamaraty. Brasília-Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra Projeto Cultural, 1993.

PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **GeoAmbiental**: informações ambientais especializadas. Secretaria Do Verde, Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SVDS). 2021. Disponível em: <https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/pmapper/map_svds.phtml?config=svds>. Acesso em: 07 de abr. de 2021.

PORTELA, Bruna M. **Gentio da terra, Gentio da Guiné**: A transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas. Universidade do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p99b4jb>>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, município no Império**: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmaria, engenho e fazendas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, vol. 20, 1969.

QUEIROZ, Suely R. R. de. Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial. In: Anais do Museu Paulista. Tomo 21. São Paulo: Museu Paulista, p. 241-262, 1967.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

RIBEIRO, Maria A. Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 45 n. 3, São Paulo, p. 527-565, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ee/v45n3/0101-4161-ee-45-03-0527.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

RIBEIRO, Maria A. Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861. **Resgate**, v. XXIII, n. 29, 2015b, p. 17. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645788/13087>>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

RIBEIRO, Maria A. R.; CUNHA, Máisa F. “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. **História (São Paulo)**, Franca, v. 37, p. 1-19, 2018, [p. 13-15]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018029>>. Acesso em: 17/08/2022.

RIBEIRO, Maria A. R.; NOGUEIRA, Lenita W. M. Música no ar... Cachoeira, Santa Maria, Morro Alto e Saltinho. Teixeira Vilela, Hercule Florence e Carlos Gomes, Campinas, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. **Museu Paulista**, v. 24, n. 2, p. 53-75, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/157565>>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

RIBEIRO, Suzana B. *et. al.* Território. In: RIBEIRO, Suzana B. (Org.) **Sesmarias, engenhos e fazendas**: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Campinas: Direção Cultura, vol. 1, 2016.

RODRIGUES, Gelze S. de S. C.; ROSS, Jurandyr L. S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil**: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Uberlândia: EDUFU, 2020.

ROSSETO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da ‘estrada dos Goiases’ no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 141-191, 2006.

ROUDOMETOF, Victor. Theorizing glocalization: Three interpretations. **European Journal of Social Theory**, v. 19, n. 3, p. 391-408, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1368431015605443>>. Acesso em: 07 de fev. de 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1976.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALVADOR, José Gonçalves. Os transportes em São Paulo no período colonial. (Subsídios para a história de São Paulo). **Revista de História**, n. 39, p. 81-141, 1959. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119716/116985>>. Acesso em: 07 de abr. de 2020.

SAMPAIO, Antônio Carlos J. A curva do tempo: as transformações na economia e no Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. (orgs.) **O Brasil colonial (c. 1720 – c. 1821)**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SAMPAIO, Antônio Carlos J. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTIN, Dionete A. Flora: do Matto Grosso ao Café. In: RIBEIRO, Suzana Barretto (Org.). **Sesmarias, engenhos e fazendas**: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). Vol. 3. Campinas: Direção Cultura, 2016.

SANTOS, Álvaro R. dos. **A grande barreira da serra do mar**: da trilha dos tupiniquins à rodovia dos imigrantes. São Paulo: O nome da rosa, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. **Sea of storms**: A history of hurricanes in the greater Caribbean from Columbus to Katrina. Princeton: Princeton University Press, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. A commonwealth within itself: The early brazilian sugar industry, 1550-1670, **Revista de Índias**, v. LXV, n. 233, p. 79-116, 2005. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/267885689.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. de 2021.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. Trad. Monica D. Dantas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/497/06-Schwartz.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1988].

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

SEADE – Fundação Sistema de Análise de Dados, **Desmembramento dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembraamentos/>>. Acesso em: 08 de jun. de 2020.

SECRETO, María V. **Fronteiras em movimento**: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada. Tese (Doutorado), Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001a. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285499>>. Acesso em: 15 de jul. de 2020.

SECRETO, María V. Os conflitos em torno da propriedade da terra no Oeste Paulista: a definição dos limites. In: **Anais IV Congresso Brasileiro de História Econômica**. IV Conferência Internacional de História das Empresas. São Paulo, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001b. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/maria-veronica-secreto_1.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

SEVCENKO, Nicolau; MINDLIN, José. São Paulo de Edmund Pink. São Paulo: DBA, 2000.

SILVA, André M. D. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina**: A América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, vol. 1, 1998, p. 477-518.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27314104>. Acesso em: 05 de nov. de 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 119-156, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8>>. Acesso em: 27 de dez. de 2021.

SILVA, Janniffer Custódio. **Tecnologias para produção de mudas de cana-de-açúcar**. Dissertação (Mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Goiano. Rio Verde, 2017. Disponível em: <https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_5/2018-01-08-10-22-55Janniffer%20Custodio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

SILVA, Ligia Maria O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996.

SILVEIRA, Patrícia Gomes da. **A metrópole é Aqui**: redes de abastecimento do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

TAUNAY, Carlos A. **Manual do agricultor brasileiro**. (Org.) Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TEIXEIRA, Paulo E. **A formação das famílias livres**: Campinas, 1774-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TEIXEIRA, Paulo E. O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774–1854. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, Caxambú/MG, p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1784/1743>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

TEIXEIRA, Paulo E.; SANTOS, Antônio. Viver e envelhecer: trajetórias de vida numa vila paulista (Campinas, 1774-1842). **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas, v. 26, n. 1 [35], 2018.

TREVOR, Burnard. Passengers only. The extent and significance of absenteeism in eighteenth century Jamaica, **Atlantic Studies**, v. 2, n. 1, p. 178-195, 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1478881042000278730>>. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

VASCONCELLOS, Paulo Mário B. **Guia prático para o fazendeiro**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1983.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 28 (1), p. 243–288, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100010>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

VIEIRA, Pedro Antônio de. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, 2010.

VILADARGA, José Carlos. A bagagem dos *peruleros*: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. **Anais do museu paulista**, v. 25 n. 1, São Paulo, p. 127-147, 2017.

VILHENA, Luis dos S. **A Bahia no século XVIII**. 2 ed., vol.1. Bahia: Itapuã, 1969.

VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

WATTS, David. **Las Indias Occidentales**: modalidades de desarrollo, cultura y cambio medioambiental desde 1492. Trad. Rosendo Gallego. Madrid: Alianza, 1992.

APÊNDICE

Tabela 1 – Valor do açúcar branco, redondo e mascavo em Campinas e Itu (1798-1810)

| Tipo de açúcar | Açúcar | Açúcar | Açúcar |
|-----------------------|---------------|----------------|----------------|
| Ano | Branco | Redondo | Mascavo |
| 1798 | 1\$440 | 1\$000 | \$680 |
| 1799 | 1\$420 | 1\$020 | \$654 |
| 1800 | 1\$440 | 1\$120 | \$800 |
| 1801 | \$800 | \$500 | \$300 |
| 1803 | 1\$300 | \$800 | \$600 |
| 1804 | 1\$600 | 1\$212 | \$918 |
| 1805 | 1\$200 | \$909 | \$689 |
| 1806 | 1\$000 | \$758 | \$574 |
| 1808 | \$640 | \$485 | \$367 |
| 1809 | \$520 | \$394 | \$298 |
| 1810 | 1\$030 | \$780 | \$591 |

Notas:

a. Os dados referentes aos anos de 1800 e 1803 foram retirados das listas nominativas de Itu. Os dados foram colocados em conjunto, pois, comparando as listas de 1798 de ambas as vilas, percebeu-se que os valores pagos eram bastante similares.

b. Apenas nas listas referentes aos anos de 1798 e 1801 foram encontradas tabelas finais que contemplassem os preços dos três tipos de açúcar: branco, redondo e mascavo.

c. No ano de 1799 não existe tabela final, mas foram encontrados casos distribuídos ao longo da lista com os preços que os senhores de engenho venderam seu açúcar. Foram encontrados 40 preços para o açúcar branco e redondo, e 38 preços para o mascavo. A partir dessa informação, foi realizada uma média entre cada tipo.

d. Para os anos de 1804, 1805, 1805, 1808, 1809 e 1810, foi encontrado apenas o preço do açúcar branco ao final da documentação. Sendo assim, foi feito um cálculo para encontrar os preços do redondo e do mascavo. Acompanhando as listas de 1798 e 1801 (Campinas) e 1800 e 1803 (Itu), percebeu-se a existência de uma relação nos preços dos diferentes tipos, que foi calculada sua média: o preço do açúcar branco era 2,1 vezes maior que o mascavo e 1,5 maior que o redondo.

e. Algumas pesquisas utilizam a média dos preços calculada por Luna e Klein (2005). Contudo, nos anos em que os valores foram apresentados de forma completa nas listas de Campinas, eles se apresentaram consideravelmente distintos. Sendo assim, seus dados podem ser válidos para pensar uma realidade geral, mas não campineira.

Fonte: APESP, LNH, Campinas, 1798-1810; APESP. LNH, Itu, 1800 e 1803.

Quadro 1 – Propriedades açucareiras distribuídas pela sua numeração no IBR e nas LNH (1818)

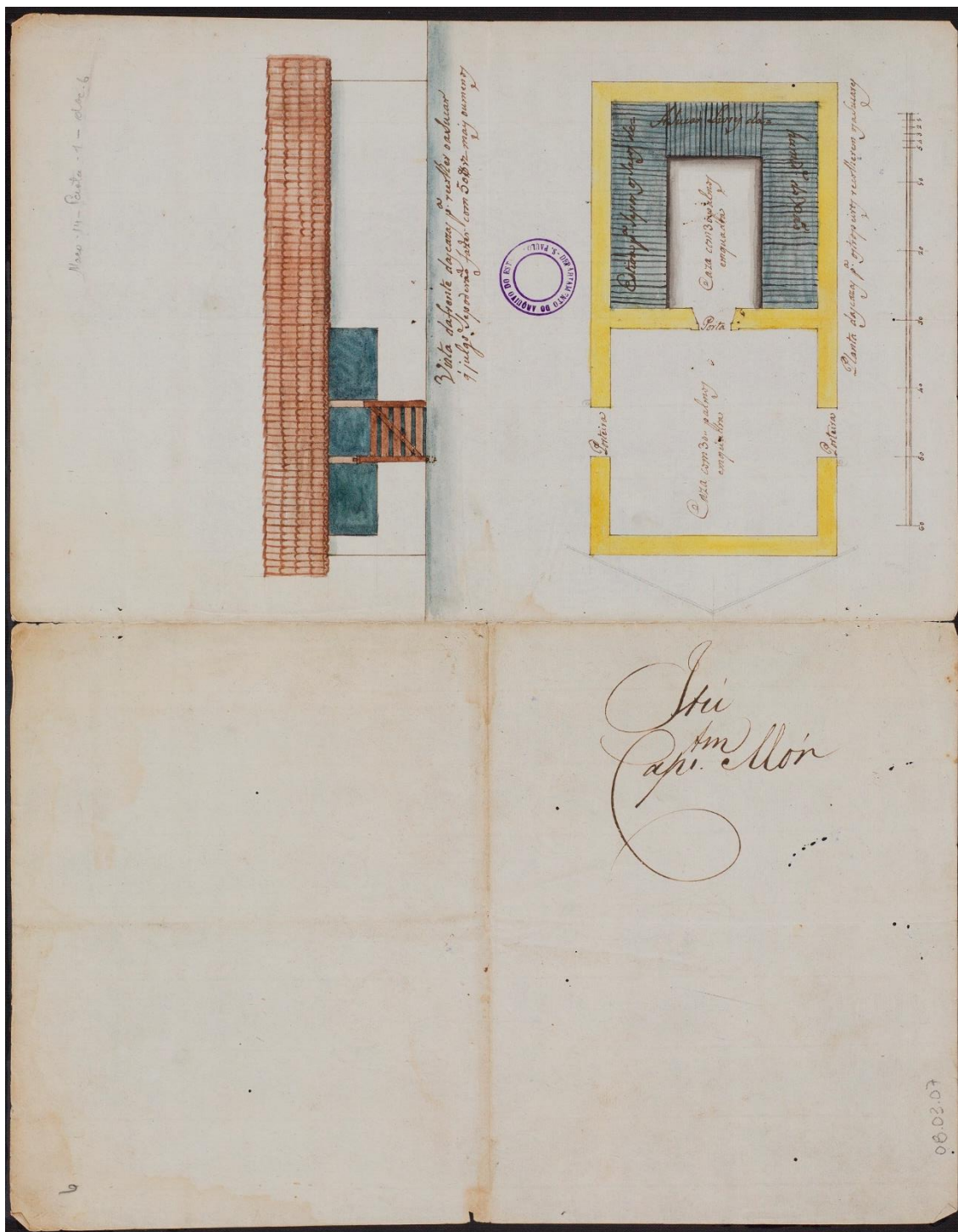
| Nomes dos proprietários | Nomes das propriedades | N.º das propriedades no IBR | N.º dos fogos na LNH de 1818 |
|------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| Manuel Ferraz de Campos | Anhumas | 167 | 1 |
| José da Rocha Camargo | N.I. | 168 | 5 |
| Luís Antônio de Sousa de Queirós | Santo Antonio | 169 | 23 |
| Luís Antônio de Sousa de Queirós | Monjolinho | 170 | 24 |
| Teodoro Ferraz Leite | Lagoa | 171 | 25 |
| Joaquim Cardoso de Gusmão | N.I. | 172 | 12 |
| Antônio de Cerqueira César | Boa Esperança | 173 | 20 |
| Albano Leite do Canto | Tijuco | 174 | 18 |
| Joaquim de Almeida Lima | Palmeira | 175 | 16 |
| Margarida de Arruda Campos | Bonfim | 176 | 15 |
| Francisco Antônio de Sousa Queirós | Morro Grande | 177 | 26 |
| Luís Antônio de Sousa de Queirós | Quilombo | 178 | 25 |
| Ana de Campos | Ponte Alta | 179 | 19 |
| Nicolau Goncalves da Silva | Barra | 180 | 28 |
| Rita de Camargo Penteado | Monte Alegre | 181 | 29 |
| João Ferraz de Campos | Tibaia | 182 | 44 |
| Mariana Leite Penteado | Saltinho | 183 | 33 |
| Francisco de Sampaio Góes | Tibaia | 184 | 9 |
| Antonio da Silva Ferraz | Salto Grande | 185 | 30 |
| André de Campos | N.I. | 186 | 8 |
| Antônio Machado de Campos | Quilombo | 187 | 52 |
| Joaquim J. Teixeira Nogueira | N.I. | 188 | 39 |
| Joaquim Ferreira da Silva | Ribeirão de Joaquim | 189 | 36 |
| Domingos da Costa Machado | N.I. | 190 | 35 |
| Joaquim de Oliveira Leite | Boa Vista | 191 | 38 |
| Antônio Manuel de Arruda | [Itaupavucu] | 198 | 31 |
| José Ferraz de Campos | Jaguari | 199 | 32 |
| Rafael Antunes de Campos | São João | 200 | 49 |
| Antonio da Silva Leme | Pouso Alegre | 201 | 34 |
| Manuel Joaquim de Campos | Ribeirão | 203 | 51 |

Nota:

a. Para facilitar a visualização, as colunas sobre o número das propriedades e fogos foram realçadas conforme sua grandeza, ou seja, a célula escurece conforme o dado se torna maior. É importante destacar que a cor varia conforme estipula cada coluna, sendo na coluna do IBR a célula mais clara é número 167 e a mais escura é 203; já na coluna de fogos, a mais clara é número 1 e a mais escura é o 52.

Fonte: APESP, LNH, 1818; NICOLETTE; MORENO, 2021.

Anexo 2 – Planta arquitetônica a ser utilizada na construção de pousos entre Itú e Santos, 1797



Fonte: ARANHA, Vicente da Costa Taques. **Relação dos lugares em que se devem fazer os Ranchos para repouso dos condutores de asucares da Vila de Itú até o Porto de Santos** (detalhe). Nanquim colorido com aquarela em papel trapo, 44x35cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maço 14, Pasta 1, 1797. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/arquivo_imagens/APESP_08_03_7.jpg. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

Anexo 3 – Desenho de Hercule Florence. Sítio Chapadão, Campinas, 1835

Fonte: Sítio do Chapadão - São Carlos 1839. Reprodução de desenho de Hercules Florence. Monocromia, 12 cm x 7,5 cm. **Fundo Museu Paulista – FMP**. Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/Storage/EspacoDomestico/MPACERVO_ICONO//1-10147-0000-0000-01_880x0.jpg>. Acesso em: 14 de dez. de 2020.

